

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

GABRIELA ABRAHÃO MASSON

**A REFORMA AGRÁRIA COMO UMA POLÍTICA PÚBLICA DE
DESENVOLVIMENTO OU POLÍTICA SOCIAL? UMA ANÁLISE A PARTIR DOS
ASSENTAMENTOS RURAIS “TEREZA DO CEDRO” E “DANDARA” NO
MUNICÍPIO DE UBERABA/MG**

**FRANCA
2016**

GABRIELA ABRAHÃO MASSON

**A REFORMA AGRÁRIA COMO UMA POLÍTICA PÚBLICA DE
DESENVOLVIMENTO OU POLÍTICA SOCIAL? UMA ANÁLISE A PARTIR DOS
ASSENTAMENTOS RURAIS “TEREZA DO CEDRO” E “DANDARA” NO
MUNICÍPIO DE UBERABA/MG**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do título de Doutor em Serviço Social. Área de concentração: Mundo do Trabalho.

**Orientadora: Profa. Dra. Eliana Bolorino
Canteiro Martins**

FRANCA

2016

Masson, Gabriela Abrahão.

A reforma agrária como uma política pública de desenvolvimento ou política social? : uma análise a partir dos assentamentos rurais “Tereza do Cedro” e “Dandara” no município de Uberaba/MG / Gabriela Abrahão Masson. – Franca : [s.n.],2016.

408 f.

Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientadora: Eliana Bolorino Canteiro Martins

1. Assentamentos rurais. 2. Agricultura e Estado.
3. Reforma agraria. I. Título.

CDD – 362.8105

GABRIELA ABRAHÃO MASSON

**A REFORMA AGRÁRIA COMO UMA POLÍTICA PÚBLICA DE
DESENVOLVIMENTO OU POLÍTICA SOCIAL? UMA ANÁLISE A PARTIR DOS
ASSENTAMENTOS RURAIS “TEREZA DO CEDRO” E “DANDARA” NO
MUNICÍPIO DE UBERABA/MG**

**Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social,
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista
“Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do título de Doutor em Serviço Social.
Área de concentração: Mundo do Trabalho.**

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____
Profa. Dra. Eliana Bolorino Canteiro Martins

1º Examinador: _____

2º Examinador: _____

3º Examinador: _____

4º Examinador: _____

Franca, _____ de _____ de 2016

Dedicatória

Gostaria muito de dedicar este trabalho a minha família, ao meu pai *in memoriam* que foi um dos grandes incentivadores de minha vida acadêmica; A minha mãe que se anulou durante décadas para garantir uma vida melhor e os estudos aos seus filhos; Ao meu irmão (caçula) que é e sempre será esperança de tempos melhores; Aos meus avós sinônimo de luta e resistência para minha vida. Sem vocês este estudo, este sonho seria inviável!!

No entanto, em nome do compromisso, em nome da militância e nome da chama que se ascendeu em meu coração ao estudar esta realidade, não poderia ser diferente...

DEDICO esta tese, aos assentados e assentadas dos Assentamentos Rurais de Uberaba: Tereza do Cedro, Dandara e Monte Castelo, aos acampados e acampadas dos acampamentos 19 de Março e Rosa Luxemburgo de Uberaba. A vocês, sujeitos da reforma agrária de Uberaba, todo meu respeito, apoio e admiração pela luta que diariamente travam por forcejarem a Reforma Agrária em “terra de zebu”.

DEDICO este estudo à memória de cada um dos 21 sem-terra assassinados em Eldorado dos Carajás (PA) no dia 17 de Abril de 1996. Este ano completam-se 20 anos de impunidade, este ano no dia 17 de Abril sofremos mais um Golpe de Estado, que sem dúvida pesará ainda mais sobre aqueles que lutam e resistem a luta pela terra no Brasil.

AGRADECIMENTOS

Desde o segundo ano no do Curso de Serviço Social desta Universidade eu sonhei, prospectei e ralei muito para a concretização deste sonho, o doutorado. Não por ser um título, não por auferir renda para mim agora que sou docente em uma Universidade Federal, pois naquele momento não imaginava que nada disso seria possível....Mas sim por vir de onde eu vim... filha de professora e vendedor (que em vida sofreu todo dissabor do mundo do trabalho), neta de trabalhador rural e costureira, por advir da classe trabalhadora, ser parte constituinte dela, e me orgulhar muito desta condição. O estudo para mim foi a única forma de ascensão social, como para muitos brasileiros, e mais foi a possibilidade de minha transformação, da revolução que sofri enquanto ser humano, enquanto assistente social, enquanto mulher. Assim, mesmo que tedioso aos leitores, não poderia deixar de agradecer a todos e todas que contribuíram para com esta realização. Como parafraseei Raul Seixas ainda lá no meu TCC: "Sonho que se sonha só, é só um sonho que se sonha só! Mas sonho que se sonha junto é realidade". **A minha família consanguínea, mamãe Ângela, papai Marinho, irmão Gustavo, vovô Jorge e vovó Aparecida, madrinha Fátima e padrinho Luís Antônio**, agradeço pelas referências que são em minha vida, cada um com sua particularidade representa para mim muito mais do que é possível expressar em palavras. Agradeço a infância divertida, feliz e privilegiada que me proporcionaram e pela compreensão de minha ausência nos últimos anos; A minha **família social** que é composta por todos os meus amigos e amigas, a família que fui construindo em minha trajetória. **As amigas e amigos de infância, adolescência e de Altinópolis: Carla, Lê, Lidi, Lucas, Karla, Mari, Rafa**, pelo que vivemos, pelas brincadeiras, pelas peripécias, pelas tardes na rua, no mato, no carregio na linha de trem, para onde quer que eu vá levo vocês; **Dai, Manu, Stela** gratidão pelo carinho, atenção e cuidado que sempre me dispendem, e sobretudo pela lealdade da amizade de vocês; **Às amigas e amigos da faculdade (graduação; mestrado e doutorado)**, outra família que a vida me concedeu. **A família da moradia estudantil da Unesp, Vivien e Priscila** por tudo que aprendi com vocês, pela simplicidade, humanidade, garra e resistência; ao meu querido **amigo Ulysses** que sempre cuidou de mim com muito carinho e respeito; a minha grande amiga **Cris Lima** pela irmandade que construímos em Franca, Campinas, Franca, tem dias que eu penso o que seria de mim sem você, um

anjo de luz em meu caminho, obrigada pela paciência, compreensão e por me amar na diversidade que somos; à **Ana Rita, Marcela, Débora, Paula Leão, Camila Ognibeni e Gisele Xavier**, pelos momentos de cumplicidade; à **Priscila Oliveira e Leandro Carloni**, meus afilhados queridos, gratidão por sempre me acolherem, cursar o mestrado e doutorado com o apoio de vocês foi imprescindível, não seria possível sem a referência que são para mim; **Rô Stopa** como te agradecer, pela sua existência ímpar, exemplo de luta e resistência, mulher, amiga, irmã com quem aprendo todos os segundos e minutos; **A Nath Lopes**, presença leal em todos, todos os momentos, sinônimo de coerência e competência, obrigada pelo apoio incondicional você fez a diferença na construção desta tese, seja pelas bibliografias, reflexões e paciência com minhas reclamações; a **Suellen Terruel** pelas partilhas, pelo crescimento na diversidade que somos e nos dispomos a construir. **Aos professores da Unesp de Franca**, corresponsáveis pela minha formação profissional, professor **João Rodrigues** (in-memorian) o primeiro professor a acreditar em mim, a me incentivar, a me impulsionar; ao professor e amigo **José Fernando** só tenho a agradecer por ter tido a alegria de ser orientada por você na graduação momento em que me mostrou que pesquisar é muito mais que olhar para realidade, obrigada por tão cedo me apresentar “o método”, por compor hoje com você em vários espaços; a querida professora e amiga **Patrícia Mustafa**, por ser sua orientanda no mestrado pelo compromisso que tens com o processo de orientação/ formação, pela coerência ética e pela amiga que se tornaste em minha vida; a professora e amiga **Raquel Sant’Ana**, aqui registro toda sua contribuição ímpar e imprescindível para a realização deste trabalho, tracejada de experiência, organicidade, coerência, por sua paixão pela luta/ militância pela reforma agrária. A construção dos objetivos da pesquisa, definição de sujeitos, construção do roteiro de entrevistas que viabilizaram a tessitura desta tese, seriam inviáveis e insustentáveis sem seus apontamentos, questionamentos e sobretudo compromisso. Um singelo agradecimento é inócuo diante tanta gratidão para com você, querida amiga Raquel, que acima de tudo acreditou que eu conseguiria, quando nem eu acreditava; a professora **Eliana Bolorino** a qual pude conhecer e me aproximar durante a trajetória no doutorado, e por meio da militância pelo “Serviço Social na Educação”, agradeço pela atenção e contribuições no curto tempo em que estivemos juntas neste trabalho. Aos professores que compuseram a banca de defesa e que prontamente responderam ao convite, agradeço o compromisso. **A minha família**

Uberabense, que me acolheu e tem me acolhido desde minha chegada solitária na “terra do zebu” em 2011. **Qelli Rocha e Ana Paula** que foram as primeiras, cada uma com sua particularidade me fortaleceram, me encorajaram a não desistir, vocês para mim traduzem a luta e resistência, por tempos mais justos nesta sociabilidade do “cão”. Sinto muitas saudades de nossas partilhas. **Paula Pires**, o que nos aproximou foi tão diverso do que nos une hoje, amiga leal, sincera e sempre sensível as minhas singularidades, sinônimo de fortaleza. **Angélica Fatureto**, anjo loiro de olhos verdes, que sempre me encorajou a ficar “firme” (nos seus termos), que me tocou com sua alegria e competência. **Raquel Magnaboso**, mulher aguerrida, trabalhadora amiga para todas, todas as horas. **Lívia Hernandez**, “eita” que sua chegada foi uma surpresa muito boa, nossos momentos são perpassados por muita alegria, risadas, partilhas e muitas, muitas reflexões...rsrsrsrs. **Janaína Vinha**, companheira de luta em defesa da reforma agrária em Uberaba, como sua chegada encheu meu coração de esperanças e revigorou meus ensejos por luta, obrigada pela parceria sincera e coerente. **Lesliane Caputi** pelas reflexões sempre muito pertinentes e coerentes, pela sensibilidade que tens revelado. **Fábio Fonseca**, quem sempre me acolheu de forma ética e transparente na UFTM. **Luana Braga**, “lindeza” de pessoa de assistente social crítica e comprometida, com quem muito aprendo cotidianamente a me posicionar e não desistir. **Isabel**, a quem muitas vezes confiei o cuidado de minha casa, e de minha vida conseguinte. **A todos os companheiros/ camaradas do Fórum Popular de Lutas Sociais de Uberaba**, pessoas com as quais tenho vislumbrado muitas possibilidades e transformações. **Aos professores de “peso” do Le Campo da UFTM**, Tânia Haley, Dani Souza e Diogênes, pelo trabalho empreendido na Jornada em Defesa da Reforma Agrária, quem disse que trabalho interdisciplinar não é possível? **Ao Agnaldo Batista e Cidinha**, assentados da reforma agrária do Triângulo Mineiro, casal que luta junto com o povo por dias mais justos na terra do “zebu”. **A Dona Cleusa**, assentada que não poupou esforços para meu acesso a informações para a realização da pesquisa, sempre me recebeu com sorriso aberto e energia radiante me inspirando a não desistir. **A Fabiana Queiroz**, assistente social, filha da “reforma agrária”, companheira de viagens aos assentamentos. **A todos os meus queridos alunos**, de ontem, de hoje e de amanhã, estudar, pesquisar, militar só faz sentido porque vislumbro em vocês os assistentes sociais que juntos faremos a revolução.

À amiga, irmã **Carol Ros**, pela amizade improvável e inabalável, “Meu Deus” como você sempre diz, eu não teria chegado ao término desta tese com sanidade mental se não fossem seus cuidados de irmã para comigo. Grande parte deste trabalho foi possível não porque você estava ao meu lado, mas porque você literalmente me deu a mão e caminhou comigo, nenhum agradecimento expressaria o quanto sou grata e feliz pela sua existência em minha vida. Assim como **Rô Arantes**, por que “os amigos são como flores que nascem na cabeça, eu vou regar meu jardim com uma canção”. “Amiiiigaaaa”, como você sempre entona, você é uma flor (Rosinha) que eu sempre vou regar no jardim que temos construído, juntas. Te conhecer e trabalhar com você reascende em mim uma esperança por dias mais ensolarados. **Ao Homero**, amor que me fez transbordar, e transbordando com você eu consegui superar muitas intempéries que só você sabe que passei, e que passamos. Transbordando com você pude me (re)construir sob muitas dimensões. **Ao Chico (meu gato)** cuja dimensão animal extrapola toda a minha compreensão de amor, todos os dias, todos os dias de escrita desta tese, ele foi presença incessante ao meu lado. Um coração que junto ao meu bateu em um só tom...

Um agradecimento mais que especial e ovacionado aos **assentados e assentadas dos assentamentos rurais Tereza do Cedro e Dandara**, que sempre, indiscutivelmente sempre, me receberam, abriram suas vidas inundadas de lutas e resistências. Não sei se vou contribuir para com a transformação da realidade de vocês, muitos são os ensejos e projetos, pois vocês revolucionaram a minha vida, enquanto ser humano que hoje sou e me tornei depois desta tese.

INJUSTIÇA

Eu fico surpreso e penso,
Que neste Brasil imenso
Sempre olho para lá
Vejo a bela natureza,
Vejo a grande riqueza
Da Serra do Carajás
O tucano bica a gente
Fica e pega a cuíca
Escuto alguém falar
E me mata de tristeza
Que não convém a riqueza
Da Serra do Carajás
Não é preciso pressa,
Nem muita conversa
A maneira é esta
E eu vou explicar
Pois o nosso tesouro é
A prata, o diamante e o ouro
Eu acho um desaforo
Ver o americano levar
Eu topo qualquer parada
Até não falo mais nada
Porque a Serra Pelada
É nossa Serra Vestida
Pois tem a riqueza,
Fruto da natureza
Com uma grande beleza
Da nossa Pátria querida
Estou velho e não agüento
Com sentimento escrever
Mesmo assim estou escrevendo,
Com os olhos estou vendo
Pois eu estou percebendo
Minha lágrima descer
A lágrima desce por tudo
O que eu vejo acontecer

Por Luiz Beltrame, 1980.
(Assentado, centenário da reforma agrária, poeta e militante)

MASSON, Gabriela Abrahão. **A Reforma Agrária como uma política pública de desenvolvimento ou política social?** uma análise a partir dos assentamentos rurais Tereza do Cedro e Dandara de Uberaba/MG. 2016. 408 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2016.

RESUMO

A concentração fundiária no Brasil segundo Barbosa (2012) é uma das maiores do planeta. Apenas 0,8% dos proprietários rurais ocupam 31,6 % das terras agricultáveis. Estima-se que a realização da reforma agrária, promovendo a desconcentração da estrutura fundiária no Brasil, beneficiaria diretamente 2,5 milhões de famílias sem-terra. Neste contexto a reforma agrária, enquanto política pública de desenvolvimento, juntamente com as políticas agrícolas e sociais poderia desencadear em nosso território um processo de desenvolvimento rural sustentado não apenas de desenvolvimento agrícola. No entanto, sabemos que as opções sociais, políticas, econômicas, portanto históricas que perpassaram os governos brasileiros, em torno da reforma agrária resultam na atualidade em uma “não reforma agrária”, nos termos de Oliveira (2011). Assim, para que se possa dirimir a desigualdade social engendrada no país desde sua constituição pressupõe-se muito mais que um a política de desapropriação, mas sim políticas públicas que contribuam e fortaleçam para permanência dos assentados e assentadas nos assentamentos rurais do Brasil. Nesta tese visamos problematizar, discutir e refletir se a reforma agrária em curso em Uberaba se caracteriza enquanto política pública de desenvolvimento ou se torna cada vez mais uma política social seletiva, focalizada e compensatória. Para tanto, realizamos pesquisa bibliográfica, documental que possibilitaram aprofundamento teórico prático essencial para o processo reflexivo das informações obtidas na pesquisa de campo e na observação participante. Entrevistamos os assentados e as assentadas da reforma agrária que residem nos assentamentos rurais em questão, Liderança política, o Secretário de Agricultura, Pecuária, Pesca e Apicultura de Uberaba e o Superintendente Estadual do Incra de Minas Gerais, por meio da entrevista semiestruturada. A análise dos dados foi pautada na metodologia qualitativa e o método materialista histórico dialético de apreensão da realidade possibilitou sucessivas aproximações à particularidade estudada. Podemos apreender que a constituição dos assentamentos rurais estudados possui muitas contradições que impuseram muitos desafios ao cotidiano dos assentados e assentadas na atualidade. A Reforma Agrária em curso nestes assentamentos ainda se constitui um processo em construção perpassado por elementos estruturais da realidade brasileira que diariamente inviabilizam a reforma agrária enquanto política pública de desenvolvimento neste território. No entanto, a tônica da luta de classes dos camponeses, trabalhadores e trabalhadoras sem-terra nestes assentamentos é o horizonte que pode se traduzir em melhores condições de vida e trabalho.

Palavras-chave: questão agrária. reforma agrária. assentamentos rurais. políticas públicas.

MASSON, Gabriela Abrahão. **La Reforma Agraria como una política pública de desarrollo o política social?** un análisis a partir de los asentamientos rurales Tereza do Cedro y Dandara de Uberaba/MG. 2016. 408 h. Tesis (Doctoral en Trabajo Social) –Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2016.

RESÚMEN

La concentración fundiaria en Brasil según Barbosa (2012) es una de las mayores del planeta. Apenas 0,8% de los propietarios rurales ocupan 31,6% de las tierras agricultables. Es estimado que la realización de la reforma agraria, promoviendo la desconcentración de la estructura fundiaria en Brasil, beneficiaría directamente 2,5 millones de familias sin tierra. En este contexto la reforma agraria, mientras política pública de desarrollo, junto a las políticas agrícolas y sociales podría desencadenar en nuestro territorio un proceso de desarrollo rural sostenido no apenas de desarrollo agrícola. Entretanto, sabemos que las opciones sociales, políticas, económicas, por lo tanto históricas que atravesase los gobiernos brasileños, en torno de la reforma agraria resultan en la actualidad en una “no reforma agraria”, en las palabras de Oliveira (2011). Así, para que se pueda obstruir la desigualdad social engendrada en el país desde su constitución se presupone no solo una política de desapropiación, pero mucho más: políticas públicas que contribuyan y fortalezcan la permanencia de los asentados y asentadas en los asentamientos rurales de Brasil. En esta tesis visamos problematizar, discutir y reflexionar si la reforma agraria en curso en Uberaba se caracteriza mientras la política pública de desarrollo o se torna cada vez más una política social selectiva, focalizada y compensatoria. De esta forma, realizamos una pesquisa bibliográfica, documental que posibilitó profundización teórica práctica esencial para el proceso reflexivo de las informaciones obtenidas en la pesquisa de campo y en la observación participante. Entrevistamos los asentados y las asentadas de la reforma agraria que residen en los asentamientos rurales en cuestión, Liderazgo político, el Secretario de Agricultura, Pecuaria, Pesca y Apicultura de Uberaba y el Superintendente Estadual do Incra de Minas Gerais, por intermedio de la entrevista semiestructurada. El análisis de los datos fue pauta en la metodología cualitativa y el método materialista histórico dialectico de aprehensión de la realidad posibilitó sucesivas aproximaciones a la particularidad estudiada. Podemos aprehender que la constitución de los asentamientos rurales estudiados poseen muchas contradicciones que impusieron muchos desafíos en el cotidiano de los asentados y asentadas en la actualidad. La Reforma Agraria en curso en estos asentamientos aún se constituye un proceso en construcción atravesado por elementos estructurales de la realidad brasileña que diariamente inviabiliza la reforma agraria como política pública de desarrollo en el territorio. Entretanto, en punto principal de la lucha de clases de los campesinos, trabajadores y trabajadoras sin tierra en estos asentamientos es el horizonte que se puede traducir en mejores condiciones de vida y trabajo.

Palabras-clave: cuestión agraria. reforma agraria. asentamientos rurales. política pública.

MASSON, Gabriela Abrahão. **Is land reform a public policy of development or a social policy? an analysis based on the rural settlements Tereza do Cedro and Dandara of Uberaba/MG**. 2016. 408 p. Thesis (Doctoral in Social Work) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2016.

ABSTRACT

According to Barbosa (2012), Brazil has one of the biggest land concentration in the world. Only 0,8% of land owners have possession of 31,6% of arable lands. It is estimated that promoting a land reform, which would raise the decentralisation of land structure in Brazil, would directly benefit 2,5 million of landless families. Land reform, thus, as a public policy of development, together with either agricultural and social policies, could trigger a rural development process in Brazil, sustained not only by an agricultural development. On the other hand, it is known that the social, political, economical, therefore historical options made by the earlier Brazilian governments on land reform now lead to a “non-land reform”, according to Oliveira (2011). Thereby, much more than a dispossession policy is expected for solving the social inequality that follows the rise of the country, with public policies that may contribute and enhance the sojourn of settled people in the rural settlements. In this thesis, we aim to question, discuss and think over the land reform ongoing in Uberaba, and if it can be whether characterized as a public policy of development or becomes an increasingly selective, focused and compensatory social policy. Therefore, a bibliographic, documental research was made, which enabled a theoretical practical essential improvement for the reflective process of the information obtained on field research and on participant observation. The following settled people of land reform who live in the rural settlements were interviewed by semi-structured interviews: Political leadership, Uberaba’s secretary of agriculture, livestock, fishing and apiculture and the state superintendent of Incra of Minas Gerais. The data analysis were based on qualitative methodology and the materialistic historical dialectic method of apprehension of reality enabled consecutive approaches to the unique situation studied. It allowed us to seize that the constitution of the rural settlements studied has many contradictions that enforced numerous challenges to the settled people current routine. Thus, the ongoing land reform in the settlements is still a procedure that is in force and is affected by structural elements of Brazilian reality, which daily invalidate the land reform process as a public policy of development. However, the tone of class struggle for peasants and landless workers in these settlements is the promise for possible better conditions of life and work.

Keywords: agrarian issues. land reform. rural settlements. public policy.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Panorama do assentamento rural Tereza do Cedro - Uberaba/ Minas Gerais.....	188
Imagem 2 – Linha ferroviária da estação Palestina – Uberaba/Minas Gerais ..	189
Imagem 3 – Estação Ferroviária Palestina – Uberaba/Minas Gerais	190
Imagem 4 – Panorama do assentamento rural Dandara – Uberaba/MG.....	204
Imagem 5 – Lote do Projeto de Assentamento Dandara – Uberaba/ Minas Gerais.....	399
Imagem 6 – Criação Ovinos destinados a comercialização no PA Dandara....	399
Imagem 7 – Lote no PA Dandara, pesquisadora e assentado.....	400
Imagem 8 – Curral destinado ao confinamento de bovinos leiteiros no PA Dandara.....	400
Imagem 9 – Residência no PA Tereza do Cedro – Uberaba/ Minas Gerais	401
Imagem 10 – Fogão a lenha em residência no PA Tereza do Cedro.....	401
Imagem 11 – Plantação de cana de açúcar para o trato de animais no PA Tereza do Cedro	402
Imagem 12 – Lote no PA Tereza do Cedro	402

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: PIB do agronegócio de Minas Gerais: 2002 a 2014 (R\$ milhões/2014).	118
Tabela 2: Crescimento do PIB do agronegócio em Minas Gerais por segmento.	127
Tabela 3: Área dos estabelecimentos rurais, segundo o estrato de área Brasil – 1985/2006	136
Tabela 4: Estrutura Fundiária do Brasil – INCRA - 2012	137
Tabela 5: Evolução da Estrutura Fundiária, por classes de área – 1992,1998,2003,2010 e 2011 – Minas Gerais.	139
Tabela 6: Número de assentamentos rurais no Brasil 1979-2013.	146
Tabela 7: Assentamentos Rurais de Minas Gerais por ano 1986-2013	147
Tabela 8: Minas Gerais: Ocupações por ano: 1990-2013.	149
Tabela 9: Minas Gerais: Número de Ocupações e de famílias por Mesorregião, 1990 – 2013	151
Tabela 10: Quantidade e Área (ha) de Imóveis Rurais de Uberaba.	153
Tabela 11: Número de Propriedades Rurais - 2012	155
Tabela 12: Evolução do Índice de Gini, segundo as Unidades da Federação - 1985/2006	236
Tabela 13: Produção Agrícola em Uberaba com crescimento no período de 2012 a 2014	255
Tabela 14: Produção Agrícola de Uberaba com diminuição ou desaparecimento no período de 2012 a 2014.	255
Tabela 15: Lavoura Temporária em Uberaba período 2012-2014 (IBGE)	256
Tabela 16: Lavoura Permanente em Uberaba período 2012-2014 (IBGE)	256
Tabela 17: Aquisições da Agricultura Familiar pelo Município de Uberaba 2011 a 2014	262

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Grupo etário das famílias dos entrevistados e entrevistadas no Assentamento Rural Dandara.....	51
Gráfico 2: Grupo etário das famílias dos entrevistados e entrevistadas no Assentamento Tereza do Cedro	52
Gráfico 3: Gráfico das ocupações por Ano – Minas Gerais 1990-2013.	150
Gráfico 4: Gráfico da Escolaridade dos Assentados e Assentadas	216
Gráfico 5: Composição da renda familiar dos entrevistados e entrevistadas do assentamento rural Dandara.....	291
Gráfico 6: Composição da renda familiar dos entrevistados e entrevistadas do assentamento rural Tereza do Cedro	293

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Composição Familiar dos entrevistados e entrevistas do assentamento rural Tereza do Cedro	48
Quadro 2: Configuração familiar segundo idade, grau de instrução, ocupação e renda externa dos entrevistados e entrevistas do assentamento rural Dandara – Uberaba (MG).....	49
Quadro 3: Movimentos Sociais e Organizações atuantes no Estado de Minas Gerais, 1990 – 2013.....	142
Quadro 4: Assentamentos Rurais de Uberaba.	182
Quadro 5: Produção das famílias assentadas no Dandara	266
Quadro 6: Produção das famílias assentadas no Tereza do Cedro.....	271
Quadro 7: Composição da renda familiar dos entrevistados e entrevistadas do assentamento rural Dandara	289
Quadro 8: Composição da renda familiar dos entrevistados e entrevistadas do assentamento rural Tereza do Cedro.....	291

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Estado de Minas Gerais - Divisão Mesorregional (1990)	36
Mapa 2: Minas Gerais – Principais regiões com assentamentos rurais criados,1986-2014.....	148
Mapa 3: Minas Gerais, Índice de Gini dos municípios em 2014	157
Mapa 4: Projetos de assentamento rural Tereza do Cedro e Dandara em Uberaba - MG	183

LISTA DE SIGLAS

AAPRAD	Associação dos Assentados pela Reforma Agrária Dandara
Abag	Associação Brasileira do Agronegócio
ABCZ	Associação Brasileira dos Criadores de Zebus
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABRA	Associação Brasileira de Reforma Agrária
AESCA	Associação Estadual de Cooperação Agrícola do Estado de Minas Gerais
ALN	Ação Libertadora Nacional
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
Bacen	Banco Central do Brasil
BASAGRO	Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BNDES	Banco Nacional Econômico e Social
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CBBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
Ceasa	Central de Abastecimento do Vale do Rio Grande
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
Cepea	Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada
CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária
CNBB	Confederação dos Bispos do Brasil
CNS	Conselho Nacional dos Seringueiros
Colina	Comando de Libertação Nacional
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRAS	Centro de Referência em Assistência Social
CRB	Curso de Realidade Brasileira
CSP	Central Sindical Popular
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DRU	Desvinculação das Receitas da União

EBSERH	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Enera	Encontro Nacional dos Educadores da Reforma Agrária
FAEMG	Federação da Agricultura e Pecuária de Minas Gerais
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FATAEMG	Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais
Fetraf	Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
FMTI	Fórum Trotskista Internacionalista
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FNE	Fundo Nacional de Emergência
FPA	Frente Parlamentar da Agropecuária
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IFET	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
JAC	Juventude Agrária Católica
LCP	Liga dos Camponeses Pobres
LECAMPO	Licenciatura em Educação do Campo
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
Mapa	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Master	Movimentos dos Agricultores Sem Terra, do Rio Grande do Sul
MBA	Movimento dos Atingidos por Barragem
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEB	Movimento de Educação de Base
MLST	Movimento de Libertação dos Sem Terra
MLSTL	Movimento de Libertação dos Sem Terra de Luta
MLT	Movimento de Luta pela Terra

MMC	Movimento das Mulheres Camponesas
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MPMG	Ministério Público de Minas Gerais
MPRA	Movimento Pela Reforma Agrária
MR-8	Movimento Revolucionário 08 de outubro
MRT	Movimento Revolucionário Tiradentes
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTL	Movimento Terra Trabalho e Liberdade
NERA	Núcleo de Estudos, Pesquisas, e Projetos de Reforma Agrária
NOB	Norma Operacional Básica
OMC	Organização Mundial do Comércio
OS	Organização Social
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
OTC	Organização dos Trabalhadores no Campo
PA	Projeto de Assentamento
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PCA	Paradigma do Capitalismo Agrário
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCRB	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PDA	Plano de Desenvolvimento do Assentamento Dandara
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAF	Política Nacional da Agricultura Familiar
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNERA	Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PNSIPCF	Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
Polop	Política Operária
PROCAMPO	Programa de Apoio à Formação Superior em Educação do Campo
PROCERA	Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária

PRODECER	Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados
PRONAF	Programa Nacional da Agricultura Familiar
PRONAV	Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
PRONERA	Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária
Provap	Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
PROVAPE	Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
PRT	Partido Revolucionário dos Trabalhadores
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSF	Programa Saúde da Família
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC	Pontifícia Universidade Católica
Sagri	Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Aquicultura, Pesca e Abastecimento
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
Seapa-MG	Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais
SEDS	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
STR-AR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araxá
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UBS	Unidades Básicas de Saúde
UDR	União Democrática Ruralista
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
ULTABs	Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UNB	Universidade de Brasília
Unesco	Fundo das Nações Unidas para a Ciência e Cultura (Unesco)
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UPAS	Unidades de Pronto Atendimento

VPR

Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)

SUMÁRIO

PROLEGÔMENOS PARA UMA ONTOLOGIA AO OBJETO DE PESQUISA	26
Aproximação com a realidade e objetivos da pesquisa	27
Caminhos metodológicos: a pesquisa comprometida com o sujeito coletivo da reforma agrária em Uberaba	35
Os assentados e as assentadas entrevistados (as): a realidade concreta	47
Categorias analíticas e apresentação da reconstrução do real	52
PARTE 1 O MOVIMENTO DO CAPITAL NO CAMPO BRASILEIRO: QUESTÃO AGRÁRIA, AGRONEGÓCIO, MOVIMENTOS SOCIAIS E A PARTICULARIDADE DE MINAS GERAIS.....	56
CAPÍTULO 1 A SUJEIÇÃO DA AGRICULTURA AO CAPITAL NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA BRASILEIRO: QUESTÃO AGRÁRIA, “MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA” E AGRONEGÓCIO	57
1.1 A questão agrária brasileira no complexo agroexportador e sua relação com o modo capitalista de produção.....	59
1.2 A modernização conservadora na agricultura brasileira: do complexo agroindustrial ao agronegócio e a não efetivação da Reforma Agrária.....	69
1.3 Movimentos Sociais e Reforma Agrária: lutas e resistências do campesinato contra o imperativo do capital no campo	95
CAPÍTULO 2 MINAS GERAIS, TRIÂNGULO MINEIRO E UBERABA: AGRONEGÓCIO E A EXISTÊNCIA DA QUESTÃO AGRÁRIA COMO MANIFESTAÇÃO DA QUESTÃO SOCIAL	113
2.1 A concentração fundiária no Brasil e em Minas Gerais: a presença dos movimentos sociais para o enfrentamento da questão agrária	134
2.2 A questão agrária em Uberaba: uma análise por detrás dos números.....	152
2.3 Questão agrária e Serviço Social: uma profissão comprometida com a justiça social	158
PARTE 2 A REFORMA AGRÁRIA EM UBERABA: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS ASSENTAMENTOS RURAIS TEREZA DO CEDRO E DANDARA ..	170

CAPÍTULO 3 OS ASSENTAMENTOS RURAIS DE UBERABA: ESPAÇOS DE CONTRADIÇÃO E CONSTRUÇÃO 172

3.1 As ocupações nos latifúndios da Fazenda Pão de Queijo, Santa Tereza do Cedro, São Sebastião “Tijuco” em Uberaba: Os Acampamentos 19 de Março e Rosa Luxemburgo e os Assentamentos Rurais Tereza do Cedro e Dandara.....173

3.2 O processo de ocupação e constituição do Assentamento Rural Tereza do Cedro.....187

3.3 O processo de ocupação e constituição do Assentamento Rural Dandara 203

3.4 Os sujeitos da reforma agrária em Uberaba: escolaridade e acesso às políticas educacionais.....213

3.5 O trabalho como categoria fundante do ser social: a realidade dos assentados e assentadas do Tereza do Cedro e Dandara 223

3.5.1 *O trabalho na vida dos assentados e assentadas: trajetórias e a relação com o rural.....226*

CAPÍTULO 4 A AGRICULTURA PATRONAL/AGRONEGÓCIO E A AGRICULTURA CAMPONESA/FAMILIAR EM UBERABA: A REALIDADE DA PRODUÇÃO NOS ASSENTAMENTOS RURAIS..234

4.1 A reforma agrária: política pública de desenvolvimento ou política social? 235

4.2 A agricultura patronal/agronegócio e agricultura camponesa/familiar em Uberaba.....243

4.2.1 *A produção dos assentamentos rurais Tereza do Cedro e Dandara e a possibilidade do fortalecimento da agricultura camponesa/ familiar em Uberaba 265*

CAPÍTULO 5 A REFORMA AGRÁRIA COMO UMA POLÍTICA PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO E/OU COMO UMA POLÍTICA SOCIAL? UMA ANÁLISE A PARTIR DOS ASSENTAMENTOS RURAIS TEREZA DO CEDRO E DANDARA EM UBERABA/MG 280

5.3 A relevância dos benefícios sociais na reprodução dos assentados e assentadas e a gestão da questão agrária por meio das políticas distributivas.....	282
5.4 O acesso às políticas de saúde e assistência social: privatização da saúde e “o mito da assistência social”	296
5.5 O acesso aos créditos rurais nos assentamentos rurais: negação e resistência	307
5.6 O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Uberaba: o legal e o real	327
CONSIDERAÇÕES FINAIS	344
REFERÊNCIAS.....	356
APÊNDICES	379
APÊNDICE A – Roteiro de entrevista com os assentados ou assentadas.....	380
APÊNDICE B – Roteiro de entrevista com o Secretário de Agricultura, Pecuária, Pesca e Apicultura de Uberaba.....	383
APÊNDICE C – Roteiro de entrevista com o Superintendente Estadual do Incra/MG.....	385
APÊNDICE D – Roteiro de entrevista com a liderança política	387
ANEXOS	388
ANEXO A – Parecer consubstanciado do Comitê de ética em Pesquisa da UFTM	389
ANEXO B – Termo de consentimento livre e esclarecido das entrevistas.....	395
ANEXO C – Registros da Aula Pública realiza na II Jornada em Defesa da Reforma Agrária e III Colóquio de Questão Agrária da UFTM em parceria com o MST	397

ANEXO D – Nota de repúdio do Fórum Marxista Trotskita Internacionalista (FMTI) de Uberaba contra o despejo dos trabalhadores rurais sem-terra, acampados na Fazenda Santa Tereza do Cedro.	398
ANEXO E - Imagens dos assentamentos rurais Dandara e Tereza do Cedro – Uberaba/ Minas Gerais.....	399
ANEXO F – Ofício N° 221/2014 – Encerramento da proposta do PAA 2013 e abertura da proposta do PAA 2014.....	403
ANEXO G - Ofício N° 47/2016 – Encerramento da Proposta 000.001.810.31/2014	404
ANEXO H – Portaria N° 38, de 26 de novembro de 2015.....	405

PROLEGÔMENOS PARA UMA ONTOLOGIA AO OBJETO DE PESQUISA

Aproximação com a realidade e objetivos da pesquisa

A crítica para si não necessita de ulterior elucidação desse objeto, porque já o compreendeu. Ela não se apresenta mais como *fim em si*, mas apenas como *meio*. Seu *pathos* essencial é a *indignação*, seu trabalho essencial, a *denúncia*. (MARX, 2010a, p. 147, grifo do autor).

A emersão ao real que motivou e possibilitou a realização deste estudo decorreu, primeiramente, a partir da inserção profissional no município de Uberaba enquanto docente/pesquisadora no curso de graduação em Serviço Social na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) onde, a contar de uma formação crítico-dialética em Serviço Social, foi possível observar o quanto assuntos correlatos à questão agrária, reforma agrária, acampamentos rurais e assentamentos rurais, não possuem visibilidade/problematização e discussão nessa universidade pública. Consequentemente, observamos o quanto é incipiente, no âmbito político de Uberaba, a discussão desta realidade que possui impacto na formulação e materialização de políticas públicas. Certas da existência da “questão agrária” em Uberaba, por estarmos em contato com a execução de outras políticas sociais como assistência, saúde, alimentação e, sobretudo, habitação, aproximamo-nos das mediações ontológicas que revelavam cotidianamente a questão agrária como manifestação da questão social neste município.

Na medida em que visitamos alguns assentamentos rurais do Triângulo Mineiro e de Uberaba começamos a conhecer as condições de vida e trabalho dos sujeitos e das famílias nos projetos de assentamentos rurais da reforma agrária nesta região. Sabemos que a realidade concreta cotidiana dos camponeses assentados e assentadas é permeada por diversas mediações, e destacamos que apenas nos aproximamos e que ainda estamos aquém de capturá-las em sua totalidade por meio deste estudo.

Assim, respaldadas pela teoria social crítica e indignadas com a realidade que constatamos nos assentamentos rurais de Uberaba, a passagem de Marx (2010b) que inicia esta reflexão impulsionou-nos a realizar esta pesquisa e nos forceja a continuidade deste trabalho que apenas se inicia com esta tese. Logo, muito mais que relatar, problematizar a conjuntura vivenciada pelos camponeses, trabalhadores e trabalhadoras rurais sem-terra nos assentamentos rurais, este trabalho também possui um viés político que, por sua vez, evidencia denúncias e diversos aspectos

da política de reforma agrária ou “Contrarreforma Agrária” nos termos de Oliveira (2011) que se materializa no Triângulo Mineiro e em Uberaba.

Guerra (2009, p. 17) afirma: “[...] a realidade é sempre mais rica, mais ampla e plena de mediações do que a capacidade do sujeito de captá-la e reproduzi-la no pensamento.” Neste sentido, movidos a captar e reconhecer os processos históricos, políticos e sociais que constituem esta realidade, construímos este estudo. Para alcançar os objetivos propostos primamos por uma “*concepção materialista da história*” que, nos termos de Marx, Engels (2009, p. 23), parte de premissas reais, de indivíduos reais, em condições materiais reais, conforme:

As premissas com que começamos não são arbitrárias, não são dogmas, são premissas reais, e delas só na imaginação se pode abstrair. São os indivíduos reais, a sua ação e suas condições materiais de vida, tanto as que encontraram quanto as que produziram pela sua própria ação. Essas premissas são, portanto, constatáveis de um modo empírico.

Nos termos de Marx e Engels (2009) foi por meio de “um modo empírico”, ou seja, por meio da aproximação com os assentamentos rurais **Tereza do Cedro e Dandara** em Uberaba que realizamos a emersão no real com o objetivo de reconhecer e reconstruir as mediações que a partir da universalidade particularizam a **Reforma Agrária em Uberaba**.

Desde já, cabe delimitar que pensamos, defendemos e militamos pela Reforma Agrária Popular, entendida por “[...] um **amplo programa de desapropriações de terra**” de forma regionalizada, para todas as famílias sem-terra, que são 4,5 milhões em todo Brasil (STEDILE, 2012, p. 162, grifo nosso). Mas sabemos que o Brasil, desde sua constituição enquanto país latino-americano, possui uma questão agrária fundada na concentração privada da propriedade da terra, dos meios de produção e da riqueza socialmente produzida, e, por conseguinte, não distribuída. Esta contradição produz e reproduz a desigualdade social no Brasil, que ocupa atualmente a 8º posição entre os países mais desiguais do mundo, ao passo que em 2011 era a 6ª maior economia no mundo com o 6º maior produto interno bruto medido em dólares à taxa de câmbio corrente, já em 2015 era a sétima maior economia do globo. Quanta contradição! (ASSUMPÇÃO, 2015).

A reforma agrária que pode dirimir a desigualdade social engendrada em nosso país desde a invasão portuguesa pressupõe muito mais que uma política de desapropriação, que é uma política agrária, ou de políticas agrícolas que historicamente beneficiaram os grandes proprietários e as empresas do capital.

Pressupõe um modelo de desenvolvimento para agricultura que não seja calcado no latifúndio pela via da agricultura patronal/ agronegócio mas sim, na agricultura camponesa/familiar que pode auxiliar a construção de um país que garanta a soberania alimentar de seu povo. A reforma agrária requer ser pautada imperativamente na agenda política brasileira que, desde o II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), esvaneceu-se nos governos de conciliação de classe de Lula e Dilma. Pressupõe muita luta, que nunca deixou de ser a tônica dos movimentos sociais que forcejam pela democratização da terra no país por meio das ocupações de terra em todo o território.

No entanto, conforme vamos elucidar ao longo desta tese, as opções históricas dos governos brasileiros não apontam para esta realidade, tendo em vista que desde o fracasso do II PNRA, elaborado no período de 2003 a 2007, nenhum outro plano foi problematizado, discutido e construído. Desde então, vemos uma política contraditória de reforma agrária do governo do Partido dos Trabalhadores (PT), por Lula e Dilma, pois foi e é travejada por um dualismo, nos termos de Oliveira (2011, p. 1, grifo do autor) expresso por: “[...] não fazê-la nas áreas de domínio do *agrobusiness* e, fazê-la apenas nas áreas onde ela possa ‘ajudar’ o *agribusiness*. ”

Na tessitura das reflexões deste trabalho, vivenciamos o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e a governabilidade ilegítima de Michel Temer, que tem representado para a classe trabalhadora um verdadeiro ataque/desmonte dos direitos sociais e das políticas públicas historicamente conquistadas. No dia 09 de maio de 2016, ao implementar medidas de reestruturação da economia, anunciadas pelo programa liberal “Ponte para ao Futuro”, tal governo realizou uma Reestruturação da Esplanada dos Ministérios e cortou dez ministérios. Neste pacote, assistimos a fusão entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário¹ (MDA) e Ministério do Desenvolvimento Social² (MDS) além da criação de um único Ministério Social para a condução da reforma agrária e da assistência social. Esta medida revelou o entendimento do governo peemedebista e sua estratégia de transformar efetivamente

¹ O MDA foi criado em 2000 no governo de Fernando Henrique Cardoso, no capítulo 4 problematizaremos tal criação.

² O MDS foi criado em 2003 no governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Historicamente, a criação de um Ministério para a gestão da política pública de assistência social foi pauta de luta dos movimentos sociais em defesa da assistência social enquanto política pública, que até então ficava à mercê de outros Ministérios, não dispondo de dotação orçamentária própria e gestão pública descentralizada. Sua constituição e consolidação nos governos de Lula e Dilma, com as respectivas ressalvas, foi um marco para a assistência social e para os projetos, programas e benefícios no âmbito da mesma, que foram tratados à revelia por outros presidentes enquanto política de governo.

a reforma agrária em política social, deslegitimando sua dimensão de política estrutural alocada em seu próprio ministério. Após dezoito dias, em 27 de maio, por meio do Decreto nº 8.780 (BRASIL, 2016), o governo transferiu a Secretaria Especial de Agricultura e do Desenvolvimento Agrário para a Casa Civil da Presidência da República, juntamente com as Secretarias Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário; de Reordenamento Agrário; da Agricultura Familiar; de Desenvolvimento Territorial; e a Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal. Portanto, o MDA foi extinto.

Desta forma; a partir de então, e até quando não sabemos; a reforma agrária é competência da Casa Civil da Presidência da República administrada pelo ruralista Eliseu Padilha do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) ficando à mercê dos interesses do Estado que por meio deste decreto desprestigiou as pautas e conquistas dos camponeses, trabalhadores e trabalhadoras rurais sem-terra do Brasil. Este golpe ratifica a realização da reforma agrária afiançada ainda mais aos interesses do capital, o que significa a sua não realização, deslegitimação e a despolitização das lutas e conquistas da classe trabalhadora. Na trincheira desta conjuntura temos a organização, mobilização e resistência de diversos movimentos sociais de luta pela terra, no Brasil, em Minas Gerais, no Triângulo Mineiro e em Uberaba, os assentados e assentadas da reforma agrária, “indivíduos reais” que nos assentamentos rurais, resultados de “suas ações”, resistem e forcejam por tempos mais justos no campo, no território mineiro.

A aproximação com esta realidade aconteceu por meio de umas das primeiras disciplinas que ministramos no Curso de Serviço Social, ainda enquanto docente em regime de contratação temporária³, a disciplina de Política Social III⁴ em que realizamos visitas nos assentamentos rurais de Uberaba e do Triângulo Mineiro.

³Atuei como docente na condição de temporária na UFTM nos anos de 2011, 2012 e primeiro semestre de 2013, quando exonerei para dedicação exclusiva ao doutorado até 2013 quando realizei o concurso para professora efetiva e ingressei nesta condição sob o regime de Dedicação Exclusiva (DE). Durante o período de docente temporária da Universidade Federal sofri as fagulhas da precarização do trabalho nesta condição, assim como a realidade de uma Universidade Pública advinda da pactuação do Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). No entanto, a condição de temporária constituiu-se em uma experiência ímpar para minha trajetória profissional, tendo em vista a militância na greve dos docentes federais em 2012, quando compus o Comando de Greve Local, bem como participei da Marcha Nacional pela Educação em Brasília.

⁴A ementa da referida disciplina pressupunha uma discussão acerca da questão agrária. Desta forma, a fim de proporcionar uma formação profissional crítica ancorada na realidade aos futuros assistentes sociais uma atuação coerente com os princípios do Projeto Ético-Político do Serviço Social, realizamos diversas visitas aos assentamentos rurais do Triângulo Mineiro para reflexões teórico-práticas.

Ao término das discussões teóricas acerca da questão agrária organizamos visitas aos acampamentos e assentamentos de Uberaba e da região⁵. Assim, a aproximação com os movimentos sociais que lutam pela reforma agrária, e de suas lideranças locais foi imprescindível e ímpar para nosso processo de apreensão do real. Conviemos, aprendemos e ressignificamos nosso objeto de estudo junto aos militantes, assentados e assentadas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Central Sindical Popular (CSP-Conlutas) que estão presentes em diversos assentamentos rurais do Triângulo Mineiro e em diversos espaços de luta e resistência em Uberaba. Alguns militantes do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), como o senhor Chico que é assentado, possibilitaram-nos muitas reflexões e vivências.

Também tecemos a luta pela Reforma Agrária em Uberaba, juntamente com outros companheiros por meio da militância no Fórum Popular de Lutas Sociais de Uberaba⁶ onde problematizamos a latência da questão agrária no município e, conseqüentemente, o agravamento da questão urbana na vida dos trabalhadores e trabalhadoras urbanos.

Imersos neste contexto, realizamos em 2014 visitas e vivências nos assentamentos rurais do Triângulo Mineiro: Santo Inácio Ranchinho, que é o primeiro assentamento rural do Triângulo Mineiro; Olhos d'Água; Chica Veras; Flávia Nunes e outros. No território de Uberaba existem três assentamentos rurais: **Tereza do Cedro; Dandara; e Monte Castelo**, com estrutura para assentar 108 famílias no

⁵ Destarte, é neste momento que estar em uma universidade pública faz toda diferença, pois é um espaço que ainda possibilita a vivência em tais realidades. Assim, estudando e já militando em defesa da reforma agrária em Uberaba, aproximamo-nos ontologicamente do objeto deste estudo. Organizamos e realizamos o I Colóquio de Questão Agrária da UFTM, em 2011, com a presença de movimentos sociais como o MST e da Prof^a Dr^a Raquel Santos Sant'Ana que constitui para o Serviço Social uma expoente na discussão da questão agrária e na atualidade é presidente nacional da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Em 2014, já com o processo de tese em construção e em parceria com companheiras de trabalho e de luta que se aproximavam desta temática, especificamente da Geografia e Serviço Social, compomos a equipe de trabalho do DATALUTA em Uberaba, bem como organizamos a I Jornada em Defesa da Reforma Agrária da UFTM e o II Colóquio de Questão Agrária que contou com a presença de movimentos sociais que lutam pela Reforma Agrária no Triângulo Mineiro, e do então Secretário da Agricultura de Uberaba. Estivemos envolvidos na organização do I Café Agrário na UFTM construído juntamente com os movimentos sociais, docentes e discentes da UFTM. Durante a escrita da tese compomos a equipe de organização da II Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária e III Colóquio de Questão Agrária da UFTM, que seguindo a orientação nacional do MST, promoveu debates e discussões sobre os 20 anos do Massacre de El Dourado dos Carajás e violência no campo.

⁶ O Fórum Popular de Lutas Sociais de Uberaba é um movimento social vinculado à Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde, tem como objetivo lutar contra todas as formas de precariedade e privatização dos direitos sociais. É composto por sujeitos coletivos que se identificam com a luta social em prol dos direitos sociais.

total segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2015a). Em Uberaba também existem dois acampamentos, 19 de Março e Rosa Luxemburgo, oriundos de uma ocupação no latifúndio da Fazenda Pão de Queijo, onde, segundo os sujeitos envolvidos, estão acampadas mais de 100 famílias⁷ com liderança do MST. Nenhuma notícia acerca do mesmo foi vinculada nos meios de comunicação de massa de Uberaba.

Assim, considerando a:

_ proximidade da pesquisadora com Uberaba por meio da vinculação profissional em uma universidade pública;

_ militância construída e acumulada nesta trajetória que nos faz acreditar na possibilidade da reforma agrária para a transformação dos sujeitos sociais e da realidade no campo;

_ intencionalidade da pesquisadora em desvelar, evidenciar e analisar esta realidade diante da premissa de que não existe neutralidade profissional, pois a atuação profissional do assistente social é travejada por valores éticos que fundamentam atitudes e posicionamentos, elegemos como **campo de pesquisa** os assentamentos rurais do município de Uberaba/MG, tendo como horizonte a defesa da reforma agrária popular no Triângulo Mineiro.

Perante tal movimento no real e para o real e comprometida com os sujeitos sociais que tecem a luta pela reforma agrária, que vivem nas ocupações e nos assentamentos rurais lutando pela reforma agrária em Uberaba, o que propomos neste estudo é analisar **a Reforma Agrária enquanto política pública de desenvolvimento e política social a partir dos assentamentos rurais: Tereza do Cedro e Dandara de Uberaba/MG**. Desde já, sinalizamos que não objetivamos polarizar a discussão, pois o econômico e social são partes constitutivas da totalidade em que está inserido o desenvolvimento do capitalismo no campo. Desta forma, não serão políticas públicas que irão findar às desigualdades sociais ontológicas a estrutura de sociedade em que vivemos.

Esta discussão é perpassada pelas três dimensões que compõem a realidade, universalidade, particularidade e singularidade, partes constitutivas do real, que nos aproximam de interpretar e captar a política de reforma agrária em curso. Estudos já sinalizam que a reforma agrária no contexto brasileiro ainda está à

⁷ Esta informação foi obtida por meio dos acampados que se fizeram presentes no I Café Agrário na UFTM e II Jornada em Defesa da Reforma Agrária de Uberaba.

margem do que possa vir a ser uma “*política agrária*” que segundo Nelson Delgado (2009, p. 26) é um “[...] instrumento indispensável para que se desencadeie no país com características como o nosso, um autêntico processo de desenvolvimento rural sustentado e não apenas de desenvolvimento agrícola.”

Nesta tese, **a categoria desenvolvimento** é assentada na concepção de que desenvolvimento rural é um processo amplo e contraditório circunscrito nos aspectos econômicos, sociais, políticos, portanto, históricos no meio rural brasileiro. Neste sentido, envolve a vida de sujeitos sociais que hoje vivem na e da luta pela terra desigualmente apropriada e distribuída, os camponeses que prospectam por uma reforma agrária popular no país, para além de políticas de assentamentos, políticas sociais seletivas, focalistas de viés compensatório ou políticas agrícolas que historicamente privilegiaram o grande capital.

Conforme destaca Carvalho Filho (2009, p. 198):

É preciso entender que o desenvolvimento rural não pode ser tratado isoladamente. Não se pode aceitar que desenvolvimento rural significa apenas modernização tecnológica e crescimento da população. Desenvolvimento incluiu distribuição e redução de desigualdades entre pessoas e entre regiões. O trato do desenvolvimento rural deve estar inserido na questão do desenvolvimento econômico e social do país.

Assim como Oliveira (2011); Bernardo Fernandes (2008, 2013, 2015); Horário Carvalho (2004) entendemos que a reforma agrária no Brasil tem cada vez mais se descaracterizado como política pública de desenvolvimento de caráter estrutural, redistributivo, portanto, e tem se desenvolvido como política social, distributiva e compensatória nos assentamentos rurais. A tese que permeia a construção e tessitura deste trabalho parte desta totalidade para analisar a reforma agrária nos assentamentos rurais Tereza do Cedro e Dandara de Uberaba/MG, ou seja, em que medida sua materialização se aproxima de uma política pública de desenvolvimento e política social. Como já destacamos não objetivamos classificar ou estancar a reforma agrária em curso em um conceito, tendo em vista que a entendemos enquanto um processo dinâmico e mutável inserido na historicidade da realidade social.

Para tanto, por meio do conhecimento teórico prático viabilizado, pela pesquisa de campo e pelo movimento dialógico com os sujeitos, os objetivos específicos da pesquisa que permitiram a construção desta tese foram:

_ Discussão da existência e latência da questão agrária e sua particularidade como manifestação da questão social em Uberaba a partir da interlocução com a totalidade que compõe a realidade brasileira e mineira;

_ Análise e resgate sócio histórico dos assentamentos rurais elucidando suas constituições e as lutas empreendidas pelos sujeitos da reforma agrária em Uberaba. Destacamos que adentramos em uma realidade que até o momento não havia sido pesquisada e sistematizada;

_ Discussão da agricultura patronal/agronegócio e da agricultura camponesa/familiar e suas particularidades em Uberaba e nos assentamentos rurais;

_ Análise dos benefícios sociais da política de assistência social e previdência social na reprodução das famílias assentadas;

_ Análise do alcance das políticas sociais que compõem as ações da reforma agrária na garantia dos direitos sociais dos assentados e assentadas;

_ Discussão acerca do acesso aos programas de crédito rural e programas que compõem as ações de reforma agrária na vida dos assentados e assentadas.

Desde já, coloco-me na tessitura deste trabalho como uma pesquisadora militante, sendo que nesta tese e na universidade em que atuo, fortalecida pelos princípios do Projeto Ético-Político do Serviço Social, firmo um compromisso visceral de contribuir com os sujeitos da pesquisa, sujeitos da reforma agrária, tendo em vista a relevância social desta discussão para a vicissitude de transformação da realidade social. Nos termos de Bernardo Fernandes (2001, p. 17):

Os pesquisadores militam por opção. Essa é uma condição da política: a liberdade. O que torna um pesquisador militante é seu compromisso e/ou identificação com determinadas organizações, com definidas visões de mundo. Essa condição aproxima ainda mais a universidade da sociedade, dos seus inúmeros problemas. Para o pesquisador-militante, a ciência tem como significado a perspectiva da transformação das realidades estudadas, bem como da sociedade. Desse modo, há um intenso compromisso com as pessoas que são sujeitos de seu objeto de pesquisa, o que também contribui - e muito - com o desenvolvimento da ciência.

Sou pesquisadora e milito por opção ético-política para que a questão agrária possa ser dirimida na vida dos camponeses, trabalhadores e trabalhadoras, assentados e assentadas de Uberaba. Sou pesquisadora e milito para que a luta por uma sociedade mais justa não seja uma diretriz ética no Serviço Social, mas práxis que reclama ser assumida pelos assistentes sociais, pesquisadores docentes das universidades brasileiras que atuam na formação de futuros assistentes sociais.

Nestes “**Prolegômenos para uma Ontologia do objeto de pesquisa**”, objetivamos aproximar o leitor da realidade estudada, dos caminhos metodológicos da pesquisa, bem como dos assentados e assentadas dos assentamentos rurais estudados.

Caminhos metodológicos: a pesquisa comprometida com o sujeito coletivo da reforma agrária em Uberaba

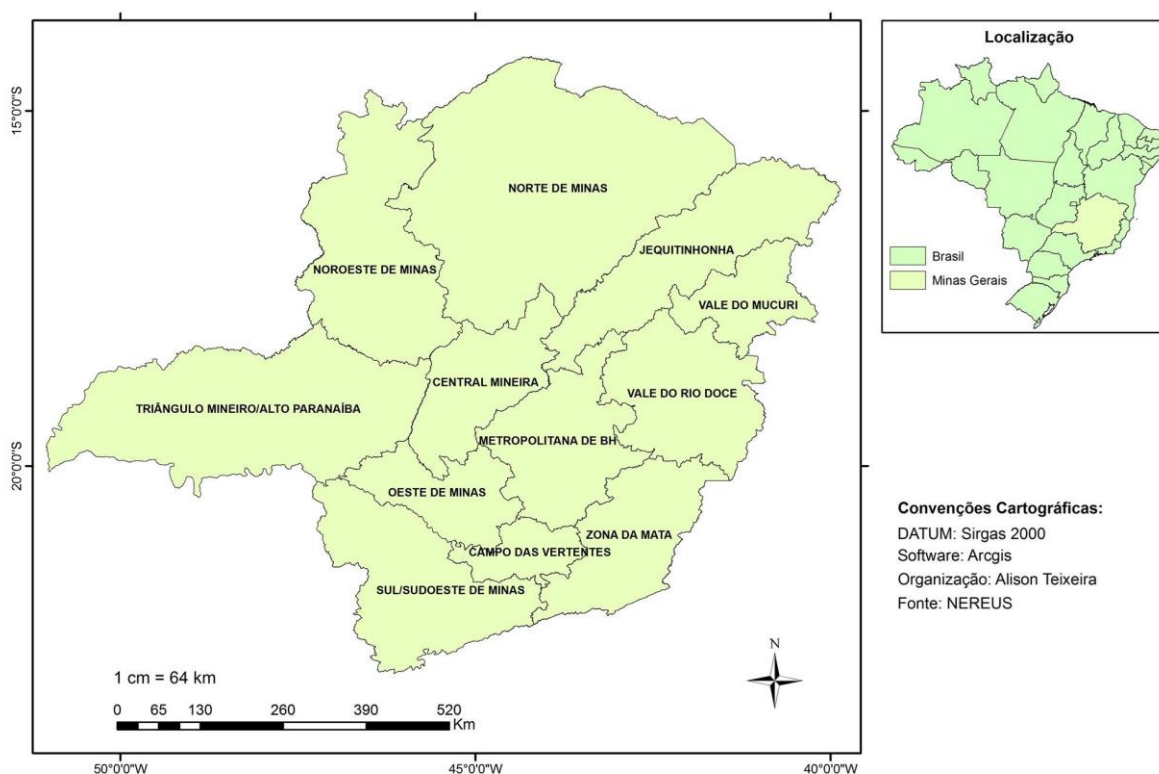
A produção do conhecimento via pesquisa é condição ontológica da existência humana, isto é, faz parte da natureza humana, isto é, faz parte da natureza produzir conhecimento. (BOURGUIGNON, 2008, p. 53).

Conforme aponta Bourguignon (2008), a pesquisa é condição ontológica à existência humana sendo um processo social, histórico, político e processual, fruto da ação humana. A construção do conhecimento por sua vez é perpassada por diversas contradições inerentes a realidade, e neste sentido reclama criticidade. O ser social, por sua capacidade teleológica, não desprende seu conhecimento teórico do prático, sendo o conhecimento uma das expressões da práxis humana, uma das objetivações possíveis do trabalho e realização humana. Assim, a produção do conhecimento deve ser elemento de transformação da realidade pela mediação do trabalho humano, e a pesquisa numa perspectiva crítica, a reprodução teórica que se aproxime das mediações que a compõem.

A realização da pesquisa de campo, que envolve a tessitura desta tese e que nos orientará a produção de um conhecimento comprometido com os sujeitos sociais, está circunscrita ao **município de Uberaba**, que faz parte da mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto do Paranaíba. Esta delimitação geográfica foi criada pelo IBGE em 1990 sendo composta por sete microrregiões (MRGs): Ituiutaba, Uberlândia, Patrocínio, Patos de Minas, Frutal, Uberaba e Araxá, com um total de 66 municípios. O estado de Minas Gerais, a partir desta divisão do IBGE (1990), compreende 12 Mesorregiões e 66 Microrregiões Geográficas (CLEPS JÚNIOR, 2013).

O Triângulo Mineiro, segundo Cleps Júnior (2013), é a terceira mesorregião de Minas Gerais com o maior número de manifestações⁸ envolvendo 42.109 pessoas em 81 manifestações no período de 2000 a 2013. É a primeira mesorregião que, entre 1990 a 2013, envolveu o maior número de ocupações rurais: 235, com 23.240 famílias.

Mapa 1: Estado de Minas Gerais - Divisão Mesorregional (1990)



Fonte: DATALUTA-LAGEA (2016)

Uberaba é o quinto município do Triângulo Mineiro que entre 2000 e 2013 registrou o maior número de manifestações envolvendo 2.910 pessoas em 11 manifestações. Em 2012 ficou atrás somente do município de Uberlândia. É a oitava cidade do estado de Minas Gerais em número de famílias em ocupações rurais por município entre 1990 a 2012, sendo que Uberlândia, primeira cidade, e Ituiutaba,

⁸ Segundo Feliciano e Pereira (2014), as manifestações do campo tornaram-se, recentemente, categorias de registro, pesquisa e análise no Dataluta no ano de 2009, tendo em vista as categorias já existentes como: ocupação; assentamentos; estrutura fundiária; movimentos socioterritoriais. Considera-se para análise as manifestações como: marchas, caminhadas, ocupações de prédios públicos e agências bancárias. A inclusão desta categoria deve sua expressividade em anos anteriores, ou seja, sua emergência ao real.

quarta cidade, também são da mesorregião do Triângulo Mineiro (CLEPS JÚNIOR, 2013).

Tais dados são indicadores que nos aproximaram do campo de pesquisa e prospectaram para o estudo da existência da concentração fundiária neste município e, conseqüentemente, da existência da questão agrária e de movimentos sociais que se manifestam e ocupam extensões de terras onde ainda predomina a hegemonia do latifúndio, que na atualidade se expressa por meio do agronegócio. O exemplo concreto da questão agrária nesta conjuntura é a existência dos três assentamentos rurais em Uberaba.

A pesquisa, submetida e aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) (ANEXO A) – Parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa da UFTM), foi realizada ao longo do segundo semestre de 2015⁹, muito embora a aproximação com o campo de pesquisa tenha se processado desde 2011.

Primeiramente, havíamos eleito somente o assentamento rural Tereza do Cedro como **campo de pesquisa** por se constituir no mais antigo do município, sendo 1999 o ano de ocupação e instalação das famílias e em 2004 o ato de criação do Projeto de Assentamento Rural pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). No entanto, após realizar as primeiras entrevistas, incluímos o assentamento rural Dandara, pelas razões descritas no Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em pesquisa, bem como pelo fato destes dois assentamentos rurais estarem classificados pelo Incra (2015a) em “fase de estruturação”, ao passo que o outro assentamento do município, Monte Castelo, está em “fase de instalação”.

Desta forma, os **sujeitos da pesquisa** foram:

- _ assentados e assentadas dos projetos de assentamento rural: Tereza do Cedro e Dandara e titulares dos lotes, em Uberaba;
- _ representantes das esferas governamentais diretamente ligados às políticas públicas relacionadas à reforma agrária, no caso o então Secretário de Agricultura,

⁹ A realização da pesquisa foi subsidiada com recursos próprios da pesquisadora. A localidade dos assentamentos envolvidos na pesquisa é em média 150km entre ida e volta até onde residimos. A estrada que permite acesso aos assentamentos rurais é muito precária, o que em alguma medida nos aproximou das condições de vida dos assentados e assentadas. Durante o período de chuvas o acesso aos assentamentos fica ainda mais comprometido devido ao barro que se acumula ao longo do caminho. Segundo relatos dos assentados, a reivindicação pela melhoria das estradas é constante na Prefeitura Municipal de Uberaba, responsável pelas estradas vicinais rurais.

Pecuária, Pesca e Apicultura de Uberaba, o Superintendente Estadual do INCRA/MG;

_ representante ou liderança política eleito pelos assentados e assentadas, que foi o representante regional do Movimento dos Sem Terra (MST) no Triângulo Mineiro.

Cabe destacar que utilizamos a denominação sujeitos da pesquisa em vez de participantes da pesquisa seguindo recomendação do Comitê de Ética em que esta pesquisa foi cadastrada, pois o assentado ou assentada é sujeito coletivo e em suas respectivas singularidades e relações particulares inscritas na luta pela terra ou no interior do assentamento são expressas suas vinculações de classe. Nos termos de Bourguignon (2008, p. 144): “O que não pode ocorrer - e este é um cuidado metodológico que precisamos desenvolver - é subtraí-los, no processo da pesquisa, a condição de sujeito e enfatizar a sua condição de objeto.” Assim, a preocupação com a centralidade do sujeito diz respeito a sua condição ontológica e não a uma condição puramente metodológica relacionada a pesquisa.

Primamos por entrevistar os sujeitos envolvidos na reforma agrária, que atualmente são os assentados e assentadas, público-alvo das políticas públicas, bem como seus gestores no âmbito municipal e estadual, tendo em vista o princípio da descentralização e as esferas de implementação e execução das mesmas. E ainda, a liderança política, que no caso foi o representante regional do MST que possui organicidade com a realidade estudada.

Os critérios para a seleção dos sujeitos foram:

- 1) Presidente e Secretário da Associação existente no assentamento.
- 2) Na impossibilidade/ausência do presidente, entrevistar somente o secretário da associação existente, e partir para os outros critérios como:
- 3) Ser assentado ou assentada no assentamento estudado desde seu surgimento (ocupação e homologação do lote pelo Incra), o que foi possível constatar a partir da Relação de Beneficiários disponibilizada pelo Instituto citado;
- 4) Ser o primeiro beneficiário do lote;
- 5) Participar ativamente da Associação no assentamento;
- 6) Participar das discussões coletivas no assentamento;

- 7) Aceitar participar da pesquisa e estar de acordo com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Com relação aos assentados e assentadas foram:

_ Cinco sujeitos do assentamento rural Tereza do Cedro, que segundo a relação de beneficiários do Incra (2015) possui atualmente 26 famílias assentadas e regulares¹⁰.

_ A princípio, eram cinco sujeitos no assentamento Dandara, no entanto, durante uma entrevista a esposa de um assentado também participou constituindo-se em mais um sujeito da pesquisa. Sendo assim, neste assentamento participaram das entrevistas cinco assentados e uma assentada. Na atualidade, existem 14 famílias assentadas e regulares neste assentamento (INCRA, 2015).

A partir da Resolução nº 466 de 12/12/2012 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012), expedida pelo Conselho Nacional de Saúde, existe a exigência ética de garantir a manutenção do sigilo e da privacidade dos participantes da pesquisa durante todas as fases da pesquisa. Desta forma, firmamos compromisso de utilizar nomes fictícios¹¹ durante a realização da análise dos dados, conforme expresso no TCLE, que cada sujeito da pesquisa assinou em concordância para participar da entrevista. Mas, aqui registramos que durante a realização da pesquisa muitos assentados e assentadas, após o esclarecimento do TCLE, afirmaram não ser necessário a troca dos nomes. Confessamos que este também seria nosso ensejo, pois cada um deles representou o que é e não temeu em verbalizar durante a realização das entrevistas o que vive no assentamento e o que viveu durante o processo de ocupação. Portanto, todas as entrevistas foram realizadas mediante a assinatura do TCLE (ANEXO B) – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido).

Assim, diante dessa exigência ética e com o objetivo de evidenciar e publicitar o sujeito coletivo que tece a luta pela terra no Brasil, ou seja, os sem-terra; militantes; índios; quilombolas a utilização de nomes fictícios foi feita rememorando todos e todas que lutam, lutaram e foram assassinados em conflitos agrários espalhados pelo Brasil. Vale destacar que neste ano o MST realizou em abril de

¹⁰ Optamos por partir da relação de beneficiários que o Incra disponibilizou, muito embora durante a realização da pesquisa tenhamos constatado uma realidade distinta. Como por exemplo o repasse de lotes, a utilização para fins que não beneficiam o coletivo ou até mesmo a desistência dos mesmos. No entanto, cabe pontuar que tais práticas refletem as dificuldades encontradas para a permanência no lote, os anos de espera pelas políticas que compõe a reforma agrária e consequentemente o descaso governamental para com as famílias assentadas.

¹¹ A este respeito, tivemos que trocar os nomes dos sujeitos da pesquisa, afim de preservar sua identidade conforme exigência do Comitê de Ética.

2016 a III Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária em conjunto com todas as Universidades públicas brasileiras, e as discussões foram pautadas nos 20 anos do massacre de Eldorado dos Carajás. Neste ano de luta dos movimentos sociais percebemos o quanto a violência e a criminalização no campo ainda subtraem muitas vidas.

Em memória a todos estes resistentes por tempos mais justos no campo brasileiro, os assentados e assentadas que foram sujeitos da pesquisa representarão estes sem-terra que lutaram e foram assassinados em conflitos e ocupações nos estados de Maranhão, Porto Velho, Espírito Santo, Pará, Brasília, Santa Catarina, Amazônia, Bahia. E ainda por Luiz Beltrame, sem-terra centenário ainda vivo e em luta.

Na sequência, uma breve síntese destes sujeitos reais que no contexto brasileiro expiaram com a própria vida a defesa da justiça social. Neste trabalho serão lembrados por cada assentado e assentada dos assentamentos rurais Tereza do Cedro e Dandara.

1) Raimundo Rodrigues: 54 anos, pai de seis filhos, conselheiro da Comunidade da Rebio do Gurupi, em Bom Jardim no Maranhão. Foi assassinado quando chegava em casa na tarde do dia 25/08/2015. A esposa, Maria da Conceição Chaves Lima, também foi atingida e hospitalizada. Raimundo já havia denunciado à Sociedade de Direitos Humanos do Maranhão que vinha sendo ameaçado pelo fazendeiro Jesus da Costa, que não aceitava a proibição de plantar na área da unidade de conservação administrada pelo Instituto Chico Mendes. O fazendeiro já havia invadido a casa de dez famílias que moram na reserva, depois colocou fogo junto com os pertences dos moradores. Até julho de 2015 a Comissão Pastoral da Terra, no Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, registrou 23 mortes de camponeses sem-terra, na maior parte dos casos ocorridas em três estados: Rondônia, Pará e Maranhão. Somente uma morte aconteceu fora da Amazônia, um indígena Tupinambá, na Bahia (TUBINO, 2015).

2) Paulo Justino: morto por jagunços no dia 15/06/2015 no distrito de Rio Pardo, em Porto Velho, quando era realizado o IV Congresso Nacional da CPT na capital. Sua morte foi encomendada por latifundiários após audiência pública motivada pelo acirramento dos conflitos após as obras das usinas de Jirau e Santo Antônio, em Rondônia e de Belo Monte, no Pará. Paulo Justino lutava para reassentar as famílias despejadas e, para isso, havia criado a Associação Vladimir

Lênin. Ele foi assassinado na frente da Escola Municipal do Distrito de Rio Pardo, um dia depois de participar da audiência pública realizada em Porto Velho pela Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo (TUBINO, 2015).

3) Chico Mendes: 44 anos, foi assassinado na noite de 22/12/1988 alvejado por um tiro de escopeta no peito, na porta de sua casa em Xapuri/AC, enquanto saía para tomar banho no banheiro externo. No interior da casa, os dois guarda-costas, da polícia militar, responsáveis por cuidar da sua segurança jogavam dominó e fugiram correndo ao escutar o disparo. A tocaia foi armada pelo fazendeiro Darly Alves, representante local da União Democrática Ruralista (UDR), e executada por seu filho, Darcy, juntamente com outro pistoleiro. A versão que se tornou oficial da morte seria a vingança de Darly pela disputa do Seringal Cachoeira, que Darly queria transformar em fazenda, expulsar os seringueiros e desmatar a floresta. Chico Mendes havia descoberto, no Paraná, uma condenação anterior do fazendeiro por assassinato. Ambos, pai e filho, foram condenados a 19 anos de prisão, cujas penas, hoje, já foram cumpridas. Chico Mendes foi um dos mais influentes ambientalistas de sua época por militar junto às populações diretamente afetadas por projetos de desenvolvimento. Foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores e o ideólogo das "reservas extrativistas", nas quais a população tradicional que habitava a floresta teria o direito de manter seu modo de vida de coleta sustentável dos produtos florestais. "A reserva extrativista é a reforma agrária do seringueiro", ele dizia (MILANEZ, 2013).

4) José Cláudio Ribeiro: o casal José Claudio Ribeiro e Maria do Espírito Santo, líderes extrativistas, foram executados na cidade de Nova Ipixuna no sudeste do Pará em 05/2011, sendo que sofriam ameaças desde 2008. A suspeita de Organizações não governamentais (ONG's) e da família de Ribeiro é que ele tenha sido executado por madeireiros da região. Silva era considerado sucessor de Chico Mendes, em referência ao líder dos seringueiros do Acre que foi morto em 1988 por sua defesa da Amazônia. O acusado de matar o casal foi absolvido por falta de provas (MARANHÃO, 2011).

5 e 6) Washington Silva e Lediane Souza Soares: mortos em 17/02/2015 em uma chacina que exterminou quatro adolescentes e dois adultos. Foram assassinados a golpes de foice: o casal e os filhos Júlio César Soares, 15 anos, Weslei Souza Soares, 09, Samia Soares, de 13 anos, e o sobrinho Mateus Soares Barros, de 15 anos de idade. Tal barbaridade foi proveniente de um conflito de terras

localizado na zona rural da cidade de Redenção, no sul do Pará. O mandante foi o cabelereiro Oziel de Moura, ex-proprietário da terra onde a família havia sido recentemente assentada, na cidade de Redenção (CONFLITO, 2015)

7) Dorothy Stang: missionária assassinada em 12/03/2005, no interior de Anapu, cidade a beira da Transamazônica, no Pará. Desde então, parte da quadrilha que organizou o crime passou pela cadeia. Segundo Milanez (2015), foi constatado que ninguém, efetivamente, está detido pelo crime, apenas o pistoleiro que reincidiu em mais homicídios. Os dois mandantes que participaram diretamente do caso estão soltos. Outros poderosos fazendeiros e madeireiros da região, que também tiveram participação na organização e financiamento do crime, conseguiram escapar na fase dos inquéritos. A região de Anapu, ao contrário de outros trechos da Transamazônica, não foi dividida entre pequenos proprietários, mas entre grandes latifúndios. Esses latifundiários não só grilaram terras como se beneficiaram de diversos esquemas de corrupção e de investimento públicos que se destinavam a “desenvolver” a Amazônia. Foi ali que a “Máfia da Sudam” desviou milhões e milhões. Em uma de suas frases, Dorothy explicita sua militância: “Não vou fugir e nem abandonar a luta desses agricultores que estão desprotegidos no meio da floresta. Eles têm o sagrado direito a uma vida melhor numa terra onde possam viver e produzir com dignidade sem devastar.” (MILANEZ, 2015).

8) Miguel José Caetano: mineiro de 56 anos, integrante do MST, morreu no dia 01/11/2005 no Hospital de Base de Brasília com traumatismo craniano e vítima de uma parada cardiorrespiratória. Ele foi um dos 14 feridos em confronto entre integrantes do MST e de uma dissidência do movimento, em Buritis/MG (GUIMARÃES, 2005).

9) Adélia Schmitz: ainda viva, liderança do Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil (MMC). A história de Adélia Maria Schmitz confunde-se com a história do MMC/SC, que iniciou suas atividades ainda no início da década de 1980, no interior de Chapecó, na época na comunidade de Nova Itaberaba. O Movimento marcou o início de debates sobre questões específicas que envolviam as mulheres camponesas e não apenas aquelas concernentes à terra e à agricultura. A partir de 2004, o MMC/SC, assim como outros movimentos autônomos de mulheres (camponesas/trabalhadoras rurais, extrativistas, quebradeiras de coco, pescadoras artesanais, meeiras, diaristas, arrendatárias, posseiras) de outros estados, encontram-se unificados como um só movimento nacional: o MMC. Uma das

principais lutas de Adélia ainda é contra de violência que de uma forma geral afeta as mulheres camponesas do campo (PAULILO; SILVA, 2007).

10) Dona Dora: 40 anos, líder comunitária, foi sequestrada e morta. Seu corpo foi encontrado com marcas de tiros no dia 13/08/2015. Ela já havia registrado as ameaças que vinha sofrendo à Polícia Civil e à Assembleia Legislativa do Amazonas. A Polícia prendeu dois suspeitos após o crime e acredita que a motivação foi a venda ilegal de terras denunciada pela vítima. A morte de “Dona Dora” foi a primeira registrada em 2015 por conflitos agrários, segundo a Secretaria Nacional da CPT. Entre 2010 e 2015, a comissão contabilizou seis homicídios, sendo dois em Humaitá, dois em Lábrea e um em Apuí, além da morte da líder comunitária em Iranduba/AM (SEVERIANO, 2015).

11) Ana Maria Santos de Oliveira: 34 anos, assassinada com um tiro na cabeça, no dia 09/04/2012, na pequena cidade de Itaju do Colônia, região sul da Bahia, área de conflito entre índios e fazendeiros. Ela estava no carro com o marido, o filho de apenas 5 anos e a irmã. Segundo testemunhas, a mulher e os familiares voltavam de uma fazenda onde residia um parente quando o veículo foi abordado por seis homens encapuzados e armados na estrada que liga o distrito de Palmira, ao centro de Itaju do Colônia. Após o crime, uma fazenda foi incendiada. Ninguém foi autuado pelo crime, embora inquérito da polícia contradiz boatos de que indígenas estejam envolvidos na morte de Ana Maria (SANTANA, 2012).

12) Luiz Beltrame: Assentado centenário, ainda vivo e na luta, poeta do Brasil que na Marcha Estadual/SP do MST, em 2009 (LUIZ, 2015), recitou:

Eu sou brasileiro eu sou, nessa marcha eu vou! Com homem e mulher, eu vou pra São Paulo, fazer um intervalo lá na Praça da Sé,
Eu sou brasileiro eu sou, nessa marcha eu tô, como um século de vida.
Vamos para a Praça da Sé declarar como é nossa vida.

Girardi (2014) relata, a partir de dados da CPT que documentam as ocorrências de conflitos e violências no campo brasileiro desde 1984 e que são publicadas no caderno *Conflitos no Campo*, que em 2006 foram registrados 1.657 conflitos com violência no campo, sendo que 783.801 camponeses, trabalhadores e trabalhadoras rurais sofreram algum tipo de violência. Dentre estes, 39 foram assassinados; 72 foram vítimas de tentativas de assassinato; 57 mortos em consequência de conflito; 207 ameaçados de morte e tentativa de assassinato.

Girardi (2014) também pondera a incidência da violência no campo em áreas aonde os movimentos sociais são mais atuantes por meio de ocupações de terras, como no caso o leste do Pará e o norte do Maranhão que possuem grande população assentada tendo em vista a fronteira agropecuária com o latifúndio.

Todos estes sujeitos, que representam os sujeitos desta pesquisa, expressam a luta e resistência ao latifúndio expresso por fazendeiros e seus jagunços e ruralistas da UDR; contra o extrativismo desenfreado, pela demarcação de terras indígenas, contra a violência de gênero no campo. Eles morreram, aliás tiveram suas vidas subtraídas, no Pará, Amazonas, Minas Gerais, Acre, Santa Catarina e Bahia, no Brasil. E eles ainda vivem por meio da luta centenária de Luiz Beltrame, que representa outros tantos: Raimundo; Paulo; Chico Mendes; José Cláudio; Washington; Lediane; Dorothy; Miguel José; Adélia; Dona Dora e Ana Maria.

A ênfase da pesquisa foi na **abordagem qualitativa**, por possuir caráter exploratório com aproximação empírica da realidade social, abordando a descrição e, sobretudo, a análise das questões com os sujeitos envolvidos. Na utilização desta abordagem pretendemos nos ater ao conhecimento das “qualidades” do objeto de investigação e na interpretação dos fenômenos que o envolvem (MINAYO, 1993).

Conforme complementa Cassab (2007, p. 58), a pesquisa qualitativa parte da realidade que não pode ser quantificada:

A pesquisa qualitativa tem como preocupação um nível de realidade que não pode ser quantificado – a compreensão e a explicação dinâmica das relações sociais, as quais, por sua vez, são depositárias de crenças, valores, atitudes e hábitos, correspondendo a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos.

Sob esta perspectiva, a **pesquisa bibliográfica** forneceu os subsídios para a construção teórica do trabalho, bem como para a análise dos dados apreendidos na pesquisa campo, primamos por referenciais teóricos críticos. Também utilizamos como fonte de pesquisa dados secundários, que foram imprescindíveis para as discussões e caracterizam a **pesquisa documental** subsidiada através dos:

- 1) Sites: Movimento Sem Terra (MST); Instituto Nacional de Recolonização Agrária (INCRA), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Prefeitura Municipal de Uberaba, Via Campesina e Comissão Pastoral da Terra (CPT).

- 2) Documentos: 1) Disponibilizados pela Superintendência Estadual (MG) do INCRA: Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) do Dandara, sendo que não foi disponibilizado o PDA do Assentamento Tereza do Cedro, muito embora efetuamos o pedido diversas vezes por *e-mail* e Relação Oficial de Beneficiários dos assentamentos rurais Tereza do Cedro e Dandara. 2) Disponibilizados pela empresa que presta assistência técnica aos assentamentos rurais, Agrolago: a) Relação de assentados e assentadas que tiveram acesso ao Pronaf, b) Produção Agrícola dos assentamentos rurais. 3) Documento elaborado pela Prefeitura Municipal de Uberaba denominado *Uberaba em Dados*, disponível *on-line*. 4) Documentos disponibilizados pela Secretaria do Agronegócio de Uberaba sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).
- 3) Relatórios da rede DATALUTA¹² em âmbito nacional e estadual disponíveis *on-line* no site do Núcleo de Estudos, Pesquisas, e Projetos de Reforma Agrária (NERA).
- 4) Censo Agropecuário de 2006; IBGE 2000, 2006, 2010 e 2014.
- 5) Cartilha da Central Única dos Trabalhadores (CUT) *Campanha Nacional contra Agrotóxicos* e *Cadernos Conflitos no Campo* da CPT, ambos disponíveis *on-line*.
- 6) Jornais que circulam no âmbito estadual, federal e, sobretudo, municipal e revistas com cariz de esquerda como “Caros Amigos” e “Carta Capital”.

As mídias impressas, que se constituíram em fonte de pesquisa, foram muito significativas para o conhecimento acerca da temática de estudo, principalmente sobre a particularidade da questão agrária no município de Uberaba. Referimo-nos aos jornais em circulação no município: “Jornal da Manhã”; “Jornal de Uberaba” que

¹² Na Rede DATALUTA estão organizadas e sistematizadas informações acerca das manifestações, ocupações de terras, assentamentos rurais, estrutura fundiária e movimentos socioterritoriais do Brasil, assim como nos estados. Essas informações socializadas por meio de relatórios, grupos de pesquisas e outros são apresentadas nas escalas geográficas nacional, estadual, mesorregional, e municipal, por meio de tabelas, gráficos e mapas. Na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) sob a coordenação da Prof^a Dr^a Janaína Francisca de Souza Campos Vinha, participamos da equipe de trabalho que compõe a rede DATALUTA. Os dados de ocupações de terra, famílias e movimentos socioterritoriais são organizados a partir das seguintes fontes: Comissão Pastoral da Terra (CPT); DATALUTA-NERA e DATALUTA-LAGEA. Para os dados de assentamentos rurais utilizamos como fontes o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e a Associação Nacional de Órgãos Estaduais de Terra - ANOTER. Os dados da estrutura fundiária são do Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR. Os dados de assentamentos são desde 1969; das ocupações desde 1988, dos movimentos socioterritoriais desde 2000; das manifestações desde 2000 e os da estrutura fundiária são de 1992, 1998, 2003, 2010, 2011, 2012 e 2013 (DATALUTA, 2013).

possuem notícias vinculadas a uma vertente de cunho conservador e governista. O Jornal “Abadia Notícias” possui um viés mais popular, construído a partir de uma visão um pouco mais crítica. A forma com que os primeiros jornais tratam assuntos concernentes a questão agrária, assentamentos rurais e modelo de desenvolvimento da agricultura no município é gestada e voltada ao fortalecimento do agronegócio em detrimento ao reconhecimento e fortalecimento da luta pela terra pelos movimentos sociais, assim como também o fazem as grandes mídias brasileiras. São muitas reportagens em que percebemos o cariz conservador presente no Jornal da Manhã e no Jornal de Uberaba, que inclusive possui um *link* específico sobre o agronegócio em seu sítio na internet. Estes veículos de informação são a expressão do poder público municipal da elite dominante de Uberaba, que sufocam as vidas dos camponeses e trabalhadores e trabalhadoras muitas vezes dominadas por um modelo de desenvolvimento que não coaduna com a justiça social.

Com relação às **técnicas** para realização da pesquisa utilizamos a entrevista, que segundo Thiollent (1987) é uma “técnica de observação direta” pelo fato de estabelecer contato efetivo com as pessoas envolvidas no problema de pesquisa. E também à leitura da imprensa (muito utilizada), que é uma “técnica de observação indireta” para a análise do conteúdo estudado. As entrevistas foram realizadas por meio de um **roteiro de entrevista**, que nos termos de Thiollent (1987) caracteriza uma “**entrevista não-diretiva**” ou “**semiestruturada**”. As transcrições das entrevistas foram realizadas de forma literal, tendo em vista o método que orienta a análise das categorias apreendidas.

Segundo Bourguignon (2008, p. 104), a definição dos instrumentos de investigação “[...] se faz em função da natureza do objeto de estudo, sendo que este é identificado em função da intencionalidade da consciência e da compreensão que o pesquisador tenha da realidade social.” Assim, os roteiros das entrevistas semiestruturadas foram construídos a partir da realidade vivenciada pelos sujeitos da pesquisa, em consonância com os objetivos da pesquisa. O roteiro com assentados e assentadas encontra-se no APÊNDICE A – Roteiro de entrevista com assentados ou assentadas; o roteiro de entrevistas com representantes governamentais no APÊNDICE B – Roteiro de entrevista com o Secretário de Agricultura, Pecuária, Pesca e Apicultura de Uberaba e APÊNDICE C – Roteiro de entrevista com o Superintendente Estadual do Incra/MG; o da liderança política no APÊNDICE D – Roteiro de entrevista com a liderança política.

A **observação participante** também foi significativa para as análises, pois por meio das visitas aos assentamentos rurais, participação consentida pelos assentados e assentadas nas reuniões da empresa que presta assistência técnica aos assentamentos, a Agrolago, foi possível aproximação, observação e análise da realidade de uma forma que não foi evidenciada através das entrevistas. A observação participante permitiu a aproximação e construção de identidade da pesquisadora com os assentados e assentadas e, conseqüentemente, a realização das entrevistas.

Os assentados e as assentadas entrevistados (as): a realidade concreta

As entrevistas foram realizadas por meio de visitas aos assentamentos rurais durante o segundo semestre de 2015, como já pontuado. Na maioria dos casos a entrevista foi concedida pelo assentado ou assentada que nos recebeu, exceto com presidente da Associação do assentamento Dandara, José Cláudio, com quem estabelecemos contato telefônico e marcamos a data para visita, pois ele reside alguns dias da semana na cidade, já que realiza “bicos” como pedreiro. Também estabelecemos contato telefônico com os dois presidentes das associações do assentamento Tereza do Cedro. No entanto, não foi possível realizar as entrevistas com eles e diante de suas indisponibilidades, entrevistamos as secretárias das duas associações existentes no assentamento, seguido dos assentados e assentadas, atendendo aos critérios já descritos. Todos os entrevistados e entrevistadas são os primeiros titulares dos lotes.

Com relação ao assentamento rural Dandara, abarcamos 35,71% das famílias que residem lá, tendo em vista que apreendemos a composição familiar de 05 famílias assentadas em um total de 14 famílias que residem no assentamento, segundo o Incra (2015). Já no assentamento Tereza do Cedro, abarcamos 19,23% das famílias, tendo em vista a apreensão da composição familiar de 05 famílias em um total de 26 famílias residentes no assentamento. Ou seja, é um número significativo de sujeitos considerando o universo que compõe a totalidade de assentados e assentadas.

Para fins de aproximação dos sujeitos da pesquisa, construímos os Quadros 1 e 2 a partir da sistematização das informações angariadas na pesquisa.

Quadro 1: Configuração familiar segundo idade, grau de instrução, ocupação e renda externa dos entrevistados e entrevistas do assentamento rural Tereza do Cedro – Uberaba (MG)

Sujeito e Parentesco	Idade	Grau Inst.	Ocupação	Renda externa	Registro em Carteira
1. Dorothy (Secretária da Associação dos Acampados da Fazenda Tereza do Cedro)	48	Ensino Fundamental Completo	Trabalhadora Rural no Lote	Não	Não
Esposo	48	4ª série	Trabalhador Rural Assalariado (Tratorista)	2,5 salários, mas na carteira consta 1 salário	Sim
Filhos: (03) Possuem 3 filhas, sendo que as três terminaram o Ensino Médio e uma delas cursa Serviço Social. Nenhuma delas reside no Assentamento até o momento da entrevista. Mas a partir de abril deste ano uma das filhas, com seu filho, passou a residir no lote.					
2. Miguel José	64	1ª série	Trabalhador Rural no Lote e Trabalhador Rural Diarista	Não (Está em processo de aposentadoria)	Não
Filhos: (04) Possui 4 filhos que moram na cidade. Nenhum deles ficou no assentamento. Um deles está preso há sete anos e recebe auxílio-reclusão.					
3. Adélia	65	2ª série	Estava recebendo o auxílio doença que foi cortado		Não
Esposo	61	2ª série	Aposentado por idade e Trabalhador Rural no lote	1 Salário Aposentadoria	Não
4. Dona Dora (Viúva há 1 ano)	70	1ª série	Beneficiária do BPC	1 salário-mínimo BPC	Não
Filhos: (10) Residem com a Assentada					
1 filha	44	Não soube informar	Trabalhadora rural no lote	Não	Não
1 neto	18			Não	Não
5. Ana Maria (Secretária da Associação dos Trabalhadores Rurais)	38	Ensino Fundamental completo	Trabalha no lote, em atividades voltadas para o cuidado da família	Não	Não
Esposo	39	5ªsérie	Trabalhador Rural Assalariado (Operador de Máquina)	1 salário registrado, mas recebe mais	Sim
Filhos: (02)					
1 filho, reside com a avó	18	3º Colegial incompleto	-	Não informou	Não
1 filho que reside com o casal	20	2º Grau Incompleto	Trabalhador rural assalariado (Operador de Máquina)	1 salário registrado, mas recebe mais	Sim

Fonte: Elaborado por Gabriela Masson - Dados da pesquisa (2016).

Quadro 2: Configuração familiar segundo idade, grau de instrução, ocupação e renda externa dos entrevistados e entrevistas do assentamento rural Dandara – Uberaba (MG)

Sujeito e Parentesco	Idade	Escolaridade	Ocupação	Renda externa	Registro em Carteira
1. Raimundo (Secretário da única Associação existente no assentamento)	63	2ª série	Aposentado por idade e Trabalhador rural no lote	1 salário-mínimo Aposentadoria	Não
Esposa	44	2ªsérie	Trabalhadora rural no lote	R\$ 212,00 reais de Bolsa Família	Não
Filhos: (04)					
1º filho	16	9º ano			
2º filho	6	3º ano			
3º filho (mulher)	12	6º ano			
4º filho (mulher)	11	4ºano			
2. Paulo	33	Ensino Fundamental Completo	Trabalhador rural no lote	Não	Não
Esposa	32	Ensino Fundamental Completo	Trabalhadora rural no lote	Benefício de Prestação Continuada (BPC) no valor de 1 salário-mínimo	Não
Filhos: (03 homens)					
1º filho (possuí Síndrome de Down)	10	Pré-escola	Estudantes		
2º filho	6	1º ano			
3ºfilho	7	2º ano			
3. Chico Mendes	61	4ª série	Aposentado por Invalidez e Trabalhador Rural no lote	1 salário-mínimo Aposentadoria	Não
Esposa	61	Ensino Fundamental Completo	Trabalhadora Rural no Lote	Não	Não
Filhos: (03)					
1ºfilho: (homem)	25	8º ano	Estudante		
2º filho: (homem) não residem no lote	23				
3º filho (mulher)	13				
4. José Cláudio (Presidente da Associação)	57	4º série	Pedreiro	R\$ 1,20	Não
Esposa	54	1ª série	Diarista na cidade (Relatou estar sem trabalho há 3 meses)	1 salário mínimo do Auxílio Reclusão do filho que está preso há 07 anos.	Não
Filhos: (04) Nenhum deles mora no assentamento					
Sujeito e Parentesco	Idade	Escolaridade	Ocupação	Renda	Registro

				externa	em Carteira
5. Washington	70	3ª série	Aposentado por idade e Trabalhador Rural no lote	1 salário mínimo Aposentadoria	Não
6. Leidiane	53	Ensino Fundamental Completo	Trabalhadora rural no lote	Não	Não
Filhos: (01)					
Netos: (02)					
1º filho: (mulher)	22	Ensino Fundamental Completo	Desempregada	Não	Não
1ª neta	2	Não alfabetizadas	Não trabalha	Bolsa Família no valor de R\$140,00	
2ª neta	3			Aposentadoria do pai que faleceu	
Uma Cunhada reside no lote e possui Síndrome de Down	55 anos				Não

Fonte: Elaborado por Gabriela Masson - Dados da pesquisa (2016).

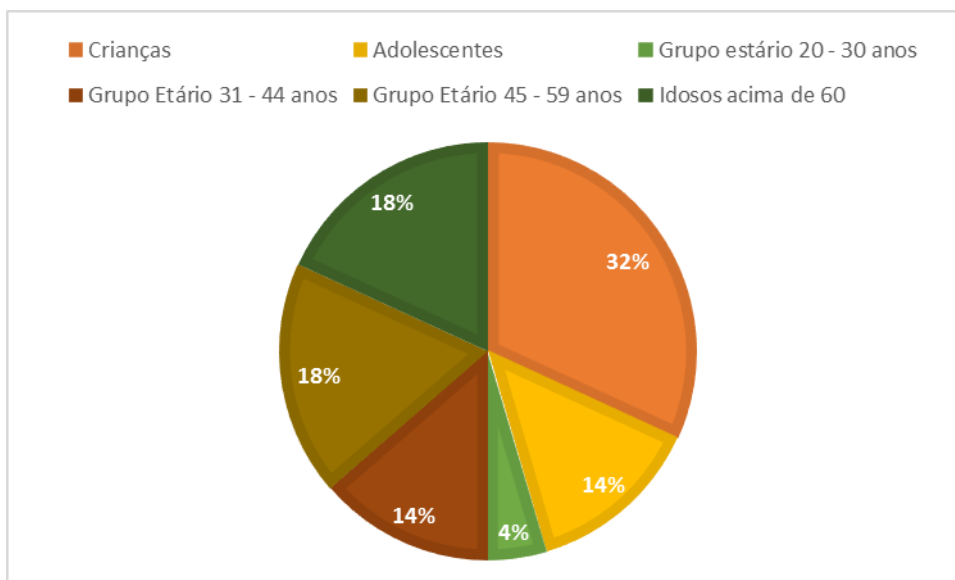
Com as respectivas proporções, observamos que no assentamento Dandara residem um número menor de famílias assentadas, no entanto a composição familiar (número de pessoas por família) deste grupo é maior que no Tereza do Cedro. Em 05 famílias no Dandara registramos um total de 22 pessoas assentadas (Gráfico 1), sendo elas:

- 07 crianças¹³; (Segundo o Estatuto da Criança e Adolescente).
- 03 adolescentes;
- 01 jovem no grupo etário de 18 a 29 anos;
- 03 adultos no grupo etário de 30 a 44 anos;
- 04 adultos no grupo etário de 45 a 59 anos;
- 04 idosos no grupo etário de 60 a 74 anos¹⁴.

¹³ A faixa etária criança e adolescente foi delineada de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente que estabelece em seu artigo 2º: Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade (BRASIL, 1990).

¹⁴ Segundo o artigo 1º Estatuto do Idoso: “É instituído o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.” (BRASIL, 2003a).

Gráfico 1: Grupo etário das famílias dos entrevistados e entrevistadas no Assentamento Rural Dandara



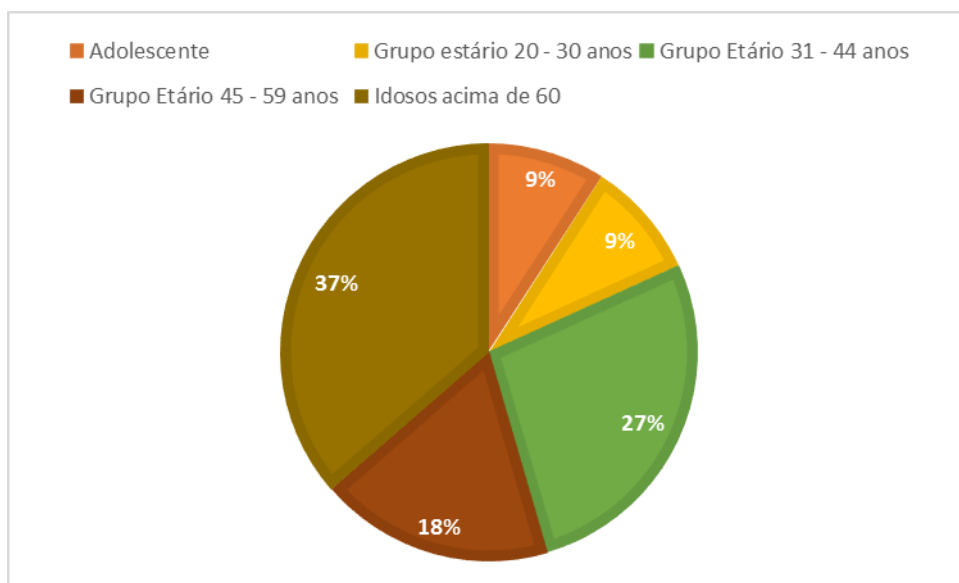
Fonte: Elaborado por Gabriela Masson - Dados da pesquisa (2016).

Já no assentamento Tereza do Cedro, observamos nas 5 famílias, uma composição familiar que soma 11 pessoas assentadas (Gráfico 2), sendo elas:

- 01 adolescente;
- 01 jovem no grupo etário de 18 a 29 anos;
- 03 adultos no grupo etário de 31 a 44 anos;
- 02 adultos no grupo etário de 45 a 59 anos;
- 04 idosos no grupo etário de 60 a 74 anos.

Cerca de 40,90% do grupo familiar das famílias que residem no Dandara é composto por crianças, idosos e adultos com mais de 45 anos, o que não se registra no assentamento rural Tereza do Cedro em cuja composição familiar não observamos a presença de crianças e apenas um adolescente e um jovem (18,18%). Por meio da observação participante realizada nas reuniões da assistência técnica da Agrolago no assentamento Tereza do Cedro, também não observamos a presença deste segmento, assim como observamos configurações familiares com presença majoritária de adultos e idosos.

Gráfico 2: Grupo etário das famílias dos entrevistados e entrevistadas no Assentamento Tereza do Cedro



Fonte: Elaborado por Gabriela Masson - Dados da pesquisa (2016).

Com relação à presença de idosos nas composições familiares pesquisadas, constatamos que no assentamento rural Dandara eles representam 18,18% dos membros das famílias estudadas, ao passo que no Assentamento Tereza do Cedro, respeitada a proporção de pessoas, este segmento representa 36,36%. Nas visitas realizadas nos assentamentos rurais, verificamos que no Tereza do Cedro há predominância de grupos familiares mais envelhecidos, até mesmo porque este é o assentamento mais antigo do município. O envelhecimento dos assentados e assentadas incide diretamente em diversas questões do assentamento como: dificuldades de locomoção, trabalho, produção e, conseqüentemente, na organização dos assentados e assentadas.

A porcentagem de idosos nos grupos familiares pesquisados é de 24,24%; de adultos, 36,36%; de jovens, 6,06%; e de crianças e adolescentes é 27,27%. Ou seja, apenas 33,33% dos membros destas composições familiares são crianças e adolescentes.

Categorias analíticas e apresentação da reconstrução do real

O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, embora

seja o verdadeiro ponto de partida e, portanto, o ponto de partida também de intuição da representação (MARX, 2008, p. 260).

Neste manuscrito, a teoria social crítica subsidiou todo o arsenal categórico que orientou a reconstrução da realidade concreta a partir de suas “muitas determinações”, nos termos de Marx (2008). Foi por meio do constante processo de sínteses que construímos a “unidade do diverso”, que se manifesta no todo desta construção. Nesta direção, o método que sustentou este movimento, do real para o real, foi o materialista histórico dialético (e só pode ser), pois ele proporcionou a emanção das contradições da realidade objetiva/material, e por meio de categorias “que exprimem formas de vida” nos aproximou da reconstrução do concreto (MARX, 2008).

Doravante, as categorias captadas em sua “aparência” durante a pesquisa de campo foram reconstruídas e articuladas na totalidade da tese e permitiram a aproximação da “essência” do real. A sistematização e organização dos capítulos foi um desafio que evidenciou o quanto a construção do conhecimento teórico-prático (concreto pensado) é complexo e se expressa por meio de um movimento contraditório e dialético. Assim, este manuscrito se delineia em duas grandes partes articuladas entre si. A **“Parte 1: O movimento do capital no campo brasileiro: Questão agrária, agronegócio, movimentos sociais e a particularidade de Minas Gerais”** e a **“Parte 2: A Reforma Agrária em Uberaba: Uma análise a partir dos assentamentos rurais Tereza do Cedro e Dandara”**.

A Parte I é constituída por dois capítulos. No Capítulo 1: **“A sujeição da agricultura ao capital no modo de produção capitalista brasileiro: questão agrária, “modernização conservadora” e agronegócio”** partimos da acumulação primitiva do capital que resultou no surgimento do modo de produção capitalista e na expropriação camponesa de seus meios de produção. Este processo econômico, político, social, e, portanto, histórico foi a alavanca para acumulação do capital e da sociabilidade regida sob órbita e controle do mesmo. A questão agrária, por sua vez, é resultante estrutural desta contradição precípua do capitalismo, fundada na expropriação e na exploração de uma classe sobre a outra em detrimento da justiça social. Esta totalidade se manifesta no Brasil, que se constitui, enquanto nação, como colônia de exploração de Portugal e, conseqüentemente, a concentração fundiária e o trabalho do negro escravizado são os pilares que fundam a questão agrária, manifestação da questão social brasileira. Desta forma, a ausência da

Reforma Agrária é o pressuposto do modo de produção e reprodução do capitalismo no Brasil brasileiro, que possui particularidades que agudizaram a desigualdade social como o “processo de modernização conservadora” e na atualidade sua “nova roupagem” é reinventada pelo agronegócio. Problematizar teoricamente esta conjuntura é apreender a totalidade em que se insere as opções históricas do Estado brasileiro para a não realização da reforma agrária, que sempre foi empreendida como uma política pobre para pobre, garantindo assim a hegemonia das elites nacionais e internacionais.

No Capítulo 2: **“Minas gerais, Triângulo Mineiro e Uberaba: Agronegócio e a existência da questão agrária como manifestação da questão social”**, elucidamos e discutimos a existência e latência da questão agrária como manifestação da questão social em Uberaba, a partir da interlocução com a totalidade que compõe a realidade brasileira e mineira. Essa mediação para a particularidade que tem na tônica da luta de classes, expressa pela organização, mobilização e luta dos movimentos sociais que ocupam terras no Brasil, no Triângulo Mineiro e em Uberaba, a contradição como categoria transversal que constitui a Parte 1 desta tese. É no embate entre as classes sociais que a questão agrária é desvelada em uma conjuntura de pujança do agronegócio. Também situamos o leitor a respeito da origem e constituição do Serviço Social que embora tenha sua gênese associada à moralização da questão social, possui na atualidade um arsenal teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo fundado na teoria social crítica. Assim, a formação e atuação do assistente social diante da atual conjuntura e também nas políticas públicas implementadas pelo Estado são respaldadas pelo Projeto Ético-Político construído pela categoria profissional e tracejado por princípios que se traduzem na luta por uma sociedade mais justa sem dominação de classe.

No Capítulo 3: **“Os assentamentos rurais de Uberaba: espaços de contradição e construção”**, que inaugura a Parte 2 da tese, trazemos à tona o processo sócio histórico de constituição dos assentamentos rurais Tereza do Cedro e Dandara a partir dos sujeitos da reforma agrária: assentados e assentadas. Estes sujeitos, por meio de muita luta e resistência, contradição e (re) construção recriam a própria reprodução social diante de tantos desafios impostos em seus cotidianos. As ocupações nos latifúndios da Fazenda Santa Tereza do Cedro e São Sebastião - “Tijucu” - são expressões da luta de classes em Uberaba, da constituição do

campesinato, dos sem-terra, trabalhadores e trabalhadoras que tiveram suas trajetórias perpassadas pelo trabalho nos moldes desta sociabilidade capitalista. A particularidade discutida neste capítulo está relacionada e atrelada à totalidade que os Capítulos 1 e 2 elucidaram e que foi o alicerce para no Capítulo 4: **“A Agricultura patronal/agronegócio e a agricultura camponesa/familiar em Uberaba: a realidade da produção nos assentamentos rurais”**. Neste capítulo, esgrimimos nosso posicionamento em relação ao debate da reforma agrária como política pública de desenvolvimento ou política social. Os territórios camponeses onde essencialmente estão circunscritos os assentamentos rurais necessitam de políticas públicas de desenvolvimento a partir da lógica do trabalho familiar, sendo que é nesta perspectiva que a reforma agrária reclama ser pensada pelo Estado enquanto política pública estrutural e redistributiva e não política social com viés compensatório. As agriculturas patronal/agronegócio e agricultura camponesa/familiar em Uberaba são discutidas a partir de elementos concretos da pesquisa de campo que evidencia o quanto a produção nos assentamentos rurais estudados pode contribuir com a agricultura camponesa em Uberaba, embora os desafios da produção da população assentada ainda seja interpelada.

No Capítulo 5: **“A reforma agrária como uma política pública de desenvolvimento e/ou política social? Uma análise a partir da realidade dos assentamentos rurais Tereza do Cedro e Dandara em Uberaba/MG”** recorreremos à análise dos benefícios sociais da política de assistência social e previdência social na reprodução das famílias assentadas, bem como o alcance das políticas sociais que compõem as ações da reforma agrária na garantia dos direitos sociais dos assentados e assentadas. Em seguida discutimos o acesso aos programas de crédito rural e programas que compõem as ações de reforma agrária como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na vida dos assentados e assentadas. Portanto, no movimento de reconstrução do real partimos da totalidade, apreendemos a singularidade e finalizamos a tese com a discussão da particularidade. A reforma agrária em curso em Uberaba tem se materializado como política pública de desenvolvimento ou política social?

Convidamos o caro leitor a desbravar este campo de mediações conosco!

Boa leitura e análise!

**PARTE 1 O MOVIMENTO DO CAPITAL NO CAMPO BRASILEIRO: QUESTÃO
AGRÁRIA, AGRONEGÓCIO, MOVIMENTOS SOCIAIS E A
PARTICULARIDADE DE MINAS GERAIS**

**CAPÍTULO 1 A SUJEIÇÃO DA AGRICULTURA AO CAPITAL NO MODO DE
PRODUÇÃO CAPITALISTA BRASILEIRO: QUESTÃO AGRÁRIA,
“MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA” E AGRONEGÓCIO**

Procissão dos Retirantes

Terra Brasilis, continente,
 Pátria mãe da minha gente
 Hoje eu quero perguntar
 Se tão grandes são teus braços, por que negas um
 espaço aos que querem ter um lar?
 Eu não consigo entender
 Que nesta imensa nação
 Ainda é matar ou morrer
 Por um pedaço de chão
 Lavradores nas estradas
 Vendo a terra abandonada
 sem ninguém para plantar
 Entre cercas e alambrados, vão milhões de condenados
 a morrer ou mendigar

Eu não consigo entender
 Achar a clara razão
 de quem só vive pra ter
 E ainda se diz bom cristão

No eldorado do Pará
 Nome índio Carajás,
 o massacre aconteceu
 Nesta terra de chacinas
 essas balas assassinas
 todos sabem de onde vêm
 É preciso que a justiça e a igualdade
 sejam mais que palavras de ocasião
 É preciso um novo tempo em que não seja só promessa
 repartir até o pão
 A hora é essa de fazer a divisão

Eu não consigo entender
 Que em vez de herdar um quinhão
 teu povo mereça ter
 só sete palmos de chão

Nova leva de imigrantes
 Procissão dos retirantes
 Só a terra em cada olhar
 Brasileiros, vão com nós
 Vão gritando, mas sem voz
 Norte a sul
 não tem lugar

Eu não consigo entender que nessa imensa nação
 ainda é matar ou morrer
 por um pedaço de chão

Pátria amada, ó Brasil
 De quem és, ó mãe gentil

eu insisto em perguntar

Dos famintos, das favelas
ou dos que desviam verbas
pra champagne e caviar

Eu não consigo entender
Achar a clara razão
de quem só vive pra ter
E ainda se diz bom cristão

(Pedro Munhoz)

1.1A questão agrária brasileira no complexo agroexportador e sua relação com o modo capitalista de produção

Senhores: o progresso do Brasil exige que seja modificado o conceito de propriedade monopolista da terra. É a miséria da grande massa camponesa sem terras que determina a miséria da renda nacional, e, conseqüentemente da renda pública. (PRESTES, 2012, p. 28).

A questão agrária tem seu germe na contradição estrutural do modo de produção capitalista que produz concentração da riqueza, que por sua vez é socialmente construída e privadamente apropriada, paralelo a expansão da desigualdade social engendrada pelo pauperismo¹⁵. É produto de um conjunto de fatores econômicos, políticos, sociais e históricos que sujeitam a terra ao capital e impulsionam o embate entre as classes sociais. Logo, a questão agrária na sociabilidade regida pelo capital expressa um processo de concentração, expropriação, exploração, exclusão e subalternidade¹⁶, inerentes a lei geral de acumulação capitalista.

Segundo Marx (2009b), mais especificamente no Capítulo V de *O Capital*, qualquer produção de bens em qualquer modo de produção realiza-se por meio do processo de Trabalho, que envolve os seguintes elementos: os meios de Trabalho: tudo o que se vale um homem para trabalhar, por exemplo, instrumentos e terra; os

¹⁵ Destarte a esta categoria apontada por Marx no Capítulo XXIII de *O Capital*, está atrelada ao surgimento da questão social, enquanto um mal necessário do desenvolvimento capitalista em todos os seus estágios – ainda que não com essa denominação - em um primeiro momento pontuado por ele como: *indigência* e *pauperismo* alastrados no cenário da Revolução Industrial na Inglaterra entre o período de 1846 a 1866.

¹⁶ A inserção do campesinato no modo de produção capitalista historicamente se deu de forma subalterna. Para além da expropriação e exploração, o campesinato produziu e se reproduziu desta forma, embora tal condição esteja presente na pauta dos movimentos sociais para a superação

objetos de Trabalho: tudo aquilo que incide o trabalho humano, como matéria já modificada; e a força de Trabalho, energia humana utilizada no processo de trabalho para satisfação de necessidades humanas. O Conjunto destes elementos é designado por Marx (2009b) pelas forças produtivas que operam dentro das relações entre homens (ser social) e a natureza e entre os próprios homens, sendo determinadas pelo modo de produção vigente. Na história da humanidade, podemos observar o modo de produção escravista, modo de produção feudal e o modo de produção capitalista (MARX, 2009b; PAULO NETTO; BRAZ, 2006).

Assim, neste Capítulo, discutiremos e problematizaremos a questão agrária imbricada aos elementos que fundam e determinam o modo de produção capitalista, ou seja, o entendimento da questão agrária não se dá somente pelo prisma da concentração fundiária. As leis fundamentais que organizam a questão agrária na atualidade são as leis fundamentais deste modo de produção, problematizadas por Marx (2009b) no Capítulo XXIII de *O Capital: A Lei geral de acumulação capitalista*, delineado pelo surgimento do comércio, produção de mercadorias, força de trabalho livre para ser vendida, comercializada e explorada, propriedade privada dos meios de produção concentrados e centralizados nas mãos de determinada classe (burguesia), luta de classes e excedente econômico¹⁷, e, conseqüentemente acumulação do capital e o desenvolvimento do modo de produção capitalista, conforme:

¹⁷ Segundo Marx (2009b), o surgimento do excedente econômico levou à dissolução das comunidades primitivas que surgiram há 40 mil anos com os primeiros existentes da terra que viviam em civilizações às margens do Nilo e de Eufrates, e na Índia e China. Viviam no chamado comunismo primitivo em que a igualdade e a diferenciação social eram mínimas. Com o processo de evolução histórica, a comunidade passou a produzir mais do que precisava para suas necessidades imediatas, surgindo a possibilidade de acumular produtos de trabalho, o que justifica a exploração e a escravidão, marcadas pelo surgimento do modo de produção escravista circunscrito há 3000 mil anos antes de Cristo até a queda do Império Romano. Deste modo de produção advêm relações sociais presididas pelo antagonismo entre proprietários de terra e escravos aprisionados por meio das guerras e a instituição da propriedade privada dos meios fundamentais de produção que legitimaram a exploração do homem pelo homem, diversificação da produção de bens com o incremento da produção de mercadorias (produção mercantil), estimulando o comércio entre as distintas sociedades, bem como o nascimento da mercadoria (ainda sob formas de troca) e divisão do trabalho ainda com o controle total da produção (sexual/ cidade e campo, atividades manuais e intelectuais). Já acerca do modo de produção feudal, estruturado na Europa por volta do século XI, com crise no século XIV, a centralização imperial foi substituída pelos feudos pertencentes a um nobre (senhor feudal) que sujeitava os produtores diretos (servos) a sua forma de produção. A economia no feudalismo era essencialmente rural e autárquica, cada feudo compunha-se de uma área de terra de extensão variável e a produção era destinada ao autoconsumo à troca (que se intensificava cada vez mais) e centrada no trabalho artesanal, aqui se deu o florescimento do comércio de economia mercantil. A dissolução dos feudos aconteceu por meio do esgotamento das terras e pelas lutas entre classes (proprietários fundiários e camponeses). O excedente, advindo do processo sumariamente descrito, Marx (2009b) denominou de “acumulação primitiva do capital”, que culminou no surgimento do modo de produção capitalista.

São, portanto, ao mesmo tempo métodos para produzir capital com capital ou métodos para acelerar sua acumulação. A conversão contínua de mais-valia em capital se patenteia na magnitude crescente do capital que entra no processo de produção e se torna base da produção em escala ampliada, dos métodos que a acompanham para elevar a força produtiva do trabalho e acelerar a produção de mais-valia. Se certo grau de acumulação do capital se revela condição do modo de produção especificamente capitalista, este reagindo, causa acumulação acelerada do capital. Com acumulação do capital desenvolve-se o modo de produção especificamente capitalista, e, com o modo de produção especificamente capitalista, a acumulação do capital. (MARX, 2009b, p. 727- 728).

Na sequência, no Capítulo XXIV: *A chamada acumulação primitiva*, Marx (2009b) estudou e problematizou o desenvolvimento do capitalismo na Inglaterra cuja origem sucedeu da chamada “acumulação primitiva do capital” que é o ponto de partida da acumulação capitalista. Este processo, que sucedeu do roubo e do saque, resultou na “expropriação” dos camponeses¹⁸ da propriedade dos meios pelos quais realizavam seu trabalho e sua subsistência. É um processo advindo da Revolução Burguesa ainda em 1798 e da dissolução das sociedades feudais, em que a força de trabalho torna-se mercadoria para ser vendida e comercializada nos centros urbanos. O processo que cria o sistema capitalista pressupõe:

[...] a dissociação entre trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam trabalho [...] O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos. A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista. (MARX, 2009b, p. 828).

Partindo dos elementos estruturais que determinam a questão agrária no capitalismo, é evidente que o modo capitalista de produção gera conflitos e tensões advindos da luta de camponeses/trabalhadores (expropriados) das condições de reprodução e trabalho. Segundo Marx (2009b, p. 829): “[...] grandes massas humanas, súbita e violentamente privadas de seus meios de subsistência foram lançadas no mercado de trabalho como levas de proletários destituídas de direitos.” Esse processo denominado por Marx e Engels (2008) de “expropriação dos camponeses” na história da acumulação primitiva do capital, foi a alavanca para o desenvolvimento da indústria têxtil e da Revolução Industrial, e, conseqüentemente constituição do capital industrial. A expropriação do camponês de suas terras,

¹⁸ Destacamos o que vem a ser a categoria “camponês” utilizada por Marx no Capítulo XXIV de *O Capital* denominado *A chamada acumulação primitiva*.

expulso do campo e acometido a se submeter a jornadas ininterruptas de trabalho, constitui a base estrutural que alavanca a classe capitalista em formação.

Marx (2009b) não faz alusão à extinção do camponês¹⁹ ao problematizar o processo sócio histórico de constituição da sociedade capitalista, mas o expropria dos meios de produção e reprodução da vida. Esta expropriação acomete tal categoria social à condição de proletarização e assalariamento, como forma de subsistência e sobrevivência. Assim, Marx (2009b) problematiza a formação do proletariado, enquanto classe social e o camponês²⁰, por sua vez, está inserido nesta totalidade enquanto classe que vive e sobrevive a partir da venda da força de trabalho que se torna mercadoria no modo de produção capitalista.

Entendendo que este processo possui peculiaridades em cada país considerando os diferentes contextos sócio históricos, destacamos que no Brasil a questão agrária possui sua particularidade expressa por dimensões políticas, econômicas e sociais singulares à nossa própria formação social. Conforme pontua Mazzeo (2015, p. 25, grifo do autor): “[...] a formação social (ou econômica-social) brasileira enquanto *particularidade histórico-concreta* estabeleceu – dialeticamente – com a *universalidade modo de produção capitalista*.”

Sendo assim, o Brasil, enquanto colônia de exploração, foi roubado e saqueado por Portugal, que por sua vez possuía posição marginal no circuito externo de mercantilização. A luta pela terra está presente em nosso território desde a colonização, conforme destaca Morissawa (2001, p. 55, grifo do autor):

[...] **a luta pela terra no Brasil** nasceu naquele mesmo instante em que os portugueses perceberam que estavam em uma terra sem cercas, onde encontravam tudo muito disponível. Os habitantes do local, então, diante de armas e intenção nunca imaginadas, teriam muito que lutar contra esse **verdadeiro caso de invasão**.

Portanto, as tensões e contradições advindas do modo capitalista de produção ajudam a compor a questão agrária no Brasil, pois os indígenas já viviam neste território e possuíam suas respectivas formas de viver e produzir. Com a invasão foram expropriados em nome do processo de expansão do capital.

¹⁹ Ao longo da tessitura deste manuscrito iremos tratar da discussão do campesinato: “como categoria analítica e histórica, constituído por poli produtores, integrados ao jogo de forças sociais do mundo contemporâneo.

²⁰ No caso particular da formação social brasileira, Neves (2009, p. 11) aponta: “[...] formas camponesas coexistem com outros modos de produzir, que mantêm relações de interdependência, fundamentais à reprodução social nas condições hierárquicas dominantes.”

Vários elementos alteram a questão agrária, pois o capital a organiza a organiza de formas distintas. Na atualidade, ela possui particularidades que determinam a vida dos “sem-terra” no Brasil, que travam cotidianamente um enfrentamento contra a hegemonia do capital financeiro e sua criação: o “inimigo principal da reforma agrária hoje, o agronegócio”, que adentra cada vez mais no nosso território nacional, “abocanha” nossos recursos naturais e coopta a vida daqueles que vivem da/e para a terra por meio da agricultura camponesa (MOVIMENTO DOS, 2013, p.6). Parafraseando Sampaio Júnior (2013, p. 93): “[...] enquanto as relações econômicas, sociais e políticas inerentes a essa dinâmica não forem removidas, o desenvolvimento brasileiro estará travado por uma ‘questão agrária’.”

Procurando entender a particularidade brasileira e as mediações que a compõem com a finalidade de tecer uma análise que se aproxime da totalidade que envolve o Triângulo Mineiro e Uberaba/ Minas Gerais, recorreremos, a princípio, à compreensão do processo sócio histórico que auxiliará no entendimento da estrutura fundiária no Brasil atinente ao processo de colonização/exploração a que fomos submetidos enquanto colônia. Ou seja, entendendo conforme Sampaio Júnior (2013), a questão agrária brasileira possui determinantes de um processo que advém de questões políticas, sociais e econômicas, portanto historicamente determinadas, inerentes ao modo de produção aqui vigente e ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro nos termos de Florestan Fernandes (1975) é periférico e dependente dos grandes centros comerciais, que nunca eliminou o latifúndio²¹.

Nesta perspectiva, ainda convivemos com a herança colonial dos grandes latifúndios que perduram e ratificam a exclusão dos que vivem e trabalham na terra. Ou seja, a ausência de reforma agrária e a consequente permanência da concentração fundiária no Brasil, segundo Barbosa (2012, p. 71),

[...] é uma das maiores do planeta. Apenas 0,8% dos proprietários rurais ocupam 31,6 % das terras agricultáveis. Já os proprietários com áreas inferiores a 200 hectares representam 91,9% do total e possuem apenas 29,2% de terras agrícolas no país. Estima-se que a realização da reforma agrária, promovendo a desconcentração da estrutura fundiária, beneficiaria diretamente 2,5 milhões de famílias sem-terra.

²¹ Embora varie em cada Estado, a partir do módulo fiscal, geralmente, propriedades acima de mil hectares já são consideradas grandes propriedades. A Lei 8.629 de 25 de fevereiro de 1993 dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária.

Stedile (2012a)²² traz uma interpretação da situação da concentração fundiária brasileira. Desde o período de colonização (1500 a 1850), a concentração fundiária foi movida sob a égide da produção agrícola agroexportadora, então capitaneada pela hegemonia do capital mercantil europeu, que diante da fertilidade de nossas terras e dos recursos naturais aqui existentes, engendrou o processo de exploração e produção por meio da instalação das capitanias hereditárias para fins de exportação para o mercado europeu, conforme destaca:

Tal modelo de produção, sob a égide das leis do capitalismo, produzindo apenas produtos agrícolas e minerais para o abastecimento do mercado europeu, foi denominado pelos nossos historiadores de modelo agroexportador. A amplitude desse modelo era tal que, segundo as primeiras estatísticas macroeconômicas organizadas pelo Banco do Brasil em meados do século 19, naquela época, a colônia Brasil exportava mais de 80% de tudo que era produzido em nosso território. (STEDILE, 2012a, p. 22).

Não existia **propriedade individual** da terra, pois esta pertencia à Coroa Portuguesa que até 1850 a distribuía a posse para quem tivesse disponibilidade de capitais e o compromisso de produzir para o mercado europeu. Os donatários, assim chamados os nobres portugueses responsáveis pelas capitanias, tinham autorização para entregar as parcelas de terra, as “sesmarias”, às pessoas com direito a produção (uso). Tal ciclo ainda evidencia que para ter acesso à terra era essencial ser amigo do rei e pertencer à nobreza, diferentemente da Europa e Estados Unidos da América (EUA) (GORENDER, 2012; STEDILE, 1997, 2012a).

A organização da produção agrícola em nosso território se deu sob a forma de “plantation” ou ainda nos termos de Gorender (2012): “plantagem”, que era a forma de organizar a produção agrícola capitalista nas colônias. A plantagem pode ser caracterizada por grandes produções agrícolas, e especificamente no cenário brasileiro, sob a prática da monocultura (cana-de-açúcar), com mão de obra negra e indígena escravizadas, voltada para a exportação, com utilização de alta tecnologia, uma vez que açúcar, na época, precisava ser processado para ser exportado.

Sobre o capital investido nesta produção, constatamos que no caso brasileiro o mesmo não adveio do “processo de acumulação primitiva” do capital e do surgimento

²² João Pedro Stedile, economista e militante da reforma agrária brasileira, acompanha o MST desde o seu surgimento estando hoje nacionalmente à frente deste movimento social. Possui vasta bibliografia sobre a questão agrária brasileira, dentre elas a coleção: “A questão agrária no Brasil” organizada em oito volumes. Encontramos nestas obras um debate atual, crítico e revolucionário acerca da questão agrária no Brasil.

do excedente econômico, conforme o modo de produção capitalista europeu, mas sim, de capital externo, resultante da “acumulação primitiva” do capital europeu.

Segundo Gonçalves Neto (1997), a combinação entre trabalho escravo, engenho como elemento central e a grande propriedade como alicerce, corroborou para que a economia açucareira se consolidasse rapidamente, transformando-se na base da economia colonial, mantendo a situação até fins do século XVII.

Com o fim das capitanias hereditárias, processo que pode ser delineado a partir de 1759, a Coroa portuguesa edificou-se como a única autoridade na colônia brasileira. Dessa forma, até 1822, ano da proclamação da independência, a questão da terra ficou à mercê de uma regulamentação. Este hiato em nossa história e a liberdade com que as sesmarias foram concedidas provocou a constituição dos enormes latifúndios – apropriações políticas – que ocupavam todas as regiões mais importantes economicamente. “Haviam latifúndios com 132 km de extensão”, segundo Morissawa (2001, p. 70).

O marco legal decretado pelo Império Brasileiro, sob a regência de Dom Pedro II, foi a 1ª Lei de Terras no Brasil, a Lei nº 601 de 1850, que nos termos de Stedile (2012a, p. 25) significou o “batistério do latifúndio no Brasil”, regulamentando e consolidando o modelo da grande propriedade rural brasileira, o “latifúndio de monocultura extensiva para exportação”. Tal legislação restringiu o direito a posse da terra aos ex-escravos, aos brasileiros pobres, aos posseiros e imigrantes, restando a estes o trabalho assalariado nos latifúndios. Desta forma, o direito à terra estava restrito àqueles que, por meio da compra, legalizassem-nas em cartório, mediante o pagamento de uma quantia estipulada pela Coroa. Ou seja, quem comprava terras no Brasil? Esta lei discriminou os pobres e impediu os negros escravos libertos de se tornarem proprietários, pois nem uns nem outros possuíam condições objetivas para adquirir parcelas de terra da Coroa.

Neste contexto, diante pressões inglesas para substituição da mão de obra escrava pela assalariada no Brasil; o que já havia sido feito na maioria dos países ingleses e americanos; juntamente e sobretudo com a força da própria organização dos negros escravizados nos Quilombos²³, em 1888, foi promulgada a Lei Áurea no Brasil, que no plano legal sinalizou o fim da escravidão em território brasileiro.

²³ Problematicaremos a constituição dos Quilombos, enquanto espaços de luta e resistência contra a escravidão, no item 2.3 deste Capítulo.

Foram libertos 2 milhões de negros escravizados, que sem alternativas e desempregados, migraram para cidades como Rio de Janeiro, Recife e Salvador em busca de sobrevivência e subsistência, a fim de vender a força de trabalho, então livre. A mão de obra negra e liberta não foi incorporada ao mercado de trabalho brasileiro, já que a saída estratégica adotada pela Coroa foi sua substituição pela mão de obra imigrante que ancorou no Brasil diante o avanço do capitalismo industrial no final do século XX na Europa. Segundo Stedile (2012a, p. 27): “[...] a Coroa atraiu para o Brasil, no período de 1875-1914, mais de 1,6 milhões de camponeses pobres da Europa”, que aqui se estabeleceram em sistema de colonato²⁴, começando a formar o que Ianni (2012) denomina como “campesinato”²⁵ brasileiro, que vai se alastrar nas fazendas de café, então instituídas no Brasil.

Do ponto de vista econômico, Josiane Santos (2012) esclarece que o período de 1889, data da proclamação da república, a 1930 é um período importante para a consolidação do capitalismo no Brasil, pois sucede a abolição do trabalho escravo e a instituição progressiva do trabalho assalariado como regime de trabalho no país.

É uma fase de transição marcada pelo fim do sistema colonial, pela criação da república e pela presença de bloqueios à industrialização, advindos da própria condição escravista da economia. Período de instalação da grande propriedade fundiária no Brasil e da “grande exploração agromercantil”, nos termos de Prado Júnior (2000). Para este autor, a grande exploração agromercantil representa na economia rural brasileira as relações de produção e de trabalho que são determinadas por condições que mantêm de um lado os empresários do negócio, que são os grandes proprietários; e do outro os trabalhadores e trabalhadoras que são a mão de obra. Esta relação é perpassada por uma latente exploração.

Em 1929 eclodiu a segunda crise sistêmica²⁶ do modo de produção capitalista advinda de uma crise societária de superprodução capitalista após o término da I

²⁴ Por este sistema os colonos recebiam uma determinada lavoura pronta, formada anteriormente pelo trabalho escravo, ali se instalavam e permaneciam produzindo para o dono da terra com seus meios de subsistência.

²⁵ Sobre esta categoria, trataremos com maior profundidade no decorrer da tese.

²⁶ As crises no modo capitalista de produção não são apenas as financeiras, já que não existe capitalismo sem crise, são *crises cíclicas* que, desde a segunda década do século XIX, o capitalismo vem experimentando regularmente e que não necessariamente conduzem-no ao seu fim, mas sim em mais capitalismo. Segundo Paulo Netto (2012, p. 415, grifo nosso), “[...] a chamada crise sistêmica, que não é uma mera crise que se manifesta quando a acumulação capitalista se vê obstaculizada ou impedida. A crise sistêmica se manifesta envolvendo **toda a estrutura da ordem do capital**. A primeira destas crises emergiu em 1873, tendo como cenário principal a Europa e se prolongou cerca de vinte e três anos; marcada por uma depressão de mais de duas décadas, ela só se encerrou em 1896.”

Guerra Mundial e queda massiva do consumo. Os Estados Unidos da América (EUA) lucravam com a exportação de alimentos e produtos industrializados aos países aliados no período pós-guerra, conseqüentemente com a retração do consumo na Europa as indústrias norte-americanas vivenciaram um cenário de ausência de vazão para a escoação da produção. A este respeito Paulo Netto (2012, p. 411), complementa:

A segunda crise sistêmica que o capitalismo experimentou explodiu em 1929 e, como todo mundo sabe, foi catastrófica; não teve por espaço apenas uma região geopolítica determinada: ela envolveu o globo; durou em torno de dezesseis anos e só foi ultrapassada no segundo pós-guerra.

Os rebatimentos desta crise no Brasil assolaram a produção de café que excedia a demanda mundial, já que em 1930 era o produtor mundial²⁷ deste produto. O Estado, estrategicamente, adquiria a produção excedente e a destruía, além de proibir que novas mudas fossem plantadas com o fim de manter um preço mínimo rentável do produto. Conforme salienta Graziano Neto (1988, p. 25): “[...] basta recordar que na década de 1930 foram queimadas perto de 80 milhões de sacas de café, cerca de quatro vezes a produção atual do país.”

Desta forma, alguns setores emergentes da sociedade brasileira, como por exemplo a burguesia industrial nascente, engendraram uma “revolução política”, tomando o poder da oligarquia rural exportadora impondo um novo modelo econômico chamado por Josiane Santos (2012) e Stedile (2012a) de “modelo de industrialização dependente” ou “industrialização restringida”, que demarca a segunda fase da constituição do capitalismo brasileiro, o industrial. Para melhor explicitar,

[...] o modelo de industrialização dependente, na conceituação dada por Florestan Fernandes, conceito esse derivado do fato de a industrialização ser realizada sem rompimento com a dependência econômica aos países centrais, desenvolvidos, e sem rompimento com a oligarquia rural das novas elites dominantes. (STEDILE, 2012a, p. 30).

Este modelo de industrialização observado a partir da década de 1930 até 1955, no primeiro governo de Getúlio Vargas no Brasil, diz respeito à um rearranjo das forças dominantes, das oligarquias agroexportadoras, cujo capital veio da

²⁷ Segundo Gonçalves Neto (1997, p. 23): “Da região do Rio de Janeiro, os cafezais rapidamente vão deslocando-se pelo Vale do Paraíba e litoral norte de São Paulo, adentrando posteriormente na região de Campinas e atingindo Ribeirão Preto, no norte do Estado, em fins do século.”

acumulação das exportações do café e do açúcar, pela burguesia emergente das classes urbanas. Isso viabilizou uma industrialização dependente economicamente dos países centrais desenvolvidos, sem rompimento da subordinação política e econômica da agricultura à indústria.

Vemos aqui, que o modo de produção capitalista foi tornando-se hegemônico na economia brasileira e que tais “classes urbanas emergentes”, compostas por **empresários industriais, classe média e militares**, fomentaram e criaram desde então as condições políticas que favoreciam a futura hegemonia do setor industrial sobre o agrário, especialmente a partir da década de 1950 (IANNI, 2012).

A necessidade da reforma agrária no Brasil foi suscitada publicamente pela primeira vez no debate da Constituinte de 1946, muito embora a maioria da Assembleia Constituinte fosse conservadora, e, portanto, representante dos interesses dos grandes fazendeiros/latifundiários. Porém, a bancada do Partido Comunista Brasileiro (PCB) representada pelo então senador Luiz Carlos Prestes denunciou a concentração fundiária brasileira nas mãos de uma minoria que já se encontrava próxima dos centros de consumo, conforme proferiu naquela ocasião:

A propriedade da terra em nossa pátria está concentrada nas mãos de uma minoria. Enquanto na França, para população idêntica à do Brasil, com extensão muitas vezes menor do que a do nosso território, existem para mais de 5 milhões de proprietários, o número de proprietários em nosso país, segundo recenseamento de 1940, é de um milhão e novecentos e tantos mil. Esta, em verdade, é situação realmente catastrófica. Além disso, a maior parte dessas propriedades, as mais úteis, as mais próximas dos centros de consumo e das vias de comunicação, está nas mãos de uma minoria que mal atinge a algumas centenas de milhares. (PRESTES, 2012, p. 17-18).

Sendo assim, nesta Constituinte foi pautada a premência da Reforma Agrária diante a concentração de terras no Brasil que, por sua vez, impelia o progresso econômico no meio rural, a distribuição de renda, produção camponesa e justiça social. A proposta de Luiz Carlos Prestes para a Constituição foi solapada pela ampla maioria do Parlamento, embora pautada em uma redistribuição para quem tivesse o interesse em produção, surgindo então a ideia de uso social para a produção.

Em linhas gerais: colonização; exploração do índio, do negro e do imigrante (em diferentes proporções, como apontadas); latifúndio; modelo agroexportador;

industrialização dependente; e capital mercantil e industrial são as categorias²⁸ que sintetizam o processo sócio histórico de invasão, exploração e saque do território brasileiro da monarquia à república. Nos termos de Stedile (2012a, p. 18),

A carência e a verdadeira ignorância sob as questões agrárias brasileiras em nosso país são frutos dessa submissão colonial, que impediu o desenvolvimento de ideias, das pesquisas e do pensamento nacional durante os 400 anos de colonialismo.

Delinear tal processo sócio histórico foi importante para a apreensão de seus reflexos sobre a perpetuação do latifúndio e intensificação da questão agrária que se deram nas páginas subsequentes da história do Brasil. Conforme Luiz Carlos Prestes já anunciava em 1946: a miséria da grande massa camponesa sem terras determina a miséria da renda nacional. Na sequência, veremos como esta realidade se perpetuou por meio de opções políticas, históricas e econômicas que intensificaram a questão agrária no Brasil, bem como a não realização da Reforma Agrária

1.2A modernização conservadora na agricultura brasileira: do complexo agroindustrial ao agronegócio e a não efetivação da Reforma Agrária

[...] a forma específica de desenvolvimento capitalista no Brasil reafirmou a grande propriedade como um dos seus baluartes. Ou seja, a história da agricultura brasileira revela uma sólida aliança entre o capital e a grande propriedade, sendo derrotada qualquer proposta no sentido de democratizar a propriedade da terra. (SILVA, J. G.²⁹, 1982, p. 36).

O latifúndio, como umas das particularidades da questão agrária brasileira, foi se arrastando na história do Brasil e os debates acerca desta problemática foram diversos. Conforme já exposto, a aliança entre capital e a grande propriedade foi o direcionamento impresso a nossa agricultura em detrimento a uma política de reforma agrária, entendida como um programa de governo para democratizar a

²⁸ Entendemos por categorias mediações apreendidas a partir da constante recorrência ao real, tendo em vista que o método dialético de conhecimento parte do real, do concreto, objetivando o conhecimento teórico como uma fiel reprodução intelectual do movimento do real (MARX, 2010).

²⁹ Reconhecemos a importância de José Graziano Silva para o entendimento da historicidade e das questões agrárias brasileiras, sobretudo no período descrito e nos estudos deste agrônomo para com a chamada “modernização dolorosa”. Mas, destacamos a sua ruptura com discussões mais progressistas que se deu a partir do momento em que ingressou na carreira política/partidária, com destaque durante o governo Lula, ocupando cargos em ministérios e sendo nomeado diretor-geral em 2011 com recondução em 2015 da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) para América Latina e o Caribe, que claramente coaduna com uma Reforma Agrária Reformista.

propriedade da terra na sociedade e garantir o seu acesso, distribuindo-a para produção, moradia e subsistência.

Entre 1940 e 1950 foram desenvolvidas nos meios acadêmico e político, tanto pela esquerda quanto pela direita brasileira, correntes teóricas e diferentes estudos empreendidos na sociedade sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo, sua natureza e problemática. Visavam analisar a realidade em relação a ações para mudanças no campo brasileiro. A partir de Stedile (2012a, 1997), José Graziano da Silva (1981) e Gonçalves Neto (1997) contextualizaremos brevemente as quatro correntes de pensamentos que sintetizaram tais teses.

Resumidamente, a primeira corrente ficou conhecida a partir do “debate cepalino” como reforma agrária para o desenvolvimento do mercado interno e da economia nacional. A segunda, defendia a reforma agrária clássica nos moldes europeus após o feudalismo que não ocorreu no Brasil. Dessa forma, Caio Prado a incrementou nominando-a de reforma agrária anticapitalista. A corrente mais insipiente, porém, importante, foi a de uma reforma agrária pautada na doutrina social da pequena propriedade capitaneada pela igreja católica justiça social. Já a quarta corrente defendia uma reforma agrária socialista.

No final da década de 1950 e início de 1960 os principais diagnósticos feitos por estudiosos, inspirados pelo arcabouço teórico da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), eram de uma reforma agrária para o desenvolvimento do mercado interno e da economia nacional. Baseavam-se na ideia de que a estrutura agrária brasileira centrada no latifúndio era um dos entraves ao processo de desenvolvimento industrial no Brasil, pois não permitia à agricultura, ainda arcaica, responder à demanda urbano industrial em expansão, sendo, portanto, um impedimento ao processo de desenvolvimento econômico. Segundo Gonçalves Neto (1997), Celso Furtado, o grande expoente desta linha de pensamento, a partir da análise de que a problemática brasileira era resultante do elemento estrutural, acreditava que não restaria alternativa a não ser um “plano global”. Sua proposta era as reformas de base, incluindo a reforma agrária e a obstacularização ferrenha dos ditos “setores atrasados da agricultura” (GONÇALVES NETO, 1997; STEDILE, 2012b, 1997).

Para a esquerda brasileira o debate conhecido como “feudalismo x capitalismo” ou “reforma agrária anti-feudal” resultante do modelo desenvolvido pelo VI Congresso da Internacional Comunista, em 1928, foi retomado e impulsionado por Alberto Passos

Guimarães, Nelson Werneck Sodré e Mário Vinhas. Para eles, nos países coloniais, semicoloniais e dependentes, que tinham a crença na existência do feudalismo, havia necessidade de promover a revolução democrática burguesa que forçasse a transição do feudalismo para o capitalismo, como ocorreu em países europeus. Ou seja, a esquerda naquele momento acreditava na possibilidade de uma reforma agrária clássica no Brasil, que sequer teve o modo de produção feudal vigente, para a eliminação do latifúndio, analisando-o como condição de entrave para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Segundo Stedile e Fernandes (2012), a esquerda brasileira defendia a reforma agrária clássica, que é a radicalização da democratização da terra, conforme destaca:

É reforma agrária clássica, capitalista. Qual era seu principal objetivo: democratizar a propriedade da terra, distribuindo a terra para os camponeses e os transformando em pequenos produtores autônomos. Com isso gera um enorme mercado interno produtor de mercadorias agrícolas para o mercado e ao mesmo tempo um enorme mercado consumidor por parte dos camponeses, que agora, com renda monetária, comprem bens de origem industrial. (STÉDILE; FERNANDES, 2012, p. 159).

A linha feudal e a linha da CEPAL possuíam ideias que se alinhavam à resposta que deveria ser construída para no campo brasileiro: a Reforma Agrária clássica capitalista.

Em 1966 Caio Prado sinalizou sua divergência em relação às teses de esquerda acerca da presença do feudalismo no Brasil, pois entendia que o modo de produção feudal não foi uma realidade no Brasil. Dessa forma, retoma as discussões a favor de uma reforma agrária anticapitalista, impulsionada pelo campesinato que possuía relações de parceria e não de servidão. Neste sentido, defendeu que a reforma agrária não deveria se fixar em apenas uma direção, conforme o modelo clássico ocorrido nos países europeus, tendo em vista as relações de trabalho aqui reestruturadas após longo período escravocrata. Defendia, também, a extensão da legislação trabalhista ao campo, proporcionando por sua vez proteção legal aos trabalhadores rurais, bem como a criação de condições para seu acesso à propriedade da terra e sobre ela exercer seu trabalho.

Uma reforma agrária como viabilização do ideal cristão, calcado na justiça social da pequena propriedade, era capitaneada pela doutrina social da igreja católica. Tal ideologia era impulsionada por meio de algumas encíclicas papais mais progressistas, por setores do PSB e por Paul Singer como intelectual.

Por último, a quarta corrente defendia o socialismo e possuía grande influência do grupo de intelectuais “cepalinos”. Seus maiores pensadores foram Rui Mauro Marini, Teotônio dos Santos, André Gunder Frank e Paulo Wright que argumentavam a premência de uma reforma agrária socialista, que viabilizasse a reorganização da estrutura fundiária com o objetivo de promover a distribuição mais justa das terras no Brasil. A perspectiva de análise desta corrente a propósito da realização da reforma agrária no país adveio de ideologias socialistas e comunistas, cuja finalidade é a de que toda propriedade privada passe a ser propriedade coletiva. Esta é uma condição prévia e necessária para a prospecção de uma nova ordem social justa e equitativa (GONÇALVES NETO, 1997).

Todo este arsenal teórico, científico, político e militante, advindo dos movimentos sociais, repercutiu nas ações do governo, pois que o presidente João Goulart incluiu a reforma agrária entre as reformas de base que o Brasil necessitava para objetivar seu desenvolvimento. No entanto:

[...] num histórico comício político, em 13 de março de 1964, anunciou no Rio de Janeiro que enviaria ao Congresso uma Lei de Reforma Agrária com o objetivo de desapropriar as grandes propriedades mal utilizadas que se localizassem a até 100 quilômetros de cada lado das rodovias federais. Porém, em 31 de março o governo Goulart foi derrubado e implantou-se uma ditadura militar, pondo fim a qualquer esperança nesse sentido. (STEDILE, 1997, p. 16).

Na posição de Mendonça (2010), o programa fundiário de João Goulart não se propôs em momento algum a aniquilar com o latifúndio, nem mesmo investiu radicalmente nas conhecidas reformas de base, pautava-se, na verdade, no “reformismo populista”. Para a autora, o papel histórico de evidenciar a necessidade de uma “reforma agrária na marra” coube aos movimentos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, juntamente ao movimento social pelas reformas em geral.

O caminho engendrado pelo golpe militar de 1964 foi o “cepalino” conservador que tinha como objetivo impulsionar o Brasil para o desenvolvimento do capitalismo nacional, para o fomento da indústria nacional, bem como mascarar as lutas sociais no campo. No entanto, o que presenciamos foi um amplo e massivo processo de internacionalização do país e não o impulso ao desenvolvimento nacional. Os militares aniquilaram a efervescência do debate agrário, tentando encerrá-lo pelo “argumento” da força. O modelo adotado foi a industrialização da agricultura no

início dos anos 60, que demarca a terceira fase de constituição do capitalismo no Brasil com a chamada industrialização pesada,

No início dos anos sessenta, datamos o final da fase de industrialização pesada no Brasil, instalam-se no país as fábricas de máquinas e insumos agrícolas. Assim, por exemplo, são implantadas indústrias de tratores e equipamentos agrícolas (arados, grades etc.), fertilizantes químicos, rações e medicamentos veterinários etc. Evidentemente a indústria de fertilizantes e defensivos químicos só poderia se instalar depois de constituída a indústria petroquímica; a indústria de tratores e equipamentos agrícolas, depois de implantada a siderurgia; e assim por diante. (SILVA, J. G., 1981, p. 11).

Segundo José Graziano da Silva (1982), a industrialização pesada configura um ciclo de acumulação e internacionalização e, por isso, compreende dois momentos: o da expansão, ente 1956 a 1961, apoiada no Estado e no novo capital estrangeiro que se se transfere sob a forma de capital produtivo; e o da depressão, entre 1962 e 1966, que se manifesta por uma queda das taxas de crescimento.

Há que se destacar as repercussões econômicas, políticas e sociais do modelo de industrialização dependente, ou a chamada produção pelo processo de substituição de importação³⁰ e sua crise com esgotamento na década de 1960. Muito embora, podemos observar claramente a “tríplice aliança”³¹ entre capital estatal, nacional da elite e internacional transnacional como protagonistas para que empresas estrangeiras se firmassem nos ramos mais dinâmicos da indústria brasileira que assumiu, a partir de então, o comando do processo de acumulação de capital no país Muller (1989).

Portanto, o período industrial, que compreende os anos de 1960 e 1970, pode ser considerado como aquele em que foi concluída a substituição de importações iniciada há meio século.

Destarte, data de findos da década de 1950 e início da década de 1960 o debate para redefinição do modelo ou padrão de desenvolvimento econômico que, ao

³⁰ Gonçalves Neto (1997, p. 25) didaticamente, para compreensão do esgotamento do modelo de substituição de importações, explicita: “[...] a instalação de indústrias voltadas para a produção de bens antes importados tende a expandir o mercado interno, e como esta produção substitui apenas uma parte do valor agregado (anteriormente proveniente do exterior), cresce a demanda por matérias-primas e outros insumos não produzidos no mercado interno, levando a nova crise de divisas.” Complementarmente José Graziano da Silva (1981, p. 11) explicita: “Durante essa fase, a industrialização se faz pela ‘substituição das importações’: um determinado produto que era comprado no exterior, passa a ter sua produção estimulada no país através de barreiras alfandegárias, que incluíam desde impostos elevados até a própria proibição da importação. Mas vai ficando cada vez mais difícil essa substituição. Antes eram tecidos, louças, chapéus; agora são eletrodomésticos, carros, que precisam ser produzidos internamente.”

³¹ Segundo Muller (1989) a tríplice aliança complexa entre o capital nacional da elite, o capital internacional e o capital estatal, e que nada mais é do que a forma nacional de expansão do capitalismo oligopólio do pós-guerra num país atrasado de periferia.

ser implementado, trouxe consequências estruturantes e, portanto, determinantes para o cenário brasileiro, para o campo, bem como para a reforma agrária no Brasil ou a “não Reforma Agrária” nos termos de Oliveira (2011). O referido padrão de desenvolvimento adotado consolidou a concentração fundiária brasileira agravando, por sua vez, a questão agrária, os rumos da agricultura brasileira e a configuração de desenvolvimento adotada pelo estado brasileiro. Falamos aqui do processo de **“modernização conservadora”**.

Tal modelo de desenvolvimento; expresso pela modernização agrícola, reflexo da industrialização pesada, sem reforma agrária; foi a transformação capitalista da agricultura com a intensificação do progresso técnico advindo da onda internacional da Revolução Verde e das relações sociais de produção. Esta é a tese da “modernização sem reforma” ou da “modernização dolorosa”, nos termos de José Graziano da Silva (1982).

Segundo Brum (1988), a Revolução Verde foi um programa idealizado por volta de 1943, ainda durante a Segunda Guerra Mundial, pelo grupo econômico Rockefeller, com sede em Nova Iorque, nos Estados Unidos. Seu objetivo explícito era contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícola no mundo por meio do desenvolvimento de experiências no campo, por meio da genética vegetal, para a criação e multiplicação de sementes adequadas às condições dos diferentes solos e climas, resistentes às doenças e pragas. O programa visava também contribuir para a descoberta e aplicação de técnicas agrícolas ou tratamentos culturais mais modernos e eficientes. Apontamos aqui que interesses econômicos e políticos ligados à expansão e fortalecimento das grandes corporações a caminho da transnacionalização do capital estavam envolvidos nesse processo. O desenvolvimento do programa apresentou fases distintas: a primeira foi a implantação deste modelo de produção nos países chamados do Terceiro Mundo como México, Brasil e Filipinas; a segunda fase foi o momento de expansão das técnicas utilizadas pelas empresas, que foram levadas para o resto do mundo como uma agricultura massificada. Na terceira, a que vivemos hoje, as grandes empresas dominam todas as fases do processo produtivo, desde a adoção do pacote tecnológico até a venda da produção (BRUM, 1988).

Josiane Santos (2012), sobre as particularidades do capitalismo na formação social brasileira, destaca o caráter conservador da modernização operada pelo

capitalismo no Brasil, que impulsionou uma agricultura modernizada e um setor camponês subordinado aos interesses do capital industrial.

Maria Aparecida Silva (2004) chama atenção para as consequências da modernização da agricultura, já que esta foi acompanhada pela expropriação e exploração dos pobres no campo, processo demarcado por violência produzida e reproduzida no âmbito da militarização da questão agrária, pois em razão dos conflitos de resistência a questão fundiária passou a ser controlada pelo Conselho de Segurança Nacional, órgão repressor da ditadura militar. Como consequência, a autora destaca a concentração de terra e de renda:

A modernização da agricultura significou, basicamente, o aumento e a consolidação da expansão capitalista, cujo resultado foi a chamada industrialização no campo, com a presença de grandes empresas nacionais e internacionais e a concentração acelerada da terra e da renda (SILVA, M. A. M., 2004, p. 21).

Segundo Delgado (2012), o período de 1965 a 1985 constituiu a etapa do desenvolvimento da agricultura capitalista em processo de integração com as economias urbana e industrial e o setor externo, sendo que a chamada “modernização conservadora” da agricultura possui sua nascitura atinente à derrota do movimento pela reforma agrária.

Em meio a este processo, o Estatuto da Terra³² (BRASIL, 1964) foi a primeira proposta legislativa de Reforma Agrária no país e foi promulgado pelo então presidente da república: Castelo Branco, em meio a uma crise de redefinição e consolidação das alianças que viria dar sustentação ao novo regime. O Estatuto foi considerado um marco importante no debate e nas transformações necessárias à realidade agrária brasileira. No entanto, as reivindicações do início da década de 1960, postas em pauta pelas forças progressistas, foram refreadas por militares que se apropriaram do estatuto de forma extremamente conservadora. Segundo José Graziano da Silva (1982), o mesmo trazia em seu bojo duas estratégias distintas: uma delas evidenciava um cariz claramente distributivo e voltado para a democratização da propriedade da terra; e a outra produtivista, concentradora, sinalizando assim sua relação estrita de base legal e explicativa com o processo de modernização agrícola conservadora. Seu caráter

³² Um pacote de leis agrárias foi reunido no Estatuto da Terra. Embora tenha sido um avanço legal, nada foi feito. Já em relação ao aparato do Estado, o estatuto criou o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda), posteriormente transformado pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970 no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

perverso foi evidente pela verdadeira inversão entre campo e cidade e, conseqüentemente na verdadeira opção brasileira pela grande agricultura capitalista. Sant'Ana (2012) também destaca o Estatuto do Trabalhador Rural, seguido das Leis nº 5.889 (BRASIL, 1973) e 6.019 (1978) como marcos legais de expulsão do homem do campo, bem como a legitimação da condição de volante. Conforme complementa Mendonça (2010, p. 42),

Para além de todo exposto até o momento, vale registrar que não se tratava, como frequentemente se possa depreender – e tal como o dariam a perceber os grandes proprietários rurais do período -, de uma legislação ameaçadora ao latifúndio. Muito ao contrário, ela fora concebida como um instrumento para forçar a sua modernização, particularmente por prever sua interpretação ao conceito de empresa, a qual, no estatuto, era isenta de desapropriação. Ademais, a lei de reforma agrária era, simultaneamente, uma lei de desenvolvimento agrícola [...].

Neste sentido, observamos a primeira fase do processo de modernização da estrutura de produção agrícola brasileira e seu caráter conservador operado pelo capitalismo brasileiro, ou seja, a transição do **complexo rural para o complexo agroindustrial (CAI)**. Nos termos de Muller³³ (1989, p. 18): “processo de integração indústria-agricultura” em que o padrão agrário moderno, que se manifestou com a forma complexo agroindustrial das relações entre indústria-agricultura, é distinto do padrão agrário latifúndio-minifúndio que predominou por cerca de um século no país (MULLER, 1989).

Desta transformação, observamos a mudança de padrão agrário,

O padrão agrário moderno é a expressão da aplicação das conquistas da ciência moderna da agricultura e das novas formas de organizar a produção rural. E uma das mais importantes conseqüências é a supressão do divórcio entre agricultura e indústria e entre campo e cidade. (MULLER, 1989, p. 18).

³³ Fazemos interlocução com Geraldo Muller, pois com a sua publicação: “Complexo Agroindustrial e modernização agrária”, em 1989, apreendemos a formação e constituição do complexo agroindustrial e a industrialização da agricultura no Brasil a partir da transição do complexo rural para complexo agroindustrial. Apesar deste autor não possuir um adensamento mais crítico ou uma militância progressista, sua obra é significativa na medida em que história aquele processo e problematiza as pressões exercidas pelo CAI e pelas associações e sindicatos patronais sobre a política agrícola governamental que impulsionam o aumento da taxa de lucro e acumulação do capital. No entanto, entendemos que este autor se constitui em um apologista ao progresso na medida em que em sua concepção de “padrão agrário moderno” impõe novas formas de organizar a produção rural, o que em grande medida não se constitui em um processo homogêneo para todo o campesinato. Sem contar que quando faz menção ao sistema de créditos criado pelo Estado para impulsionar a modernização em alguns estados, não problematiza o quanto tais créditos são direcionados para priorizar as grandes propriedades em detrimento do agricultor camponês.

A respeito do divórcio entre campo e cidade apontado por Muller (1989), Ianni (2012), em sua análise sobre a formação do proletariado rural no Brasil, pontua que de 1871, ano da promulgação da Lei do Ventre Livre, a 1963, ano do Estatuto do Trabalhador Rural, presenciamos o período histórico que caracteriza o trabalhador livre no Brasil como trabalhador assalariado. Portanto, estes sujeitos expulsos do mundo rural por processos excludentes e que nas décadas de 1960 a 1980 foram impelidos ao urbano pela modernização na agricultura constituem o “proletariado rural” no Brasil (IANNI, 2012).

No período de 1960 a 1980 foram deslocadas mais de 28 milhões de pessoas do campo para a cidade sem mínimas condições de trabalho e vida, circunstâncias aliadas a uma política de arrocho salarial, com reflexos na diminuição da demanda por alimentos no mercado interno e centralização da modernização em determinadas regiões do país. Muller (1989, p. 18) aponta um indicativo simples destes aspectos: “[...] pois, se em 1940 quase 70% residia no campo, em 1980 o índice pouco ultrapassava a 30% [...]”. Cabe destacar que no Brasil a classe dominante nunca foi nativa, pois cultivou em seu projeto político e trouxe ao seu ideário valores da colônia exportadora, da família portuguesa que aqui chegou e explorou e expropriou nosso país. A burguesia brasileira, classe dominante brasileira, nunca teve um projeto de nação. Nem a Reforma Agrária clássica para o desenvolvimento do capitalismo foi operada, já que não vivemos o modo de produção feudal.

Segundo Delgado (2012), o processo de integração técnica da indústria com a agricultura aconteceu nos EUA e Europa Ocidental ainda no século XX, e no Brasil tal processo foi intensificado pela agroindustrialização que ocorreu nas décadas de 1960 a 1980. O processo de integração técnica entre a agricultura e a indústria com os chamados “insumos modernos”, que envolvem indicadores de tratorização e consumo de fertilizantes (minerais, fosfatados e potássio), sinalizam a transformação da base técnica da produção rural e a consequente constituição e consolidação dos CAI's. Neste sentido, o autor destaca que embora sejam processos históricos interligados, há particularidades no tempo e no espaço do rural brasileiro, pois se trata de uma conjuntura fortemente concentrada nos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Na década de 1970, os sistemas agroindustriais criados, fortalecidos e tecnicamente melhorados constituem a “faceta moderna” da agricultura brasileira, nos termos de Delgado (2012), acrescida da circunstância da

diversificação e integração às múltiplas correntes do comércio internacional de produtos agrícolas e agroindustriais.

Muller (1989) elucida que a “modernização” se agrupou nos estados do Centro-Sul brasileiro: Minas Gerais, Goiás, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; tendo em vista o movimento de concentração da produção e centralização dos recursos econômicos e financeiros, sobretudo por parte do Estado por meio do sistema de créditos com a finalidade de impulsionar a modernização nestas regiões.

Em uma perspectiva mais progressista, Delgado (2012) aponta que em 1965 foi criado do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) como uma clara articulação do Estado para a reorientação das políticas agrícolas, visando ao crescimento do capital neste setor, e assim, privilegiar os grandes negócios. A instância bancária do SNCR, na posição de Delgado (2012), criou um sistema híbrido na política agrícola para a desoneração dos riscos produtivos e de incentivo à integração técnica da agricultura - indústria com crédito rural orientado e subsidiado para insumos e bens de capital industrial. Mas ao mesmo tempo, conforme afirma:

[...] manteve-se o pacto agrário do setor sucroalcooleiro (regulação da produção e dos preços regionais do Nordeste e de São Paulo); a política específica e autorizada do IBC, materializada através dos seus Planos Anuais de Safra autônomos; o sistema do incentivo à produção nacional do trigo mediante subvenções de preço único e de garantia de crédito subsidiado; e ainda completa autonomia da Ceplac para gerir recursos parafiscais do fomento à produção e ao comércio externo de cacau. (DELGADO, 2012, p. 15).

Desta forma, o estado brasileiro estruturou o chamado “público rural”, nos termos de Delgado (2012), de “caráter gigante” que beneficiava uma parcela pequena da sociedade: a elite dominante, vinculado a uma concepção funcionalista de desenvolvimento rural.

Sobre o aspecto econômico, entre 1967 a 1973, verificamos níveis altíssimos de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em decorrência do chamado “milagre econômico”, embora este tenha sido calcado na associação do capital internacional na forma de empréstimos ou na forma de instalação e ampliação da participação das empresas multinacionais em crise na década de

1970³⁴. Tal modelo de desenvolvimento econômico concebido pela geração de riquezas e expansão contínua de *superávits* na balança comercial, permitiu o pagamento da dívida externa, dos juros e a remessa de lucros para as matrizes transnacionais, além de assegurar a continuidade de importações de matérias-primas, tecnologia e insumos, dos quais a economia brasileira era carente. Esta conjuntura significou a reprimarização da economia brasileira e sua completa transnacionalização.

Como já apontado, o Estado, ao promover a modernização da agricultura, foi o agente incentivador da produção e produtividade, incrementando então, a produção industrial no setor e de insumos de transformação de produtos agrícolas, encaminhando a acumulação preponderantemente ao polo industrial. As consequências deste processo podem ser sumariadas da seguinte forma:

1. Êxodo rural;
2. Transformações no processo de trabalho no campo, tendo em vista que a estratégia de modernização conservadora dever ser considerada irreversível a partir do momento que se constitui no campo uma classe proletária que dependa exclusivamente de relações assalariadas (SILVA, J. G., 1982);
3. Subordinação das pequenas propriedades ao capitalismo industrial (que ainda discutiremos neste trabalho);
4. Intensificação da questão agrária e consequentemente organização e mobilização social em defesa da Reforma Agrária.

Portanto, o estado brasileiro investiu altíssimo para assegurar que capitalistas e latifundiários dividissem o privilégio da “modernização proposta”. É real que o desenvolvimento capitalista posteriormente operado no país possibilitou o ingresso na fase da industrialização pesada, mas também é fato que tal ingresso não implicou em qualquer alteração na estrutura fundiária brasileira, pelo contrário: houve uma

³⁴ Acerca da crise de 1970, Paulo Netto (2012, p. 412) explica que foram as profundas transformações societárias emergentes desde a década de 1970 que redesenharam amplamente o perfil do capitalismo contemporâneo. Para o autor ficou claro que, planetarizado, esta configuração apresenta traços novos e processos inéditos. As transformações estão vinculadas às formidáveis mudanças que ocorreram no chamado “mundo do trabalho” e que chegaram a produzir as equivocadas teses do “fim da sociedade do trabalho” e do “desaparecimento” do proletariado como classe; mudanças que certamente se conectam aos impactos causados nos circuitos produtivos pela revolução científica e técnica em curso desde meados do século XX (potenciada em seus desdobramentos, por exemplo, pela “revolução informacional” e pelos avanços da microeletrônica, da biologia, da física e da química). Mas são transformações que desbordam amplamente os circuitos produtivos: elas envolvem a totalidade social, configurando a *sociedade tardo burguesa* que emerge da *restauração do capital* operada desde fins dos anos 1970.

concentração do capital agrário, bem como concentração da produção florestal, sucroalcooleiro e avícola, conforme nos demonstra Delgado (2012, p. 18).

A organização das empresas rurais, assim como suas ligações com o setor industrial, comercial, bancário e de serviços em geral, ampliou em muito grau de inserção do capital agrário, permitindo antever, já no ano de 1980, um grau de concentração da produção tal que: “obtem-se um indicador expressivo de 18,72% do valor total da produção agropecuária e florestal nacional concentrado em pouco mais de cinquenta unidades centralizadoras de capital no campo”.

A concentração da produção, segundo grupos econômicos, é relativamente mais alta nos setores florestal, sucroalcooleiro e avícola, cujos cinco maiores grupos econômicos controlavam a produção de respectivamente 56,4%, 37% e 13,1% em 1980.

Como podemos observar, Delgado (2012) aponta que já na década de 1980 era evidente que o sistema social agrário reproduzia excedentes que conservavam as relações sociais no âmbito da propriedade fundiária e no mundo do trabalho. Então, a transformação técnico-econômica da agricultura no período de 1965 a 1980 requereu mão de obra não especializada, contou com gigantesco aparato fiscal para as elites agrárias e com a tácita de exclusão dos sindicatos e de outras representações de trabalhadores e produtores familiares (DELGADO, 2012).

Da mesma forma, Carvalho Filho (2009) evidencia a concentração e exclusão que o processo de modernização conservadora da agricultura nacional provocou no campo da produção e agroindustrialização, conforme podemos encontrar:

A estrutura fundiária permanecia entre as mais concentradas do planeta - posição lamentável mantida até hoje. Os indicadores relativos à distribuição de rendas e níveis de pobreza rural atingiram números absurdos. Atualmente, apenas Serra Leoa apresenta índice de concentração de rendas maior do que o Brasil. O grande contingente populacional que foi expulso do campo e hoje sobrevive nos centros urbanos ou vaga pelo campo, em condições insuportáveis de miséria. (CARVALHO FILHO, 2009, p. 201).

Enfim, os anos de ditadura militar brasileira, que não foram homogêneos, também sintetizaram uma real asfixia à reforma agrária, tendo em vista o modelo adotado de desenvolvimento do capitalismo na agricultura, vinculado ao processo de industrialização acelerada subsidiada por capital externo. Aos pobres do campo duas direções foram impostas: migração para os centros urbanos para a venda da força de trabalho para as indústrias, a para regiões do norte do país em busca de trabalho e subsistência (STEDILE, 1997, 2012a; LUSTOSA, 2012).

No plano político, a ditadura militar que se arrastou por 21 anos contou com o aparato repressivo do Estado sustentado por Atos Institucionais e pela Lei de Segurança Nacional. Em paralelo, as organizações políticas e os movimentos sociais impulsionaram uma teia de protestos, luta e resistência que colocaram em cheque a truculência e governabilidade dos militares. Tivemos sujeitos políticos que se organizaram e mobilizaram-se tais como: a Ação Libertadora Nacional (ALN), liderada por Carlos Marighela; o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), cuja direção máxima estava a cargo do jornalista e intelectual Mário Alves; o Movimento Revolucionário 08 de outubro (MR-8); a Política Operária (Polop); e, depois, a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), comandada pelo ex-capitão do Exército, Carlos Lamarca; entre várias outras organizações menores como o Partido Comunista Revolucionário (PCR), o Movimento de Libertação Popular (Molipo), o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), e o Comando de Libertação Nacional (Colina), que se constituíam em grupos guerrilheiros urbanos (GORENDER, 1987).

Os trabalhadores submetidos a jornadas de trabalho insalubres e com redução de direitos trabalhistas também se organizaram nas greves operárias no ABC paulista. De 1978 a 1980 observamos a nascitura das centrais sindicais; notadamente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983; e com o término da ditadura militar, em 1985, novas perspectivas ao movimento sindical foram possíveis.

Diante toda esta resistência e luta contra a ditadura, e, por conseguinte, pela redemocratização do Brasil, Tancredo Neves foi eleito pelo colégio eleitoral, portanto, foi presidente da república indiretamente sucedendo o último militar no poder: João Figueiredo. Após a morte inesperada daquele, o vice José Sarney assume a presidência da república. Segundo Mendonça (2010), desse novo contexto fizeram parte o Plano Cruzado, do Ministro Funaro e o lançamento do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) em 1985.

O I PNRA, em linhas gerais, objetivava restaurar a economia e conter a violência que estava latente no meio rural. A proposta do plano foi esboçada por José Gomes da Silva, um dos redatores do antigo Estatuto da Terra, e não propunha nada de inovador ou “revolucionário”. Nos termos de Mendonça (2010, p. 91), o I PNRA continha: “[...] a preocupação em neutralizar alguns setores de grandes proprietários mediante o fio condutor de penalização da propriedade especulativa,

desapropriando o que foi definido como terras improdutivas.” Ainda buscava atender as demandas sociais mais impreteríveis que permitissem o assentamento de trabalhadores sem-terra nas áreas de maior potencial de conflito do país. Neste sentido, previa metas estatais reformistas de assentar, no prazo de quinze anos, cerca de sete dos estimados dez e meio milhões de sem-terra. No entanto, a reação dos segmentos de proprietários fundiários e da União Democrática Ruralista (UDR) à proposta foi temerária e sobre o aspecto objetivo, concreto, foram cumpridas apenas 6% das metas e prazos estabelecidos. Foram assentadas 84.852 famílias das 1,4 milhões de famílias previstas no plano (FERNANDES, B. M., 1996).

Ainda na primeira metade da década de 1980 vivenciamos o processo de redemocratização da sociedade brasileira marcada pelo movimento da constituinte e “*Diretas Já*” que possuiu repercussões nacionais e internacionais e foi impulsionado, sobretudo, por movimentos sociais e novos sujeitos³⁵ que organizados e mobilizados fomentaram a discussão da reforma agrária na Assembleia Nacional Constituinte de 1987.

Como pontuado, a partir dos anos 1980 houve um esgotamento do modelo de desenvolvimento agrário vigente no país. A economia brasileira rompe com a estratégia de crescimento adotada até então, sofrendo um período de instabilidade, conforme complementa Delgado (2009, p. 10):

Com efeito, a década de 80, na economia brasileira, rompe com uma estratégia sustentada de crescimento, ainda que esta estivesse apoiada no endividamento externo, e inaugura um período de instabilidade macroeconômica marcado por um aquecimento no intervalo de 1984-1986, no qual pesou o ajuste estrutural do balanço de pagamentos e os efeitos do Plano Cruzado, momento que sucedeu à recessão que se observou em 1981-1983.

Neste sentido, Delgado (2012) destaca dois fatores que demarcaram a exaustão do modelo de crescimento do período militar: 1) A Crise Cambial de 1982 que pressupôs a adoção de medidas conjunturais de “ajustamento econômico” (já destacadas no parágrafo acima), o que configurou, nos termos de Delgado (2012), uma

³⁵ Segundo Almeida (2006) - os movimentos sociais, sociedade civil organizada, partidos políticos e sindicatos que recolocaram o debate sobre a Reforma Agrária no bojo do processo de redemocratização do país são: Movimentos dos atingidos por barragem (MAB), Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Partido dos Trabalhadores (PT), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), Confederação dos Bispos do Brasil (CNBB), dentre outros.

espécie de embrião do apelo a exportação de *commodity*³⁶ como via de equação de déficit; e 2) Promulgação da Constituição Federal de 1988 que por sua vez altera fortemente as condições políticas e jurídicas sob as quais se apoiaram as políticas agrícolas e agrárias do regime militar.

No entanto, a promulgação da referida Constituição Federal de 1988 é marcada por um intenso dualismo, ou melhor, por contradições. Ao mesmo tempo em que garantia constitucionalmente direitos civis, políticos e sociais, e, portanto, o avanço da democracia fundada na participação e no controle popular sobre as políticas públicas; havia paralelamente, em resposta à questão social, uma outra proposta político-institucional, de inspiração neoliberal, rogando a não responsabilização estatal, mediante a concretização dos interesses do mercado. Isto é, a ratificação das políticas neoliberais de ajuste recomendadas pelos organismos internacionais³⁷ que capturam o Estado nacional num contexto de crise e fragilização do processo de organização dos trabalhadores e trabalhadoras. Sant'Ana (2012, p. 26), explicita este processo:

Em 1988, a promulgação da Constituição Federal traz novos elementos para a análise da sociedade brasileira. Diversas lutas e reivindicações de amplos setores da sociedade materializam-se na letra da lei; esta chega a receber o título de Constituição Cidadã, pois assegura legalmente diversos direitos sociais; no seu aspecto geral é, no entanto, uma Constituição que assegura acima de tudo o Estado capitalista e cria aparatos jurídicos para manter o status quo vigente. Embora faça declarações em suas cláusulas pétreas de defesa intransigente do ser humano, assegura a ordem do capital e sua lógica dada pela busca incessante do lucro. Este aparente paradoxo nada mais é que o resultado dos embates de classe: daí algumas conquistas dos trabalhadores e muitas do capital.

³⁶ Segundo a Teixeira (2015), *commodity* é uma mercadoria agropecuária ou mineral negociada nos mercados internacionais, padronizável e cujo preço é estabelecido conforme o mercado internacional.

³⁷ Em 1989 o *Institute for International Economics* (IIE), uma entidade privada, organizou um encontro que reuniu diversos economistas latino-americanos de perfil liberal, funcionários do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Departamento do Tesouro do governo norte-americano. O resultado deste encontro ficou conhecido como Consenso de Washington. Trata-se de uma política econômica que se atrela ao receituário destes organismos internacionais, como reguladores do interesse do grande capital em âmbito internacional. Estes organismos se constituem na conjuntura pós-guerra, da Segunda Guerra Mundial, e se redimensionam no decorrer deste período situando-se no âmbito do apoio técnico, do financiamento (empréstimos, controle/cobrança dos pagamentos etc.) e da regulação (funções como o estabelecimento de diretrizes, normas e acordos, intervenção, entre outras) no âmbito das relações internacionais. O Consenso de Washington ignorou a questão social e os problemas históricos da América Latina, tais como: a distribuição de renda e a pobreza, que ficaram à mercê da oferta e procura em um mercado autorregulável e da soberania absoluta de mercados desregulados. No Brasil, este receituário chegou na década de 1990, a década perdida, tardiamente se comparado com outros países da América Latina como o Chile, por exemplo (SADER, 2010).

No que concerne à regulamentação da questão agrária, a Constituição Federal de 1988 demarca claramente os limites da transição entre o padrão de modernização conservadora e o regime da liberalização comercial dos anos 1990. Mesmo diante os esforços populares, o confronto com a UDR foi intenso, tendo em vista que tal bancada representava os grandes proprietários fundiários.

Os artigos constitucionais que tratam da questão agrária são: 184; 185 e 186. O artigo 186, ao menos no plano legal, ratifica a função social da terra contemplando os princípios de uso racional e adequado do solo e o bem-estar dos trabalhadores por meio de direitos trabalhistas previstos.

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I - aproveitamento racional e adequado;

II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. (BRASIL, 2004).

Mesmo diante destes princípios constitucionais, na atualidade vemos que a função social da terra não tem sido apreciada. Isso pode ser notado ao nos deparar com notícias sobre desapropriações de terras que não seguem tais dispostos, haja vista que observamos desapropriações em que predominam relações de trabalho análogas ao escravo³⁸. Ou ainda, desapropriações em decorrência de crimes ambientais que desrespeitam a natureza, que é outra característica presente na função social da terra. A única que de fato leva em conta o artigo 186 é a desapropriação pelos índices de produtividade. Tal realidade evidencia o quanto o Estado, pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, tem defendido o modelo do agronegócio que também se alicerça na destruição da natureza e na exploração do trabalho.

Na direção da liberalização comercial, o governo brasileiro, em aliança com a burguesia, engendrou novas medidas e tentativas de reestabelecer o controle

³⁸ A título de exemplo, fazemos menção a uma figura pública de Uberaba, Marcos Palmério, que em agosto de 2014 foi condenado pelos crimes de trabalho análogo à escravidão e falsidade ideológica, além do pagamento de multa no valor de R\$ 8,2 milhões. Este ilustre senhor, que na época era reitor da Universidade de Uberaba (Uniupe), possuía empresas de florestamento, reflorestamento, extração e comércio de madeira em Catalão (GO). Cerca de 118 funcionários trabalharam em uma de suas companhias em condições similares às de escravos (JUSTIÇA, 2014).

inflacionário desencadeado entre 1987-1989, o que possibilitou a abertura comercial a partir de 1989-1990. No cenário rural foram as atividades agrícolas e agroindustriais que tiveram massivos investimentos com os objetivos de geração de lucros para o pagamento dos serviços da dívida externa.

Nesta conjuntura, em paralelo, a internacionalização da agroindústria trouxe como tônica governamental as políticas macroeconômicas sobre a taxa de câmbio e comércio exterior, acarretando efeitos deletérios na inflação e no déficit público aliado a liberalização comercial posterior a 1989 (LEITE, 2009; LUSTOSA, 2012). Com relação aos investimentos sociais na agricultura neste período, Leite (2009) destaca que serviram mais de “colchões amortecedores” de conflitos ao invés de uma reestruturação no setor agrário do país.

Segundo Carvalho Filho (2009), nos debates presidenciais de 1994 foi observado um aparente consenso de discursos favoráveis à reforma agrária, pois era evidente a premência de uma reforma na estrutura fundiária do país, em razão dos efeitos deletérios da agroindustrialização. Porém, Carvalho Filho (2009) aponta que nos programas de governo dos principais candidatos à república de 1994 existiam “algumas semelhanças e importantes diferenças”, conforme destaca:

Quanto às semelhanças, além da posição favorável à reforma e reconhecimento da relevância da questão social no campo, todos os programas consideravam a pequena produção familiar prioritária, declaravam a intenção de implementar políticas específicas de apoio a este segmento de agricultores e não discutiam claramente a questão dos recursos necessários para a implementação das ações previstas. (CARVALHO FILHO, 2009, p. 201).

O candidato Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), do Partido dos Trabalhadores (PT), que até então representava uma posposta mais progressista ao entender a reforma agrária como uma política estrutural, propunha um processo de reforma contrário às ações fundiárias esparsas dos governantes anteriores. Apontava também sobre a importância da segurança alimentar³⁹ enquanto elemento

³⁹ Destacamos aqui a diferença de concepções no que tange à discussão de soberania alimentar e segurança alimentar. No Brasil e em diversos países da América Latina, há uma forte disputa entre o Estado e sociedade civil pela utilização dos termos soberania alimentar e segurança alimentar. O primeiro defendido, pelos movimentos sociais, enfatiza a autonomia dos povos e comunidades, e vai muito além de garantia de acesso a qualquer tipo de alimento. Está alocado numa visão de fundo que relaciona o tema do direito à alimentação com políticas estruturantes e não meramente paliativas ou assistencialistas. O segundo, utilizado pelos governos para definir estratégias de políticas públicas, traz a concepção da garantia do alimento em quantidade e qualidade às populações em situação de insegurança alimentar.

estratégico do padrão de desenvolvimento. A meta de seu programa era uma reforma a longo prazo, quinze anos, assentando neste percurso 800 mil famílias. Sua proposta envolvia cinco subprogramas: assentamentos; arrecadação de terras públicas; arrendamento e parceria; tributação de terras agrícolas e reforma agrária com irrigação para o Nordeste. Segundo Carvalho Filho (2009, p. 202),

Tratava-se da proposta de governo que mais esclarecia sobre os instrumentos que seriam utilizados. Considerava a desapropriação como principal instrumento de distribuição de terras, estabelecendo limites superiores para propriedades não passíveis de desapropriação.

Já a proposta do candidato eleito, Fernando Henrique Cardoso (FHC), do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), não registrava qualquer intenção ou possibilidade de mudanças na estrutura fundiária brasileira, uma vez que seu programa era omissivo em relação à urgência de mudanças no aparato legal e origem dos recursos. O conceito de reforma agrária adotado possuía caráter compensatório e assistencialista, não tendo comprometimento com alterações no padrão de concentração fundiária.

Bernardo Fernandes (2001) destaca que o governo FHC criou diversas medidas com objetivo de impedir o avanço da luta pela terra, dentre elas a criação do Banco da Terra, a falácia da reforma agrária pelo correio e uma nova política de crédito em substituição ao Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provape), inventou o Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf) em 1996, que substituiu o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera), conforme explicita:

[...] o Banco de Terra: uma política de compra e venda de terras. Igualmente por meio de medidas provisórias, iniciou uma série de políticas, como por exemplo não realizar vistorias em terras ocupadas, não assentar famílias que participarem de ocupações, excluir os assentados que apoiarem outros sem-terra na ocupação de terra. [...] Criou a “reforma agrária pelo correio”, também na tentativa de desmobilizar os movimentos sociais. Com relação à política de crédito, os trabalhadores viram o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária - Procera – ser substituído pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf (FERNANDES, B.M, 2001, p. 22).

Este pacote de políticas tem o capital e o mercado como principais aliados, enquanto que a luta pela terra tem como princípio o enfrentamento ao capital, o que vai de encontro com as iniciativas do governo de FHC que sintetizam o denominado **“Novo Mundo Rural”** (LUSTOSA, 2012).

Carvalho Filho (2009, p. 225) comunga com Bernardo Fernandes (2001) na medida em que afirma que o Banco da Terra, por meio da compra e venda de terras, teve o objetivo estratégico de desqualificar os movimentos sociais organizados, privilegiando, dessa forma, os latifundiários e subordinando trabalhadores e trabalhadoras rurais, conforme afirma:

As invasões seriam retidas, os latifundiários receberiam dinheiro a vista por terras e benfeitorias, e os trabalhadores ficariam sob domínio das oligarquias locais, liberadas do respeito à função social da propriedade rural. Assim é o governo de FHC. A Reforma Agrária e o desenvolvimento rural com base na agricultura familiar fazem parte da retórica.

Durante os dois mandatos de FHC constatamos que a lógica inerente ao processo de concentração e centralização do capital resultou na asfixia da política agrária no cenário brasileiro. Em consequência tivemos ações fundiárias ainda mais regressivas quando comparadas ao governo passado, pois contaram apenas com metas quantitativas de assentamentos, não garantindo a estruturação dos mesmos. O período que compreende o governo de FHC também é sinônimo de criminalização dos movimentos sociais a partir de setores da mídia brasileira, e de violência no campo, já que em 1996 presenciamos o segundo massacre de trabalhadores sem-terra em Eldorado dos Carajás⁴⁰ (PA). Cabe destacarmos que a violência, criminalização e a “reforma agrária de mercado” são lógicas inerentes ao próprio desenvolvimento do capitalismo. O aparato legislativo promulgado neste período como a Medida Provisória nº 2.027 de 2000 veio impedir a vistoria de áreas ocupadas e inibir por até dois anos, a desapropriação, a Portaria nº 62 do MDA excluiu da reforma agrária as famílias envolvidas em ocupações em propriedades ou prédios públicos.

No contexto macroeconômico de mundialização do capital, a começar da década de 1980, observamos o capital mundial sob o controle do capitalismo financeiro por empresas privadas transnacionais; oligopolizadas. A produção de riquezas continuava a ser realizada pelo trabalho na indústria, agricultura e comércio, muito embora as taxas de lucro estivessem concentradas na esfera do capital financeiro e das empresas privadas. Segundo consta no Programa de Reforma Agrária do MST (MOVIMENTO..., 2013), tal forma dominante do capital

⁴⁰ Iremos tratar do mesmo nas discussões subsequentes.

também significou em uma nova forma de dominar a produção de mercadorias agrícolas, originando uma “nova aliança” expressa entre as classes:

[...] burguesia das empresas transnacionais, os banqueiros (o capital financeiro), a burguesia proprietária das empresas de comunicação de massa e os grandes proprietários de terra para controlarem a produção e a circulação das *commodities* (mercadorias agrícolas padronizadas). (MOVIMENTO..., 2013, p. 9).

Segundo Delgado (2012), a integração de capitais, ou seja, a fusão de capitais agrários, industriais, comerciais e bancários representa uma forma singular de articulação e reprodução do capital financeirizado na agricultura. Este padrão de desenvolvimento econômico; em plena expansão a partir da década de 1990, impulsionado e intensificado pelos dispostos da ideologia neoliberal; visa à circulação de *commodities*. É calcado na organização da produção em larga escala em áreas contínuas de monocultivo com utilização de fertilizantes químicos industriais e agrotóxicos, bem como na substituição da mão de obra – força de trabalho - pela mecanização e pela super exploração do trabalho. Enfim, é a completa sujeição da agricultura ao capital.

Esta nova forma de produzir no campo tornou-se cada vez mais dependente do capital financeiro e da forma de crédito rural subsidiado por políticas estatais. Este novo modelo de produção, sob comando do capital financeiro, massivamente adotado na agricultura denominado **agronegócio** torna “[...] a agricultura como um negócio para acumulação de riqueza e de renda sob o controle do grande capital, agora financeirizado.” (MOVIMENTO ..., 2013, p. 10).

Segundo Bernardo Fernandes (2013), o agronegócio deriva do modelo estadunidense denominado de *agribusiness*. John Davis e Ray Goldberg construíram o conceito tomando como referência o agrupamento dos sistemas agrícola, pecuário, industrial e mercantil que se formaram na primeira metade do século XX.

Atualmente, tornou-se um complexo que reúne também os sistemas: financeiro e tecnológico, além do sistema ideológico que produz a propaganda necessária para convencer o mundo de que é o único modelo de desenvolvimento para a produção de alimentos, fibras e agroenergia. O agronegócio é a expressão capitalista da modernização da agricultura, que tem se apropriado dos latifúndios e das terras do campesinato para se territorializar. Por meio da produção de *commodities*, nos últimos duzentos anos, o capitalismo uniu diversos setores de produção e criou um império global que domina a produção agroindustrial, o mercado e as tecnologias (FERNANDES, B. M., 2013, p. 192-193).

Para ilustrar parte desta realidade, com relação à produção e uso de agrotóxicos, dados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) mostram que 63% das amostras de frutas, hortaliças e legumes analisadas em 2010 estavam contaminadas por agrotóxicos, desta porcentagem, 28% apresentaram ingredientes ativos não autorizados para aquele cultivo e/ou ultrapassaram os limites máximos de resíduos consideráveis aceitáveis. Há três anos consecutivos o Brasil vem recebendo o posto de maior consumidor mundial de agrotóxicos e nos últimos dez anos o mercado mundial de agrotóxicos cresceu 90%, enquanto que no brasileiro cresceu 190% (RIGOTTO; CANEIRO; RIZZOLO, 2012).

Neste sentido, a agricultura brasileira na década de 1990 seguiu celebrando o cumprimento de contratos internacionais, com rumos impostos pelo padrão produtivo de modernização conservadora. Até mesmo com a redemocratização brasileira e o esgotamento do modelo nacional desenvolvimentista, não houve lugar a uma nova estratégia de desenvolvimento calcada na democratização da terra, via efetivação da reforma agrária. O que tivemos foi um cenário político, iniciado durante o período do governo de Fernando Collor, de abertura e implementação das reformas neoliberais, intensificadas a partir de 1994, por meio da abertura econômica, privatização e desregulamentação do Estado. Conforme destaca Alves (2014, p. 130):

Na década de 1990, cerca de 30% do PIB brasileiro mudou de mãos. Foi um verdadeiro terremoto histórico que significou a ruptura com o modelo de desenvolvimento que se desenhou no país a partir dos anos 30 do século XX no qual o Estado jogou um papel decisivo (modelo nacional-desenvolvimentista). A agenda neoliberal do governo Fernando Henrique Cardoso se orientou pelo trinômio: abertura econômica, privatizações e desregulamentação do Estado.

Logo, seguindo o padrão de desenvolvimento do capitalismo neoliberal, o Estado deixou de ser o principal indutor da economia e delegou este papel ao mercado. Para Iamamoto (2008), a financeirização da economia sob controle dos mercados está ancorada nos grupos industriais transnacionais, resultantes de processos de fusões e aquisições de empresas em um contexto de desregulamentação e liberalização da economia. As empresas industriais associam-se às instituições financeiras (bancos, companhias de seguros, fundos de pensão, sociedades financeiras e investimentos coletivos e fundos mútuos), que passam a comandar o conjunto da acumulação, configurando um modo específico de

dominação social e política do capitalismo. Tudo isso com suporte dos Estados Nacionais.

O capital/dinheiro possui o poder de gerar mais dinheiro no circuito fechado das finanças, tal dominação é impensável sem a intervenção política e apoio efetivo dos estados nacionais. O triunfo dos mercados é inconcebível sem a ativa intervenção das instâncias políticas dos Estados Nacionais, no lastro dos tratados internacionais como Consenso de Wasghinton, ou seja, a instituição de um quadro jurídico e político de liberalização e da privatização pelos agentes financeiros.

Nesse novo estágio de desenvolvimento do capital, redefinem-se as soberanias nacionais com a presença de corporações transnacionais e organizações multilaterais como: Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM) e Organização Mundial do Comércio (OMC); chamadas de a “santíssima trindade do capital em geral”.

Desse modo, o reflexo da financeirização da economia e o profundo pacto brasileiro com o processo de mundialização do capital resultaram em uma década perdida para os direitos sociais previstos constitucionalmente no Brasil, pois a função histórica do neoliberalismo aqui se materializou. A governabilidade de FHC promoveu uma profunda reestruturação do capitalismo no país adequando-o a uma nova ordem hegemônica mundial, em que tivemos, conforme ilustrou Alves (2014), 30% do PIB brasileiro se deslocando de mãos.

Lustosa (2012, p. 55) salienta que “entre 1990 e 1997 a proporção de pobres no meio rural brasileiro aumentou de 39,2% para 58,3% da população total” e ainda alarma que:

No âmbito das necessidades sociais, as avaliações da realidade rural, no que concerne aos níveis de pobreza, confirmam as complexidades sobre os índices de pobreza em áreas rurais brasileiras onde a taxa de incidência de pobreza está estimada em cerca de 49% nas áreas rurais do Nordeste contra 24% na região Sudeste. O padrão de vida de 9,8 milhões de pessoas residentes nessas áreas rurais está abaixo da linha de pobreza e representa 85% de toda a população rural de baixa renda dessas regiões (LUSTOSA, 2012, p. 237).

Diante de uma nova crise internacional do capitalismo, a partir de 2008 percebemos uma ofensiva entrada de capital estrangeiro, tanto do capital financeiro como do fictício, que migrou do hemisfério norte para o hemisfério sul. Esses capitais foram investidos na agricultura, na apropriação privada da natureza (terras, água, hidrelétricas, fontes de energia, minérios, usinas de etanol) e para o controle

de *commodities* (soja, milho, laranja, cacau, aves, suínos, carne bovina etc.). Segundo Delgado (2012), o movimento de conglomeração entre bancos, agricultura, indústria e comércio avança sobre os ramos agrícolas, requerendo demandas mais dinâmicas do padrão de financiamento. O resultado desta movimentação é a regulação das taxas de lucros pelo mercado financeiro, o que por sua vez, exerce um efeito desestabilizador para a agricultura camponesa.

No cenário brasileiro, estudos evidenciam que no período de 2008 a 2012 ingressaram no país aproximadamente 80 bilhões de dólares de capital financeiro estrangeiro para aplicar apenas na aquisição de bens da natureza. Além desta ofensiva, as riquezas naturais do Brasil são subtraídas pelos negócios rentáveis das transnacionais.

Além da ofensiva em investimentos estrangeiros para o controle da produção e dos mercados agrícolas, tem-se constatado uma ofensiva do capital internacional do Hemisfério Norte, para investirem e controlarem, através de grandes empresas privadas transnacionais, as riquezas minerais do Brasil como ferro, bauxita, ouro, cobre, nióbio etc. E também controlar as fontes de energia como petróleo e gás natural, etanol, hidrelétricas e parques eólicos. (MOVIMENTO..., 2013, p. 11).

Para Thomaz Júnior (2008), a reorganização espacial que gira em torno do agronegócio no Brasil é demarcada por disputas territoriais entre diferentes segmentos da burguesia que estão em constante disputa nos principais ramos: soja; milho; algodão; eucalipto e cana-de-açúcar. As empresas multinacionais e nacionais dos grãos e de outros setores que controlam este processo são: ADM, Cargill, Bunge, Louis Dreyfus, Amaggi, Caramuru, Cutrale, Citrosuco, Votorantin, Nestlé, Danone, Aracruz, Friboi, Bertin etc.

Segundo o autor supracitado, esta “nova geografia” do espaço agrário brasileiro evidencia disputas que, na atualidade, não são apenas por áreas, terras agricultáveis, mas também pela incidência de disponibilização de água no subsolo diante da realidade de crise energética em grande parte do globo que acaba corroborando para que barragens e hidroelétricas se constituam em um grande negócio a ser capturado pelo capital.

Sobre este processo de monopolização dos elementos indissociáveis para a produção e reprodução do capital no Brasil (terras e águas), Thomaz Júnior (2008) denomina de “**agrohidronegócio**” (grifo nosso), discussão que necessita ser fomentada, estudada e debatida entre os estudiosos e movimentos sociais como

estratégia para recolocar a Reforma Agrária cada vez mais nas lutas pelo direito à soberania alimentar, conforme preconizado pela Constituição Federal de 1988.

Em relação ao mandato de Lula, Bernardo Fernandes (2013) afirma que tal governo não materializou as promessas de campanha que proferia desde 1994, pois manteve a manutenção do campesinato em estado permanente de subalternidade ao capitalismo por meio da renda capitalizada da terra e da insuficiência das políticas de desenvolvimento para a agricultura camponesa. Sem contar que a maior fatia das terras destinadas para a reforma agrária não teve origem na desapropriação, mas, sim, na regularização fundiária de terras da União.

Lula assumiu o governo em 2003 com o compromisso de candidatura a prática do Programa Agrário, da campanha presidencial do PT, denominado de Programa Vida Digna no Campo, que tinha sete eixos estratégicos: a promoção e a defesa da agricultura nacional; fortalecimento da agricultura familiar; geração de renda e empregos de qualidade; soberania e segurança alimentar e a construção de políticas territoriais de desenvolvimento sustentável (STEDILE, 2012b).

A elaboração do II Plano Nacional de Reforma Agrária foi conflituosa, tendo em vista uma proposta elaborada pela equipe de Plínio de Arruda Sampaio, que entendia a Reforma Agrária enquanto política pública de desenvolvimento, ou seja: “[...], conceber a reforma agrária como política pública de desapropriação de terras [...] [e] promover políticas de financiamento em todas as etapas de implantação dos assentamentos.” (FERNANDES, B. M., 2007, p. 163)

Nesta direção, a proposta previa a meta de 1 milhão de famílias assentadas, no entanto, sua materialização foi solapada pela orientação macroeconômica conservadora, advinda do Pós-Consenso de Washington. O governo petista, ao pactuar com esta orientação, além de não adotar a proposta de Plínio de Arruda Sampaio, acabou por excluir os movimentos sociais da Via Campesina na representação política no MDA/Incra (OLIVEIRA, 2011).

Dessa forma, outro grupo do MDA, distinto da equipe de Plínio de Arruda Sampaio, elaborou um texto diferente que foi transformado no documento oficial do II PNRA, onde foi firmado o compromisso político de até 2006 assentar 400 mil novos assentamentos rurais mediante desapropriações por finalidade social, compra de terras e retomada de terras públicas ilegalmente griladas por latifundiários. A proposta era assentar 60 mil em 2003; 115 mil em 2004; 115 mil em 2005 e mais

140 mil em 2006 (ALBUQUERQUE, 2006). No entanto, conforme ilustra Oliveira (2011, p. 5):

[...] o INCRA não tinha feito 136 mil assentamentos novos em 2006, mas sim, apenas 46 mil. Assim somando-se este resultado com aqueles dos três anos anteriores o governo Lula tinha implantado apenas 149.490 assentamentos novos, ficando a diferença (231.929) para a regularização, reordenação e reassentamentos fundiários. Ou seja, o INCRA cumpriu apenas 37% da Meta 1 dos assentamentos novos deixando de assentar 250.510 famílias.

Os oito anos que se seguiram de governo Lula não alteraram o quadro já descrito. Observamos uma lógica centrada nos ganhos especulativos ligados ao capital financeiro, com extensiva concentração fundiária voltada para a produção de *commodities* que se territorializam de Norte a Sul do país. Assim, notamos o domínio e posse da terra cada vez mais centralizados nas mãos de grandes corporações, ao lado do prejuízo aos trabalhadores que sobrevivem diante as precárias condições de trabalho, ou desemprego e subemprego no campo, com a implantação da contrarreforma agrária para regularização da grilagem em terras públicas na Amazônia Legal (OLIVEIRA, 2011).

Conforme aponta o Ipea (REPÓRTER BRASIL, 2010), a partir de análises de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), em 2008,

A alta taxa de participação dos temporários sintetiza algumas das características ainda dominantes na área rural: sazonalidade das ocupações, relações de trabalho altamente instáveis, baixos salários, trabalho braçal e extenuante e péssimas condições de trabalho. (REPÓRTER BRASIL, 2010).

Contrariando as propostas que o elegeram, Lula assume o governo por meio de um pacto conservador que materializa o agronegócio e o consolida em todo o território brasileiro. Bezerra (2014) analisa o pacto como “[...] lógica de desenvolvimento do capitalismo contemporâneo”, uma vez que solapou a reforma agrária como estratégia para o desenvolvimento do campo brasileiro ao impor um novo modelo neoliberal e neodesenvolvimentista via “desenvolvimento sustentável”. Para a pesquisadora e militante do Serviço Social, nesta lógica, a concentração e centralização do capital cumprem papéis signatários na acumulação capitalista no campo brasileiro. A concentração de capital estava nas mãos de grandes corporações financeiras e internacionais, sobretudo os bancos, pois passaram a

comprar ações de centenas de médias e grandes empresas atuantes em diferentes setores relacionados à agricultura, gerando, portanto, uma concentração destas empresas no que se refere à terra e à riqueza produzida. Uma mesma empresa passa a controlar toda a cadeia produtiva e o comércio, provocando a centralização deste capital na agricultura capitaneada. Esta conjuntura pode ser visualizada em números, conforme destaca a autora:

[...] apenas 50 empresas transnacionais controlam a produção e o comércio de toda a agricultura mundial, inclusive a cadeia produtiva dos insumos e as máquinas utilizadas pela agricultura. No Brasil, entende-se que 10% de todos os estabelecimentos agrícolas controlam 80% do valor da produção. (BEZERRA, 2014, p. 140).

Este contexto nos revela o que Alves (2014) denomina de projeto político do governo “lulismo alternativo”, pois diante da necessidade de construção de um novo modelo de desenvolvimento seu governo, pelo contrário, manteve os pilares calcados na macroeconomia neoliberal. A governabilidade de Lula visou acalmar os mercados financeiros por meio de uma estratégia neodesenvolvimentista ancorada no agronegócio e no projeto de conciliação de classes. Seu governo nunca foi anticapitalista, mas sim aliado ao bloco histórico neoliberal e hegemônico no mercado mundial de transnacionalização do capital. Desse modo, ao não realizar uma governabilidade comprometida com a radicalização dos interesses da classe trabalhadora, Lula perdeu o passo sócio histórico para a realização da Reforma Agrária no Brasil, se é que algum dia este era seu compromisso. Como afirma Oliveira (2011, p. 19): “[...] o presidente Luiz Inácio da Silva seguramente também entrará para a história do Brasil como mais um presidente que não fez a reforma agrária.”

No Capítulo V de *O Capital*, Marx (2009b) ao discutir os elementos que compõem o processo de trabalho explicita a terra como objeto universal de trabalho humano.

A terra, seu celeiro primitivo, é também seu arsenal primitivo de meios de trabalho. Fornece-lhe, por exemplo, a pedra que lança e lhe serve para moer, prensar e cortar etc. A própria terra é um meio de trabalho, mas, para servir como tal na agricultura, pressupõe toda uma série de outros meios de trabalho e um desenvolvimento relativamente elevado da força de trabalho (MARX, 2009b, p. 213).

Qual o sentido do atual modelo de desenvolvimento econômico engendrado no Brasil a não ser transformar a terra, que, segundo Marx (2009b, p. 212), “é o objeto universal de trabalho humano”, de uma dádiva da natureza; em um elemento privado do capital? A força de trabalho e a relação ontológica do homem com a natureza de práxis em sofrimento e alienação e subsunção? Como esta totalidade, que tem na atualidade o agronegócio/agrohidronegócio o modo de produção e reprodução do capital e da desigualdade social brasileira, se manifesta em um contexto particular - o de Minas Gerais, especificamente do Triângulo Mineiro e do município de Uberaba!? Quais são os processos de luta e resistência ao agronegócio na atualidade?

No início desta discussão elucidamos o trecho que findou o discurso de Carlos Prestes para Assembleia Nacional Constituinte de 1946, em que o PCB, enquanto partido e frente de esquerda brasileira, já anunciava a necessidade de alteração na monopolização da terra no Brasil para o combate da miséria camponesa. Como discutimos, parece que tal assertiva ecoou, ecoou..., mas nada foi feito, pois ainda convivemos em tal conjuntura que só não é pior por causa da luta e resistência dos camponeses, trabalhadores e trabalhadoras rurais sem-terra. A luta de classes é a tônica que forceja a reforma agrária e a luta contra o capital fetichizado no campo e na cidade, que ainda é criminalizada na sociedade em que vivemos. Esta é a nossa discussão nas páginas que seguem.

1.3 Movimentos Sociais e Reforma Agrária: lutas e resistências do campesinato contra o imperativo do capital no campo

Nossa força resgatada pela chama
da esperança no triunfo que virá
forjaremos desta luta com certeza
pátria livre operária camponesa
nossa estrela enfim triunfará!
(Ademar Bogo)

Segundo Iasi (2011), como toda construção teórica de Marx, não foi tecida uma definição acerca das classes, muito embora tenha reservado o Capítulo LII de *O Capital*, intitulado As classes. Porém, Marx não faz uma distinção das classes baseando-se nas distintas fontes de renda, mas sim por determinações históricas que nos permitem aproximação com este fenômeno: a detenção da propriedade ou não dos meios de produção; a posição no interior de certas relações sociais de

produção; consciência que se associa ou distancia de uma posição de classe; e pela ação política dessa classe nas lutas concretas em uma dada formação histórico-social. É válido não nos limitar a tais determinações, pois “[...] as classes são sínteses de múltiplas determinações.” (IASI, 2011, p. 108).

Com base neste referencial, entendemos como classe revolucionária os sujeitos históricos que, a partir de uma dada estrutura⁴¹, desenvolvimento das forças produtivas, relações de trabalho e produção, se organizam em um processo de tomada de consciência (“classe em si”) a fim de evidenciar as contradições inerentes de uma dada realidade, transformando-a (“classe para si”).

Sabemos da densidade da discussão que envolve o processo de tomada de consciência para organização da “classe em si” para a “classe para si”, e isso não objetivo desta discussão. O que nos importa destacar é que, nos preceitos de Iasi (2011), muitas vezes “essa polaridade mecânica” contribui para visão empobrecida da questão da classe e da consciência de classe, tendo em vista que a “classe em si” tomada de consciência para “classe em si”, práxis política que realmente imprime transformações na realidade, não se restringe a simples posição que proletariado e burguesia ocupam nas relações de produção, mas também na luta política contra o capital na perspectiva de uma superação revolucionária da sociedade. A destacar a assertiva de Marx, ainda em 1844, em o *Manifesto do Partido Comunista*: “*Toda luta de classes é, contudo, uma luta política.*” (MARX; ENGELS, 2008, p. 24, grifo do autor).

Igualmente, Marx e Engels (2009) afirmam que a consciência é produto social, portanto historicamente determinada às condições objetivas em que os sujeitos estão inseridos em uma dada estrutura social. Desse modo, elucidam: “A produção das ideias, das representações, da consciência está em princípio diretamente entrelaçada com a atividade material e intercâmbio material dos homens, da linguagem e da vida real (MARX; ENGELS, 2009, p. 31).

Neste sentido, para Marx e Engels (2009) a sociedade civil é âmbito da esfera econômica, configurando-se em uma estrutura que determina a produção e

⁴¹ Estrutura e Superestrutura são categorias marxianas delineadas por cada modo de produção. Sumariamente podem ser entendidas pela articulação entre as forças produtivas e relações de produção, que varia ao longo do processo histórico. E conforme apontam Marx e Engels (2009), na produção social de sua vida, os homens assumem determinadas relações necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se ergue a superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social.

reprodução da vida social. É a base de intercâmbio material em que os homens e mulheres estabelecem entre si na produção dos bens materiais a sua existência. Com o desenvolvimento das forças produtivas, o intercâmbio das relações de produção vigentes – capitalistas - só tende a causar “desgraça” nos termos de Marx e Engels (2009), pois são forças impulsionadas pela produção e reprodução de mercadorias cuja ordem vigente subverte o valor de uso ao valor de troca. A classe que concentra o poder material dominante, é, portanto, a classe que domina as ideias dominantes. No entanto, a existência de ideias revolucionárias numa época determinada pressupõe ainda a existência de uma classe revolucionária que, processando um movimento prático, pode engendrar uma revolução por meio da produção massiva da consciência comunista. Conforme Marx e Engels (2009, p. 57):

[...] a produção massiva dessa consciência comunista quanto para a realização da própria causa, é necessária uma transformação massiva dos homens, que só pode se processar num movimento prático, numa revolução, que, portanto, a revolução não é só necessária porque a classe dominante de nenhum outro modo pode ser derrubada, mas também porque a classe que a derruba só numa revolução consegue sacudir dos ombros toda a velha porcaria e tornar-se capaz de uma nova fundação de sociedade.

Dessa forma, uma classe revolucionária organizada e mobilizada em torno da questão social e de suas manifestações, como a questão agrária, é imprescindível para trazer à cena discussões históricas e políticas sobre a contradição existente entre invasão e apropriação/acumulação privada de terras (discutidas anteriormente). Na atualidade, a luta é contra a hegemonia do capital que prima pelo desenvolvimento latifúndio no campo brasileiro, expropriando cada vez mais camponeses e trabalhadores, ou seja, a causa pela qual se luta é contra a produção e reprodução de desigualdades sociais e a não efetivação da Reforma Agrária. Essa classe revolucionária que historicamente processa um movimento prático contra o movimento do capital no campo, na história da formação social brasileira, é o campesinato.

Já sinalizamos sobre as particularidades do capitalismo na formação social brasileira, e é por meio da perspectiva de classe que discutiremos a organização, luta e resistência daqueles que evidenciam as contradições que a questão agrária produziu e produz em nossa sociabilidade. Doravante, destacamos que a luta de classes junto da questão agrária é uma das mediações para o entendimento e discussão da reforma agrária ou da “não reforma agrária”, no Brasil, Triângulo Mineiro, em Uberaba.

Nesta lógica, podemos perceber na formação sócio histórica brasileira, diversas formas de organização, resistência e luta. Em um primeiro momento, no período da colonização, a luta dos povos indígenas que aqui viviam e possuíam, e ainda possuem, cultura, forma de produzir da qual sobrevivem e se desenvolvem. Quando os europeus chegaram, tínhamos mais de 5 milhões de indígenas e hoje eles não chegam a 900 mil. Um marco da resistência indígena foi dado por Sepé Tiarajú, advindo dos povos guaranis que demarcaram as lutas pela soberania indígena nos séculos XVI e XVII, ele é um símbolo da luta contra a expropriação exercida pelos colonizadores que massacraram o modo de vida dos indígenas.

A escravidão dos negros foi uma alternativa para a produção do capital que se desenvolvia na Europa cujos “quintais” de produção e reprodução, por meio da exploração de recursos naturais, era o Brasil e as colônias da América. Porém, eles se organizaram, resistiram e lutaram gradativamente em torno dos Quilombos espalhados pelo Brasil. Segundo Bernardo Fernandes (2000), o Quilombo era um território livre, terra onde viviam os negros escravizados, alguns índios e trabalhadores livres e marginalizados pela sociedade colonial. Foram espaços de resistência e para se defenderem os quilombolas também atacavam engenhos e fazendas da região. Palmares foi o maior quilombo, localizado na Zona da Mata, a cerca de 70 quilômetros do litoral, na região fronteira entre os Estados de Alagoas e Pernambuco. As lutas aconteceram em todo o Brasil e muitos Quilombos foram criados em diferentes porções do território (FERNANDES, B. M., 2000).

Os marcos históricos da abolição da escravatura e da Lei de Terras imprimiram na vida dos negros; dos camponeses pobres (europeus ou brasileiros); dos posseiros; dos arrendatários; e dos que estavam nas fazendas, a expropriação e a exploração, nos termos de Martins (1980). A partir de então, grandes comunidades de pobres foram constituídas ao redor das cidades, e as desigualdades sociais advindas da questão agrária tomaram a cena urbana de nosso Brasil, conforme explicita Maria Aparecida Silva (2004, p. 41): “Não é possível uma reflexão da questão urbana desvinculada da questão agrária, da qual faz parte a luta pela terra.”

Durante o período colonial⁴² brasileiro “a massa dos excluídos” foi constituída e consolidada resultante das relações escravocratas e das relações de agregados com os posseiros, sitiantes, meeiros e arrendatários.

⁴² Segundo Martins (1986) no período colonial, quem não advinha de relações familiares de sangue limpo, ou seja, quem fosse bastardo ou mestiço de branco e índia, estava excluído da herança.

O nosso campesinato, enquanto classe social, é constituído concomitante à expansão do capitalismo no Brasil, sendo produto e reflexo de suas contradições. Por isso, todas as ações e lutas camponesas receberam e recebem dos detentores do capital, de imediato, reações de classe: agressões, violências, tentativas de aliciamento, de acomodação, de subordinação, enfim; criminalizações. Afinal, quem se organiza atenta contra a expansão do capital.

Martins (1986, p. 17) disserta sobre o avanço da apropriação camponesa da terra e a configuração do nosso camponês, migrante e itinerante, resultante da própria consolidação do capital:

No nosso caso, o avanço do capitalismo não dependeu da abertura de um espaço livre a ocupação do capital. O trabalhador já era expropriado. Foi o próprio capital que, com a crise do trabalho escravo, instituiu a apropriação camponesa da terra; uma contradição evidente num momento em que o capital necessitava de força de trabalho. Por essa razão, nosso camponês não é um enraizado. Ao contrário, o camponês brasileiro é desenraizado, é migrante, é itinerante.

Para o autor, durante a república o campesinato brasileiro mostrou-se progressivamente insubmisso. Primeiramente contra a dominação pessoal de fazendeiros e “coronéis”; e, em seguida, contra a expropriação territorial efetuada pelos grandes proprietários, grileiros e empresários, já anunciando a exploração econômica da “grande empresa capitalista”. Martins (1986) ainda pontua que até 1964 a Reforma Agrária tinha como base social os arrendatários, parceiros e foreiros; tanto do Nordeste quanto do Sudeste; que, ameaçados de expulsão da terra, foram reduzidos rapidamente a uma relação precária e extorsiva de arrendamento. Em seguida, assistimos à entrada das grandes empresas no campo, em decorrência da modernização da agricultura, e os camponeses ligados à terra viram-se ameaçados e expulsos, submetidos a todas as formas de expropriação, exploração, desemprego e violência, conforme destaca Martins (1986, p. 17):

O quadro clássico do capitalismo nos mostra o capital se expandindo à custa da expropriação e da proletarianização dos trabalhadores do campo, uma coisa produzindo necessariamente a outra. Em nosso país esse processo não é assim tão claro nem assim tão simples. O capital se expande no campo, expulsa, mas não proletarianiza necessariamente o trabalhador. É que uma parte dos expropriados ocupa novos territórios, reconquista a autonomia do trabalho, pratica uma traição às leis do capital.

São diversas as palavras que em várias regiões do Brasil designaram o homem do campo, o trabalhador. Nas regiões de São Paulo, Minas Gerais, Goiás,

Paraná e Mato Grosso do Sul, percebemos o *caipira*. Já no litoral paulista esse mesmo trabalhador era denominado *caiçara*, no Nordeste do país: *tabaréu*, ou como *caboclo* em outras localidades do Brasil. Dessa forma, coadunamos com a leitura de Martins (1986): *camponês e latifundiário* não são apenas palavras, mas categorias que emergem do real e expressaram mediações políticas, econômicas e sociais de respectivas condições de classe em seu decurso sócio histórico:

[...] a palavra *camponês* não designa apenas o seu nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade; por isso, não é apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico. (MARTINS, 1986, p. 23).

Portanto, se antes “[...] o fundamento da dominação e da exploração era o escravo; agora passa a ser a terra. É a terra, a disputa pela terra, que trazem para o confronto os camponeses e fazendeiros.” (MARTINS, 1986, p. 63). Neste aspecto, os camponeses no Brasil são reflexo desta “estrutura de sociedade” e deste “destino histórico”, mas não evolucionista. Como Martins (1986), refutamos a visão evolucionista que muitas vezes permeia os estudos a respeito dos sujeitos e movimentos sociais no campo.

Bernardo Fernandes (2000) aponta que em meados do século XXI as lutas camponesas sempre estiveram presentes na história do Brasil, não se restringindo a nossa temporalidade. As ocupações de terras realizadas pelo MST; que em 2014 completou 30 anos de existência; e por outros movimentos sociais constituem-se resistência camponesa diante a intensificação da concentração fundiária brasileira produtora e reprodutora de desigualdade social. A luta contínua contra a expropriação, exploração e violência no campo com vistas às condições dignas e justas de vida, trabalho e soberania alimentar para o povo brasileiro também se configura como resistência camponesa.

Destarte, convergimos com Bernardo Fernandes (2000, p. 28) no que diz respeito à problematização do campesinato como os sem-terra, que constituem:

A maioria absoluta de trabalhadores, ex-escravos e imigrantes começaram a formação da categoria, que na segunda metade do século XX seria conhecida como sem-terra. Lutaram pela terra, pelo desentranhamento da terra, numa luta que vem sendo realizada até hoje. Essas pessoas formaram o campesinato brasileiro, desenraizadas, obrigadas a migrar constantemente.

Destacamos a importância das perspectivas social, histórica e política que Bernardo Fernandes (2000) aglutina ao campesinato brasileiro, tendo em vista a diversidade de sujeitos sociais que compõem essa classe que luta pela terra; e que diante do recrudescimento da questão agrária, promovido pela expansão do capitalismo no campo e a não realização da Reforma Agrária, gerou e gera conflitos e lutas dos assalariados e dos boias-frias⁴³ por melhores condições de trabalho e salários. A luta pelas resistências dos posseiros, meeiros, arrendatários e as lutas crescentes dos sem-terra por meio de manifestações, ocupações e resistências em acampamentos e assentamentos rurais para a conquista e permanência na terra, que é a mediação que particulariza o campesinato como classe trabalhadora; revolucionária, portanto.

Nesta perspectiva, já no século XXI, Neves (2009, p. 12) observa a diversidade camponesa na formação sócio histórica da sociedade brasileira. Esta diversidade da condição camponesa inclui:

[...] os proprietários e os posseiros de terras públicas e privadas; os extrativistas que usufruem os recursos naturais como povos das florestas, agroextrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais e catadores de caranguejos que agregam a atividade agrícola, castanheiros, quebradeiras de coco-babaçu, açazeiros; os que usufruem os fundos de pasto até os pequenos arrendatários não capitalistas, os parceiros, os foreiros, e os que usufruem a terra por cessão; quilombolas e parcelas dos povos indígenas que se integram a mercados; os serranos, os caboclos e os colonos assim como os povos das fronteiras do sul do país; os agricultores familiares mais especializados, integrados aos modernos mercados, e os novos poliprodutores resultantes dos assentamentos de reforma agrária.

Percebemos então, como nosso campesinato é uma das expressões das contradições do capital e da questão agrária, pois com base no enfoque sócio histórico, até a atualidade, observamos um adensamento na formação e constituição desta categoria social, entendida neste trabalho como classe revolucionária, dotada de capacidade de organização e mobilização para transformação de uma dada realidade a partir de dadas condições objetivas e subjetivas da estrutura social brasileira.

Nesta direção, resgatando as mediações que delineiam a luta e resistência do campesinato na e pela terra no Brasil, entre 1893 a 1916 tivemos algumas lutas regionais, não exclusivamente camponesas como a Guerra de Canudos na Bahia. Os camponeses e ex-escravos compunham junto com Antônio Conselheiro um

⁴³ Segundo Maria Aparecida Silva (2004), os boias-frias foram aqueles que expulsos do campo, se dirigiram às periferias das cidades para serem, em seguida, contratados pelos proprietários na condição de volantes, portanto sem direitos.

movimento messiânico que se opunha à ordem e submissão estabelecidas por coronéis que controlavam a política e o território. Por esta razão, foram declarados inimigos de guerra e após peregrinação estabeleceram-se na fazenda de Canudos, em 1893, onde viveram aproximadamente 10 mil pessoas. Ao longo dos anos de 1896 e 1897 foram atacados e aniquilados por diversas expedições militares de todo o Brasil (FERNANDES, B. M., 2000; MARTINS, 1986).

Segundo Martins (1986), a Guerra do Contestado foi uma “guerra camponesa”, nas regiões do Paraná e Santa Catarina do sul do país. Também foi uma guerra contra os coronéis que controlavam a terra e a vida dos camponeses, que se organizaram em torno de um movimento messiânico, liderado pelo monge José Maria. Entre muitos conflitos e truculência, em 1914, sete mil homens do exército, mil policiais e trezentos jagunços iniciaram um conjunto de ataques e os camponeses foram, nos termos de Martins (1986), “destroçados”.

No Nordeste, segundo Bernardo Fernandes (2000, p. 31): “Nas primeiras décadas do século XX, nas terras do Nordeste, onde a expulsão e a perseguição até a morte eram coisas comuns aos camponeses, surgiu uma forma de banditismo social, o cangaço.” O cangaço, da mesma forma, foi uma forma de organização dos camponeses rebeldes que atacavam fazendas e vilas como forma de reagir à expulsão de suas terras pelos coronéis.

Na década de 1940, observamos vários conflitos sociais advindos do golpe de direita, em 1937, com a implementação do Estado Novo. Verificamos a formação das Ligas Camponesas em Goiás, Rio de Janeiro e São Paulo; e o movimento dos camponeses do Nordeste rumo ao Oeste para colonização do Maranhão e do Acre. Os camponeses gaúchos e pobres também migraram para Centro-Oeste, colonizando o oeste de Santa Catarina e do Paraná e o sul do Mato Grosso. Assim, segundo Bernardo Fernandes (2000), a formação das Ligas Camponesas data por volta de 1945, sendo criadas na maioria dos estados brasileiros e foram “[...] uma forma de organização política de camponeses proprietários, parceiros, posseiros, e meeiros que resistiram a expropriação, à expulsão da terra e ao assalariamento.” (FERNANDES, B. M., 2000, p. 33).

A partir da década de 1950 os camponeses de várias regiões do país começaram a se manifestar, rebelando-se de vários modos contra seus opressores: quebrando velhas cadeias, levando proprietários de terras aos tribunais para exigir justiça social. As lutas camponesas dessa época foram definidas em razão da

disputa entre o PCB e a Igreja pela hegemonia na organização dos camponeses e trabalhadores rurais, da qual resultou a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), em 1963, e a estrutura sindical que lhe corresponde.

Em 1960, diante o agravamento da questão agrária, resultado da ausência de reforma agrária e aumento dos camponeses pobres, vimos o adensamento dos movimentos camponeses que se tornaram mais fortes com a progressiva organização de classe sob as influências políticas partidárias, como a União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTABs), impulsionadas pelo PC; e o Master (Movimentos dos Agricultores Sem Terra, do Rio Grande do Sul) dirigido pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) de João Goulart e Leonel Brizzola. Também foi registrado, por todo cenário brasileiro, o movimento de sindicalização rural facilitado pelo arsenal regulatório viabilizado pelo do governo de João Goulart. Desta conjuntura surgiu o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, mas que em muitas regiões do Brasil foi cooptado pela classe dominante, os proprietários fundiários. A criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) foi em 1963.

Segundo Maria Aparecida Silva (2004), em 1963 foi votado o Estatuto do Trabalhador Rural, defendido por grupos políticos que levaram em conta, tão somente, as questões trabalhistas, e não a posse da terra. Assim, os milhares de parceiros, arrendatários, colonos e moradores dotados de direitos ficaram à mercê desta lei, dos interesses e do poder político dos proprietários e latifundiários conservados intocados.

A igreja católica, imersa nesta realidade, tinha sua ala progressista em defesa dos camponeses, como o Movimento de Educação de Base (MEB) e a Juventude Agrária Católica (JAC) (STEDILE, 1997). Em meados da década de 1970, já existiam em todo o Brasil as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), baseadas nos princípios da Teologia da Libertação⁴⁴, que eram importantes espaços de organização e luta contra as injustiças sociais. A culminância das Comunidades citadas foi o surgimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975. Esta pastoral, aliada às paróquias das periferias das cidades e comunidades rurais, passou a prestar assistência aos camponeses durante o regime militar e, até a atualidade, compõe a luta pela reforma

⁴⁴ Segundo Menezes Neto (2007), a Teologia da Libertação foi um movimento religioso muito vinculado às lutas populares e buscou, nas análises socialistas, especialmente no marxismo, o escopo material para as suas análises sociais e econômicas. Esse movimento ganhou força nas organizações populares do campo e esteve na origem do mais importante movimento social do Brasil nos últimos vinte anos: o MST.

agrária e a luta contra a criminalização e violência no campo. Mesmo diante de repressão política, a luta pela reforma agrária e pela extensão dos direitos trabalhistas ao trabalhador rural foi muito intensa na década de 1970.

Do golpe de 1964 ao período de redemocratização a partir da década de 1980, foram os 21 anos de ditadura que representaram o tempo histórico necessário para o capital empreender e estabelecer seu novo projeto para o campo. O pacote tecnológico, advindo da Revolução Verde, culminou na dominação do território brasileiro pela modernização da agricultura brasileira. A violência e truculência do regime ditatorial criminalizaram o campesinato e suas formas de organização, além de militarizarem a questão agrária.

A década de 1980 é marcada por uma particularidade histórica que constituiu a unificação de diversas lutas: a luta sindical. Esta tomou força em diversos estados brasileiros por meio da constituição da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983 e do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980. As primeiras mobilizações operárias massivas ocorreram em 1977 motivadas por demissões e perdas salariais, sendo que a greve geral de 1989, com ampla participação de mais de 20 milhões de trabalhadores e trabalhadoras, foi a maior da história brasileira (SANT'ANA, 2012; MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010).

O MST, enquanto movimento social organizado, é fruto deste processo histórico, político, econômico e social de resistência a todos os elementos estruturais, sociais e históricos do campesinato brasileiro que já discutimos. Bernardo Fernandes (2000, p. 46) demarca a constituição do MST como um processo de gênese, que começou com a ocupação da gleba Macali, em Ronda Alta no Rio Grande do Sul:

A gênese do MST aconteceu no interior dessas lutas de resistência dos trabalhadores contra a expropriação, a expulsão e o trabalho assalariado. O movimento começou a ser formado no Centro-Sul, desde 7 de setembro de 1979, quando aconteceu a ocupação da gleba Macali, em Ronda Alta no Rio Grande do Sul. Essa foi uma das ações que resultaram na gestação do MST. Muitas outras ações dos trabalhadores sem-terra, que aconteceram nos Estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, fazem parte da gênese e contribuíram para a formação do movimento. Assim, a sua gênese não pode ser compreendida por um momento ou por uma ação, mas por um conjunto de momentos e um conjunto de ações que duram um período de pelo menos quatro anos.

Fruto da luta de classes, o MST é uma resposta social à concentração de terra que se acentuou nos vinte anos de ditadura militar, é fruto da questão agrária, conforme complementa Caldart (2001, p. 207):

[...] é fruto de uma questão agrária que é estrutural e histórica no Brasil. Nasceu da articulação das lutas pela terra, que foram retomadas a partir do final da década de 70, especialmente na região Centro-Sul do país e, aos poucos, expandiu-se pelo Brasil inteiro.

Segundo Rodrigues (2014), o MST recolocou a pauta da reforma agrária na política brasileira a partir da década de 1980, haja vista a elaboração do I Plano de Reforma Agrária em 1985. Três décadas depois, o movimento soma 350 mil famílias assentadas em 8 milhões de hectares. Entretanto, cerca de 100 mil famílias distribuídas em 900 acampamentos ainda esperam ser assentadas, sendo que a melhoria das condições de vida dessas famílias também está entre as principais reivindicações do movimento, assim como o processo de produção agroecológica (MOVIMENTO..., 2013).

Hoje em dia, o movimento possui grande capilaridade nacional na luta pelo acesso à terra: tem três programas de Reforma Agrária, elaborados em 1985, 1995 e 2013; além de contar com uma ampla formação política para os militantes, assentados e assentadas da Reforma Agrária para a construção da consciência acerca da realidade brasileira e das mediações que perpassam a hegemonia do capital no campo. Um destes espaços é a realização do Curso de Realidade Brasileira (CRB)⁴⁵, construído de forma regionalizada juntamente com outros movimentos e coletivos, como por exemplo o Levante Popular Da Juventude.

Importante ressaltarmos neste ponto a luta dos chamados movimentos sociais clássicos, unidos pela identidade de classe, porém, diluída a todo momento pelo discurso neoconservador de crise de paradigmas, em que os chamados “novos movimentos sociais” entram em cena, pondo a luta de classes apenas como um elemento secundário (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010). Segundo Braz (2013), as “novas teorias” e os “novos conceitos” estão inseridos em tendências epistemologizantes muito presentes nas ciências sociais. Neste sentido, Pereira (2014) alerta para a leitura marxiana acerca dos movimentos sociais, tendo em vista o teor crítico a respeito da formação do movimento operário em distintas formações

⁴⁵ Participamos do 8º módulo do CRB do Triângulo Mineiro que foi realizado em Uberlândia, entre os meses de outubro e dezembro de 2015, juntamente com o Levante Popular da Juventude; Marcha das Mulheres; UNE e MST. Esta edição abarcou temáticas como a: “A revolução brasileira e o projeto popular: organizações e conjuntura”; “Campanha pela constituinte exclusiva e soberana do sistema político” e “Questão Agrária no Brasil”, ministrado pelo militante da Direção Nacional do MST Ney Zavaski. Foi um espaço muito rico e crítico, imprescindível para pensarmos juntos a estes movimentos a questão agrária brasileira.

e condições históricas, políticas, sociais e territoriais, não incorrendo, assim, nas armadilhas de abordagens estanques ou idealizadas.

Durante a década de 1990, no governo de FHC; delineado por sua agenda neoliberal de grandes privatizações e pelo ingresso das empresas e bancos na compra de terras; os movimentos sociais foram “satanizados”, bem como, brutalmente criminalizados, haja vista que era intrínseco ao receituário neoliberal a diluição e repressão da organização e mobilização social. Ao mesmo tempo, presenciamos nos dois mandatos de FHC, o avanço qualitativo da organização política do campesinato em torno dos Movimentos Sociais que lutam pelo acesso à terra. As respostas do governo sempre foram truculentas, sob a forma de criminalização das lutas. As manifestações em relação à questão social no campo e às diversas formas de resistência dos trabalhadores foram tratadas como casos de polícia, basta ver os massacres de Corumbiara, em 1994, e de Eldorado dos Carajás, no ano de 1996.

Segundo Carvalho Filho (2009, p. 204), sobre a circunstância que resultou o Massacre de Corumbiara em 1994:

Uma vez empossado, o presidente Fernando Henrique Cardoso deu razão a seus críticos nomeando José Eduardo de Andrade Vieira para o Ministério da Agricultura e Brasília de Araújo Neto para o Incra, pessoas cujos históricos, claramente, não as recomendavam para a implantação da reforma. Os movimentos sociais foram praticamente ignorados, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. O desempenho dessas autoridades, somando à evidente má vontade da área econômica, comprovou que a meta de assentamentos para o primeiro ano de governo não seria alcançada. Nessa época a tensão no campo mostrou-se crescente – multiplicando-se as ocupações de propriedades improdutivas pelos sem – terra – e ocorreu o primeiro grande massacre de trabalhadores em Corumbiara (RO).

Desde então, a repressão ao MST e aos movimentos sociais foi intensificada por meio de perseguições políticas e prisões, ações que evidenciam o tratamento dado aos movimentos sociais como casos de polícia; posicionamento explícito de governos de direita. A situação permaneceu desta forma até o segundo grande massacre de trabalhadores sem-terra em Eldorado do Carajás (PA). Segundo Lustosa (2012), no ano de 1996, cinquenta e seis pessoas foram mortas em consequências de conflitos agrários, destes, vinte e um trabalhadores foram assassinados por policiais militares em Eldorado do Carajás. Até o momento, os

responsáveis por esses crimes não foram punidos. O mês de abril⁴⁶ é marcado como um mês de luta intensa para o MST desde o massacre do dia 17 de abril, no Pará.

Percebemos uma mudança de estratégia no segundo mandato de FHC. Como as ocupações não paravam de crescer houve um investimento na repressão e cooptação dos movimentos sociais, sendo que o novo mundo rural evidencia tal realidade.

Com a finalidade de recolocar a Reforma Agrária como pauta na agenda política brasileira, o MST realiza marchas em defesa dela. Em 1997, tivemos a *Marcha dos 100 mil rumo a Brasília*, que foi um ato político de grande capilaridade e repercussão no Brasil, evidenciando claramente a existência e resistência do campesinato, a latência da questão agrária e a premência da Reforma Agrária. Na atualidade, as marchas são organizadas de forma regionalizada pelas coordenações estaduais e regionais do movimento.

Pereira (2014) alerta-nos para os desafios postos aos movimentos urbanos na contemporaneidade brasileira. Isso auxilia, em grande medida, na reflexão sobre a relação intrínseca das questões agrária e urbana nas lutas sociais no campo, tendo em vista a criminalização e a “cooptação”, inaugurada a partir do início dos anos 2000 na esfera política democrática popular que institucionaliza os espaços de participação e controle social, além de fragmentar a luta de classes. Ou seja, o projeto “lulo petista” de conciliação de classes.

Assim, é mister destacar que, atualmente, a concentração de terras perpassa a concentração de tecnologia de produção, de sementes, de insumos, de maquinários, de recursos naturais, ou seja, o “inimigo” hoje possui o mesmo fundamento da concentração e centralização do capital, muito embora apresente outras configurações de se reproduzir. É evidente que os interesses do agronegócio continuam sobrepondo à existência humana, e quanto mais o capital avança destruindo vidas, mais latente é a violência no campo que ainda impera em

⁴⁶ Um dos elementos que compõe esta luta é a realização das Jornadas Universitárias em Defesa da Reforma Agrária Popular, que em 2016 está em sua terceira edição. A chamada para a mesma advém do MS e este ano teve como discussão teórico prática a criminalização dos movimentos sociais e a violência no campo, com ênfase nos vinte e um assassinatos em Eldorado dos Carajás, que completa vinte anos. Fizemos parte da construção da II Jornada na UFTM, que contou ativamente com a participação do MST e CPT, dos acampados, acampadas, assentados e assentadas de Uberaba. É dever da universidade pública brasileira promover tal debate com ampla participação da sociedade.

detrimento da vida de milhares de camponeses, trabalhadores, trabalhadoras, lideranças e militantes; enfim, sujeitos que fazem o enfrentamento ao capital.

Arb  x Júnior (2016) informa que, desde 2002, a luta pela terra, ou, nos seus termos: “por um pedaço de chão”, contabilizou 529 assassinatos registrados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Segundo a CPT, por meio de publica  o no *Caderno de Conflitos no Campo*, no período de janeiro a dezembro de 2015 foram registradas 46 mortes em conflitos agrários. O estado do Pará lidera o *ranking* com 20 assassinatos, a maioria deles de trabalhadores ou trabalhadoras sem-terra. Há no Brasil a média de mais de tr  s conflitos por dia, o que envolve 816 mil pessoas. Em 2015, eles totalizaram 1217, e no ano de 2014, foram 1286. Porém, os assassinatos aumentaram em 2015, praticamente um a cada semana, perfazendo 50 mortes, ao passo que, em 2014, foram 36 casos. Dos conflitos, 63,4% do total foram motivados por terra (NASCIMENTO, 2015).

A demarca  o de terras indígenas e a titula  o de áreas quilombolas também se constituem dilemas existentes desde a invasão dos portugueses em território brasileiro. Ambos dilemas estão diretamente relacionados    questão agrária, e estão    mercê de regulamenta  o. A Constitui  o Federal de 1988 prevê, em suas disposi  es transitórias, que a demarca  o deveria ocorrer em até cinco anos após sua promulga  o, porém, passados mais de 27 anos, essa determina  o praticamente não “saiu do papel”. Ao contrário, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC-215) que trata do assunto, vem avançando na Câmara dos Deputados graças ao ataque da bancada ruralista contra os despossuídos da terra. De acordo com a PEC-2015, caberá ao Congresso Nacional decidir sobre a demarca  o de terras indígenas e sobre a titula  o das áreas quilombolas, o que submete os processos aos interesses financeiros e classistas de congressistas, principalmente os da bancada ruralista, que, na atual legislatura, conseguiu eleger aproximadamente de 130 deputados no Senado e Câmara (ARB  X JÚNIOR, 2016).

Essa situa  o    preocupante, pois a configura  o dos deputados do Congresso evidencia o enorme fosso entre a sociedade brasileira real e a representa  o existente entre os 503 deputados. Stedile (2015, p. 33) exemplifica com dados:

Na sociedade temos 51% de mulheres, no parlamento apenas 9%;
Na sociedade temos 60% de negros e mulatos, no parlamento apenas 3%;
Na sociedade temos 58% de jovens até 35 anos, no parlamento 7%;
Na sociedade temos 3% de empresários, no parlamento 50%;
Na sociedade temos 1% de ruralistas; no parlamento 30%.

Com tais evidências, 80% do Congresso brasileiro é ocupado por uma elite dominante que, por sua vez, representa os interesses de uma classe dominante; o executivo do Estado a serviço da classe burguesa. A assertiva empírica de Marx e Engels, manuscrita e publicizada no *Manifesto do Partido Comunista* em 1848, ainda explica a atual configuração do Estado em nossa sociedade: “O poder do Estado Moderno não passa de um comitê que administra os negócios da classe burguesa como um todo” (MARX; ENGLES, 2008, p. 12). A título de ilustração, há outros dados que auxiliam na materialização dessa conjuntura: o fato das doações eleitorais no Brasil serem tratadas⁴⁷ como investimentos pelas empresas, sendo que as 10 maiores doadoras da Câmara atuam no ramo do agronegócio, como por exemplo, a JBS e a GERDAU. Na construção civil temos: UTC Engenharia S/A, Construtora OAS LTDA, Noberto Odebrecht S/A; e grupos financeiros como: ITAU, UNIBANCO S/A.

Paralelo a isso, há luta! Há resistência! Há organização! Segundo o DATALUTA/BRASIL (GIRARDI; VINHA, 2013), dentre os 123 movimentos sociais ou socioterritoriais⁴⁸ que realizaram ocupações de terra no Brasil entre 2000 e 2013; 26 realizaram ocupações em 2013, quer dizer que, em ordem de maior número de famílias participantes de ocupações, o MST está em primeiro lugar com 13.978 famílias. Os “movimentos indígenas”⁴⁹ em segundo, com 2.747 famílias e CONTAG em terceiro, com 800 famílias. Os três movimentos têm sido os principais responsáveis por famílias em ocupações desde 2005. Em relação ao local de ocorrência dessas ocupações, o MST é o mais territorializado com ações em quase todos os estados brasileiros.

⁴⁷ O Supremo Tribunal Federal (STF), no dia 17/09/2015, por 8 votos a 3, declarou inconstitucionais normas que permitem empresas doarem para campanhas eleitorais. Com isso, perdem validade as regras da atual legislação que permite essas contribuições empresariais em eleições. A decisão do STF não proíbe que pessoas físicas doem às campanhas e a partidos. Pela lei, cada indivíduo pode contribuir com até 10% de seu rendimento anterior ao pleito.

⁴⁸ A Rede DATALUTA trabalha com a categoria movimentos socioterritoriais. Segundo Feliciano e Pereira (2014) a conceituação de os movimentos socioterritoriais do campo está relacionada à reivindicação de condições de vida mais justas para uma parcela da população que tem no campo sua morada e ou trabalho. Nasce principalmente pela percepção da necessidade de mudança, podendo esta ser ou não conquistada, dependendo das correlações de forças estabelecidas na luta de classes e das formas de organização do grupo envolvido. Neste sentido, o território e a territorialidade são base de sua existência.

⁴⁹ A organização social dos povos indígenas no Brasil não se dá em torno de um movimento social. A utilização da expressão “movimentos indígenas” pelo DATALUTA/ BRASIL (2013) diz respeito a uma agregação de todas as ações e lutas realizadas pelos índios em diversos contextos do Brasil e que foram agregadas no mesmo dado.

Os “movimentos indígenas” atuaram principalmente no Nordeste e em Mato Grosso do Sul, e a CONTAG atua principalmente no Nordeste, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Goiás e Pará. Consideramos que a conceituação de movimentos sociais e socioterritoriais para este estudo não são contrapostas, embora esta última seja polêmica no âmbito do Serviço Social. No entanto, entendemos que a constituição de ambos é de sujeitos coletivos que por meio de ações organizadas refletem oposição à estrutura social vigente, conforme salienta Feliciano e Pereira (2014, p. 127):

As manifestações dos movimentos socioterritoriais são ações que refletem conteúdos estruturais, são organizadas no sentido de evidenciar situações que deveriam ser interesse social, mas que frequentemente são mascaradas pelo discurso dominante.

Bezerra (2014) afirma que, em razão das transformações dos processos que constituem a luta pela terra, complexificam-se as instâncias políticas e organizativas que, nesta realidade, passam a conter dimensões da crítica e da resistência ao processo de avanço do capital. Sendo assim, muitas lutas, a princípio, podem sinalizar processos que em um primeiro momento não estão relacionados à concepção de classe social, mas na medida em que enfrentam o capital contra a apropriação privada da terra passam a compor a dimensão da luta de classes.

Segundo o MST (2013), o desafio que se apresenta no atual contexto é a construção da Reforma Agrária Popular, tendo em vista que a realização da mesma é um preceito constitucional. O atual Programa Agrário do MST (MOVIMENTO..., 2013) cujo lema é: “Lutar! Construir a reforma agrária popular!”, propõe a realização da mesma por meio da organização e mobilização das **lutas com toda a classe trabalhadora**, a fim de imprimir mudanças estruturais na sociedade capitalista. Tal proposta é assentada no entendimento de que é impossível a realização da reforma agrária do tipo clássica, sob hegemonia da burguesia que apenas distribui a terra, para desenvolver as forças produtivas do campo e o mercado interno.

Como podemos observar, o MST (MOVIMENTO..., p. 39), problematiza seu programa⁵⁰:

O programa é um importante instrumento na definição das alianças políticas e nas mobilizações unitárias junto às organizações populares e sindicais da classe trabalhadora, do campo e da cidade. Ele serve como canal de comunicação com toda sociedade e com os setores da classe trabalhadora,

⁵⁰ Ao longo das discussões problematizaremos os princípios do programa proposto pelo MST

para explicitar nossos objetivos e bandeiras de luta, a necessidade de democratizar as terras, garantir sua função social e priorizar a produção de alimentos saudáveis.

Segundo o DATALUTA/Brasil (GIRARDI; VINHA, 2014), existem atualmente 126 movimentos sociais que se organizam e ocupam terras na trincheira da luta pela reforma agrária nos estados brasileiros. A criação dos projetos de assentamentos rurais é fruto, em grande medida, da luta e resistência destes camponeses, trabalhadores e trabalhadoras sem-terra. Alguns possuem amplitude nacional como a CONTAG; CUT; CPT; Fruto da Terra; Liga dos Camponeses Pobres (LCP); Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST); Movimento de Libertação dos Sem Terra de Luta (MLSTL); Movimento de Luta pela Terra (MLT); Movimentos Indígenas; MST; Movimento Terra Trabalho e Liberdade (MTL); Organização dos Trabalhadores no Campo (OTC) e a Via Campesina que é um movimento internacional que agrupa milhares de camponeses, camponesas, pequenos e médios produtores, sem-terra, indígenas, migrantes e trabalhadores e trabalhadoras rurais. Conforme podemos encontrar em seu sítio na internet, ele:

Defiende la agricultura sostenible a pequeña escala como un modo de promover la justicia social y la dignidad. Se opone firmemente a los agronegocios y las multinacionales que están destruyendo los pueblos y la naturaleza. (LA VIA CAMPESINA, 2015).

Neste sentido, estendendo a importância dos movimentos sociais na luta pela Reforma Agrária Popular, e, imersos em uma conjuntura de acirramento das desigualdades sociais no interior do desenvolvimento do capitalismo no campo, a contradição a qual objetivamos nos aproximar é que em paralelo à instalação e avanço do agronegócio no Brasil, via hegemonia do capital, há particularidades no estado de Minas Gerais, como na região do Triângulo Mineiro e Uberaba, no âmbito da agropecuária, produção de soja, milho e, sobretudo, cana-de-açúcar, em detrimento de alimentos que garantem a soberania alimentar de seus municípios.

Em Uberaba (MG), assim como em diversos contextos do Brasil, o campo não convive apenas com a imagem tradicional do velho coronel de chapéu de couro e pistola na cinta, mas também, com o agronegócio bancado pelo grande capital de uma nova roupagem para os donos das terras, mesmo que a violência e repressão ao campesinato permaneçam muito semelhantes. Neste complexo contraditório, existem conflitos agrários evidenciados por manifestações, ocupações de diversos

movimentos sociais que, inspirados por um projeto de reforma agrária, lutam e resistem neste grande latifúndio, por meio da permanência em assentamentos rurais. A expressão desta contradição é a existência da questão agrária em Uberaba e dos três assentamentos rurais, com capacidade para 108 famílias, que atualmente somam 84 famílias assentadas. São eles: a recente ocupação na Fazenda Pão Queijo, onde estão acampadas cerca de 120 famílias; acampamentos Rosa Luxemburgo; e 19 de Março.

**CAPÍTULO 2 MINAS GERAIS, TRIÂNGULO MINEIRO E UBERABA:
AGRONEGÓCIO E A EXISTÊNCIA DA QUESTÃO AGRÁRIA COMO
MANIFESTAÇÃO DA QUESTÃO SOCIAL**

Canção da Terra

Tudo aconteceu num certo dia
 Hora de Ave Maria
 O Universo viu gerar
 No princípio, o verbo se fez fogo
 Nem Atlas tinha o Globo
 Mas tinha nome o lugar
 Era Terra,
 E fez o criador a Natureza
 Fez os campos e florestas
 Fez os bichos, fez o mar
 Fez por fim, então, a rebeldia
 Que nos dá a garantia
 Que nos leva a lutar
 Pela Terra,
 Madre Terra, nossa esperança
 Onde a vida dá seus frutos
 O teu filho vem cantar
 Ser e ter o sonho por inteiro
 Sou Sem Terra, sou guerreiro
 Co'a missão de semear
 A Terra, Terra,
 Mas, apesar de tudo isso
O latifúndio é feito um inço
Que precisa acabar
Romper as cercas da ignorância
Que produz a intolerância
Terra é de quem plantar
 A Terra, Terra,
 Terra, Terra...
 Terra, Terra....

(Pedro Munhoz)

A descoberta de ouro e diamante em Minas Gerais favoreceu o surgimento de fazendas de gado ao longo do rio São Francisco. Os vaqueiros e capatazes eram geralmente trabalhadores livres que, em troca de seu trabalho, recebiam pouco mais que comida e roupa do corpo, sob a promessa de, depois de alguns anos de serviço, ganharem alguns bezerros. Os outros trabalhos, tirar leite, abater o gado, preparar a carne-seca e o couro, eram atribuições dos escravos. (MORISSAWA, 2001, p. 62).

A mineração em Minas Gerais passou a ser a principal atividade econômica do Brasil Colônia por volta do século XVIII. Furtado (2003) analisa que o decênio compreendido entre 1750 a 1760 constituiu o apogeu da economia mineira e a maioria dos trabalhadores das minas e dos garimpos era composta pela mão de obra dos negros escravizados. Neste período, como já pontuamos, o Brasil foi sendo invadido por portugueses, isso fez crescer a população de Minas Gerais, e assim, a produção de alimentos, o que acarretou o surgimento de muitas áreas produtoras dos mesmos em terras mineiras, bem como em São Paulo e no Rio de Janeiro. Mas,

a descoberta do ouro e diamante em Minas Gerais, como apontado por Morissawa (2001), favoreceu o surgimento das fazendas de gado ao longo do rio São Francisco.

Nesta direção de ocupação e exploração do território no século XVIII, Minas Gerais foi uma das localidades de intensa produção no Brasil, impulsionada pela descoberta das jazidas auríferas e de diamantes. Muito ouro e muita riqueza apropriada e expropriada privadamente foram escoadas para Portugal.

Contra o mandonismo colonial, foram constituídas diversas formas de organização para segregação da Metrópole e independência brasileira. Segundo Morissawa (2001), foram elas: A Inconfidência Mineira (1792); a Conjuração Baiana (1798); A Revolta Pernambucana (1817) e os Movimentos Quilombolas. A primeira delas foi uma das principais, apesar de ter no comando as elites de Minas Gerais proprietárias de muitos escravos; ao contrário do que se propaga em escolas, por meio dos livros falaciosos de História. Acreditamos que tal movimento não tinha como horizonte a luta pelas melhorias das condições dos pobres ou libertação dos negros escravizados, mas sim contra os excessos da metrópole em prol da independência mineira.

A extração de ouro e outros minérios, em consequência da acentuada e desenfreada exploração, apresentou indícios de esgotamento no término do século XVIII, realidade que fez emergir espaço à pecuária e à agricultura direcionadas para o mercado interno, ainda com base no trabalho escravo. Minas Gerais por sua vez, já possuía centros urbanos. A decadência da exploração de minérios está relacionada ao cenário nacional que envolve a economia agroexportadora seguida da agroindustrial, prontamente discutidas, e que neste contexto promoveu o deslocamento da produção econômica para o Rio de Janeiro e em seguida para São Paulo, reflexo da modernização conservadora, conforme pontua Muller (1989, p. 32).

Entre 1930 e 60, de acordo com Francisco de Oliveira, em *Elegia para uma Re(li)gião* a burguesia industrial paulista, vale dizer, o Sudeste industrial, alcançara a hegemonia econômica no país e o comando da política econômica ao submeter o Estado aos interesses industrializantes, opondo-se assim, claramente, às oligarquias agrárias tanto do Nordeste como do extremo sul e, até mesmo do sudeste cafeeiro. (MULLER, 1989, p. 32).

Segundo Silva; Souza e Martins (2012) os ganhos de produtividade advindos da modernização da agricultura impactaram diretamente no setor agropecuário do país e, em particular, do estado de Minas Gerais; eles decorreram basicamente do uso mais intenso de tecnologias no meio rural, aumento da profissionalização e dos incentivos às pesquisas direcionadas ao setor. Essa nova configuração da economia agropecuária mineira consolidou o estado como um dos maiores produtores agropecuários do país, no setor do agronegócio,

Dado o tamanho da economia mineira e paulista, e as fortes inter-relações de seus setores primários com os setores indústria – a montante e a jusante – e de serviços, Minas Gerais e São Paulo contribuem com pouco mais que 1/3 do PIB do agronegócio nacional. Juntos possuíam, em 2004, um PIB do agronegócio da ordem de R\$ 190 bilhões, sendo que a evolução entre 2002 e 2004 não implicou alteração na participação dos mesmos no PIB do agronegócio do País. (GUILHOTO et al. 2007, p. 48 apud SILVA; SOUZA; MARTINS, 2012, p. 336).

Realizamos tal incursão na história de Minas Gerais, talvez um pouco arriscada, mas que circunscrita nos limites desta tese para sinalizar o quanto este estado possui riquezas que foram progressivamente exploradas, apropriadas e expropriadas privadamente. A pujança que São Paulo e Minas Gerais revelaram nos valores do PIB do agronegócio nacional de 2004 é resultado histórico, político, econômico e social do desenvolvimento destes estados calcados na produção da desigualdade social.

Como exemplo, pensemos a renda do agronegócio⁵¹ mineiro que teve um crescimento de 0,76% em setembro de 2014 e foi atualizada para R\$ 159,265 bilhões. Desse valor, estima-se que R\$ 77,743 bilhões, ou 48,81%, resultem do ramo da agricultura e R\$ 81, 522 bilhões, ou 51,19%, da pecuária. Comparado a estes valores, são irrisórios os R\$ 94 milhões liberados em protocolo de intenções firmado entre o Governo de Minas Gerais, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Incra para investimentos em infraestrutura viária e hídrica, assistência técnica e implantação de agroindústrias em assentamentos da reforma agrária no estado, nos próximos **cinco anos**⁵².

⁵¹ O PIB do Agronegócio de Minas Gerais Cepea/Faemg/Seapa é calculado pelo Cepea com apoio financeiro da Federação da Agricultura e Pecuária de Minas Gerais (Faemg) e da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais (Seapa-MG). Este é o primeiro estado a ter seu PIB do Agronegócio calculado pelo Cepea mensalmente (CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA, 2015).

⁵² Dados disponíveis em Ascom (2015).

Em julho de 2015, o agronegócio⁵³ em Minas Gerais apresentou uma perspectiva de 13,27% de avanço em sua participação no PIB do agronegócio nacional. Pressionaram o resultado da pecuária os produtos lácteos e a proteína de origem suína. **A pecuária representou 53,53% do agronegócio do estado** para a projeção anual, em junho de 2015, enquanto a **agricultura, 46,47%**. Com relação aos segmentos, destaca-se o desempenho dos insumos, com alta de 1,77% no mês – elevação de 1,39% dos insumos agrícolas e de 2,07% dos pecuários.

Para fins ilustrativos, verifica-se na Tabela 1 PIB do agronegócio⁵⁴ de Minas Gerais de 2002 a 2014, que em doze anos quintuplicou:

A formação econômica do Triângulo Mineiro está no bojo da produção do agronegócio e pode ser datada da segunda metade do século XVIII e início do século XIX. As atividades de exploração mineral da Colônia portuguesa adentraram este território e abriram novas frentes de ocupação e circulação de bens, como mercadorias. Desta forma, o Triângulo Mineiro já integrava o círculo mais abrangente de ocupação, e conseqüentemente, de concentração de capitais, tendo em vista a constituição e formação heterogênea de Minas Gerais (GUIMARÃES, 2010).

⁵³ Os dados foram retirados do Relatório PIBAgro/Minas Gerais. Esta é uma publicação mensal resultante da parceria entre o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA), da ESALQ/USP, com o apoio financeiro da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg) e da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais (Seapa). O cálculo do PIB do agronegócio é feito pela ótica do valor adicionado, a preços de mercado, computando-se os impostos indiretos líquidos de subsídios. A quantificação dessa medida reflete a evolução do setor em termos de *renda real*, a qual se destina à remuneração dos fatores de produção: trabalho (salários e equivalentes), capital físico (juros e depreciação), terra (aluguel e juros) e lucros. Considera-se, portanto, no cômputo do PIB do agronegócio tanto o crescimento do volume produzido como dos preços, já descontada a inflação (RELATÓRIO, 2015).

⁵⁴ O agronegócio é entendido como a soma de quatro segmentos: (a) insumos para a agropecuária, (b) produção agropecuária básica ou, como também é chamada, primária ou “dentro da porteira”, (c) agroindústria (processamento) e (d) distribuição. A análise desse conjunto de segmentos é feita para o setor (vegetal) e para o pecuário (animal). Ao serem somados, com as devidas ponderações, obtém-se a análise do agronegócio (RELATÓRIO, 2015).

Tabela 1: PIB do agronegócio de Minas Gerais: 2002 a 2014 (R\$ milhões/2014)

	Insumo	Básico	Indústria	Distribuição	Total
2002	2.190	13.518	7.820	10.273	33.801
2003	3.079	17.166	10.576	13.437	44.257
2004	3.632	23.397	11.222	15.849	53.100
2005	3.897	20.765	12.589	16.190	53.442
2006	3.862	24.196	15.517	19.191	62.766
2007	4.612	26.902	16.700	21.237	69.450
2008	6.810	34.005	19.222	25.600	85.636
2009	6.298	31.649	20.725	25.582	84.254
2010	6.198	37.609	27.454	31.967	103.277
2011	8.004	48.243	30.514	37.755	124.517
2012	8.637	49.233	31.760	38.991	128.620
2013	8.531	53.855	36.272	44.072	142.731
2014	9.188	61.679	39.148	49.250	159.265

Fonte: Elaborada por Gabriela Masson, com base no Relatório PIBAgro/Minas Gerais (CEPEA, 2016)

Esta região possui sua origem atrelada ao movimento bandeirante paulista que explorou nosso interior em busca de ouro, metais e pedras preciosas, tornando-se, assim, integrante da capitania Geral de São Paulo como fornecedora marginal de metais preciosos, e como ponto de apoio alimentício aos núcleos de mineração do Centro Oeste.

Segundo Guimarães (2010), “a região triangulina” ou “Julgado do Desemboque”⁵⁵, que hoje se desmembra nos municípios que formam o Triângulo Mineiro, teve seu auge de exploração mineral entre as décadas de 1740 e 1780, mas também foram desenvolvidas nessa região atividades pecuárias e comerciais de apoio à mineração. O Triângulo Mineiro foi palco de disputas entre paulistas, goianos e mineiros, já pertenceu aos domínios de Goiás. Esta realidade foi modificada em 1816, sendo delimitado territorialmente no estado de Minas Gerais.

A decadência do ciclo do ouro, no final do século XVIII, em Minas Gerais, não apresentou muito significado para esta região em virtude de sua proximidade

⁵⁵ O Julgado do Desemboque foi criado em 04 de abril de 1816, quando a região é anexada a Minas Gerais e se acredita que foram dois os motivos da mudança do nome: primeiro porque a Capitania de Minas já existia no rio das Velhas e uma povoação com esse nome, na Comarca de Sabará. E segundo que a região conhecida como Desemboque, no Rio Grande, era de conflito entre as três capitanias (São Paulo, Minas e Goiás) e o antigo povoado havia sido destruído e os antigos moradores “subiram” para os Arraiais do Rio das Velhas e do Barreiro do Araxá (DOLABELA, 2013).

territorial com a economia paulista, o que resultou sua inserção nos principais circuitos de produção, circulação e consumo paulista e brasileiro no período da agropecuária e agroindústria, conforme bem aponta Guimarães (2010, p. 35).

Como área de intermediação da economia paulista com o Centro-Oeste, o Triângulo Mineiro pôde atrelar-se, dinamicamente, aos impulsos advindos do novo padrão agrícola brasileiro, processo que continua promovendo uma grande reestruturação espacial da agropecuária e da agroindústria, comandada pela lógica de interpretação de capitais, própria dos Complexos Agroindustriais.

Então, inserido na dinâmica nacional de modernização da agricultura, o Triângulo Mineiro desenvolveu uma base agropecuária calcada em condições naturais favoráveis ao desenvolvimento do rebanho bovino, e em razão de sua localização geográfica, nos fluxos do desenvolvimento econômico nacional, despontando no cenário estadual e nacional neste ramo, bem como na agroindústria.

Na atualidade, o Triângulo Mineiro/ Alto do Paranaíba é uma mesorregião cuja delimitação geográfica é composta por sete microrregiões: Ituiutaba, Uberlândia, Patrocínio, Patos de Minas, Frutal, Uberaba e Araxá; com um total de 66 municípios. O estado de Minas Gerais (Mapa 1), a partir da divisão do IBGE (1990), é composto por 12 Mesorregiões e 66 Microrregiões Geográficas (CLEPS JÚNIOR, 2014).

É uma região muito rica do ponto de vista econômico composta por um circuito do agronegócio centrado na pecuária de bovinos, agricultura de grãos (soja e milho), cana-de-açúcar e produção de insumos, ou seja, monoculturas produzidas em áreas extensivas com uso de fertilizantes e agrotóxicos.

As terras na região do Triângulo Mineiro são consideradas as mais dispendiosas do estado, conforme ratifica o Superintendente do Incra de Minas Gerais,

Superintendente Estadual do Incra de Minas Gerais: [...] é uma região onde a pecuária é de corte, mas também de grãos de soja principalmente em larga escala. É uma região muito rica onde as terras da região são consideradas as mais caras do estado e talvez do país, do Brasil.

As culturas de soja, milho e cana-de-açúcar que hoje despontam no cenário nacional, mineiro e, especificamente, no Triângulo Mineiro constituem grande parte do capital acumulado desta região. E por serem constituídas em áreas do cerrado

brasileiro possuem relação estrita com o quadro de desenvolvimento do Brasil em que o Centro-Oeste ganhou relevância a partir da década de 1970. Segundo Xavier (2005), o cerrado corresponde a 23,1% do território nacional abrangendo em toda sua espacialidade os estados de Goiás, Tocantins e Distrito Federal; algumas porções do estado do Mato Grosso do Sul; uma parcela do Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Piauí, Pará e Rondônia. É mister destacar que a topografia do cerrado favorece a agricultura mecanizada e a irrigação, elementos que impulsionam a instalação de lavouras em extensas áreas de terras, nas quais prevalecem a produção monocultora.

Desta forma, foi por meio do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974 - 79) que o governo federal organizou e criou medidas efetivas, além de diversos programas para consolidar o desenvolvimento agropecuário regional via penetração de capital externo e incorporação das áreas do cerrado ao setor produtivo nacional, com a finalidade de responder às demandas de consumo do mercado interno e às necessidades de aumento das exportações garantindo o estímulo à agroindústria (BRASIL, 1974).

Visando construir uma grande infraestrutura para o armazenamento e escoação de mercadorias provenientes do Centro-Oeste em direção ao Centro Sul, o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais criou o Programa de Crédito Integrado (PCI). Este programa constituiu-se em um marco da modernização da agricultura nas áreas do cerrado e o Triângulo Mineiro estava inscrito nele, com o direcionamento da agricultura nos moldes das grandes e médias propriedades.

Em um contexto nacional de modernização da agricultura, o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) instituído pelo II PND, em 1975, objetivava promover o desenvolvimento e a modernização de atividades agropecuárias a partir da ocupação das áreas do cerrado mediante a agricultura empresarial incorporando 3,7 milhões de hectares aos estados de Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais. Nesta direção, o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER) foi impulsionado por capital externo do Japão por duas *holdings* que conglomeraram grupos empresariais gestados por brasileiros e japoneses: a Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial (BASAGRO) e a *Japan Development Corporation* (JADECO). O projeto se estendeu até 1990 desmembrando-se em mais duas etapas que visaram a produção de grãos e construção de infraestrutura de transporte, energia, bem

como liberação de créditos para o produtor agrícola para a produção de soja, milho e arroz. Os estados de Minas Gerais, Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Bahia, Maranhão e Mato Grosso do Sul foram abarcados pelo projeto. Deste processo resultaram a intensa concentração da propriedade fundiária, a eliminação de culturas tradicionais e a expansão de culturas exportáveis nestes estados (XAVIER, 2005).

Segundo Xavier (2005, p. 55), o Triângulo Mineiro, por se caracterizar área de abrangência dos cerrados, foi uma das regiões onde “[...] tanto em extensão como intensidade as transformações do campo ocorreram de forma mais articulada com as orientações do ‘novo padrão agrícola’ de produzir.” Esta conjuntura histórica e econômica, este pacote de programas estatais para a modernização da agricultura no cerrado nos auxiliam a compreender a pujança do Triângulo Mineiro, uma região com as terras mais onerosas do estado de Minas Gerais, conforme o superintendente do Incra destacou.

Pensando no cenário em que desenvolvemos a pesquisa de campo, procuramos compreender as mediações nas quais o município de Uberaba (MG) está inserido, pois estamos elucidando um contexto nacional, estadual e regional do qual este município faz parte corroborando para o modelo de desenvolvimento da agricultura brasileira calcada no agronegócio que é a expressão do capital na apropriação da terra e dos recursos naturais para sua concentração e centralização⁵⁶

Em relação à constituição deste município, sua origem permeia os anos de 1808 denominando-se *Arraial da Capelinha*, que mais tarde originou Uberaba. Além da economia agropecuária, o dinamismo da economia estava calcado na rota fluvial que ligou parte do percurso entre os portos paulistas e o Rio Grande, na divisa de Minas Gerais com São Paulo. Foi diante desta rota fluvial que o *Arraial da Capelinha* sofreu um deslocamento geográfico repentino de 15 km, entre os anos de 1816 e 1817, ao chamado *Arraial da Farinha Podre* que:

[...] em um período de precárias condições de transportes e comunicações, uma posição geográfica privilegiada possibilitava substancial redução de custos e tempo, permitindo de forma determinante o aproveitamento

⁵⁶ A concentração e centralização do capital são categorias marxianas que na agricultura brasileira se renovam e atualizam. A concentração de capital por meio de grandes corporações financeiras e internacionais, sobretudo os bancos, que passaram a comprar ações de centenas de médias e grandes empresas que atuam em diferentes setores relacionados com a agricultura, gerando, portanto, uma concentração destas empresas no que se refere à terra e à riqueza produzida.

econômico de uma região marginal, por meio do estabelecimento de rentáveis relações de integração comercial. (GUIMARÃES, 2010, p. 47)

Uberaba foi crescendo e as terras foram ocupadas formando extensas propriedades em razão do baixo valor da terra e isenção de impostos sobre elas. Em pouco tempo vimos diversas ocupações de agricultores, pecuaristas, comerciantes e outros. Estes fatos possibilitaram que em 22 de fevereiro de 1836 o Governo Provincial de Minas Gerais, pela Lei nº 28, criasse o Município de Santo Antônio de Uberaba (GUIMARÃES, 2010; SANTOS JÚNIOR et al., 2008).

A história típica do gado Zebu permeia os anos de 1889 e está atrelada à criação da estrada de ferro, empreendimento facilitador da imigração europeia para o desenvolvimento da pecuária em volta do gado Zebu que se estendeu nos séculos XIX e XX com efetiva consolidação no século XXI nas grandes fazendas que aqui se consolidaram. O Plano de Desenvolvimento (PDA) do Assentamento Dandara, pontua este processo:

No final do século XIX início do século XX Uberaba passa a desenvolver a pecuária seletiva. Importaram reprodutores e matrizes da Índia e fizeram surgir a pecuária zebuína do Brasil. Com eles vieram também os imigrantes europeus e asiáticos e ainda, o desenvolvimento das atividades industriais, agrícolas e comerciais (SANTOS JÚNIOR et al., 2008, p. 18). Junto com Major Eustáquio vieram fazendeiros e aventureiros que passaram a produzir e comercializar com as caravanas que ligavam Goiás a São Paulo. (SANTOS JÚNIOR et al., 2008, p. 17).

Até hoje a pecuária de Uberaba gira em torno do gado Zebu introduzido na região, de forma pioneira ainda no século XIX, especificamente em terras uberabenses, sob controle de antigos fazendeiros e suas descendências associadas a grandes investidores internacionais que hoje apostam na genética zebuína (GUIMARÃES, 2010).

Na atualidade, conforme a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo⁵⁷ (2009, p. 4):

Uberaba consolida-se cada vez mais como o principal centro mundial de negócios de biotecnologia público e privado, nas áreas de melhoramento genético, de alimentos em geral, zebuino e de ovinocultura. O Município reúne as principais centrais de inseminação do país e os resultados mostram o crescente interesse e investimentos em melhoramento genético em todos os setores.

⁵⁷ Dados retirados do documento oficial da Prefeitura Municipal de Uberaba, denominado **“Uberaba em Dados”** que é um anuário idealizado e produzido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, contendo dados socioeconômicos do município de Uberaba.

O documento público elaborado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo (2009) não só elenca as empresas envolvidas neste grande ramo de negócios, situado em latifúndio, como claramente faz propaganda delas. Destacamos que o termo latifúndio não existe legalmente, no entanto, apropriamo-nos politicamente dele no contexto desta discussão.

As empresas elencadas são: *ABS Pecplan*, situada em uma propriedade latifundiária de 250 ha destinados a abrigar touros de diversas raças, laboratórios e escritórios; *Alta Genetics* que tem a missão de auxiliar o produtor a atingir o lucro máximo através da melhor genética, com a melhor orientação técnica e prestação de serviços; *General-Genética e Biotecnologia Animal* que por meio da fertilização *in vitro* objetiva proporcionar o maior número de descendentes de animais geneticamente superiores em um mesmo período de tempo, maximizando a rentabilidade por animal reduzindo assim o intervalo de gerações; *Nova Índia Genética*; *Ovinogen*; e *Vitrogen* que inclusive trabalha no ramo da clonagem animal (SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO, 2009, p. 8-9).

O padrão pecuário de Minas Gerais, especificamente especializado em pastagens que cobrem o Triângulo Mineiro, possui a direção de pastagens extensivas, conforme aponta o Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2006, p. 30):

Ao passo da constatação histórica, a atualidade exprime uma definição em direção ao padrão espacial especializado em pastagens, cobrindo parte dos Estados de Minas Gerais (Triângulo Mineiro), Goiás, Mato Grosso do Sul e o Rio Grande do Sul, bem como em extensa área do semiárido nordestino englobando os Estados de Pernambuco, Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí, com predomínio de pastagens extensivas do Bioma Caatinga.

Ainda segundo o Censo Agropecuário de 2006, o maior rebanho bovino brasileiro encontra-se no Mato Grosso do Sul (20,4 milhões de cabeças), seguido por Minas Gerais (19,9 milhões de cabeças) e Mato Grosso (19,8 milhões de cabeças).

Silvério (2012) esclarece que Uberaba é conhecida como capital nacional do gado Zebu. Seus criadores fomentam e muitas vezes determinam o agronegócio no município. Eles estão organizados pela Associação Brasileira de Zebus (ABCZ), que é sucessora da Sociedade Rural do Triângulo Mineiro, fundada em 1934. A ABCZ é responsável pela Exposição Nacional do Gado Zebu, realizada no Parque Fernando Costa, que em 2012 estimou uma movimentação financeira de R\$ 120 milhões de

reais; em 2013 aproximou de R\$ 150 milhões (EXPOZEBU, 2015); em 2014 R\$ 150 milhões (VIEIRA, 2015); em 2015, 81ª edição da exposição, atingiu a média de R\$ 16.948.475,00 (PRADO, 2015). Neste ano, conforme informações encontradas no sítio da ABCZ, a 82ª edição da ExpoZebu, “maior exposição da pecuária do mundo”, movimentou R\$ 34.792.470,00 bilhões de reais.

Quando indagados sobre a questão agrária em Uberaba tanto o Superintendente do Incra/MG quanto a liderança política do MST pontuaram a presença deste grande negócio que tenciona muito a concentração de renda.

Superintendente Estadual do Incra de Minas Gerais: [...] Aliás, lá é a terra da ExpoZebu de reconhecimento nacional e até internacional, que também de certa forma tem uma resistência em relação à questão da reforma agrária [...]

Luiz Beltrame: Há um domínio muito grande da indústria da carne e da alta genética de zebuínos.

No documento oficial da Prefeitura Municipal de Uberaba encontramos a aliança do governo municipal com o ramo zebuíno, tendo em vista a gama de recursos e infraestrutura que viabiliza todos os anos para a realização da ExpoZebu, que vão desde subsídios municipais aos tratadores de Zebu, ao entretenimento com shows e projetos para o direcionamento de uma multidão à ABCZ, disseminando assim a *cultura do Zebu*.

Em parceria com a Prefeitura de Uberaba, a ExpoZebu 2009 ofereceu aos tratadores, gratuitamente, serviços na área de saúde, tais como tratamento dentário e exames de sangue, e de beleza (corte de cabelo). Várias outras ações sociais ocorreram durante a feira. Entre elas os projetos: "Zebu na Escola" e "Zebu UAI", que mobilizaram 10 mil pessoas, entre crianças, jovens e idosos. O que há de melhor da pecuária zebuína no mundo está na ExpoZebu: os melhores animais, a melhor genética para produzir o “boi ecológico”, a melhor produtividade e os melhores criadores. A feira teve entrada gratuita e shows regionais. No dia 9 de maio, a ABCZ registrou o maior público desta edição da feira: 49.163 pessoas passaram pelo parque para prestigiar os julgamentos, shows regionais, bares, boate e demais eventos. (SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO, 2009, p. 3).

Como percebemos, os zebuizeiros possuem os melhores cuidados, os melhores serviços de saúde, tratamentos dentários, exames de sangue e até um trato na beleza. Quanto cuidado com os reis do agronegócio com recursos públicos, não é?

Segundo matéria publicada na mídia uberabense, especificamente no *Jornal da Manhã*, jornal de grande circulação no município, Uberaba aparece em primeiro lugar no *ranking* da safra mineira de grãos 2015/2016. Nesta safra o estado de Minas Gerais deve colher 12 bilhões 869 milhões de toneladas de grãos, uma produção recorde. O volume é 5,9% maior que o máximo já registrado e Uberaba contribuiu em grande medida para esta produção, além de assumir lugar de destaque na produção de milho e estar em quarto lugar do estado na cultura da soja (SANTOS, G., 2015).

Encontramos no documento *Uberaba em Dados* que o município polariza uma região produtora de 4 milhões de toneladas de grãos; a produção total do Município chegou a 701.000 toneladas na safra de 2007/2008. Em 2008 ocupou o 1º lugar na produção de milho e 2º na produção soja no estado de Minas Gerais, e nacionalmente o 5º lugar com a produção de milho. É a segunda maior produtora de soja do Estado de Minas Gerais **com 89.000 ha plantados** na safra de 2008/2009 cuja produção chega a 267.000 toneladas, e a maior produtora de milho do Estado de Minas Gerais com 50.000 ha plantados na safra 2008/2009 com produção de 345.500 toneladas/produtividade.

A cana-de-açúcar no Brasil também é uma cultura que segue o padrão do agronegócio, portanto cultivada em larga escala. Ela está presente em terras brasileiras desde o século XVI e “[...] mantém ao longo dos séculos a característica de ser produzida, predominantemente, em escala comercial e em grandes extensões de terra, com o trabalho precarizado e voltada para o mercado externo.” (SANT’ANA, 2014, p. 19).

Em 1975 sua produção foi intensificada com a criação do Programa Nacional do Álcool (Proálcool) edificado na lógica do Complexo Agroindustrial Canavieiro. O Proálcool viabilizou o processo de modernização do setor canavieiro, contudo sem combater a concentração fundiária brasileira. Em 1990, diante os preços do petróleo em baixa e alta da inflação, a manutenção do Proálcool se tornou inviável sendo extinto em 1991. Entretanto, os setores mais avançados tecnologicamente predominaram nas regiões sul e sudeste, consolidando a monopolização do setor e a expansão desta cultura em larga escala para o fornecimento de álcool para o mercado interno (SANT’ANA, 2012; DELGADO, 2012).

Para Sant’Ana (2012), a relação do Estado com o setor canavieiro está relacionada a uma aliança histórica, de liberdade no âmbito das regulamentações

para o acirramento das disputas entre os grupos, facilitando assim, a entrada de capitais internacionais em um contexto de internacionalização do capital. Nesta direção, vultuosos montantes de recursos foram destinados para a efetivação do Proálcool mediante o Sistema Nacional de Crédito Rural para o cultivo de cana-de-açúcar. Nos dois mandatos do governo Lula, o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Plano Nacional de Bionergia alinhou os interesses dos grandes grupos capitalistas nacionais e internacionais reeditando o Proálcool.

Em 2006, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento construiu e lançou o Plano Nacional de Agroenergia (OLIVEIRA; RAMALHO, 2006) com objetivo de implementar alternativas e estratégias de desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício a sociedade brasileira. Mas, percebemos que tal proposta foi prospectada em decorrência do avanço e da manutenção do latifúndio sobre as terras brasileiras, o que reverbera em impactos socioeconômicos, ambientais e sociais, tendo em vista que tal realidade intensifica a concentração fundiária. O cultivo de cana-de-açúcar cumpre o papel de “grande negócio do século 21”, explicitado no Plano do governo, que prevê cultivo em larga escala para a produção de bioenergia, conforme podemos encontrar:

A energia renovável deve ser consolidada como o grande negócio do século 21, cabendo à biomassa papel de destaque nesse contexto, em particular à cana-de-açúcar. A revitalização do mercado doméstico de álcool combustível coincide com o aumento da participação brasileira no mercado internacional de açúcar, enquanto o mundo caminha para adotar a nossa experiência de usar o etanol como oxigenante da gasolina. **Estimativa de expansão da oferta de cana da ordem de 220 milhões de toneladas implica a necessidade de incorporar quase 3 milhões de hectares em áreas de plantio nos próximos 6 a 8 anos.** A meta de 3 milhões de hectares plantados pode ser substancialmente reduzida se houver ganhos contínuos e substanciais na produtividade da cultura e no aumento do teor de sacarose. De qualquer forma, a cana ocupa apenas 10% da área agrícola atual do País e há grande disponibilidade de terras agricultáveis a serem incorporadas, principalmente no Cerrado (OLIVEIRA; RAMALHO, 2006, p. 75, grifo nosso).

A expressão desta realidade que se consolidou no território brasileiro são os dados apontados no Censo Agropecuário⁵⁸ de 2006 que evidenciaram um crescimento de 47,9% na produção de cana-de-açúcar no período de 1995 a 2006, atingindo 19,6 bilhões de reais em 2006, o maior valor alcançado por uma cultura. O

⁵⁸ Censo Agropecuário 2006 Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação

surgimento de novas usinas motivadas pelo Estado provocou um acréscimo de 33,3% de áreas colhidas.

A Tabela 2 a seguir, retirada do Relatório PIBAGRO⁵⁹ de 2014, também revela o crescimento do PIB do agronegócio mineiro que gira em torno da produção da cana-de-açúcar que em um período de 10 anos triplicou.

Tabela 2: Crescimento do PIB do agronegócio em Minas Gerais por segmento.

Agricultura	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Café	38,58	29,82	41,11	42,78	49,67	37,00	40,11	36,22	43,14	48,24	42,58	33,26
Milho	16,97	18,42	14,14	14,02	10,84	17,31	14,95	12,51	9,69	11,48	12,51	12,07
Soja	12,91	15,98	14,99	11,53	8,78	11,49	11,82	13,63	9,90	9,28	11,95	13,54
Cana-de-açúcar	6,09	7,06	6,09	6,75	11,24	12,42	9,46	13,43	15,17	14,07	13,84	15,78
Feijão	7,44	8,25	4,74	6,79	4,83	6,53	10,28	5,88	6,43	4,12	6,89	6,50

Fonte: Adaptado por Gabriela Masson, baseado no Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA).

Reflexo da totalidade que constitui a produção de cana-de-açúcar em larga escala no cenário brasileiro, o estado de Minas Gerais, e, especificamente a região do Triângulo Mineiro são apontadas no Plano Nacional de Agroenergia como uma das áreas que juntamente com o estado de São Paulo possui extensão massiva da cultura de cana-de-açúcar. Assim, inseridos nesta lógica, estes estados são atingidos pelos chamados “problemas técnicos”, que são os impactos ambientais e sociais da expansão da cultura e que, segundo o Estado, são passíveis de controle mediante fiscalização.

Minas Gerais, que registra as maiores taxas de crescimento do setor, vê novos projetos sendo implantados no Triângulo Mineiro, praticamente como extensão dos mesmos padrões prevalecentes na produção paulista. Essa concentração, embora aparentemente irreversível em Minas Gerais, deve ser evitada nas novas áreas, pois, aliada à verticalização, tende a criar sérios problemas socioeconômicos e ambientais, além de aumentar a vulnerabilidade dos cultivos a pragas e doenças. (OLIVEIRA; RAMALHO, 2006, p. 77).

A incoerência desta conjuntura, que não é fiscalizada nem controlada, é evidenciada nos impactos ao meio ambiente e nas relações de jornadas de trabalho no corte da cana, muitas vezes insalubres, exaustivas e super exploradas pelos

⁵⁹ A sigla diz respeito ao PIB do Agronegócio.

pagamentos advindos da produtividade em tonelada. O Censo aponta que a colheita mecanizada⁶⁰ vem crescendo no país. Em 2006, 13,6% da safra foi colhida desta forma, porém, em 91,6% dos estabelecimentos que respondem por 46,6% da área colhida, a colheita ainda foi realizada de forma totalmente manual. O DATALUTA⁶¹ estabelece que a área dos imóveis rurais de Minas Gerais aumentou 1,2 milhões ao patrimônio particular, realidade que pode estar atrelada à produção do agronegócio, sobretudo da cana-de-açúcar.

Nesta direção, a cana-de-açúcar também desponta no *ranking* do agronegócio mineiro que encontra nestas terras fertilidade para expansão, haja vista que **Uberaba, em 2008/2009, foi o 2º maior produtor de cana-de-açúcar de Minas Gerais**, totalizando 54.500 ha na safra 2008/2009 e uma produção de 3.910.500 toneladas, sendo que de 2002 a 2009 quintuplicou sua produção. O que pode auxiliar na compreensão deste crescimento é a instalação da Usina Vale do Tijuco em 2010 na cidade de Uberaba com corte inteiramente mecanizado conforme informações em seu próprio sítio na internet,

[...] que já em seu primeiro ano de atividade, processou 1,2 milhão de toneladas de cana e, após sua ampliação, sua capacidade instalada aumentará gradativamente a cada safra, até atingir sua capacidade plena em 2015. Por estar localizada próxima a grandes centros consumidores de combustível, a Usina Vale do Tijuco possui uma excelente logística, o que a torna mais competitiva no mercado sucroalcooleiro. Desde o início, a Usina Vale do Tijuco processa 100% da cana colhida mecanicamente crua, sem a utilização da queima de palha em suas lavouras. (CMMA, 2015).

O Secretário Municipal de Agricultura que acompanhou o agronegócio de soja, milho e cana-de-açúcar durante dois anos, ao ser indagado sobre os principais

⁶⁰ Segundo Andrade Júnior (2013, p. 35), a mecanização das etapas da produção agrícola é intrínseca ao movimento de expansão capitalista pela diminuição dos custos que gera. A colheita mecanizada da cana queimada diminuí, em geral, os custos de produção no comparativo com a colheita manual, demandando, entretanto, um volume significativo de investimentos na aquisição das colheitadeiras e no desenvolvimento da tecnologia. Durante a década de 1980, contudo, o processo de mecanização do corte da cana foi estimulado pelo fortalecimento das lutas dos trabalhadores rurais por direitos, e pelo aumento da organização do movimento sindical nas regiões canavieiras cujo marco importante é a Greve de Guariba-SP de 1984. Tal como a queima, a mecanização gera consequências sociais em virtude da diminuição dos postos de trabalho. E assim como a queima, também a mecanização é inscrita na lógica patronal e na racionalidade capitalista de buscar sempre o aumento de lucros.

⁶¹ Na Rede DATALUTA estão organizadas e sistematizadas informações acerca das manifestações, ocupações de terras, assentamentos rurais, estrutura fundiária e movimentos socioterritoriais do Brasil e dos estados. Essas informações socializadas em relatórios, grupos de pesquisas e outros são apresentadas nas escalas geográficas nacional, estadual, mesorregional e municipal, por meio de tabelas, gráficos e mapas. Na UFTM sob a coordenação da Prof^a. Dr^a Janaína Francisca de Souza Campos Vinha - participamos da equipe de trabalho que compõe a rede DATALUTA.

produtores em Uberaba, ratifica tal realidade afirmando, inclusive, que despontamos em 1º lugar de produção de cana-de-açúcar para a industrialização do açúcar e do álcool.

Secretário de Agricultura, Pecuária, Pesca e Apicultura de Uberaba: Os grãos que são destinados a rações e à exportação são os grandes produtores, o 2º produtor do estado de soja, o 1º produtor do Estado de milho e o 1º de cana-de-açúcar, mas no caso, para fazer a industrialização do açúcar e do álcool [...].

Sobre a apropriação das terras, o secretário afirma que elas são utilizadas para o agronegócio, sobretudo para o plantio da cana-de-açúcar que tem atraído investidores, e faz com que Uberaba desponte, na atualidade, como o maior produtor dessa cultura em Minas Gerais.

Secretário de Agricultura, Pecuária, Pesca e Apicultura de Uberaba: Bom, Uberaba é um município onde predominantemente as terras são utilizadas para o agronegócio, principalmente as culturas de soja, milho, sorgo e trigo algumas áreas de pastagens que estão perdendo lugar para o agronegócio e também para a agricultura da cana. Hoje Uberaba também é o maior produtor de cana-de-açúcar de Minas Gerais e com a vinda das usinas, nós temos vários hectares destinados à cultura de cana-de-açúcar.

Não obstante, temos um Parque Agroindustrial responsável por 30% da produção nacional de fertilizantes. Uberaba é o primeiro produtor de adubos fosfatado da América Latina, fusão esta que fortalece o agronegócio em torno do polo petroquímico, conforme bem salientou o Secretário Municipal de Agricultura,

Secretário de Agricultura, Pecuária, Pesca e Apicultura de Uberaba: [...] nós precisamos agregar em agronegócio o polo agroquímico que produz defensivos e fertilizantes que fica aqui na região da FOSFÉRTIL. Então, se você colocar o PIB da produção do polo agroquímico destinado ao agronegócio, somado ao plantio, esmagamento e exportação do produto de soja mais do milho colocado no mercado para ração [...].

A liderança do MST destaca a produção de insumos em Uberaba, aliada ao município de Uberlândia que tem o papel de distribuidor, tem infraestrutura para o escoamento desta produção.

Luiz Beltrame: Uberaba é um polo desenvolvido de produção de insumos, tem todo ele instalado, toda uma indústria. E Uberlândia se instala como centro distribuidor de muita coisa. É uma região também muito bem servida de uma malha viária para escoamento da produção, tudo isso reforçado por uma classe política e uma classe capitalista que domina esses processos todos, desde a questão viária, questão da produção agrícola, questão da pecuária, questão da genética, o controle político das prefeituras.

A Cartilha *Agrotóxicos: Impactos na Vida e no Trabalho*, produzida pela CUT (TEIXEIRA, 2015) para a Campanha Permanente contra os agrotóxicos, esclarece que há uma articulação de organizações nacionais e internacionais contrárias ao uso de venenos; o adubo fosfatado é um fertilizante que provoca perda de fertilidade do solo, pois causa acidificação, mobilização de elementos tóxicos, imobilização de nutrientes, enfim, destruição da bioestrutura e aumento da erosão. Considerando que a maioria das terras cultivadas possuem sistema de monocultura, elas recebem este tipo de adubação mineral e necessitam da aplicação constante de agrotóxicos para o controle de pragas advindas da monocultura. Segundo a CUT (TEIXEIRA, 2015), grande parte dos agrotóxicos proibidos em países da União Europeia, China, Estados Unidos, Japão, Canadá e Índia estão liberados, permitidos ou em fase de avaliação no Brasil. Tal realidade evidencia a ausência e ineficiência das políticas públicas no controle da entrada dessas substâncias e medidas protetivas à população. Sem contar o alto nível de problemas à saúde relacionados ao uso desses agroquímicos.

Xavier (2005), aponta que o maior projeto agroindustrial do estado de Minas Gerais, datado de 1970, foi a implantação da indústria de fertilizantes no bojo do II Projeto Nacional de Desenvolvimento (1974-1979). Ela foi idealizada visando atender à demanda interna de insumos agrícolas, concomitante à elevação dos preços destes produtos importados. A região do Triângulo Mineiro, por possuir um arsenal de grandes jazidas de fosfatos e calcário, foi território de instalação de indústrias de fertilizantes fosfatados e produção de rocha fosfática. Em Uberaba, a *Valefértil*; em Araxá, a *Arafértil*; e em Patos de Minas, a *Fosfértil*. Todas ligadas à *Vale Fertilizantes*.

Os relatos do Secretário de Agricultura, Pecuária, Pesca e Apicultura de Uberaba e de Luiz Beltrame, militante da questão agrária há décadas no Triângulo Mineiro, evidenciam a participação de Uberaba na produção de fertilizantes que são formas de insumos atrelados a produção em larga escala do agronegócio. A indústria química é um setor com diversas divisões ou grupos que produzem diferentes produtos, dentre eles os adubos, fertilizantes e agrotóxicos; que são tóxicos. A CUT (TEIXEIRA, 2015) aponta que os trabalhadores que estão em contato constante com estes venenos, desde a produção da matéria-prima até o envase, estão submetidos a inúmeros riscos de contaminação, conforme apontam:

Seguindo a lógica desta cadeia, o setor de transporte desses produtos é outro ramo de atividades, em que as (os) trabalhadoras (es) são afetados. Quando chegam ao comércio, a exposição e o risco permanecem, já que os vendedores dão orientações, abrem embalagens e permanecem em constante contato com os venenos.

Outro ramo da CUT bastante impactado é o rural. Agricultoras e agricultores familiares adquirem, transportam, armazenam, manuseiam e aplicam venenos com grande frequência. As trabalhadoras (es) e consumidoras (es), do campo e das cidades, das águas e das florestas, se somam a esta cadeia, adquirindo os produtos, levando-os para casa – sabendo-se que não há eliminação segura destes contaminantes. (TEIXEIRA, 2015, p. 12).

Podemos inferir que, para além da produção de monoculturas em larga escala, o uso de fertilizantes e agrotóxicos em Uberaba é significativo, tendo em vista que a soja, o milho, a cana-de-açúcar e o algodão (com incipiente produção em Uberaba) também são produzidos desta forma no município. No Brasil, estas culturas são responsáveis por 80% do total de vendas do setor de agrotóxicos e no ano de 2011 movimentou cerca de US\$ 8,5 bilhões, ou seja, para que tipo de cultura os agrotóxicos são produzidos e consumidos? Obviamente para as que advêm do agronegócio (TEIXEIRA, 2015).

O assentado Chico Mendes, quando indagado acerca das possibilidades e limites da produção, destaca os limites, sobretudo na produção de milho utilizado no trato de animais, como galinha e gado. Este limite está atrelado a adubagem, ao agrotóxico e a transgenia dos grãos que é controlada pela multinacional Monsanto. Conforme destaca:

Chico Mendes: O Arroz, o feijão, o óleo, o milho eu compro, porque não compensa produzir milho. O nosso bioma aqui é o cerrado, pra produzir tem que ter gasto com calcário, adubo. Tem uma cultura rotacionária agora aí pra cima e já coloca um adubo aqui no sorgo, no ano que vem eles planta a soja na mesma linha que eles plantou esse ano pra poder tá aproveitando aquele adubo. Eles inventaram agora uma soja, um milho transgênico que nem esse agrotóxico fudido mata eles. Vou contar procê à média de vida do brasileiro aqui uns 10 anos vai ser 40/ 50 anos pra trás.

Observamos, através do relato do assentado, que há dificuldades para a produção de milho em virtude do gasto com adubagem que é dispendioso. Ele também reconhece a transgenia da soja e do milho e o quanto o uso de agrotóxicos é prejudicial à saúde.

A CUT alerta que a ampliação do consumo de soja transgênica aumentou o uso de fungicidas com o intuito de diminuir o preço dos produtos em decorrência da isenção de impostos dos agrotóxicos. Isso contribui de maneira decisiva para a

utilização de maior quantidade de agrotóxicos e de fertilizantes químicos nas lavouras. O Brasil produz atualmente quatro alimentos geneticamente modificados: soja, milho, algodão e feijão, este é o único com patente brasileira. Segundo Sá (2013), a estimativa é de que hoje 73% das sementes estão nas mãos de dez empresas e no Brasil a soja, o milho e o algodão estão dominados por variedades transgênicas. No momento atual, é muito mais caro produzir uma variedade transgênica que desenvolver uma variedade convencional, no entanto, as empresas lucram com as patentes. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) fez negociação com a Monsanto recentemente, e a maioria das sementes de soja é transgênica, sendo que o direito da patente da tecnologia é da Monsanto⁶². (TEIXEIRA, 2015)

Arbêx Júnior (2016, p. 30) exemplifica com clareza todo este complexo que comanda a agricultura no Brasil em todos os ramos:

A agricultura é comandada pelo grande capital. Esses donos de terra são os grandes inimigos da reforma agrária. Cargill, Bunge, Monsanto controlam as terras, o adubo, a semente. O Bradesco e o Itaú também têm muita terra. É mais difícil enfrentar esses inimigos que controlam, inclusive, os meios de comunicação. Globo, Estadão e Veja são sócios da Associação Brasileira do Agronegócio. Se articulam com o Judiciário e com os principais deputados.

Com relação à mineração, Perét (2016), durante a realização da II Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária da UFTM, destacou que, na atualidade, a mineração é uma das maiores formas globais de tomada privada de terra, ou seja, o chamado neoextrativismo que não significa somente a tomada do território para a extração de minérios, mas sim de metais, gás, petróleo, floresta e pesca. Para o militante da CPT, os governos democráticos e populares da América Latina basearam-se muito no neoextrativismo, pois grande parte das políticas públicas sociais foram pagas com recursos que vieram deste novo modelo de extrativismo. Em Minas Gerais operam três minerodutos e há pretensão de instalação de mais quatro. Juntos, os sete minerodutos consumirão 8 bilhões e 170 milhões de metros cúbicos de água, este total soma quase a água consumida mensalmente por Belo

⁶² A Monsanto é uma companhia, uma empresa multinacional de agricultura e biotecnologia. Sua sede encontra-se nos Estados Unidos. Na atualidade é a líder mundial na produção do herbicida glifosato, vendido sob a marca *Roundup*, agrotóxico utilizado em larga escala na monocultura da cana-de-açúcar.

Horizonte. Em Uberaba há um mineroduto que possui *lôcus* de início na cidade de Itapira (PERÉT, 2016).

Diante do exposto, percebemos o quão a estratégia de desenvolvimento que perpassa Uberaba é voltada para a produção em larga escala e gira em torno do agronegócio, modelo agrícola da Revolução Verde que representa extrema dependência de insumos externos, sobretudo fertilizantes e agrotóxicos. Mas esta é uma mediação que reflete ao próprio modelo de desenvolvimento do país que, sob as rédeas hegemônicas do capital, foi se consolidando na monocultura, na grande propriedade, na mão de obra, primeiramente escrava e depois a explorada, até o seu descarte advindo do processo de mecanização no campo, que gerou o desemprego estrutural.

Consolidado durante quatro séculos, o latifúndio no Brasil, em Minas Gerais e, especificamente, em Uberaba beneficia uma parcela pequena de detentores dos capitais, que se utilizam da força de trabalho dos que aqui residem intensificando a desigualdade social produzida e reproduzida por suas particularidades no Triângulo Mineiro e em Uberaba, região rica sob o ponto de vista econômico. O relato de Luiz Beltrame exprime esta realidade.

Luiz Beltrame: A estratégia de desenvolvimento aqui é a grande produção de **grãos e de carne**, né!? Essa pecuária mais exigente, mais extensiva acaba que a grande propriedade é que melhor se estabelece. A cana por mais que ela esteja em pequenas unidades de produção, ela tá como grande latifúndio da cana. A questão agrária aqui tem esse cenário, a questão da madeira aqui é forte, a questão da soja aqui é forte, a produção de leite, a bacia leiteira é muito significativa e também a questão da cana que tá muito presente.

Refletindo sobre esta conjuntura, que não é somente reflexo da realidade nacional, regional ou municipal, mas sim internacional, Mészáros (2007) problematiza o chamado “fracasso da modernização e desenvolvimento” que é um dos desafios que precisamos enfrentar para avançarmos contra a “paralisia social” e, conseqüentemente, a autodestruição humana determinada pela desigualdade gritante entre as “partes desenvolvidas” e “subdesenvolvidas” do mundo. É cada vez mais premente pensarmos que tipo de crescimento e desenvolvimento está sendo consolidado nos dias atuais? Ou, que desenvolvimento está se consolidando no Triângulo Mineiro e em Uberaba? Para quem? Segundo Mészáros (2007), a Revolução Verde poderia ter combatido o problema mundial da fome, mas ao contrário, conforme afirma:

A “revolução verde” na agricultura deveria ter resolvido de uma vez por todas o problema mundial da fome e da desnutrição. Ao contrário, criou corporações-monstro, como a Monsanto, que estabeleceram de tal forma seu poder em todo o mundo, que será necessária uma grande ação popular voltada às raízes do problema para erradicá-lo. (MÉSZAROS, 2007, p. 189).

Na tônica dos discursos e práticas modernizantes e desenvolvidas foi criado o chamado “mundo subdesenvolvido” em que o *desenvolvimento sustentável* para além do discurso é uma prática bem cara na vida daqueles que lutam diariamente pela própria sobrevivência humana.

A pujança da produção que advém do agronegócio, enquanto modelo vigente de desenvolvimento econômico, acarreta a destruição exponencial da natureza, que por sua vez impacta sobre a vida humana. Conforme salienta Mészáros (2007, p. 28, grifo do autor):

Como todos os valores, a produtividade e a destruição só obtêm seu significado no contexto humano, na relação mais estrita possível com as condições históricas relevantes. O que faz da *destruição da natureza*, que ora testemunhamos, um processo irredimivelmente – e no longo prazo catastroficamente – negativo é seu impacto último na vida humana como tal [...].

Assim, a autodestruição humana é uma certeza absoluta do processo de reprodução sociometabólica do capital, que no Brasil do século XXI alcança seu mais alto patamar por meio do agronegócio.

2.1A concentração fundiária no Brasil e em Minas Gerais: a presença dos movimentos sociais para o enfrentamento da questão agrária

Porque tornar aquilo que era latifúndio de uma área libertada do latifúndio é o desafio! (LUIZ BELTRAME).

Como pontuamos e discutimos, a estrutura fundiária brasileira foi consolidada a partir da produção e reprodução de desigualdades sociais evidenciadas pelo decurso histórico e excludente de distribuição e apropriação das terras no processo de constituição sócio histórica do Brasil. Assim, sua manutenção e concentração é reflexo da questão agrária.

Dissemos que a função social da terra foi estabelecida no Estatuto de Terras em 1964 e ratificada pela Constituição Federal de 1988, porém a regulamentação dos dispostos constitucionais referentes a essa temática deram-se somente em 1993 por meio da Lei nº 8.629 de 25 de fevereiro, conhecida como “Lei Agrária”. Ela

foi responsável pela reclassificação das propriedades rurais no Brasil. Para fins de Reforma Agrária conceitua-se:

Art. 4º Para os efeitos desta lei, conceituam-se:

I- Imóvel Rural - o prédio rústico de área contínua, qualquer que seja a sua localização, que se destine ou possa se destinar à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agroindustrial;

II - Pequena Propriedade - o imóvel rural:

a) de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais;

III - Média Propriedade - o imóvel rural:

a) de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais;

Parágrafo único. São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária a pequena e a média propriedade rural, desde que o seu proprietário não possua outra propriedade rural. (BRASIL, 1993).

Morissawa (2001) apregoa que a “Nova Lei Agrária” representou alguns avanços legais, entre eles: a recolocação da função social da propriedade da terra como principal critério para desapropriação; a definição de pequena propriedade em até 4 módulos e a de média entre 4 e 15 módulos, com os módulos variando por região.

No entanto, há controvérsias quanto à fixação do imóvel rural no Brasil, pois existe variação de acordo com a região ou área do território que pode estar entre 5 a 110 hectares. Como Morissawa (2001, p. 110), afirma: “Nas proximidades de uma capital, ele equivale a 5 hectares. Já no Pantanal Mato-grossense sobe para 110 hectares.” Tal realidade advém de longo histórico de indefinições e ingerências no âmbito da questão agrária que resultaram, entre outros elementos, em altos índices de concentração fundiária.

Levando em consideração tais controvérsias acerca da fixação dos imóveis rurais no Brasil, verificamos na Tabela 3 a seguir que nos últimos Censos Agropecuários, 1985, 1995-1996 e 2006, enquanto os estabelecimentos rurais **com menos de 10 ha** no Brasil ocupavam menos de 2,7% da área total ocupada pelos estabelecimentos rurais, as áreas ocupadas pelos estabelecimentos com **mais de 1000 ha** concentram mais de 43,0% da área total nestes anos (IBGE, 2006, p. 11).

Tabela 3: Área dos estabelecimentos rurais, segundo o estrato de área Brasil – 1985/2006

Estrato da área	Área dos estabelecimentos rurais (ha)		
	1985	1995 -1996	2006
Menos de 10 ha	9.986.637	7.882.194	7.798.607
De 10 ha a menos de 100 ha	69.565.161	62.693.585	62.893.091
De 100 há a menos de 1000 ha	131.432.667	123.541.517	112.696.478
1000 há e mais	163.940.667	159.493.949	146.553.218
Total	374.924.421	353.611.246	329.941.393

Fonte: Elaborado por Gabriela Masson - Adaptado de IBGE/ Censos Agropecuários 1995 a 2006/

Já com base nos dados do Incra, a categoria “imóveis rurais” corresponde a cada cadastro que uma área possui neste Instituto. Desta forma, um mesmo estabelecimento agrícola ou uma mesma fazenda/propriedade pode aglutinar vários imóveis. Por isso, o número de imóveis rurais é sempre superior ao número de estabelecimentos agrícolas, a categoria criada pelo IBGE e que representa uma única unidade de produção contínua. Para Bernardo Fernandes (2015), a noção de cada imóvel rural é informada pelo proprietário ou posseiro da área, o que pode incidir em manipulações propositas para escamotear a concentração fundiária. No entanto, no caso do número e área, essas informações são menos manipuláveis que as relacionadas com produção e produtividade, que afetam o valor do Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR) a ser pago pelo fazendeiro.

Na Tabela 4, observamos as três principais condições dos imóveis: a situação de propriedade, portanto legalmente registrada em cartório como propriedade privada; a posse por ocupação, sem nenhum título e no caso das grandes ocupações certamente representam grilagem de terras públicas, já que a lei permite a ocupação dessas terra apenas até um modulo, ou seja, ao redor de 50 h; e a condição de posse a justo título, que leva a crer que não é grilagem, mas que está em processo de regularização.

Assim, a partir da análise de Bernardo Fernandes (2015), no Brasil há um total de 5.498.505 imóveis rurais que aglutinam as três condições: propriedade (3.871 mil); posse (796.304 mil); e posse a justo título (676.772 mil). A análise destas informações revela o alto grau de concentração da propriedade, sendo que 85% dos imóveis possui menos de 100 ha e ocupam apenas 16% das terras.

Enquanto os imóveis acima de 1000 ha, são apenas 2% dos imóveis, mas controlam 52% de todas as terras.

Tabela 4: Estrutura Fundiária do Brasil – INCRA - 2012

Tamanho dos Imóveis	Propriedades			Posse por Ocupação			Posse a justo título	
	Nº de imóveis	%	Área Total	%	Nº de Imóveis	Área Total	Nº de Imóveis	Área Total
1 a 10 ha	1.200.939	31	6.129.827	1	334.043	1.230.047	304.834	1.290.806
10 a 100 ha	2.704.184	54	68.051.497	15	391.134	1.790.027	309.552	110.112.249
100 a 1.000 ha	533.741	13	147.075.510	32	63.588	13.213.565	53.996	14.190.859
1000 a 10.000 ha	61.135	1,6	151.607.930	33	7.514	15.732.647	8.040	21.525.878
10.000 a 100.000 ha	1.517	0,4	34.844.120	7	14	338.325	297	7.355.009
Acima de 100.000 ha	155	-	56.565.422	12	11	2.121.711	53	15.280.047
Total	3.871.671	100	464.274.306	100	796.304	46.433.382	676.772	69.734.848

Fonte: Elaborado por Gabriela Masson - Adaptado de INCRA/ 2012

Sobre a desapropriação para fins de reforma agrária, Bernardo Fernandes, em nome de La Via Campesina e MST (2016), afirma:

Notem que fazer um processo de reforma agrária, apenas nas áreas superiores a 10 mil ha por imóvel, atingiria apenas 1672 fazendeiros e entregaria para a sociedade 91 milhões de hectares que poderiam beneficiar mais de 3 milhões de famílias de trabalhadores sem-terra. A desigualdade é gritante.

Logo, percebemos que o processo de concentração da propriedade da terra no Brasil continua cada vez mais intensa, fixando na realidade atual o aumento da desigualdade social e a intensificação da questão social, tendo, então, a questão agrária como uma das mediações.

Segundo o Censo Agropecuário de 2006, o território de Minas Gerais possui uma área que corresponde a 58,9 milhões de ha (586.522,122 km²), destes, 51,9 milhões (88,46% do território mineiro) são cadastrados no Incra.

Na Tabela 5 a seguir podemos observar a evolução da estrutura fundiária de Minas Gerais por classe de área nos anos 1992,1998, 2003, 2010, 2011 e 2012.

Estes dados revelam o alto grau de concentração da propriedade em solos mineiros que não só permaneceu intacto nos últimos 10 anos como se concentrou. Em 1992, 84,50% dos imóveis tinham menos de 100 ha e ocupavam apenas 18,33% das terras, enquanto que em 2012, 85% dos imóveis tinham menos de 100 ha e

ocupavam 31,08% das terras. Acerca destes dados temos a análise de Vieira (2014, p. 114):

[...] pequenas, médias e grandes propriedades, o estado de Minas possuía, em 2012, 848.443 imóveis rurais cadastrados com uma área total de 53.070.267,12 hectares (DATA LUTA, 2012). Em relação ao número de imóveis, as pequenas propriedades passaram de pouco mais de 388.000 imóveis, em 1993, para quase 810.000 em 2012. As médias propriedades passaram de 30.463, em 1993, para 37.052 em 2012, já as grandes propriedades, nos respectivos anos, passaram de 1.229 para 1.578. Mesmo com significativo aumento de pequenas propriedades, a terra continua concentrada para os grandes proprietários. Em 1992, as pequenas propriedades juntas perfaziam uma área total de pouco mais de 13 milhões de hectares, com o aumento do número de imóveis a área passou para mais de 27 milhões. As médias propriedades que representavam quase 14 milhões de hectares aumentaram para pouco mais de 19 milhões, já as grandes propriedades que, em 1993, somavam 6.052.625, aumentaram para 6.859.338 hectares. A concentração fundiária pode ser confirmada com base nesses dados com simples cálculos. Em relação às pequenas propriedades, ao dividirmos a área total de 27.064.757 hectares por 809.813 imóveis, perfazem/equivalem pouco mais de 33 hectares de terra por imóvel. Por seu turno, as médias propriedades atingem área média de 516 hectares por imóvel e já as grandes propriedades, cerca de 4.346 hectares por imóvel. (VIEIRA, 2014, p. 114).

No Brasil vimos que há organização e resistência presente desde a colonização à formação dos sem-terra, das Ligas Camponesas, da CONTAG, da Via Campesina e demais movimentos sociais que lutam pela terra e sua democratização, afinal, a reforma agrária ainda é um preceito constitucional e uma necessidade histórica.

Tabela 5: Evolução da Estrutura Fundiária, por classes de área – 1992,1998,2003,2010 e 2011 – Minas Gerais.

Classe de Área	1998		2003		2010		2011		2012	
	Nº de Imóveis	Área (ha)	Nº de Imóveis	Área (ha)	Nº de Imóveis	Área (ha)	Nº de Imóveis	Área (ha)	Nº de Imóveis	Área (ha)
Total	419.793	33.422.455,80	515.980	40.661.687,90	617.571	42.714.473,40	773.670	50.298.279,65	816.526	51.881.730,18
Menos de 1	5.414	3.066,10	7.748	4.244,90	7.992	4.552,90	11.202	5.779,19	13.171	6.534,42
1 a menos de 2	11.055	15.555,20	14.542	20.352,90	15.486	21.926,30	17.586	24.764,95	18.770	26.504,09
2 a menos de 5	48.021	167.224,10	63.822	220.487,60	87.600	302.973,90	117.109	399.486,53	125.535	428.211,93
5 a menos de 10	60.068	443.689,10	75.667	556.998,00	95.859	715.988,80	122.429	896.376,46	130.256	953.597,17
10 a menos de 25	103.493	1.713.552,70	125.844	2.079.218,00	152.733	2.565.746,20	189.347	3.111.875,28	199.589	3.278.438,22
25 a menos de 50	73.025	2.603.488,30	87.125	3.105.819,90	102.922	3.741.851,30	124.972	4.449.911,31	131.030	4.665.356,08
50 a menos de 100	53.671	3.784.014,90	63.619	4.484.655,70	73.308	5.269.748,80	88.844	6.261.482,21	92.904	6.550.179,09
100 a menos de 200	33.354	4.662.294,20	39.362	5.501.941,80	42.256	6.011.497,60	53.096	7.409.785,11	55.027	7.677.485,94
200 a menos de 500	21.934	6.711.175,40	26.121	8.003.539,70	26.924	8.416.170,60	34.713	10.662.113,45	35.791	10.977.121,84
500 a menos de 1.000	6.480	4.451.031,90	7.937	5.466.371,80	8.306	5.842.793,70	10.191	7.030.675,85	10.213	7.042.836,76
1.000 a menos de 2.000	2.049	2.814.738,30	2.614	3.581.192,80	2.662	3.709.235,60	2.670	3.621.077,47	2.697	3.667.279,66
2.000 a menos de 5.000	941	2.766.395,00	1.216	3.580.205,70	1.245	3.774.724,20	1.212	3.621.492,55	1.238	3.691.951,56
5.000 a menos de 10.000	191	1.286.136,00	238	1.579.675,50	249	1.706.926,00	246	1.617.823,97	248	1.629.838,57
10.000 a menos de 20.000	61	818.776,70	84	1.131.535,20	20	285.384,90	37	519.724,96	39	533.541,70
20.000 a menos de 50.000	32	903.396,60	37	1.061.145,80	8	263.175,30	14	387.634,37	15	401.761,89
50.000 a menos de 100.000	4	277.921,30	4	284.302,60	1	81.777,30	1	58.260	2	131.075,27
100.000 e mais	0	0	0	0	0	0	1	220.015,99	1	220.015,99

Fonte: Elaborado por Gabriela Masson - adaptado de CLEPS JUNIOR (2014, p. 37).

OBS.: Para o ano 2012 são consideradas as Classes de área: 100 a menos de 250 e 250 a menos de 500.

A respeito das manifestações no campo, no período de janeiro de 2000 a dezembro de 2011, o cenário brasileiro registrou 7.610 manifestações contra a “[...] opção de modelo de desenvolvimento econômico político/social/cultural, excludente adotado pelo Estado brasileiro e disseminado pelos órgãos da mídia.” (FELICIANO; PEREIRA, 2014, p. 121). Nesta ocasião, estima-se que foram cerca de 5 milhões de pessoas entre camponeses, índios, assalariados rurais, sindicalistas, quilombolas, estudantes, professores, religiosos e simpatizantes que materializaram suas inquietações, inconformidade, indignações e organização nas estradas, rios, prédios públicos. Segundo Feliciano e Pereira (2014), os tipos de reivindicações são os mais diversos: contra a implantação de um modelo único de desenvolvimento para o campo; políticas de combate à fome e à pobreza; políticas de desenvolvimento no campo; políticas de reforma agrária; políticas de regularização fundiária; políticas ambientais; políticas trabalhistas; políticas de respeito aos Direitos Humanos.

Bernardo Fernandes (2000) salienta que em Minas Gerais os movimentos sociais surgiram na região dos vales dos rios Mucuri e Doce, onde os posseiros constituíam vários movimentos camponeses que lutavam e resistiam contra a exploração e a expropriação. Na região de Governador Valadares, desde o início de 1940, eles enfrentaram fazendeiros que possuíam interesses naquelas terras, tendo em vista a construção da rodovia Rio-Bahia. Bernardo Fernandes (2000, p. 36) sintetiza este processo marcado pela resistência dos posseiros e pela truculência dos fazendeiros, resultando em prisões e torturas após o golpe militar:

Para formar as fazendas, os fazendeiros impuseram aos posseiros condição de derrubar a mata para a formação dos pastos, e só poderiam plantar para subsistência. Desse modo, com a formação das fazendas, os posseiros foram sendo expulsos da terra e se organizaram, o que fez aumentar a violência dos fazendeiros contra eles. Durante a gestão do presidente João Goulart, os posseiros exigiram que uma fazenda experimental, de propriedade do governo federal, invadida pelos fazendeiros, fosse desapropriada. A reação dos fazendeiros foi imediata para impedir a desapropriação da fazenda, que estava marcada para o dia 30 de março de 1964. No dia seguinte, com o golpe militar, muitos trabalhadores foram presos e torturados, interrompendo, naquele momento, a perspectiva de conquista daquelas terras.

A organização dos sem-terra, por sua vez, ocorreu em reuniões organizadas pela CPT, por meio das Comunidades Eclesiais de Base, no município de Poté em 1984. Cabe destacar que a população que compunha as comunidades era formada por camponeses proprietários, meeiros, posseiros, parceiros, arrendatários,

agregados e assalariados. Diante desta situação que impunha a luta pela terra, a identidade que reunia as diversas categorias de trabalhadores rurais em distintas condições era os sem-terra (FERNANDES, B. M., 2000; MORISSAWA, 2001).

A partir da socialização de experiências ocorridas em todo cenário nacional durante o 1º Congresso do MST, em 1985, dois delegados do Movimento retornaram com novos desafios como a construção do MST mineiro. Após a realização do trabalho de base e, conseqüente, organização do movimento, a primeira ocupação do MST ocorreu em “12 de fevereiro de 1988, na Fazenda de Aruega, em Novo Cruzeiro, com cerca de 400 famílias. Em resposta, rapidamente formou-se a UDR regional, liderada pelo prefeito local.” (MIROSSAWA, 2001, p. 195).

Quando indagado sobre o seu histórico de militância, o Superintendente do Incra/MG mencionou a ocupação na fazenda Aruega como a “primeira ocupação massiva de luta pela terra no estado de Minas Gerais”, decorrente da organização do MST.

Superintendente Estadual do Incra de Minas Gerais: [...] a primeira ocupação massiva de luta pela terra no estado de Minas Gerais foi em Aruega, no município de Novo Cruzeiro no Vale do Jequitinhonha. Até então em Minas Gerais, antes de 1988, você tinha movimentos sociais de luta pela terra, mas não eram articulados, eram movimentos de posseiros mais dispersos. Então, foi a primeira vez que aconteceu uma ocupação com quase 400 famílias lá na região do Jequitinhonha, articulados sob a coordenação do Movimento Sem Terra (MST).

As ações políticas do MST estenderam-se no estado e no Triângulo Mineiro por volta de 1989 diante de muita truculência da UDR. Em 1990 cerca de 250 famílias na cidade de Iturama fizeram a tentativa de ocupação da fazenda Colorado, mas foram impedidas por jagunços e policiais. Nove meses depois, entre acampamentos na rodovia e na sede do Incra em Belo Horizonte, as famílias ocuparam a fazenda Varginha de 4.000 ha naquela cidade, no entanto, foram brutalmente despejados. Bernardo Fernandes (2001, p. 138), retrata:

Foram despejadas numa ação violenta e os barracos foram queimados. A UDR cedeu caminhões para o transporte de 270 pessoas até o distrito policial. As lideranças foram humilhadas diante das famílias numa tentativa de desmoralização do movimento. Os trabalhadores retornaram aos acampamentos na beira da estrada.

Depois das ocupações, formas reais de resistência camponesa, as famílias foram assentadas no Projeto Santo Inácio Ranchinho⁶³, no município de Campo Florido, na época distrito de Iturama, que em seu campo e em sua economia teve reflexos da modernização do campo. Em busca de empregos tendo em vista o desponte da pecuária de corte, bem como a produção de arroz, milho, feijão e algodão, aconteceu uma migração de pessoas, conforme destaca Leandro Martins Silva (2007, p. 32):

Com uma área imensa e localizada numa região com intenso trânsito de pessoas, Iturama foi na década de 60, o município que recebeu o maior contingente de população por migração da região. Como a maioria dos municípios da região, Iturama teve na pecuária de corte a principal base econômica, apesar de se destacar também na agricultura do arroz, milho, feijão e algodão.

Atualmente, trinta e sete movimentos sociais fazem/tecem a luta pela terra em Minas Gerais, conforme ilustramos no Quadro 2.

Quadro 3: Movimentos Sociais e Organizações atuantes no Estado de Minas Gerais, 1990 – 2013

Nº	SIGLA	NOME
1	ACRQ	Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombolas
2	ACUTRMU	Associação Comunidade Unida de Trabalhadores Rurais
3	APR/CPT	Animação Pastoral Rural
4	ATRBV	Associação dos Trabalhadores Rurais Bela Vista
5	CAA	Centro de Agricultura Alternativa
6	CCL	Comissões Camponesas de Luta
7	CLST	Caminho de Libertação dos Sem-Terra
8	CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
9	CPT	Comissão Pastoral da Terra
10	DISSIDENTES DO MST	Dissidentes do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
11	FETAEMG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de MG
12	FETRAF	Federação da Agricultura Familiar
13	FST	Fórum Sindical dos Trabalhadores
14	GERAIZEIROS	Geraizeiros
15	ÍNDIOS	Movimentos Indígenas

⁶³ Durante o período em que estamos militando pela Reforma Agrária no Triângulo Mineiro, mais especificamente em Uberaba, visitamos o assentamento em questão e conhecemos os sujeitos, lideranças políticas que estiveram envolvidas neste processo de formação política do MST e nas demais ocupações no Triângulo Mineiro. Na atualidade, o assentamento é um complexo contraditório, reflexo da realidade brasileira, composto por assentados e assentadas que vivem, sobrevivem de seus lotes, produzem, consomem e escoam suas produções. Essas pessoas, compelidas pelo agronegócio que avança sobre os lotes e pela ausência de políticas agrícolas arrendam suas terras para as usinas de cana-de-açúcar da região. Acerca desta realidade consultar a dissertação de mestrado que se encontra em sítio da internet de Martins Silva (2007).

Nº	SIGLA	NOME
16	LCP	Liga dos Camponeses Pobres
17	LCPO	Liga dos Camponeses Pobres do Centro Oeste
18	LCPNM	Liga dos Camponeses Pobres do Norte de Minas
19	LOC	Liga Operária e Camponesa
20	MI	Movimento Independente
21	MLST	Movimento de Libertação dos Sem Terra
22	MLSTL	Movimento Libertação dos Sem Terra (MLST de luta)
23	MLT	Movimento de luta pela Terra
24	MPRA	Movimento pela Reforma Agrária
25	MPST	Movimento Populares pelos Sem Terra
26	MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
27	MSTR	Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais
28	MTL	Movimento Terra Trabalho e Liberdade
29	MTR	Movimento dos Trabalhadores Rurais
30	MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
31	OLC	Organização de Luta no Campo
31	OTC	Organização de Trabalhadores no Campo
32	OTL	Organização Terra e Liberdade
33	QUILOMBOLAS	Movimentos Quilombolas
34	STR	Sindicato de Trabalhadores Rurais (Local)
35	UNLC	União Nacional da Luta Camponesa
36	VAZANTEIROS EM MOVIMENTO	Povos das Aguas e das Terras Crescentes
37	VIA CAMPESINA	Via Campesina

Fonte: Elaborado por Gabriela Masson - adaptado de CLEPS JUNIOR (2014, p. 83).

São diversos os segmentos dos sem-terra que estão na trincheira da luta contra o capital, resistindo ao avanço do agronegócio em Minas Gerais. Estes movimentos revelam além da fragmentação uma diversidade do campesinato brasileiro de Minas Gerais, da própria luta e da ação reivindicatória que também é regionalizada.

Em relação às manifestações o MST ainda é preponderante enquanto movimento social em Minas Gerais, sendo que no período de 2000 a 2013 esteve na organização de 201 manifestações, seguido da CONTAG (83); MLST (40); MTL (18); LOC (19) e FETRAF (03). Com relação as ocupações também, sendo: MST (25); MAB(06); LCP (03); Manifestações conjuntas (25) e Outros (27) (CLEPS JÚNIOR, 2014).

Sabemos da relevância dos movimentos sociais para as **desapropriações de terra** para fins de reforma agrária. Até mesmo Stedile e Bernardo Fernandes (2012, p. 117) afirmam: “[...] onde o movimento é mais fraco, menor é o número

de desapropriações, de famílias beneficiadas. A lei só é aplicada quando existe iniciativa social, essa é a norma do direito.” O reconhecimento acerca da latência dos movimentos para fazer acontecer a reforma agrária também esteve presente na entrevista do Superintendente do Incra/MG, que reconhece a ineficácia do Incra:

Superintendente Estadual do Incra de Minas Gerais: Olha, eu avalio o seguinte: onde tem terra sem gente e tem gente sem-terra, os movimentos sociais percebem a dificuldade de o Estado poder exercitar e fazer acontecer a reforma agrária, então as pessoas se mobilizam de alguma forma para tentar conseguir de outro jeito. É como a luta dos trabalhadores. Eu falo isso hoje como gestor, mas eu reconheço e respeito a luta dos movimentos sociais e acho que todo gestor público e privado também reconhece que a mobilização da comunidade é de fundamental importância e indispensável no caso do Incra. A luta dos movimentos é indispensável pra fazer você dinamizar esse processo. Se não fosse pela ação dos movimentos sociais muito pouco restaria para o Incra fazer, dado a sua característica, já que nós estamos num cenário quando você fala de terras no Brasil, você fala de um cenário de lutas, de disputas, de concepção terra historicamente, e não é só nos tempos atuais.

Reflexo da organização e mobilizações que resultam em manifestações e ocupações, os assentamentos rurais se constituem como um importante fator na luta pela democratização da terra no Brasil e se caracterizam por um universo amplo formado por mais de 500 mil famílias por todas as regiões do país (FRANÇA, 2004).

Bermagasco (2013) evidencia que no âmbito nacional, entre 1995 e 1998, primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, as formas de criação de assentamentos rurais por desapropriação, regularização fundiária ou arrecadação totalizaram 284.228 mil em uma área de 12 milhões de ha, distribuídas em 2.428 projetos de assentamento rurais. No segundo período do governo de FCH (1999-2002) registrou-se o assentamento de 139.585 famílias em 9,2 milhões de ha, distribuídas em 2.672 projetos de assentamento.

Há que se destacar que a Reforma Agrária de Mercado, já discutida no Capítulo 1, baseada no Crédito Fundiário (para os grandes), seguida do Banco de Terras, foi consolidada no governo de FHC. Ou seja, o que presenciamos no governo de FHC foi uma política de assentamentos caracterizada pela ausência de condições para os assentados (as) acessarem o crédito, já que o sistema nacional de crédito não foi reformulado para o produtor familiar; e ausência de garantias efetivas de produção e comercialização para as famílias assentadas. Da mesma forma, grande parte dos assentamentos foram constituídos por regularização fundiária; que não é a desapropriação de terras, mas a concessão de títulos

definitivos a posseiros; 75% dos assentamentos realizados nos oito anos situaram-se nas regiões Norte e Centro-oeste: na fronteira agrícola brasileira. Portanto, as ações de desapropriação e compra de terras pelo governo de FHC não foram planejadas, mas foram resultado da pressão contínua dos movimentos sociais que foram traduzidas em respostas localizadas com vistas a evitar a propagação de conflitos sociais no campo, haja vista a criminalização dos movimentos sociais operada por este governo.

No governo Lula a execução de II Plano Nacional de Reforma Agrária; adotado em detrimento da proposta apresentada pela equipe de Plínio de Arruda Sampaio⁶⁴, elaborado pelo grupo do ministro de estado do Desenvolvimento Agrário Miguel Soldarelli Rossetto; contava com a prospecção de assentar:

[...] 400 mil famílias, financiar a aquisição de terras para 130 mil famílias e regularizar as terras de 500 mil famílias, no período de 2003 a 2006. No total, 1 milhão e 30 mil famílias conseguiram suas terras, por meio da desapropriação da propriedade capitalista, da compra ou da regularização fundiária. (FERNANDES, B. M., 2013, p 195).

Assim, entre 2003 a 2010 foram implantados 3.602 projetos de assentamentos rurais em 49.599.859 milhões de ha, portanto, mais que o dobro de hectares se comparando ao período de FHC. O governo Lula assentou em seus dois mandatos um total de 377.847 mil famílias, muito embora um número significativo de assentamentos não teve origem na desapropriação que representou 11%, mas na regularização fundiária de terras da União que respondeu 74% da área dos assentamentos (FERNANDES, B. M., 2013; ALBUQUERQUE, 2006).

Os dados da Tabela 6 permitem visualizar em números os assentamentos rurais espalhados pelo Brasil que, segundo Girardi e Vinha (2014) totalizam 9.195 assentamentos com um total de 1.093.071 milhões de famílias assentadas em 81.699. 593 ha de terras.

⁶⁴ Segundo Bernardo Fernandes (2013), a proposta apresentada pela equipe de Plínio de Arruda Sampaio considerava todas as formas de desapropriação: desapropriação, regularização e compra e venda, com meta de assentar 1 milhão de famílias entre 2004 a 2007.

Tabela 6: Número de assentamentos rurais no Brasil 1979-2013

Região/UF	Assentamentos	%	Famílias	%	Área	%
NORTE	2.104	22,9	489.337	44,8	60.982.408	74,6
AC	154	1,7	28.467	2,6	5.190.767	6,4
AM	142	1,5	69.745	6,4	27.365.648	33,5
AP	45	0,5	17.759	1,6	2.191.447	2,7
PA	1.104	12,0	283.341	25,9	19.918.926	24,4
RO	209	2,3	42.016	3,8	3.606.046	4,4
RR	67	0,7	22.215	2,0	1.445.927	1,8
TO	383	4,2	25.794	2,4	1.263.647	1,5
NORDESTE	4.200	45,7	346.944	31,7	10.309.591	12,6
AL	175	1,9	14.201	1,3	112.116	0,1
BA	689	7,5	55.098	5,0	2.041.733	2,5
CE	450	4,9	25.651	2,3	910.794	1,1
MA	989	10,8	136.791	12,5	4.329.698	5,3
PB	302	3,3	14.740	1,3	284.464	0,3
PE	591	6,4	34.968	3,2	550.248	0,7
PI	494	5,4	34.211	3,1	1.380.180	1,7
RN	295	3,2	20.683	1,9	518.432	0,6
SE	215	2,3	10.601	1,0	181.926	0,2
CENTRO-OESTE	1.239	13,5	162.835	14,9	8.034.542	9,8
DF	14	0,2	1.010	0,1	8.186	0,0
GO	444	4,8	25.578	2,3	1.064.368	1,3
MS	205	2,2	32.239	2,9	717.237	0,9
MT	576	6,3	104.008	9,5	6.244.751	7,6
SUDESTE	831	9,0	54.275	5,0	1.553.998	1,9
ES	95	1,0	4.667	0,4	52.052	0,1
MG	402	4,4	24.540	2,2	1.035.970	1,3
RJ	68	0,7	6.692	0,6	123.042	0,2
SP	266	2,9	18.376	1,7	342.934	0,4
SUL	821	8,9	39.680	3,6	819.054	1,0
PR	323	3,5	20.079	1,8	425.778	0,5
RS	337	3,7	13.617	1,2	289.230	0,4
SC	161	1,8	5.984	0,5	104.046	0,1
BRASIL	9.195	100	1.093.071	100	81.699.593	100

Fonte: Elaborado por Gabriela Masson - adaptado de Girardi e Vinha (2014).

Concluimos por meio deste quadro que 74,6% dos assentamentos foram feitos na região Norte onde, consequentemente, há maior incidência da concentração fundiária e conflitos sociais no campo. Em Minas Gerais, a existência destes espaços de resistência e luta pela democratização da terra até 2013 totalizaram 402 assentamentos rurais com 24.840 mil famílias assentadas em uma área de 1.035.999 ha. Percebemos que na Região Sudeste o estado de Minas Gerais apresenta o maior número de famílias assentadas, bem como hectares desapropriados para fins de reforma agrária. Estas famílias hoje produzem e residem em territórios antes tomados pelo latifúndio.

A partir da tabela 7 observamos que no governo de FHC (1994-2002) foram criados 188 projetos de assentamentos em Minas Gerais, ao passo que no governo Lula (2003-2011) este número foi um pouco menor: 177 assentamentos. Com relação às

famílias, observamos que 13.757 famílias foram assentadas no governo FHC, enquanto 7.857 no governo Lula. Embora os números sejam dissonantes de um governo para o outro, é preciso problematizá-los à luz das políticas públicas agrárias e agrícolas responsáveis pela permanência das famílias nos assentamentos, bem como a atuação dos movimentos sociais nesta localidade em consonância com os governos existentes.

Segundo Bernardo Fernandes (2013), há que se considerar um dos elementos imprescindíveis para o tensionamento dos governos em prol das desapropriações e da Reforma Agrária: as ocupações de terras, que em âmbito nacional despencaram de 110 mil famílias em 2004 para 17 mil famílias em 2010. Este autor aponta algumas das razões para explicar tal queda: o crescimento de políticas de distribuição de renda e a diminuição do desemprego com a retomada do crescimento nacional. Este crescimento reativou o mercado interno ampliando o consumo de massas.

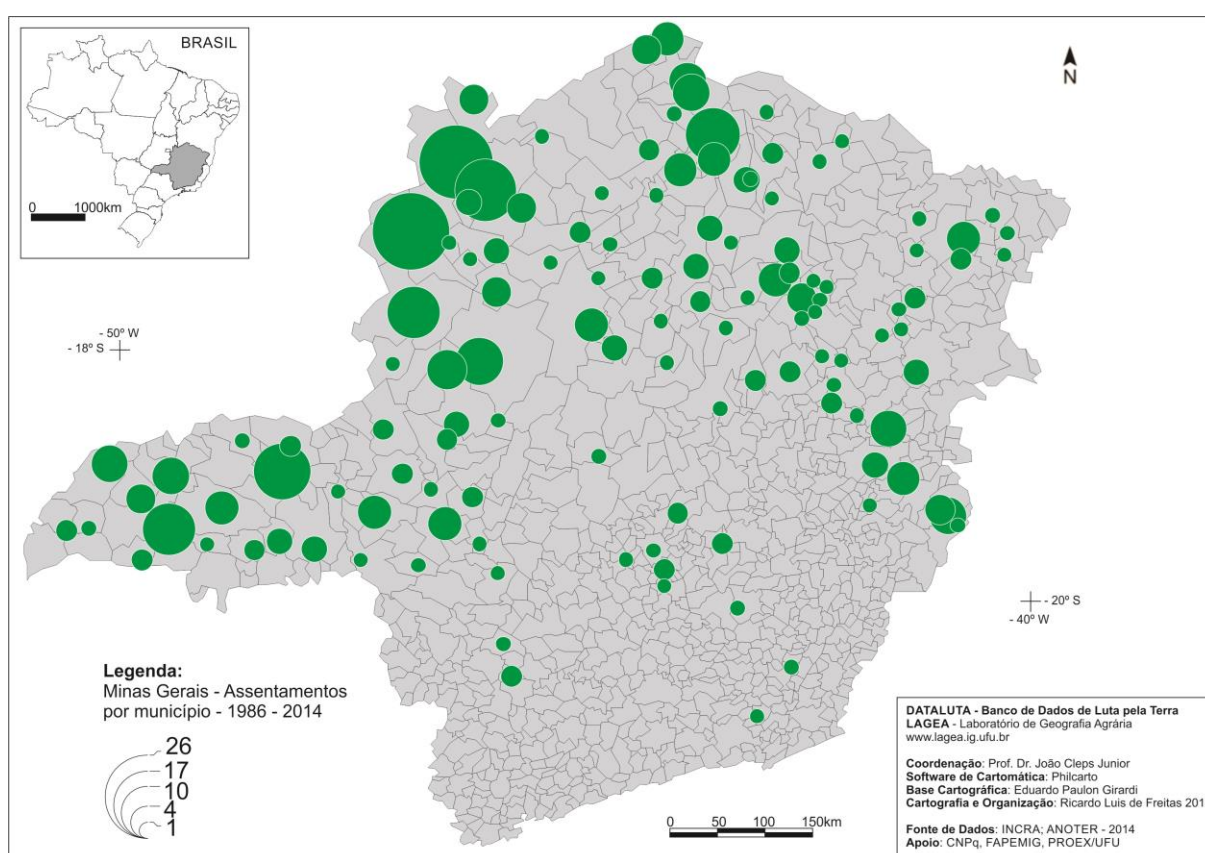
Tabela 7: Assentamentos Rurais de Minas Gerais por ano 1986-2013

Ano	Nº Assentamentos	Nº de Famílias	Área (ha)
1986	4	656	34.569
1987	3	201	9.424
1988	3	726	22.956
1989	3	158	10.513
1990	-	-	-
1991	4	180	8.075
1992	8	468	21.941
1993	-	-	-
1994	1	118	3.584
1995	9	2.038	44.144
1996	26	1.272	52.571
1997	34	2.116	102.276
1998	33	1.717	74.398
1999	30	1.556	67.747
2000	28	2.791	100.185
2001	14	1.445	68.375
2002	13	704	33.067
2003	07	512	16.930
2004	15	504	31.279
2005	72	3.213	154.080
2006	14	796	21.545
2007	24	1.028	50.468
2008	5	182	4.400
2009	22	843	25.737
2010	12	529	27.013
2011	6	250	7.661
2012	8	661	35.849
2013	4	173	7.212
Total	402	24.840	1.035.999

Fonte: Elaborado por Gabriela Masson - adaptado de CLEPS JUNIOR (2014).

Segundo João Cleps et al. (2016) em Minas Gerais, no período de 1985 a 2014, foram criados 411 assentamentos rurais, na maioria localizados nas regiões Noroeste, Norte e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, com área total desapropriada que atingiu pouco mais de 1 milhão de hectares no período 1986-2014. A sua maior parte (85 % do total) foi criada entre 1996-2010.

Mapa 2: Minas Gerais – Principais regiões com assentamentos rurais criados, 1986-2014



Fonte: João Cleps et al. (2016).

Pela Tabela 8 podemos inferir que em Minas Gerais, resguardadas suas particularidades, no governo Lula houveram mais ocupações comparadas ao governo FHC, sendo: 352 e 299 ocupações, envolvendo 28.331 e 35.881 famílias, respectivamente. E ainda uma queda considerável das mesmas a partir de 2010, que pode estar relacionada aos apontamentos de Bernardo Fernandes (2013).

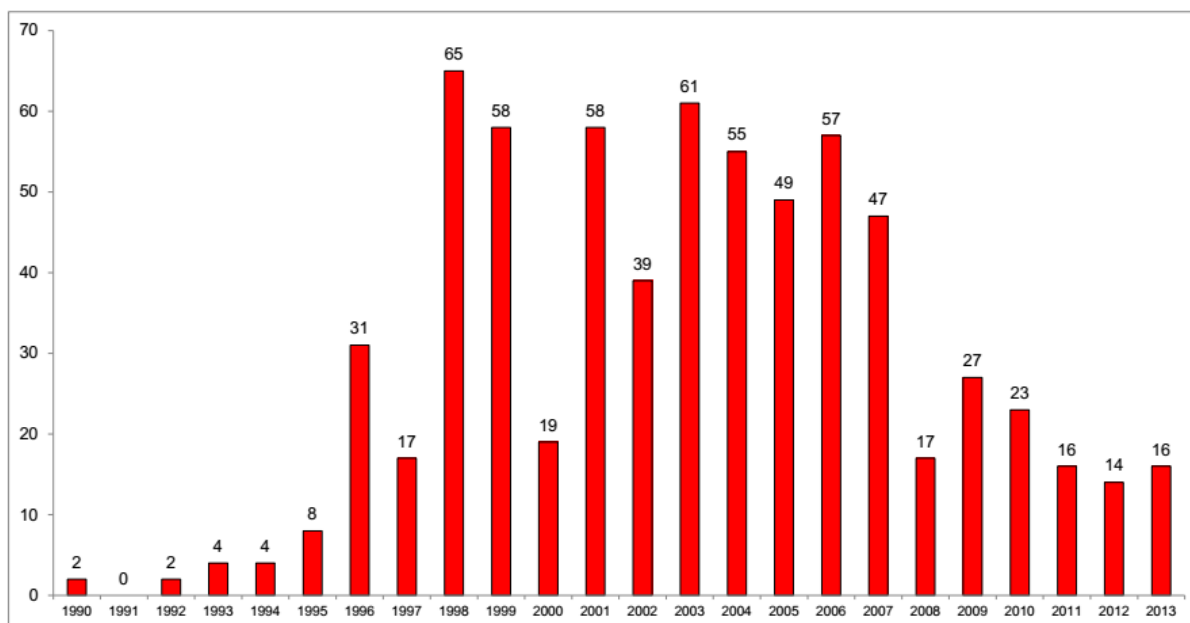
A intensificação das ocupações em Minas Gerais pode estar relacionada a oposição histórica e partidária entre os governos estadual e federal nos períodos registrados e até mesmo uma certa “cooptação” dos movimentos sociais nos

governos petistas para o projeto de conciliação de classes, como bem observado nos anos de 2008 a 2013. Conforme visualizamos melhor por meio dos dados (Tabela 8 e Gráfico 3) do DATA LUTA (CLEPS JUNIOR, 2014).

Tabela 8: Minas Gerais: Ocupações por ano: 1990-2013

Ano	Nº Ocupações	Nº de Famílias
1990	2	170
1991	0	0
1992	2	106
1993	4	553
1994	4	762
1995	8	1.112
1996	31	1.597
1997	17	2.006
1998	65	4.567
1999	58	5.621
2000	19	3.760
2001	58	4.772
2002	39	4.134
2003	61	7.966
2004	55	6.768
2005	49	4.515
2006	57	4.600
2007	47	4.412
2008	17	926
2009	27	1.903
2010	23	2.042
2011	16	1.749
2012	14	2.386
2013	16	1.220
Total	689	66.647

Fonte: Elaborado por Gabriela Masson - adaptado de CLEPS JUNIOR (2014).

Gráfico 3: Gráfico das ocupações por Ano – Minas Gerais 1990-2013.

Fonte: Elaborado por Gabriela Masson - adaptado de CLEPS JUNIOR (2014).

Durante o mandato do presidente Lula, período de maior número de ocupações, o governo do estado de Minas Gerais era conduzido por Aécio Neves e Antônio Anastasia do PDSB, ou seja, havia uma oposição partidária entre governo federal e governo de estado. Isso pode a ser uma das justificativas de intensificação das pressões e das respectivas ocupações. Este quadro foi modificado apenas em 2015 no governo Dilma, quando Fernando Pimentel do PT assumiu o governo de estado de Minas Gerais. Tal realidade é ratificada pelo Superintendente do Inkra na medida em que afirma que ter o atual ministro Patrus Ananias no MDA e o governo de estado como aliados é algo positivo, conforme nos seus termos “abriu uma janela”:

Superintendente Estadual do Inkra de Minas Gerais: [...] as expectativas do Ministro Patrus acho que nós temos uma coisa a nosso favor. Patrus é um estadista, é um cara que tem compromisso, é ético, político, profissional da sua exatidão de caráter. Já foi vereador, prefeito de Belo Horizonte, deputado federal, ministro do desenvolvimento social. Criou um ministério, implantou o Bolsa Família, então tem um serviço prestado ao país. E novamente como deputado federal, e agora Ministro do Desenvolvimento Agrário de Minas Gerais, e aliado ao fato de ter o governo do estado como parceiro também. Eu sempre tenho falado para os movimentos sociais de Minas: abriu uma janela, então vamos aproveitá-la, então tem toda uma lógica que nós podemos estar usufruindo em benefício da nossa causa, né!?

Afinal, esta aliança expressa é um compromisso do governo ou “cooptação”? É fato que quando um governo se propõe a negociar, realmente fica mais fácil dialogar, mas também é fato que o MST e outros movimentos sociais diminuíram a intensidade das ocupações em determinadas situações e contextos históricos.

Segundo Vieira (2014), as ocupações de terras foram intensificadas em Minas a partir de 1996, no governo de FHC (1995-2002), e permaneceram expressivas até início do segundo mandato do governo Lula. Sabemos que ambos governos imprimiram iniciativas que representam, no Brasil, a radicalização dos dispostos neoliberais, como já discutimos no Capítulo 2. Essas iniciativas foram expressas, sobretudo, pelas políticas econômicas com ênfase nas direcionadas ao campo. Ao considerarmos o total de 66.647 mil famílias, que, dentre outras coisas, reivindicaram terras em Minas Gerais, percebemos que as pressões e reações (número de ocupações e número de famílias em ocupações) ligadas às contradições no campo foram mais expressivas entre os anos de 1998 e 2007.

A Tabela 9 evidencia o número de ocupações e de famílias envolvidas por região no período de 1990 a 2013 na região do Triângulo Mineiro e Norte de Minas que despontaram.

Tabela 9: Minas Gerais: Número de ocupações e de famílias por mesorregião, 1990 – 2013

Classificação Famílias	Mesorregiões	Nº ocupações	Número de Famílias
1º	Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba	235	23.240
2º	Norte de Minas	193	17.278
3º	Noroeste de Minas	110	10.324
4º	Vale do Rio Doce	51	7.231
5º	Jequitinhonha	31	3.412
6º	Metropolitana de Belo Horizonte	30	3.866
7º	Sul/ Sudoeste de Minas	17	1.461
8º	Vale do Mucuri	7	1.003
9º	Oeste de Minas	6	455
10º	Central Mineira	4	160
	Zona da Mata	4	160
11º	N.I	1	40
Total		689	68.647

Fonte: Elaborado por Gabriela Masson - adaptado de CLEPS JUNIOR (2014).

Elucidar esta conjuntura foi necessário para a aproximação e compreensão da totalidade em que estão inseridos os assentamentos pesquisados: circunscritos em um território economicamente rico em recursos naturais e no domínio da produção e pujança do agronegócio mineiro, paralelamente a não distribuição desta riqueza socialmente produzida. Nos termos de Luiz Beltrame, “tornar aquilo que era latifúndio em uma área liberta do latifúndio” é o desafio! Um desafio aos movimentos sociais que lutam pelas desapropriações, ao campesinato que resiste nas ocupações e aos assentados e assentadas que persistem em seus lotes.

2.2A questão agrária em Uberaba: uma análise por detrás dos números...

Luiz Beltrame: Essa é uma cidade de difícil enfrentamento ao latifúndio, mas que não dispensa a ideia do latifúndio. Existe latifúndio ocupado nessa cidade, ao que pese ao alto desenvolvimento do município na ocupação do solo.

Conforme Luiz Beltrame destaca, em Uberaba a estrutura⁶⁵ de posse da terra não foge ao padrão estrutural do Brasil, em que ocorre concentração de terras nas mãos de poucos proprietários e um percentual baixo distribuído para um grande número de camponeses/agricultores familiares. Existe latifúndio ocupado pelo campesinato e por trabalhadores e trabalhadoras, esta é uma realidade expressa pela organização de sujeitos coletivos que materializaram suas lutas e resistências na existência de três assentamentos rurais em Uberaba.

Neste Capítulo, explanamos que o modelo de desenvolvimento em Minas Geras, no Triângulo Mineiro e em Uberaba é calcado no agronegócio, e uma das mediações que subsidiam a reflexão da questão agrária é justamente a concentração fundiária, expressa por números quantitativos por meio de estatísticas de órgãos governamentais como o Incra, IBGE (Censo Agropecuário), Prefeitura Municipal por meio da Secretaria do Agronegócio, bem como por meio de estudos e pesquisas como as impulsionadas pelo DATALUTA (CLEPS JÚNIOR, 2014) etc.

⁶⁵ O Censo Agropecuário (IBGE, 2006, p. 1) trabalha com o conceito de estrutura agrária e estrutura fundiária; as inter-relações entre os proprietários, os agricultores e a terra utilizada. A expressão estrutura agrária é utilizada em sentido amplo, significando a forma de acesso à propriedade da terra e à exploração da mesma, indicando as relações entre os proprietários e os não proprietários, a forma como as culturas se distribuem pela superfície da terra e como a população se distribui e se relaciona aos meios de transporte e comunicações.

Segundo o Incra (2013), o módulo rural de Uberaba é 24 hectares, enquanto que os de Uberlândia e de Araguari, cidades que compõem o Triângulo Mineiro, são 20 ha 30 ha, respectivamente. Assim, tendo como parâmetro legal a classificação dos imóveis rurais dada pela Lei nº 8.629 de 1993 e adotada pelo Incra como referência para desapropriação de terras, em Uberaba o minifúndio é o imóvel rural abaixo de 24 ha; a pequena propriedade, delineada por 1 a 4 módulos fiscais, é aquela no intervalo de 24 a 96 ha; a média propriedade, no intervalo de 4 a 15 módulos fiscais; e a grande propriedade, acima de 15 módulos fiscais, aquela que ultrapassa os 360 ha.

Ao longo da pesquisa, e sobretudo na tessitura da tese, foi um desafio muito grande encontrar nos registros do Incra, IBGE (2006), Sindicato Rural de Uberaba, EMATER e Agrolago; órgãos que prestam assistência técnica aos assentamentos; e Prefeitura Municipal dados com relação aos estratos da área e a área ocupada em hectares de Uberaba com a finalidade de elucidarmos em números a concentração fundiária deste território.

A Secretaria Municipal do Agronegócio disponibilizou por e-mail os dados da Tabela 10, que também se encontra disponível on-line no sítio da internet no documento *Uberaba em Dados*.

Tabela 10: Quantidade e área (ha) de imóveis rurais de Uberaba- MG

Área (ha)	Total
0,0000 a 15,0000	730
15,0001 a 96,0000	1.319
96,0001 a 200,0000	457
200,0001 a 500,0000	439
500,0001 a 800,0000	113
800,0001 a 1.000,0000	41
1.000,0001 a 1.200,0000	13
1.200,0001 a 1.500,0000	20
1.500,0001 a 2.000,0000	18
2.000,0001 a 2.500,0000	01
2.500,0001 a 3.000,0000	03
3.000,0001 a 3.500,0000	02
3.500,0001 a 4.000,0000	01
4.000,0001 a 6.000,0000	01
Total de imóveis	3.158

Fonte: Elaborado por Gabriela Masson - adaptado de SNCR/INCRA-SR06-BH/MG

Compilação: UMC.3170107-JBL

Impressão: 05/2012

Estes dados, que foram tabulados levando em consideração o total de imóveis por estrato de área, revelam que 64,88% dos imóveis possuem menos de 96 ha, perfazendo pequenas propriedades; 6,74% acima de 500 há, grandes propriedades. Não é possível calcular a média propriedade em Uberaba (imóveis até 360 ha) a partir dos intervalos da tabela acima, somente que 35,117% possuem mais que 96 ha, constituindo-se médias e grandes propriedades.

Tais dados podem evidenciar a concentração fundiária, mas ainda são insuficientes, pois para problematizar quantitativamente a concentração fundiária em Uberaba é imprescindível dados que evidenciem **o total da área ocupada pelos imóveis**. Acreditamos que esta é uma realidade que o governo deliberadamente omite para que, intencionalmente, prevaleça em números a pequena propriedade, escamoteando a concentração fundiária que se expressa efetivamente no total de área ocupada pelas pequenas, médias e grandes propriedades, o que é um dos elementos que evidenciam a questão agrária. Inclusive, esta intencionalidade é direcionada para que os próprios movimentos sociais não se apropriem da realidade e não organizem possíveis ocupações de terras. Mas, mediante dados brasileiros já discutidos, sabemos que as pequenas propriedades são minoria na ocupação do território e as grandes propriedades a maioria apesar destas serem minoria em quantidade de imóveis, o que revela a concentração de grandes propriedades nas mãos de poucos proprietários.

O representante regional do MST que possui militância no município e no Triângulo Mineiro há décadas conhece a região a partir de sua organicidade com a realidade concreta. Ele nos auxiliou na apreensão qualitativa desta conjuntura uberabense, sendo que em seu relato pontuou sobre a concentração fundiária da área ocupada e destacou a presença de minifúndio (muitas chácaras) em Uberaba:

Luiz Beltrame: Apesar da maior parte da terra estar na mão de pouca gente, não vou saber precisar os dados [...] mas dá para buscar isso na Secretaria de Agricultura e do Sindicato dos Produtores Rurais. Em torno de 40% da terra aqui tá na mão de grandes unidades de terra e nós teríamos aí quase uns 30% da terra na mão da pequena de até 50 e 100 hectares. Agora nós temos uma porção de minifúndios, aqui é uma região de muitas chácaras.

Assim, buscando dados que complementem a afirmação do militante do MST, encontramos neste ano de 2016, (o ano de 2015 não estava disponível), o

documento on-line⁶⁶ na Secretaria do Agronegócio de Uberaba que divulga os dados organizados Tabela 11 a partir dos respectivos intervalos de área (ha).

Tabela 11: Número de Propriedades Rurais - 2012

Intervalo de Área (ha)	Quantidade	%	Área (ha)
Menor que 1	35	1,08	5,7
1 a menor que 2	34	1,05	66,21
2 a menor que 5	280	8,61	915,26
5 a menor que 10	220	6,77	1.714,06
10 a menor que 20	390	12	5.788,12
20 a menor que 50	708	21,78	21.599,46
50 a menor que 100	506	15,56	33.524,94
100 a menor 200	425	13,07	56.092,98
200 a menor 500	440	13,53	135.229,50
500 a menor que 1000	154	4,74	105.031,50
Maior que 10000	59	1,81	94.083,38
Total	3251	100	454.051,11

Fonte: Elaborado por Gabriela Masson - adaptado de Prefeitura Municipal de Uberaba/2015

Levando em consideração que o módulo fiscal em Uberaba possui 24 ha, uma propriedade maior que 361 ha já se caracteriza como grande propriedade, ultrapassando 15 módulos fiscais. Percebemos que 6,55% dos imóveis são grandes propriedades e controlam 43,85% das terras ocupadas em Uberaba, considerando as áreas acima de 500 ha. Analisando os dados da tabela, pelas linhas de *Menor que 1 ha a menor que 20 ha*, os minifúndios, imóvel rural com área inferior a 1 módulo fiscal, correspondem a 29,51% dos imóveis e ocupam 1,86% da área ocupada. Logo, estes dados se aproximam da realidade relatada pela liderança do MST.

Mesmo assim, estas são análises aproximadas da estrutura fundiária de Uberaba, uma vez que para a análise dos minifúndios alguns imóveis não entraram no computo, pois apenas o intervalo de área menor que 1 ha a menor que 20 ha foi considerado e para as grandes propriedades os intervalos acima de 500 ha, ou seja, existem áreas que não foram contabilizadas por se encontrarem no intervalo de 21 a

⁶⁶ Destacamos que o referido Documento se encontra na no link da Secretaria Municipal do Agronegócio, mas no timbre do mesmo encontramos antiga Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca, Apicultura e Abastecimento (SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA, AQUICULTURA E ABASTECIMENTO, 2016).

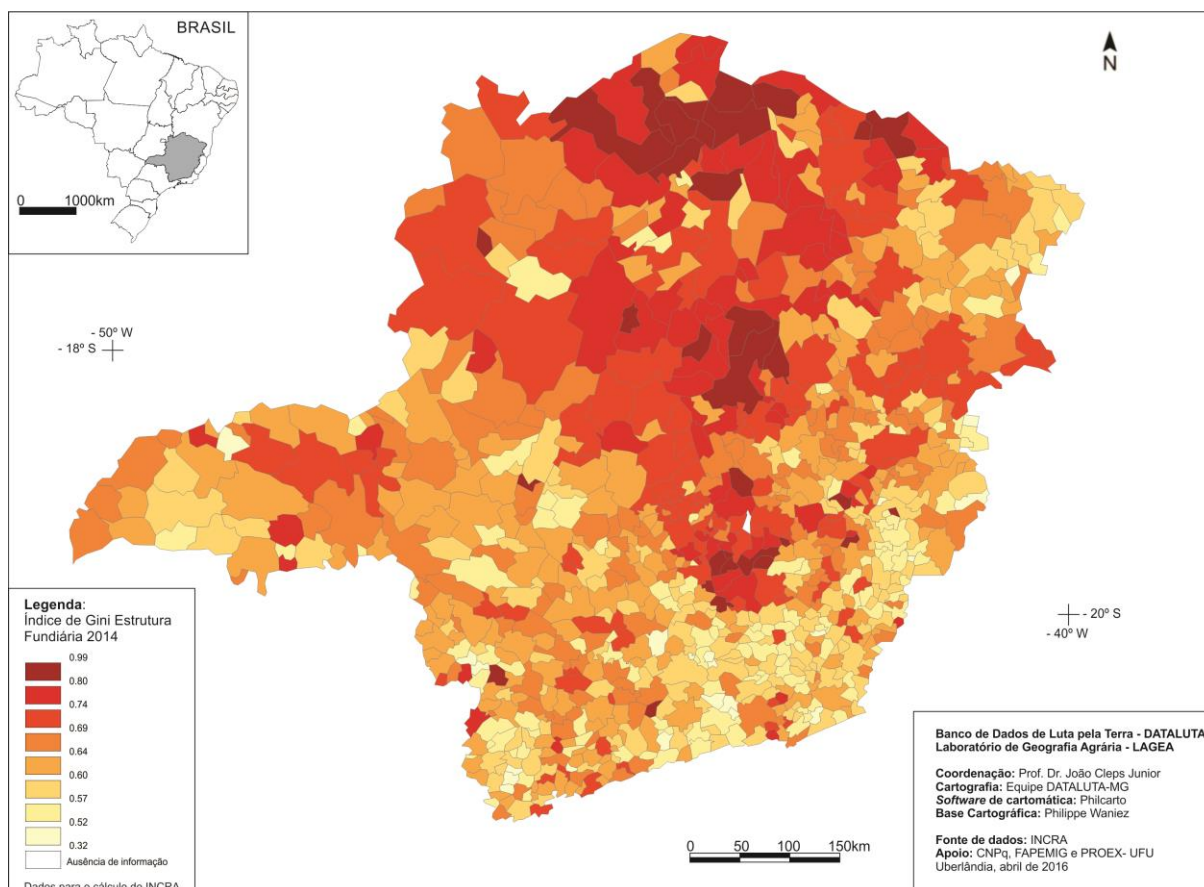
24 ha e 361 a 500 ha. Tais dados evidenciam e ratificam a hipótese de que a análise quantitativa da estrutura agrária de Uberaba não está disponível para a população, para os movimentos sociais, para militantes e pesquisadores da área, portanto escamoteada pelo poder público, **porém evidente** em nossa análise qualitativa e pela aproximação quantitativa.

Sobre a região Sudeste, o Censo Agropecuário (IBGE, 2006) aponta esta “complexa convivência entre as áreas de forte, média e pequena desigualdade na concentração de terras”,

[...] na Região Sudeste observa-se uma complexa convivência entre áreas de forte, média e pequena desigualdade na concentração de terras, em geral associadas a antigos processos de ocupação, como nas áreas de colonização europeia do Espírito Santo e Rio de Janeiro, assim como as áreas de pequenos e médios estabelecimentos no sul de Minas Gerais. Por outro lado, observa-se que a especialização em lavouras modernizadas, como as de cana-de-açúcar, em São Paulo, repele o produtor com menor grau de capitalização. (IBGE, 2006, p. 15).

Vieira (2014) problematiza o índice de Gini no estado de Minas Gerais. Dos 853 municípios que o estado tem no total; 95,19% ou 812 estão com altos índices de concentração que giram em torno de 0,501 e 0,0799. Cerca de 2,93%, ou seja, 25 municípios possuem índices muito altos, acima de 0,800. O Censo Agropecuário (IBGE, 2006) aponta que o estado de Minas Gerais nos anos de 1985, 1995 e 2006 possuía os Índices de Gini de 0,77; 0,772; e 0,795. Abaixo, o mapa da Mapa 2 ilustra a concentração de terras no Estado de Minas Gerais a partir do Índice de Gini. É visível a latente concentração fundiária em algumas regiões do estado.

Mapa 3: Minas Gerais, Índice de Gini dos municípios em 2014



Fonte: Cleps Júnior et al (2016);

Mesmo diante esta realidade, no Estado de Minas Gerias, no Triângulo Mineiro, em Uberaba, temos a presença de manifestações, conflitos de terra, ocupações de terras, enfim: a luta pela terra impulsionada por sujeitos coletivos, ou seja, por movimentos sociais. Esta é uma mediação imprescindível para a compreensão da questão agrária em Uberaba que está detrás de números, estatísticas ou índices, mas evidente na vida, no cotidiano de trabalho dos assentados e assentadas oriundos das ocupações nos latifúndios da Fazenda Santa Tereza do Cedro e São Sebastião do Tijuco, bem como dos resistentes da ocupação na Fazenda Inhumas e Pão de Queijo que originaram o acampamento 19 de março e Rosa Luxemburgo.

2.3 Questão agrária e Serviço Social: uma profissão comprometida com a justiça social

Emancipação Humana, isso é utopia? Não. Não tem utopia nenhuma nisso.

Essa é uma possibilidade objetiva da história humana. Não é uma necessidade. É uma necessidade para a emancipação dos homens, para os trabalhadores, mas não é uma necessidade para o conjunto da humanidade e a burguesia faz parte da humanidade. É uma possibilidade. Como sabemos, as possibilidades podem se realizar ou não. Dependem da vontade, da organização de milhões e milhões de homens e mulheres.

(PAULO NETTO, 2008, p. 30)

Neste ano, o Serviço Social completa 80 anos de existência no Brasil. O primeiro curso superior foi criado em 1936 na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC). Segundo Iamamoto e Carvalho (2014), em suas origens, o Serviço Social estava intimamente vinculado às iniciativas da Igreja articuladas aos movimentos de Ação Social e Ação Católica, possuindo uma origem confessional e com cariz ideológico fundado na doutrina social da Igreja.

As análises que problematizam o surgimento da profissão à luz da teoria social crítica realizadas por Paulo Netto (1996), Iamamoto e Carvalho (2014), Iamamoto (2008) e José Fernando Silva (2010) evidenciam em sua “gênese” não se deu apenas sob o movimento interno da categoria, ou como evolução das práticas caritativas ou assistenciais, mas, sobretudo, como resultante da própria dinâmica do capitalismo monopolista no final do século XIX e início do século XX. Na posição destes autores, com a qual coadunamos, o Serviço Social, assim como a questão agrária, também é fruto da contradição estrutural do modo de produção capitalista.

A partir da década de 1930, conforme discutimos no Capítulo 1 deste trabalho, o processo de industrialização restringida tomava forma no cenário brasileiro e a consolidação do capitalismo industrial foi a alavanca para o desenvolvimento no Brasil. Neste contexto, houve o crescente aproveitamento e cooptação do Assistente Social pelo aparato do Estado e pelo empresariado que, por sua vez, atribuem progressivamente novas determinações à legitimação e institucionalização do Serviço Social. Nos termos de Iamamoto e Carvalho (2014, p. 83): “O Assistente Social passa a receber um mandato diretamente das classes dominantes para atuar junto as classes trabalhadoras.”

Assim, o Serviço Social é parte constituinte de um complexo processo comprometido com a formulação de inúmeras estratégias utilizadas para maximizar

e intensificar a acumulação do capital, modernizando e profissionalizando a gestão do pauperismo e da questão social. Então, a dinâmica do Serviço Social brasileiro é impensável sem a análise sócio histórica da realidade brasileira que determinou as demandas para esta profissão a partir da década de 1930, bem como o tratamento que a profissão dispensou a tais demandas. Com o aprofundamento da questão social brasileira, que possui suas particularidades, ao Assistente Social foi atribuído o papel da reprodução do controle da ideologia dominante, da força de trabalho e das contradições inerentes às relações sociais vigentes. Conforme evidencia José Fernando Silva (2010, p. 57),

Ao mesmo tempo em que a “questão social” se aprofunda trazendo com ela os traumas sociais de uma sociedade colonial, escravocrata, patriarcal, pré-capitalista e com desenvolvimento burguês hipertardio (como uma necessária mescla entre moderno e arcaico), o Estado crescentemente assume tarefas vinculadas ao disciplinamento, à reprodução-preparação da força de trabalho e à manutenção e recuperação-reparação da capacidade para o trabalho.

A formação e atuação do Assistente Social no início da profissão foi travejada por concepções filosóficas abancadas no neotomismo e no positivismo, que ora reiteravam à prática profissional o caráter de ajuda e benevolência, e ora à moralização da questão social e consequente atuação para o ajustamento dos indivíduos sociais. De tal modo destaca Paulo Netto (1996, p. 66).

[...] a constituição da profissão seria a resultante de um processo cumulativo, cujo ponto de arranque estaria na “organização” da filantropia e cuja culminação se localizaria na gradual incorporação, pelas atividades filantrópicas já “organizadas” de parâmetros técnicos científicos e no afinamento de um instrumental operativo de natureza técnica [...].

A questão social e suas diversas manifestações, da mesma forma, têm suas constituições no modo de produção capitalista. As reflexões sobre sua gênese são impensáveis sem as análises de Marx (2009b), mais especificamente o Capítulo XXIII de *O Capital: A Lei Geral da Acumulação Capitalista*. Segundo Marx (2009b), a partir do século XVIII o pauperismo é produto intrínseco e latente da sociabilidade regida pelo capital, sua produção e sua necessidade comportam a necessidade da superpopulação relativa e do exército industrial de reserva. Ambos constituem condição de existência da produção capitalista, e do desenvolvimento e concentração da riqueza. Então, verificamos o acirrado embate entre capital e trabalho. Sendo assim, na medida em que os trabalhadores explicitam suas

condições de trabalho, que já não são mais capazes de suprir suas necessidades mediante a configuração que assume no capitalismo, o pauperismo também se torna cada vez mais latente e evidente no cenário político. Conforme Marx (2009b, p. 747-748) destaca:

O pauperismo constitui o asilo dos inválidos do exército ativo dos trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção e sua necessidade se compreendem na produção e na necessidade da superpopulação relativa, e ambos constituem condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza. O pauperismo faz parte das despesas extras da produção capitalista, mas o capital arranja sempre um meio de transferi-las para a classe trabalhadora e para a classe média inferior (MARX, 2010b, p. 747-748).

Segundo Iamamoto (2001), a denominação “questão social” foi cunhada por volta de 1830 e se encontra no centro da análise de Marx. Percebemos o destaque da autora a respeito da não separação da questão social na sociabilidade regida pelo capital, bem como a necessidade de políticas sociais públicas que são as estratégias assumidas pelo Estado para apaziguar a organização e mobilização da classe trabalhadora.

[...] a “questão social” indissociável do processo de acumulação e dos efeitos que produz sobre o conjunto das classes trabalhadoras o que se encontra na base da exigência de políticas sociais públicas. Ela é tributária das formas assumidas pelo trabalho e pelo Estado na sociedade burguesa e não é um fenômeno recente [...]. (IAMAMOTO, 2001, p. 11, grifo da autora).

Isso posto, inferimos que a questão social no capitalismo se reconfigura como um mal necessário e inerente à perpetuação desta sociabilidade, seja nas suas diversas manifestações como a pobreza, a desigualdade, a violência ou indigência. As formas de mitigá-la também surgiram ora com justificações divinas e moralistas que a ratificavam por meio da vontade de Deus, ora com práticas que a criminalizavam sendo tratada como objeto de repressão e intervenção policial. Ou ainda, com políticas pouco eficientes que na verdade não a combatem de maneira estrutural, mas apenas atuam pontualmente nas suas manifestações/consequências, já que sua supressão no capitalismo é intangível. A esse respeito, Mota (2009, p. 49, grifo da autora) destaca:

A rigor não existem – do ponto de vista histórico, político e teórico - muitas alternativas para pensar a natureza do enfrentamento da questão social. Pode-se, de fato, falar apenas de duas tendências gerais: *sua administração no interior da ordem burguesa* – demarcada pela implementação de reformas sociais e morais, tanto mais “eficientes” quanto

mais ancoradas tecnicamente – ou a sua *superação* como uma prática que transforma não a questão social em si, mas a ordem social que a determina.

Portanto, convivemos nesta sociabilidade com sua administração, sendo possível visualizar sua gestão por meio de medidas estatais que de alguma forma responderam aos interesses e necessidades do trabalhador. No entanto, até o fim do século XIX tais respostas foram tímidas e parciais graças ao predomínio dos princípios liberais assumidos pelo Estado capitalista.

O surgimento das políticas sociais aconteceu através de um processo gradual e diferenciado entre os países, atrelado aos movimentos de organização e pressão da classe trabalhadora e, sobretudo, ao interesse do Estado Moderno (que é o comitê que gere os interesses comuns da burguesia) conforme Paulo Netto (2008, p. 23) destaca: “[...] nada expressa melhor o papel do Estado como preservador dos interesses gerais do capital do que as políticas sociais.”

Historicamente, as políticas sociais no Brasil para Paulo Netto (1996, 2008) são estratégias, governamentais ou não, para conter e sanar diversas manifestações da questão social acirradas pelo embate entre capital e trabalho nos marcos do capitalismo monopolista. Mas, acima de tudo, como fruto de lutas e conquistas da classe trabalhadora em prol da satisfação de suas necessidades sociais. No entanto, em geral, por sua própria origem e finalidade, estas políticas voltam-se aos indivíduos em sua singularidade para atender às suas necessidades específicas sem levar em consideração o sujeito histórico inserido em uma totalidade histórica – complexa e contraditória. Portanto, não se dirigem ao atendimento das necessidades sociais como necessidades coletivas e marcadas pela divisão de classes sociais inerentes ao sistema.

É crucial destacar que este é o entendimento sobre a política social que perpassa este trabalho, ou seja, a política pública que não elimina a questão social, mas, sim, gesta, controla, regula. Contudo, em um cenário de controle sociometabólico do capital sobre as necessidades sociais da classe trabalhadora, algumas políticas sociais são imprescindíveis para a garantia da satisfação das chamadas necessidades naturais; nos termos de Marx (2009b; 2010b): indispensáveis para a manutenção da condição humana.

Na década de 1960, frente a um cenário de expansão do capitalismo mundial e imposição de um estilo de desenvolvimento excludente e subordinado à América Latina, o Serviço Social assume as inquietações e insatisfações do dado momento

histórico e direciona seus questionamentos e crítica ao tradicional, mediante um amplo processo e movimento de revisão conhecido como renovação, explicitado por Paulo Netto (2005, p. 131):

Entendemos por renovação o conjunto de características novas, que no marco das constrições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou a base do rearranjo de suas tradições e da assunção de do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas e demandas sociais e de sua sistematização e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais.

Paulo Netto (2005, p. 128) aponta que é incontestável que o Serviço Social brasileiro, até a primeira metade da década de 1960, não apresentava polêmicas de relevo, somente mostrava uma relativa homogeneidade nas suas projeções interventivas, pois “[...] sinalizava uma formal assepsia de participação político-partidária carência de uma elaboração teórica significativa.”

No Brasil, o chamado Movimento de Reconceituação, parte integrante do processo internacional de erosão do serviço social tradicional na América Latina, incidiu nos níveis ético, teórico, metodológico, operativo e político. Segundo Paulo Netto (2005), tal movimento foi configurado por três vertentes, ou perspectivas, em diferentes momentos históricos, sendo elas: *perspectiva modernizadora*, a partir de meados dos anos setenta; *reatualização do conservadorismo*; e a *perspectiva intenção de ruptura*, na primeira metade dos anos 1980 que prospectou a ruptura com o Serviço Social tradicional. Conforme destaca Paulo Netto (2005, p. 159): “Ao contrário das anteriores, esta possui como substrato nuclear uma crítica sistemática ao desempenho ‘tradicional’ e aos seus suportes teóricos, metodológicos e ideológicos.” Esta vertente emergiu da estrutura universitária brasileira com formulação inicial na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, no entanto, se distanciou muito da base da categoria profissional.

A neutralização dos protagonistas sociopolíticos, entre eles um estrato significativo de assistentes sociais comprometidos com a democratização da sociedade e do Estado, foi operada pelo golpe militar de 1964. Neste contexto, os impactos da modernização conservadora implementada no país não se manifestaram apenas no âmbito da agricultura, conforme pontuamos ao longo do Capítulo 1, como também em nossa profissão. A atuação do Assistente Social face às novas estratégias de controle e repressão da classe trabalhadora, em tempos de

ditadura, foi impulsionada pelo Estado e pelo grande capital. O atendimento das novas demandas submetidas à racionalidade burocrática também foi uma requisição para a profissão (PAULO NETTO, 2006).

Um dos elementos constitutivos do processo de renovação foi a emergência, a partir da década de 1970, de um significativo caldo de elaborações teórico-metodológicas referidas à profissão nos âmbitos acadêmico e universitário. Nos termos de Paulo Netto (2005) a “massa crítica” começara a ser gestada. No entanto, a orientação marxista “vulgar”, por meio da via estruturalista de Louis Althusser, inspirou a intenção de ruptura que mesclou a produção teórica da profissão sem realmente estabelecer um diálogo profícuo com as fontes marxianas. Houve a pretensão de romper com a herança teórica metodológica do pensamento conservador positivista e fenomenológico, porém o que presenciamos foi o lastro eclético que percorreu as formulações do momento. A aproximação com as fontes marxianas aconteceu sob exigências teóricas reduzidas, sobre aproximações feitas via da prática política ao invés de crítico analítica, por fim não houve diálogo fidedigno com as obras clássicas de Karl Marx.

Em 1979, na cidade de São Paulo, as entidades organizativas e representativas da profissão⁶⁷ organizaram e realizaram o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), conhecido como o “Congresso da Virada”, que foi um marco político e “uma referência indescartável no desenvolvimento da profissão”. Ele trouxe para a cena política tendências democráticas contidas e reprimidas no Serviço Social. De acordo com Paulo Netto (2009, p. 671), sua realização demonstrou,

[...] uma conjuntura favorável, uma vanguarda de assistentes sociais - sintonizada com tendências mais substantivas da realidade, capaz de superar suas diferenças adjetivas para lutar por um objetivo essencial e estabelecer alianças, inclusive externas à categoria – pode efetivamente transformar representações e práticas mais que consagradas da sua profissão (PAULO NETTO, 2009, p. 671).

Desta forma, a partir da década de 1980, com o considerável acúmulo sócio histórico da profissão, começamos a construir um adensamento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, resultantes do arcabouço já acumulado durante o Movimento de Reconceitualização, da aproximação e

⁶⁷ As entidades que fazemos menção são o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselho Regional de Serviço Social (CRESS).

adensamento teórico com as ciências sociais, do envolvimento da categoria profissional com a conjuntura brasileira e do aumento progressivo de profissionais. A criação dos primeiros programas de pós-graduação em Serviço Social, por sua vez possibilitou progressivamente a categoria profissional o aprofundamento e posicionamento ético político ancorados na teoria social crítica. Conforme Paulo Netto (2006, p. 204)

É impossível falar do Serviço Social sem se referenciar aos anos 80. Esta década é fundamental para o entendimento da profissão hoje, pois significa o início da maturidade da tendência atualmente hegemônica na academia e nas entidades representativas da categoria – intenção de ruptura – e com isso, a interlocução real com a tradição marxista.

O envolvimento da categoria profissional na luta contra a ditadura militar e pró-redemocratização da sociedade brasileira representou para o Serviço Social prospecções de direitos sociais afiançados por meio de políticas sociais, até então não garantidas e afiançadas pelo Estado. Este também foi um momento em que o Serviço Social aproximou-se significativamente das demandas da classe trabalhadora, prospectando e consolidando assim seu compromisso histórico e político com a mesma. Da mesma forma, como Paulo Netto (2006) destaca que na década de 1980, por meio da vertente “intenção de ruptura”, foi possível a interlocução concreta com a tradição marxiana e marxista.

Resultante deste processo temos o Projeto Ético Político do Serviço Social, ao qual não cabe nenhuma designação ou conceito estanque, pois ele se constitui em uma realidade em permanente construção e reconstrução dialética. Suas bases teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, avigoradas na teoria social crítica, são o horizonte para a formação e atuação profissional na atualidade comprometida fulcralmente com a classe trabalhadora e com a justiça social.

Podemos destacar alguns marcos legais, teóricos e políticos que fazem parte desta construção como: os Códigos de Ética da Profissão de 1986 e, sobretudo, de 1993 que romperam progressivamente o caráter conservador da atuação do assistente social; as Diretrizes Gerais para os cursos de graduação em Serviço Social (ABEPSS), produto de um amplo e sistemático debate realizado pelas Unidades de Ensino a partir de 1994; a revisão da Lei de Regulamentação da Profissão, encaminhada ao congresso em 1986 e aprovada em 1993 por meio da Lei Federal nº 8.662. As publicações de Marilda Vilela Iamamoto, Raul de Carvalho e

José Paulo Netto que fizeram interlocuções profícuas com a teoria social crítica. Destarte toda a organização e mobilização política da categoria profissional em torno de suas entidades representativas: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS); Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS)s; Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS); e Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

A tradição marxiana e marxista, sobre as quais se debruçam os grandes expoentes da profissão na atualidade, possibilitam entender as particularidades imprescindíveis para compreensão do significado social da profissão, bem como as que fundam o ser social na ordem burguesa do capital, os sujeitos sociais com os quais trabalhamos no cotidiano profissional. Desta forma, também viabiliza a categoria profissional a construção de um *ethos* profissional comprometido com os princípios que fundam a profissão na contemporaneidade, que versam sobre:

O reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras; Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual; Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero; Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores; Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física. (CFESS, 2008, p. 42-43).

Conforme discutimos, a formação e atuação profissional do Assistente Social é travejada na luta contra o pauperismo que é o fundamento da questão social historicamente concebida e entendida como objeto de intervenção do Assistente Social em seus espaços sócio ocupacionais. No contexto do capitalismo brasileiro -

tardio – a questão social está estritamente atrelada ao surgimento e agravamento da questão agrária, que se constitui uma das suas particularidades, conforme afirma Sant'Ana (2012, p. 14):

Uma das particularidades da questão social é a questão agrária. Esta é resultado dos embates estabelecidos devido à posse da terra ou às relações de trabalho em meio rural; no atual modelo de desenvolvimento agrário uma de suas principais expressões ocorre pelo embate na relação capital/ trabalho que ocorre no campo e na cidade, mas que é decorrência do avanço das relações capitalistas no campo.

Diante o atual modelo de desenvolvimento agrário apontado por Sant'Ana (2012) diversas manifestações da questão social são engendradas em todo o território nacional em decorrência do desenvolvimento massivo do agronegócio como forma de acumulação de capital. A questão urbana também é uma de suas manifestações, tendo em vista o ligeiro processo de urbanização ocorrido entre as décadas de 1960 a 1980, produto da modernização no campo. Prado Júnior (2000) alertou sobre este processo: na medida em que o monopólio de terras está concentrado nas mãos de uma minoria de grandes proprietários, a massa trabalhadora seria impelida a buscar trabalho, e diante os verdadeiros exílios que vivenciavam e vivenciam nas periferias, as ocupações urbanas configurou como uma alternativa.

Segundo Diniz (2014), o Brasil apresenta crescimento das cidades em que 80% da população concentra-se nas áreas urbanas e 40% nas áreas metropolitanas. Esta conjuntura é a herança resultante da urbanização intensiva ocorrida entre os anos de 1940 a 2000, fruto do processo de êxodo rural, uma das consequências da modernização conservadora. A população urbana era de 23,3% e cresceu para 81,2%. Isso gerou um enorme déficit habitacional, tanto na cidade quanto no campo, estimado em 7,9 milhões de unidades habitacionais, sem contar o número significativo de assentamentos rurais precários, nos quais se alojam cerca de 3,2 milhões de famílias (DINIZ, 2014). Segundo Prestes (2012), em 1940, 68,39% da população brasileira vivia no campo, o que de fato evidencia que o Brasil vivenciou uma inversão campo/cidade. Portanto, com o surgimento e aprofundamento da questão agrária observamos também o surgimento e agravamento da questão urbana, ambas manifestações da questão social que assolam a vida de camponeses, trabalhadoras e trabalhadores urbanos.

Sant'Ana (2012) explicita que as manifestações da questão agrária se expressam de diversas formas: nas condições de vida e trabalho dos assalariados rurais, no adoecimento do trabalhador em decorrência do trabalho no meio rural, na migração e no desemprego.

Não resta dúvida que o agronegócio hoje no Brasil é a forma dominante do capital na agricultura e o cerne da produção e reprodução da desigualdade social que também se manifesta de forma latente nos espaços urbanos, inflamados por uma superpopulação relativa que tenta sobreviver das migalhas deste processo. Barbosa ilustra:

Os beneficiados pelo agronegócio usam o resultado das exportações – 76,4 bilhões de dólares em 2010 – para justificar o atual modelo de agricultura brasileira. São incapazes de ver os malefícios de um modelo agrícola que concentra 84,8% do valor da produção total em apenas 8,1% do total dos estabelecimentos agrícolas. No outro extremo, há 3,7 milhões de estabelecimentos agrícolas, representando 72,9% do total, que não conseguem ter uma renda mensal superior há dois salários mínimos. E, dentro desse segmento, há 2 milhões de estabelecimentos com uma produção anual de aproximadamente um salário mínimo. Para estes, a atividade econômica agrícola torna-se totalmente inviável e o meio rural se restringe a ser um espaço de moradia. Os defensores do agronegócio olham para este contingente populacional, cerca de 11,3 milhões de pessoas, como os inevitáveis futuros habitantes das favelas e dos grandes centros urbanos. (BARBOSA, 2012, p. 70).

Estas reflexões possibilitam a percepção do quanto a construção categorial marxiana é atual, pois nos permitem pensar na ruptura que o modo de produção capitalista, em seu estágio financeirizado, fincado no modelo de produção do agronegócio, impõe ao ser social o afastamento de sua genericidade humana⁶⁸ na medida em que o homem está cada vez mais à mercê da venda da sua força de trabalho para a satisfação de necessidades, que o próprio sistema produz e reproduz. A relação orgânica entre homem e natureza é cada vez mais intermediada pela instituição da propriedade privada e dos meios de produção que estão mais concentrados e centralizados nas mãos de pequena parcela da sociedade. Marx (2009b) apontou que a “família camponesa” produzia e elaborava os meios de

⁶⁸ O ser social plasma o *gênero humano* (ou a genericidade humana), do qual todos os membros da sociedade podem partilhar enquanto seres singulares, como portadores e (re) criadores. Portadores porque, por intermédio dos mecanismos de sociabilização (interação social, educação e autoeducação), incorporam as objetivações já realizadas; (re) criadores porque, através de suas próprias objetivações atualizam e renovam o ser social. Quanto mais os homens, em sua singularidade, incorporam as objetivações do ser social, mais se humanizam, mais desenvolvem em si o peso da sociabilidade em detrimento das “barreiras naturais” (PAULO NETTO; BRAZ, 2008, p. 46, grifo do autor).

subsistência e matérias-primas, que eram, na sua parte, consumidos por ela mesma, ou seja, a família camponesa possui um modo de viver e produzir em consonância com a natureza.

Nesta sociabilidade capitalista percebemos o quanto a reprodução e perpetuação do pauperismo caminham paralelas à produção de riquezas que não são socialmente redistribuídas, quiçá ficam no Brasil, enquanto o agronegócio, como modelo de produção vigente, avança. Conforme evidencia Lustosa (2012, p. 89):

[...] no período de janeiro a setembro de 2004, com a produção de máquinas e equipamentos, o agronegócio faturou US\$ 29.864 bilhões, aumentando a venda de grãos limpos, que agregam valor, para a Argentina e os Estados Unidos.

As considerações que ora tecemos sobre a origem e constituição do Serviço Social no Brasil possuem relevância no contexto deste trabalho, tendo em vista o arsenal teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo construído pela categoria profissional, o qual proporciona uma apreensão e intervenção na questão agrária como manifestação da questão social. Nós, assistentes sociais, temos como princípio ético-político a: “VIII - Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero.” (CFESS, 1993). Nesta direção, a formação e atuação profissional do Assistente Social na questão agrária está pautada na luta pela reforma agrária que no Brasil viabilizaria uma mudança estrutural na e para a sociedade brasileira e para o Serviço Social.

Segundo Iamamoto (2009), 78,16% dos assistentes sociais atuam em instituições públicas de natureza estatal, das quais 40,97% se encontram no âmbito municipal, 24% estadual e 13,19% federal. As empresas privadas empregam 13,19% dos profissionais e as ONG's 6,81%. Como podemos perceber, o espaço ocupacional do Assistente Social na atualidade se constitui majoritariamente na esfera pública, onde atuamos predominantemente na formulação, planejamento e execução das políticas públicas, ou seja, na luta diária pela efetivação dos direitos sociais, no limiar da emancipação política. Não temos dúvidas de que a questão agrária, enquanto manifestação da questão social, perpassa todos os espaços sócio ocupacionais em que estamos inseridos. No entanto, a assepsia com que muitos profissionais tratam, até mesmo por desconhecerem a questão agrária, é desastrosa para a formação e atuação profissional em consonância com o Projeto Ético Político

do Serviço Social. Assim repetimos: apreender, analisar e interpretar a questão agrária como uma manifestação da questão social brasileira é um desafio posto ao Assistente Social, afinal a reforma agrária é uma possibilidade histórica, assim como a emancipação humana.

Uma possibilidade histórica que se assenta para além dos espaços institucionalizados da esfera estatal onde encontramos a maior parte de profissionais é a consolidação pela união das esferas organizativas da sociedade e dos movimentos sociais oriundos da classe trabalhadora, pois somos uma profissão que historicamente não só construiu e consolidou seu compromisso profissional junto aos interesses da classe trabalhadora, como também somos classe trabalhadora. Os princípios que direcionam o trabalho profissional coadunam com a defesa da reforma agrária, pois prospectam o Assistente Social para a luta por uma outra sociedade. Uma sociedade em que o padrão de desenvolvimento não seja calcado na produção do agronegócio, mas sim na agricultura camponesa, na justiça social.

Tais reflexões podem parecer utópicas, mas como afirmou Paulo Netto (2008) assim como a emancipação humana⁶⁹, a reforma agrária também é uma possibilidade histórica para o conjunto da sociedade brasileira. Seguimos na luta!

⁶⁹ A emancipação humana e emancipação política são categorias marxianas expressas no Livro: “Para a Questão Judaica” de Marx. Nos termos de Lessa (2007, p. 47): “Emancipação política e emancipação humana [...] são categorias marxianas precisas. A primeira é o ‘enorme progresso’ de constituição histórica da sociabilidade regida pela propriedade privada burguesa. A emancipação humana, por sua vez, é a superação da propriedade privada e a constituição de uma sociabilidade comunista. A cisão entre o ‘burguês’ e o “cidadão” será superada por uma nova individualidade que não mais se relaciona com o gênero humano pela alienada mediação do Estado ‘político’ e do ‘dinheiro’; a cidadania terá desaparecido tal como terá desaparecido a propriedade privada. Será, no dizer de Lukács, uma ‘autêntica’ conexão ontológica-histórica entre o indivíduo liberto das alienações que brotam da propriedade privada burguesa e o gênero humano emancipado da regência do capital.”

**PARTE 2 A REFORMA AGRÁRIA EM UBERABA: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS
ASSENTAMENTOS RURAIS TEREZA DO CEDRO E DANDARA**

Boa Noite! Meu nome é Luis Fernando. Eu sou coordenador da área do acampamento 19 de Março,
do MST, em Uberaba.

Nossa luta contra o capital e contra o latifúndio é muito desigual e é a esperança que nos mantém
nessa luta, a esperança, nossa coragem e determinação, mas só isso não é o bastante. Para
prosseguir precisamos de organização, e um povo organizado é capaz de mudar seu destino e é de
maneira organizada, construindo essa aproximação do movimento sem-terra com a universidade aqui
no município.

Queremos que seja uma amizade que dê muitos frutos e que possamos conquistar juntos
aprendizado e justiça social não só enquanto acampados, mas que essa aproximação continue após
a criação do assentamento para que projetos de interesses da comunidade sejam implantados em
parceria da universidade com o movimento.

Nossa comunidade já está ansiosa para receber e contribuir com ideias. Todos na comunidade já
reconhecem essa aproximação como muito positiva. Por isso queremos que todos os amigos aqui
presentes reconheçam em nós a disposição de sempre lutar e conquistar uma comunidade mais justa
para todos. Convido vocês a continuar investindo nessa aproximação e no reconhecimento da
importância da reforma agrária como forma de tornar menos injusta a sociedade em que vivemos.

Nosso acampamento aqui no município está de portas abertas para toda a comunidade que queira
contribuir pra essa luta da reforma agrária. Enquanto existir sem-terra e terras improdutivas ou que
não atendam ao interesse social nós estaremos lutando pela reforma agrária e queremos que vocês
também abracem essa luta tão digna para uma pessoa que como nós têm esperança em um mundo
melhor e mais justo para todos.

E falando sobre o momento atual da política do Brasil, nós, do MST, entendemos que está sendo
encaminhado por esse processo de *impeachment* nada mais é do que uma tentativa de tomar o
poder através de um golpe contra uma presidenta legitimamente eleita e que nós, como movimento
de luta, não podemos ficar de braços cruzados ante a essa arbitrariedade. Sabemos que quem quer
tomar o poder na marra tem planos que não incluem os pobres, a justiça social e muito menos a
reforma agrária. Por isso nós vamos onde e quando for preciso para lutar pela democracia que é tão
importante para nós. Nós não somos uma ilha, o que acontece em Brasília e na política afeta nós de
várias maneiras, e é por isso que não podemos deixar de dar nossa opinião. E quando nossa
liberdade está ameaçada por uma tentativa de golpe contra a democracia entendemos que temos
que lutar e temos feito isso da maneira que achamos possível, mas precisamos de mais apoio para
que possamos ir mais longe na defesa da democracia que foi conquistada com tanto sacrifício por
nós.

Junto com a democracia os golpistas querem tirar também nossas conquistas sociais e direitos
trabalhistas que conquistamos com tanto sacrifício.

Por isso a hora de lutar!!!

MST!!! MST!!! MST!!!

Carta lida por Luís Fernando do Acampamento 19 de Março de Uberaba na II Jornada em Defesa da
Reforma Agrária e III Colóquio de Questão Agrária na UFTM

CAPÍTULO 3⁷⁰ OS ASSENTAMENTOS RURAIS DE UBERABA: ESPAÇOS DE CONTRADIÇÃO E CONSTRUÇÃO

⁷⁰ A tessitura deste Capítulo aconteceu em um momento muito adverso no cenário brasileiro, que de maneira particular afetou a pesquisadora. Especificamente manuscrito no mês de março de 2016, este Capítulo foi gestado diante uma conjuntura de crise política desastrosa, conforme nota do conjunto CFESS/ CRESS que pontua: “Os acontecimentos dos últimos dias de ataque ao ex-presidente Lula representam, em nossa opinião, o resultado desastroso, mas esperado, das opções históricas do Partido dos Trabalhadores ao romper com a necessária radicalidade do projeto da classe trabalhadora e fortalecer seu compromisso com as elites, pela perspectiva da conciliação que ora chega ao esgotamento ante a crise econômica. Acompanha este processo o repúdio das elites a tudo que representa o mínimo de avanço dos direitos dos/as trabalhadores/as, mesmo que tão frágeis e cheios de contradições, como nos últimos governos.” (CONJUNTURAS, 2016). Admitimos que retomar este estudo, redigir as linhas que seguem seu curso histórico, foi dilacerante, tendo em vista o tema de estudo, a radicalidade com que nos propomos a fazer nossa discussão e a conjuntura brasileira na atualidade.

3.1 As ocupações nos latifúndios da Fazenda Pão de Queijo, Santa Tereza do Cedro, São Sebastião “Tijuco” em Uberaba: Os Acampamentos 19 de Março e Rosa Luxemburgo e os Assentamentos Rurais Tereza do Cedro e Dandara

No Brasil, a reforma agrária é impulsionada pelas ocupações de terra e por esta razão não é possível separá-las. (FERNANDES, B. M., 2015).

Segundo Bernardo Fernandes (2000), a ocupação é uma forma de acesso à terra e de resistência contra a exploração e a exclusão desencadeadas pelo modelo de desenvolvimento no campo que na atualidade é calcado no agronegócio. Assim, a luta pela terra é uma mediação para a compressão da questão agrária sendo que a ocupação e a resistência na terra são formas de luta encampadas pelo campesinato que se recria nesta contradição de reprodução ampliada do capital, contra o próprio capital, conforme elucida Bernardo Fernandes (2000, p. 280):

Portanto, a luta pela terra, é uma luta constante contra o capital. É a luta contra a expropriação e contra a exploração. E a ocupação é uma ação que os trabalhadores sem-terra desenvolvem, lutando contra a exclusão causada pelos capitalistas ou pelos proprietários de terra. A ocupação, portanto, é uma forma e materialização da luta de classes.

Entendida como materialização da luta de classes, a organização de uma ocupação decorre da necessidade de meios de produção da vida social em um determinado território, e, conseqüentemente, da consciência constituída da realidade em que se vive, que motiva sujeitos sociais à organização, à mobilização, à manifestação e à ocupação de terras, enfim: à luta pela reforma agrária que pode inferir em uma mudança societária. Stedile e Bernardo Fernandes (2012, p. 121) complementa: “[...] a luta pela terra se transforma em luta pela reforma agrária e, em consequência, num projeto político dos trabalhadores se estes, na sua luta, adquirirem consciência social para mudar a sociedade.”

Apreender este processo em Uberaba aproxima-nos da questão agrária que fora discutida e problematizada a partir do modelo de desenvolvimento engendrado no município, da estrutura fundiária do mesmo, igualmente dos movimentos sociais, manifestações e ocupações no Triângulo Mineiro e Uberaba, que forcejam esta conjuntura pela realização da reforma agrária.

Nesta direção, o resgate sócio histórico, bem como a análise crítica das contradições que perpassaram as ocupações que originaram os acampamentos e os

assentamentos rurais de Uberaba, possibilitam a reconstrução deste real, e também constituem objetivos deste trabalho, tendo em vista que não existe nenhum estudo neste município que se aproxime desta realidade.

Para Bernardo Fernandes (2000), os tipos de ocupação estão relacionados à propriedade da terra que pode ser em terra pública, capitalista, ou de organizações não-governamentais. Tendo como referências os estudos de Eric Hobsbawm, Bernardo Fernandes (2000, p. 287) ainda evidencia três tipos de ocupação:

- a) recuperación ou terras de trabalho reconquistadas – que estavam ocupadas há décadas por camponeses, mas se encontram em litígio por causa da territorialização do capital na expropriação da família camponesa;
- b) terras devolutas, quando os camponeses ocupam terras pertencentes ao Estado, em áreas de fronteira, e cujas as terras passam a ser griladas por latifundiários, e c) ocupação de latifúndios.

Em Uberaba no ano de 2011 observamos o despejo truculento de diversas famílias acampadas na Fazenda Inhumas sob liderança do MST, conforme Luiz Beltrame destaca:

Luiz Beltrame: Na ocupação da Inhumas foram 90 famílias envolvidas, e todas as vezes que ocupamos teve truculência, mesmo com as negociações com a polícia. A última vez não teve nem ação judicial, a polícia mandou 200 homens sem mandato de reintegração e tirou as famílias que foram despejadas na Praça Pio XII, no bairro Gameleiras 2, em frente a paróquia de São José, em Uberaba. Até mesmo o padre teve dificuldade de receber as pessoas na praça. A polícia não deixava as famílias fazerem os barracos e dormiram ao relento por duas noites, o que por foça e apoio do Levante e alguns professores da UFTM e do mandato do Adelmo erguemos as barracas.

Estas famílias que hoje já se encontram assentadas em outras cidades foram despejadas⁷¹ de forma truculenta, mesmo diante de um Decreto Federal de outubro de 2009, que definiu a região como área destinada à reforma agrária. Na época, os proprietários recorreram com argumentos de produtividade e com alegações de que a fazenda era objeto de “esbulho possessório”⁷². O impedimento legal de vistoriar uma fazenda ocupada é previsto pelo artigo 2º da Lei nº 8.629 de 25 de fevereiro de 1993 (BRASIL, 1993), regulamentado pelo Decreto nº 2.250 de 11 de junho de 1997

⁷¹ Destacamos que acompanhamos este processo ainda quando era professora temporária na UFTM em 2011.

⁷² Segundo o parágrafo 2º do artigo 161 do Código Penal, o esbulho possessório é a invasão de pessoas com violência ou grave ameaça, ou mediante concurso de mais de duas pessoas em terreno ou edifício alheio, para o fim de esbulho possessório. Neste caso, o argumento utilizado pelo recurso do fazendeiro, de que a fazenda Inhumas havia sido objeto de esbulho possessório, criminaliza a ocupação como instrumento para realização da reforma agrária.

(BRASIL, 1997). Estas legislações tiveram tramitação iniciada no governo de Itamar Franco, aprofundamento e ratificação no governo de FHC, porém não foram vetadas pelo governo de Lula. Ou seja, legislações que deslegitimam a ocupação como forma de obtenção de terra para fins de reforma agrária e criminalizam as ações dos movimentos sociais organizados.

Porém, Stedile e Bernardo Fernandes (2012) destacam que há jurisprudência, uma vez que o Superior Tribunal de Justiça produziu um acórdão de autoria do relator ministro Cernichiaro afirmando que as ocupações de terras feitas por um movimento social e de forma massiva, como no caso da Fazenda Inhumas, em que o objetivo é pressionar a reforma agrária, não significam esbulho possessório, portanto, não se constituem crimes. Conforme complementa:

Esse acórdão da maior corte judicial do país criou então uma jurisprudência muito importante, para que, do ponto de vista jurídico, as ocupações massivas sejam finalmente tratadas como problemas sociais, e não apenas como querem os latifundiários, pelo Código Penal, como se se tratasse de esbulho de patrimônio em proveito privado. (STEDILE; FERNANDES, 2012, p. 118).

Segundo o Jusbrasil (2012), o Incra argumentou que as “duas invasões”, termo encontrado na notícia on-line, no fim de 2008 e de 2009, não interferiram na aferição de produtividade da terra porque a perícia não considerou a situação atual da propriedade, mas sim, as condições referentes ao ano anterior, entre 2007 e 2008. Mesmo assim, a 1ª Vara Federal de Uberaba e TRF não se convenceram e consideraram a propriedade como produtiva. Conforme podemos constar no sítio on-line da Jusbrasil (2013) há quatro anos.

Em outubro de 2009, um decreto presidencial definiu a região como área destinada à reforma agrária e autorizou o Incra a desapropriar as terras. Os proprietários receberiam o valor de R\$ 4.288.061,05 para deixar a fazenda, com área registrada de 890 hectares. Do total, R\$ 3,9 milhões seriam pagos pela terra nua, e mais R\$ 325 mil pelas benfeitorias.

Os proprietários, contudo, contestaram a desapropriação. Ao recorrer à Justiça Federal, alegaram que o imóvel era produtivo, conforme comprovado em ação cautelar de produção antecipada de provas apresentada na 1ª Vara Federal de Uberaba. Na ocasião, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que havia considerado a terra um grande imóvel rural improdutivo, voltou atrás e reconheceu a produtividade da fazenda. Além disso, os proprietários argumentaram que, durante os trabalhos de perícia feitos pelo Incra no imóvel - entre 31/07/2008 e 05/08/2009 -, a fazenda foi alvo de invasão de integrantes do MST, o chamado esbulho. Por lei, quando há esse tipo de ocupação, a perícia só pode ser realizada dois anos após a reintegração de posse. O imóvel rural de domínio público ou particular objeto de esbulho possessório ou invasão motivada por conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo não

será vistoriado, avaliado ou desapropriado nos dois anos seguintes à sua desocupação, determina o artigo segundo da Lei 8.629/93. Por esse motivo, a primeira instância julgou extinto o processo, sem resolução de mérito. Ao apelar ao TRF, o Incra argumentou que as duas invasões, no fim de 2008 e de 2009, não interferiram na aferição de produtividade da terra porque a perícia não considerou a situação atual da propriedade, mas sim as condições referentes ao ano anterior, ou seja, entre 2007 e 2008. Impedir a desapropriação [...] prejudica quem está devidamente cadastrado no Incra e aguarda assentamento em um lote de terra, afirmou, na sustentação, o defensor do órgão.

A alegação, no entanto, não convenceu os magistrados. O relator, desembargador federal Cândido Ribeiro, destacou que só o fato de a fazenda ser considerada produtiva já afasta a possibilidade de desapropriação, segundo dita o artigo 185 da Constituição Federal. Frisou ainda que a aferição de produtividade apontou um grau de utilização da terra (GUT) de 98% e um grau de eficiência na exploração da terra (GEE) de 103%. Segundo os parâmetros do Incra, os percentuais mínimos considerados são de 80% e 100%, respectivamente. Em nenhuma hipótese poderia se viabilizar essa desapropriação, concluiu o relator. Por ser considerado um imóvel produtivo e devido às invasões do MST terem ocorrido durante o período de inspeções do Incra, Cândido Ribeiro decidiu manter extinto o processo. O voto foi acompanhado, por unanimidade, pela turma. Cerca de 40 integrantes do MST acompanharam o julgamento na sala de sessão. (JUSBRASIL, 2013).

Acerca da ocupação em Inhumas, o Superintendente do Incra/MG não deixou de se colocar. Ele alegou que o Incra teve a necessidade de recuar, tendo em vista a ocupação ou “esbulho” que impediu o órgão de vistoriar a fazenda:

Superintendente Estadual do Incra de Minas Gerais: Um parêntese aqui, fique à vontade até para excluir. Eu fiquei até chateado da outra vez porque tem uma fazenda lá em Uberaba, a Inhumas, ela foi ofertada para o Incra que já estava nas tentativas pra poder arrecadá-la e infelizmente teve uma ocupação e em função disso perdemos a fazenda. Perdemos entre aspas, não era nossa ainda, mas tínhamos a possibilidade de aquisição, porque uma terra ocupada não pode ser vistoriada de acordo com a lei e acabamos perdendo. Acho que seria um grande assentamento também aliados ao Tereza do Cedro e Dandara.

A partir destes fatos, fica ainda mais evidente o quanto o Estado por meio de suas instituições burocráticas, neste caso, o Incra, não só legitima os interesses de uma classe dominante, como igualmente legisla e atua deslegitimando a ocupação, ou nos termos destes órgãos “invasões”, enquanto elemento que compõe a luta de classes pela efetivação da reforma agrária e da justiça social. Há jurisprudência em âmbito nacional para que as terras em processo de ocupações massivas possam ser vistoriadas, pois não se constituem objeto de esbulho. O latifúndio Inhumas não foi objeto de reforma agrária pelo motivo apresentado pelo Superintendente do Incra: a ocupação. Mas, o Judiciário, que atuou a serviço da elite dominante, reconheceu a

produtividade em um período divergente do Incra, que por sua vez não contestou este órgão público.

As famílias; sujeitos históricos que compõem o campesinato em Uberaba por meio da luta, resistência e permanência na terra; recriam formas de enfrentamento ao avanço do capital sobre suas vidas, sobre suas necessidades, sobre sua força de trabalho. Esta situação evidencia o papel do Estado como instrumento de dominação de classe, pois em vez de representar o interesse universal, na verdade representa os interesses da classe dominante, reproduzindo então os interesses e ideias desta classe (MARX; ENGELS, 2009).

No latifúndio da Fazenda Pão de Queijo desde 04 de Julho de 2015 observamos uma ocupação advinda de outras organizações e manifestações do MST no Triângulo Mineiro, especificamente do município de Veríssimo. Segundo os acampados e militantes do MST, nos acampamentos denominados 19 de Março e Rosa Luxemburgo estão 120 e 83 famílias respectivamente. Os camponeses acampados na Fazenda Pão de Queijo têm se organizado e mobilizado⁷³ constantemente no município em diversas manifestações políticas, bem como participado de atividades de extensão em parceria com a UFTM.

O MST é o maior movimento de luta pela terra na região do Triângulo Mineiro, Bernardo Fernandes (2005) constatou que o MST e o MTL representam 84% do total de ocupações paralelamente ao crescimento de outros movimentos. Desta forma, é premente estudos e pesquisas em relação ao crescimento dos movimentos em Minas Gerais, conforme:

[...] os 5 principais movimentos socioterritoriais que vem atuando desde 2003 (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST; Movimento Terra, Trabalho e Liberdade MTL; Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais – FATAEMG; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araxá – STR-AR; Movimento Pela Reforma Agrária – MPRA e a Liga dos Camponeses Pobres – LCP) representaram juntos 25 ocupações. Observando que o MST e o MTL representam, 84% do total de ocupações de terras. Nesse sentido, um fato é inegável, tanto em relação a um movimento social em específico como em relação ao conjunto; quer seja, o crescimento da atuação e a própria consolidação do Movimento dos Trabalhadores Rurais – MST, e do Movimento Trabalho e

⁷³ Destacamos que enquanto sujeitos políticos que lutam pela reforma agrária em Uberaba, os acampados participaram ativamente da organização e realização da II Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária da UFTM e do III Colóquio de Questão Agrária. Os registros que se encontram no ANEXO C – Registros da Aula Pública realiza na II Jornada em Defesa da Reforma Agrária e III Colóquio de Questão Agrária da UFTM em parceria com o MST ilustram a mística realizada pelos mesmos na aula pública que abriu a jornada. A discussão e mística perpassou o Massacre de Eldorado dos Carajás.

Liberdade – MTL na região Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Fato que marca a necessidade eminente de desenvolvimento de maiores pesquisas e estudos sobre o crescimento dos movimentos socioterritoriais em Minas Gerais. (FERNANDES, B. M., et al., 2005, p. 2).

Enquanto movimento social organizado, o MST acompanhava e realizava trabalhos de base com as famílias da ocupação na Fazenda Inhumas desde 2011. Na atualidade realizam na Fazenda Pão de Queijo. Segundo acampados presentes na realização do I Café Agrário na UFTM, em 28/10/2015, o Incra já realizou a vistoria⁷⁴ nas terras e agora aguardam providências deste órgão para obtenção da terra e criação do Projeto de Assentamento (PA). No entanto, sabemos que de janeiro de 2015 a abril de 2016 a reforma agrária foi paralisada pelo governo Dilma, que não realizou desapropriações para fins de democratizações de terras improdutivas.

Para a concretização da reforma agrária, enquanto política pública, a compreensão da política de obtenção de áreas para a criação do projeto de assentamento rural é imprescindível, pois é a partir dela que o acesso às outras políticas do Estado para a agricultura camponesa/familiar é mantido. Conforme destaca Coca, Santos e Rocha (2014, p. 150), as políticas de obtenção de terras,

[...] podem atingir diretamente a estrutura fundiária, alterando a configuração territorial, ou somente intervir nas relações de poder local garantindo aos camponeses e outros sujeitos envolvidos na questão agrária o controle do território já ocupado. Dessa forma, possibilitam o acesso às políticas de Estado para o fortalecimento e valorização das atividades agrícolas camponesas

Os órgãos governamentais responsáveis pela reforma agrária possuem outras políticas públicas além da de desapropriação – que é uma política agrária - exigida pela Constituição Federal de 1988, para a realização da reforma agrária, quando a propriedade não cumpre sua função social. Existem as políticas agrícolas, as sociais bem como as de segurança alimentar e nutricional. Os assentados e

⁷⁴ Destacamos que após a realização da vistoria o proprietário ainda será ressarcido pelo valor da terra a preço de mercado, bem como das benfeitorias que se encontram na mesma, ou seja, os latifundiários nunca perdem em valores monetários. Após a criação do assentamento, o assentado recebe o Termo de Concessão e Uso da Propriedade e após 15 anos, no mínimo, terá a posse da mesma. O Decreto nº 433 de 24/01/1992 que dispõe sobre a compra e a venda de imóveis rurais para a Reforma Agrária foi alterado pelo Decreto nº 2.614 de 30/06/1998. Este decreto despolitiza as lutas dos movimentos sociais, e as institucionaliza em instrumentos normativos que simplesmente favorecem aos grandes donos do capital. Pois é na luta que se tece e se constrói um assentamento.

assentadas por sua vez, lutam e resistem no território para forcejarem a materialização das mesmas em suas realidades.

Coca, Santos e Rocha (2014), a partir de dados do DATALUTA, apontam 11 políticas agrárias de obtenção de terras que se fizeram presentes no cenário brasileiro no período de 1985 a 2009: Adjudicação; Arrecadação; Cessão; Compra e Venda; Confisco; Desapropriação; Doação; Incorporação; Reconhecimento; Transferência; Reversão de Domínio.

No Brasil, 55% da área total dos assentamentos é resultado de políticas de regularização fundiária que, no entanto, representa 9% dos projetos com 19% das famílias assentadas. Já a política de desapropriação abarca o maior número de assentamentos obtidos com mais de 45 mil famílias assentadas em terras desapropriadas diretamente pelo Incra (COCA; SANTOS; ROCHA, 2014). Cabe destacar que Oliveira (2011) considera como reforma agrária somente os assentamentos criados decorrentes de ações desapropriatórias de grandes propriedades improdutivas, compra de terras e retomadas de terras públicas.

Em Minas Gerais, quanto às formas de obtenção de assentamentos pelos sem-terra entre 1986 e 2012, foram criados 397 assentamentos no total⁷⁵, sendo que 76,8% conquistados por desapropriação; 13,9% por reconhecimento; 6% por compra; 1,5% por doação; e 0,5% por transferência.

Leite et al. (2004), problematiza o fato de que os assentamentos de reforma agrária englobam situações com origens diferenciadas que podem estar relacionadas a: 1) Regularização fundiária em terras ocupadas há décadas por posseiros; 2) Áreas de conflitos geradas pela tentativa de expulsão de trabalhadores que há muito viviam na terra como rendeiros ou agregados; 3) Áreas improdutivas ocupadas por movimentos sociais de luta pela terra, como o MST ou sindicatos de trabalhadores rurais; 4) Reservas extrativistas, fruto da luta de seringueiros pela permanência em terras ocupadas por gerações; 5) Usinas falidas, posteriormente desapropriadas.

Neste contexto, os assentamentos de Uberaba são oriundos de uma política de obtenção de terras por desapropriação de uma área improdutiva que totaliza 2.116.99,4148 ha. Os três assentamentos existentes em Uberaba são resultados de

⁷⁵ Para 1,3% dos assentamentos não foram encontradas as informações quanto às formas de obtenção (VIEIRA, 2014).

intervenções do Incra, quer dizer, foram criados por este órgão tendo em vista os diversos tipos⁷⁶ de assentamentos rurais.

A compra e venda de terras inaugurada no governo de FHC pelo Banco da Terra corresponde no Brasil a 6% das políticas de obtenção de terra, assim como no estado de Minas Gerais. O Superintendente do Incra afirma em seu relato que o Triângulo Mineiro possui muitas terras, porém sinaliza que a política de obtenção a ser adotada será a de compra e venda, pois segundo ele, esta requer diálogo com todos, uma prática pela qual tem apreço. Ele também destaca a importância das parcerias com as prefeituras.

Superintendente Estadual do Incra de Minas: [...] o Triângulo Mineiro tem muita terra e talvez uma boa parte através da compra e venda, mais do que, diria que mais talvez do que a desapropriação. Algumas áreas lá estamos negociando. Três ou quatro fazendas que eu quero que vire assentamento. Também é de minha parte hoje como gestor da Reforma Agrária em Minas Gerais, e aí eu busco com todo mundo, gosto do diálogo. Gosto de respeitar a característica e autonomia dos Movimentos Sociais, até porque eu já conheço a luta deles, eu já participei dela, conheço e respeito e acho que em grande medida eu sou respeitado e reconhecido. Reconheço a importância das parcerias das prefeituras e com o governo de Estado agora, ainda mais sendo um novo governo que tem mais sensibilidade e mais compromisso com a questão social do que o governo passado. Eu posso te falar isso com tranquilidade a diferença que tá sendo agora com o anterior, até o trato da polícia é diferente, não é tão tranquilo, mas é possível.

Neste relato o Superintendente do Incra/MG evidencia o desrespeito do Estado em relação aos dispostos constitucionais, haja vista que a terra que não cumpre sua função social deve ser desapropriada para fins de reforma agrária. O resultado da política de compra e venda é traduzido pelo aquecimento do mercado de terras no Brasil, que se aprofundou nos governos petistas.

Com base nos Projetos de Reforma Agrária por fase de implementação, unimos informações disponibilizadas pelo Incra (2015) e para a pesquisadora, via-e-mail, para compor o quadro 3 sobre os assentamentos em Uberaba. Levamos em consideração os três assentamentos rurais onde se encontram 97 famílias assentadas, embora a capacidade seja para 108 famílias, ou seja, existem 11 lotes vagos nestes assentamentos. Acerca do processo de abandono dos lotes, Viera (2014) problematiza tal realidade a partir do próprio abandono do governo federal

⁷⁶ Segundo Coca, Santos e Rocha (2014), a existência desses tipos de assentamentos denota situações como: projetos de colonização implantados no Regime Militar e que estão fora de vigência; assentamentos com caráter agroflorestal; assentamentos de comunidades tradicionais; reassentamento de atingido por barragens; e outros.

em relação aos assentamentos do Triângulo Mineiro, este Instituto, na análise de Vieira (2014), não prioriza as demandas dos assentados (as).

Segundo Viera (2014), a média de desistência de lotes no Brasil é de 8% no geral. Desta porcentagem, entre 20% e 30% das desistências ocorrem no Norte do país, sobretudo nos estados do Pará e Rondônia por efeito dos projetos de colonização do Incra que não possuem estruturas mínimas como escolas, estradas e as famílias são constantemente vítimas da malária. Na região Sudeste existe um baixo nível de desistência, os assentamentos possuem, além das famílias assentadas, os agregados formados por seus parentes.

Sobre esta realidade, o assentado Raimundo pontua sobre o “abandono” dos assentamentos de Uberaba e de outros assentamentos do Triângulo Mineiro por parte do Incra e da prefeitura municipal. O assentado visualiza que tal situação também é responsabilidade dos assentados e assentadas e que poderia ser revertida se houvesse mais organização das famílias para reivindicarem seus direitos, ou nos seus termos: “*pra a gente cobrar tem que saber cobrar.*”

Raimundo: [...] nem o prefeito não quer vir fazer a aração da terra, o Dandara tá abandonado o Tereza do Cedro tá abandonado e vai Monte Castelo, El Dolrado, os Irmãos Carajá... Eu conheço tudo isso aí em união quemano a cabeça junto com Luiz Beltrame. Essa filharada criada tudo aqui, então hoje eu não posso reclamar do Incra, coisa que às vezes fica a desejar. Eu não posso reclamar da prefeitura, coisa que fica a desejar, coisa que não tá só lá no Incra, não tá na prefeitura, o principal causador da coisa é nós próprio que tá aqui dentro, ocê vai me entender. Porque se nós aqui dentro é 16 famílias, que fosse 30 tivesse uma organização boa as coisas andariam muito melhor. Porque a gente pra cobrar tem que saber cobra, o Incra é culpado, a prefeitura é culpada, mas tem coisa que sou eu que tem que correr atrás.

O relato do assentado aponta a necessidade de organização para a reivindicação de melhorias para a infraestrutura básica nos assentamentos rurais, afinal, é a começar da organização e da mobilização destes sujeitos que tal conjuntura pode ser revertida. No entanto, a responsabilidade do governo federal e as contrapartidas municipais por meio de políticas públicas são imprescindíveis e determinantes para a permanência e produção nos lotes. Este entendimento é elementar para que não se responsabilize somente os assentados e assentadas pelo repasse ou renúncia dos lotes. Pois, o abandono da reforma agrária pelos governos brasileiros é a mediação imprescindível para esta análise. Os elementos que interpelam as famílias que ficam acampadas por longos períodos, e posteriormente são assentadas em precárias

condições de vida e trabalho, vão além da simples responsabilização destes sujeitos ou a simples análise de “lotes vagos”. Por que estes lotes estão vagos? Esta é a pergunta que devemos incorrer para apontar e problematizar os elementos estruturais que corroboram com esta realidade.

Com relação ao assentamento Tereza do Cedro, observamos a capacidade para 30 famílias e na atualidade há 26⁷⁷ famílias assentadas. O assentamento Dandara, com capacidade para 16 famílias, possui 14⁷⁸ assentadas.

Segundo os sujeitos da pesquisa, os movimentos sociais que acompanharam a constituição dos assentamentos em Uberaba foram o MST (Dandara) e a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG) no Assentamento Tereza do Cedro.

O Quadro 4 ilustra os assentamentos rurais de Uberaba de acordo com a área; capacidade de famílias assentadas e famílias assentadas; fase de implantação do projeto de assentamento segundo o INCRA; ato de criação; forma e obtenção das terras.

Quadro 4: Assentamentos rurais de Uberaba - MG

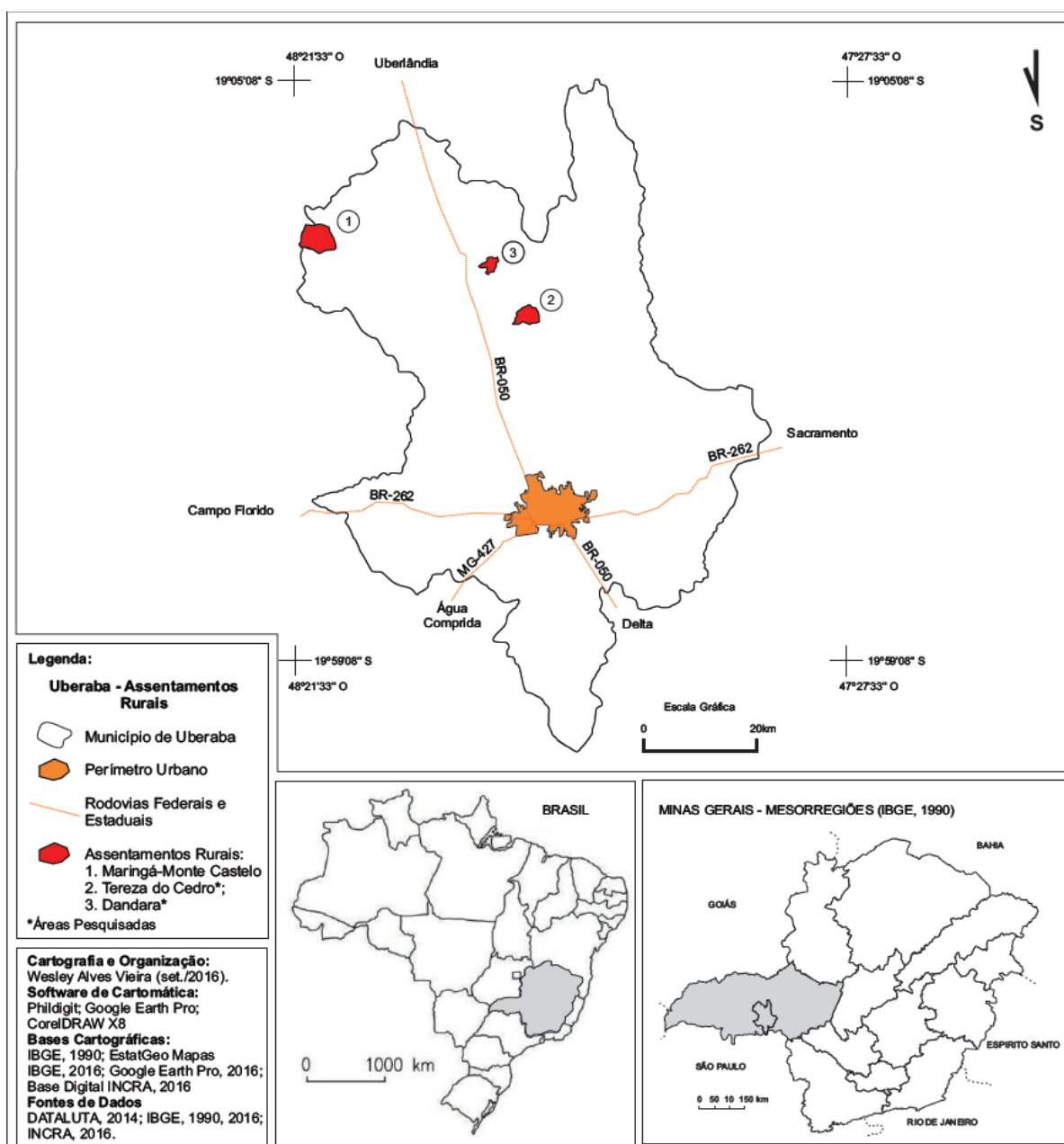
Nome do Projeto	Maringá - Monte Castelo (MST)	Tereza do Cedro (FETAEMG)	Dandara (MST)
Área (ha)	21.155.464	9.558.482	479,5666
Famílias/ Capacidade	62	30	16
Famílias/ Assentadas	57	26	14
Fase	Assentamento em Instalação	Assentamento em Estruturação	Assentamento em Estruturação
Ato de Criação	13/12/2001	16/12/2004	19/12/2005
Forma	Desapropriação	Desapropriação	Desapropriação
Obtenção	10/07/2000	27/09/2000	04/07/2005

Fonte: Elaborado por Gabriela Masson - Adaptado de INCRA (2015/2016).

⁷⁷ Foi possível constatar 26 famílias no Assentamento Tereza do Cedro, tendo em vista a nossa análise a partir da Relação de Beneficiários (RB) que a Superintendência do Incra de Minas Gerais nos enviou via e-mail no dia 09/09/2015, após nossa até em Belo Horizonte, para realizar a entrevista com o Superintendente Estadual do Incra de Minas Gerais.

⁷⁸ Foi possível constatar 14 famílias no Assentamento Tereza do Cedro, tendo em vista a nossa análise a partir da Relação de Beneficiários (RB) que a Superintendência do Incra de Minas Gerais nos enviou via e-mail no dia 09/09/2015, após nossa até em Belo Horizonte, para realizar a entrevista com o Superintendente Estadual do Incra de Minas Gerais.

Mapa 4: Projetos de assentamento rural Monte Castelo, Tereza do Cedro e Dandara em Uberaba - MG



Fonte: LAGEA – UFU (2016)

Leite et al. (2004), em pesquisa realizada em 92 projetos de assentamento, constatou que a maioria absoluta resultou de ocupações de terra, motor das desapropriações ocorridas a partir de conflitos e de iniciativas de movimentos sociais. Igualmente foi o observado e constatado no assentamento Tereza do Cedro, uma ocupação advinda de um conflito e três despejos relatados pelos assentados e assentadas. Esta realidade, sem dúvida, impactou na morosidade do intervalo entre o decreto de obtenção da terra e a portaria de criação do PA.

O assentamento Dandara, segundo os sujeitos da pesquisa, também foi fruto de uma política de obtenção por desapropriação pelo Incra e de um conflito: ocupação do MST. Mas, foi um processo distinto do Tereza do Cedro, pois a terra não foi desapropriada por improdutividade; como ocorre em mais de 90% dos assentamentos; mas, sim, pela utilização inadequada dos recursos naturais disponíveis e degradação do meio ambiente, que ferem constitucionalmente a função social da terra, assim como a improdutividade.

Ao ser questionado sobre a ocupação na Fazenda São Tijuco, Chico Mendes ratificou tal realidade:

Entrevistadora: Aqui era a fazenda São Tijuco?!

Chico Mendes: São Sebastião do Tijuco. O Incra adquiriu essa área por uma série de multas ambientais, uma série de dívidas [...]. Teve mais de um milhão de multa.

Todavia, os assentados e assentadas que lá residem ficaram acampados por três anos e vieram de outros conflitos de terra do MST que iremos discutir melhor ainda neste Capítulo. Realidade semelhante é apontada por Coca, Santos e Rocha (2014). Da mesma forma, Bernardo Fernandes (2000) destaca que pelo desenvolvimento dos procedimentos das práticas de luta é possível perceber dois tipos de ocupação: *ocupação de uma área determinada* e *ocupação massiva* (grifo do autor). No primeiro tipo de ocupação o objetivo é conquistar somente a área ocupada, sendo que as famílias são mobilizadas a se organizarem para reivindicar a terra ocupada; já no segundo, a mobilização e organização têm como objetivo assentar todas as famílias sem-terra, ocupando quantas áreas forem necessárias. Observamos nos assentamentos estudados que a ocupação foi de uma área determinada, e que foram compostas por famílias remanescentes de outras ocupações, embora no assentamento Dandara esta realidade é mais evidente, pois estavam vinculadas às muitas lutas realizadas pelo MST na região.

Perceberemos ao longo da discussão que as particularidades apontadas em relação ao movimento social, ao processo de ocupação, às famílias envolvidas na mesma e seus históricos de luta/militância, foram determinantes para a organização, constituição e consolidação dos assentamentos, resguardadas suas singularidades.

Sobre os assentamentos, entendemos a partir de Coca, Santos e Rocha (2014, p. 146) como “a principal manifestação da Reforma Agrária no Brasil,

entendendo essa não como uma mudança estrutural, mas como uma série de medidas tomadas dentro do capitalismo para conter a questão agrária.”

Mesmo inseridos na lógica estrutural do modo de produção capitalista, com objetivo de dirimir os conflitos advindos da questão agrária, os assentamentos rurais possuem extrema relevância e um contexto de avanço do capital paralelo à possibilidade de melhorias nas condições de vida de camponeses que se instalam, residem e possuem a possibilidade (muitas vezes interpeladas por elementos estruturais desta sociabilidade) de transformar um território antes tomado pelo latifúndio em território de vida, reprodução e recriação do campesinato. (FERNANDES, B. M., 2000; COCA; SANTOS; ROCHA, 2014).

Coca, Santos e Rocha (2014) apontam os três momentos principais que caracterizam, frente ao Estado, o processo de conquista dos assentamentos: a ocupação, já discutida, a obtenção da área e a criação do projeto de assentamento, conforme pontua:

A obtenção da terra e a criação do projeto de assentamento são etapas de um procedimento adotado pelo Estado ao posicionar-se no sentido de minimizar um conflito isolado, como procedimento a ser adotado após ocupações em caso de decisão favorável aos camponeses. (COCA; SANTOS; ROCHA, 2014, p. 149).

Então, para estes autores, a **data de obtenção** pode representar a resposta do Estado no momento do conflito ou, mais ainda, sua intenção na realização da reforma agrária por políticas de obtenção diversificadas, pois as famílias também podem ser assentadas em espaços e tempos distintos dos relacionados a ocupação. Isso quer dizer que a data da obtenção de uma terra é distinta da **data de criação**, que está relacionada à criação do projeto de assentamento, podendo acontecer no momento da obtenção, mas geralmente é um processo que delonga tempo e burocracia.

O Decreto Federal de 27/09/2000⁷⁹ declarou o imóvel rural da Fazenda Santa Tereza do Cedro como de interesse social para fins de Reforma Agrária. É o que Coca, Santos e Rocha (2014) chamam de **obtenção da área**. Ademais, a Portaria nº 70 de 16/12/2004 (SUPERINTENDÊNCIA, 2004), da Superintendência Regional do Incra, demarca a **criação** do Assentamento Rural Tereza do Cedro,

⁷⁹ O Decreto de 27/09/2000 declara de interesse social, para fins de reforma agrária, os imóveis rurais que menciona, entre eles o latifúndio da Fazenda Santa Tereza do Cedro, e autoriza o Incra a promover sua desapropriação

prevendo a criação de 30 unidades agrícolas familiares e do Projeto de Assentamento (PA) a ser implantado e desenvolvido pela Superintendência Regional em articulação com a Superintendência Nacional do Desenvolvimento Agrário. Percebemos **o intervalo tardio** que se deu entre a ocupação na fazenda, decreto federal autorizando a desapropriação do latifúndio (data de obtenção) e a criação do PA pelo Incra (data de criação). Foi um período de 4 anos e 3 meses de espera para as famílias que estavam acampadas, o que nos auxilia a pensar a configuração e as contradições deste assentamento na atualidade, bem como a não disponibilização do PDA do assentamento pelo Incra/MG.

O mesmo não aconteceu no Assentamento Dandara, pois o Decreto Federal de 04/07/2005 (BRASIL, 2005) declarou o imóvel rural da Fazenda São Sebastião como de interesse social para fins de Reforma Agrária (obtenção da terra), e a Portaria nº 179 de 19/12/2005, da Superintendência Regional do Incra (2004), demarca o ato de criação do Projeto de Assentamento Rural denominado Dandara, prevendo, a princípio, a criação de 20 unidades agrícolas familiares e o Projeto de Assentamento a ser implantado e desenvolvido pela Superintendência Regional em articulação com a Superintendência Nacional do Desenvolvimento Agrário. Tal portaria foi retificada em 23/08/2010, para a criação de 16 unidades agrícolas, tendo em vista o tamanho total da área que não comportaria mais lotes. As famílias contempladas neste assentamento estavam há anos em outras lutas, conforme ainda discutiremos.

Cabe destacar que no processo que origina a criação de um assentamento são realizados estudos de viabilidade, diagnósticos interdisciplinares e planejamento. Estes elementos reunidos irão resultar o tipo específico de assentamento, a exploração da área, a organização espacial, moradia, infraestrutura básica, licenciamento ambiental, serviços sociais, além da sistematização do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA)⁸⁰. Destacamos que este processo requer o efetivo envolvimento do movimento social presente no assentamento, tanto quanto a participação ampla dos acampados (as), assentados (as) que tornarão o latifúndio em uma terra/território habitado por diversas famílias, ou seja, em um espaço coletivo em detrimento do privado.

⁸⁰ Segundo o Incra ([2016]), o PDA é um estudo realizado pelo Incra - ou sob sua supervisão - e com a participação da comunidade para orientar o desenvolvimento do assentamento, que se materializa em um documento.

Neste sentido, a Instrução Normativa do Incra nº 15 de 30 de março de 2004 (INCRA, 2004) dispõe que são suas as prerrogativas sobre o processo de implantação e desenvolvimento de projetos de assentamento de Reforma Agrária. Assim estabelece o artigo 2º:

- I – garantir a efetiva participação dos assentamentos nas atividades de planejamento e execução das ações relativas ao desenvolvimento territorial;
- II – apontar recursos orçamentários e financeiros, preferencialmente de forma global e não fragmentada;
- III – garantir assessoria Técnica, Social e Ambiental desde o início da implantação do assentamento, de forma a definir o modelo de exploração na área, organização espacial, moradia e infraestrutura básica, licenciamento ambiental, e serviços sociais;
- IV – qualificar e adequar as normas ambientais como ação e condição necessária à implantação do Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA, promovendo a exploração nacional e sustentável da área e a melhoria de qualidade de vida dos assentados;
- V – fortalecer o processo de constituição da capacidade organizativa, com base na cooperação e no associativismo das famílias assentadas;
- VI – articular e integrar as políticas públicas de assistência técnica, extensão rural, educação, saúde, cultura, eletrificação rural, saneamento básico, necessárias ao desenvolvimento do projeto de assentamento,

Portanto, compete a este órgão federal, mediante as instâncias estaduais e por contrapartidas municipais garantir, qualificar e fortalecer as políticas públicas necessárias e imprescindíveis ao desenvolvimento do projeto de assentamento, da mesma forma que garantir assistência técnica, social e ambiental aos assentados e assentadas. Afinal, a política de desapropriação em si não garante a Reforma Agrária, que enquanto política pública une-se a políticas agrícolas e políticas sociais.

Sem dúvida, esta é uma realidade que muitas vezes não se materializa nos assentamentos do Brasil. Os de Uberaba, por exemplo, constituem uma mediação desta totalidade, que é determinada pela presença dos movimentos sociais, sujeitos históricos que, organizados e mobilizados, podem interferir na correlação de forças para a alteração desta conjuntura a partir da classe social a que estão vinculados.

3.2 O processo de ocupação e constituição⁸¹ do Assentamento Rural Tereza do Cedro

⁸¹ Neste item iremos construir e reconstruir a história deste assentamento com base nas entrevistas realizadas, nos documentos disponibilizados pelos assentados e assentas, bem como por meio de nossas apreensões durante a realização das visitas e na participação consentida pelos assentados

Imagem 2 - Panorama do assentamento rural Tereza do Cedro⁸² - Uberaba/ Minas Gerais



Fonte: Arquivo de Gabriela Masson - 2015

Nesta pesquisa não tivemos acesso ao PDA do Assentamento Tereza do Cedro⁸³, tivemos acesso somente ao PDA do Dandara. Importante lembrar que o

(as) em reuniões da assistência técnica da Agrolago nos dias 24/03/2015 e 25/06/2014. A análise sócia histórica é contemporânea, tendo em vista que inferimos desde a constituição destes assentamentos rurais na década de 2000 a atualidade.

⁸² Esta foto, assim como outras, constitui registro da pesquisadora realizado durante as visitas e entrevistas. Para nós, o sentimento que pairou no momento do “click” foi um misto de emoções, a destacar o fato de que todo este território era propriedade de uma única pessoa, e hoje é morada de 26 famílias. Não existe contradição maior na sociedade em que vivemos! Tanta terra, para poucos e tantos outros sem-terra.

⁸³ Na data em que estivemos em Belo Horizonte para realizar a entrevista com o Superintendente Estadual do Incra, o PDA do Tereza do Cedro não foi disponibilizado. Ficou acordado com o Superintendente que o enviaria posteriormente, o que não ocorreu. Reiteramos o pedido outras três vezes, via e-mail, mas não obtivemos resposta. Em contato com a Agrolago, empresa que na atualidade presta assistência técnica ao assentamento rural fomos informados que ela também

PDA é instrumento complementar e salutar para análise da constituição sócio histórica de um assentamento.

Com relação ao processo organizativo que culminou na ocupação da Fazenda/latifúndio Tereza do Cedro, segundo relatos dos sujeitos entrevistados, percebemos que existiram três grupos distintos envolvidos na ocupação: o grupo de Iturama, com pessoas/ famílias advindas da cidade de Iturama; o grupo da Palestina-MG⁸⁴, formado por pessoas oriundas dos arredores da antiga estação da Palestina; e o grupo de Uberaba, composto por pessoas da cidade de Uberaba. Desde a ocupação há uma divisão de grupos no assentamento que, ao longo dos anos, intensificou-se interpelando, em muitos momentos, os interesses coletivos do assentamento rural, como iremos discutir.

Tanto a assentada Dorothy como as assentadas Dona Dora e Ana Maria Santos de Oliveira advêm do mesmo núcleo familiar. Com suas respectivas famílias viveram durante anos nas redondezas da estação ferroviária Palestina e mantiveram a subsistência realizando trabalhos rurais para os fazendeiros das redondezas, assim como plantando o necessário e possível para a satisfação das necessidades das famílias que sempre exerceram atividades agrícolas.

Imagem 2 – Linha Ferroviária da Estação Palestina – Uberaba/Minas Gerais

não possui acesso ao documento, mas possuía o PDA do assentamento Dandara. Esta é uma lacuna que ficamos por entender: o assentamento Tereza do Cedro possui ou não possui o PDA? Por que ele não nos foi disponibilizado? Por que o próprio órgão que presta assistência técnica ao assentamento não o possui? Ele foi construído? Os assentados (as) não fizeram menção ao Plano durante a realização da pesquisa, ao contrário dos assentados (as) do Dandara. Não temos respostas oficiais para tais questionamentos.

⁸⁴ Palestina não é uma cidade, era uma estação de trem que acabou sendo cercada por diversas famílias ao lado da linha ferroviária da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. Conhecida como linha do Catalão, foi construída entre 1888 e 1889 até Uberaba, tendo chegado em 1895 à Uberlândia e em 1896 à Araguari. Era continuação da linha do Rio Grande a partir da estação de Jaguará, às margens do rio Grande e já território mineiro. A ideia da Mogiana era alcançar Catalão, em Goiás, por isso o nome, e de lá seguir para Belém do Pará, fato que nunca se materializou. Em 1915 a linha de Igarapava foi prolongada para além deste município, de forma a alcançar a linha do Catalão um pouco antes de Uberaba, em Rodolfo Paixão. A nova linha provou ser mais econômica que o trecho da linha do Catalão entre o rio Grande e Uberaba, trecho que foi abandonado definitivamente em 1976, depois de ser separado da linha do Rio Grande, em 1970, por causa da construção da represa de Jaguará. Em 1997 o trecho a partir de Uberaba foi suprimido pela FEPASA (CIA, 2016). Tendo em vista que muitos assentados e assentadas do Tereza do Cedro são oriundos da Palestina, visitamos o referido local onde ainda residem pessoas, embora a estação esteja desativada e abandonada.



Fonte: Arquivo de Gabriela Masson - 2016

Imagem 3 – Estação Ferroviária Palestina – Uberaba/Minas Gerais



Fonte: Arquivo de Gabriela Masson - 2016

A estação Palestina foi desativada pela FEPASA em 1997 e as famílias que habitavam nas redondezas começaram a procurar outras alternativas para viver e trabalhar. A família de Dona Dora, Ana Maria e Dorothy, que conheciam e haviam trabalhado no latifúndio, no momento abandonado, souberam de sua ocupação e foram fazer parte da mesma. Lá já estavam os grupos de Iturama e de Uberaba, ambos sob a coordenação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (FETAEMG) como podemos perceber na fala de Dorothy,

Dorothy: Eu não tava no dia da ocupação, eu entrei depois. O que eu sei que eles conta é que foi pelo sindicato, eles reuniu lá reuniam uma turma e vieram para cá!

Entrevistadora: Sindicato dos Trabalhadores Rurais?

Dorothy: Sim! Eles chamou mais uns de Uberaba e entrou. Aí depois que eles tava aqui, nós veio visitar, porque nós já morava na beira da estrada e nós veio visita eles, né!? Nós já tinha morado aqui, já tinha trabalhado aqui, e nós sabia que realmente essa fazenda ia ficar assim mesmo, ia ser ocupada. Porque os próprio fazendeiro da época que nós trabaio aqui, o Srº João eles falava pra nós: "Essa fazenda aqui futuramente, quando eu morrer, vai para o Incra," porque não tinha pagado a documentação. O filho dele formou como doutor, mas nunca veio aqui, não tocava, deixou abandonado. Ele contava isso para nós!

A assentada Dorothy também destacou a dificuldade das famílias em se manterem acampadas de forma permanente, afinal, o latifúndio foi ocupado em 1999 e foram assentadas, ainda que precariamente, somente em dezembro 2004. Neste interstício de anos, as referidas famílias sofreram muito pela condição do acampamento em lonas, com os despejos violentos, além de vivenciarem muitos conflitos entre os grupos. Esta situação de divisão dos grupos/famílias colocava a organização/mobilização e, conseqüentemente, o acampamento em risco, conforme Dorothy pontua:

Dorothy: Tinha algumas pessoas que ficavam aqui direto. Mas tinha umas do Uberaba que não ficava nem lá nem cá! Ficava então a turma da Palestina, a turma de Iturama e a turma de Uberaba. Eram as famílias com esses conflitos.

Desta forma, ocorreram conflitos entre os assentados e assentadas, que não foram discutidos e trabalhados no coletivo, desde o processo de ocupação, tendo em vista a divisão dos grupos e as conseqüentes relações de poder instituídas, sobretudo pelo grupo de Iturama que era pioneiro na ocupação sendo oriundo de outras ocupações e possuir experiências acumuladas de militância. Este grupo, segundo Dorothy, impunha aos demais o cuidado com as terras e com a produção,

já o grupo de Uberaba era “mais companheiro para correr atrás, os de Iturama, só queria ter a mordomia, eles queria sair, passear, ir atrás, mas não colaborava”.

Dorothy: E aqui o conflito da gente era que a gente tinha que ter os mesmos direitos, aquela pontuação dentro do assentamento. E tudo que a gente fazia era pouco, os de Iturama sempre exigia mais, porque eles achava assim, eles já tinha 6 anos de praia então nós tinha que sacrificar mais por eles. Aí então teve esses conflitos. Na hora que nós ia contra, pra eles, pra impor que eles ficassem mais tempo. Isso é uma coisa que eu senti na pele, eles estavam aqui e eram trabalhadores igual a nós. O que eu sentia é que os de Uberaba pagava para ter as vagas dele.

Portanto, a partir do relato de Dorothy, das visitas realizadas no assentamento rural para aproximação das famílias e posterior realização da pesquisa, e ainda com nossa participação consentida em reuniões da assistência técnica, percebemos a existência destes conflitos desde o surgimento do assentamento. Tanto por meio dos relatos, como de forma muito velada em vários momentos durante a realização das entrevistas, vimos que tais conflitos ainda estão presentes. Sabemos que a contradição é inerente à realidade, assim sendo, os conflitos em si não são insolúveis, mas passíveis de desconstruções e construções. No entanto, a ausência de espaços coletivos de participação e discussão dificultou a construção da dimensão do coletivo neste assentamento.

Tal conjuntura histórica incide diretamente na organização interna do assentamento no que diz respeito aos interesses coletivos das famílias assentadas e aponta indícios para o entendimento da existência de duas associações no mesmo assentamento: Associação dos Acampados da Fazenda Tereza do Cedro, fundada em 18/06/2004, com 20 famílias associadas na atualidade; e a Associação dos Trabalhadores Rurais⁸⁵, criada posteriormente, cuja data de criação não temos informação, com 06 famílias associadas. Diante de deste quadro, entendemos o desejo das famílias trabalharem a partir de suas afinidades, no entanto, a existência de duas associações neste assentamento muitas vezes é um desafio quando as demandas dizem respeito ao assentamento como um todo.

Segundo Leite et al. (2004), após a criação do assentamento, as associações são a forma predominante de representação, elas foram identificadas em 78% dos projetos de assentamento pesquisados. A explicação para tal predominância está

⁸⁵ A presidenta desta associação pertencente ao grupo de Iturama, foi contatada duas vezes para a realização da entrevista. No primeiro contato, ela se dispôs a conceder entrevista, no entanto, na segunda tentativa alegou possuir muitos compromissos e solicitou que procurássemos a secretária da Associação, que por sua vez, concedeu-nos a entrevista.

relacionada ao “[...] simples fato que são uma espécie de ‘exigência’ do Estado: elas são a ‘personalidade jurídica’ do assentamento e sua presença é quase que obrigatória para o repasse de créditos.” (LEITE et al., 2004, p. 113).

Entendemos a associação como suporte para as relações dos assentados e assentadas com outras entidades, inclusive as externas ao assentamento, com diferentes agentes e instâncias governamentais para reivindicações de necessidades, igualmente para a união dos mesmos para a compra de insumos e venda de produtos.

Leite et al. (2004) aponta que enquanto algumas associações têm existência puramente formal, outras envolvem-se nos mais diferentes aspectos da vida do assentamento, seja na interlocução “para fora”, com os diferentes agentes e instâncias governamentais, seja “para dentro” como na organização da produção e comercialização. A dificuldade de organização dos assentados e assentadas interpela a ação da associação tanto “para dentro” quanto “para fora”. Esta é uma realidade no assentamento rural Tereza do Cedro.

Quando questionado acerca do assentamento Tereza do Cedro, o Secretário Municipal pontuou que encontrou, em 2013, os assentamentos rurais desorganizados e com pouca assistência técnica. Na direção do que constatamos, para o Secretário a existência das duas associações fragiliza a organização das famílias assentadas, e, conseqüentemente, o acesso a políticas do governo federal.

Secretário de Agricultura, Pecuária, Pesca e Apicultura de Uberaba: Eu encontrei os assentamentos aqui no início de 2013 numa situação muito ruim, né!? Primeiramente, desorganizado do ponto de vista da organização territorial, o assentamento Tereza do Cedro, na época com 17 famílias e duas organizações, uma de três famílias e outra de 11 famílias. Eu até brinquei quando fui arrumar o trator que quando eles forem e arrumarem só uma associação, eu iria arrumar o trator, mas com duas organizações, eu brinquei mas...Então assim, muito desorganizados do ponto de vista social, com pouca assistência técnica, apesar da prefeitura ter tentado, com pouco link entre as políticas que o governo federal tinha.

A construção de espaços coletivos de participação e, por conseguinte, o fortalecimento de uma identidade de classe, são discussões fomentadas a partir da existência e continuidade de um trabalho de base, que geralmente realizado pelo movimento social que necessita estar presente em um assentamento desde a ocupação da terra, afinal, são todos trabalhadores e trabalhadoras conforme reforça o relato de Dorothy. Nenhum assentado ou assentada mencionou a presença de um

trabalho de base durante o processo de ocupação até a criação do assentamento. Assim, a existência de três grupos na ocupação da fazenda Tereza do Cedro, com interesses que divergiam da construção coletiva, e a criação de duas associações que não dialogam podem expressar a necessidade e importância de um trabalho de base, que poderia contribuir na construção de uma identidade de classe entre os grupos.

Esta realidade reflete a estrutura de sociedade vigente, ou seja, estes sujeitos estão inseridos em uma sociabilidade em que o individual prevalece em detrimento do coletivo, o privado sobre o público, logo, a reprodução destas relações é previsível e real. A possibilidade de transformação desta conjuntura requer trabalho de base, discussão, construção e reconstrução no âmago da instalação do assentamento rural, processo que envolve acampados e acampadas, assentados e assentadas, movimento social, sendo que o assistente social é um profissional que pode contribuir neste trabalho. No entanto, neste assentamento o processo foi interpelado, o que ficou evidente na realização das entrevistas e latente a partir de nossa participação na reunião da assistência técnica.

A assentada Ana Maria, durante a realização da entrevista, não mencionou esta divisão dos grupos, relatou que já havia morado na fazenda quando chegaram, cerca de nove dias após a ocupação do grupo Iturama, e que não temeu pelo fato de ser sua primeira vez em ocupação. Afirmou ainda que os grupos de Iturama e de Uberaba já advinham de outras ocupações, portanto possuíam mais experiência na ocupação de um território.

Ana Maria: Eles chegaram de Iturama e eu agreguei a eles, eu vim ficar com eles, vim pedir oportunidade pra fazer parte do assentamento que eu já tinha morado aqui, como eles veio de lá, que lá eles descobriram entre documentação que aquilo era uma terra improdutiva eles veio lá de Iturama, a turma. O povo tava pavoroso, e eu corri e pulei no meio, aí cheguei aqui e falei: “Gente ocês tá aqui, ocês vai lutar por uma terra, eu queria ter a oportunidade”, e eles tava numa quantidade grande de gente, mas eles tinha experiência, era a minha primeira vez, mas eu sabia que no decorrer do acontecido muitos desistia [...] Aí eu entrei, minha mãe entrou, eu entrei e meu irmão, né? Que é da **Dorothy**, nós entramos, porque aí minha mãe entrou primeiro aí depois eu vim aí depois veio meu irmão, e aí a gente entrou e ficou na turma e desde então, tinha nove dias que eles estavam acampado, quando nós veio pedi oportunidade de ficar com eles, aí nós nunca mais separamos.

A liderança política do MST mencionou que acompanhou a mobilização e ocupação do grupo de trabalhadores e trabalhadoras entre os anos de 1998 e 1999.

Segundo ele, os assentados e assentadas eram basicamente oriundos da periferia de Uberaba, mas que, em sua maioria, tinham disposto de terras no passado. No entanto, como o grupo não aceitou as condições do MST, optou por seguir com o sindicato. Luiz Beltrame acompanhou pouco o processo posterior à ocupação:

Luiz Beltrame: Eu comecei a acompanhar este grupo, assim que eles começaram a organizar as famílias, talvez eu erre nas datas, mas por volta de 1998, 1999. Lembro que eles começaram a mobilização aqui em Uberaba para fazer a ocupação aqui no Tereza do Cedro. É um grupo basicamente, na época, oriundo da periferia da cidade de Uberaba, são pessoas que tinham se disposto da terra no passado, eram meeiros, arrendatários, vaqueiros e trabalhadores rurais. Mas como tinham vínculo com uma outra organização e eu já estava no MST, e eles não aceitaram a condição do MST preferiram trabalhar com o sindicato. Nós apoiamos, mas não fomos fazer a luta com eles, desde lá eu só retornei lá duas vezes e só depois da luta consolidada, as conquistas todas que tiveram da terra.

Indagado sobre o conhecimento do processo organizativo do Tereza do Cedro e sobre o trabalho de fortalecimento das bases, Luiz Beltrame, apesar de não estar próximo do assentamento no momento, pontuou sobre o distanciamento da FETAEMG e a aproximação do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar, Secretaria da Agricultura e até então EMATER⁸⁶ para o atendimento das demandas das famílias assentadas,

Luiz Beltrame: _ Não, não tenho! O único conhecimento que tenho é que lá tem duas associações, um grupo pequeno com duas coordenações. É o máximo que eu consigo chegar é isso. O Sindicato FETAEMG que é da Federação tem um relacionamento muito distante. Quem tem mais se aproximado de lá, por programas do PAA, por programas habitacionais é o pessoal do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar. Esse pessoal tem tido mais presença lá dentro juntamente com a Secretaria de Agricultura e EMATER. Essa é a informação que a gente tem.

O assentado Miguel José Caetano, que era do grupo de Iturama, relatou que teve conhecimento da ocupação e do envolvimento da FETAEMG. Para ele, a ocupação foi em 2000, com 14 famílias.

Em seu relato, como constatado nas entrevistas com Dona Dora, Dorothy e Ana Maria, observamos a menção sobre as diversas vezes que foram despejados.

⁸⁶ A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado De Minas Gerais (EMATER) era a empresa que prestava assistência técnica para os assentamentos até a Agrolado concorrer o último edital de chamada pública para seleção de entidade executora de assistência técnica e extensão rural em 2013.

Miguel José: Eu fiquei sabendo dessa ocupação lá em Iturama, porque tinha um.... Não sei como é que fala, aquele lá da FETAEMG. Não é presidente da FETAENG é outro nome que fala aqui, né? Aí eu vou falar que é o presidente da FETAEMG aqui, ele ia lá no assentamento lá, e aí eles chegou lá um dia e falou que tinha uma terra aqui, que ia trazer dez família de lá.

Miguel José: Nós chegou aqui em quatorze família dia onze de fevereiro, ou dia dez, não sei, fevereiro de dois mil. Aí nós começemo e ficou né? Saimo Entrou, aí tirou nós, né? Depois nós voltou de novo, né? Tornou tirar, nós voltemo, mais uma vez, mais uma vez. Aí no final que teve o decreto depois de dois mil, né?

Desta forma, as insistentes palavras: “saímos”, “tirou nós”, “depois nós voltou de novo”, “tornou a tirar”, “voltemo” são expressões reveladoras do concreto vivido, portanto imprescindíveis para pensarmos nos elementos conjunturais que interpelaram a organização neste e deste assentamento rural. Os despejos sofridos pelos acampados e acampadas são a mediação que nos auxilia a compreender a dificuldade de organização dos assentados e assentadas. Dessa forma, foi possível identificar que os trabalhadores e trabalhadoras sofreram violência direta da polícia nos atos de despejos, e pelo executivo na época que não apoiou e não cumpriu seu dever social com a instalação de um projeto de assentamento em Uberaba.

Durante entrevista com a assentada Dorothy, ela nos entregou uma nota de repúdio de 2003 (ANEXO D – Nota de repúdio do Fórum Marxista Trotskita Internacionalista (FMTI) de Uberaba contra o despejo dos trabalhadores rurais sem-terra, acampados na Fazenda Santa Tereza do Cedro) contendo o posicionamento do Fórum Trotskita Internacionalista (FMTI), até então existente em Uberaba, acerca dos despejos, da expulsão realizados no então acampamento.

Na nota “*A UDR mostra sua cara em Uberaba*” o FMTI denunciou a aliança realizada entre as entidades e representantes das oligarquias rurais de Uberaba (Certrim; Copervale; FAZU; CAT; Credicopervali; Associação dos Criadores do Gado Holandês), poder judiciário de Uberaba e o executivo na figura do ex-prefeito Marcos Montes”, para que os trabalhadores rurais fossem despejados.

Marcos Montes, ex-prefeito de Uberaba em duas gestões (1997/2000 e 2001/2004), hoje é deputado federal pelo PSD e atualmente presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) que hoje reúne mais de 200 parlamentares. A FPA é advinda da Frente Ampla Ruralista cujos objetivos são diretamente relacionados às elites dominantes, que juntamente com grupos nacionais e internacionais estão atrelados ao agronegócio no Brasil, no Triângulo Mineiro, e

especificamente em Uberaba. Conforme conta no *site* da FPA, o objetivo da mesma é:

[...] estimular a ampliação de políticas públicas para o **desenvolvimento do agronegócio nacional**. Dentre as prioridades atuais estão a modernização da legislação trabalhista, fundiária, tributária, além da regulamentação da questão de terras indígenas e áreas de quilombolas, para garantir a segurança jurídica necessária à competitividade do setor. (FRENTE PARLAMENTAR AGROPECUÁRIA, 2016, grifo nosso).

Dentre muitas defesas que dialogam com latifúndio e agronegócio, Marcos Montes é a favor da aprovação da PEC 215, já discutida na primeira parte deste trabalho, e possui projetos de lei em tramitação que sugerem a implantação do Programa Nacional de Melhoria da Qualidade Genética dos Rebanhos Bovino, Bubalino, Caprino e Ovino nos moldes do Programa Pró Genética do Estado de Minas Gerais (PROJETO, 2016). Portanto, podemos perceber que a atuação e o posicionamento de Marcos Montes corroboram com iniciativas que beneficiam o latifúndio e as elites do agronegócio, e que neste território não coadunam com a reforma agrária, haja vista seu posicionamento desde 2003 em prol do despejo dos assentados e assentadas.

Em 12/03/2015 esta figura política elogiou, em âmbito federal, a escolha da senadora Kátia Abreu (PMDB/TO) para dirigir a pasta da Agricultura ancorada no agronegócio, afirmando:

[...] ela nos dá esperança pelo vasto conhecimento do setor e da vida política e é inegável a sua contribuição maiúscula na defesa do agronegócio, haja vista a aprovação do Código Florestal que teve na CNA (Confederação Nacional de Agricultura) um dos principais pilares desta conquista. (SOCIEDADE NACIONAL DA AGRICULTURA, 2015).

Neste contexto, conforme circulação nacional (BERGAMO, 2015), a referida ministra da agricultura em 05/01/2015, declarou “não existir mais latifúndio no Brasil”, como também se manifestou contra toda e qualquer “invasão”, nos seus termos, criminalizando a ocupação desconsiderando-a como importante manifestação de luta pela terra no Brasil. Contrariamente, e defendendo os interesses dos camponeses, Stedile; Bernardo Fernandes (2012, p. 119) afirmam que “[...] as ocupações de terras continuam a ser a principal forma de pressão de massas que os camponeses têm, para, de forma prática, fazer a reforma agrária avançar e acesso à terra para trabalhar.”

Destarte, percebemos que durante todo o período em que ficaram acampados, os assentados e assentadas do Tereza do Cedro estiveram sobre o crivo deste ex-prefeito, hoje deputado federal que compôs, inclusive, a Comissão especial do *impeachment* da presidenta Dilma. Ele defende os interesses da elite dominante “zebuína”, ou como o próprio manifesto afirma: “[...] em nome do respeito à propriedade privada, do sentimento de cidadania e do resguardo dos alicerces democráticos.” Seu posicionamento em 2003 converge com suas opções políticas, que, por sua vez, não representam ou garantem direitos à classe trabalhadora.

A publicação do Fórum Marxista Trotskista Internacionalista (FMTI), de maio de 2003, evidencia o longo período em que os acampados e acampadas ficaram à mercê dos despejos e da truculência da polícia de Uberaba, assim como dos jagunços contratados pelos fazendeiros “donos de zebu”.

Além dos despejos, que significaram a criminalização da luta dos assentados e assentadas pela terra, Miguel José destacou que foram quatro anos para o que ele chama de “ganhar decreto”, quer dizer, as famílias assentadas ficaram acampadas na fazenda por quatro anos, até o Incra iniciar o processo de instalação do projeto de assentamento rural e a elaboração do PDA do assentamento, se é que o mesmo possui.

Miguel José: Não, nós ficou mais tempo, quatro anos sem ganhar decreto, né? Sem ganhar o decreto de propriedade, e sem ganhar a legitimação, o decreto de apropriação.

A assentada Dona Dora, ao relatar esse período de acampamento até o assentamento, mencionou o “sacrifício”, “humilhação”, bem como o “despejo” promovido pela polícia.

Entrevistadora: Como foi o processo de acampamento até assentamento? Como a senhora sentiu? Ficar acampada depois virar assentada, o que a senhora falaria de tudo isso?

Dona Dora: Ah! Eu falo assim sabe, foi muito sacrifício, foi muita humilhação, mas a gente queria, né!? Com tudo aquilo eu queria, né!? Falava que eu ía passar o que tinha que passar, mas se pegar um pedacinho de terra, eu tou passando que tou passando mas vai ser meu, né!? Aquela terra. Aí depois disso tudo, nós saiu de lá, tirado pela política, quando devorveu nós pra trás que a política tirou, ele falou pra despreocupa que num ía mexer com nós mais.

Outra mediação que inferiu no processo organizativo dos assentados e assentados afora os despejos, foi a morosidade do Incra em relação à criação do

PA, que é evidente na medida em que a data de obtenção das terras (27/09/2000) e o ato de criação do PA, realizado em 16/12/2004, aconteceram entre intervalos tardios, como já problematizado. Os sujeitos da pesquisa afirmaram ser entre 3, 4 e 5 anos o longo período de acampados até o ato de criação do PA.

A disparidade dos relatos com relação aos anos indicados de acampamento diz respeito ao fato de pertencerem a grupos diferentes que chegaram na ocupação em tempos históricos distintos. Mas, podemos perceber que mesmo havendo diversos grupos, que vivenciaram períodos de tempo diferentes, todos sentiram as intempéries de estarem acampados, como a lona preta, a chuva e o clima.

Adélia: Ah! Foi mais ou menos uns quatro, cinco anos na lona preta!

Miguel José: Acampado, “quato” anos.

Ana Maria: Nós ficamos nesse decorrer desse tempo, desse tempo todo que nós ficou até o Incra dar o termo de compromisso nós ficamos 5 anos.

Entrevistadora: _ De baixo de lona preta?

Ana: Isso.

Dona Dora: Uai, menina! Ficamo acampada 3 anos lá debaixo do rio, lá perto da queda do Tijuco mesmo! Do lado de lá do rio nós ficou, imagina minha fia quando tava de noite e chuva, arrancava a capota das barraca e nós ficava lá debaixo do tempo.

A ausência de assistência por parte do Incra, pode ser considerada um elemento que interpelou a organização no e do assentamento. A assentada Adélia, quando relatou acerca do processo de ocupação, destacou as dificuldades ao longo do processo, bem como os conflitos oriundos entre as pessoas do assentamento, o que dificultou o diálogo com o órgão. A assentada mencionou a ausência do Incra, desde a falta de infraestrutura para atender as necessidades mínimas, assim como a falta de água que até hoje se constitui um dilema para alguns, dependendo da localização dos lotes,

Adélia: Cadê o Incra? Não vem ajuda em nada! Até hoje pode contar as vezes que ele veio aqui o pessoal do Incra. Quando vem um povo, aquela mulher fica brigando e o povo não vorta mais. Não, mas agora pegou o chão tá tranquilo, né!? Casinha não tá bem acabada, mais tá bão, né. Fácil, né! Oh, mas não é fácil não! Agora tem banheiro aqui, graças a Deus, pois quando a gente tava trabalhando, chegava e tinha que tomar banho naquele frio. Nós tomava banho no tempo, no frio, no corgo.

Quando indagados pela pesquisadora sobre a existência de algum movimento social, os entrevistados foram unânimes nos depoimentos ao mencionarem a

presença da FETAEMG⁸⁷, que articulou e propiciou somente o processo de ocupação. A assentada Ana Maria não reconhece a FETAEMG enquanto movimento social e denomina a ocupação como invasão.

Entrevistadora: E teve alguém, algum movimento social que acompanhou vocês que deu orientação?

Dona Dora: [...] tinha promotor... gente da FETAEMG, tinha um advogado do sindicato dos trabalhadores...

Entrevistadora: E no caso, não tinha nenhum movimento social envolvido?

Ana Maria: Não, a FETAEMG a FETAEEMG é que articulou a invasão tudo, a FETAEMG é que deu a estrutura.

Quando indagados em relação ao tempo de assentados, pontuaram o tempo total de permanência na terra, como no caso Dona Dora e Adélia, outros já sinalizaram a data de criação do assentamento, como no caso de Miguel José, Ana Maria, Adélia e Dona Dorothy que denomina o ato de criação como “legitimação na terra”.

Dona Dora: Pois é, menina! Acho que eu perdi, mas pra falar a verdade já vai pra uns 15 anos que nós tá aqui, mas foi legítima depois destes 3 anos, né!?

Entrevistadora: Há quanto tempo está assentado?

Miguel José: Assentado? Dez anos.

Entrevistadora: Há quanto tempo está morando no assentamento?

Dorothy: Desde 1999, sendo que em 2004 foi concedida a terra. Foi legitimado em 2004/2005.

Entrevistadora: O que a senhora entende por legitimada?

Dorothy: Quando eles entregou os documentos pra nós, né!? Até então, 2005, nós não tinha documento nenhum, avulso, sem saber o que ía vira!

O assentado Miguel José pontua que as dificuldades não mudaram muito, mas reconhece que a condição de assentado possibilita mais segurança, pois “sabem que não vão sair dali”. Ele acredita que o Incra acompanha mais quando estão acampados, concedendo cestas básicas. Sabemos que a cesta básica atende algumas necessidades imediatas dos assentados como alimentação até começarem a produzirem no lote. No entanto, cabe destacar que a concessão dela é um recurso insuficiente e não viabiliza condições de produção e reprodução no lote a médio e longo prazo.

⁸⁷ A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais foi fundada em 27 de abril de 1968, e hoje se constitui no Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR).

Miguel José: A dificuldade não mudou não, a dificuldade do acampamento pra depois que cê pega terra não muda não, se a gente pensa não muda muita coisa não, a situação da gente, da vida da gente, a situação, muda pouco, só que tem uma vantagem que ali cê já tá assentado, né? Porque às veiz um ajuda menos, o Incra já ajuda menos, já corta uma cesta, cê já tá assentado eles já não oferece cesta, mais uma coisa, então... Mas é melhor porque a gente já fica mais seguro, né? Assentado, sabe que ali não vai sair dali.

Do mesmo modo, foi mencionado pelos entrevistados o preconceito para a condição de assentado, pois na cidade Miguel José vivenciou discriminação quando mencionou sua condição de sem-terra:

Miguel José: A não, a gente é muito humilhado, né? Assim, é rejeitado às veiz nos lugar, tem pessoas né, não são todos não, mas tem pessoas que vê a gente com outro tipo de... né? Não é muito baum assim, só que a gente não liga, cê vai ligar? Vai tá falando: “a mais sem-terra é ruim, é isso, é aquilo outro”, mas nem todo mundo é igual ué...

Igualmente ocorreu com Paulo do assentamento Dandara. Ao comprar pão em um supermercado de Uberaba percebeu a discriminação de um senhor, quando este alegou que o atual governo privilegia recursos para a reforma agrária e para o Programa Bolsa Família, programa da política de assistência social, conforme relata:

Paulo: Já! Esses dias mesmo eu tava no Bretas, ali perto do Habbis, e eu tava pegando um pão, chegou um senhor e falou: “Nossa, mas o pão ta caro, né!?”. Eu falei: “Tá, num ta!?”. Aí ele falou: “É porque esse governo nosso só tem dinheiro pra Reforma Agrária e pra Bolsa Família”.

Percebemos que a discriminação neste caso não se deu especificamente pela condição de assentado ou beneficiário do Programa Bolsa Família, mas sim pela condição de classe, pois a ideologia que a classe dominante produz e reproduz criminaliza os beneficiários da Reforma Agrária e de programas de transferência de renda, como o supracitado. Apesar de serem políticas públicas advindas de ministérios distintos e possuírem objetivos diferentes, são políticas que possuem como público-alvo a classe mais pauperizada da sociedade, sendo historicamente criminalizada por sua condição, ou seja, o pauperismo, fundamento da questão social, é historicamente entendido como “desajuste moral” pela ideologia dominante que se faz dominante para o conjunto da sociedade (MARX, 2009b).

O equívoco do senhor no supermercado relatado por Paulo é reflexo desta sociabilidade que insiste em afirmar que “governo só tem dinheiro pra Reforma Agrária e pra Bolsa Família”. A Comissão Pastoral da Terra, segundo Nascimento

(2015) classificou os números da reforma agrária no primeiro governo da presidenta Dilma Rousseff como os piores dos últimos vinte anos. De acordo com a CPT, de 2011 a 2014 foram assentadas 103.746 famílias. No entanto, desse total, apenas 27% (28.313) são ligados a processos de assentamento originados no governo Dilma, segundo a entidade citada.

Esta tese está circunscrita no processo histórico da realidade brasileira, em um contexto de crise econômica e política, sobretudo, que reflete as desastrosas opções históricas do PT que por meio de seu projeto de conciliação de classes não promoveu mudanças estruturais tão reivindicadas pela classe trabalhadora.

Em 01/04/2016, em cerimônia no Palácio do Planalto, a então presidenta Dilma assinou 25 decretos de desapropriações de imóveis rurais e quatro de regularizações de territórios quilombolas. Segundo noticiado no Jornal Brasil de Fato (2016), 21 decretos vão assegurar 35,5 mil hectares de terras para a reforma agrária em 14 estados. A nosso ver, esta foi mais uma estratégia a fim de angariar forças políticas e sociais para permanência e sustentação do governo, pois o que não foi feito durante o mandato foi feito às vésperas do processo de *impeachment*. Sabemos que a desapropriação em si não é garantia de instalação de um PA que assegure condições de subsistência e trabalho para as famílias. A partir da própria realidade do Assentamento Rural Tereza do Cedro percebemos que não basta desapropriar, o desafio é assentar os camponeses e garantir políticas públicas que efetivem seus direitos para a permanência e produção nos lotes. Afinal, a desapropriação também é interessante para uma elite dominante, e em si, não é reforma agrária, é uma política de obtenção de terras.

Logo, por meio desta aproximação sócio histórica com os assentados e assentadas do Tereza do Cedro, e entendendo a contradição como constituinte da realidade, percebemos algumas mediações que nos sinalizaram o quanto este assentamento rural possui um histórico permeado por contradições como: a criminalização das lutas dos acampados e acampadas, a violência com que foram três vezes despejados (as), a morosidade do Incra na criação do PA e a ausência de assistência técnica deste órgão e da prefeitura municipal.

Sem contar nas intempéries vivenciadas durante o período da ocupação na condição de acampados (as), até o preconceito da condição de assentados (as) que vivenciaram e vivenciam, além da divisão entre os grupos que interpelou e ainda interpela diálogos imprescindíveis para conquistas de infraestrutura do

assentamento tanto quanto políticas públicas que iremos discutir adiante. Qualquer análise sobre este assentamento que não primar por estas mediações do concreto real está fadada a imputar aos assentados (as) a responsabilidade por não serem ou não estarem organizados, pois dessa forma não retratará o real em seu movimento sócio histórico.

As contradições apontadas não possuem o intuito de macular os assentados (as) e suas lutas, longe disso, pois diante de tantas dificuldades a Fazenda Santa Tereza do Cedro tornou-se um assentamento, **o primeiro** de Uberaba. Este ano completa dezesseis anos que esta terra é habitada por 26 famílias que tornaram aquilo que era latifúndio em seus respectivos locais de moradia e trabalho. A configuração deste território, evidenciada pela foto que iniciou esta discussão, já não é mais privada e concentrada, embora muitas sejam as dificuldades e os desafios que perpassam as vidas destes sujeitos históricos.

3.3 O processo de ocupação e constituição do Assentamento Rural Dandara

Dandara, exemplo de luta, força e resistência.
Representante da liberdade e da igualdade.
Esposa de Zumbi dos Palmares e guerreira. Lutou junto a Zumbi para
livrar os negros e negras da dura vida que levavam.
Suicidou-se em 6 de fevereiro de 1694 para não voltar a condição de
Escrava (SANTOS JÚNIOR et al., 2008, p. 3).

Imagem 4 - Panorama do assentamento rural Dandara – Uberaba/MG



Fonte: Arquivo de Gabriela Masson - 2015

No antigo latifúndio da Fazenda São Sebastião hoje se encontra o assentamento Dandara. O Plano de Desenvolvimento do Assentamento Dandara (PDA, 2008), foi elaborado no período de julho a setembro de 2006 pela equipe técnica⁸⁸ da Associação Estadual de Cooperação Agrícola do Estado de Minas Gerais (AESCA). O acesso a este documento foi de extrema importância para nossa análise e foi solicitado ao Incra/MG.

A equipe, juntamente com a maioria das famílias acampadas, possibilitou aos acampados e acampadas expressarem seus problemas e suas perspectivas em relação ao assentamento por meio de técnicas qualitativas, como a realização de entrevistas, e instrumentos participativos, no caso, discussões em grupo (PDA, 2008). Segundo consta no documento:

A preocupação da equipe de planejadores foi de transcrever os problemas e anseios das famílias da forma mais original possível, dando destaque para as áreas social e produtiva. Também foram levantadas informações sobre os diferentes atores sociais, presentes ou não no âmbito do Assentamento, assim como sua possível atuação e importância para a consolidação do mesmo.

O diagnóstico qualitativo e quantitativo da situação geral do Assentamento Dandara, bem como a problematização da realidade foram realizados em julho e setembro de 2006. Com objetivo de identificar e descrever a realidade foram aplicados questionários às famílias, realizadas algumas

⁸⁸ A equipe era composta por 1 Engenheiro Agrônomo e 1 Engenheira Agrônoma; 1 Engenheira Florestal; 1 Bióloga e 1 Técnico Agrícola (SANTOS JÚNIOR et al., 2008).

entrevistas e discussões em grupo. Posteriormente, iniciou-se a etapa de elaboração de diretrizes e a consequente construção do Plano, através de discussões temáticas e a planificação das futuras atividades a serem realizadas no Assentamento. A partir de então, por meio das demandas propostas, criaram-se planos temáticos, intimamente ligados entre si, tendo como temas, soberania alimentar, organização territorial, produção agropecuária, formação, meio ambiente, além das estratégias sociais. (SANTOS JÚNIOR et al., 2008, p. 11).

Alguns dias após realizada a ocupação em 2005, houve o início do debate para a escolha do nome a ser atribuído àquela terra muito esperada pelos acampados e militantes do MST remanescentes de outras lutas. Por intermédio de discussão e decisão coletiva, ao assentamento foi atribuído o nome de Dandara, rememorando a grande lutadora dos negros pela liberdade, companheira de Zumbi dos Palmares. O grito de ordem construído foi e é: “Dandara lutou, também vamos lutar por uma liberdade que vamos conquistar” (SANTOS JÚNIOR et al., 2008, p. 55).

O assentado José Cláudio elucidou o que motivou a escolha do nome do assentamento rural, e Paulo relatou que as benfeitorias da fazenda foram discutidas, e distribuídas entre os acampados e acampadas, mencionando a elaboração do PDA:

José Cláudio: Dandara, porque foi a esposa de zumbi, né!? E a gente resolveu homenagear, e é isso!

Paulo: A gente estudou mais ou menos, sabe!? Fez um sistema de PDA na época, sentamo, vimo o que nós ia fazê com a benfeitoria da fazenda, questão de cerca que era de todo mundo, quando dividi os lotes de levar pra divisa e foi assim o sistema de PDA na época e deu certo.

Acerca do processo de ocupação, os assentados e assentadas do Dandara não sofreram intervenções violentas ou despejos nesta localidade. A desapropriação se deu por razão de crime ambiental, já mencionado no início deste capítulo por meio do relato de Chico Mendes e ratificado por Raimundo que especificou tais crimes com relação a madeira de aroeira, de ipê e peroba. Portanto, a designação dessa terra é resultado da pressão dos trabalhadores e trabalhadoras pela redemocratização da terra, viabilizada por meio da criação deste projeto de assentamento. Os assentados Waghington e Paulo, que já possuíam histórico de sete anos de militância em acampamentos em outras terras, confirmaram tal realidade:

Raimundo: [...] essa fazenda toda vida foi produtiva, mas o Francisco fez uma devastação aqui dentro muito grande, o que ele tirou de madeira de

aruera, de ipê, de peroba, o que ele fez. Fez e a multa ficou cabeluda, sabe!?

Washington: É. Então, aqui o Incra comprou essa fazenda aqui e nós já viemos direto assentar, pra ficar assentado, sabe?!?? Aqui nós não foi ocupado sabe?!?! Foi direto o Incra quase bateu em nós pra nós vim pra cá pra ser assentado, bateu assim, pelo seguinte, porque a gente não achava a fazenda, ninguém dava informação, as vez dava, mas mandava pra outro canto, sabe?!?! A informação que era... custo, nós viemos aqui umas cinco vezes pra achar essa fazenda aqui. Aí “nós” “viemos” aqui, encontramos aqui, aí no sábado, foi no sábado no dia 24 de dezembro de 2005, nós viemos pra cá.

Paulo: Uai! O Incra vistoriou essa área, negociou a área, legitimou as famílias e mandou vim pra cá!

Logo, o processo de ocupação a acampamento no assentamento rural Dandara é distinto do assentamento rural Tereza do Cedro, pois é determinado pela presença e organização do MST, enquanto movimento social, bem como pela participação de militantes que depois de alguns anos de organicidade e luta nos acampamentos/assentamentos do Chapadão do Zagaia (José Cláudio); Roseli Nunes, em Uberlândia (Raimundo); Zagaia/Sacramento (Chico Mendes); El Dourado dos Carajás (Washington e Lediane); e Zagaia, Florestan Fernandes e El Dourado (Paulo), foram assentados (as) no Dandara, conforme ilustra os relatos:

José Cláudio: Acampado nos assentamento e dois anos aqui, foram 08 anos debaixo da lona preta. Aqui fico 2 anos até que saiu o processo de assentamento. Porque o seguinte, você entra numa fazenda com intuito de ali sair assentamento e não vira assentamento, ali eles desocupa aquela fazenda e ocê vai pra outra área, até que vira assentamento igual aconteceu aqui.

Entrevistadora: Mas onde o senhor estava?

José Cláudio: Lá não teve assentamento, lá no Chapadão do Zagaia, no Parque Nacional com o MST.

Raimundo: Eu fiquei acampado nove meses no Roseli Nunes lá em Uberlândia.

Entrevistadora: E você ficou acampado em algum outro assentamento?

Paulo: Fiquei, fiquei no Zagaia, No Florestan Fernandes, no El Dourado pra depois chegar aqui.

Além dos assentados e assentadas serem pressionados pelo Incra a ocuparem a terra, encontramos nos registros do PDA (2008) informações de que no início da ocupação, os acampados e acampadas tiveram que conviver com o fazendeiro que os obrigou a ficar em um pedaço cercado, sem direito de transitar pela fazenda até a data de saída dele que foi acordada junto ao Incra:

O início da conquista da fazenda São Sebastião foi complicado, principalmente porque não tiveram como escolher o local que iriam acampar, pois o fazendeiro obrigou-os a ficar num pedaço cercado sem direito a andar pela fazenda até a data de saída dele que foi combinada junto ao INCRA. Após sua saída, portanto, as famílias puderam se espalhar no acampamento e ter, cada um, liberdade e espaço para poder plantar. (SANTOS JÚNIOR et al., 2008, p. 54-55).

Há que se destacar que as famílias do assentamento Dandara, conforme nos relatos acima, são remanescentes de outras áreas de acampamento e assentamento do MST, portanto, vivenciaram outros conflitos, acumulando ao longo de suas vidas diversas lutas e intempéries da condição de viver acampado. No PDA (2008) há registro sobre esta realidade.

A história do Assentamento Dandara não tem uma data certa de início. São famílias excedentes de várias áreas de acampamento do MST. São pessoas vindas do: Zagaia, Eldorado, Zapata e Roseli Nunes. Portanto, são pessoas com longos anos de luta e sofrimento, enfrentando lona, polícia, despejo (SANTOS JÚNIOR et al., 2008, p. 54).

Assim, a experiência e vivência acumulada na militância e nos acampamentos/assentamentos do MST contribuíram de maneira singular para a organização e permanência no Dandara, bem como para o processo de construção de identidade de acampado e acampada, posteriormente assentado e assentada. Pelos relatos, a organicidade e identidade com o MST estiveram relacionadas ao chamado de outros companheiros; “a vontade de ir para a roça”; “a presença de familiares na luta”; conforme apontaram:

Entrevistadora: E como que o senhor ficou sabendo do MST?

José Cláudio: Através de companheiro, né!?

Entrevistadora: E conta pra mim como que foi a sua entrada no MST?

Washington: Olha, eu toda vida tive vontade de ir pra roça, pra trabaia na roça, então eu tava lá na cidade, tava até certo tinha lá uma casinha um barraco lá. Aí o pessoal começou a me incentivar pra mim vim né? Aí eu resolvi a vim... É o pessoal do MST que me incentivou a ficar aqui.

Entrevistadora: E o que fez você vir pra essa luta? O que foi?

Paulo: A questão é o seguinte, eles convidaram meu padrasto pra um acampamento lá na região de Sacramento.

Entrevistadora: O MST?

Paulo: Sim! E aí bateu saudade demais da mãe (risos), aí eu fui. Eu era solteiro na época e peguei e fui pra lá. E de lá eu fui identificando com a luta, ajudano na construção, sabe!? Eu fiz muito curso pelo MST, sabe!? E depois de alguns anos saiu a oportunidade e eu vim ser assentado.

Decorrente do histórico de militância destes sujeitos, da identificação com a luta pela terra, do gosto pelo mundo rural, foi sendo criada uma identidade entre eles

que remete a uma identidade de classe. Avaliamos que o processo de organização sociopolítica das famílias do assentamento rural Dandara é reflexo das lutas acumuladas durante anos. Compreende-se que a práxis política suscitada por um movimento social organizado, está dialeticamente relacionada a práxis revolucionária dos sem-terra, já citada neste capítulo.

A liderança política pontua a organicidade destas famílias junto ao MST e das lutas deste movimento na região que culminaram nos assentamentos Abril Vermelho e Zagaia, em Sacramento:

Entrevistadora: Há quanto tempo o MST está presente no assentamento Dandara?

Luiz Beltrame: A maior parte dessas famílias já estavam acampadas e organizadas pelo MST, algumas 2003, outras entre 2004 e 2005. Assim podemos dizer que essas famílias estão conosco desde 2003.

Entrevistadora: Relate o histórico de lutas do Dandara, desde o acampamento a assentamento.

Luiz Beltrame: Foram as lutas do Abril Vermelho, de 2003 - ocupação da região do Zagaia em Sacramento, Lutas Mulheres, em 2011 - ocupação da Fazenda Inhumas em 2011 e 2012.

Segundo Santos Júnior et al. (2008) o processo organizativo no Dandara iniciou-se a partir de dois núcleos, porém foram encontradas algumas dificuldades, então decidiram se organizar em apenas um núcleo de base denominado “Zumbi dos Palmares”, em homenagem ao negro escravizado que morreu lutando para alcançar a liberdade e o fim da escravatura no Brasil. Nas entrevistas realizadas, os assentados e assentadas não fizeram menção a tal núcleo, nem à organização sistemática deste na atualidade, o que pode ser conferido à união que, durante a ocupação, era mais latente entre os acampados e acampadas, como outros estudos apontam. O assentado José Cláudio compara a união que tinham a uma “sala de aula”:

Entrevistadora: O senhor avalia que era mais unido quando eram acampados?

José Cláudio: Com certeza! Como se fosse uma sala de aula, né!? Cabou vindo pra cá já desuniu e acabou tudo. O povo lá era uma união total, vivia em harmonia.

O assentado Raimundo entende que quando acampados o “espírito de união” flui melhor, afinal, o que está em questão é a satisfação das necessidades básicas das famílias. Percebemos também na fala de Raimundo a presença do núcleo de

produção, inerente à lógica organizativa do MST quando acampados, ele foi o responsável em garantir a alimentação. Este sentimento de colaboração mútua no período em que estavam acampados não foi observado no assentamento rural Tereza do Cedro.

Raimundo: Relativamente, quando você está acampado tem uma coisa que ela flui entre os acampados, é um espírito de união talvez até pela pressão, sabe!? Vou falar pra vocês claro, ocois vai lá e mata a vaca do vizinho pra comer?! Eles tira lá o grupo deles e faz uma coordenação deles e vai lá. Se tá faltando comida na casa dum que tá acampado, a cesta cabou, os que tá sobrando vai lá e faiz e cobre aquele que ta faltando, se nós tá lá e as tarefa delegada: “Luiz, ocê é da produção, ocê vai tomar conta da organização da água pro acampamento”, se ocê sai, fica uma equipe pra vigiar sua casa se ocê é um militante.

Observamos que durante o período de ocupação no Dandara não houve despejos por parte de latifundiários e seus jagunços ou até mesmo da polícia, da mesma forma que não houve registro de exploração e fragmentação entre grupos existentes, como notamos no assentamento rural Tereza do Cedro.

As diferenças existentes entre os assentamentos evidenciam algumas contradições concernentes ao processo organizativo dos assentados e assentadas que foi distinto de um assentamento para o outro. Um desvelamento importante é o quanto a presença de um movimento social organizado é imprescindível para a constituição de um acampamento e para a consolidação de um assentamento rural, bem como para o fortalecimento de identidades que, conscientes de suas condições objetivas, dialogam em benefício de demandas coletivas.

No PDA (2008) encontramos registros das seguintes instâncias de organização: Assembleia, que possuía caráter deliberativo e informativo de acordo com a necessidade da comunidade; Coordenação, que tinha a função de levantar e discutir os problemas e demais assuntos de interesse geral do Assentamento, dando os devidos encaminhamentos após consulta coletiva ao Núcleo de Base ou Assembleia (os assentados Raimundo e Chico Mendes foram coordenadores); Núcleo de Base, com a função de reunir o conjunto das famílias assentadas; e Setores como Saúde, Educação, Produção, Frente de Massa, Finanças, Gênero e Comunicação.

Na atualidade, a manutenção desta organização é um desafio. Luiz Beltrame, membro da liderança política, afirma que foram realizadas algumas substituições de lotes, o que inferiu na organização do Dandara. É possível observar o

envelhecimento, natural, dos quadros políticos e a própria preocupação/necessidade de organização e manutenção do lote, o que exige das famílias assentadas conseqüentemente, mais tempo no cuidado com as suas realidades. Mas isso não significa abandonar a luta pelo processo de implementação e consolidação do assentamento rural.

Neste sentido, Leite et al. (2004, p. 112) pontua: “Se no processo de luta pela terra era quase obrigatória a presença de algum tipo de representação dos trabalhadores, no novo contexto dos assentamentos nem sempre essa presença se mantém, sendo sua força também variável.” Como complementa:

A partir da criação dos assentamentos, a vida dos assentados assume uma nova dinâmica, surgem novos espaços e redes de sociabilidade, refazem-se e reconstroem-se os antigos, e estabelece-se uma nova dinâmica na relação “para fora” do assentamento, e com o poder público municipal, e uma nova inserção na dinâmica política local. Mas ao mesmo tempo em que estão colocadas diversas “novidades”, impõe-se também, com grande força no cotidiano dos assentados [...] Assim as relações familiares e de parentesco, amizade e vizinhança existentes anteriormente, unidas à ação dos mediadores (sindicatos e movimentos) e do Estado, reconstroem as redes de sociabilidade que possibilitaram a participação dos trabalhadores nos processos de organização de luta pela implementação dos assentamentos rurais (LEITE et al., 2004, p. 111).

Todos os entrevistados mencionaram a existência da única Associação no assentamento: a Associação dos Assentados pela Reforma Agrária Dandara (AAPRAD), fundada em 30/11/2006. No período de realização da pesquisa estava em andamento a eleição do novo presidente e pudemos perceber como foi conflituoso. Não existe cooperativa no assentamento, muito embora o assentado Raimundo tenha mencionado o anseio de fundar uma, pois há no assentamento a industrialização do leite de búfala e fabricação de muçarela que porta o nome do assentamento. A unidade que fabrica a muçarela ainda é individual e outros assentados (Raimundo e Washington) fornecem o leite que é a matéria-prima.

Segundo Leite et al. (2004), no Brasil as cooperativas estão presentes em apenas 13% dos assentamentos rurais e possuem significativa representatividade na comercialização da produção dos assentados e assentadas.

O Secretário Municipal de Agricultura da época relatou sobre João Batista⁸⁹, proprietário da maioria das búfalas no Dandara, e do incentivo da Secretaria Municipal em fortalecer os assentados (as) para a criação de uma agroindústria. O

⁸⁹ Nome fictício.

assentado, por sua vez, não era do MST, trabalhava para o fazendeiro e tinha experiência com o trato destes animais. Logo, após a instalação do assentamento rural e com acesso aos créditos iniciou a produção da muçarela.

O assentado Raimundo, que possui 12 cabeças de búfalas, ratificou com muita convicção o intuito de fundar uma cooperativa, pois ele acredita no empreendimento com os companheiros assentados João Batista e Washington, tendo em vista o empenho de João Batista em disseminar a produção.

Raimundo: [...] nós ta formano e nós tem o grupo da búfala e nós já tem a indústria da muçarela aqui dentro, ela já tem o CNPJ, o cara tá lá hoje em Belo Horizonte produzindo na feira e eu num tenho que tá caçano a firma do outro leite e nós já pensano sinceramente em fundar uma cooperativa e tá fartando pouquinhos pessoas pra cabar de levantar ela.

Quando indagado acerca do impacto ao meio ambiente que a criação de búfala pode causar, Raimundo pontua que como qualquer outro animal, criado de forma demasiada e inconsciente, ela pode degradar o meio ambiente sim. Percebe-se a consciência que o assentado possui em produzir o necessário, no caso valor de uso para satisfação de suas necessidades, sendo que o excedente, valor de troca, pode colocar em risco o seu lote que não comporta 30 búfalas.

Entrevistadora: E ela não destrói muito o meio ambiente?

Raimundo: Não! Porque a criação não tem culpa do que o homem faz, o homem é muito ambicioso.

Entrevistadora: Então quer dizer que o gado degrada como a búfala?

Raimundo: Não minha fia, essa parte que o povo tem medo da degradação, tanto faz a búfala, tanto faz a vaca comum como a cruzada, tanto faz o nelore, o porco, como faz qualquer tipo, um cavalo. Mas, agora, se o homem tive consciência, não dá pra ter 30 búfalas aqui no meu lote, porque meu lote é pequeno.

Todos os entrevistados fizeram menção há 10 anos na condição de assentados e assentadas, sendo que o período que ficaram acampados segundo Washington e Paulo Justino, durou cerca de três anos, resguardadas as particularidades já mencionadas sobre a condição de acampados em outros assentamentos rurais. No PDA (2008) há registros de que as famílias, em sua maioria, moravam em barracos de lona espalhados pelo assentamento, a casa sede foi estabelecida como uso coletivo do assentamento.

Com relação ao processo de acampamento e constituição do assentamento, os relatos foram de sofrimento, tendo em vista a morosidade da chegada dos

créditos pelo Incra. Igualmente foi constatado no assentamento rural Tereza do Cedro. José Cláudio Ribeiro relata:

Entrevistadora: Como foi o processo de acampamento até assentamento?
José Cláudio: Muito sofrido, no acampamento é muito sofrido ocê num faz ideia do tanto que sofre. Então pra ocê chegar no ponto que chega aqui é mais sofrimento porque não vem os crédito na hora certa.

No relato de Washington, podemos perceber que apesar das dificuldades, o projeto de ter um “pedaço de terra” ultrapassa qualquer dificuldade,

Entrevistadora: Como foi o processo de acampamento até assentamento?
Washington: Olha. Nada fácil até hoje, né?!? Mas não sei se é porque a vontade de ter um pedaço de terra era muita, eu quase que não achei muitas dificuldade, mas teve dificuldade sim, mas é... A gente tem que passar por cima pra receber o objetivo que a gente quer né?

Por meio deste relato fica evidente a identidade do camponês sem-terra assentado da Reforma Agrária. Ele é movido pela vontade de “ter um pedaço de terra”, que mesmo diante de “muitas dificuldades” não desanima da luta, da resistência, pois este é o seu objetivo, esta é sua condição, de classe.

A constituição e consolidação do assentamento rural Dandara são muito distintas do assentamento rural Tereza do Cedro, basta ver as diversas mediações apontadas no decorrer desta discussão, a destacar a identificação da luta pela terra impulsionada pela militância/organicidade do MST percebida em todos os assentados e assentadas entrevistadas (os) do Dandara. A presença do MST enquanto movimento social organizado foi imprescindível neste assentamento. Tal realidade, sem dúvida, inferiu na presença do Estado na criação do PA que neste assentamento não foi tão moroso quanto foi no assentamento rural Tereza do Cedro. A organização no Dandara ainda é um desafio, porém se configura em um horizonte mais próximo que a do assentamento Tereza do Cedro.

A organização e mobilização destes assentados (as) determinará, em grande medida, se haverá políticas públicas nos assentamentos. Esta é análise que se dará na sequencia desta tese.

Aqui, permitimo-nos finalizar com o grito de ordem dos assentados do Dandara: “Dandara lutou, também vamos lutar por uma liberdade que vamos conquistar.” (SANTOS JÚNIOR et al., 2008, p. 55).

3.4 Os sujeitos da reforma agrária em Uberaba: escolaridade e acesso às políticas educacionais

Bergamasco⁹⁰ (1997), a partir de análise do I Censo⁹¹ de Reforma Agrária do Brasil em relação à escolaridade dos assentados e assentadas constatou que 39,4% dos titulares dos lotes eram analfabetos ou tinham a alfabetização incompleta, o mesmo percentual foi encontrado em titulares com o ensino fundamental incompleto; totalizando 78,8%. Naquele momento, a autora constatou que 97,6 % do total de titulares dos lotes estavam à margem de qualquer programa de estudos, indicando, então, a inexistência de políticas públicas para a educação de jovens e adultos nos assentamentos rurais brasileiros.

Em 1997 foi realizado o I Encontro Nacional dos Educadores da Reforma Agrária (Enera) na Universidade de Brasília (UnB), organizado pelo MST. O evento teve apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Fundo das Nações Unidas para a Ciência e Cultura (Unesco) e Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Ao término do encontro, entendido como um marco político, foi organizado um grupo para coordenar o processo de construção de um projeto educacional das instituições de ensino superior para os assentamentos rurais. O documento elaborado foi apresentado no III Fórum do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, nos dias 6 e 7 de novembro de 1997.

Em 16 de abril de 1998, por meio da Portaria nº 10/98, o Ministério Extraordinário de Política Fundiária criou o PRONERA, vinculado ao Gabinete do Ministro que aprovou o primeiro Manual de Operações do programa. No ano de 2001, o programa é incorporado ao Incra mediante edição da Portaria/Incra/nº 837 que aprovou o segundo Manual de Operações (MDA, 2004)

Com o objetivo de conhecer a **realidade educacional** dos assentamentos rurais de reforma agrária, em 2004 foi realizada a Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PNERA), publicada no início de 2005. Esta pesquisa foi viabilizada pelo MDA/Incra, em parceria com o Instituto de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/Ministério da Educação). A pesquisa foi de caráter censitário, sendo entrevistadas 522 mil famílias assentadas nos 5.595 assentamentos rurais

⁹⁰ Destacamos que a agrônoma, e atualmente professora titular da UNICAMP, Sônia Maria Pessoa Pereira Bergamasco, foi protagonista do censo realizado no Estado de São Paulo.

⁹¹ O Censo apurou um total de 161.556 famílias beneficiárias em 1.460 projetos de assentamentos distribuídos por 26 estados da Federação (BERGAMASCO, 1997).

implantados pelo Incra, localizados em 1.651 municípios. Naquela ocasião, a maioria das famílias afirmou o anseio por uma escola nos assentamentos rurais porque desejava, principalmente, que os filhos estudassem e, que no processo educacional, fossem desenvolvidos conteúdos relativos à vida nos assentamentos rurais, à vida no campo. Na época, o índice de analfabetismo era de 23% entre a população assentada. (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2005).

Somente em 2004 o MDA assumiu o PRONERA, que historicamente foi fruto de lutas acumuladas desde 1997 por movimentos sociais, sindicatos, pesquisadores, militantes, trabalhadores e trabalhadoras rurais pelo direito da educação pública de qualidade em consonância com a realidade do campo. Segundo o MDA (2004, p. 9), o PRONERA é “[...] uma política pública de Educação do Campo, desenvolvida nas áreas de reforma agrária e assumida pelo governo brasileiro”, cujo objetivo “[...] foi fortalecer o meio rural enquanto território de vida em todas as dimensões: econômica, social, política, cultural e ética.” Até a extinção do MDA, o PRONERA era executado pelo Incra. Não sabemos quais serão os desdobramentos futuros desta política pública.

Em 2010, por meio de pesquisa por amostragem realizada pelo Incra, foi revelado que o tema da educação permanecia como grande desafio para as populações assentadas em todas as regiões do país. Conforme MDA (2009, p. 10), a região sudeste, na qual está circunscrito o estado de Minas Gerais,

[...] tem 40.156 famílias assentadas. Apresenta um índice médio de pessoas não alfabetizadas de 13,60%. Têm nível de escolaridade de 1ª a 4ª série 38,17% dos assentados e apenas 27,93% cursaram o nível fundamental completo. Têm o ensino médio incompleto 8,76 % dos assentados; 9,37% completaram o ensino médio; em relação ao ensino superior, 1,01 % completou algum curso de nível superior e 1,16% estão cursando.

Assim, diante da latente pressão política dos diversos movimentos sociais que lutam pela reforma agrária, sindicatos, professores e pesquisadores da área, e em consonância com o Plano Nacional de Educação, foi criada a Política Nacional de Educação no Campo, por meio do Decreto nº 7.352 de 04 de novembro de 2010 (BRASIL, 2010), que dispõe sobre a política de educação do campo e o PRONERA. Complementarmente ao PRONERA, que assegurava a educação de jovens e adultos assentados e assentadas, a Política Nacional de Educação no Campo (PNEC) desenvolveu, de forma descentralizada com os Estados, Distrito Federal e

Municípios, a ampliação e qualificação para a educação básica e superior às populações do campo. Na política nacional estão previstas as ofertas da educação infantil como primeira etapa da educação básica em creches e pré-escolas do campo, oferta da educação básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, acesso à educação profissional e tecnológica e acesso à educação superior, com prioridade para a formação de professores do campo. (BRASIL, 2010)

No âmbito estatal, de acordo com os princípios de descentralização político-administrativa, em 2015 foi aprovada as Diretrizes da Educação do Campo em Minas Gerais, que, segundo o documento oficial, foi construída com a participação dos movimentos sociais e universidades.

A instituição das Diretrizes da Educação do Campo de Minas Gerais resultou de um longo processo de discussões, ocorridas inicialmente pela articulação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em 2011, no IV Encontro dos Movimentos Sociais, em que o Movimento se reuniu com todas as secretarias do governo, incluindo a Secretaria de Estado de Educação, tendo a participação também de várias universidades, e apoiadores. Com a criação do Grupo de Trabalho: “Educação do Campo” (2011), o “I Seminário Educação do Campo: Propostas de Diretrizes para Minas Gerais” (2012) e o trabalho da Comissão Permanente de Educação do Campo (CPEC) ao longo dos anos de 2013, 2014 e finalmente com sua aprovação em 2015. (SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS, 2015, p. 6).

Assim, no período de 1997 a 2015, estas políticas públicas em âmbito federal e estatal foram elaboradas e ainda estão em implementação de forma descentralizada. Elas visam garantir o direito à educação pública em todos os níveis à população do campo, à população assentada. A tônica dos movimentos sociais, dos sujeitos coletivos que teceram a luta por estas políticas, é pautada em uma educação do campo construída a partir da valorização dos sujeitos, da realidade em que vivem e de forma participativa. No entanto, sabemos que durante o processo de implementação e execução de uma política pública muitos desafios perpassam sua realização, desafios concernentes à descentralização, orçamento, recursos humanos e até mesmo o controle social da política pela população.

Algumas pesquisas evidenciam a escolaridade de assentados e assentadas na atualidade, como por exemplo, Carvalho (2013), que investigou 30 assentamentos rurais situados na região de Andradina/SP, noroeste do Estado de São Paulo, com 244 famílias. Com relação aos responsáveis pelas famílias, a pesquisadora constatou que o maior contingente foi de pessoas com menos de 4

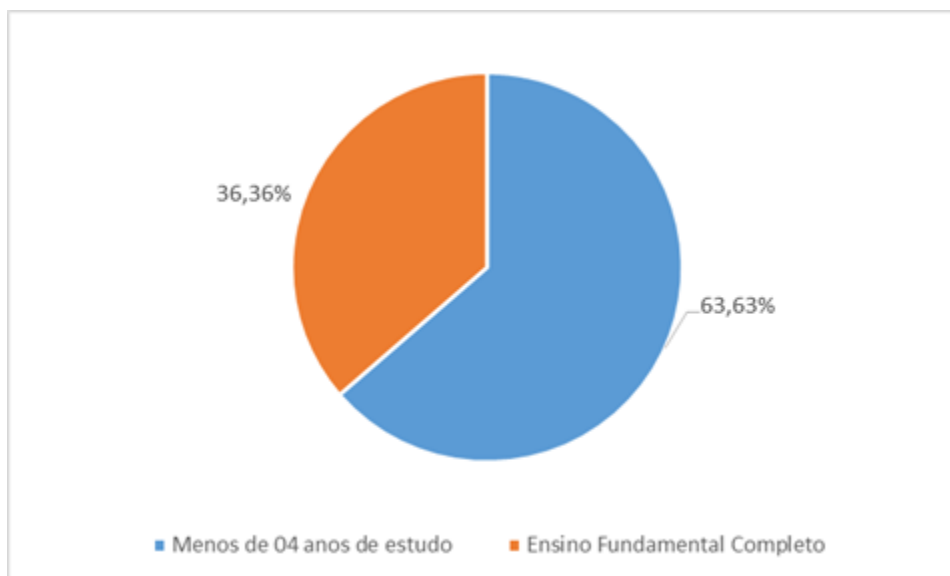
anos de escolaridade (38,6%). Contudo, poucos analfabetos (3,7%) e pouquíssimos com nível superior (2,0%). Relativamente à escolaridade de todos os assentados, a pesquisadora concluiu que a maior população (32,4%) tem o ensino fundamental completo, sendo o percentual de analfabetos menor (1,5%) que o dos responsáveis pelos assentamentos. O percentual de pessoas com nível superior é igualmente de 2%. Comparando a realidade constatada por Carvalho (2013), os assentados (as) da região de Andradina/SP possuem maior índices de escolaridade, quando comparados aos indices da região sudeste. Porém, tais índices são insuficientes para a análise do processo educacional como um todo, pois são algumas aproximações da realidade que perpassa a escolaridade e o acesso à educação dos assentados (as).

O nível de escolaridade dos moradores do Assentamento Reunidas⁹², também do Estado de São Paulo, revela baixa escolaridade: 66% não completaram o 9º ano do ensino fundamental; 12% chegaram a frequentar o ensino médio, sendo que apenas 3% o concluíram. Embora haja um baixo nível de escolaridade entre os moradores, o índice de analfabetismo (10%) é menor que a média estadual da população do campo.

Inseridos nesta totalidade, constatamos que nos assentamentos rurais de Uberaba as referidas políticas ainda não representaram para os assentados e assentadas entrevistados um salto qualitativo nos níveis de escolaridade, tendo em vista que 63,63% ainda apresenta menos de quatro anos de estudos e 36,36 % o ensino fundamental completo. Percebemos que o maior contingente está aquém da média da região e o menor contingente acima da média da região. Englobando a totalidade dos assentados e assentadas adultos dos grupos familiares pesquisados, incluindo os sujeitos entrevistados temos um total de vinte adultos. Com exceção da pessoa com deficiência existente no assentamento Dandara, 60% possuem ensino fundamental incompleto, 35% ensino fundamental completo e 5% com o ensino médio incompleto.

Gráfico 4: Gráfico da escolaridade dos assentados e assentadas dos assentamentos rurais Dandara e Tereza do Cedro - Uberaba/MG

⁹² O Assentamento Reunidas é o maior assentamento do Estado de São Paulo, com 632 famílias.



Fonte: Elaborado por Gabriela Masson - Dados da pesquisa/ 2015.

Nas entrevistas os assentados e assentadas foram indagados com relação à existência de escolas nos respectivos assentamentos rurais, todos responderam que ela nunca existiu. Todas as crianças e adolescentes frequentam a escola rural e municipal, Maria Carolina Mendes, mais conhecida como Calcário. Segundo os assentados do Dandara, há transporte público gratuito (Vans) que são da prefeitura municipal:

Entrevistadora: Existe escola no assentamento?

Paulo: Não!

Entrevistadora: Como os meninos vão pra escola?

Paulo: É de VAN ela busca meio-dia e traz ali pra 17h30

Entrevistadora: E eles vêm buscar?

Raimundo: Aqui na porta. A nossa escola aqui é boa, tem gente ali pra dedê, eu não acho a direção da escola ruim, mas o que falta na escola eu digo.

Entrevistadora: Existe escola no assentamento?

Washington: Tem no Calcário

Entrevistadora: No Calcário? E como que os assentados vão pra escola?

Washington: Vão de van

Entrevistadora: De van? Da onde essa van é?

Washington: Da prefeitura

Lediane: De Uberaba, são três van

Washington : São três ou quatro van

Chico Mendes: No assentamento não!

Entrevistadora: Como os assentados vão para escola?

Chico Mendes: O trânsito é municipal. A prefeitura contrata as Van e as Van puxa.

No assentamento Tereza do Cedro, onde apenas uma assentada entrevistada possui ensino fundamental completo, houve a iniciativa de uma escola para adultos. Segundo Dorothy, existem muitos analfabetos no assentamento. A iniciativa, que não perdurou muito, não foi pública, mas da filha de um assentado com apoio da FETAEMG:

Entrevistadora: Existe escola no assentamento?

Dorothy: Não! Teve essas escolinhas para adulto, montou biblioteca. Uma meia dúzia que ía, porque no assentamento tem muito analfabeto. Foi a filha do João pela federação, mas não durou muito tempo, no máximo 6 meses.

Percebemos na fala da assentada Dona Dora, de 70 anos, o anseio de voltar a estudar, ou “volta pra escola”, nos seus termos. A assentada sonha com o dia em que a sede do assentamento seja reformada para que atividades como artesanato e educação sejam realizadas lá, que é lugar ideal.

Entrevistadora: Existe escola no assentamento?

Dona Dora: Tinha! Mas depois cabou! Era pra tê! O tanto que nós queria, Gabriela, reformar aquela sede, arrumar um serviço pra nós fazê artesanato, volta pra escola.

O deslocamento das crianças e adolescentes tem doze quilômetros que apresenta muitos riscos, segundo os assentados e assentadas, haja vista a precariedade das estradas rurais que ligam os assentamentos às rodovias, e que inclusive já causaram acidentes, conforme destacou José Cláudio.

Entrevistadora: Existe escola no assentamento?

José Cláudio: Não tem! A escola mais próxima que tem aqui é 12km. Eles vão de Van que a prefeitura manda buscar. Mas ocê tem uma estrada ali que logo, logo se num arruma acontece acidente, como já aconteceu com uma companheira nossa aí. Ela tava de moto e caiu, porque lá num tem condição.

O assentado Chico Mendes completa afirmando que a precariedade da estrada piora em época de chuvas,

Chico Mendes: Nossa! Na época da chuva, impossível!

A assentada Dortahy, da mesma forma, evidencia a precariedade do transporte da prefeitura municipal no que diz respeito à morosidade. Isso pode estar relacionado à insuficiência de veículos para atender a todos os estudantes que residem no campo. Suas filhas concluíram o ensino médio, sendo que uma delas fazia faculdade no dia da entrevista realizada. Soubemos que a mesma já se formou na UFTM.

Entrevistadora: Como os assentados vão para escola?

Dorothy: Tem as Van que pega os menino pra ir pra escola, toda vida teve, toda vida foi com a Van. Tem vez que meu sobrinho pega 15h00 horas aqui para entrar as 19h00 da noite no Calcário. Porque é assim eles vão passando nas fazenda. Todas as minhas filhas estudaram e acabaram o Colegial. Uma delas faz faculdade, uma delas começou e parou.

Adélia, assentada do Tereza do Cedro, ao ratificar que não existe escola no assentamento, pontua a inexistência de crianças lá, pois, como demonstramos, é um assentamento rural com predomínio de uma população envelhecida. Cabe destacar, que caso existisse uma escola neste assentamento ela não estaria restrita somente aos “meninos”, nos termos de Adélia, mas atenderia a muitos assentados (as) analfabetos que Dorothy afirmou existir.

Entrevistadora: Existe escola no assentamento?

Adélia: Não

Entrevistadora: Como os assentados vão para escola?

Adélia: A perua vem buscar, vem do Mujico, vai pro Calcário. Mas aqui não tem menino também! É um assentamento que não tem menino, o menino que tem só é da Maria que tá lá.

Destarte, percebemos que o acesso dos assentados e assentadas à política educacional nos assentamentos pesquisados é restrito a crianças e adolescentes em idade escolar. As condições da estrada e morosidade das Vans parecem indicar que a população do campo possui dificuldade de acesso a política educacional, e mesmo que a prefeitura municipal viabilize transporte público até a escola rural, a precariedade foi evidenciada pelos sujeitos entrevistados. Ademais, os assentados e assentadas que não concluíram o ensino médio ou fundamental, não frequentam a escola pública.

No PDA do assentamento Dandara está registrado a existência de um setor de educação, que:

Após a demarcação da Área Comunitária do Assentamento, membros do setor de educação deverão reivindicar, junto à Secretaria Municipal de Educação de Uberaba, os materiais necessários para a construção da escola. (SANTOS JÚNIOR et al., 2008, p. 57).

No entanto, durante a realização da entrevista não foi mencionado por nenhum assentado ou assentada deste assentamento alguma mobilização nesta direção, bem como nenhuma parceria do MST com a Prefeitura Municipal para a referida construção da escola.

Os demais sujeitos da pesquisa que foram os dois representantes da esfera governamental, o Secretário de Agricultura, Pecuária, Pesca e Apicultura de Uberaba, esteve no exercício do cargo durante o período de fevereiro de 2013 a julho de 2015. Ele possui 55 anos e sua formação acadêmica é em direito, com MBA em direito empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Durante sua trajetória, foi servidor público e se aposentou pelo Banco do Brasil. Quando indagado em entrevista acerca de sua participação em algum movimento social/militância, afirmou sua relação com a construção e fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), em Minas Gerais; da Central Única dos Trabalhadores (CUT); e posteriormente, da Confederação Nacional dos Bancários:

Secretário de Agricultura, Pecuária, Pesca e Apicultura de Uberaba: Eu fui um dos fundadores do partido dos trabalhadores, em Minas Gerais. Comecei a trabalhar em João Pinheiro, depois fui fundador da CUT regional aqui no Triângulo Mineiro. Depois fui presidente do Sindicato dos Bancários de Uberaba, fui presidente da Federação dos bancários de Minas Gerais, fui representante dos funcionários do Banco do Brasil de Minas nas Mesas de Negociação. Ajudei a fundar a CNB (Confederação Nacional dos Bancários) na década de 1990. Acho que foi isso do ponto de vista político, fomos também os fundadores da primeira cooperativa de créditos bancários do Banco do Brasil e a primeira do Brasil foi em Uberaba. E a primeira rádio comunitária do Banco do Brasil, porque naquela época a rádio comunitária era proibida. Esse é o histórico político que tenho.

Destacamos que na ocasião da entrevista com o Secretário de Agricultura ele nos informou sobre sua saída da Prefeitura de Uberaba para assumir uma indicação do cargo de diretor de Inclusão Produtiva, ligado à Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério de Desenvolvimento Agrário no MDA. Indagado sobre sua substituição, até mesmo com nossa preocupação de continuidade ao trabalho que iniciou, ele afirmou que havia deixado o nome de José Geraldo Celani como indicado, pois este possuía vasta experiência na área.

No entanto, no dia 07/07/2015 foi anunciado no Jornal de Uberaba que Rodolfo Cecílio, mais conhecido como Turquinho, ocuparia essa pasta a partir da indicação do Prefeito Municipal Paulo Piau (PMDB) (RODRIGUES, 2015). Na atualidade, a Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Apicultura de Uberaba ou Secretaria Municipal do Desenvolvimento Agrário passou por uma mudança estrutural por meio do Decreto Municipal nº 5.296, de 22 de janeiro de 2016, (PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERABA, 2016) transformando-se na Secretaria do Desenvolvimento do Agronegócio, com José Geraldo Borges Celani⁹³ ocupando a pasta desde outubro de 2015 como secretário. Como percebemos, é nítida a vinculação da Prefeitura Municipal, via Secretaria, com a agricultura patronal, com o agronegócio, sendo que até mesmo o nome foi alterado, evidenciando esta vinculação direta. Dentre a finalidade e atribuições da Secretaria do Desenvolvimento do Agronegócio encontramos: “[...] incentivar a modernização agropecuária, assim como o desenvolvimento do agronegócio no Município, visando ao desenvolvimento econômico, social e rural.” (PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERABA, 2016). O desenvolvimento que o poder municipal de Uberaba prospecta para o campo, para a agricultura de Uberaba, é pautado no agronegócio. No decorrer deste trabalho discutiremos, problematizaremos e comprovaremos tal realidade que produz tanta desigualdade social.

O outro sujeito entrevistado da esfera governamental foi o Superintendente do Incra do estado de Minas Gerais. Ele possui 52 anos e já ocupou o referido cargo entre janeiro de 2009 a março de 2010, no segundo mandato do presidente Lula. Na data da entrevista, 08/09/2015, faziam 90 dias que havia reassumido o cargo. Sua formação também é em direito, é assentado pela reforma agrária e, segundo seu relato, possui significativa militância atrelada às primeiras ocupações do Estado de Minas Gerais, no município de Novo Cruzeiro no Vale do Jequitinhonha:

Superintendente Estadual do Incra por Superintendente Estadual do Incra de Minas Gerais: Sou militante da Reforma Agrária há aproximadamente 28/29 anos [...]. Fui militante ao longo deste tempo nos movimentos sociais, inicialmente nas pastorais sociais, vinculados à Igreja católica inicialmente e depois no movimento sindical de trabalhadores rurais da minha região lá onde eu moro atualmente. Minha região é do Vale do Rio Doce, a região leste do estado e lá participei da luta pela Reforma Agrária desde 1985/1986. Em 1988 eu ajudei a coordenar a primeira ocupação massiva de luta pela terra no estado de Minas Gerais,

⁹³ José Geraldo é zootecnista, pós-graduando em agronegócio na Faculdade Associadas de Uberaba (FAZU), servidor de carreira há 22 anos na Prefeitura Municipal de Uberaba.

que foi em Aruega, no município de Novo Cruzeiro, no Vale do Jequitinhonha. [...] Sou assentado da Reforma Agrária, também lá na Região do Vale do Rio Doce. O primeiro acampamento em 1988 e o assentamento se deu em 1997, nove anos depois. E tive o privilégio de ocupar o cargo de superintendente do Incra daqui de Minas Gerais no segundo mandato do Presidente Lula, em 2009/ 2010. E agora, tenho o privilégio de voltar no segundo mandato do governo da Dilma já no início e estou aqui há aproximadamente 90 dias. Enfim, a luta pela Reforma Agrária que a gente já participava efetivamente.

Com relação à liderança política, Luiz Belltrame, 53 anos, possui ensino superior completo, no caso Administração Rural e gestão de Agroindústria, pós-graduação no âmbito de especialização em docência de ensino médio técnico superior e residência agrária. Atualmente, é discente em matemática no Projeto LECAMPO⁹⁴, na UFTM. É assentado há 15 anos no município de Sacramento, no assentamento rural Olhos D'Água em uma comunidade com 27 famílias. Está há dezesseis anos militando na região do Triângulo Mineiro e hoje faz parte da Coordenação Regional do MST. Segundo Luiz, o movimento na atualidade necessita dispendar tempo para resgatar e constituir o que ele denomina de “mística de luta”, pois o vínculo do assentado (a) está com a produção.

Luiz Beltrame: [...] nós temos 20 assentamentos do MST na região. Hoje o vínculo maior é com a produção e precisamos mudar isso, pois está muito sem a dinâmica de luta e mística. Pois neste últimos 12 e 13 anos acabou caindo nessa vala de ficar sem constituir em uma mística de luta.

Durante a realização da pesquisa, constatamos que os entrevistados do assentamento Dandara possuem vinculação com Luiz Beltrame por meio da militância. Como no caso de Raimundo, que menciona o aprendizado que adquiriu com Luiz e sua esposa:

Raimundo: Quando eu entrei nós já tava em 62 famílias e eu num esperava nunca que eles ia tacar eu lá de cara em militância, aí eu já comecei e Luiz Beltrame me ensinou demais, a esposa dele me ensinou com a turma veia tudo fui aprendendo, fui adquirindo experiência, eles falava pra num bate de cara com os que ta veio lá acampado, ocê vai bate de cara com o que ta assentando tem tempo?

⁹⁴ A Licenciatura em Educação do Campo (LECAMPO) é uma licenciatura dirigida às populações rurais e do campo, fruto de um processo de seleção de propostas de Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET), para criação de cursos de Licenciatura em Educação do Campo, do Programa de Apoio à Formação Superior em Educação do Campo (PROCAMPO).

O Superintendente do Incra/MG e a liderança política entrevistados, também são assentados, segundo relatos dos mesmos. Possuem, por sua vez, nível de escolaridade distinto dos sujeitos entrevistados, ensino superior no caso. Isso pode ter sido possibilitado pela militância de anos do MST, que busca incentivar seus quadros políticos a uma capacitação continuada.

Com estas aproximações, percebemos que nos assentamentos rurais em questão o acesso à política educacional ainda é restrito a crianças e adolescentes e de forma precária. Logo, o acesso à política para jovens e adultos ainda se constitui um desafio no Tereza do Cedro e no Dandara.

3.5 O trabalho como categoria fundante do ser social: a realidade dos assentados e assentadas do Tereza do Cedro e Dandara

“A vida na roça é boa. Tendo a terra da gente, porque na terra dos outros, a gente só é humilhado.” (Raimundo Gouveia, sem-terra sobrevivente da carnificina de Eldorado dos Carajás).

Partimos da premissa de Marx e Engels (2009, p. 63) de que o trabalho, como criador de valores de uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem em qualquer sociabilidade humana. Conforme destacam: “[...] aquele cuja utilidade se patenteia no valor-de-uso do seu produto, ou cujo produto é um valor-de-uso.” Dessa forma, está diretamente associada a seu efeito útil, a satisfação de uma necessidade natural e eterna que possibilita o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, a manutenção da condição humana.

O trabalho, na base da atividade econômica, torna possível a produção de qualquer bem, criando valores que constituem a riqueza social, bem como, revela o próprio modo de ser dos homens e da sociedade, ou seja, é categoria central para a compreensão do fenômeno humano-social. No trabalho, o gênero humano transforma matérias naturais em produtos que satisfaçam suas necessidades (objetiva e subjetiva) por meio de uma interação com a natureza.

Observamos que quando indagado acerca de sua vida no projeto de assentamento da reforma agrária, o assentado José Cláudio destacou esta relação do homem com a natureza, viabilizada pela vida no assentamento, no campo, que segundo ele é “um pequeno paraíso”.

José Cláudio: Bom! Assim... Tem duas coisas que eu posso te explicar. A vida nossa aqui no campo, pra ocê viver e respirar esse ar puro aqui é excepcional isso aqui é bom demais. [...] É um pequeno paraíso.

Ainda em Marx e Engels (2009), encontramos a análise referente à discussão sobre necessidades humanas na medida em que pontuam o que de fato seria uma necessidade natural, abordadas na *Ideologia Alemã*, denominando-as como “necessidades imprescindíveis”. Já no *Capital*, Marx (2009b, p. 201), afirma:

As próprias necessidades naturais de alimentação, roupa, aquecimento, habitação etc. variam de acordo com as condições climáticas e de outra natureza de cada país. Demais, a extensão das chamadas necessidades imprescindíveis/ básicas e o modo de satisfazê-las são produtos históricos e dependem, por isso, de diversos fatores, em grande parte do grau de civilização de um país e, particularmente, das condições e, que se formou a classe dos trabalhadores livres, com seus hábitos e exigências peculiares.

No modo de produção capitalista estas necessidades naturais e básicas ficam atreladas, condicionadas à venda da força de trabalho para serem satisfeitas pelo homem pela via do mercado. Como vivemos nesta sociabilidade desigual, injusta, a satisfação destas necessidades, de subsistência/sobrevivência humana é subsumida à mercadoria, já que os meios de produção e reprodução da vida são privadamente apropriados.

No projeto de assentamento rural, no entanto, Dona Dora não só falou da sua relação orgânica com o campo, como igualmente, da possibilidade de satisfação das necessidades naturais e básicas sem elas estarem majoritariamente à mercê da satisfação via mercado, como nos centros urbanos. Similarmente, ela ratificou que no assentamento “nunca passo farta de nada”

Dona Dora: [...] como se diz, a gente nasceu e criou na roça. A cidade é muito difícil, e também assim pro meu marido que não gostava da cidade de jeito nenhum, quando nós caso o pai dele tinha fazenda, morreu, acabou. Aí nós morava na cabeceira de Goiás, alugava umas terra lá, colhia arroz, feijão, aí foi quatro mês [...] Aqui nunca passo farta de nada.

A assentada Adélia pontuou sobre tal realidade do mesmo modo, ou seja, a partir da relação orgânica com a terra sua necessidade natural de alimentação nunca deixou de ser satisfeita. Complementarmente, Dorothy relatou sua relação com a terra que antecede a entrada no assentamento rural, mas que desde então sempre produziu para a família, o necessário para a mesma.

Adélia: Aqui memo tem muita coisa que a gente não compra, né!? Galinha não compra, ovo não compra, só não tem vaca né!? Porco também nós tinha, mas o milho tava caro e vai ino, coisa de comer graças a Deus não falta, tem como a gente tirar da terra né!?

Dorothy: Eu tinha a experiência de morar em horta, por isso sempre cultivei horta, as plantinhas entre a beira da estrada. Lá não tinha nada entre a estrada e a linha de terra lá, lá na Palestina, não tinha nada, só um pedaço mudo. Deixo um pomarzinho, tocava horta, criava galinha e criava porco. Então a experiência nós pego por viver, né!? Aí depois nós entrou no assentamento, sempre tava num curso. Aí depois que foi legitimado, sempre vinha os técnico pra nós pra dar curso, para orienta, né!? E ensina, e a gente sempre produz para a família, o necessário.

Em nossa aproximação com as famílias assentas, e por meio das entrevistas realizadas, apreendemos que o vínculo da família de Dona Dora, Dorothy e Ana Maria com a terra e, conseqüentemente, com a atividade agrícola precede a ocupação na fazenda. Pois, anteriormente, viviam no latifúndio onde vendiam sua força de trabalho ao fazendeiro, que por sua vez, apropriava-se do excedente produzido agregando mais valor de troca a sua propriedade. Como podemos perceber no relato de Dona Dora:

Dona Dora: Nessa época tinha o fazendeiro aqui e era vivo, então chamaram meu marido pra trabaia aqui, pra fazer cerca, pra fazer barracão, pra colher e pranta arroiz, mexer com terra. Aí depois foi bate pasto, né!? Bateu pasto não sei quanto tempo...E aí surgiu uma outra mudança pra nós lá perto de Peirópolis e depois nós vorto pra Palestina, aí nós já tinha mudado. Aí depois que a gente veio pra aqui. Aí depois que nós veio pra aqui o gerente chamou meu marido pra vir pra cá pra trabaia, aí nós mudou pra cá pra trabaia.

A família foi para o território, que hoje é assentamento rural, à procura de subsistência, trabalho, emprego e renda. Após a ocupação, cada uma destas famílias possui um lote que varia entre 15,338 ha (Dorothy) e 18 ha (Dona Dora e Ana Maria). O que era um latifúndio, propriedade privada concentrada de um único proprietário, hoje é uma comunidade onde residem 26 famílias, que muito embora algumas ainda estejam na condição de assalariamento, estabelecem com a terra uma relação orgânica para satisfação das necessidades naturais, já que não possuem a satisfação de todas as necessidades atreladas ao mercado.

Com relação à organização dos lotes nos assentamentos rurais, Leite et al. (2004, p. 81) afirma que ela varia de acordo com cada realidade:

A organização espacial interna dos projetos de assentamento é diferenciada e parece seguir em geral um certo padrão espacial preexistente entre os agricultores familiares nas regiões onde os assentamentos estão inseridos, mas nem por isso deixam de apresentar inovações.

O autor ainda destaca que na maioria dos assentamentos rurais pesquisados as casas estão localizadas em lotes, e em apenas 24 dos 92 projetos (26%) foram encontradas agrovilas. O tamanho dos lotes geralmente é determinado pelo número de famílias, área desapropriada em módulo rural do município. Sant'Ana e Tarsitano (2009)⁹⁵ constataram que em todos os assentamentos analisados, a área predominante dos lotes era em torno de 15 a 16 ha. Na direção dos estudos dos autores citados, percebemos no assentamento rural Tereza do Cedro que os lotes dos sujeitos entrevistados variam entre 15 a 18 ha. No assentamento rural Dandara, que possui uma área menor, e, conseqüentemente, número menor de famílias, os lotes variam entre 12 a 15 ha.

Com esta reflexão, entendemos que mesmo diante de muitos desafios impostos para a permanência na terra, que ainda serão analisados nesta tese, a possibilidade de realização e satisfação das necessidades naturais e básicas é uma mediação que ratifica o quanto os assentados e assentadas se objetivam neste território por meio do trabalho que cria valores de uso. Trabalho este não totalmente travejado pelo valor de troca que tanto aliena o homem e as relações humanas.

Raimundo Gouveia, sem-terra sobrevivente de Eldorado dos Carajás, lembra-nos: “A vida na roça é boa. Tendo a terra da gente, porque na terra dos outros a gente só é humilhado.” Esta possibilidade de ter a própria terra por intermédio da reforma agrária pode dirimir a condição de dependência que a satisfação das necessidades naturais e básicas possuem quando atreladas unicamente ao trabalho assalariado. O trabalho na terra e com a terra pode possibilitar a práxis humana emancipada, tão cara em tempo de capital e fetiche.

3.5.1 O trabalho na vida dos assentados e assentadas: trajetórias e a relação com o rural

⁹⁵ Sant'Ana e Tarsitano (2009), em pesquisa realizada com 169 famílias de oito assentamentos rurais e com 80 entrevistas, objetivaram uma tipologia das famílias assentadas na região de Andradina (SP) com base nos principais sistemas de produção e de comercialização; e na presença (ou) não de diversificação da renda agropecuária.

Estudos evidenciam que a maioria dos camponeses, trabalhadores e trabalhadoras da reforma agrária, antes da condição de assentados e assentadas exerciam algum tipo de atividade rural. Tal realidade demonstra a vinculação que estes sujeitos possuem com o campo, mesmo que em um primeiro momento na circunstância de assalariamento.

Segundo Bergamasco (1997), a partir da análise do I Censo da Reforma Agrária no Brasil, a grande maioria dos assentados e assentadas já havia trabalhado na agricultura, cerca de 19,7% deles foram arrendatários, parceiros e foreiros; 16,6% foram posseiros e 9,1% ocupantes; e 12,4% vendiam sua força de trabalho na forma de assalariamento.

Leite et al. (2004), em análise do trabalho exercido pelos assentados e assentadas imediatamente antes de ir para os assentamentos rurais, constatou que 75% da população assentada estava ocupada anteriormente em atividades agrícolas como assalariados rurais permanentes ou temporários, posseiros, parceiros, arrendatários, o que evidenciou que a população assentada pesquisada mantinha, ainda que precariamente, algum tipo de inserção no mercado de trabalho especificamente na área rural.

Carvalho (2013) constatou que a maioria dos sujeitos entrevistados (51,2%) tiveram a maior parte de suas vidas atreladas ao trabalho na atividade rural, com significativa experiência na agropecuária (posseiros, arrendatários, trabalhadores do corte de cana, empregados de fazendas, assalariados rurais permanentes ou temporários etc.). Com relação aos entrevistados que vieram do meio urbano, 41,8% possuíam raízes camponesas, como a infância no campo, pais ou avós agricultores. A autora ainda problematizou que tal realidade pode estar relacionada ao êxodo rural daqueles que devido à modernização da agricultura, buscaram na cidade melhores condições de vida e trabalho.

Na tentativa de nos aproximarmos das atividades que perpassaram a trajetória dos assentados e assentadas entrevistadas na divisão sócio técnica do trabalho, anteriormente aos seus respectivos ingressos no assentamento rural, buscamos identificar se tais atividades estariam relacionais ao âmbito rural, urbano

ou ambos. Concluimos que 50% dos entrevistados (as)⁹⁶ exerceram exclusivamente atividades rurais assalariadas como: serviços gerais, tratorista, meeiro; 30% atividades assalariadas urbano e rurais; e 20% somente urbanas. Sendo assim, 80% já possuía experiência em atividades rurais/agrícolas.

O assentado Raimundo Rodrigues já realizou várias atividades no mercado de trabalho na condição de assalariado, mas a maioria é relacionada à atividade rural.

Raimundo: Ah minha fia, eu trabaiei maior parte do tempo na zona rural, aí eu saí da zona rural e trabaiei muito tempo pras essas firmas do governo. Então fui motorista, assim, funcionário de empresa privada num período bão. Eu mexi quase 15 anos com essas coisas, eu comecei na DEPAL agrícola, nós mexia com terraplanagem, levantamento, desmatamento [...]

Paulo foi operador de máquina na zona rural, nos seus termos,

Paulo: Eu era operador de máquina, trabaia de tratorista.

Entrevistadora: Na cidade?

Paulo: _Não! Na zona rural.

Chico Mendes trabalhou muitos anos na atividade rural, mas depois se tornou pedreiro:

Chico Mendes: Trabaiei muitos anos na zona rural, na roça, né!? E depois eu aprendi a profissão de pedreiro, aí eu fui pra cidade trabaia. Trabaiei 35 anos de pedreiro.

Miguel José trabalhava de “meeiro pros outros em fazenda”, condição muito comum para os camponeses sem-terra,

Miguel José: Oh... Lá na Iturama, eu trabaia assim, bem antes, eu traia de meeiro pros outros em fazenda, tirei semente, capim, vendia. Trabaiei com semente de capim, depois eu parei, aí eu fui pros assentamento, mai lá eu fazia de tudo, cortava cana, panhá laranja, tudo quanto é serviço de lavoura essas coisa, sabe? Eu fazia.

Entrevistadora: Tudo ligado ao rural?

Miguel José Caetano: É, tudo ligado ao rural.

A assentada Dona Dora exercia atividade laborativa na cidade que, na divisão social e sexual do trabalho, foi historicamente atribuída e imposta à mulher:

⁹⁶ Não conseguimos identificar com clareza a atividade exercida por Leidiane anterior a sua entrada no projeto de assentamento rural, sendo assim, esta assentada não entrou para a análise da porcentagem.

cozinhar, lavar e costurar. Após se tornar assentada, aprendeu a “mexer com a criação” para cuidar da alimentação da família. No meio rural, por mais que Dona Dora nunca tenha vendido sua força de trabalho, como no meio urbano, percebemos a ratificação de papéis historicamente atribuídos à mulher, conforme relatou:

Entrevistadora: Conta pra mim, Dona Dora, o que a senhora fazia de trabalho antes de virar assentada?

Dona Dora: A gente lavava roupa pros outro quando morava lá em Uberaba né!? Ía pra creche costurar, lavava roupa e passava. Aí eu vim pra cá, né!? Então eu lavava roupa, eu passava eu ía pra creche costurar. Depois que eu passei pra roça, fui mexer com as criação com porco, com galinha, com as vaca porque meu marido tirava leite, né!?

As famílias de Dona Dora, bem como a família de Dorothy, moravam naquele território antes mesmo dele se tornar um assentamento rural, ainda quando a propriedade era uma grande fazenda, latifúndio. E conforme contatamos, Dona Dora, fora as atividades para sua família, realizava atividades domésticas para os fazendeiros que ali viviam, na casa em que hoje é a sede do Assentamento.

Dona Dora: Eu mais a Dorothy moramo naquela fazenda lá em baixo, cozinhasse naquela sede, fazia comida pros fazendeiro, assava frango. A casa era bonita demais, mas ele era muito doente eu fazia tudo pra ele, arroiz pra janta [...]

Paulo afirma que além da esposa trabalhar no lote, sendo “seu braço direito”, ela também é responsável pelos cuidados com os três filhos, um deles com Síndrome de Down, e depois ainda o ajuda. Percebemos na fala de Paulo Justino a dupla, tripla jornada da mulher trabalhadora rural, assentada,

Entrevistadora: A sua mulher te ajuda?

Paulo: Sim! A minha esposa é o braço direito lá em casa, me ajuda bastante. Na parte da manhã ela arruma as coisas, manda as criança pra ir pra escola e depois me ajuda.

A assentada Ana Maria Santos Oliveira relatou que antes de se casar, quando ainda solteira, estudava e trabalhava na cidade com as mesmas atividades tidas historicamente como femininas, ou seja: faxineira e babá. Depois que se casou e efetivamente ficou no assentamento rural, passou a “cuidar dos meninos”, ser cozinheira em fazendas, ratificando este papel atribuído à mulher na divisão sexual do trabalho.

Ana Maria: Aí logo eu casei, aí fui cuidar de menino, mas eu sempre trabalhei, trabalhava de cozinheira na fazenda, era catar milho na roça, era fazer essas coisas de roça tudo que tinha oportunidade de fazer alguma coisa eu tava fazendo.

Da mesma maneira Dorothy, que já possuía vínculo com a atividade rural como “trabalhadora rural”, bem como seu marido que sempre trabalhou de “pau de arara” no corte da cana, braçalmente, e hoje trabalha como tratorista para fazendeiros na região.

Dorothy: Toda a experiência era trabalhadora rural que eu casei e fui pra roça.

Entrevistadora: Aqui em Uberaba mesmo?

Dorothy: Então, nós fico pouco tempo na cidade, e nós optamo pra vir pra roça, porque nós sempre trabaivava na roça, e as menina pequena nós optamos pra vir pra roça.

Entrevistadora: E o marido também?

Dorothy: É, sempre trabalhou no pau de arara, e ele pegou uma profissão e depois veio trabalhar com fazendeiro e o fazendeiro foi ensina a ser tratorista. Ele não tinha experiência nenhuma, ele trabalhava só com cortá cana, só que braçal, ele trabalhava até então na roça, mas como braçal, fazer cerca, fazer pasto. Aí ele pegou experiência com trator depois que ele veio para cá, que o fazendeiro pegou e ele optou por ensinar.

Acompanhamos o cotidiano de trabalho de Dorothy diversas vezes em que visitamos e estivemos no assentamento rural realizando entrevistas, na medida em que seu marido trabalha fora do lote para complementação da renda, Dorothy realiza **todas** as atividades laborativas **sem ajuda** de terceiros. Desde o trato dos animais (gado, porco e galinha), aos cuidados com a horta, pomar e de outros gêneros agrícolas que existem no lote. A experiência de seu marido como tratorista viabiliza, com frequência, o uso do maquinário do fazendeiro para arar a terra própria quando necessário para plantar milho e sorgo para o gado, ou até mesmo para a lavoura de um determinado gênero agrícola.

O esposo de Ana Maria, igualmente, vende sua força de trabalho para o mesmo fazendeiro que ele trabalhava antes de ser assentado, enquanto a assentada, desde então, responsabiliza-se pelo lote,

Ana Maria: Eu trabalhava na roça mesmo, lá na vila aqui, né? Eu morava aqui na fazenda do lado vizinha, eu e meu marido nós trabalhava com um fazendeiro e daí nós viemo pra cá e ele continuou trabalhando e tá até hoje com o mesmo patrão.

Já os assentados José Cláudio e Washington exerceram atividades assalariadas urbanas, o primeiro como pedreiro, mas conforme contatamos, com raízes camponesas. Ele diz ter sido “deportado” para cidade, processo que pode estar atrelado ao êxodo rural ocorrido a partir da década de 1960 com a modernização no campo.

José Cláudio: Trabalhava na cidade, eu era pedreiro em torno de 25 anos.

Entrevistadora: Como era?

José Cláudio: A vida muito corrida, né!? Para você trabalhar na cidade é uma correria danada. Na verdade, eu nasci e criei na roça, eu vim deportado pra cidade. Então meu sonho era vim pra cá mesmo!

Washington: Uai, eu trabaia em comércio, né.... De empregado.

Entrevistadora: E como que era essa experiência do senhor, assim, era complicado? Era mais difícil?

Washington: Ah, mais difícil, né? Bem mais difícil trabaia de empregado... num..num eu nunca gostei de trabaia de empregado.

Entrevistadora: Aqui o senhor faz o tempo do senhor né?

Washington: Ah faço!

O assentado Washington, era assalariado na cidade, onde ficava à mercê da venda da sua força de trabalho, quando assentado não mais se identifica como empregado, pois faz seu próprio tempo. O assentado Raimundo também afirmou que depois que entrou para o movimento nunca mais trabalhou para ninguém.

Raimundo: Tem dez anos, depois que eu entrei para o movimento eu nunca mais trabaiei pra ninguém.

O processo de trabalho no assentamento é intenso, conforme Raimundo ratifica, apesar de não trabalhar mais para ninguém afirma que para sobreviver, tirar seu próprio sustento, tem que “se explorar”,

Raimundo: Eu exploro se eu quiser sobreviver, se eu quiser tirar meu auto sustento aqui eu tenho que explorar eu, sabe!?

Paulo relatou seu cotidiano de trabalho no assentamento que chega a ultrapassar seis horas diárias, ou até mesmo 40 horas semanais,

Entrevistadora: Que horas você acorda mesmo para trabalhar?

Paulo: Seis horas, aí eu vou lá embaixo e coloco a horta pra molhar, volto e tiro o leite e depois volto pra horta de novo. 11h00 eu venho almoçar e quando é 13h00 e pouco eu volto pra horta de novo.

Mas destaca que quando tratorista, em época de safra não tinha hora para parar,

Entrevistadora: Lá quando você trabalhou como tratorista você trabalhou demais?

Paulo: Trabalhava demais, época de safra tinha hora de pegar, mas num tinha hora de parar.

O assentado Miguel José avalia qualitativamente que, apesar das dificuldades, o trabalho no lote é mais tranquilo, pois ele não precisa sair “pra fora” nos seus termos, mas possui seu próprio horário, conforme pontua,

Entrevistadora: E você avalia que, por exemplo, o trabalho que você fazia antes de vim para cá e hoje? Como que o senhor avalia isso?

Miguel José: Oia, pra falar verdade, eu acho melhor, não melhor assim porque ganha mais, é mais tranquilo, sabe? Ce não tem muita dificuldade de sair para fora pra trabaia, cê trabaia fazer alguma coisa...

Entrevistadora: Faz seu horário...

Miguel José: É... Mas aqui também eu num saio pra trabaia fora, mais cumpro horário, cumpro...

Miguel José reflete, como outros assentados e assentadas também pontuaram, que apesar do trabalho no lote ser intenso, no que diz respeito ao tempo de trabalho e as atividades, existe a possibilidade de controle do tempo, dos meios da produção do processo de trabalho. Esta não é uma realidade para a condição de trabalhador e trabalhadora assalariada (o), pois na maioria das vezes este trabalhador possui sua jornada de trabalho à mercê do tempo e controle do capital, assim como sua força de trabalho subsumida a produção de mais-valia.

O relato de Paulo evidencia esta discussão,

Entrevistadora: E você acha que você trabalhando assim é melhor trabalhar aqui do que na cidade para os outros?

Paulo: Nossa, muito mais né!? No dia que eu falo que não vou trabalhar eu não vou.

No relato de Paulo, que produz hortaliças e leite para serem comercializados, esta problematização fica evidente novamente, pois ele detém o controle do tempo e de seu processo de trabalho (meio e instrumentos de trabalho), além de sua força de trabalho. Ainda que trabalhe muito há a possibilidade de ter mais autonomia para não trabalhar no dia que quiser.

Concluímos que no assentamento rural Dandara todos os entrevistados e entrevistadas exercem atividades rurais no lote, José Cláudio também está na condição de assalariamento na cidade para complementação da renda familiar. No assentamento Tereza do Cedro todos os entrevistados exercem atividades rurais no lote, sendo que Miguel José realiza “bicos” em atividades rurais nas fazendas vizinhas para complementação da renda. O trabalho que realizam, majoritariamente, é uma atividade que produz valores de uso para satisfação e necessidades naturais e básicas, ademais, viabiliza aos assentados e assentadas maior controle sobre o processo de trabalho.

Sabemos que no modo capitalista de produção o processo de trabalho não constitui somente um processo de criação de valor de uso, mas sim, processo de valorização do capital, valor de troca. Desta forma, nos centros urbanos na condição de trabalhador e trabalhadora exclusivamente assalariada (ao) a força de trabalho está majoritariamente subordinada ao controle do capital, já que os meios de produção também o estão. Não estamos afirmando que estes assentados e assentadas não possuem nenhuma dificuldade, mesmo porque estão inseridos nesta estrutura de sociedade e a comercialização da produção, por exemplo, ainda é um grande desafio para estes assentamentos rurais, o que discutiremos no próximo capítulo. Mas podemos inferir, por meio desta reflexão teórico prática, que o trabalho realizado pelos assentados e assentadas entrevistadas (os) não está totalmente subordinado ao controle do capital, pois o produto do mesmo não é exclusivamente propriedade capitalista, valor de troca, mas valor de uso para a satisfação de necessidades das famílias.

CAPÍTULO 4 A AGRICULTURA PATRONAL/AGRONEGÓCIO E A AGRICULTURA CAMPONESA/FAMILIAR EM UBERABA: A REALIDADE DA PRODUÇÃO NOS ASSENTAMENTOS RURAIS

Floriô

Arroz deu cacho e o feijão floriô,
milho na palha, coração cheio de amor.

Povo sem-terra fez a guerra por justiça
visto que não tem preguiça este povo de pegar
cabo de foice, também cabo de enxada
pra poder fazer roçado e o Brasil se alimentar.

Com sacrifício debaixo da lona preta
inimigo fez careta, mas o povo atravessou
rompendo cercas que cercam a filosofia
de ter paz e harmonia para quem planta o amor.

Erguendo a fala gritando Reforma Agrária,
porque a luta não
para quando se conquista o chão
fazendo estudo, juntando a companheirada
criando cooperativa pra avançar a produção.

4.1 A reforma agrária: política pública de desenvolvimento ou política social?

A civilização que confunde os relógios com o tempo, o crescimento com desenvolvimento e o grandalhão com a grandeza, também confunde a natureza com paisagem (Eduardo Galeano).

Conforme já discutimos ao longo deste trabalho, ainda convivemos com herança não resolvida da economia colonial. Temos um modelo de desenvolvimento econômico, político e, por sua vez, social calcado no agronegócio e na agricultura patronal que revela diariamente a inesgotável capacidade de resistência ao tempo, em detrimento das iniciativas de democratização da terra para a agricultura camponesa por meio da reforma agrária. Ainda temos uma estrutura fundiária rígida, conforme tem demonstrado o índice Gini⁹⁷,

Na Tabela 12 observamos a evolução do índice Gini por regiões do Brasil até o ano de 2006. As regiões Norte e Nordeste apresentavam maior concentração da propriedade de terra, sendo que nestas regiões também estão concentrados os conflitos de terra, a destacar os mais violentos da história do Brasil, conforme evidenciamos no Capítulo 2. Os estados da região Sul exceto Santa Catarina apresentaram um aumento no índice. Assim como o estado de São Paulo e Minas Gerais da região Sudeste, que foi pioneira no processo de modernização conservadora e hoje por meio destes estados lidera o ranking de produção de cana de açúcar no Brasil. Os estados da região Centro Oeste mantiveram seus índices.

Nesta direção o índice geral do Brasil teve expressivo aumento o que sinaliza portanto, que a estrutura de posse da terra foi pouco alterada no período de 1985 a 2006.

O desenvolvimento da agricultura patronal/agronegócio pode ser evidenciado pela baixa renda do trabalho, associada à diminuição do capital variável ou até mesmo à intensificação da exploração, bem como pelo incremento do capital constante. Esta relação altera e *ressignifica* a composição orgânica do capital no campo que, dessa forma, escancara a estrita relação entre agricultura

⁹⁷ Segundo Stedile (1997, p. 20): “A variação da concentração da propriedade da terra é medida por um índice estatístico denominado índice Gini. Este indicador mede o grau de concentração ou de distribuição das terras em um país entre seus proprietários e varia de zero a um [...]”

patronal/agronegócio e exploração humana, conforme evidencia Sampaio Júnior (2013, p. 190):

O fato fica evidente quando se constata hoje a renda média dos trabalhadores rurais pobres é de aproximadamente 80% do salário mínimo, e que a renda média dos trabalhadores rurais não pobres é 40% inferior ao rendimento médio nacional.

Tabela 12: Evolução do Índice de Gini - segundo as Unidades da Federação - 1985/2006

Unidades da Federação	Evolução do Índice de Gini		
	1985	1995	2006
Brasil	0,857	0,856	0,872
Rondônia	0,655	0,765	0,717
Acre	0,619	0,717	0,716
Amazonas	0,819	0,808	0,837
Roraima	0,751	0,813	0,664
Pará	0,827	0,814	0,822
Amapá	0,864	0,835	0,852
Tocantins	0,714	0,726	0,792
Maranhão	0,923	0,903	0,864
Piauí	0,896	0,873	0,855
Ceará	0,815	0,845	0,861
Rio Grande do Norte	0,853	0,852	0,824
Paraíba	0,842	0,834	0,822
Pernambuco	0,829	0,821	0,825
Alagoas	0,858	0,863	0,871
Sergipe	0,858	0,846	0,821
Bahia	0,840	0,834	0,840
Minas Gerais	0,770	0,772	0,795
Espírito Santo	0,671	0,689	0,734
Rio de Janeiro	0,815	0,790	0,798
São Paulo	0,770	0,758	0,804
Paraná	0,749	0,741	0,770
Santa Catarina	0,682	0,671	0,682
Rio Grande do Sul	0,763	0,762	0,773
Mato Grosso do Sul	0,860	0,822	0,856
Mato Grosso	0,909	0,870	0,865
Goiás	0,766	0,740	0,776
Distrito Federal	0,767	0,801	0,818

Fonte: Elaborado por Gabriela Masson - IBGE (2006).

Não obstante, é real que no atual cenário brasileiro há predomínio predatório das grandes empresas que cada vez mais organizam suas atividades produtivas e o processo de trabalho tendo como referência as vastas extensões de terra e a mobilização de um contingente de mão de obra barata para a produção de mercadorias em larga escala, em regime de monocultura, quando não são descartados pela mecanização ficando à mercê do desemprego estrutural. Já discutimos esta realidade neste trabalho.

Desta forma, a cristalização do latifúndio e o crescimento do exército industrial de reserva são particularidades que perpassam uma das sociedades mais injustas do mundo, como muito bem explicita Sampaio Júnior (2013, p. 193):

A raiz das gritantes desigualdades sociais, que caracterizam o Brasil como uma das sociedades mais injustas do mundo, encontra-se na relação umbilical entre a concentração da propriedade fundiária e a presença de um gigantesco exército industrial de reserva permanentemente marginalizado do mercado de trabalho.

Neste contexto, a política agrária, que é por essência estrutural, ou seja, tem o encargo de intervenção na estrutura social de posse da terra com vistas a sua alteração ou consolidação percebidas a longo prazo, tem como objetivo:

[...] intervir na estrutura da propriedade e da posse da terra prevalecente no meio rural, através de sua transformação ou regularização nas regiões onde a terra já foi historicamente apropriada privadamente (política de reforma agrária) e de sua influência no processo de ocupação de novas terras consideradas – pelas abrangências estatais ou pelos atores privados – como de fronteira agrícola (política de colonização). (DELGADO, N. G., 2009, p. 25-26).

A reforma agrária, desta forma, deveria assumir um papel de política pública de desenvolvimento, posto que é uma **política estrutural** e que juntamente com **políticas agrícolas, políticas sociais** e, mais recentemente, **políticas públicas de segurança alimentar e nutricional**, constituiria em uma mediação que pudesse **dirimir as desigualdades sociais historicamente construídas e consolidadas no território brasileiro, promovendo, assim, um desenvolvimento econômico e social no país**, calcado no desenvolvimento rural nos termos de Carvalho Filho (2009).

Segundo Bernardo Fernandes (2012), perspectiva com a qual coadunamos, o desenvolvimento territorial requer ser compreendido por sua amplitude e multidimensionalidade. Nesta acepção, a categoria território é interpretada como

um espaço político por excelência, ou seja, a criação de um território está associada às relações de poder, de domínio e de controle político, tendo em vista que os territórios não são apenas espaços físicos, como também sociais e culturais, políticos e econômicos, enfim: são espaços onde se manifestam, onde se constroem e reconstróem relações sociais, que são essencialmente contraditórias. Portanto, o território, nesta perspectiva, é espaço de questionamento e conflitualidade. Nos termos de Bernardo Fernandes (2012, p. 215): “[...] a noção de território somente como espaço físico é insuficiente para se pensar o desenvolvimento territorial.”

Em posição divergente há o entendimento de desenvolvimento setorial, calcado no desenvolvimento sustentável que tem o mercado como espaço de excelência e que incorpora um pensamento, uma direção de cunho neoliberal. Nesta perspectiva o “ideário do Desenvolvimento Sustentável”, nos termos de Maria das Graças Silva (2010), ganha centralidade nas propostas de amplos segmentos da sociedade, mobilizados e torno dos desafios de compatibilizar crescimento econômico, sustentabilidade ambiental e social. Desta forma, o apelo preservacionista é instaurado através do pacto entre Estado e sociedade civil:

O apelo preservacionista ganha força e assume a forma de um amplo pacto em torno do qual se mobilizam Estado e a sociedade civil para construir alternativas à destruição da natureza, fomentando práticas ecologicamente saudáveis e ambientalmente sustentáveis. (SILVA, M. G., 2010, p. 28).

A produção intelectual neste aspecto, ou conceito *fashion*, decorre da falta de crítica e distanciamento que os pesquisadores mantêm do tema e da realidade por sua vez. O conceito de desenvolvimento sustentável não incorpora o conflito como uma de suas mediações, pois seus pensadores partem do método positivista de interpretação da realidade, que por sua vez não apreende a realidade a partir de suas múltiplas determinações.

Esta discussão é concernente neste estudo na medida em que este último entendimento perpassa a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) na e para a elaboração de políticas públicas, estando no bojo das discussões para os territórios camponeses e territórios do agronegócio, enfim: tal entendimento rodeia as políticas públicas que compõe a reforma agrária ou o fortalecimento da agricultura patronal/agronegócio.

Os territórios camponeses, onde essencialmente estão circunscritos os assentamentos rurais, necessitam de políticas públicas de desenvolvimento a partir da lógica do trabalho familiar, cooperativo ou associado para a produção de diversas culturas para a subsistência e para os mercados locais e regionais. Os territórios do agronegócio já se valem de políticas públicas, sobretudo das agrícolas e privadas, a partir da lógica do trabalho assalariado, portanto, que pressupõe exploração para a produção em larga escala para exportação.

A partir deste entendimento e da lógica das relações sociais, os territórios camponeses e capitalistas necessitam de políticas públicas diferenciadas para o seu desenvolvimento, pois são realidades distintas, contextos e sujeitos distintos. No entanto, a maioria das linhas de crédito existentes são voltadas para o agronegócio segmentado no pequeno, médio e grande porte, e os créditos para o “pequeno” onde se circunscreve os assentados e assentadas, via de regra, é muito baixo.

Assim, para a implementação da reforma agrária é preciso muito mais que a desconcentração fundiária como as políticas agrárias. Lembrando que já pontuamos que o governo Lula cumpriu 37% das metas prometidas e Dilma assentou menos famílias que o governo FHC e Lula. Discussões, proposições e compromissos políticos que questionem e refutem o imperativo do agronegócio em detrimento das políticas de desenvolvimento da agricultura camponesa/familiar são, então, salutares. Neste caso, as políticas agrícolas e sociais não possuem o papel de assumir centralidade das ações que compõem a reforma agrária, mas sim, de estarem articuladas de forma intersetorial à política agrária com a finalidade de fortalecer a agricultura camponesa/familiar.

Nesta direção, haverá o fortalecimento e o reconhecimento sobre a importância de distintas relações de produção, como a camponesa/familiar, a associativa e a cooperativa.

Para Bernardo Fernandes (2013, p. 192),

A subordinação da agricultura camponesa ao capitalismo é resultado de políticas de desenvolvimento que determinam essa condição [...] A submissão do camponês ao capital é tanto um problema de economia política quanto de política econômica, mas é resultado de decisão política. Este é o cerne da questão agrária. É exatamente o debate da questão agrária que gera parâmetros para uma política de reforma agrária. Os governos neoliberais retiraram a questão agrária da pauta política e o governo Lula, por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), tratou-a com excessiva timidez, o que impediu que realizasse uma reforma

agrária plena e criasse mais políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura camponesa.

Para este autor, a ausência de políticas públicas para a agricultura camponesa, postura típica de governos neoliberais e neodesenvolvimentistas, ratifica a subalternidade do campesinato, colocando-o para a sociedade como um sujeito atrasado que não possui condições de desenvolvimento. Assim, sua única alternativa é se transformar em um agricultor familiar⁹⁸ ou pequeno produtor familiar, integrado ao modo de produção capitalista moderno. Esta concepção que muitas vezes orienta a formulação de políticas públicas é conhecida pela Geografia como Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA).

Bernardo Fernandes (2008, 2013, 2015) e Vinha (2012) destacam que os teóricos e pesquisadores formadores de concepções de mundo a partir desta perspectiva denominada na Geografia como PCA, entendem as desigualdades sociais como fruto das relações capitalistas, como **um problema conjuntural** (grifo nosso) podendo ser superadas por políticas públicas que seriam um dos meios para o desenvolvimento da agricultura camponesa. Neste entendimento, o Projeto Novo Mundo Rural, Procerá, Pronaf, Pronera e, mais recentemente, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)⁹⁹ possibilitam a integração do campesinato ou “agricultor de base familiar” ao mercado capitalista. Nos termos de Vinha (2012, p. 218): “A lógica do PCA não dá foco à luta pela terra como um instrumento de superação, mas nas políticas públicas de Estado, na pluriatividade e nas novas ruralidades.”

A luta de classes, quer dizer, a dimensão classista já explicitada neste trabalho, que no cenário brasileiro é a grande propulsora das manifestações, ocupações e desapropriações não é o eixo central que perpassa as discussões dos expoentes da linha de pensamento da PCA, ou paradigma, nos termos dos geógrafos. A problemática é alocada no campesinato, ou nos termos destes pensadores e pesquisadores no “pequeno agricultor familiar”, que por sua vez não possui potência para o desenvolvimento caso não se integre à lógica do mercado, portanto, é para esta finalidade que existem as políticas públicas. A gênese do PCA

⁹⁸ Entendendo os limites da categoria agricultor familiar, que tem origens nas determinações da OCDE em 1994, utilizamos a categoria agricultura camponesa/familiar para nos referirmos a este modo de produção assentado na família.

⁹⁹ Alguns estudos como o de Vinha (2015) apontam que o PAA em alguns territórios possui impactos que o distanciam de uma política pública compensatória. Iremos discutir este programa, criado em 2003 por meio da Lei nº 10.696 de 02 de julho (BRASIL, 2003d) para o fortalecimento da agricultura familiar, no Capítulo 5.

pode ser encontrada nas obras de Henri Mendras e Hugues Lamarche e na atualidade Ricardo Abramovay, grande expoente da chamada agricultura familiar (VINHA, 2012).

Segundo Vinha (2012), os percursores do Paradigma da Questão Agrária (PQA) possuem produções e constituição assentada na produção dos teóricos Karl Marx, Karl Kautsky, Vladimir Lênin, Alexander Chayanov, Rosa Luxemburgo e Teodor Shanin, e no Brasil, na atualidade, dos geógrafos Bernardo Mançano Fernandes, Antônio Thomaz Júnior e Ariovaldo Umbelino de Oliveira, do agrônomo Horácio Martins de Carvalho e outros profissionais que na limitação deste estudo não sumariamos. Eles não só entendem como também partem do pressuposto (ou seja do real) de que a luta de classes explica as “[...] disputas territoriais e suas conflitualidades na defesa de modelos de desenvolvimento que viabilizem a autonomia dos camponeses.” (FERNANDES, B. M., 2013, p. 199).

Nesta perspectiva do PQA, que converge ao nosso posicionamento na construção desta tese, a questão agrária é apreendida como uma **resultante estrutural** do modo de produção capitalista que no Brasil é desigual e contraditório, conforme já problematizado. Sendo assim, a luta contra esta sociabilidade regida pelo capital é uma premissa para a construção de uma nova ordem societária, ou nos termos de Vinha (2012): para a superação do capitalismo. Este horizonte que nos prospecta a uma atuação pautada na superação desta sociabilidade capitalista aproxima-nos destes profissionais, tendo em vista o princípio ético-político do Serviço Social que diz respeito à “[...] articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores.” (CFESS, 2008, p. 43).

Portanto, o entendimento da questão agrária a partir do PQA possui um direcionamento político ideológico que coaduna com os princípios do projeto ético-político do Serviço Social no que concerne à tenacidade da luta de classes e dos sujeitos sociais e políticos inseridos nela e que têm potencialidades de organização e mobilização para a transformação da realidade em que vivem, afinal, são estes sujeitos que fazem reforma agrária. Esta é uma trincheira em que Geografia, Agronomia e Serviço Social, e outras profissões, precisam ocupar nos espaços em que trabalham, pesquisam e militam para a defesa de uma reforma agrária que abale a estrutura do modo capitalista de produção, o qual se produz e reproduz via desenvolvimento do agronegócio em detrimento da agricultura camponesa. Esta é

uma trincheira possível e necessária na academia que também é lócus onde impera o latifúndio.

Militar, pesquisar e construir conhecimento científico que contribuam com a formação de profissionais que entendam e prospectem sua atuação na direção de uma reforma agrária popular significa igualmente lutar a partir das mediações concretas que permeiam a política de reforma agrária em curso no Brasil, que não é estrutural. Pois, tem se distanciado cada vez mais como política de desenvolvimento, e se consolidado como política social de viés compensatório, que segundo Bernardo Fernandes (2013, p. 193): “[...] é vista como uma política para pobres, como ajuda humanitária para os sem-terra, que por meio de um pedaço de terra, devem se capitalizar para se integrarem no capitalismo e se tornarem modernos.”

Na posição dos autores e defensores do PQA, a reforma agrária tem sido realizada predominantemente como uma política de subordinação, ou seja, elaborada por representantes ou ideólogos de uma classe para outra classe enquanto forma de manutenção de um desenvolvimento desigual. Nesta direção, os resultados em curso se distanciam das proposições dos movimentos, no entanto, tal cenário não significa que a reforma agrária não possa ser uma política que se aproxime e garanta emancipação política, porém para sê-la é salutar que haja participação das partes interessadas, isto é, dos movimentos sociais. Conforme Bernardo Fernandes (2015, p. 19):

A proposição de políticas de desenvolvimento também é competência da sociedade organizada, de onde deveria nascer a maior parte das políticas públicas. Esta é uma ação importante na disputa do Estado e do governo, na construção de alternativas.

É nesta contradição que nosso estudo está pautado. A política de reforma agrária em curso nos assentamentos rurais de Uberaba aproxima-se de uma política pública de desenvolvimento, política de caráter estrutural, portanto redistributiva? Ou está em curso uma reforma agrária que mais se aproxima de uma política social, com fortes tendências compensatórias, distributiva?

Como já discutimos, a existência dos assentamentos rurais no território de Uberaba é sinônimo de luta e resistência dos trabalhadores e trabalhadoras rurais pelo território camponês. Contudo, sabemos que para análise da reforma agrária,

enquanto política pública de desenvolvimento, outras políticas e mediações reclamam ser pensadas e analisadas.

Horácio Carvalho (2004), pontuou a reforma agrária em curso pelos governos brasileiros como sendo compensatória:

A luta popular no campo pelo acesso à terra insere-se, ainda que de maneira limitada, na dinâmica da luta de classes pela apropriação do espaço e do território rurais. Há, sim luta popular pelo acesso à terra e proposta de reforma agrária por parte dos trabalhadores rurais sem-terra. Mas, de parte do governo o que se constata é o exercício de uma política compensatória e populista de assentamentos rurais e, portanto, uma negação explícita de qualquer tipo de reforma agrária que altere a estrutura do país. (CARVALHO, H. M., 2004, p. 116).

Não pretendemos com esta discussão categorizar ou até mesmo polarizar a reforma agrária em Uberaba, mas sim, apontar particularidades deste processo em curso. Para tanto, as discussões, pesquisas e críticas sobre a reforma agrária no Brasil são imprescindíveis para este debate, tendo em vista que estudiosos e pesquisadores já prospectam que no contexto brasileiro a reforma agrária, tanto quanto outras políticas sociais, possui viés compensatório.

Dessa forma, trataremos a respeito da incipiência e das particularidades da agricultura camponesa/familiar em Uberaba, especificamente nos assentamentos estudados que viabilizam a subsistência das famílias assentadas e podem vir a contribuir com o fortalecimento da produção alimentar no município, bem como com o território camponês, o que por sua aproximaria a reforma agrária em curso de uma política pública de desenvolvimento, estrutural.

4.2 A agricultura patronal/agronegócio e agricultura camponesa/familiar em Uberaba

É preciso ter em conta que a agricultura é um dos campos de reprodução do capital (GONÇALVES NETO, 1988, p. 42).

Aceitar a ideologia do agronegócio como único modelo possível inviabiliza a reforma agrária (FERNANDES, B. M., 2013, p.192).

[...] neste momento, o importante para o município de Uberaba e para a região do Triângulo Mineiro é organizar a agricultura familiar porque existe um conflito entre a agricultura familiar e o agronegócio (Secretário de Agricultura, Pecuária, Pesca e Apicultura de Uberaba).

A agricultura brasileira possui contradições que se expressam em nosso território, na vida de todos os trabalhadores e trabalhadoras do campo, enfim, de

todos os brasileiros. Algumas pessoas, empresas nacionais e estrangeiras possuem condições privilegiadas neste processo por serem os percursores, os detentores deste grande negócio do século, o agronegócio, que nos termos de Bernardo Fernandes (2013, p. 192) é “[...] a expressão capitalista da modernização da agricultura, que tem se apropriado dos latifúndios e das terras do campesinato para se territorializar” e que, por sua vez, conta com um montante maior de financiamento estatal e privado para sua perpetuação e expansão. No entanto, existem disputas políticas sobre os modelos de desenvolvimento da agricultura no Brasil e a tônica destas estão presentes nos movimentos sociais, e, conseqüentemente, nos órgãos governamentais que as representam.

Segundo Bernardo Fernandes (2013; 2015), o agronegócio ou agricultura patronal, e a agricultura familiar são conceitos criados recentemente para se referirem à agricultura capitalista (destinada à exportação) e à agricultura camponesa familiar (destinada para o abastecimento interno), respectivamente. Estas estão inscritas nas análises e pesquisas do PCA e PQA e, assim, nas políticas públicas criadas e implementadas pelo Estado, como já pontuamos.

A hegemonia do agronegócio, que é controlada pelas corporações nacionais e transnacionais, considera inaceitável outro modelo de desenvolvimento que não coadune com a produção em larga escala para exportação de *commodities* com utilização progressiva de agrotóxicos e transgênicos. Machado e Machado Filho (2014) pontuam que as empresas Syngenta, Monsanto, Dupont, Bayer e Basf controlam a totalidade do mercado mundial e de sementes transgênicas, o que significa um oligopólio sem precedentes na história da agricultura. Tais empresas só possuem como horizonte a exploração:

Essas corporações não têm outra ética que não seja o lucro e a reprodução do capital. Na crise mundial de 2007/2008, que abalou o mundo provocando escassez e elevação dos preços dos alimentos, a Syngenta teve lucros extraordinários, superiores aos dos anos anteriores, fazendo da fome um verdadeiro negócio. (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 68).

Para os autores, a luta pela soberania alimentar também constitui a luta pela soberania política do nosso país, sendo que o Brasil se encontra em uma situação delicada e vulnerável. Machado e Machado Filho (2014, p. 85) entendem a soberania alimentar como:

[...] a capacidade de um país tem de alimentar a sua população com produtos provenientes de sua agricultura – animal e vegetal – importando apenas um ou outro alimento que, mais por razões culturais que agrícolas, não são produzidos.

Logo, a agricultura responsável pela produção alimentar é a agricultura camponesa/familiar, elemento constituinte do sistema de produção brasileiro. Entendida como forma de produção familiar, em que a propriedade dos meios de produção e responsabilidade pelo trabalho da estrutura produtiva é fundada no trabalho pessoal e familiar, ela possibilita aos camponeses não apenas uma relação mais orgânica com a terra como igualmente uma relação de trabalho mais humana ao primar pela subsistência do conjunto familiar, ou seja, a produção de valores de uso e de troca quando necessário. Ao contrário da agricultura patronal/agronegócio que se baseia na exploração do trabalho assalariado, na produção em larga escala com base tecnológica e na apropriação privada do território por monoculturas em detrimento à diversificação de gêneros agrícolas que a agricultura camponesa/familiar pode propiciar a produção alimentar do país. Isto é, a agricultura patronal/agronegócio é voltada para a produção do valor de troca para a acumulação e centralização do capital, que transnacionalizado e financeirizado, torna-se cada vez mais monopolizado.

As organizações mais influentes do agronegócio são: Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA) e Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), que, segundo Vinha (2012), são os principais símbolos de organização do empresariado rural e agroindustrial, articuladas a bancos públicos, centros de pesquisa, universidades e mídias. O órgão governamental que gesta este negócio é o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (Mapa)¹⁰⁰, conforme

¹⁰⁰ A história do Ministério da Agricultura começa em 1860, durante o Segundo Império. Originalmente denominada Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, a pasta foi criada por decisão da Assembleia Legislativa, integrando a estrutura formal do gabinete de Dom Pedro II. A estrutura dura 32 anos e é extinta no início do Regime Republicano. As atribuições passam a ser incorporadas pelo Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Em 1909, os assuntos referentes ao setor agrícola voltam a ter destaque com a criação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e, em 1930, o Ministério passa a compor a estrutura governamental da República. Já na década de 1980, os assuntos referentes à reforma agrária e aos recursos florestais e pesqueiros são excluídos da competência do Ministério. A edição da medida provisória 150, convertida na Lei nº 8.028, de 12 de abril 1990, cria uma nova pasta da agricultura. A lei dispõe sobre a reorganização e funcionamento dos órgãos da administração executiva federal e determina que além das tradicionais atribuições, exceto o abastecimento, o Ministério assumira as ações da coordenação política e de execução da reforma agrária e de irrigação. Em 1999, o Ministério passa a responder pela política do café, açúcar e álcool, atividades do setor agroindustrial canavieiro, além de tratar de assuntos ligados à heveicultura (cultivo da seringueira para a extração do látex-elastômero para a fabricação de borracha natural) e pesca, ao

encontramos no sítio da internet “é responsável pela gestão das políticas públicas de estímulo à agropecuária, pelo fomento do agronegócio e pela regulação e normatização de serviços vinculados ao setor.” Este Ministério tem em sua estrutura diversas secretarias responsáveis pelos diferentes setores do agronegócio nacional. Percebemos o quanto o Estado, por meio de sua superestrutura, corrobora para o desenvolvimento dos interesses do capital: leia-se da burguesia nacional e internacional, propulsoras do agronegócio. As políticas agrícolas, quer dizer, o custeio, comercialização e investimento da agricultura patronal/agronegócio estão dispostas no Plano Nacional Agrícola e Pecuário que em 2015/2016 contou com R\$ 187,7 bilhões, sendo 20% a mais que no ano agrícola de 2014/2015 (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, 2016a) Matoso e Martello (2016, on-line) esclarecem que o Plano Agrícola e Pecuário contará em 2016/2017 com 8% ou R\$ 15,18 bilhões a mais que na safra passada:

O governo federal anunciou nesta quarta-feira (4/5), durante cerimônia no Palácio do Planalto, a liberação de R\$ 202,88 bilhões em crédito para o Plano Agrícola e Pecuário do período 2016/2017, linha de financiamento destinada ao médio e grande produtor. O valor é cerca de 8% - ou R\$ 15,18 bilhões - superior ao da safra passada, quando foram liberados R\$ 187,7 bilhões aos produtores rurais. A liberação dos recursos deste plano agrícola começa em julho próximo e segue até junho do ano que vem [...]. Nos últimos cinco anos, de acordo com o Ministério da Agricultura, a oferta de crédito agrícola avançou 89% - na safra 2011/2012 foram R\$ 107,2 bilhões.

O MDA, órgão que era responsável pela agricultura camponesa/familiar, foi criado em 2000 por FHC que implementou as reformas neoliberais necessárias à reestruturação agrária brasileira por meio deste Ministério que tinha como competências:

[...] reforma agrária; promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares; identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos. Extraordinariamente, também exerce competências relativas à regularização fundiária na Amazônia conforme disposto na Lei nº 11.952/09. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2016).

mesmo tempo em que são excluídas as atribuições referentes à Reforma Agrária. Refletindo a importância do agronegócio de carnes nos mercados nacional e internacional, a Medida Provisória 2216-37, de 31 de agosto de 2001, altera a denominação da pasta para Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), mantido até os dias atuais. Em 2005, o Ministério passou a responder também pelas negociações agrícolas internacionais. (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, 2016b).

A criação do MDA consolidou uma divisão político-institucional que recriou a hierarquia na agricultura brasileira em: agricultura patronal/agronegócio x agricultura familiar, que por opção política nominamos neste trabalho como agricultura camponesa/familiar. No entanto, “era” o Ministério responsável pelo desenvolvimento desta agricultura, bem como para reforma agrária e ordenamento fundiário nacional que eram executados pelo Incra. Sua extinção impactará diretamente na vida de muitos camponeses, assentados e assentadas da reforma agrária, afinal, sua criação também foi resultado das mobilizações e organizações da agricultura camponesa/familiar por meio dos movimentos que lutam pela defesa da reforma agrária como a Via Campesina, formada pelo MST, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB); o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) e a CPT (FERNANDES, B. M., 2013, 2015).

O Ministério citado contava com políticas públicas que englobavam os créditos rurais, proteção da produção; comercialização; assistência técnica e extensão rural; acesso à terra, regularização fundiária e reforma agrária; agroecologia e produção orgânica; biodiesel; mulheres rurais, povos e comunidades tradicionais. Portanto, políticas públicas fundamentais para o fortalecimento da agricultura camponesa/familiar e da reforma agrária enquanto políticas públicas. Muito embora existiam diversas contradições neste ministério, como a baixa disposição de recursos para a agricultura camponesa/familiar e para os programas de compras governamentais como o PAA.

Segundo Bianchini (2015), o Plano Safra da Agricultura Familiar¹⁰¹ de 2015/2016 contava com R\$ 28,9 bilhões, com um aumento de 20% em relação ao período de 2014/2015; este valor representava 15,40% do que se investe na agricultura patronal/agronegócio. Matoso e Martello (2016) relatam a liberação de R\$ 30 bilhões para o Plano Safra da Agricultura Familiar 2016/2017. Este aumento não se compara às cifras investidas no Plano Agrícola e Pecuário. Para Bastos (2016) a extinção do MDA representa o fim do Plano Safra da Agricultura Familiar, bem como a extinção da Política de Assistência e Extensão Rural.

¹⁰¹ Paralelamente à evolução do volume de recursos a política de crédito do Pronaf passou por importantes alterações com o lançamento de linhas específicas de investimento, como aquelas voltadas para o semiárido e para sistemas de produção de base agroecológica.

Além destas opções históricas, políticas e sociais para agricultura camponesa/familiar e reforma agrária, percebemos a disparidade latente dos recursos públicos direcionados para o financiamento da agricultura patronal/agronegócio. A agricultura camponesa/familiar nunca teve recursos orçamentários comparáveis aos disponibilizados a outras políticas de agricultura e agora pode ter seu Plano Safra suspenso. Desta forma, fica evidente a dualidade instalada pelo próprio Estado por meio do direcionamento dos recursos públicos.

O Secretário de Agricultura, Pecuária, Pesca e Apicultura de Uberaba pontuou durante a entrevista a existência dos dois planos e a discrepância dos recursos

Secretário de Agricultura, Pecuária, Pesca e Apicultura de Uberaba:

Bom! Os créditos para a agricultura familiar, todo o PRONAF, hoje o governo divide o plano Safra em dois Planos Safra. Tem o Plano Safra por volta de R\$ 120,00 a R\$ 130,00 bilhões de reais que é destinado aos agricultores de larga escala e tem um crédito hoje até dez vezes mais que em 2002, de R\$ 30 bilhões de reais, aproximadamente, para o Plano Safra da agricultura familiar. O Plano Safra da agricultura familiar é muito diversificado, e os assentamentos tem acesso a esse Plano Safra. Ele vai desde a assistência técnica, verba para plantio, verba para tratamentos culturais, verba para colheita, verba para comercialização do produto.

Diante desta conjuntura, refletimos que um golpe sobre os agricultores e agricultoras, camponeses, trabalhadores e trabalhadoras rurais sem-terra já havia sido engendrado, embora o governo ilegítimo de Michel Temer, 2016, aponte prospecções de transformações que poderão ser irreversíveis para a agricultura camponesa/familiar.

Segundo Bastos (2016), o presidente da Contag, Alberto Broch, lamentou o fim do MDA e afirmou que tal medida é um retrocesso às conquistas da agricultura camponesa/familiar e da reforma agrária. Bastos (2016), em entrevista com Alberto Broch, replicou que outra preocupação da entidade é a transformação da agenda da agricultura familiar de desenvolvimento em política social:

O que pode estar por trás, e o que me preocupa, é a ideia de transformar a agricultura familiar, que é uma ideia de desenvolvimento, em política social, o que faz muita diferença. Temo que por trás disso seja colocado que a reforma agrária e a agricultura familiar sejam reforma social. E vamos reagir fortemente a isso. Nós consideramos a agricultura familiar uma ideia de desenvolvimento, e não só social e econômico, mas de segurança alimentar, desenvolvimento do meio rural. Essa concepção pode acontecer, mas não afirmo, que deve transformar o Ministério social.

As preocupações de Alberto Broch vão de encontro à tese, na medida em que afirmou sua preocupação com a agricultura camponesa/familiar transformar-se em uma política social. Mas, conforme destacou, haverá reação, pois, as ações do governo ilegítimo terão repercussões e impactos sobre a vida dos camponeses, trabalhadores e trabalhadoras rurais e assentados e assentadas da reforma agrária, que, sem dúvidas, começarão a se organizar e mobilizar na luta contra este retrocesso. O que também anuncia que tempos difíceis virão para a luta pela terra e para aqueles que a fazem, já que a criminalização é uma característica histórica de governos de direita. Estamos à mercê de viver uma nova roupagem da militarização da questão agrária em tempos de democracia.

A existência da agricultura camponesa/familiar é imprescindível para o país, e diversos estudos e pesquisas apontam sua relevância econômica, política e social. Segundo Wanderley (2014) e Mattei (2005), o Censo Agropecuário de 1996¹⁰² formulou uma nova metodologia para apreender o perfil da agricultura camponesa/familiar no Brasil. O Censo e a pesquisa confirmaram a contribuição marcante da agricultura camponesa/familiar na produção de empregos e sua capacidade produtiva diversificada mesmo diante o baixo financiamento pelos órgãos governamentais. Assim destaca Wanderley (2014, p. 32):

Do conjunto dos agricultores familiares, que ocupa 30,5% da área total, 75% são proprietários de áreas que, para a grande maioria, não ultrapassam os cinco hectares. É nessas exíguas e insuficientes áreas que a agricultura familiar chega a absorver 76,9% do pessoal ocupado na atividade agrícola em todo o país e produz o equivalente a 37,9% do valor bruto da produção agropecuária nacional, beneficiando-se, apenas, de 25,3% dos financiamentos destinados à agricultura.

Recentemente, em 2006, o IBGE, com a cooperação do MDA, elaborou o Censo Agropecuário com outras variáveis que permitiram, pela primeira vez, introduzir a categoria de estabelecimento familiares em seu levantamento. Nesta conjuntura, a Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006 (BRASIL, 2006) estabeleceu as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar (PNAF), que dispõe sobre os empreendimentos familiares rurais por meio de seu artigo 3º:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

¹⁰² Juntamente com um estudo realizado pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), em cooperação como o MDA, coordenado por Carlos Guanzirolli.

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo.
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Ainda, o artigo 2º da referida lei esclarece que “[...] a formulação, a gestão e a execução da PNAF e Empreendimentos Familiares Rurais serão articuladas, em todas as fases de sua formulação e implementação, com a política agrícola e com as políticas voltadas para a reforma agrária.” Nestes termos, o entendimento governamental acerca da agricultura familiar está na figura do agricultor familiar: aquele (a) que produz e reproduz em pequenas propriedades, com mão de obra e direção familiar.

No entanto, os assentados e assentadas da reforma agrária não são reconhecidos, em **termos legais**, para terem acesso a todos os créditos rurais da agricultura familiar, tendo em vista que não possuem a propriedade da terra, mas sim, a posse da mesma apesar de sua manutenção, produção e reprodução na terra estarem majoritariamente subordinadas ao trabalho e direção familiar. O relato do Superintendente do Incra/MG, explicita tal entendimento governamental,

Superintendente Estadual do Incra de Minas Gerais: Veja bem! O agricultor familiar é dono da sua propriedade, ele tem o domínio e não só a posse. O assentado tem a posse da terra, o domínio da terra o dono da terra é Incra é o governo federal. Enquanto ele for assentado, ele tem um contrato de assentamento com o Incra que se chama CCU (Contrato de Concessão de Uso), para poder cuidar daquela terra, usufruir daquela terra no tempo que ele prosperar, por isso tem os créditos específicos da reforma agrária. Mas depois que aplicou a modalidade de crédito, se tiver uma assistência técnica bem frequente e regular ele também consegue pegar o custeio todo ano, obviamente para ele ter a mesma liberdade, porque qual a garantia que ele vai dar para o banco depois que ele recebeu toda a modalidade de crédito que o INCRA oferece qual a garantia que ele vai dar para o financiador? Porque o pequeno proprietário tem a terra, a terra é dele. Ele pode chegar ao banco e pegar tantos mil reais, mas ele tem a garantia. O assentado tem o que?

Assim, a condição de assentado e assentada da reforma agrária é marginal para o acesso às políticas públicas voltadas à agricultura camponesa/familiar, pois ele (a) tem de provar que irá prosperar na terra para que o Incra/Estado depois de longos anos conceda-lhe a propriedade, nos assentamentos estudados as famílias assentadas ainda não possuem a posse da terra. Observamos, desta forma, o viés

meritocrático que perpassa a política da reforma agrária brasileira, porque para ter a propriedade da terra é necessário que se prospere na mesma.

Porém, para prosperar na terra é óbvia a necessidade de investimentos, e no caso dos assentados e assentadas esta realidade muitas vezes é interpelada pelas incipientes políticas públicas voltadas a agricultura camponesa/ familiar que marginalizadas pelo estado. Ora, se a propriedade de terras no Brasil é resultado da questão agrária, a lógica encampada pelo Estado para a democratização de terras deveria perpassar a justiça social, e não a meritocracia. Mas, não é o que constatamos! A realidade distancia a reforma agrária até mesmo da política social, entendida como direito social.

E mais, para que os assentados e assentadas possam prosperar na terra há de se levar em consideração as condições para a permanência no lote, bem como o acesso aos créditos rurais e garantia de assistência técnica. Neste sentido, como o assentado e assentada não possuem garantias “para dar ao banco”, nos termos do Superintendente, eles (as) estão à mercê da lógica mercadológica do capital financeiro/creditício. E, ao contrário de quem tem a propriedade, o assentado e a assentada têm somente a sua força de trabalho, que não é garantia para nenhum banco nesta sociabilidade. Então, qual é a lógica e qual entendimento de agricultor familiar que perpassam o acesso aos créditos das políticas da agricultura camponesa/familiar? É a mesma lógica da agricultura patronal/agronegócio: a lógica mercadológica, e aqui, quem desponta é a agricultura patronal/agronegócio enquanto portadora dos maiores destaques e investimentos.

Com base no Censo Agropecuário (IBGE, 2006) e nas análises de Wanderley (2014); França (2013) em 2006 existiam 5,4 milhões de estabelecimentos agropecuários no Brasil, sendo que 84,4% correspondiam à agricultura camponesa/familiar e ocupavam apenas 24% da área agricultável. O restante das terras estava para a agricultura patronal/agronegócio. Do pessoal ocupado, leia-se empregado na agricultura, 74,4% encontrava-se na agricultura camponesa/familiar. Existiam 12,3 milhões de pessoas empregadas na agricultura camponesa/familiar ao passo que na agricultura patronal/agronegócio existiam 4,2 milhões. Ou seja, a agricultura camponesa emprega três vezes mais que a agricultura patronal/agronegócio.

Além disso, segundo Wanderley (2014); França (2013) os dados do Censo Agropecuário de 2006 evidenciaram a relevância econômica da capacidade de

geração de renda por hectare que a agricultura camponesa/familiar possui: R\$ 677,00, ao passo que a agricultura patronal R\$358,00. Wanderley (2014) destaca a dimensão da agricultura familiar para a produção dos principais produtos da alimentação brasileira, como por exemplo: 87% da mandioca, 70% do feijão, 58% do leite, 14% da soja, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz e 21% do trigo, bem como 59% do rebanho de suínos, 50% dos efetivos avícolas e 30% do gado bovino.

Logo, o Censo de 2006 confirma o peso da agricultura camponesa/familiar para o Brasil e a relevância desta forma de produção que não só emprega, mas diversifica a nossa produção alimentar. No entanto, sua realização é subordinada a tímidos recursos públicos e no momento está fadada não só ao capital, como também a desaparecer enquanto forma camponesa de produção, o que revela de forma brutal a característica predatória da agricultura patronal/agronegócio.

Enfim, para o campesinato, a terra é lugar de moradia, produção de subsistência, de vida, e para o agronegócio, a terra é uma mercadoria, campo de produção e reprodução do capital, o que o caracteriza como excludente, exploratório e destruidor. Esta é a tônica do modelo de desenvolvimento brasileiro, conforme já discutimos.

Entendendo que os assentados e assentadas da reforma agrária estão inseridos (as) na agricultura camponesa/familiar e que, dessa forma, são (ou eram) beneficiários destas políticas públicas, problematizaremos a configuração da mesma no município de Uberaba.

No Capítulo 2 vimos que a pujança da agricultura patronal/agronegócio em Uberaba está relacionada à cultura dos *commodities* de cana-de-açúcar, milho, soja e sorgo, e, notadamente, à pecuária zebuína. Machado e Machado Filho (2014, p. 45) auxiliaram-nos na compreensão do que nominam de “grande lavoura de exportação”, que na posição dos autores são a “[...] desgraça econômica que vem desde a conquista portuguesa até os nossos dias atuais, café, cacau, cana-de-açúcar e também a pecuária bovina, desgraça econômica, socioambientalmente.”

Desta forma, construímos a Tabela 13 com base nas análises dos dados do IBGE (2016a) referentes à produção agrícola de Uberaba. Para isso, levamos em consideração as lavouras das culturas que cresceram em hectares e as que diminuíram ou desapareceram no período de 2012 a 2014. Conforme constatamos,

as culturas de cana-de-açúcar, milho, soja e sorgo, juntamente com o café são as únicas que não apresentaram diminuição nas lavouras no território de Uberaba.

Contrariamente, a cana-de-açúcar de 60.000 ha plantados e colhidos em 2012, teve aumento de 80.000 ha em 2014, apresentando um crescimento de 35%, muito embora o rendimento médio Kg/ha tenha apresentado queda. A cultura de sorgo de 3.500 ha plantados e colhidos em 2012, apresentou um crescimento de 56,25% em 2014 com 8.000 ha de área plantada e colhida, o rendimento médio Kg/ha também apresentou queda. Observamos que **nenhuma** outra cultura no município apresentou este crescimento nas lavouras, pelo contrário: diminuíram, como no caso da batata-inglesa e trigo, ou desapareceram, como no caso a mandioca e goiaba.

Fica evidente na Tabela 13 o quanto a agricultura patronal/agronegócio domina a produção agrícola do município e o quanto ela cresceu na apropriação do território entre os anos de 2012 a 2015. Em 2012 eram 196.600 hectares e em 2015, 221.640; houve um crescimento de 12,73% da agricultura patronal/agronegócio, ao passo que outras culturas, que podem advir da agricultura camponesa/ familiar, diminuíram 14,92%.

Vejamos.

Ainda, pela análise dos dados de 2014 do IBGE (Tabelas 13 e 14) com relação às lavouras temporárias e permanentes, considerando as condições climáticas e geográficas de Uberaba, constatamos que não há produção de diversas culturas no município, tais como: abacaxi, alho, arroz, batata-doce, ervilha, tomate. Estas culturas são encontradas na listagem deste Instituto, juntamente com mais de vinte outras no estado de Minas Gerais, sendo que a metodologia de cálculo não permite mensurar adequadamente as produções menores.

Conforme explicita a Tabela 15, a batata-inglesa; a cebola; o feijão; o girassol, com baixa produção; e a mandioca, que desapareceu em 2014, são as únicas culturas, além da soja, milho, sorgo e cana-de-açúcar, presentes na lavoura temporária do município. **A produção destes três commodities engloba 94,24% da área plantada e colhida da lavoura temporária de Uberaba em 2014.** A tabela que se segue sinaliza o quanto algumas culturas eram hegemônicas nas lavouras temporárias de Uberaba.

Já na lavoura permanente (Tabela 16), observamos culturas que poderiam sinalizar uma produção diversificada, no entanto, quando voltamos o olhar para a

área plantada e colhida em hectares, e considerando o rendimento médio (kg/ha) há uma disparidade gritante comparada à lavoura temporária de cana-de-açúcar, milho e soja.

Tendo em vista a Lei nº 8.629 de 25 de fevereiro de 1993 (BRASIL, 1993), responsável pela reclassificação das propriedades rurais no Brasil, percebemos que as produções de cebola, girassol, abacate, borracha, goiaba, limão, manga, maracujá e tangerina são realizadas em pequenas propriedades, pois são plantadas em áreas inferiores a 96 ha (módulo fiscal do município); o trigo é a única cultura produzida em média propriedade (até 1.440 ha). As demais culturas como batata-inglesa, cana-de-açúcar, soja, milho, sorgo e laranja são produzidas em grandes propriedades.

Tabela 13: Produção Agrícola em Uberaba com crescimento no período de 2012 a 2014

Gênero Agrícola	2012				2013				2014			
	Produção (Toneladas)	Valor (Mil reais)	Área (ha)	Rendimento Médio (Kg/ha)	Produção (Toneladas)	Valor (Mil reais)	Área (ha)	Rendimento Médio (Kg/ha)	Produção (Toneladas)	Valor (Mil reais)	Área (ha)	Rendimento Médio (Kg/ha)
Café	1500	9342	600	2500	1260	6405	600	2100	1356	9808	640	2119
Cana-de-açúcar	5.700.000	294.918	60.000	95.000	5.700.000	296.001	60.000	95.000	6.885.000	354.027	81.000	85.000
Milho (em grãos)	449.200	178.605	54.000	8.319	448.000	161.684	54.000	8.296	377.500	150.027	55.000	6.864
Soja (em grãos)	270.600	229.277	82.000	3.300	270.600	236.661	82.000	3.300	238.000	260.098	85.000	2.800
Sorgo em grãos	12.550	5.758	3.500	3.500	10.000	3.145	5.000	2.000	20.000	4.869	8.000	2.500

Fonte: Adaptado de IBGE (2016a)

Tabela 14: Produção Agrícola de Uberaba com diminuição ou desaparecimento no período de 2012 a 2014

Gênero Agrícola	2012				2013				2014			
	Produção (Toneladas)	Valor (Mil reais)	Área (ha)	Rendimento Médio (Kg/ha)	Produção (Toneladas)	Valor (Mil reais)	Área (ha)	Rendimento Médio (Kg/ha)	Produção (Toneladas)	Valor (Mil reais)	Área (ha)	Rendimento Médio (Kg/ha)
Batata-inglesa	66.500	54.563	1.900	35.000	66.500	84.379	1.900	35000	55.850	53.207	1.670	33.443
Goiaba	75	113	15	5000	-	-	-	-	-	-	-	-
Mandioca	740	383	37	20000	440	137	22	20000	-	-	-	-
Trigo (em grão)	4.759	3.100	1.304	3.650	2.820	2.287	1.000	2.820	2.940	1.598	1.100	2.673

Fonte: Elaborada por Gabriela Masson - Adaptado de IBGE (2016a).

Tabela 15: Lavoura Temporária em Uberaba período 2012-2014 (IBGE)

Gênero Agrícola	2012		2013		2014	
	Área plantada e colhida (ha)	Rendimento médio (Kg/ha)	Área plantada e colhida (ha)	Rendimento médio (Kg/ha)	Área plantada e colhida (ha)	Rendimento médio (Kg/ha)
1 Batata-inglesa	1.900	35.000	1.900	35.000	1.670	33.443
2 Cebola	75	80.000	75	80.000	75	60.000
3 Cana-de-açúcar	60.000	95.000	60.000	95.000	81.000	85.000
4 Feijão	2050	2.356	2550	2.365	2550	2506
5 Girassol	-	-	-	-	50	1500
6 Mandioca	37	20.000	22	20.000	-	-
7 Milho (em grãos)	54.000	8.319	448.000	8.296	55.000	2.800
8 Soja (em grãos)	82.000	3.300	82.000	3.300	85.000	2.800
9 Sorgo (em grãos)	3.500	3.500	5.000	2.000	8.000	2.500
10 Trigo	1.304	3.650	1.000	2.820	1.100	2.673
Total	204.866	251.125	600.547	248.781	234.445	193.222

Fonte: Elaborada por Gabriela Masson - Adaptado de IBGE (2016a).

Tabela 16: Lavoura Permanente em Uberaba período 2012-2014 (IBGE)

Gênero Agrícola	2012		2013		2014	
	Área plantada e colhida (ha)	Rendimento médio (Kg/ha)	Área plantada e colhida (ha)	Rendimento médio (Kg/ha)	Área plantada e colhida (ha)	Rendimento médio (Kg/ha)
1 Abacate	58	30.000	58	30.000	58	30.000
2 Banana (cacho)	16	15.000	16	15.000	16	15.000
3 Borracha (látex coagulado)	225	5.000	225	5000	225	5000
4 Café	600	2.500	600	2.100	640	2.119
5 Goiaba	15	5.000	-	-	-	-
6 Laranja	1.450	25.000	1.450	25.000	1.450	25.000
7 Limão	60	40.000	60	35.000	60	35.000
8 Manga	20	20.000	20	20.000	20	20.000
9 Maracujá	11	20.000	11	20.000	11	20.000
10 Tangerina	150	40.000	150	35.000	150	35.000
Total	2.605	202.500	2.590	187.100	2.630	187.119

Fonte: Elaborada por Gabriela Masson - Adaptado de IBGE (2016a).

No município de Uberlândia, que juntamente com Uberaba faz parte do Triângulo Mineiro, houve mais diversidade na produção das lavouras, tendo como base o ano de 2014. A cana-de-açúcar em Uberlândia totalizou 10.630 ha de área plantada e colhida. **Uberaba não só produziu 86,87% mais cana-de-açúcar que Uberlândia, como 56,36% de milho e 47,17% de soja.** Neste contexto, cabe destacar que Cleps Júnior (2005) analisou que no período de 2001 a 2005 Uberlândia foi o único município do Triângulo Mineiro que sofreu ocupações de terras em todos os anos analisados, bem como o município que concentrou o maior número de assentamentos rurais criados, no caso oito. Tal realidade, na análise do referido autor, demonstra que os movimentos sociais locais estão centralizados neste município para desenvolver a luta pela terra, ou seja, quanto mais pressão por parte dos movimentos, maior o número de assentamentos rurais e, assim, menos territorialização do agronegócio.

Segundo o Cleps Júnior (2014), Uberlândia é o quarto município com maior número de assentamentos rurais do Triângulo Mineiro, totalizando em seu território 14 assentamentos rurais legitimados no período de 1986 a 2013, com um total de 815 famílias. A presença dos movimentos sociais, ocupações e a criação de projetos de assentamentos rurais em Uberlândia podem ter contribuído para dirimir a expansão da agricultura patronal, comparando-se a Uberaba. A luta de classes é a tônica para o desenvolvimento da agricultura camponesa/familiar e em Uberaba percebemos o quanto ela ainda necessita avançar.

Portanto, analisando as lavouras de Uberaba e nos aproximando de algumas singularidades de Uberlândia, percebemos o quanto a variedade das culturas nas lavouras de Uberaba é tímida, conseqüentemente, não há diversidade da produção alimentar neste município. Desta forma, mais uma vez, elucidamos a existência e latência da questão agrária em Uberaba, que discutimos nos capítulos anteriores.

Diante da hegemonia da agricultura patronal/agronegócio em detrimento da agricultura camponesa em Uberaba, estes dados são ainda mais representativos quando relacionados e analisados junto dos relatos do Secretário de Agricultura, Pecuária, Pesca e Apicultura de Uberaba que evidenciou o constrangimento da agricultura familiar e a existência do conflito entre a agricultura de larga escala (agronegócio) e a agricultura familiar (nos seus termos):

Secretário de Agricultura, Pecuária, Pesca e Apicultura de Uberaba: A agricultura familiar é incipiente no município, algumas glebas, principalmente no entorno da cidade de Uberaba e algumas comunidades rurais, nós temos hoje 32 comunidades rurais na cidade e em volta das comunidades rurais nós temos a agricultura familiar. E mais três assentamentos, um dividido com o município de Uberlândia, Maringá Monte-Castelo, outro Tereza do Cedro e outro Dandara que está mais próximo da cidade. Existe um conflito, não um conflito de luta, mas de público, né!? Entre agricultura de larga escala, o agronegócio, até porque o modelo de terras, solo, clima e o modelo mesmo do plano dessa Alta Mogiana que nós temos aqui de região de cerrado planejado e a agricultura familiar, né destas pequenas famílias até 96 ha.

Além disso, o secretário pontua a importância da agricultura camponesa/familiar no Brasil, tendo em vista que 70% da produção da alimentação do brasileiro advém desta agricultura que pode ser livre de defensivos agrícolas, nocivos para a saúde da população. Neste contexto, reconhece a necessidade do crescimento da agricultura camponesa/familiar em Uberaba para dirimir a pobreza, basta ver que grande parte da população é pobre e trabalha para o agronegócio,

Secretário de Agricultura, Pecuária, Pesca e Apicultura de Uberaba: Não no mal sentido, existe uma tensão entre o pessoal que cuida da pequena propriedade, que é a terra até 96 ha, que usa a família predominantemente para poder tirar seu sustento e que produz alguns produtos inclusive agroecológicos e não vêm com defensivos agrícolas, que hoje são conhecidos mundialmente como grande causa de cânceres e que o governo incentiva, né!? Porque 70% da produção da mesa do país vem dessa agricultura, desses pequenos produtores, então é importante fazer eles crescerem no município porque é um município no interior do Brasil, e grande parte da população é pobre, e pequena parte da população trabalha no agronegócio. Então para você redistribuir renda e mudar a arquitetura social é preciso avançar neste sentido.

Segundo o secretário, foi na direção de fortalecer a agricultura camponesa/familiar em Uberaba que o atual prefeito Paulo Piau (PMDB), figura política declaradamente comprometida com o agronegócio, convidou o secretário para assumir a pasta da agricultura, como bem explicita,

Secretário de Agricultura, Pecuária, Pesca e Apicultura de Uberaba: Agora você está aqui na região que você está, que é o berço da UDR. É diferente, você tá na terra do agronegócio, então quando eu vim ser secretário aqui o Piau me chamou, que é um cara relacionado com o agronegócio por causa das raízes dele, não é!? Mas ele me chamou porque ele sabe que a agricultura de cidade pequena ou de cidade média a secretaria tem que trabalhar com a agricultura familiar, não é com grande produtor porque ele não precisa, né!?

Percebemos no relato abaixo a discrepância de recursos públicos federais destinados à agricultura patronal/agronegócio e à agricultura camponesa/familiar,

bem como as desigualdades engendradas que impactam nos camponeses em suas respectivas produções, que do ponto de vista econômico não geram lucros como o agronegócio. Os assentamentos rurais, por sua vez, são a expressão desta desigualdade,

Secretário de Agricultura, Pecuária, Pesca e Apicultura de Uberaba: O Ministério da Agricultura é um Ministério totalmente voltado para o agronegócio, tem acesso a 100 bilhões de crédito que é o Plano Safra. Totalmente voltado com as pessoas, com as políticas e as representações políticas do congresso voltadas para os grandes agricultores, então. Mas o pequenininho se você não organizar não pega o PAA, não pega o PNAE e aí você vai vendo as desigualdades daqui é de dar dó, né!? Você viu os assentamentos daqui.

A discussão que realizamos ao longo do Capítulo 2 deste trabalho subsidiou a reflexão acerca da agricultura camponesa/familiar em Uberaba, na medida em que a agricultura patronal/agronegócio avança cada vez mais na apropriação de terras neste território, também analisada. Esta conjuntura implica em projetos elaborados para os assentamentos rurais pela prefeitura municipal não despontarem, visto o alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da região de Uberaba que a caracteriza como rica. Segundo o secretário, em sua gestão algumas tentativas de projetos foram inócuas junto ao Incra e ao MDA, levando-se em consideração os indicadores utilizados pelo governo federal para financiamento:

Secretário de Agricultura, Pecuária, Pesca e Apicultura de Uberaba: Agora tem uma coisa importante sobre Uberaba, estou até vendo como trabalhar com isso em Brasília, porque só tem dois meses que estou lá, saindo de um período de acidente. Mas, Uberaba, por incrível que pareça, apesar do assentado estar numa região rica do país, ele continua pobre, mas apesar de ser pobre e estar numa região rica, essa região rica tira a pontuação para fazer financiamento. Então, tem alguns tipos de crédito que você precisa ter uma pontuação se você está num território rural. Aqui não o temos território rural. Você está num território da cidadania!? Nós não temos território da cidadania. Se ele tá dentro do território rural, ele tem uma pontuação, se ele tá dentro do território da cidadania que inclusive os índices são menores como o IDH e a medição econômico social é menor. Como ele tá numa região rica o IDH é mais alto, alguns índices são mais altos e ele não pontua. Fiz vários projetos, briguei no Incra, briguei no MDA, no MDE e não consegui emplacar os projetos por causa da pontuação, que do ponto de vista econômico, o pessoal precisa colocar algum critério. Não vou bater no pessoal de Brasília, mas o tecnocrata pra liberar o dinheiro ele precisa de colocar critério, priorizando primeiro os mais pobres, que estão em menor condição, então ele coloca na zona em que o IDH é baixo, na zona em que o IDBE tem uma pontuação menor, na zona em que os índices socioeconômicos são bem baixos, onde tem mais extrema pobreza pra poder financiar. Aí a verba não é tanta e os primeiros conseguem recurso, e Uberaba fica no final da fila. Então essa aí é uma coisa importante pra você pontuar no seu trabalho, mostrando que precisa mudar isso, se continuar com esse olhar, o pessoal não vai levar. Porque ele é pobre, ele carece de

assistência técnica ele carece de incentivos pra poder avançar e ele não vai escolher estar e ocupar uma zona bem pobre, pois assim ele tem acesso a crédito.

Este relato sinaliza o quanto os indicadores sociais não levam em consideração algumas particularidades que são locais e que podem determinar a agricultura camponesa/familiar dos assentados e assentadas. Sem contar a seletividade das políticas públicas para os assentamentos rurais que por meio dos indicadores sociais, há que se registrar mais econômicos que sociais, selecionam os pobres dentre os mais pobres. Neste caso, tendo em vista o desenvolvimento econômico que o agronegócio imprime a Uberaba por meio da agricultura patronal, o IDH não reflete a realidade da agricultura camponesa/familiar no município. Na verdade, são índices construídos para a ratificação e fortalecimento de determinado padrão de desenvolvimento, neste caso calcado no agronegócio.

Na atualidade, Uberaba conta com seis feiras livres que ocorrem de terça-feira a domingo, das 6h00 às 12h00, em diversos bairros da cidade. Segundo a Secretaria do Desenvolvimento do Agronegócio (2016a) as Feiras são organizadas de I a IV, mais a Feira na João XXIII e a Feira da Abadia (ou seja, no total existem oito feiras em Uberaba), onde 366 feirantes comercializam diversos produtos. Porém não temos informações sobre eles, nem a discriminação do que comercializam e a procedência dos produtos, embora inferimos que tudo vem praticamente da Ceasa, com algumas exceções. A Feira da Abadia, assim denominada por ser realizada no Bairro Abadia, é a maior feira do município e acontece aos domingos com 611 feirantes. Todos os feirantes das demais feiras estão cadastrados nesta feira (SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO DE UBERABA, 2016b).

Não existe uma feira agroecológica¹⁰³ em Uberaba, que poderia vir fomentar a produção da agricultura camponesa/familiar, livre de defensivos e agrotóxicos, embora não baste apenas abrir uma feira para estimular a produção agroecológica que é mais complexa. A organização das feiras livres foi muito trabalhosa, embora

¹⁰³ Segundo Machado e Machado Filho (2014, p. 36, grifo do autor): “[...] a agroecologia como um método, um processo de produção agrícola – animal e vegetal – que resgata os saberes que a ‘revolução verde’ destruiu ou escondeu, incorporando-lhe os extraordinários progressos científicos e tecnológicos dos últimos 50 anos, configurando um corpo de doutrina que viabiliza a produção de alimentos e produtos limpos, sem venenos, tanto de origem vegetal como animal, e, o que é fundamental, básico indispensável, em *qualquer escala*. É, pois uma tecnologia capaz e confrontar o agronegócio, em qualquer escala.”

existam há 40 anos, conforme o próprio Secretário Municipal afirmou quando indagado sobre as feiras:

Secretário de Agricultura, Pecuária, Pesca e Apicultura de Uberaba:

Agroecológica, não! Mas feira, sim! Foi encaminhado um projeto da organização da feira. Eu deixei aqui na Secretaria de Agricultura, Mercado Municipal e Feira Livre, então, além dos demais projetos que fizemos, fizemos a reestruturação da feira livre. Um pouco de recurso tá vindo pra trocar as lonas das barracas, pra padronizar as barracas para elas serem visualmente padronizadas, pra que os agricultores familiares tivessem curso sanitário, manuseio de produtos e também setorizar a feira. A primeira parte é frutas e legumes, a segunda parte é frios a terceira parte é a ave e lá vai... Nós encontramos uma dificuldade muito grande, porque o pessoal é muito desorganizado. São 40 anos de feira e 40 anos trabalhando desorganizadamente, uma lei municipal de 20 anos feita pelo atual prefeito quando ele era secretário, até o parabenizo por ter organizado, foi há 20 anos atrás e o mundo mudou. Então, nós fizemos uma nova lei, fizemos projetos para recursos para padronizar as barracas e a feira, fizemos uma parceria como o IFTM. Foi feita a primeira turma, ou seja, avançou com o pessoal dando curso pra os feirantes no manuseio de produtos.

Ainda sobre a agricultura camponesa/familiar, solicitamos à Secretaria de Educação de Uberaba, por meio de ofício, informações referentes ao cumprimento do que se encontra disposto no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O acesso a tais informações poderia nos levar a reflexões pertinentes sobre a agricultura camponesa/familiar no contexto desta pesquisa, pois o programa, instituído pela Lei nº 10.696 de 02 (BRASIL, 2003d) de julho de 2003 e construído no bojo do programa “Fome Zero”, de Luiz Inácio Lula da Silva, é entendido como um marco governamental para o conjunto de políticas de apoio à comercialização da agricultura familiar, juntamente com o PAA. No entanto, até a finalização da escrita, não havíamos tido retorno da solicitação.

Segundo o PNAE (2009), Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009, no mínimo 30% dos valores repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) aos estados, municípios e Distrito Federal é destinado à compra das merendas escolares, devendo ser utilizado na compra de gêneros alimentícios advindos da agricultura familiar do município, bem como do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas. Desta forma, a aquisição dos produtos da agricultura familiar passou a ser realizada mediante chamada pública, dispensando-se, nesse caso, o procedimento licitatório. Este é um programa significativo para o fortalecimento da agricultura camponesa/familiar e para os assentamentos rurais.

Em Uberaba, segundo informações da Secretaria de Educação, em 2015, 42%¹⁰⁴ do repasse do FNDE para a compra de merenda escolar foi utilizado para a aquisição de gêneros alimentícios advindos da agricultura camponesa/familiar. Encontramos no site do FNDE, no banco de dados da Agricultura Familiar, os valores transferidos para o município e o percentual referente à compra da agricultura camponesa/família que Uberaba vem atingindo desde 2011, conforme Tabela 17.

Tabela 17: Aquisições da agricultura familiar pelo município de Uberaba (2011-2014)

Entidade executora: Uberaba	Valor Transferido	Valor/aquisições da agricultura familiar	Percentual
Ano Base			
2011	R\$ 183, 278.000	R\$ 20.616.400	11,25%
2012	R\$ 222.069.600	R\$ 39. 568.208	17,82%
2013	R\$ 264, 098.560	R\$ 30.141.687	11,41%
2014	R\$ 281, 387.520	R\$ 60.052.996	21,24%
Total	R\$ 950.833.680	R\$ 150.379.299	Média:10,1731%

Fonte: Elaborada por Gabriela Masson - Adaptado de Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (2016).

Os dados tabulados na Tabela 18 evidenciam que o volume de recursos transferidos pelo FNDE para a merenda escolar aumentou 34,86% no período de 2011 a 2014, e o percentual comprado da agricultura camponesa/familiar manteve-se na média de 10,17%. Deste modo, embora a Secretaria de Educação tenha informado que em 2015 o percentual aumentou, a compra da merenda escolar da agricultura camponesa/familiar ainda se constitui um desafio para o município. Nenhum assentado ou assentada entrevistado (a) relatou ter vendido algum tipo de produto para este programa, o que também pode refletir a dificuldade da organização produtiva dos assentamentos.

Cabe destacar que o projeto “Fome Zero” foi elaborado em 2001 pelo o Instituto Cidadania, em parceria com representantes de ONG’s, sindicatos, movimentos sociais, instituições de pesquisa, organizações populares e especialistas. Segundo Yasbek (2004), tal projeto constitui-se em um documento de 118 páginas, organizado por José Graziano da Silva, cuja premissa foi o direito à

¹⁰⁴ Este dado ainda não foi disponibilizado no site do FNDE, é uma informação informal da Secretária de Educação de Uberaba.

alimentação que deveria ser garantido pelo Estado. Este teria, então, o dever de elaborar/formular uma política pública para acabar com a fome no Brasil. Nesta direção, foi criada, pelo Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), a Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006 (BRASIL, 2006b) intitulada como Lei de Segurança Alimentar e Nutricional, com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada.

Em 2003, com vitória nas eleições presidenciais, Lula transformou o “Fome Zero” na principal estratégia de orientação governamental para as políticas econômicas e sociais. Desta forma apontam Silva; Grossi e França (2010, p. 09):

Inicia-se uma inflexão com a superação da dicotomia entre política econômica e políticas sociais, integrando políticas estruturais e emergenciais no combate à fome e à pobreza. Novas políticas diferenciadas para a agricultura familiar são implementadas, e é construída uma legislação-base para a política nacional de segurança alimentar e nutricional.

Como percebemos, a construção da segurança alimentar e nutricional brasileira, e não da soberania alimentar¹⁰⁵, esteve desde então inscrita no bojo da agricultura camponesa/familiar, bem como fundada no direito à alimentação que é impensável caso não esteja relacionado e atrelado às políticas estruturantes como a reforma agrária, por exemplo. No entanto, a agricultura que historicamente tem sido prioridade nos governos não é a agricultura camponesa/familiar nem a reforma agrária, mas sim, a patronal/agronegócio. O direito à alimentação necessita ser entendido e apreendido a partir da soberania alimentar, que defendida pelos movimentos sociais, está relacionada a políticas estruturantes como a reforma agrária e não a políticas que historicamente possuem caráter paliativo e assistencial. Conforme vimos no decurso histórico, o combate à fome no Brasil tornou-se política social de governo petista, o que não dirimiu desigualdades sociais históricas, uma vez que não as encarou como inerentes à questão agrária brasileira.

A Via Campesina (LA VIA CAMPESINA, 2015) tem elaborado, e, portanto, encampado a discussão, a organização e a luta pela reforma agrária como

¹⁰⁵ Segundo Vinha e Shiavinatto (2015, p. 185): “No Brasil e em diversos países da América Latina, há uma forte disputa entre Estado e sociedade civil pela utilização dos termos soberania alimentar e segurança alimentar. O primeiro defendido pelos movimentos sociais, enfatiza a autonomia dos povos e comunidades, e vai muito além de garantia de acesso a qualquer tipo de alimento. O segundo, utilizado pelos governos para definir estratégias de políticas públicas, traz a concepção a garantia do alimento em quantidade e qualidade às populações em situação de insegurança alimentar. O debate calcado na soberania alimentar carrega uma visão de fundo que relaciona o tema do direito à alimentação com políticas públicas estruturantes e não meramente paliativas e assistencialistas”.

componente da agricultura camponesa mediante a agroecologia ancorando a soberania alimentar. Bernardo Fernandes (2013, p. 201) destaca este processo:

A Via Campesina tem elaborado a ideia de soberania alimentar, em que o controle sobre a produção de alimentos e sua distribuição seja retirado das corporações e retornado ao Estado por meio de políticas de desenvolvimento da agricultura em bases diferenciadas, como a agroecologia, produção regional diversificada e em diferente escala para os mercados locais.

O MST construiu e apresentou em 2013 o seu plano¹⁰⁶ agrário embasando diretrizes para um modelo de desenvolvimento da agricultura camponesa/familiar e a consequente proposta de reforma agrária popular que se estabelece: 1) na desconcentração da propriedade da terra; 2) na sustentabilidade do uso de recursos naturais; 3) na garantia de sementes como patrimônio e como soberania; 4) na garantia de um modo de produção que assegure o direito à alimentação a partir da soberania alimentar; 5) na produção e utilização de energias renováveis; 6) na garantia de educação em todos os níveis de acesso às práticas culturais; 7) na defesa dos direitos dos trabalhadores, lutando contra todos os tipos de exploração. A síntese destes princípios traduz um modo de vida digno no campo (MOVIMENTO..., 2013).

Conforme iniciamos esta reflexão, a agricultura é um dos campos de reprodução do capital. Mas até quando a agricultura em Uberaba se sustentará somente pela via do agronegócio que cada vez mais irá impor limites à agricultura camponesa/familiar?

Nesta perspectiva, a agricultura camponesa/familiar dos assentamentos de Uberaba constitui-se em uma possibilidade para o fortalecimento desse tipo de agricultura no município, com produção alimentar diversificada e, igualmente, agroecológica.

Como já apontado a partir de Bernardo Fernandes (2013) aceitar o agronegócio como único modelo possível de desenvolvimento da agricultura inviabiliza a realização da reforma agrária como política pública de desenvolvimento, considerando que essa é uma possibilidade de fortalecimento e expansão da agricultura camponesa/familiar. Na sequência, a partir da produção dos

¹⁰⁶ O MPA também elaborou, em 2012, o Plano Camponês para a agricultura camponesa e para a sociedade

assentamentos rurais de Uberaba, problematizaremos se esta possibilidade é uma realidade para Uberaba.

4.2.1 A produção dos assentamentos rurais Tereza do Cedro e Dandara e a possibilidade do fortalecimento da agricultura camponesa/ familiar em Uberaba

Se o homem do campo não roça, a cidade não almoça;
Se o campo não planta, a cidade não janta.
(MST)

Segundo Leite et al. (2004), a variedade de produtos agropecuários oriundos de assentamentos rurais está voltada tanto para a produção vegetal, quanto para a criação animal. Diversos produtos atendem às necessidades de assentados e assentadas e suas respectivas famílias, além de colaborarem na obtenção de renda, por meio da comercialização. Nos assentamentos pesquisados por Leite et al (2004) mais de 40 produtos foram plantados pelos entrevistados na safra de 1998/99, segundo Leite et al. (2004). As produções de milho, mandioca, feijão; seguida da de inhame, banana, arroz, predominaram entre os assentados e assentadas por possuírem o que os autores denominam de duplo sentido, ou seja, comercial e autoconsumo. As culturas eminentemente comerciais como algodão, cana-de-açúcar, abacaxi e fumo apareceram na terceira posição, pois segundo os assentados e assentadas eram os mais vendidos. Leite et al (2004, p. 144) destacaram que:

Um aspecto relevante para pensar os impactos sobre a população assentada é justamente o fato dos produtos mais produzidos em todas as manchas pesquisadas serem em geral também cruciais na alimentação da família: as famílias passam a ter acesso a uma alimentação mais rica e constante, e especialmente se comparada à situação de sua vida anterior.

Neste sentido, além de pensar na produção dos assentamentos rurais para a comercialização capitalista que gera renda às famílias, a produção voltada para a subsistência é imprescindível enquanto categoria de análise, porque em alguma ou em grande medida possibilita uma alimentação mais diversa e de caráter continuado para as famílias assentadas, isto é, a garantia de satisfação das necessidades naturais conforme discutimos no Capítulo 3.

Segundo Carvalho (2013) a quase totalidade da produção nos lotes dos assentamentos rurais pesquisados na Região de Andradina/SP é feita pela família (99,2%). Apenas 0,4% da produção é de caráter predominantemente coletivo e,

também, 0,4% individual/coletivo. Nos assentamentos rurais Dandara e Tereza do Cedro 100% da produção é realizada pela família.

O Quadro 5 foi elaborado com base nos dados coletados pelas observações da pesquisadora ao longo das visitas aos assentamentos rurais, durante a pesquisa de campo, bem como nas informações disponibilizadas via *e-mail* pelo técnico agrícola da Agrolago, no dia 02/06/2016.

Quadro 5: Produção das famílias assentadas no Dandara

FAMÍLIAS	PRODUÇÃO
Família 1 Paulo	_ Produzem frutíferas e hortaliças diversas para consumo e comercialização como: alface, couve, cheiro-verde, jiló, abobrinha, limão, pepino, quiabo mandioca e cana-de-açúcar para alimentação dos animais _ Produzem feijão para consumo; _ Criam bovinos para produção de leite: comercializam leite; _ Produzem produtos processados como queijo e doce para comercialização; _ Criam galinhas e porcos.
Família 2 Chico Mendes	_ Produzem frutíferas: limão, maracujá, acerola; e hortaliças para consumo: pepino; _ Produzem mandioca para consumo e comercialização; _ Criam bovinos para produção de leite; _ Produzem produtos processados do leite, como queijo, para comercialização; _ Criam galinhas e porcos.
Família 3 Wasghinton e Leidiane	_ Criam bubalinos para fornecimento de leite para o laticínio no Assentamento; _ Produzem frutas: laranja, mexerica, limão, abacate para consumo; _ Criam galinhas e porcos para o consumo;
Família 4 Raimundo	_ Criam bubalinos para fornecimento de leite para o laticínio no Assentamento (possuem 20 cabeças); _ Produzem mandioca, alface, feijão, milho, mamão, banana para consumo; _ Criam galinhas e porcos para consumo
Família 5 José Cláudio	_ Criam bovinos de leite para consumo e comercialização; _ Produzem produtos processados, como queijo, para comercialização.
Família 6	_ Produzem hortaliças e algumas frutíferas para consumo; _ Criam galinhas semi-caipira para comercialização.
Família 7	_ Produzem hortaliças e frutíferas diversas; _ Produzem mandioca.
Família 8	_ Criam bubalinos para produção de leite; _ Produzem produtos processados em um laticínio, como muçarela, para comercialização na região.
Família 9	_ Produzem hortaliças de folha para consumo; _ Produzem pimentas para consumo e comercialização;
Família 10	_ Produzem frutíferas para consumo; _ Produzem pimentas para comercialização; _ Produzem mandioca; _ Criam galinhas, gado de leite, porcos para consumo e comercialização.

Fonte: Elaborado por Gabriela Masson - adaptado de Pesquisa de Campo e Agrolago.

Destacamos que as informações disponibilizadas pelo técnico agrícola foram muito importantes para análise da produção nos assentamentos rurais, tendo em vista que foi possível organizar uma aproximação da produção de 71,43% das famílias assentadas no Dandara e de 46,15% das famílias assentadas no Tereza do Cedro.

Diante desta sistematização, percebemos que no Dandara a pecuária leiteira de bubalinos e bovinos é forte e se encontra presente em sete, dos dez lotes existentes no assentamento, perfazendo 70% dos lotes, sendo que em quatro lotes encontramos pecuária leiteira bovina e em três, pecuária leiteira bubalina. O leite retirado dos animais é artesanal, sem mecanização via ordenhadeira. Carvalho (2013) constatou que 66,2% das atividades que auferiam renda aos assentados e assentadas na região de Andradina advinham da pecuária leiteira artesanal e não mecanizada. No assentamento Dandara isso também parece ser uma realidade.

O assentamento possui uma indústria de laticínios de muçarela de búfala, produzida por Geraldo¹⁰⁷ que não era do MST, mas sim, empregado do fazendeiro, segundo o Secretário Municipal e outros assentados e assentadas. Quando o fazendeiro saiu da propriedade, Geraldo teve acesso a um crédito e comprou as búfalas existentes, instalou-se em um lote e começou a produção, pois “já conhecia a lida” nos termos do secretário:

Secretário de Agricultura, Pecuária, Pesca e Apicultura de Uberaba:
Apesar dele não ser do MST, ele era empregado do fazendeiro, então ele conhecia a lida. Quando o fazendeiro saiu, ele comprou, fez um crédito pra ele, comprou os búfalos pra ele pra pagar parcelado e com as búfalas ele conseguiu tirar o leite e fazer a muçarela. A prefeitura deu assistência técnica pra ele pra ele melhorar a produção dele, então ele começou dando búfala para os demais assentados para o pessoal fornecer o leite pra ele. Ele começou fazendo uma experiência que se todo mundo tivesse feito isso já tinha uma agroindústria e todo mundo tirano em torno da agroindústria e todas as famílias seriam beneficiadas. Depois, eu tentei fazer um crédito no banco para que o banco fizesse matriz de búfala para todo mundo para que eles servissem para o Gerardo, mas o banco ficou brigando e ficou na teoria de dar errado. Mas, o que tem que fazer é isso, aproveitar um cara que é uma espécie de líder e os demais trabalharem não pra ele, mas em parceria, né!? Pegar o leite e passar pra ele.

De acordo com o Secretário Municipal, houve tentativa de se criar uma agroindústria no assentamento rural, no entanto, a burocracia bancária inviabilizou o financiamento do projeto. A liderança política do MST também destacou a indústria

¹⁰⁷ Nome fictício.

de laticínios durante a entrevista, muito embora tenha feito menção a uma agroindústria:

Luiz Beltrame: No assentamento tem uma agroindústria que processa leite de búfalo e faz muçarela. Esta unidade é individual e outros assentados fornecem o leite.

Desta forma, constatamos nas entrevistas de Luiz Beltrame, Raimundo e Washington que há produção cooperada entre eles e Geraldo, que inicialmente forneceu algumas búfalas para os assentados e assentadas expandirem a produção, uma vez que o lote dele possuía o limite máximo de búfalas. Assim, com a produção de leite dos assentados, que vendem para Geraldo, o laticínio possui viabilidade de expansão da produção e não há necessidade de buscar fornecimento externo de leite.

Conforme o relato de Raimundo, já evidenciado no capítulo 3, há o reconhecimento da existência de uma indústria no Dandara que deu origem ao “grupo da búfala”, e há a possibilidade de fundarem uma cooperativa. O assentado Washington menciona, igualmente, a produção com Geraldo,

Washington: É com o Gerardo que tem a muçarela de búfala, né? Tem uma fabriquinha de muçarela de búfalo.

Durante as entrevistas com Chico Mendes percebemos o desconhecimento em relação ao trato das búfalas, bem como o seu interesse no conhecimento do animal. O assentado reconhece que a indústria de laticínios de Geraldo deu visibilidade ao assentamento.

Chico Mendes: Eu não tenho conhecimento desse animal. Ainda vou lá pra Tocantins pra ver como que mexe com isso [...] Nós temos um exemplo aqui, o Geraldo ali da muçarela, já chegou e montou uma muçarela de búfalo e já puxou o assentamento lá pra cima.

O assentado Paulo relatou que já tentou trabalhar com búfalas, mas desistiu, pois não se adaptou ao trato do animal, que, segundo ele, agride mais o meio ambiente. Na atualidade, ele possui 17 vacas e comercializa o leite que armazena em um tanque reservatório no lote de Washington, tendo em vista a localidade de fácil escoação do assentado, conforme afirma:

Paulo: O leite eu mando pra MATLAT, eles que buscam aqui, lá no Washington, aquele tanque lá é meu eu levo lá, por causa da estrada eu pego e levo lá.

O assentado José Cláudio tem bovinos de leite e utiliza, juntamente com sua esposa, o leite para consumo, além de produzir queijo para comercialização.

José Claudio: Tem! Tem o leite, aí eu tiro leite faço um queijo, o queijo nós tem o que sobra nós vende. O leite que nós tem, nós toma o leite produzido aqui e as veiz sobra um pouco e nós também vende.

Portanto, como constatamos, o fortalecimento da indústria de laticínios no Dandara é uma possibilidade para a existência de produção cooperada que pode vir a contribuir com a produção de todos os assentados e assentadas, e, da mesma maneira, com a renda dos mesmos.

Para o secretário, o financiamento do poder público só pode advir da existência de uma cooperativa, que segundo ele, criaria a “agricultura familiar fixa neste assentamento”.

Secretário de Agricultura, Pecuária, Pesca e Apicultura de Uberaba: [...] enquanto poder público não posso financiar só pra ele, a tendência é fazer uma cooperativa de assentados e investir na agroindústria dele e trazer todo mundo pro jogo. Pronto, você criou uma base de agricultura familiar fixa e, então, é só todo mundo crescer. O pessoal que está no entorno, nas pequenas propriedades, também pode servir do leite, o cara lá do Tereza do Cedro também pode, só vai melhorando [...].

Durante a entrevista com a liderança política do MST, indagamos acerca da cooperação no sentido de que ela necessita ser constantemente fomentada e trabalhada, enquanto constituinte do trabalho de base, pelos movimentos sociais no processo de constituição de um assentamento rural. A reflexão de Luiz Beltrame traz à tona as dificuldades da produção cooperada inscrita em um “ambiente cultural” individualizado, que, por sua vez, é inerente à sociabilidade em que vivemos: em que o individual prevalece em detrimento do coletivo. O trabalho e a produção com a “troca de mutirão”, a cooperação em si, são perspectivas de fortalecimento das relações coletivas no interior do assentamento rural, sendo, então, um horizonte para os assentados e assentadas para o fortalecimento de relações coletivas no interior do mesmo, como pontua:

Entrevistadora: Você avalia que esse grau de cooperação poderia ser fortalecido pelos movimentos?

Luiz Beltrame: Avalio sim! Há uma determinação de alguns movimentos no campo de estar continuamente estimulando, motivando e sensibilizando para esta busca. Mas é vencer um ambiente cultural que está consolidado uma cultura mais individualizada, mas há pelo menos o mínimo de cooperação entre os assentados que existe em suas representações

institucionais, nas suas associações de representação política de conversação com o Estado, com alguns setores mais importantes do assentamento. Mas aquilo que a gente espera de uma cooperação mais exigente de possuir uma cooperativa mesmo, de compra, de comercialização, uma cooperação de máquinas, uma cooperação de valor. Ou mesmo uma cooperação mais simples de troca de mutirão. Esse é um trabalho que os movimentos têm e as organizações que organizam os trabalhadores no campo têm insistido como alternativa. Mas isso ainda não produziu um resultado tão efetivo que pudesse superar essa dificuldade do novo assentado.

A produção de frutíferas, do mesmo modo, está presente em 70% dos lotes: limão; maracujá; acerola; abacate; banana; laranja; mexerica. Carvalho (2013) também constatou que em 72,5% dos lotes dos assentamentos da região de Andradina/SP havia produção de frutíferas.

A produção agropecuária é diversificada com pequenos e médios animais como frango, galinha caipira e suínos, estando presente em 60% dos lotes. As hortaliças como: alface, couve, cheiro-verde, jiló, abobrinha, pepino e quiabo em 60% dos lotes; mandioca em 50% dos lotes; pimenta em 20%; feijão em 20%; e milho em 10%. Os produtos processados por intermédio do leite, como por exemplo os queijos, estão presentes em 40% dos lotes, sendo comercializados na região, abrangendo municípios circunvizinhos.

Com relação à produção agrícola do assentamento rural Tereza do Cedro observamos no Quadro 6 a mesma diversidade.

Por meio destas informações, percebemos que no Tereza do Cedro a pecuária leiteira de bovinos também é forte e se encontra presente em 91,66% dos lotes, sendo que os (as) assentados (as) comercializam tanto o animal, quanto o leite e três deles produtos processados como queijo e requeijão. O leite retirado das vacas é artesanal, sem mecanização via ordenhadeira.

A produção de frutíferas está presente em 81,81% destes lotes. Em quatro deles há existência de pomar com uma variedade de frutas como: abacate, acerola, manga, banana, goiaba, laranja, graviola, morango, mamão, mexerica, lima, laranja-da-terra, limão e maracujá, sendo que estes dois últimos são comercializados pelos assentados (as). Percebemos que as famílias de Dorothy e Dona Dora, além de estarem há mais tempo no território, como pontuado no Capítulo 3, possuem mais diversidade em seus lotes.

Quadro 6: Produção das famílias assentadas no Tereza do Cedro

FAMÍLIAS	PRODUÇÃO
Família 1 Dorothy	_ Produzem frutíferas para consumo como: abacate, acerola, manga, limão, banana, goiaba, laranja, graviola, maracujá, morango, mamão, _ Produzem hortaliças (folha, fruto e raiz) para o consumo como: alface, rúcula, hortelã, orégano, espinafre, couve, cheiro-verde, cebolinha, jiló, mandioca, chuchu, batata; _ Produzem plantas medicinais para consumo; _ Produzem café, milho, feijão (de acordo com a época) para consumo e alimentação, o que sobra é para comercialização; _ Criam bovinos (24 cabeças) para produção de leite, comercializam leite; _ Criam galinha poedeira e galinha para corte e comercialização de ovos; _ Criam porcos; _ Produzem produtos processados com o leite como: queijo e requeijão para comercialização.
Família 2 Dona Dora	_ Criam bovinos (20 cabeças) para comercialização; _ Possuem um pomar, que foi cultivado desde a ocupação pelo esposo de Dona Dora, com diversas frutíferas como: mexerica, goiaba, manga, limão, banana, abacate, lima, mamão, laranja-da-terra para consumo; _ Produzem hortaliças (folha, fruto e raiz) como: alface, couve, almeirão, abobrinha, pimenta e mandioca para consumo; _ Produzem café para consumo; _ Dona Dora tem diversas flores e plantas medicinais; _ Criam galinhas caipiras.
Família 3 Miguel José	_ Criam bovino de leite (26 cabeças) para consumo; _ Produzem hortaliças para consumo; _ Produzem mandioca e milho (não é crioulo) para comercialização; _ Possuem pomar com diversas frutíferas como: abacate e laranja.
Família 4 Ana Maria	_ Produzem hortaliças para consumo; _ Criam bovinos (21 cabeças) para comercialização; _ Criam galinhas (pintinhos) e porcos para comercialização;
Família 5 Adélia	_ Criam bovinos para produção de leite e comercialização; _ Produzem mandioca, feijão e amendoim para consumo e comercialização; _ Criam galinhas (ovos) e porcos para consumo e comercialização;
Família 6	_ Produzem frutíferas e hortaliças para consumo; _ Produzem limão e mandioca para consumo e comercialização;
Família 7	_ Possuem pomar e diversas frutíferas, comercializam o que podem; _ Criam bovinos de leite e comercializam produtos processados do leite como queijo; _ Criam galinhas e porcos.
Família 8	_ Possuem pomar com frutíferas e hortaliças, comercializam o que podem, como mandioca, por exemplo. _ Criam bovinos, porcos e galinhas;
Família 9	_ Produzem frutíferas diversas, comercializam maracujá; _ Produzem hortaliças diversas, como mandioca e comercializam o que podem; _ Criam bovinos, porcos, galinhas e comercializam o que pode.
Família 10	_ Produzem hortaliças diversas com jiló, quiabo, chuchu, pimenta, mandioca e frutíferas diversas; _ Criam galinhas semi-caipira para comercialização.
Família 11	_ Criam bovino para produção e comercialização de leite; _ Produzem mandioca e feijão; _ Criam bovinos de leite, galinhas, porcos e comercializam tudo que podem.
Família 12	_ Possuem pomar e diversas frutíferas; _ Produzem hortaliças e comercializam mandioca; _ Criam bovinos de leite; _ Produzem produtos processados com o leite como: queijo e os comercializam.

Fonte: Elaborado por Gabriela Masson - adaptado de Pesquisa de Campo e Agrolago.

A produção agropecuária é diversificada com produção de pequenos e médios animais como frango, galinha caipira e suínos em 60% dos lotes. As hortaliças como alface, couve, hortelã, cheiro-verde, jiló, abobrinha, pepino e quiabo aparecem em 60% dos lotes; mandioca em 50% dos lotes; pimenta em 10%; feijão em 20%; e milho em 10%. Os produtos processados por intermédio do leite, como por exemplo os queijos, estão presentes em 40% dos lotes, sendo comercializados na região, abrangendo municípios circunvizinhos.

A produção alimentar diversificada, típica da agricultura camponesa/familiar, inclusive, agroecológica, encontrada nos assentamentos rurais Tereza do Cedro e Dandara são a base da alimentação das famílias assentadas, conforme relatos:

Entrevistadora: Qual a produção que é direcionada para a manutenção da casa?

Raimundo: É mandioca, é alface, é feijão, o que precisa planta eu planto, o milho eu planto, toda a vida eu plantei. Aqui é o feijão, mandioca, essa bagulheira de horta, é leite, é queijo pros menino comer, é ovo, é galinha, porco. Vamo aumentar a produção de leite pra servir pro mercado.

Entrevistadora: O que o senhor produz aqui pra alimentação?

Washington: Não, só o leite memo.

Leidiane: Não, leite, ovo.

Washington: É leite e ovo.

Leidiane : Porco.

Entrevistadora: Galinha?

Leidiane: Mata porco, mata galinha!

Washington _: Tem laranja, limão, mexerica.

Washington _: E tem abacate

Entrevistadora: O que o senhor compra que não produz aqui?

Miguel José: Arroz, óleo, lá de vez em quando a gente mata um porco, tem banha, tem gordura, tem carne, carne a gente come pouco também, tem um frango, tem um porco.

Entrevistadora: E o que o senhor produz aqui?

Miguel José: Aqui tem mandioca e esse ano produz milho também.

Entrevistadora: Milho, mas da onde o senhor arrumou semente, transgênica?

Miguel José: Não, não é transgênico. mas...

Entrevistadora: Verdura não?

Miguel José Caetano: Só pro gasto.

Como percebemos por meio dos relatos os assentados e assentadas não consideram como produção os alimentos que produzem, para auto consumo embora

engendram em seus lotes muitas possibilidades relacionadas à variedade de produtos agropecuários subsidiando a alimentação das famílias, que, por sua vez, recorrem pouco ao mercado para satisfação das necessidades e aos produtos industrializados. O controle sobre o processo de trabalho, conforme já discutimos, e a produção cooperada, no caso do assentamento rural Dandara, são uma realidade. Estas particularidades caracterizam a agricultura camponesa/familiar nestes assentamentos rurais em Uberaba e podem contribuir para uma agricultura camponesa/familiar mais diversificada.

No entanto, esta forma de produção possui limites estruturais que são impostos e muitas vezes condicionam a organização das famílias. Quando indagados acerca dos limites e possibilidades, os assentados do Dandara responderam:

Entrevistadora: Quais são as possibilidades e os limites de sua produção no seu lote?

José Cláudio: Eu se eu tivesse um recurso eu tenho inclusive um projeto que a prefeitura me ofereceu e tá guardado é para mim fazer uma queijeira ali. Então, se eu produzisse aqui eu viveria daqui se eu tivesse recurso. Então, eu acredito eu que se eu tivesse uma quejeira com esse Pronaf e tivesse umas novilha tudo prenha eu tiro 300 litros de leite.

Entrevistadora: E o que dificulta o senhor a produzir mais?

Raimundo: A dificuldade agora é a situação financeira! Se a minha situação financeira estivesse melhor, eu tinha ampliado minha capinera, tava com as máquina aí, tinha tratado das vaca a tempo eu tinha comprado a picadeira, certo!?

Paulo: Eu não consigo produzir mais do que isso por causa do transporte, eu não tenho. Porque se produzir mais como que eu vou levar? Meu carro é pequeno e eu produzo o que dá e é daí que tou tirando meu sustento, né!?

Entrevistadora: E se tivesse a facilidade do transporte, o que você acha que daria para produzir aqui?

Paulo: Daria pra produzir muita coisa, muita coisa, a terra é boa! Ótima! É só trabalhar.

Washington: Produção de.... Ah, eu gostaria de produzir muitas coisas, né?!?!? Mas agora a força não tá dando mais pra produzir, mão de obra é difícil e falta de água, nós não tem água pra aguar uma horta boa, né?!?!?

Luiz Beltrame: As dificuldades enfrentadas são em função das poucas conquistas por parte da organização, assim tem-se os representantes não resolvem nada. O assentamento tem optado por agir individualmente em relação ao MST e junto aos órgãos do Estado.

Como vemos, os assentados apontam limites relacionados a recursos e à situação financeira que viabilizariam e aumentariam mais a produção; o transporte possibilitaria a escoação da produção, considerando que, segundo Paulo, a terra é

muito profícua para o trabalho; a força de trabalho que já é escassa tendo em vista o envelhecimento dos assentados, assunto prontamente discutido; acesso à água para irrigar a produção; e até mesmo a organização dentro do assentamento, o que é inferido durante a fala da liderança política ao deixar claro que eles agem individualmente em relação ao MST e junto aos órgãos do Estado.

No Tereza do Cedro, Dorothy destacou sua dificuldade na produção tendo em vista que trabalha sozinha no lote, pois seu marido exerce atividade assalariada externa para complementação de renda; a “dificuldade de vender”, ou seja, transporte e escoamento da produção, apontados por Miguel José, ratificam não só os limites da produção, mas também a necessidade de um espaço nas feiras existentes em Uberaba para os assentados e assentadas; Adélia, igualmente, apontou a “dificuldade de transporte”. A questão da falta de água é um limite mencionado por Adélia, Dora e Ana Maria que afirma não poder expandir a produção porque seu lote está em uma localidade onde não tem água. Vejamos os relatos:

Dorothy: Hoje a dificuldade é de produzir, a minha mãe vem duas ou três vezes no mês. Quando as coisa aperta mesmo, que a gente precisa fazer um silo, a coisa aperta mesmo. Quando a gente tem um serviço que precisa fazer e meu marido não pode porque tá trabalhando direito eu tenho que pagar um dia para fazer para mim. Meu marido entra às 5h00 da manhã e sai às 18h00 e lá ele faz de tudo.

Miguel José: Não, pra mim produzir aqui, que eu acho que a dificuldade é vender, porque não tem onde a gente vende, não tem uma condução, um transporte, né? Pra vende, aonde vende porque plantar não é difícil, colher não é difícil, difícil é vende. Saber aonde vai vender a mercadoria por exemplo, planto uma horta aqui, eu podia ter uma horta boa aqui, mas aonde que eu vou vender essa mercadoria? De que jeito que eu vou levar ela?

Entrevistadora: Uberaba não tem feira, né?

Miguel José: Tem, mas de que jeito que eu levo?

Entrevistadora: Eu falo assim, uma feira só de assentado, por exemplo, Uberlândia tem.

Miguel José: Não, de assentado não tem não, tem feira de sortido, mas não é de assentado não....

Adélia: É difícil porque a gente não tem o transporte. A gente tem que esperar da prefeitura. Se a gente tivesse um transporte, poderia vender lá no Ceasa. Se fosse unido, a mulher da Agrolago tava me explicando, comprava um caminhãozinho, junta tudo, tem a mercadoria pra levar pra lá e pra cá.

Adélia: Nós só não produz mais as coisa por causa da água, agora não, agora tem água, mas quando for daqui um tempo...

Dona Dora: É a dificuldade é assim, por causa das chuva que não tem, né!?

Ana Maria: Ah, eu acredito assim, que eu acho que eu faria muita coisa se eu tivesse oportunidade de fazer com água, porque meu lote não tem água, se eu tivesse água nele eu acho que eu poderia estar fazendo muito mais coisa, porque eu tenho limite de contenção de gasto de água, eu não tenho produção de água, meu lote não tem água, então por isso eu acredito que eu não tenho muito desenvolvimento, não posso expandir, aí eu acho que se eu tivesse condições financeiras de ter um poço artesiano dentro do meu lote aí ficaria uma coisa assim, mais a.... mais facilidade, porque eu gosto muito de hortaliça, eu gosto muito de coisa que... tudo que eu gosto por exemplo o gado, a galinha tudo que é ali vai ter o gasto grande de água e aí se eu não tenho a água eu não posso fazer. Então tem limite, aí tudo eu produzo em quantidade grande na época da chuva, nessa época da seca eu não tenho nada, aí choveu produz, não choveu perco tudo, porque a água encanada pra falar assim: eu vou irrigar porque não choveu e tá seca essas árvore, eu vou irrigar pra não perder minha lavoura, eu perco tudo.

A água é uma infraestrutura básica para a produção, para a agricultura, sendo uma prerrogativa do Incra segundo a Normativa nº 15 de 30 de março de 2004, (INCRA, 2004) citada no Capítulo 3. A falta de acesso à água impõe limites à produção, e também compromete a saúde dos assentados e assentadas que fazem uso dela sem nenhum tratamento.

No assentamento Dandara não foi construído nenhum reservatório para a distribuição de água. Nenhum dos assentados e assentadas construíram poço artesiano, mesmo porque seu valor é altamente oneroso. O acesso é por meio das quedas da mina que chegam aos lotes e por meio de construção improvisada de bombas, o que, inclusive, pode comprometer a existência da mina que em épocas do ano passa por períodos de seca. José Claudio afirma existir projeto para a construção de um poço comunitário expresso por Santos Júnior et al (2008) do assentamento, no entanto, o mesmo não saiu do papel. Os relatos explicitam tal realidade:

Raimundo: Vem de queda natural, mas graças a Deus minhas búfala não vai lá em riba da minha mina de jeito nenhum.

Entrevistadora: É tratada?

Raimundo: Não...nóis num tem tratamento não!

Entrevistadora: O senhor não tem poço artesiano?

Raimundo: Não! Tamo com o pedido aí, mas num temo isso aí aqui não.

Paulo: A que vem pra cá é bomba e dos plantio é queda natural da mina. Pra casa é bomba.

José Claudio: A minha água é da mina, tem uma nascente em cima ali, a qual eu tava te falando. Essa água vem que abastece para a sedia. Lá em

cima tem uns três lotes que pega de bomba pra essa mina. Então nós que usa essa água ali tem três, quatro, sete pessoas que usam dessa mina. E essa mina se nós não cuida nós vamo perde ela. Precisava de um recurso pra cerca, mas não tem.

Entrevistadora: Então o senhor não tem poço aqui?

José Claudio: Não tem! Tem um projeto do Incra para fazer poço comunitário, mas esse não saiu do papel, né?! Um mini poço hoje para a gente fazer e cadastrar é uns R\$ 8.000,00 um mini poço. De onde tira isso?!

Washington: É uma mina, ela nasce pra cima da sede mais ou menos um quilômetro, e ela vem em queda livre até aqui, né?! Mas agora secou, por isso que é difícil a água pra nós

Entrevistadora: E o senhor não tem poço aqui?

Washington: Não tem...

Entrevistadora: E também não é feito nenhum tratamento?

Washington: Não é...

Chico Mendes: É queda livre! Eu tenho no chiqueiro e tenho aqui. Não é tratada [...]

No assentamento rural Tereza do Cedro verificamos uma realidade distinta, pois como o relevo do solo não favorece as quedas de água, os assentados e assentadas foram impelidos a construir poços artesianos para terem acesso à água que também não possui tratamento. Apesar de o Incra ter construído, sem a participação dos assentados e assentadas, um poço no assentamento, a distribuição da água ainda não foi realizada. Conforme relato de Ana Maria “a água nossa nunca chegou. ”

Ana Maria: É, ele liberou esse poço porque ele liberou esse poço pra fazer essa manutenção de água... pro pessoal, um poço só, do outro lado de lá, né? Porque eu tô aqui num lado, o povo tá do outro lado da cerca, quer fazer aqui tem 26 família que tá lá do outro lado, ele liberou verba, pagou, fez o poço, fez só um buraco lá e largo. Fez a rede de energia e largo lá, não pôs bomba, não pôs encanamento, não pôs nada, nós não têm condições de tirar água lá, não tem como, porque o poço que foi furado, foi furado um poço pra abastecer muita quantidade de gente, mais nós não sabe que metragem de fundura, nós não sabe nada, nada, nada, não dá pra nós. Aí o Incra fala que furou o poço artesiano pra nós e que pagou essa verba pra licitação da empresa que ganhou, que fez o serviço já recebeu, mas a água nossa nunca chegou, o poço tá lá, o dinheiro foi entregue, acredito que sim, que pagaram e fizeram, mas no fim não resolveu nada pra mim [...]

A família da assentada Adélia construiu um poço que, segundo ela, “tem 20 metros para baixo”, porém caso a água acabe, ela e seu esposo terão o acesso limitado.

Os relatos de Dona Dora e Dorothy, que, igualmente, construíram poços artesianos em seus lotes, rememoram o quanto é dispendioso para as famílias

assentadas a construção do mesmo. Assim, percebemos que as famílias do Tereza do Cedro, além de terem vivenciado despejos e muitas dificuldades para a conquista da terra, foram impelidas de construir poços artesianos para terem acesso à água, recurso natural imprescindível a sobrevivência e produção nos lotes, e, conseqüentemente, para permanência nos mesmos:

Entrevistadora: Vocês construíram?!

Dona Dora: É! É nós que fez...

Entrevistadora: Com o dinheiro de vocês?

Dona Dora: É, com dinheiro nosso! Ficou R\$ 6.000,00. Ih, minha fia, mas o cara tá cobrando é 15 ou 20 mil real.

Dorothy: Sim! Foi nós, 5 mil reais. A minha sorte é que sempre meu marido trabalhou, e os primeiros créditos foi para produzir e revender, porque eu também vendi uns gado e fiz um dinheiro.

O Secretário Municipal, quando indagado sobre a problemática da água no assentamento, sabendo que a construção da estação elevatória e rede de distribuição são atribuições municipais, relatou que o projeto é dispendioso para a prefeitura que está à espera de uma verba oriunda de uma emenda parlamentar do deputado Adelmo Leão, do PT, para inclusão do valor do projeto:

Secretário de Agricultura, Pecuária, Pesca e Apicultura de Uberaba: O Incra já furou um poço artesiano, mas precisa de um projeto para fazer uma estação elevatória e rede de distribuição. O projeto já era caro para nós, da prefeitura municipal. Nós estávamos aguardando uma verba, se a verba viesse nós poderíamos incluir o valor do projeto. E os projetos precisam ser colocados para o Incra, existe recurso específico para isso pra que possa vir o recurso específico para a água [...] É... tem uma emenda parlamentar destinada a isso nos assentamentos, no momento, está sendo colocada agora, por causa de infraestrutura de água, com certeza precisa de uma estrutura de captação e reservatório para a distribuição nos lotes dos assentados, precisa avançar mesmo!

O fato do acesso à água neste assentamento estar atrelado à emenda de um parlamentar para viabilização, reflete o quanto os assentamentos rurais de Uberaba reclamam pela inclusão no planejamento da Secretaria do Agronegócio. A verba parlamentar, neste caso, personaliza em um deputado o direito que deveria ser garantido pelo poder público como um todo.

O Superintendente do Incra, por sua vez, quando indagado sobre a problemática da água, admitiu que o acesso deveria ser uma realidade após a criação do assentamento e que um poço artesiano em cada lote é insustentável ambientalmente para a natureza e financeiramente para o Estado. Como

constatamos no relato do Superintendente, a estação de distribuição seria a melhor alternativa. No entanto, há 16 anos os assentados e assentadas esperam pela água, e enquanto isso, buscam individualmente uma forma possível de ter acesso a ela.

Entrevistadora: Quais são as ações do Incra nos assentamentos em Uberaba? Tendo em vista que o acesso e distribuição da água ainda se constitui uma problemática nestes assentamentos, mesmo após 10 anos de assentados!? É fato que nestes assentamentos alguns conseguiram construir o poço artesiano com investimento próprio que gira em torno de R\$ 6.000,00 a R\$ 7.000,00.

Superintendente Estadual do Incra de Minas Gerais: Olha só! Falar uma coisa, até falamos desse assunto anteriormente. Quando você vai criar um assentamento, se não tiver acesso à água tá errado, pois isso deveria ter sido assegurado no momento de criação do assentamento. Agora, até a concepção de assentamento ajuda nisso, aquele assentamento em forma de agrovila, Gabriela, é a melhor coisa que tem porque você vai fazer um poço artesiano e você vai atender toda aquela comunidade, mas vai faltar água lá no lote, ok! Mas você não pode conceber a ideia que tenha alguém que não tenha água para beber, para a sua sobrevivência, ou para poder molhar seu quintal ali. Segundo passo, é garantir também a distribuição da água, e se você tiver todo mundo de forma articulada, porque garantir um poço artesiano para cada lote é inviável. Os movimentos sociais têm que refletir sobre isso, o Incra tem que chamar essa responsabilidade, até porque o recurso natural da água, nós estamos numa crise hídrica e cada vez que você faz um poço artesiano, você também tá mexendo na fonte de reserva de água e aí você vai ter problema. Então, é melhor você racionalizar o uso, não é racionar, é racionalizar a produção e distribuição da água. Nessa região do semiárido, um caminho seria esse você ter a água e é possível fazer isso, em vez de fazer um poço artesiano para cada um, porque isso é inviável, primeiro por uma questão financeira, o Estado não tem como atender se ele falar que tem tá mentindo, e segundo porque seria também danoso pro meio ambiente, não é sustentável um poço artesiano para cada família. O ideal é você fazer a captação da água, produção e a distribuição da água para que atenda a todos.

Segundo o Superintendente, um convênio de mais seis milhões de reais para atender a quarenta e dois projetos de assentamento rural da região norte do Estado foi firmado com a CODEVASP. Além de outro convênio estar em processo com a RURAL Minas, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) por meio do Departamento de Engenharia, para a elaboração de projetos de infraestrutura nos assentamentos, ou seja, estradas, poços para atendimento de demandas.

Diante nossa problematização com relação a dificuldade com relação ao acesso a água nos assentamentos, o Superintendente se comprometeu a despender atenção à realidade dos assentamentos em Uberaba. No entanto, mediante as mudanças governamentais engendradas com o processo de *impeachment* da

presidenta Dilma, não sabemos como se encontra a realidade da Superintendência Estadual, diante o desmonte do MDA.

Portanto, podemos sumariar que a infraestrutura, especificamente o não acesso à água; o pouco acesso a recursos financeiros para a produção; e as dificuldades de escoamento da produção dos assentados e assentadas foram, e são, os principais desafios estruturais impostos à agricultura camponesa/familiar e à reforma agrária em curso nos assentamentos em questão. Pois, como percebemos, apesar destes desafios, tais assentamentos rurais possuem condições de produção para comercialização, o que pode vir a fortalecer a agricultura camponesa/familiar em Uberaba, além de possuírem produção diversificada que garante a subsistência das famílias.

Estes desafios estão diretamente relacionados e imbricados às políticas públicas que compõem a reforma agrária enquanto política pública de desenvolvimento, e nesta direção o acesso aos créditos rurais por meio do Pronaf, bem como ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) representam mediações imprescindíveis para a análise do quanto a política pública de reforma agrária se viabiliza neste assentamento como uma política de desenvolvimento, e/ou política social de cunho compensatório. Na sequência problematizaremos tal realidade, bem como a análise da renda das famílias assentadas e o acesso as políticas sociais.

**CAPÍTULO 5 A REFORMA AGRÁRIA COMO UMA POLÍTICA PÚBLICA DE
DESENVOLVIMENTO E/OU COMO UMA POLÍTICA SOCIAL?
UMA ANÁLISE A PARTIR DOS ASSENTAMENTOS RURAIS
TEREZA DO CEDRO E DANDARA EM UBERABA/MG**

América Latina

Eu sou, eu sou o que sobrou
Sou todo o resto do que roubaram
Um povo escondido no topo
Minha pele é de couro, por isso aguenta qualquer clima
Eu sou uma fábrica de fumaça
Mão de obra camponesa, para o seu consumo
Frente fria no meio de verão
O amor nos tempos do cólera, meu irmão!
Eu sou o sol que nasce e o dia que morre
Com os melhores entardeceres
Sou o desenvolvimento em carne viva
Um discurso político sem saliva
As mais belas faces que conheci
Sou a fotografia de um desaparecido
O sangue em suas veias
Sou um pedaço de terra que vale a pena
Uma cesta com feijão, eu sou Maradona contra a Inglaterra
Marcando dois gols
Sou o que sustenta minha bandeira
A espinha dorsal do planeta, é a minha cordilheira
Sou o que me ensinou meu pai
O que não ama sua pátria, não ama a sua mãe
Sou américa latina, um povo sem pernas, mas que caminha

Ouve!

Você não pode comprar o vento
Você não pode comprar o sol
Você não pode comprar chuva
Você não pode comprar o calor
Você não pode comprar as nuvens
Você não pode comprar as cores
Você não pode comprar minha alegria
Você não pode comprar as minhas dores

Tenho os lagos, tenho os rios
Eu tenho os meus dentes pra quando eu sorrio
A neve que maquia minhas montanhas
Eu tenho o sol que me seca e a chuva que me banha
Um deserto embriagado com cactos
Um gole de pulque para cantar com os coiotes
Tudo que eu preciso, eu tenho meus pulmões respirando azul claro
A altura que sufoca,
Sou os dentes na minha boca, mascando coca
O outono com suas folhas caídas
Os versos escritos sob as noites estreladas
Uma vinha repleta de uvas
Um canavial sob o sol em cuba
Eu sou o mar do caribe, que vigia as casinhas
Fazendo rituais de água benta
O vento que penteia meus cabelos
Sou, todos os santos pendurados em meu pescoço
O suco da minha luta não é artificial
Porque o adubo de minha terra é natural

Não se pode comprar as cores
Não se pode comprar minha'legria
Não se pode comprar minhas dores

Você não pode comprar o sol...
 Você não pode comprar chuva
 (Vamos caminhando)
 No riso e no amor
 (Vamos caminhando)
 No pranto e na dor
 (Vamos desenhando o caminho)
 Não pode comprar a minha vida
 (Vamos caminhando)
A terra não se vende
 Trabalho árduo, porém com orgulho
 Aqui se divide, o que é meu é seu
 Este povo não se afoga com as marés
 E se derruba, eu reconstruo
 Tampouco pisco quando eu te vejo
 Para que recordem do meu sobrenome
 A operação condor invadindo meu ninho
 Perdoo porém nunca esqueço
Hey!
Vamos caminhando
Aqui se respira luta
Vamos caminhando
 Eu canto porque se ouve
 Vamos desenhando o caminhando (Vozes de um só coração)
 Vamos caminhando
 Aqui estamos de pé
Que viva a América!
Não podes comprar minha vida...
 (Calle 23)

5.3 A relevância dos benefícios sociais na reprodução dos assentados e assentadas e a gestão da questão agrária por meio das políticas distributivas

No Brasil, os direitos sociais até a Constituição Federal de 1988, ora estiveram no campo da caridade e da filantropia, por meio de práticas assistencialistas para conter as manifestações da questão social, ora atrelados ao trabalho (emprego) através da lógica do seguro social mediante contribuições sociais de determinados segmentos da sociedade, ou ainda à mercê do mercado, como por exemplo o acesso aos serviços de saúde e moradia. O artigo 6º desta Constituição assegura direitos sociais como educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância que devem ser garantidos pelo Estado. Estas conquistas são repercussões políticas, sociais e, portanto, históricas de muitas lutas empreendidas pela classe trabalhadora e movimentos sociais a partir da década de 1980, conforme

já discutido no Capítulo 1. No entanto, interpeladas por restrições e reduções sob o argumento da crise fiscal do Estado.

Desde então, a Seguridade Social¹⁰⁸ constitucional é composta e reduzida ao tripé: Saúde (universal)¹⁰⁹, Assistência Social (como direito não contributivo) e Previdência Social (ainda com princípios de seguro social). Conquanto, entendemos a seguridade social para além destas três políticas sociais, mas sim, a partir de uma Constituição que envolva todos os direitos sociais. Esta apreensão é atinente ao Projeto Ético-Político do Serviço Social, tendo em vista o posicionamento ratificado pela Carta de Maceió durante o XXIX Encontro Nacional CFESS/CRESS, na cidade de Maceió (AL) (CFESS, 2000). Ou seja, a seguridade social precisa ser mais que uma ordem social, ela ainda se constitui como um campo de lutas que pressupõe análise crítica da correlação de forças entre as classes sociais para a não responsabilização dos sujeitos sociais pelas condições objetivas de vida e trabalho que a sociedade capitalista impõe. A partir desta compreensão,

[...] a seguridade social é, sobretudo, um campo de luta e de formação de consciências críticas em relação à desigualdade social no Brasil, de organização dos trabalhadores. Um terreno de embate que requer competência teórica, política e técnica. Que exige uma rigorosa análise crítica da correlação de forças entre classes e segmentos de classe, que interferem nas decisões em cada conjuntura. Que força a construção de proposições que se contraponham às reações das elites político-econômicas do país, difusoras de uma responsabilização dos pobres pela sua condição, ideologia que expressa uma verdadeira indisposição de abrir mão de suas taxas de lucro, de juros, de sua renda da terra. (CFESS, 2000, p. 2).

Mota (2009) argumenta que as políticas sociais que integram a seguridade social brasileira estão aquém de articularem um mecanismo de proteção social. A autora defende a tese de que as políticas de saúde e previdência avançam para um processo de privatização e mercantilização, respectivamente. Já a assistência social, por sua vez, sofre expressiva expansão desde os anos 1990, o que implica na sua atual centralidade mediante as demais políticas de seguridade social, como o trabalho por exemplo. Contudo, conforme ratifica Boschetti (2009, p. 328):

¹⁰⁸ A seguridade social, na definição constitucional brasileira, é um conjunto integrado de ações do Estado e da sociedade voltadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social, incluindo também a proteção ao trabalhador desempregado, via seguro-desemprego (BOSCHETTI; SALVADOR, 2006).

¹⁰⁹ Segundo Behring; Boschetti (2008, p. 157, grifo do autor): “O princípio da universalidade da cobertura proposto não tem a pretensão de garantir direitos iguais a todos os cidadãos, mas assegura a política de saúde como direito universal, estabelece a assistência como direito aos que dela necessitam [...], mas mantém a previdência submetida a lógica do seguro, visto que o acesso aos direitos é derivado de uma contribuição direta anterior.”

Defender a seguridade social em sentido amplo, onde a lógica social se sobreponha à lógica securitária, requer reconhecer o espaço da assistência social em seu âmbito, sem superestimá-la e tampouco sem discriminá-la como um direito incompatível com o trabalho.

As políticas sociais no Brasil, pós 1990 foram implementadas sob orientação do ideário neoliberal, sofreram significativos golpes no âmbito da materialização dos direitos sociais legalizados. Com a ausência do Estado na garantia destes direitos, observamos cada vez mais a transferência de seu dever para o mercado, bem como para a solidariedade via terceiro setor. Desta forma, fica reservado ao mercado aqueles que possuem meios para adquirir os serviços privados, enquanto os precários, seletivos e focalizados serviços públicos são destinados aos comprovadamente pobres.

Nos termos de Mota (2009, p. 135, grifo do autor), assistimos a uma “*privatização e a assistencialização da proteção social*, instituindo, ao mesmo tempo, as figuras do cidadão-consumidor e do cidadão-pobre, este último objeto da assistência social.” Logo, no atual contexto, os direitos sociais estão subordinados à lógica orçamentária, assim como a política social à política econômica. Tal lógica é invertida e subvertida na medida em que o direito constitucional (dever legal) em vez de impor e orientar as distribuições de recursos do fundo público, passa a ser submetido à disponibilidade de recursos, ou até mesmo ao corte/desvios deles para outras áreas. Portanto, padrões universalistas e redistributivos de proteção social não coadunam com as estratégias de extração de superlucros, e a política social neste contexto é engendrada em ações pontuais e compensatórias direcionadas para gestar as manifestações da questão social, advindas da crise do Estado, ou contrarreforma do estado (BEHRING; BOSCHETTI, 2008; BEHRING, 2008).

Uma das expressões desta conjuntura no Brasil foi a criação do Plano Real, pelo então ministro FHC em 1993, com o discurso de defesa do equilíbrio das contas públicas brasileiras. Defendeu-se e criou-se o Fundo Nacional de Emergência (FNE) que permitiu e viabilizou a desvinculação de 20% dos recursos destinados às políticas de seguridade social por meio de emendas constitucionais que originaram a Desvinculação das Receitas da União (DRU)¹¹⁰, no mesmo patamar dos 20%. Tal plano foi calcado na perspectiva econômica, que sempre é mais importante que a

¹¹⁰ Segundo Boschetti e Salvador (2006) a DRU é a peça-chave na estratégia da política fiscal para a composição do superávit primário, o que significa que, “[...] por meio deste expediente, processa-se, então uma transferência não desprezível de recursos do lado da economia, e mais explicitamente, da área social, para a gestão financeirizada da dívida pública.”

social, e neste caso, a motivação era a de conter a inflação. No governo Lula houve prorrogação da DRU até 2007 (BOSCHETTI; SALVADOR, 2006).

Ainda, e intensificando esta direção, presenciamos mais um golpe à seguridade social e à classe trabalhadora nos poucos meses de mandato do atual governo “ilegítimo” de Michel Temer: a Previdência Social foi incorporada ao Ministério da Fazenda. Ademais, o Ministério do Desenvolvimento Social, criado em 2003 por Lula diante de muitas lutas e reivindicações populares, foi fundido ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) constituindo um único ministério para gestar as políticas agrárias e de assistência social. O novo ministério é chamado de Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

Portanto, do governo neoliberal de FHC à estratégica neodesenvolvimentista “lulu petista”, observamos que o combate à pobreza se tornou a principal estratégia de orientação governamental para as políticas econômicas e sociais. Esta direção do Estado resultou na integração das políticas estruturais às emergenciais distributivas, focalizadas e seletivas. A criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário por sua vez, é um latente indicativo desta opção do Estado que foi sendo gestada e consolidada no governo de Michel Temer: transformar e institucionalizar a política de reforma agrária em uma política social, esta realidade está dada.

O desmonte dos direitos da classe trabalhadora engendrado por governos anteriores, e consagrado neste, ratificou ainda mais a subordinação dos direitos sociais à lógica financeira do mercado, como neste caso: a previdência social. Já as políticas distributivas, por exemplo como o Programa Federal Bolsa Família, estão adquirindo mais incremento conforme aconteceu nos governos de Lula e Dilma, e agora já anunciado por Michel Temer. A partir do dia 18 de julho, por meio do reajuste de 12,5%, o valor do Bolsa Família aumentou de R\$ 162,07 para R\$ 182,31. O Plenário da Câmara aprovou, em primeiro turno, no dia 02 de junho de 2016, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que prorroga a Desvinculação de Receitas da União (DRU) até 31 de dezembro de 2023. A PEC eleva de 20% para 30% o percentual que pode ser remanejado da receita de todos os impostos e contribuições sociais federais. Também cria mecanismo semelhante para estados, municípios e o Distrito Federal.

O tripé: privatização; focalização, seletividade em detrimento da universalidade; e estatização apontado por Behring e Boschetti (2008) viverá tempos

de radicalidade durante a governabilidade ilegítima de Michel Temer. O custo, no entanto, recairá sobre a classe trabalhadora que, caso não se organize para a unificação das lutas, padecerá ainda mais sobre o jugo da intensificação e criminalização da questão social.

Desta forma, o papel do Estado como garantidor das políticas públicas para o campo, no que diz respeito à produção da agricultura camponesa/familiar e desapropriações para fins de reforma agrária, da mesma forma, sofrerá reajustes e possíveis cortes orçamentários. Observaremos ainda mais o papel do mercado na mediação da questão agrária enquanto manifestação da questão social e, assim, o surgimento de novas alternativas construídas e implementadas pelo Estado por meio das políticas sociais distributivas. Provavelmente via política pública de assistência social que gestada e operacionalizada sob a lógica do capital em detrimento de outras políticas públicas estruturais, como a reforma agrária, assumirá ainda mais configuração compensatória, pois é focalizada na gestão do pauperismo no campo.

Cabe destacar que a política de assistência social não se resume ao Programa Bolsa Família¹¹¹, conforme encontramos comumente nos discursos cotidianos, ela necessita ser discutida e encarada como um direito social historicamente conquistado. A crítica pela crítica e a negação da assistência social como um direito social, historicamente reivindicado e garantido, são inúteis. No entanto, ficar à mercê desta política, da tímida renda e da manutenção do pauperismo no campo, que ela historicamente tem proporcionado, não viabiliza a reprodução dos assentados e assentadas, enquanto camponeses, “agricultores familiares”, mas contribui para a “não reforma agrária”, nos termos de Oliveira (2001).

Neste sentido, ao contrário da política de assistência social, a reforma agrária não é uma política distributiva, mas sim, redistributiva. Uma vez que pode contribuir para mudanças estruturais na sociedade em que vivemos, já que a propriedade das terras no Brasil sempre foi concentrada e privadamente apropriada. Conforme

¹¹¹ Segundo Weissheimer (2010), o Programa Bolsa Família foi instituído pela Medida Provisória nº 132, em outubro de 2003, e se constitui em um Programa Federal de transferência direta de renda destinado às famílias em situação de pobreza e de pobreza extrema no valor mensal que varia entre R\$ 85,00 a R\$182,31. Está inscrito na política de assistência social sob a gestão do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. As características do programa é que ele associa a transferência do benefício financeiro ao acesso a direitos sociais básicos como saúde, alimentação, educação e assistência social. A diferença do programa em relação às iniciativas similares anteriores foi a unificação de todos os benefícios sociais do governo federal (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, cartão alimentação e auxílio gás) em um único programa.

complementa Bernardo Mançano (2013, p. 198), políticas de crédito, educação e tecnologias apropriadas podem auxiliar uma melhora qualitativa na renda dos agricultores familiares, de assentados e assentadas da reforma agrária para além das políticas distributivas:

Diferente do trabalhador urbano, que recebe um salário, o camponês trabalha com sua família em sua terra e dela tem de tirar seu sustento. Portanto, não é apenas o auxílio governamental que pode melhorar sua renda, mas principalmente políticas públicas de crédito, educação, criação de tecnologias apropriadas a pequena escala, a agroecologia etc., entretanto, a questão estrutural da baixa renda dos agricultores assentados está associada a subalternidade ao mercado capitalista. Somente um governo que compreenda essa condição poderá construir políticas de desenvolvimento para os agricultores familiares.

Segundo Bernardo Fernandes (2013), no governo Lula houve uma melhora na renda familiar brasileira que atingiu parte considerável da população urbana e rural, sendo que nos assentamentos rurais o Bolsa Família alcançou 37% das famílias. A partir de análises nos dados do Censo Agropecuário de 2006, o autor ainda aponta que a renda média mensal de uma família assentada era de R\$ 500,55 sendo Rondônia o estado com a menor renda R\$ 176,54 e São Paulo com a maior renda R\$ 1.266,36.

No entanto, diante do incremento das políticas distributivas de viés compensatório e regressão das políticas redistributivas, Mota (2009, p. 182) afirma:

Atentos ao conjunto das mudanças que definem as tendências atuais da Seguridade Social, destacamos alguns aspectos:

1. A regressão das políticas redistributivas, de natureza pública e constitutiva de direitos, em prol de políticas compensatórias de “combate à pobreza” e de caráter seletivo e fragmentário. Essa tendência ampara, dentre outros aspectos, a afirmação e expansão da Assistência Social, seja ela pública ou privada.

Carvalho (2013), em estudo realizado em assentamentos rurais situados na região de Andradina/SP, noroeste do Estado de São Paulo, com 244 famílias assentadas, constatou a existência de benefícios da política de assistência social e da previdência para 64,3% das famílias assentadas, sejam eles aposentadoria rural ou urbana; auxílio doença; auxílio maternidade mesmo que o período seja curto; pensão ou o programa de transferência de renda como o Bolsa Família. A autora afirma que estes benefícios garantem uma segurança para estas famílias. Desta forma, a reforma agrária não viabiliza a reprodução autônoma de seus beneficiários, ou como nos seus termos,

Nesses casos, essa renda previdenciária ou assistencial é a garantia de que aquele dinheiro vai cair todo dia do mês e é a renda com a qual eles podem contar, em períodos mais difíceis da produção, de saúde, etc., que minimizam a situação de dificuldade pela qual passam (CARVALHO, 2014, p. 135).

Com relação aos rendimentos das famílias, a renda média mensal auferida pelo assentado da região de Andradina em decorrência de seu trabalho no lote é de R\$ 365,7 fora do lote é de R\$ 405,92 e em decorrência de benefício é de R\$ 400,24 integralizando uma renda média mensal de R\$1.171,23. Estes dados também explicitam o quanto a reforma agrária tem se materializado, enquanto política social se distanciando de política pública de desenvolvimento, pois os assentados e assentadas utilizando-se de estratégias extremamente sofridas e precárias ainda se mantêm na terra, com “esta renda que podem contar”. Esta é a grande contradição instaurada pela presença massiva da política de assistência social nos assentamentos rurais, pois com uma renda inferior a R\$500,00 reais, os assentados e assentadas mantêm uma produção muito pequena e uma comercialização com grandes desvantagens.

Para análise das condições de vida dos assentamentos pesquisados por Leite et al (2004) foram considerados três tipos de rendimento: do lote, advindo da comercialização do produto; do trabalho realizado pelos membros da família fora do lote; e outras rendas e ajudas financeiras percebidas por meio de aposentadorias, pensões e auxílios. Nos assentamentos estudados foi constatado que a renda do lote corresponde a mais de dois terços dos rendimentos totais (69%). As atividades de trabalho externo satisfazem 14% da renda e os benefícios previdenciários 17% com relativas diferenças entre as regiões. Em 2004, data da publicação da pesquisa de Leite et al, o Programa Bolsa Família ainda não existia, tão pouco políticas públicas de desenvolvimento diferenciadas, o que evidencia que os assentados e assentadas sobreviviam com a renda oriunda da produção no lote ou externa a ele, e que os benefícios sociais ainda não eram tão notórios para a reprodução das famílias assentadas. Tal realidade não significa que não enfrentavam diversas dificuldades para a reprodução no lote.

No assentamento rural **Dandara** foi constatado em todas as famílias dos sujeitos entrevistados a existência de algum benefício da política de assistência social ou da previdência social. Sendo em duas delas o Bolsa Família, e em uma o

Benefício de Prestação Continuada (BPC)¹¹², ambos constituintes da política de assistência social. Esta política está mais presente na composição da renda destes assentados e assentadas porque estas famílias vivem e vivenciam condições de vida ainda mais precárias. Na medida em que a reforma agrária se distancia de uma política pública de desenvolvimento, que possa potencializar a produção para uma comercialização que aufera renda, estas famílias ficam à mercê de políticas distributivas. Ou seja, na inviabilidade da política redistributiva que requer mais investimentos do Estado, a política distributiva é o direcionamento engendrado para mitigar a questão agrária, enquanto manifestação da questão social, ou seja para a manutenção do pauperismo no campo.

Construímos o Quadro 7 que evidencia a composição da renda das famílias entrevistadas do assentamento rural Dandara.

Quadro 7: Composição da renda familiar dos entrevistados e entrevistadas do assentamento rural Dandara

Assentados Assentadas	Renda externa	Somatória da Renda Externa	Renda advinda do lote	Renda advinda do lote sobre a renda total (%)	Rendas provenientes da política de assistência social e previdência social sobre a renda total (%)	Renda advinda do trabalho externo ao lote sobre a renda total (%)
1. Raimundo	Aposentadoria por Idade no valor de 1 salário-mínimo ¹¹³ + R\$ 212,00 de Bolsa Família	R\$ 1.092,00	R\$ 880,00	44,62	55,37	0
2. Paulo	BPC do filho no valor de 1 salário-mínimo	R\$ 880,00	R\$ 900,00	50,56	49,43	0
3. Chico Mendes	Aposentadoria por Invalidez	R\$ 880,00	Comercializa queijos quando é possível	0	100	0

¹¹² O BPC é um benefício da política de assistência social no valor de um salário-mínimo previsto pelo artigo 203 da Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) de 1993. O direito ao referido benefício é assegurado às pessoas com deficiência e idosos acima de 65 anos, que comprovarem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família. Para fins de acesso considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa a família cuja renda mensal **per capita** seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário-mínimo. A gestão do BPC é do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, bem como o financiamento, a execução fica a cargo do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

¹¹³ O salário mínimo vigente em 2016 é R\$880,00 reais.

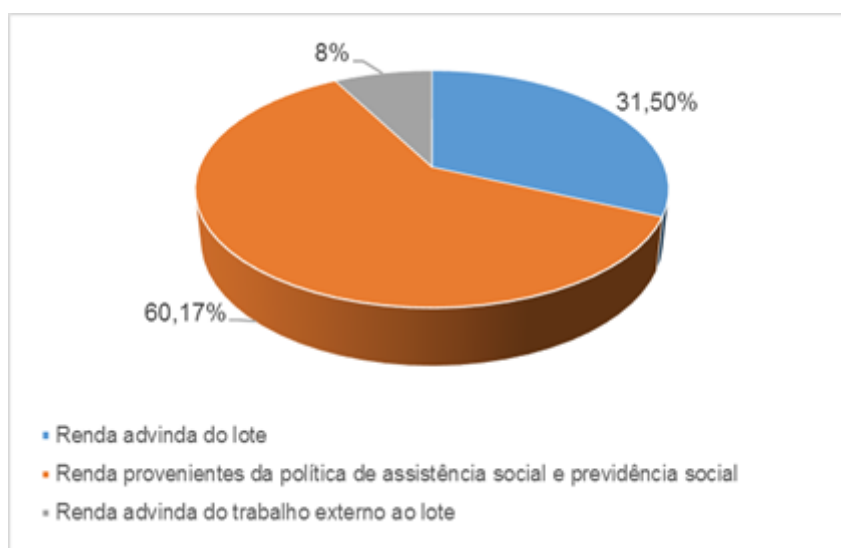
Assentados Assentadas	Renda externa	Somatória da Renda Externa	Renda advinda do lote	Renda advinda do lote sobre a renda total (%)	Rendas provenientes da política de assistência social e previdência social sobre a renda total (%)	Renda advinda do trabalho externo ao lote sobre a renda total (%)
4. José Cláudio	R\$ 1,200 (Trabalho informal) + Auxílio reclusão do filho no valor de 1 salário-mínimo	R\$ 2,080,00	R\$ 800,00	27,78	30,55	41,66
5 e 6. Washington e Leidiane	Aposentadoria por idade no valor de 1 salário-mínimo + Bolsa Família no valor de R\$140,00 + Aposentadoria da cunhada no valor de 1 salário-mínimo	R\$ 1,900,00	R\$ 1,00	34,48	65,51	0
Total		R\$ 6,832,00	R\$ 2,70	31,50%	60,17%	8%

Fonte: Elaborado por Gabriela Masson - Dados da pesquisa.

Com relação aos benefícios previdenciários, constatamos que dois assentados, Raimundo e Washington, possuem a aposentadoria por idade; o assentado Chico Mendes, a aposentadoria por invalidez e José Cláudio percebe o auxílio-reclusão proveniente do filho que está recluso. Ou seja, os benefícios da previdência social também são significativos na composição destas rendas familiares. A renda advinda de trabalho externo ao lote só esteve presente na realidade do assentado José Cláudio que realiza atividades informais de pedreiro na cidade, diante a necessidade.

Dessa forma, verificamos que 60,17% da renda mensal auferida por estas famílias é proveniente de benefícios da política de assistência social ou previdência social. Tal constatação aproxima esta pesquisa às reflexões de Carvalho (2013). Ademais, 31,50% da renda advém da produção no lote e apenas 8% de rendas externas ao lote. Não observamos o PAA compondo parte da renda de nenhuma família estudada. O Gráfico 5 ilustra a composição da renda familiar dos entrevistados e entrevistadas do Dandara.

Gráfico 5: Composição da renda familiar dos entrevistados e entrevistadas do assentamento rural Dandara



Fonte: Elaborado por Gabriela Masson - Dados da pesquisa.

No assentamento rural **Tereza do Cedro**, a presença de benefícios da política de assistência social na composição da renda das famílias estudadas é incipiente, somente uma assentada entrevistada, Dona Dora, percebe o BPC. O benefício previdenciário, neste caso a aposentadoria por idade (conforme apresentado no Quadro 8), foi registrado apenas em uma família, a de Adélia, e a renda sucedida de trabalho externo ao lote é uma realidade em três famílias: Dorothy; Ana Maria, e Miguel José.

Quadro 8: Composição da renda familiar dos entrevistados e entrevistadas do assentamento rural Tereza do Cedro

Assentados Assentadas	Renda externa	Somatória da Renda Externa	Renda advinda do lote	Renda advinda do lote sobre a renda total (%)	Rendas provenientes da política de assistência social e previdência social sobre a renda total (%)	Renda advinda do trabalho externo ao lote sobre a renda total (%)
7. Dorothy	2 salários e meio do esposo no trabalho agrícola	R\$ 2,200,00	R\$ 200,00	8,33	0	91,66
8. Miguel José	Processo de Aposentadoria Rural em andamento judicial	-	Variável produz para seu sustento e vendeu mandioca para o PAA	0	0	0
9. Adélia	1 Salário Aposentadoria do esposo	R\$ 880,00	Estão produzindo para o PAA, mas ainda não receberam	100	100	0

Assentados Assentadas	Renda externa	Somatória da Renda Externa	Renda advinda do lote	Renda advinda do lote sobre a renda total (%)	Rendas provenientes da política de assistência social e previdência social sobre a renda total (%)	Renda advinda do trabalho externo ao lote sobre a renda total (%)
10. Dona Dora	1 salário-mínimo BPC*	R\$ 880,00	Produz para seu sustento	0	100	0
11. Ana Maria	2 salários do esposo e filho advindos do trabalho rural	R\$ 1.760,00	R\$ 700,00	28,45	0	71,54
Total		R\$ 5.720,00	R\$ 900,00	27,35	40	32,64

Fonte: Elaborado por Gabriela Masson - Dados da pesquisa.

Constatamos que o Bolsa Família não esteve presente na renda de nenhuma família do Tereza do Cedro, o que anuncia que auferem uma renda que sequer permite acessar os benefícios seletivos e focalizados da política de assistência social, seja porque tentam se viabilizar como camponeses/ “pequenos produtores”, ou ainda porque angariam outras rendas trabalhando fora do lote.

No caso específico do assentamento **Tereza do Cedro**, Dona Dora é a única assentada que esteia-se na política de assistência social, bem como em familiares que a auxiliam. A assentada Adélia depende da aposentadoria de seu esposo, já que seu auxílio doença foi suspenso e ela ainda não recuperou a qualidade de assegurada. Assim, 20% da renda dos assentados e assentadas deste assentamento é oriunda da política de assistência e outros 20% da previdência social, e outros 27,35% sucede da produção do lote; e 32,64% auferem rendas externas ao lote por meio do trabalho agrícola, inclusive. Portanto, a ausência da reforma agrária enquanto política de desenvolvimento neste assentamento, também implica que os assentados fiquem a mercê das políticas sociais, ou recorram ao trabalho externo ao lote para a garantia da reprodução.

Neste assentamento, diversamente do outro, o PAA compõe a renda das famílias, embora elas não soubessem precisar a quantia. O Gráfico 6 ilustra a composição da renda familiar dos entrevistados e entrevistadas do assentamento rural Tereza do Cedro.

Gráfico 6: Composição da renda familiar dos entrevistados e entrevistadas do assentamento rural Tereza do Cedro



Fonte: Elaborado por Gabriela Masson - Dados da pesquisa.

A realidade constatada sinaliza que as políticas sociais de assistência social e previdência social são preponderantes na composição da renda das famílias de ambos os assentamentos rurais estudados, a renda oriunda do trabalho externo foi registrada em apenas 30% das famílias, o que pode relevar, juntamente com a discussão realizada no Capítulo 3, que os assentados ou assentadas buscam uma renda externa na inviabilidade da reforma agrária enquanto política de desenvolvimento.

Ao serem indagados acerca da importância/relevância dos benefícios sociais advindos da política de assistência social, os assentados e assentadas demonstraram a centralidade e dimensão desta política distributiva no cotidiano de suas vidas. Desde a satisfação de necessidades naturais como alimentação e roupa ao material escolar; pagamento de energia elétrica e “trato” para os animais. Portanto, mais uma evidência de que a política de reforma agrária não garante a reprodução das famílias.

No relato de José Cláudio percebemos a seletividade e o controle que esta política possui e imprime na vida de seus beneficiários, pois o assentado, assim como todos os beneficiários da política, são impelidos a comprovar o direcionamento do valor percebido do “pseudodireito” sob o risco de corte do benefício caso não sejam cumpridos os critérios. Eis que esta política social exerce controle sobre a

situação de pobreza em que os assentados e assentadas estão acometidos. A assentada Dona Dora ratificou que sem o benefício não teria “como viver”, e Paulo afirma que o BPC percebido pelo filho com deficiência contribui com o cuidado dos outros filhos. O assentado Raimundo, ratifica que o Bolsa Família é importante para “matar a fome”, bem como comprar roupas para seus filhos.

Conforme os relatos:

José Cláudio: A importância dele era pra ajudar a comprar os material escolar para os menino. Porque geralmente não dava para comprar tudo, mas eu interava, né!? Tirava do meu bolso e comprava material pra eles estudá. Aí depois eu pegava, eu pegava um pucadinho, mais eu pagava gás, pagava luz. Em tese, eu tinha que ter o comprovante que eu tinha pagado a luz, pagado a água não podia comprar cigarro e bebida.

Entrevistadora: E onde o senhor levava estes comprovantes?

José Cláudio: Levava lá na Secretaria da Escola, eles pedia, a gente levava nos dia das reunião, chegava lá e mostrava para a diretora ela ficava com os papelzinho, ela assinava o papelzinho e mandava pro governo.

Dona Dora: Uai! Tá doida, menina! Se não fosse ele não tinha nem como viver. Pra ocê ver, eu tenho que comprar meu remédio, comprar trato pra essas vacas, eu tenho que vacinar as vacas, remédio pra aplicar quando a criação adoece. Como que salva essas vaca? É sal normal, sal mineral, milho, prego pra pôr na cerca, arame.

Paulo: Sabe que é! Ajuda bastante, né!? Porque eu não sei o que seria de mim cuidar do meu filho hoje sem o BPC, na verdade eu nem sei porque eu consigo cuidar dos outros e ajudá os outros tamém. O meu filho de 20 em 20 dias tem que tomar bezetacil, vai muito ao médico, ele é muito frágil, ele gripa fácil.

Entrevistadora: Esses benefícios são importantes na sua vida e na vida da sua família? Por quê?

Raimundo: O Bolsa Família é importante porque já matou a fome de muito pai de família, de muita mãe, já matou a fome e mata.

Entrevistadora: E o que vocês fazem com esse benefício?

Raimundo: É o que eu preciso pro meu povo aqui de casa, ajuda a inteirar o arroz com o feijão, é o guaraná dos menino que eles não fica sem.

Esposa: Ajuda a compra umas roupa pros menino.

Diante o exposto, a tese que sustenta este manuscrito se confirma, na ausência da reforma agrária enquanto política pública de desenvolvimento, redistributiva que forceje a reprodução das famílias assentadas a partir da produção e comercialização que aufira renda, a política de assistência social adquire centralidade e por meio de seu caráter focalizado na pobreza. Este gotejamento de benefícios recoloca o campesinato em constante estado de pobreza e dependente

das políticas distributivas. O Estado neste território não promove a política de reforma agrária como política pública de desenvolvimento.

No Capítulo 4, discutimos a produção dos assentamentos rurais e compreendemos que ela contribui majoritariamente para a subsistência das famílias. Destas, oito (80%) também contam com algum tipo de renda provida pelo lote, no entanto, são rendas **insuficientes** para a reprodução e produção das famílias. O PAA possui pouca capilaridade em relação à comercialização da produção e à aferição de renda pelas famílias destes assentamentos, conforme iremos discutir ainda neste Capítulo.

Percebemos ao longo deste estudo o quanto os assentamentos rurais estudados possuem constituições distintas que refletem até a atualidade. Assim os assentados e assentadas, que possuem trajetórias distintas. Mas, é notório que em ambas realidades as políticas de assistência e previdência social são muito presentes e imprescindíveis para as famílias, afinal, representam grande parte da renda familiar, sendo então, indispensáveis para os assentados e assentadas nestas particularidades.

Sabemos que o enfrentamento à desigualdade social, resultante da questão agrária como manifestação da questão social, não se dará por meio de políticas públicas, quiçá políticas sociais distributivas que, nos assentamentos estudados, compõem e determinam as rendas das famílias assentadas. O enfrentamento da questão agrária deve estar aliado às políticas sociais, e não subjugado a elas, já que nesta sociabilidade tais políticas são instrumentos de manutenção da estrutura capitalista, do pauperismo. No entanto, a partir de condições objetivas concretas de produção e reprodução nos lotes, permeadas por muita luta e resistência associadas a políticas redistributivas, ou seja, políticas agrícolas e agrárias condizentes com a agricultura camponesa/familiar e com a realidade das famílias, estas possuem mais perspectivas de não ficarem a mercê de políticas sociais seletivas e focalizadas para a produção da subsistência cotidiana.

A gestão da questão agrária na atualidade possui nas políticas distributivas e redistributivas uma direção que não altera a estrutura da sociedade brasileira. O resultado deste processo em curso é o agravamento das desigualdades sociais historicamente consolidadas no campo brasileiro.

5.4 O acesso às políticas de saúde e assistência social: privatização da saúde e “o mito da assistência social”

Entendemos a saúde para além de uma política pública, senão a partir do “conceito ampliado” formulado na histórica VIII Conferência Nacional de Saúde, realizada em Brasília, em 1986, fruto de organização e mobilização nas décadas de 1970 e 1980, no bojo do movimento da Reforma Sanitária. Neste sentido, a saúde é resultante de condições sociais, políticas, econômicas e, portanto, históricas que determinam a alimentação, a habitação, a educação, a renda, o meio ambiente, o trabalho, o transporte, o lazer, o acesso à posse da terra e aos serviços de saúde. Esta concepção se contrapõe ao modelo biomédico ancorado na primazia da doença centrada no indivíduo.

No contexto desta tese analisamos somente o acesso dos assentados e assentadas à política de saúde e aos serviços de saúde, ou seja, não iremos discutir a concepção de saúde dos sujeitos entrevistados tendo em vista os objetivos da pesquisa. Apenas elucidamos o relato de Chico Mendes que se aposentou por invalidez, e segundo ele, as condições a que foi acometido pelos anos de militância tiveram impactos em sua saúde:

Chico Mendes: Eu cabei com minha saúde durante anos morando debaixo de barraco, na lona, meus móveis cabou tudo. A chuva vem balança os plástico, molha, cabou com meus trem, cabou tudo.

Desta forma, não há como pensar a saúde dos assentados e assentadas sem relacioná-la aos determinantes que a condicionam na sociedade desigual em que vivemos. Os assentados e assentadas da Reforma Agrária vivenciam condições de luta, vida e trabalho que determinam sua saúde (entendida em seu conceito amplo), que deve ser apreendida a partir dos determinantes sociais.

Em Uberaba, assim como no cenário brasileiro, a política de saúde, como direito social e universal vem sofrendo diversos desmontes por meio da desresponsabilização do Estado. Diversas formas de privatizações têm sido engendradas, delegando cada vez mais a garantia deste direito ao mercado. Concomitante, igualmente há uma crescente organização, manifestação e resistência da população e de movimentos sociais que atuam no Brasil e no município em defesa da saúde 100% pública e de

qualidade, como por exemplo a Frente Nacional Contra Privatização da Saúde¹¹⁴ e os diversos Fóruns de Saúde espalhados pelo Brasil. Em Uberaba, o Fórum Popular de Lutas Sociais vinculado à Frente Nacional por meio de seus militantes, que inclusive fazemos parte, vem desde 2014 acompanhando e lutando contra a privatização da saúde e das políticas públicas no município, recorrendo a manifestações, participações em reuniões na Câmara Municipal de Vereadores e na Conferência Municipal e Estadual de Saúde, bem como através de denúncias ao Ministério Público.

O Hospital de Clínicas da UFTM, de responsabilidade federal, possui a gestão dos serviços de saúde e a concedeu à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) por meio de referendo do então reitor Prof. Dr. Virmondes Rodrigues Júnior, no dia 17 de janeiro de 2013, contrariando plebiscito realizado. No âmbito municipal, existe a Lei Municipal nº 11.840/2013 que autorizou o Poder Executivo de Uberaba contratar Organização Social (OS) ou Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) para realizar a administração e gestão de todas as atividades de assistência à saúde no município, inclusive do Hospital Regional e de duas Unidades de Pronto Atendimento, por enquanto.

Em Carta Aberta à Câmara dos Vereadores de Uberaba e à população, no dia 12 de novembro de 2015, o Fórum Popular de Lutas Sociais repudiou tal lei e o que a OS representa para a política de saúde de Uberaba, pois pressupõe: 1) a desresponsabilização do Estado na efetivação dos direitos sociais; 2) a eliminação de concurso público para contratação de pessoal; 3) o descumprimento das deliberações das instâncias de controle social como o Conselho Nacional de Saúde, o Conselho Estadual de Saúde e Conselho Municipal de Saúde de Uberaba; 4) o desrespeito às deliberações das Conferências de Saúde e às moções de repúdio que são contrárias à terceirização da gestão de serviços e de pessoal do setor saúde; 5) a terceirização das

¹¹⁴ A Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde surgiu em meados de 2000 a partir dos Fóruns de Saúde. É composta por diversas entidades, movimentos sociais, fóruns de saúde, centrais sindicais, sindicatos, partidos políticos e projetos universitários e tem por objetivo defender o Sistema Único de Saúde (SUS) público, estatal, gratuito e para todos, além de lutar contra a privatização da saúde e pela Reforma Sanitária formulada nos anos 1980. Essa frente já realizou diversas atividades como audiências com os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e o 1º Seminário Nacional, em novembro de 2010, no Rio de Janeiro, que congregou 400 participantes de todo o país e criou a Frente Nacional contra a Privatização da Saúde. Além disso, acompanhou a votação da ADI nº 1.923/98, no plenário do STF, em 31 de março de 2011 e realizou no dia 7 de abril de 2011 e no dia 10 de abril de 2012, em comemoração ao Dia Mundial da Saúde, diversos atos estaduais contra a privatização da saúde. Já foram realizados mais dois Seminários Nacionais: o 2º ocorreu em São Paulo, em 2011, e o 3º em Maceió/Alagoas, em 2012. A Frente tem tido algumas conquistas, a saber: constituição de Fóruns de Saúde em dezesseis estados brasileiros: Rio de Janeiro, Alagoas, Rio Grande do Norte, Ceará, Pernambuco, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraná, Paraíba, Santa Catarina, Pará, Maranhão, Goiás, Mato Grosso e Distrito Federal (BRAVO, 2012).

atividades-fim do Estado; 6) a dispensa de licitação garantida às OS's para compra de material e cessão de prédios, o que é ilegal e, enfim, a mercantilização da saúde.

Mesmo diante da movimentação municipal e de denúncias de irregularidade, a Organização Social Pró-Saúde está operando nas Unidades de Pronto Atendimento (UPAS) *Parque do Mirante* e *São Benedito* desde o início de 2015. O contrato entre a Prefeitura Municipal de Uberaba e a empresa Pró-Saúde está firmado até 2019. Ademais, há previsão de que a empresa opere no Hospital Regional quando este estiver pronto. Sabemos que tais retrocessos impactam diretamente no acesso e na garantia dos serviços de saúde pública e de qualidade para a população de Uberaba, onde os assentados e assentadas estão circunscritos e, por sua vez, vivenciam de forma latente tal realidade.

A atenção básica de saúde ainda não foi privatizada. Atualmente existem 32 Unidades Básicas de Saúde (UBS) com presença do Programa Saúde da Família (PSF) que deveria possuir equipe composta por médico, enfermeiro, técnico de enfermagem, dentista, auxiliar de consultório dentário e agente comunitário de saúde. Contudo, sabemos que em muitas UBS's esta não é uma realidade, uma vez que a equipe não está completa.

Na análise sobre o impacto dos assentamentos da Reforma Agrária, Leite et al (2004) constataram a existência de postos de saúde em apenas 21% dos assentamentos estudados, num total de 92 assentamentos amostrados em diversas regiões do país, sendo que a maioria foi instalada mediante organização e pressão das próprias famílias assentadas. As longas distâncias dos assentamentos aos centros urbanos, bem como a péssima infraestrutura das estradas e/ou a carência de transporte coletivo, agravam a precariedade do atendimento à saúde dos assentados e assentadas. Segundo o referido estudo, nem sempre há presença regular de médicos nos postos de saúde existentes nos assentamentos; na maioria das áreas estudadas os médicos estão presentes nos postos algumas vezes na semana. Em 78% da amostra há a presença de agentes de saúde, sendo que a maior parte desses agentes são remunerados pelas prefeituras.

Nos assentamentos rurais Tereza do Cedro e Dandara também não existe uma Unidade de Saúde. No PDA (2008) do Dandara estava previsto a construção de um posto de saúde na área comunitária, juntamente com escola, centro de formação, campo de futebol, espaço para ciranda infantil e para lazer. Projetos nunca realizados (SANTOS JÚNIOR et al., 2008)

A caracterização dos Serviços de Saúde de junho/2016, disponibilizada pela Gerente da UBS Calcário/Borgico, assegura que os assentados e assentadas do Tereza do Cedro e Dandara sejam atendidos pela Unidade de Saúde *Fausto Cunha Oliveira*, mais conhecida como *Borgico* e UBS *Eduardo Velloso Vianna*, mais conhecida como *Calcário*. Segundo caracterização, ambas:

São unidades de esfera pública municipal de atendimento à saúde, que oferecem à população local atendimento médico, odontológico, psicológico, técnica em vigilância nutricional e enfermagem. Disponibilizam ainda aplicação de vacinas, dispensação de medicamentos para os pacientes cadastrados no Hiperdia, alguns medicamentos da farmácia básica disponibilizados para as unidades da zona rural, bem como medicamentos Programa Farmácia da Gente (UNIDADE DE SAÚDE FAUSTO CUNHA OLIVEIRA; UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE EDUARDO VELLOSO VIANNA, 2016).

Considerando a conjuntura da política de saúde em Uberaba, bem como as informações disponibilizadas pela Gerente da Unidade de Saúde Borgico e UBS Calcário, os sujeitos entrevistados afirmaram possuir **acesso** aos serviços de saúde do SUS. Este acesso é realizado por meio da visita mensal dos agentes de saúde e, se necessário, as consultas são marcadas mediante agendamento prévio com o médico que se direciona aos assentamentos, periodicamente (geralmente de três em três ou dois em dois meses). Alguns assentados relataram que durante muito tempo ficaram sem atendimento médico. Diante da necessidade de algum atendimento especializado, como no caso do filho e Paulo que possui deficiência, precisam ir à cidade, no HC, com recursos próprios, no caso específico. Não há o serviço de ambulância garantido para os assentamentos na hipótese de acontecer alguma emergência, as famílias se responsabilizam pela procura de atendimento médico. Os relatos abaixo evidenciam esta realidade:

Entrevistadora: São atendidos pelos SUS?

Paulo: Samo! Agora eles vem, tem visita. O pessoal do Calcário tem visita do agente comunitário.

Entrevistadora: E quando o seu filho (com deficiência) precisa de algum acompanhamento ou consulta aonde vocês vão?

Paulo: Uberaba, no HC.

José Cláudio: Sim! Tem uma agenda aí que eu não sei te explicar de quanto em quanto tempo. A Secretaria da Saúde mando médico aqui, parece que recente, dia 20 do mês passado teve médico.

Chico Mendes: Eles vêm! Trimestral parece, tem visita. Vem na sedia, o pessoal se desloca até lá os hipertenso tem o remédio e os não hipertenso a consulta.

Dorothy: SIM!

Entrevistadora: Os agentes comunitários do Programa Saúde da Família visitam os lotes?

Dorothy: SIM!

Entrevistadora: Qual a frequência?

Dorothy: De três em três meses mais ou menos. Eles sempre veio.

Entrevistadora: Nunca precisou de nada que não teve!?

Dorothy: Não... Eles sempre vem de três em três meses, se você precisar você tem o posto lá! Não o Caxuxa, um posto de saúde que tem escola e tem o posto Calcário também.

Entrevistadora: É muito longe daqui?

Dorothy: Tem que ir de carro.

Adélia: Sim! Sempre vem o Postinho, o Mojico ali e sempre nós vai lá! Mas agora lá não tá tendo médico, faz 2 meses que tá sem médico lá. Nós tem que ir pra Uberaba, né!?

Entrevistadora: Mas a ambulância não vem buscar não né!?

Adélia - Não! Tem que ir!

Percebemos que as assentadas do Tereza do Cedro possuem mais problemas de saúde como: Hipertensão, Tripanossomíase Americana (Doença de Chagas), Diabetes e Depressão, doenças relacionadas à idade, hábitos alimentares, condições de trabalho etc. De uma forma geral, o **acesso à medicação** não é totalmente gratuito e contínuo, logo, os assentados e assentadas recorrem ao mercado (farmácia) para a garantia da continuidade do tratamento, são eles que compram os remédios de que necessitam. No entendimento de José Cláudio, a farmácia no município está “sucateada”.

A partir dos relatos, vimos que a compra de remédios é realizada em virtude da indisponibilidade do medicamento, que geralmente é de uso contínuo. A burocracia relativa à troca de receitas para aquisição de medicamentos também revela a situação precária do atendimento à saúde dos assentados e assentadas, pois nem sempre há médicos para realizá-la. Então, algumas pessoas, como Dorothy, optam por comprar tendo em vista as dificuldades:

Entrevistadora: Vocês têm acesso gratuito aos remédios que precisam?

José Cláudio: Às vezes tem, é mais uma coisa que tá sucateada no município. Farmácia não tem nada, às vezes os profissional tem vontade de ajudar, mas lá não tem o remédio.

Paulo: Alguns têm que comprar e alguns são gratuitos. Tipo remédio de pressão que eu comecei a tomar esses dias agora, eu parei de fumar e a pressão desandou. Fui ao médico e ele passou remédio de pressão, da

segunda vez já peguei grátis. Eu fiquei muito nervoso com isso, mas graças a Deus eu superei.

Adélia: Meu remédio é para pressão e ganho nos postim, né!? Mas de dois em dois meses eu tenho que reformar a receita. Eu tenho chagas e pressão. Agora tirou a hérnia.

Dorothy: Tenho! Eles doam lá, mas ultimamente estou preferindo comprar, porque até eu ir lá. Mas quando eu vejo que tem alguma coisa errada eu vou lá consultar. Tenho pressão alta, tem um clínico geral lá. Como eu já uso o medicamento há mais de 10 anos.

Dona Dora, 70 anos, possui muitos problemas de saúde. Depois que seu esposo faleceu em um acidente no assentamento, o atendimento médico demorou a se efetivar por causa da distância da cidade, sua saúde piorou e o quadro de depressão foi agravado. A ajuda da família é imprescindível para que ela consiga ter acesso a toda a medicação de que necessita, já que emprega 28,41% da sua renda na medicação que faz uso.

Entrevistadora: No caso, os remédios da senhora como que a senhora faz?

Dona Dora: Vai lá no Uberaba e compra!

Entrevistadora: A senhora não pega de graça?

Dona Dora: Eu pego de graça só os remédio de diabete, do coração é caro, mais é caro. Eu compro da pressão, da Chagas e da depressão fica mais de R\$ 100,00.

Entrevistadora: E como a senhora faz para pagar tudo isso?

Dona Dora: Vai contando minha filha, contando direitinho se não dá! Os fio me ajuda com caixa de leite, com caixa de óleo, pacote de arroz, macarrão Tudo eles dá.

Entrevistadora: Quanto a senhora acha que gasta por mês com remédio?

Dona Dora: Uai minha fia, acho que dá uns R\$ 250,00 por aí...

Ao relatar o seu cotidiano de trabalho, pesado para uma idosa de 70 anos, Dona Dora diz que começou a sentir fortes dores nas coxas e recorreu, com auxílio dos filhos, à consulta e exames na rede privada de saúde, pois segundo ela a “fila eletrônica”¹¹⁵ é muito morosa.

¹¹⁵ A fila eletrônica é o sistema de agendamento dos usuários do SUS. Foi criada pelo Sistema de Regulação Central (SISREG) que, por sua vez, agenda o paciente com a especialidade de acordo com a disponibilidade de vagas. O SISREG foi desenvolvido pelo Ministério da Saúde entre os anos de 1999 e 2002 e tem passado por diversas mudanças desde então objetivando a simplificação da regulação do acesso. Sabemos que a criação deste instrumento deveria facilitar o acesso dos usuários aos serviços de saúde. Uberaba possuía, segundo notícia vinculada no G1, dia 05/03/2015, 70 mil pacientes aguardam por um exame na fila eletrônica da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) do município.

Dona Dora: Não...depois eu ainda fui mexer com esterco ali oh, era oito volume de esterco desse tamanho, pesava uns 20kg e eu fui despejar pra poder tampar com o plástico, pra poder curtir pra planta. Menina, mas eu arranjei uma dor nessas coxa, fui no médico porque eu não conseguia pôr o pé no chão. Esse remédio é pra tirar a dor, eu passava a noite e levantava e o trem deu choque, aí eu falei: “Meu Deus do céu, esse trem num tá certo não!? Vou vorta lá e fazer uma chapa”. E nós vorto e tiro da perna. E essa perna tava até mais grossa que a outra, deu problema no nervo ciático e tá tudo infeccionado. Tava bobo os dedo e eu falei: “Nossa Senhora da Abadia”. **Fui no médico particular**, minhas menina pagou pra mim, e foi assim eu miorano, passano remédio, dano banho, passano pomada e aí cabou... Num tou sentindo mais nada. Mas, tou com uns exame marcado agora no começo de novembro, diabetes, coração, hepatite, tira sangue e faz exame de tudo, de urina, e tem mais outras coisa pra fazê agora no mês de novembro. Mas, a tristeza que eu tenho é de ficar na tal da fila eletrônica.

Entrevistadora: Mas a senhora tem preferência por ser idosa.

Dona Dora: Mas eles num chama, fia! É por causa que.... Não sei se é mais difícil pra eles, minha menina oh, tá aqui com uns calombo que falaram que é gordura, ela foi no doutor e eles falô que é gordura também, mas chamo ela tinha um ano que ela tinha marcado.

Na fala da assentada Lediane, ratificada pelos relatos anteriores, percebemos a seletividade da política de saúde, que deveria ser universal. Os assentados e assentadas diariamente compram os remédios, pois há falta de fornecimento ou até mesmo por causa da burocracia existente para fazer jus a outros, além da dificuldade ao acesso.

Entrevistadora: São atendidos pelos SUS?

Lediane: Vem, o médico vem de três em três meses.

Washington: Tem a assistência do SUS também que vem aí.

Entrevistadora: Três em três meses?

Lediane: Três em três meses o médico vem, mas se precisar tem que ir lá, quando tem medico, né? Quando tem médico, já passou muito anos, muito tempo sem médico.

Entrevistadora: E no caso, vocês possuem acesso à medicação básica, não? Tá tendo que comprar?

Lediane: Possui, possui.

Entrevistadora: E o que que tá tendo que comprar?

Lediane: Os dela. Porque eu desisti de pegar pela Secretaria Estadual, porque eu acho muito humilhante o que eles fazem com a gente, não compensa, o caso dela, eu sou a tutora dela, só eu que pegava, aí pra eu ir na cidade ele tem que me levar, onde eu for eu levo ela. A última vez que nós fomo lá nós enfrentamo uma fila de cinco hora, cinco horas pra poder pegar um remédio, e tem vez que cê vai e não pega, de três em três meses tem que sair todo mundo, enfrentar a rodovia, e ir lá no médico pra preencher outros laudos e levar lá. O Dr. Benício diz que eles estão fazendo isso, já mesmo pra pessoa desistir, como que eu fico com ela lá cinco horas? Se onde eu vou ela tem que ir?

O tratamento dentário público e de qualidade também deve ser ofertado pela rede municipal de saúde, porém Raimundo avalia negativamente o que é oferecido pelo município. O assentado evidencia que busca o tratamento privado por acreditar que este seja melhor que o público. No entanto, não temos elementos para inferir se o fato dele eleger o privado em detrimento do público é por este não ter qualidade.

Entrevistadora: São atendidos pelos SUS?

Raimundo: Tem, dia 18 memo teve médico aqui, e eu que num quis saber de médico de nada.

Entrevistadora: O problema é tratamento de dente que não tem!

Raimundo: O tratamento de dente meu e da Nilda é o seguinte, ela tem que pagar uma pessoa pra fazer um serviço bom pra ela, né!? É meu mais dela mesmo, quero pôr prótese na minha boca, mas não quero pôr porcaria. Então, tem coisa aqui que eu largo pra lá, eu sou aquela pessoa que fica correndo mais atrás das necessidades. Não adianta eu ir lá e mandar fazer um serviço ruim na boca dela e depois eu tenho que ir lá e parar.

Portanto, ainda que estas reflexões sejam aproximações do que venha ser o real acesso à política de saúde pela população nos assentamentos estudados, apreendemos que: a presença irregular de médicos e de outros profissionais que compõem a equipe de saúde que não foram mencionados nas entrevistas; a ausência de atendimento emergencial por meio da ambulância; e o acesso restrito e burocratizado à medicação são entraves para que os assentados e assentadas acessem os serviços de saúde pública, que possuem o princípio da universalidade.

Neste contexto, cabe destacar a Portaria nº 2.866 de 02 de dezembro de 2011 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2011), que institui, no âmbito do SUS, a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF). Esta política, fruto do debate com representantes dos movimentos sociais, foi aprovada na 14ª Conferência Nacional de Saúde e constitui um marco histórico para a saúde das famílias assentadas, pois reconhece as condições e os determinantes sociais do campo e da floresta no processo saúde/doença dessas populações. A PNSIPCF sinaliza, mediante dez princípios e diretrizes, que a construção de planos, programas, projetos e ações em saúde destas populações demandam a consonância com a particularidade dos segmentos que lhe deram origem (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013).

Com relação à política de assistência social, nossa análise será feita a partir dos relatos dos entrevistados e entrevistadas no que diz respeito **ao acesso dos assentados e assentadas**, pois conforme a Política Nacional de Assistência Social

(PNAS) (BRASIL, 2004, p. 27) um dos seus objetivos é “Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural.”

Desde já, destacamos que após dez anos de LOAS, durante a IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em dezembro de 2003 em Brasília/DF, a principal deliberação relativa à assistência social foi apontada: a construção e implementação da PNAS e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) aprovados em 2004 e em 2005, respectivamente. O instrumento de regulamentação e consolidação do SUAS, aprovado em 14 de julho de 2005, foi a Norma Operacional Básica (NOB), que disciplina a operacionalização da gestão da política de assistência social. A Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2011, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e adequação da tipificação dos serviços socioassistenciais, e a Lei nº 12.435 de 06 de julho de 2011, mais conhecida como “PL SUAS”, ratificam a organização e o *status* de direito social da política de assistência social no Brasil, que historicamente foi travejada pela benesse e assistencialismo.

Assim, analisar a atual configuração da PNAS exige inscrevê-la no processo histórico da sociedade brasileira, considerando os aspectos sociopolíticos que a condicionam e o modo como a assistência social se materializa na atual realidade. Dentre estes condicionantes, está inserido o direcionamento governamental dado a esta política, tendo em vista sua aprovação e implementação no governo Lula.

Diante disto, refletir sobre a política de assistência implica considerá-la como uma dimensão contraditória, pois ora se materializa por meio de direito constitucionalmente instituído, regulamentado e conquistado, ora é ratificada por ações e práticas que espelham a configuração do cenário brasileiro que lhe deu origem na década de 1930, ou seja, a política de assistência reclama por uma nova roupagem, livre do assistencialismo, clientelismo, autoritarismo e patrimonialismo, da sustentação desmedida do primeiro damismo¹¹⁶, (re)atualizado na gestão da assistência social. Estas são marcas da gênese da assistência social brasileira que em muitas realidades atualizam-se e se renovam por elementos do arcaico imbricados no moderno.

¹¹⁶ Quadro emblemático que se arrasta desde a década 1930 com a esposa de Getúlio Vargas, Darcy Vargas, como responsável.

Simultaneamente, não podemos deixar de pontuar que a atual configuração da assistência social também é expressão do movimento da categoria dos assistentes sociais que articulou e ainda articula lutas, conquistas e desafios desde a origem da profissão e que estão sobrepostos a ela, aos segmentos da sociedade, bem como à luta dos movimentos sociais e às mobilizações em busca de direitos/satisfação de necessidades sociais.

A configuração da política de assistência social em Uberaba é expressa pela existência de oito Centros de Referência em Assistência Social (CRAS's), que, por meio do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), configura-se como proteção social básica¹¹⁷. Dentre os serviços, programas e projetos de convivência e socialização de famílias, é realizado no CRAS o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, instrumento de coleta e gestão de dados que tem como objetivo identificar as famílias de baixa renda existentes no município. Segundo a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEDS), o CRAS Morumbi é responsável por atender e acompanhar os assentados e assentadas do Tereza do Cedro, assim como outros quase trinta bairros de Uberaba. A equipe de trabalho do CRAS é muito reduzida para o atendimento a tantas famílias em condições de pobreza.

A política de assistência social em Uberaba ainda é um processo em construção e perpassado por muitos desafios, como por exemplo o próprio reconhecimento da assistência social enquanto direito social, conforme constataram Costa e Masson (2015). Tal realidade ficou evidente nos relatos dos assentados e assentadas entrevistados, pois ao serem indagados acerca do acesso a esta política responderam que ainda não a reconhecem, enquanto política pública. Ou identificam-na atrelada ao profissional da saúde, que historicamente é pioneiro na atuação de assistente social nas políticas públicas, conforme relatos:

Entrevistadora: São acompanhados ou visitados por algum órgão da assistência social? Ou alguma assistente social vem aqui?

Paulo: Não! Só o PSF que vem mesmo!

¹¹⁷ Segundo a PNAS (BRASIL, 2004, p. 28): “A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos - relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras)” (BRASIL, 2004).

Entrevistadora: São acompanhados ou visitados por algum órgão da assistência social?

Dorothy: Só da Zoonose.

Entrevistadora: Assistente Social não!? Do CRAS de Uberaba?

Dorothy: Não!

Dona Dora: Não! As menina que é da assistência social nunca veio ninguém aqui não.

Entrevistadora: Alguém da assistência social já veio aqui, assistente social?

Miguel José: Vem.

Entrevistadora: Vem?

Miguel José: Todo mês

Entrevistadora: Ou é da saúde?

Miguel José: É da saúde.

Entrevistadora: A da assistência social não?

Miguel José: Social? Não. Não conheço não.

Ana Maria: Assim, as assistente social do posto de saúde sim, de outra maneira não, só do posto de saúde, de outro assistente social não!

Entrevistadora: E elas fazem algum trabalho?

Ana Maria: Não, elas só vem aqui perguntá como que tá, “tá bem? Tá boa?” “Tô” “assina pra mim” e vai embora, se for pra trazer um remédio não traz, se for pra marcar uma consulta não marca, se a gente quiser fazer as coisas a gente tem que ir lá fazer.

Somente a assentada Adélia, do assentamento Tereza do Cedro, fez menção ao CRAS Morumbi e a assistente social que lhe atendeu quando esteve lá para conhecimento da aposentadoria:

Adélia: Não. Aqui não vem ninguém não! Eu fui lá no CRAS e lá tem Assistente Social, parece que é Roberta¹¹⁸ que ela chama, lá no Morumbi.

Estas reflexões sobre a capilaridade da política de assistência social, relacionada aos benefícios de transferência de renda que os assentados e assentadas possuem, são insuficientes para uma análise mais ampla do acesso a esta política por todos os camponeses que vivem nos assentamentos rurais de Uberaba. Todavia, sinalizam contradições existentes no bojo da materialização da assistência social enquanto direito social que ainda se manifesta na vida dos seus usuários apenas por meio dos programas de transferência de renda, focalizados e seletivos. Esta particularidade é evidenciada por Mota (2009, p. 141):

¹¹⁸ Nome fictício.

Instala-se uma fase na qual a Assistência Social, mais do que uma política de proteção social, se constitui num mito social. Menos por sua capacidade de intervenção direta e imediata, particularmente através dos programas de transferência de renda que têm impactos no aumento do consumo e no acesso aos mínimos sociais de subsistência para a população pobre, e mais pela sua condição de ideologia e prática política, robustecidas no plano superestrutural pelo apagamento de lugar que a precarização do trabalho e o aumento da superpopulação relativa tem no processo de reprodução social.

Baseando-nos no mito da assistência social apontado por Mota (2009), inferimos o quanto esta política social é inócua para a transformação da realidade dos assentados e assentadas.

5.5 O acesso aos créditos rurais nos assentamentos rurais: negação e resistência

O Estatuto da Terra, por meio de seu artigo 73, criou os instrumentos indispensáveis da política agrícola que foi adotada no Brasil a partir de 1964. São eles: a assistência técnica; produção e distribuição de sementes e mudas; criação, venda e distribuição de reprodutores e uso da inseminação artificial; mecanização agrícola; cooperativismo; assistência financeira e creditícia; assistência à comercialização; industrialização e beneficiamento dos produtos; eletrificação rural e obras de infraestrutura; seguro agrícola; educação, através de estabelecimentos agrícolas de orientação profissional; garantia de preços mínimos à produção agrícola.

Como já discutido, o Estado, juntamente com as elites dominantes, materializou claramente a opção engendrada para o setor agropecuário, que implicou na destinação de fartos recursos do tesouro nacional para promover a modernização tecnológica nas grandes propriedades. Desta forma, ficou mantida e intocada a estrutura fundiária brasileira, que se mantém no século XXI por meio da agricultura patronal/agronegócio.

Neste contexto de modernização conservadora, o SNCR foi criado em 1965 pela Lei n.º 4.829 de 05 de novembro, no governo de Castelo Branco. Tal Sistema é constituído por: Banco Central do Brasil, Banco do Brasil, bancos regionais de desenvolvimento, bancos estaduais, bancos privados, Caixas Econômicas, Sociedades de Crédito, de Financiamento e Investimento, cooperativas e órgãos de assistência técnica e extensão rural. E, conforme destaca Leite (2009,

p. 55), cumpriu o papel que lhe originou: política agrícola de valorização do capital financeiro.

É consenso entre a literatura especializada sobre o processo de modernização agropecuária nacional que a política de crédito rural, operacionalizada pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) implantado em 1965, cumpriu papel determinante na transformação da base técnica dos estabelecimentos agrícolas, no aumento da produtividade do setor, na consolidação dos complexos agroindustriais e cadeias agroalimentares e na integração dos capitais agrários à órbita de valorização do capital financeiro.

Assim, até a década de 1990 não existia nenhum tipo de política pública, com abrangência nacional, voltada para a realidade específica dos camponeses/agricultores familiares. Ou seja, a partir do processo de modernização da agricultura brasileira, as políticas públicas para a área rural, como a política agrícola, privilegiaram os setores mais capitalizados, bem como a esfera produtiva de *commodities*, voltados ao mercado internacional, isto é: a agricultura patronal/agronegócio. Relembremos aqui que a política agrária foi incipiente tendo em vista o baixo número de desapropriações e a compra e venda por meio do mercado de terras. Aos camponeses, setores familiares, aos assentados e assentadas da reforma agrária os impactos foram e são imensuráveis, basta perceber o “limbo” a que foram submetidos no que concerne às políticas agrícolas relativas ao crédito rural; preços mínimos e seguro da produção. No entanto, estas sempre foram as pautas inerentes às reivindicações dos movimentos sociais, às lutas sociais dos camponeses, trabalhadores e trabalhadoras rurais (LEITE, 2009; CAZELLA, MATTEI, SCHENEIDER, 2004).

A datar da década referida, as formas de atuação do Estado durante o governo de FHC, contextualizado como neoliberal, implicaram reorientações do setor público, na economia e a introdução de capitais privados voltados à potencialização do setor agrário/agrícola. Lustosa (2012, p. 168) destaca:

O governo Fernando Henrique Cardoso consolida esta transição público-privado, ao implementar uma “Nova Reforma Agrária” efetivada especialmente pelo mercado. Essa instância passa a intervir não só nos financiamentos, mas na aquisição de terras, tendo, como novidade, o recuo do Estado enquanto regulador das atividades agrárias.

Nesta direção, o governo de FHC implementou políticas públicas de controle social das lutas pela terra: Banco da Terra, o programa de Reforma Agrária pelo

Correio, e por último, o Pronaf, que substituíram progressivamente o Procerá, como já discutido no Capítulo 1.

Em 1996, o Decreto Presidencial nº 1.946 (BRASIL, 1996) criou o Pronaf com o objetivo de modernizar e ao fortalecer a agricultura familiar ao mesmo tempo em que contribuía na tentativa do Estado em subalternizar esta agricultura a agricultura patronal/agronegócio. Cabe destacar que anteriormente à criação do Pronaf, o governo de Itamar Franco criou o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provap), que, segundo Mattei (2005) e Cazella, Mattei e Sheneider (2004), operava com recursos do Banco Nacional Econômico e Social (BNDES) constituindo-se no “embrião”, nos termos dos autores, para a formulação do Pronaf.

Lustosa (2012, p. 51), perspectiva com a qual coadunamos, adverte que a criação do Pronaf promoveu mudanças circunscritas na reclassificação e estratificação dos segmentos dos agricultores familiares em três modalidades: “agricultura familiar consolidada, agricultura familiar em transição, e agricultura familiar periférica.” Sendo que, pelas características em termos da relação entre tecnologias e inclusão no mercado, os assentados e assentadas da reforma agrária estão incluídos no último grupo, pois são os maiores demandatários de políticas de crédito, de pesquisa e de assistência técnica. Para o IBGE (2006), os chamados agricultores familiares apresentam as seguintes características em relação à terra: 74% encontra-se na condição de proprietário, enquanto 16% na condição de acesso precário seja na modalidade arrendatário, parceiro ou ocupante; 4% na condição de assentado ou assentada sem titulação definitiva; e 6% sem área, ou seja, extrativistas, produtores de mel ou produtores que já tinham encerrado sua produção em áreas temporárias.

Contudo, tal hierarquização por parte do Estado deu origem a uma nova divisão do trabalho na agricultura, isto quer dizer que houve a tentativa de fragmentação da luta de classes, pois os camponeses, trabalhadores e trabalhadoras não incluídos nos critérios de burocratização e produção exigidos para acessar os créditos possuem como alternativa a inserção **nas políticas sociais de recorte assistencial, que são focalizadas e seletivas, portanto, com latente característica compensatória**. Tal realidade impacta na reforma agrária brasileira, que fadada a ser apenas uma política social distancia-se cada vez mais de seu caráter estrutural.

Com relação ao Pronaf, Mattei (2005) assevera que o volume total de recursos efetivamente aplicados na primeira fase do programa esteve centrado na modalidade “crédito para custeio¹¹⁹”, sendo que a modalidade de “crédito para investimento” começou a operar mais significativamente somente após 1997. Nos termos do autor:

[...] que o crédito agrícola, no primeiro momento, teve forte direcionamento para a área de manutenção das safras anuais e uma baixa intervenção sobre os problemas estruturais do sistema de produção dos agricultores familiares (MATTEI, 2005, p. 17).

Outra característica da primeira fase de implementação do programa diz respeito aos contratos e aos recursos que tinham forte concentração na região Sul do país beirando a ordem de 78% e 65%, respectivamente; ao passo que na região Sudeste estavam 5% dos contratos e 10% dos recursos. Na safra de 1999 quase 50% dos recursos do programa concentravam-se na região Sul, enquanto a região

¹¹⁹ Segundo informações encontradas no sítio do Banco Central do Brasil, atualizadas em julho de 2015, atualmente, os créditos agrícolas do Pronaf destinam-se aos créditos: **a) Custeio:** destinam-se a financiar atividades agropecuárias e não agropecuárias, de beneficiamento ou de industrialização da produção própria ou de terceiros enquadrados no Pronaf, de acordo com projetos específicos ou propostas de financiamento; **b) Investimento:** destinam-se a financiar atividades agropecuárias ou não agropecuárias, para implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, de acordo com projetos específicos; **c) Integralização de cotas-partes pelos beneficiários nas cooperativas de produção:** destinam-se a financiar a capitalização de cooperativas de produção agropecuárias formadas por beneficiários do Pronaf. Atualmente são beneficiários do Pronaf: os agricultores e produtores rurais que compõem as unidades familiares de produção rural e que comprovem seu enquadramento mediante apresentação da “Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)” ativa, em um dos seguintes grupos: **I - Grupo "A":** agricultores familiares assentados pelo PNRA ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF); **II - Grupo "B":** beneficiários que possuam renda bruta familiar nos últimos 12 meses de produção normal, que antecedem a solicitação da DAP, não superior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) e que não contratem trabalho assalariado permanente; **III - Grupo "A/C":** agricultores familiares assentados pelo PNRA ou beneficiários do PNCF que: a) tenham contratado a primeira operação no Grupo "A"; b) não tenham contratado financiamento de custeio, exceto no próprio Grupo "A/C"; **IV - Agricultores familiares que:** a) explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, comodatário, parceiro, concessionário do PNRA ou permissionário de áreas públicas; b) residam no estabelecimento ou em local próximo, considerando as características geográficas regionais; c) não detenham, a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais, contíguos ou não, quantificados conforme a legislação em vigor; d) obtenham, no mínimo, 50% da renda bruta familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento; e) tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando mão de obra de terceiros de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária, podendo manter empregados permanentes em número menor que o número de pessoas da família ocupadas com o empreendimento familiar; f) tenham obtido renda bruta familiar nos últimos 12 meses de produção normal, que antecedem a solicitação da DAP, de até R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), considerando neste limite a soma de 100% do Valor Bruto de Produção (VBP), 100% do valor da receita recebida de entidade integradora e das demais rendas provenientes de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, recebida por qualquer componente familiar, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais (BANCO CENTRAL, 2016).

Nordeste respondia por 26%; a Sudeste por 16%; a Centro-Oeste 5%; e a Norte apenas por apenas 3% do total (MATTEI, 2005).

Na safra agrícola de 2000, quando todos os segmentos estavam presentes, o grupo “C” detinha 41% dos contratos; o grupo “D” 36%; o grupo “A” 10%; e o grupo “B” 5%. O restante não possuía enquadramento definido. O grupo “A” é referente aos assentados e assentadas pelo PNRA ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF); o “B” são os beneficiários que possuem baixa produção e pouco potencial de aumento, como os indígenas e quilombolas e os grupos “C” e “D” produtores com maiores níveis de renda bruta.

No caso da modalidade crédito de custeio, observamos que na safra de 1999 o grupo “D” respondeu por 53% dos contratos, e o “C” por 34%, o que correspondeu a 68% e 18% do volume total de recursos, respectivamente. Na safra de 2004, o grupo “C” passou a responder por 55% dos contratos, enquanto o grupo “D” por 28%, no entanto, em termos de volume total dos recursos, este grupo continuou respondendo por 39% ao passo que o grupo “C” subiu sua participação para 30%. De acordo com Mattei (2004, p. 26), tal conjuntura revela que os créditos caminham em direção aos segmentos mais consolidados da agricultura camponesa/familiar:

[...] esses dois grupos de agricultores familiares abocanharam 69% do total de crédito para custeio na última safra, a qual ainda teve a participação expressiva dos segmentos sociais da agricultura familiar no crédito de custeio, como é o caso dos agricultores assentados, é bastante insignificante comparativamente ao conjunto de agricultores mais bem posicionados na agricultura familiar brasileira.

Assim, podemos inferir a que tipo de agricultura o Pronaf é destinado e qual público é alvo prioritário deste programa federal, bem como que modelo de agricultura o Estado financia com recursos públicos.

Campos e Bianchini (2013), a partir de uma perspectiva governista, revelam que em 2003 o Brasil passou a compor os países tidos como referências internacionais em políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar. Segundo os referidos autores, a construção do Pronaf no governo de FHC e os seus avanços a partir de 2003 com as diretrizes do Governo Lula para os programas Fome Zero e Vida Digna no Campo, o que uniu as políticas de segurança alimentar e inclusão social, geraram o fortalecimento da agricultura familiar. O governo Dilma promoveu continuidades com o programa Brasil Sem Miséria. Este incremento pode ser evidenciado nos avanços dos recursos aplicados no Pronaf, que saltaram de R\$

2,3 bilhões, aplicados na safra 2002/2003, para 28,9 bilhões, aplicados na safra 2015/2016. Porém, como já problematizado, **o programa ainda não rompeu o direcionamento às agriculturas mais consolidadas.**

Juntamente com os créditos foram criados mecanismos de proteção, via políticas públicas, voltados aos agricultores familiares, camponeses, como:

- _ Seguro da Agricultura Familiar (Seaf);
- _ Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar, Decreto nº 5.996 de 2006;
- _ Programa Garantia Safra, que protege agricultores familiares do semiárido da seca ou enchente quando afeta o cultivo de alimentos, Lei nº 10.240/2002;
- _ Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER), Lei nº 12.188 de 2010;
- _ E mais recentemente, o conjunto de políticas de apoio à comercialização da agricultura camponesa/familiar, criado por meio do PAA e ampliado com o PNAE, além da já citada Lei da Agricultura Familiar, que estabeleceu a PNAF (CAMPOS; BIANCHINI, 2013).

É evidente que a extinção do MDA pelo governo de Michel Temer foi uma estratégia para o fortalecimento da bancada ruralista que não tolera a ideia de disputar as verbas públicas e o mercado com a agricultura camponesa. Não obstante, mesmo que incipiente, as ações “neodesenvolvimentistas” dos governos Lula e Dilma geraram incômodos que se instalaram nas grandes empresas de alimentos, uma vez que o MDA era um órgão governamental que, em alguma medida, possibilitava, ainda que minimamente, aos camponeses e trabalhadores rurais sem-terra a apropriação de uma pequena parte da riqueza do país por meio da agricultura camponesa/familiar de subsistência e produtora de alimentos.

A estratégia de desenvolvimento do governo “ilegítimo” é uma aliança blindada com o setor ruralista/empresarial e com as grandes empresas de capital internacional no campo, haja vista a “estrangeirização” de terras prontamente ocorrida no Brasil e anunciada por Michel Temer enquanto nicho de rentabilidade.

Segundo Campos e Bianchini (2013), o Pronaf passou por várias mudanças, que vão desde o aperfeiçoamento do volume de recursos, que foram ampliados, até a nacionalização do programa, tendo em vista sua centralidade na região Sul, como discutimos. Nos termos dos autores:

Atualmente, o Pronaf tem mais de R\$ 35 bilhões de crédito em carteira para perto de dois milhões de agricultores familiares. Somente o Pronaf B, linha microcrédito para agricultores de baixa renda, atinge mais de 700 mil agricultores familiares, a quase totalidade no Nordeste. (CAMPOS; BIANCHINI, 2013, p. 12).

Silva et al. (2015) destacam que ao longo do período de 1996 a 2012 foram realizadas aproximadamente 21 milhões de operações do Pronaf e o volume destinado de recursos financeiros foi de R\$ 100,8 bilhões, o que, ao nosso ver, demonstra um pequeno esforço orçamentário por parte do governo federal para o programa. A partir de 2003, a média de contratos registrou um aumento de 33% no público atendido, embora esta média esteja muito aquém da demanda, pois apenas 12,5% dos “produtores familiares” acessaram o crédito, ao passo que 3,5 milhões de estabelecimentos, 87,5% do total, não obtiveram financiamentos (SILVA, et al., 2015).

Questionado acerca dos créditos para a agricultura camponesa/familiar direcionados à reforma agrária, o Superintendente do Incra ratifica a estratificação que se reflete nos créditos para a agricultura camponesa/familiar e para os assentados e assentadas da reforma agrária.

Superintendente Estadual do Incra de Minas Gerais: O da Reforma Agrária, você tem os créditos iniciais que são os créditos de implantação, todos os créditos eles já receberam, não sei te afirmar, mas isso é logo que você vai instalando o assentamento, na fase de implantação do assentamento você recebe aqueles **créditos iniciais** emergências, implantação/instalação, fomento. E em um segundo momento você recebe o **investimento** que é o PRONAF na Reforma Agrária que é o “A” a “C”. Que você vai fazer o investimento, e depois seria o crédito habitação que já está em uma outra fase também, que tinha um valor bem pequeno com relação a habitação, mas que hoje tá equiparado ao Minha Casa, Minha Vida Rural. Então hoje, depois que o presidente Lula e a presidente Dilma criaram o Minha Casa Minha Vida Urbano, eles transferiram a partir da reivindicação dos Movimentos Sociais, transferiram também essa modalidade, que tinha dificuldade inclusive. Essas modalidades de crédito, o crédito instalação tem o valor de R\$ 2.400,00, mas como rebate ele só vai pagar no final só R\$ 240,00 de acordo com a nova lei, acabei de assinar agora. Ficou bem mais fácil inclusive, é um incentivo mesmo, para que cada família receba recurso e possa fazer aqueles primeiros gastos iniciais que é próprio de quem está adentrando em uma área inexplorada pra poder iniciar sua exploração, onde ele vai se instalar com a sua vida família com ânimos de habitar de forma permanente.

Desta forma, os créditos para os assentados e assentadas estão divididos entre os créditos iniciais: **emergências, implantação e fomento. E o investimento**, ou seja, o Pronaf, que para a reforma agrária enquadra os camponeses nos grupos

“A” e “C”. No tempo histórico em que os sujeitos da pesquisa foram assentados, eles ainda contavam como o crédito habitação concedido pelo Incra que acompanhava a construção das casas. Contudo, em 2009 este crédito, mediante a Lei nº 11.977/2009, foi transformado no Programa Minha Casa Minha Vida Rural, que, atrelado ao crédito financeiro na Caixa Econômica Federal, possibilitava o acesso à moradia ao agricultor familiar, ao trabalhador rural e às comunidades tradicionais por meio de uma nova casa ou reformando/ampliando/concluindo uma existente. O Superintendente do Incra pontuou sobre esta mudança na entrevista, bem como sobre a instalação e o valor do crédito:

Superintendente Estadual do Incra de Minas Gerais: Porque o Incra era construtor de casas, o Incra acompanhava construindo essas casas e era uma dificuldade muito grande. Hoje não, hoje é a Caixa Econômica Federal, o Incra libera, a RB articula a questão da DAP dentro do critério da lei da portaria do Ministério, e a Caixa faz o repasse e acompanha a execução da obra a partir de uma entidade organizadora que a própria comunidade escolhe com um recurso bem mais vultoso que era anteriormente.

Entrevistadora: Quais são os valores da habitação?

Superintendente Estadual do Incra de Minas Gerais: O habitação para a reforma está R\$ 17.000,00 e pouco e pra a construção R\$ 28.000,00 é quase a mesma situação ou melhor que o Minha Casa Minha Vida Urbano. Porque o Urbano ele paga lá um percentual da sua moradia uma parcelinha por mês e o rural também vai pagar uma parte bem pequeninha em relação ao crédito que ele recebeu, não vai chegar a 10%.

Será que estes créditos atendem às necessidades dos assentados e das assentadas da reforma agrária? Como pensar a instalação de um projeto de assentamento com estes parques créditos iniciais? Cabe lembrar que estes sujeitos sociais, em sua maioria, advêm de espaços de luta, condição de acampados e que já foram interpelados por diversas manifestações da questão social ao longo de suas trajetórias de vida.

Sobre o acesso aos créditos rurais no assentamento rural **Tereza do Cedro**, constatamos que Dorothy obteve os créditos iniciais de implantação e fomento, que inclusive foram investidos na compra de animais. Em seguida, adquiriu o crédito habitação que só foi concedido em 2009, dez anos após a ocupação, por intermédio da prefeitura municipal.

Entrevistadora: Você já acessou algum crédito rural? Qual? Relate como foi este processo?

Dorothy: Fomento que foi R\$ 2.400,00 entre 2004 e 2005, comprou os animal. Teve outro de R\$ 3.300,00 que foi depois, os de R\$15.000,00 da casa que foi feito pelos técnicos da prefeitura, mas o crédito foi do Incra. O

Incra só libera esse crédito com os técnicos que foi da prefeitura, a Emater não conseguiu, os técnico não conseguiu a liberação.

Podemos perceber que os valores dos créditos, não variaram muito ao longo de uma década, pois o crédito fomento, recurso que o Superintendente relatou em sua entrevista de 2016, possui o mesmo valor do crédito que os assentados e assentadas relataram ter recebido entre 2005 e 2006.

A assentada Dorothy ainda destacou que **ninguém** teve acesso o Pronaf até a data de realização da entrevista¹²⁰, em março de 2015, nem o crédito para a reforma da casa.

Dorothy: O Pronaf ninguém acessou ainda e tem gente que ainda não acessou nem o primeiro. Estou tentando conseguir o Pronaf para a reforma da casa.

Percebemos que os R\$ 15.000,00 referentes ao crédito habitação, sem variação ao longo da década, concedidos pelo Incra viabilizaram a “reforma da casa” de Dorothy, que foi somente finalizada em 2011, onze após a ocupação, com ajuda de familiares. Podemos inferir que tal valor é insuficiente para a construção de uma casa que, conforme constatamos, fica sob responsabilidade da família assentada e ainda em terras concedidas, afinal, o assentado ou assentada somente tem o uso da mesma. Esta problemática já foi discutida neste estudo.

Caso a família não disponha de recursos para complementar a construção, a lona ou uma construção precária são as alternativas que restam. No Tereza do Cedro existem alguns assentados que ainda não conseguiram realizar a construção da habitação e exemplo desta realidade é a ocupação da sede¹²¹ da fazenda que deveria ser área de uso coletivo dos assentados e assentadas, porém, duas famílias instalaram-se lá.

O assentado Miguel José, 64 anos, não terminou a construção da sua casa e vive em um cômodo improvisado. Ele relatou que não obteve os créditos iniciais de

¹²⁰ Destacamos que esta foi a primeira entrevista realizada durante a realização da pesquisa de campo.

¹²¹ A ocupação da sede do assentamento rural Tereza do Cedro é muito polêmica entre as famílias assentadas, pois as duas famílias que lá se encontram são muito conflituosas, segundo relatos e constatação da pesquisadora em pesquisa de campo. Como este trabalho tem o dever de problematizar, destacamos que esta não é uma situação singular, isolada de responsabilidade unilateral das famílias, pois entendemos os conflitos como resultantes de elementos estruturais da totalidade. A realidade que estão circunscritas estas famílias reflete as particularidades deste assentamento rural, inscrita na totalidade da sociedade capitalista, do contexto brasileiro que não realizou reforma agrária de forma estrutural.

implantação e fomento, somente para a compra de materiais para casa, conforme relata:

Miguel José: Ainda não, nenhum, não, para não falar nenhum eu peguei o da casa, o material da casa, só.

Entrevistadora: No valor de quanto foi?

Miguel José: R\$ 15.000,00.

Entrevistadora: R\$ 15.000,00? E o fomento também?

Miguel José: Também não peguei, eles não passaram pra mim.

Os entrevistados Miguel José e Ana Maria estão inscritos em uma associação distinta dos demais assentados e assentadas entrevistadas e ambos não acessaram os créditos iniciais. Esta particularidade pode ser apreendida a partir do histórico de constituição deste assentamento rural. Como já constatado, existiu um conflito entre os assentados e assentadas durante o processo de ocupação, o que acarretou muitos prejuízos, entre eles, o acesso aos créditos iniciais como de implantação, fomento e o investimento, que é de competência do Pronaf. Sendo assim, Miguel José e Ana Maria optaram por realizar a operação do Pronaf por meio de outra empresa que não foi a Agrolago, empresa com licitação concedida pelo Incra para prestar assistência técnica rural ao assentamento.

Portanto, a existência de duas associações que não dialogam neste assentamento é um elemento que dificultou o acesso aos créditos do Pronaf, como ratifica José Miguel, muito temeroso. Ana Maria relata ter descoberto tardiamente que a empresa não possuía liberação para emissão da DAP, imprescindível para o acesso ao programa. Conforme relatos:

Miguel José: Não, o Pronaf já num.... É porque eu tava, eu ia acessar agora, aí já preocupado eu não culpo ninguém, não culpo nem eles nem eu. Veio um cara lá do Uberlândia aqui, com o nome de uma empresa, e eu optei pela empresa dele, a outra empresa, ele me fez a cabeça e eu optei por ela, eu fui e ele mandou lá no INCA e o INCA não aceitô, rejeitô a ela. A empresa não tinha documento, não podia, eu não tava com a AGRO... Eu não fiz com a Agrolago. Senão, eu tinha pegado. Ai, não vou falar muito, não vou contra ninguém, né? Porque eu acho que foi eu né porque... Se não tinha feito com a Agrolago e pronto, né? Tinha pegado...

Ana Maria: Eu pretendo acessar, a minha maior dificuldade que eu tô tento é mais com pendência assim de... de... ajuda, ajuda mesmo porque aí eu tive falta de informação, e eu entrei pra uma empresa que ela não tava autorizada, e eu autorizei a fazer o serviço pra mim que não tava autorizada, ela não tinha documentação pra fazer o serviço, aí agora eu tô trocando pra poder pegar a Agrolago. Agora porque ela chegou antes da Agrolago chegar, ela ofereceu o serviço e nós achô que o que foi falado era

verdade e depois que foi vê um monte de coisa que não estava certo e aí agora eu larguei, eu troquei.

Conforme outros relatos, Adélia também teve o crédito habitação e está à espera do Pronaf, que segundo ela “já era pra ter pegado”. Dona Dora acessou o crédito fomento e habitação da mesma forma que os outros assentados e assentadas, mas não acessou o Pronaf, embora tenha manifestado o anseio pelo mesmo;

Adélia: Pegamo o crédito da casa.

Entrevistadora: Quanto foi?

Adélia: Foi R\$ 17.000,00.

Entrevistadora: E não vão pegar o Pronaf?

Adélia: Agora eles estava lutando com o Pronaf aí que já era para ter pegado, mas deu um problema lá. E só começo de abril vai mexer de novo. Mas já tá tudo pronto já! Já abriu conta no banco.

Entrevistadora: A senhora já acessou algum crédito rural? Qual?

Dona Dora: Uai, menina! O único crédito que tive aqui foi umas coisas que veio pra nós foi de crédito fomento, sabe!? E tem muito tempo veio a cesta pra nós, muito boa que nós precisava demais. Agora falô que vem R\$ 10.000,00 pra nós.

Entrevistadora: Mas a senhora não acessou pra construir a casa?

Dona Dora: Uai! É! Pegô, comprou tudo e fez, foi o Lula que liberou aqui pra nós pra fazê. Depois disso aí, deixa eu ver que mais...

Entrevistadora: O Pronaf a senhora não pegou não!?

Dona Dora: Não, mas eu quero o Pronaf, mas não deu certo pegar ainda, não sei o que aconteceu pra pegar. Uma vez eu fui lá em Uberlândia pra conversar com... com... pra saber o que que aconteceu, mas acho que tá na pendência agora de todo mundo assinar pra mandar lá.

A liderança política evidencia a possibilidade restrita que o crédito habitação tem representado historicamente aos assentados e assentadas da reforma agrária. Em seus termos, possibilita: “em alguma medida um agasalho”, “um lugar onde morar, não é uma casa com conforto”. Ele descreve uma das características do crédito fomento cuja concessão era a “fundo perdido”. Isto é, o crédito, ou melhor dizendo: o direito concedido ao assentado e assentada para começarem a se instalar na terra era concedido após o período de ocupação e desapropriação da propriedade. Importante frisar que em uma década os créditos não tiveram seu valor corrigido.

Assim, as dificuldades que estas famílias enfrentam para a permanência e produção na terra refletem a fragilidade da política de reforma agrária, que além de

créditos incipientes, não converge para a realidade e necessidades dos assentados e assentadas relativas ao desenvolvimento e produção. Como salienta a liderança política,

Luiz Beltrame: Da habitação tem sido em alguma medida para um agasalho, um lugar onde morar, não é uma casa com conforto. É sair da lona. **O crédito fomento**, chamados os créditos iniciais, que são créditos sem caráter de devolução, são mesmo para você dar um primeiro arranque, não é para você se instalar, mas procê produzir sua subsistência. Geralmente são créditos de aplicação coletiva e pelo andar da política nacional que tá aí empregada, nessa política de crédito, é um crédito que em breve será extinto. É um crédito que a gente chama de primeiro crédito de exploração agrícola. A sigla é PEA, mas eu acho insuficiente, porque mesmo para você se instalar em uma unidade de 10 ha a 25 ha, você precisaria de um aporte da monta de R\$ 80.000,00 ou R\$ 100.000,00 para fazer toda a aquisição necessária para instalação. Se você vai para a horticultura, ocê teria que comprar equipamentos de irrigação e pra fazer toda a burocracia de licenciamento, isso tudo custa, né!? Mais sementes, mais irrigamento, mais correção de solo e uma porção de outros equipamentos de proteção contra a luz que favoreça contra a incidência da luz, da agressividade da chuva, então você teria uma série de investimentos que hoje não fica barato, captar água, armazenar e desenvolver o hortifrutigranjeiro. Então, a criatividade das pessoas com pouco dinheiro tem sido o exercício de permanecer e fazer potencializar este crédito, que é tão insuficiente.

Ao serem questionados acerca dos créditos iniciais, os assentados e assentadas entrevistadas, bem como a liderança política, afirmaram que eram a “fundo perdido”, “sem caráter de devolução”, nos termos de Luiz Beltrame. Neste sentido, eram créditos, direito dos assentados e assentadas que contribuíam para que a reforma agrária começasse a se efetivar minimamente na tentativa de dirimir as desigualdades sociais historicamente engendradas pela questão agrária.

No entanto, com base no relato do Superintendente, percebemos que houve uma alteração no crédito fomento, que na atualidade não mais se configura como fundo perdido.

Entrevistadora: Então o fomento não vai ser mais a fundo perdido? Por que os relatos eram de que o fomento era a fundo perdido?

Superintendente Estadual do Incra de Minas Gerais: Já foi, alguns tempos atrás alguns recursos eram a fundo perdido. Hoje entra, mas é uma fase de benefícios tão grandes que eu acho também que não precisa ser a fundo perdido, porque quando é a fundo perdido parece assim que não tem muito critério o gasto e a forma de aplicação. E acho que você pagando, ainda que um valor simbólico, porque como eu te falei você vai pagar R\$ 2.400,00 e você paga R\$ 240,00 tá pagando 10% de recurso, tá pagando para não ficar de graça, para num dar valor, pra pegar aquele recurso e fazer aplicação a partir dos critérios estabelecidos. Então, essa ideia de fundo perdido também é difícil, porque tem que ficar para o trabalhador, para a família, pra essa família que tá sendo beneficiária o compromisso que ela tem com a sociedade. **Porque ele tem que retribuir o que ele**

recebe, que ele recebeu, ali é um investimento do Estado brasileiro pra aquela família. Então, de alguma forma, mesmo que seja a forma simbólica, tem que haver uma retribuição em espécie, um retorno pra recompor o saldo daquilo que foi investido nele e possa assentar outras famílias. Então, a questão de graça não é muito valorizada, porque ocê vai falar fundo perdido tem uma ideia de muita desvalorização e desrespeito com o serviço público. Eu tenho esse entendimento, estou falando como assentado da Reforma Agrária, milito nessa causa tem quase trinta anos e hoje como gestor. Esse valor simbólico, eu acho que ainda é simbólico, não pode pagar!? Pode sim! A gente sabe que pode, o cara tem vícios, pra tomar a cachaça ele consegue, claro que se ele tem uma boa economia e se tiver uma boa vocação para produzir hortaliças R\$ 240,00 para pagar com prazo de carência de um ano ele consegue fazer isso com tranquilidade.

O relato do Superintendente, que já foi assentado, não parte do entendimento de que as famílias assentadas advêm da classe trabalhadora, historicamente camponesa, trabalhadora, sem-terra que vivenciaram em suas trajetórias a expropriação e exploração concernentes à formação do capitalismo brasileiro, e que, por sua vez, lutam por justiça social por meio da reforma agrária. Ele parte do entendimento do Direito enquanto instrumento de controle do Estado, deslegitimando toda a luta dos assentados e assentadas nos assentamentos rurais além de fiscalizar e criminalizar esses sujeitos pelas suas decisões em relação ao crédito recebido. Este relato sinaliza o não reconhecimento da luta pela reforma agrária, enquanto luta de classe.

Não coadunamos com esta perspectiva que rememora, inclusive, a histórica *Poor Law*, antiga Lei dos Pobres, tendo em vista o critério seletivo sob o domínio de um juízo de valor e o desejo de controlar a condição de vida do sujeito pauperizado, neste caso, o assentado ou assentada da reforma agrária. Na passagem em destaque, o Superintendente não reconhece a questão agrária como resultante do processo sócio histórico de constituição da sociedade brasileira, e, desta forma, desresponsabiliza o Estado da realização da reforma agrária, e ainda repassa esta incumbência aos assentados e assentadas, já que, segundo ele, precisam “recompor” o saldo do que foi investido para assentar outras famílias. **Eis o papel do Estado no enfrentamento da questão agrária: conceder direitos, controla-los e ainda punir os sujeitos sociais pelas condições de vida e trabalho, que são reflexo da sociedade desigual em que vivemos.**

Especificamente sobre o Pronaf, a liderança política, apesar de reconhecer a insuficiência do programa, salienta a importância dele para prelúdio a outros créditos, como de fomento e habitação:

Luiz Beltrame: Hoje, a nova modalidade de Pronaf “A” da Reforma Agrária tá em torno de R\$ 26.500,00 em torno de R\$ 25.500,00 livre, R\$ 1.500,00 é da assistência técnica. Então se você for mexer com o projeto leite, dá no máximo para comprar as vacas, não dá para fazer um pastejo adequado, as instalações com ordenha com resfriamento de leite conforme é exigido pela cadeia do leite. Então, os créditos são insuficientes, mas não tendo nada são importantes para um pontapé inicial, porque os outros créditos são de fomento e habitação.

Os assentados e assentadas, quando indagados acerca do Pronaf, evidenciaram preocupação com relação ao acesso a esta política agrícola, por exemplo Dorothy, que afirma ter de trabalhar dobrado para expandir a produção após a chegada do crédito, denotando o receio com o endividamento, já que tem de pagar o crédito:

Dorothy: Quer que eu seja sincera!? Tem hora que dá vontade de ficar quietinha e continuar a minha vidinha, porque o dinheiro do Pronaf é para mim expandir, fabricar se eu não tiver o meu gadinho, as minhas coisinhas, talvez eu teria mais desejo de pegar o Pronaf. Como eu me viro, se eu pegar esse Pronaf para acertar o curral e comprar umas vacas melhor de leite, eu vou trabalhar dobrado. Mas, eu tenho que trabalhar para produzir e pagar. Vou pegar dinheiro e tenho que trabalhar dobrado, meu marido trabalha o dia todo fora e já me falou para ficar quieto. Eu coloquei gado leiteiro.

Nesta direção, Bernardo Mançano (2013) e Vinha (2015) apontam que a lógica do Pronaf tem contribuído significativamente para o endividamento das famílias assentadas, o que revela o quanto o programa precisa ser reformulado para que, inclusive, possa vir a fortalecer e qualificar uma “reforma agrária ampla”, nos termos do autor.

As assentadas também demonstraram insatisfação quanto ao direcionamento do recurso voltado à compra de bovinos. A assentada Ana Maria afirma que o Pronaf é “mal desenvolvido” e Adélia denota o quanto o mesmo é insuficiente paralelo às demandas estruturais de que o lote necessita para comportar gado de leite, como curral e cerca, que possuem créditos específicos para manutenção.

Ana Maria: Ham! Eu acho assim, que o Pronaf ele é um dinheiro que ele é muito mal, assim ele é mal desenvolvido, o governo quer que você faz o que ele quer, não é o que você quer, porque se fosse eu escolher o meu projeto, eu não queria o gado de leite.

Adélia: Ah! Eu acho muito ruim, porque eles quer que compra novilha ou senão vaca de leite. Como que ocê vai comprar uma vaca de leite se você não tem nem um curral!? As cerca tá tudo caindo porque se não as vaca passa pro curral dos outros, porque passa memo. Sem curral como que ocê vai tirar leite, não tem jeito. E a gente não tem dinheiro para comprar madeira. Não sei o que vai arrumar não. Eu tinha ao menos vontade de

comprar uma vaca pra tirar leite, eu adoro leite. As vaca tem que arrumar a cerca. Hoje tudo que ocê vai fazer é caro. Arame é caro para fazer curral, madeira é caro. Não tem jeito não! Quando eu entrei nesse assentamento eu fazia farinha, fazia porvil eu trabaia, mas hoje eu não aguento mais. Não guento!

José Miguel afirma já estar “velho”, mas ratifica sua necessidade de acesso ao programa, bem como disposição para trabalhar:

Miguel José: Uai, eu tô velho, mas eu preciso pegá o Pronaf, se eu der conta de trabaia bem, se eu não der um filho às vezes trabaia, né? A compra de uma coisa que eu não tenho que forçá.

Em contato com a Agrolago, foi-nos disponibilizado o Ofício Incra/MG/SR-06/D/Nº475/14. Nele, há 20 nomes de assentados e assentadas que em 07 de novembro de 2014 estavam aptos para emissão da DAP para fins de contratação do programa: “Pronaf Grupo A: Estruturação inicial (valor máximo a contratar R\$ 26.500) e custeio Grupo A/C”, nos termos que se encontra no ofício que não podemos disponibilizar por identificar nominalmente os assentados e assentadas. As assentadas Dorothy, Dona Dora, Adélia e o assentado Miguel José constavam nesta relação. No entanto, já se passaram dois anos e nenhum assentado ou assentada do Tereza do Cedro acessou este crédito de investimento. O motivo da demora não foi explicitado pela Agrolago, mas inferimos que esteja relacionado a burocracia do programa, embora não só.

Com relação ao assentamento Dandara, segundo a liderança política, a “substituição”¹²² dos lotes é uma realidade e se constituiu em um obstáculo para o acesso aos créditos, bem como a “baixa organização e funcionamento do Incra de Minas Gerais”. Luiz Beltrame pontua sobre o fomento inicial a fundo perdido e o Pronaf como créditos acessados pelos assentados e assentadas do Dandara:

Entrevistadora: Como é o acesso aos créditos rurais do Assentamento Dandara?

Luiz Beltrame: Como tem muitas substituições poucas famílias acessaram os créditos rurais. Foi demorado o acesso em função da baixa organização e funcionamento do Incra de Minas Gerais.

Luiz Beltrame: Os créditos acessados foram: fomento inicial, a fundo perdido; e Pronaf A investimento - subsidiado e parcelado em 10 anos para

¹²² O debate acerca da substituição dos lotes necessita ser aprofundando de forma crítica a partir da realidade em que se encontram muitos assentamentos da reforma agrária completamente abandonados pelo Estado. Em muitos casos, resta à família o abandono para a procura de melhores condições de vida e trabalho.

pagar com uma taxa de juros de 01% ao ano e repasse de 40% sobre o valor de cada parcela, se houver o pagamento em dia!

O assentado Raimundo teve acesso aos créditos fomento e habitação e contou com a mão de obra familiar para a construção da casa. Ele ainda acessou o Pronaf A:

Raimundo: Que eu já acessei foi os dois fomento que foi R\$ 3.200,00 cada um que foi os iniciante, né!? E outro crédito que nós já acessou também que não veio na mão, foi o crédito habitação, né!? E o Pronaf A. Juntando tudo isso daí dá em torno do que o Incra já passou pra nós dá um R\$ 60 mil. O habitação foi de R\$ 15 mil que foi tudo pra material.

Entrevistadora: Mas a mão de obra foi de vocês?

Raimundo: Foi nossa.

O assentado Paulo acessou os créditos: fomento e habitação, sendo que terminou a casa com auxílio da família. Ele obteve o Pronaf há um ano,

Entrevistadora: Você já acessou algum crédito rural? Qual?

Paulo: Já, já acessei. O fomento de R\$ 3.200,00.

Entrevistadora: O fomento a fundo perdido?

Paulo: Diz eles que é...E o Pronaf, o habitação com material no valor de R\$15.000,00.

Entrevistadora: E a mão de obra como que você fez?

Paulo: É, na época poderia tirar R\$ 3.000,00 pra poder pagar a mão de obra. Eu paguei pra levantar e o resto foi eu mais a minha família que fez. Eu, meu sogro terminamo, pintamo por dentro pois piso.

Entrevistadora: No caso você acessou o Pronaf a quanto tempo?

Paulo: Vai fazer um ano agora.

Chico Mendes e Washington, do mesmo modo, acessaram os créditos fomento, habitação a fundo perdido e o Pronaf A. O assentado Washington está à espera do Pronafinho, que é o crédito custeio para fazer investimento/manutenção no lote,

Entrevistadora: Você já acessou algum crédito rural? Qual?

Chico Mendes: Sim! O Pronaf!

Entrevistadora: Mas teve o fomento e habitação? Foram fundos perdidos?

Chico Mendes: Sim! Foram. Eu acessei o Pronaf A de R\$ 25 mil há quase um ano. Falta dois pra começar a pagar.

Washington: Uai, nós acessamo já quatro crédito, é... Ai, eu esqueci o nome dos crédito agora...

Entrevistadora: Fomento?

Washington: Fomento. É dois: o da casa e o Pronaf, né? E agora vai acessar o Pronafinho, já tá em andamento.

Entrevistadora: O senhor acessou o A?

Washington: É, o A.

Entrevistadora: O senhor optou por comprar o quê?

Washington: Gado, comprei búfalo.

Entrevistadora: E o Pronafinho é pra quê?

Washington: O Pronafinho é pra arrumar alguma coisa, comprar arame, fazer cerca, arrumar os pastos, né?

Entrevistadora: O habitação foi R\$ 15 mil?

Washington: Isso.

Entrevistadora: O Pronaf, R\$ 25mil?

Washington: Isso.

Entrevistadora: E esse Pronafinho?

Washington: 7500

Entrevistadora: 7500. E o senhor já começou a pagar o Pronaf?

Washington: Não.

Entrevistadora: Ainda não deu os dois anos?

Washington: Tem um ano que nós acessou ele.

Entrevistadora: Ah! Tem um ano.

Washington: Ainda não deu um ano não, foi em outubro, em outubro vai fazer um ano.

Entrevistadora: E da habitação também ainda não?

Washington: Não.

Lediane: Não, da habitação de algum tempo pra cá que tão falando que a gente vai ter que pagar, mas até o ano passado no começo do ano, ano trasado, ninguém sabia disso não.

O único assentado que não acessou o Pronaf é José Cláudio, que, por sua vez, trabalha na cidade para complementação de renda, mas seu crédito, segundo ele, está em fase de tramitação,

José Cláudio: Liberou o Pronaf, agora eu tô tentando lá, a papelada tá lá. Tá dando um probleminha, mas eu acredito que ta saino.

Entrevistadora: Quais o senhor já acessou?

José Cláudio: Eu acessei o fomento que é R\$ 3.200,00. Depois teve mais um crédito para comprar ferramenta essas coisas, esqueci como que chama, e o crédito habitação de R\$ 12.000,00. E o Pronaf agora, depois de dois anos tentano, vamos ver se sai, né!?

Quando indagado sobre sua avaliação/opinião acerca do Pronaf, o assentado Raimundo relata que após o acesso, e no decorrer da utilização do mesmo, percebeu que a Agrolago fez um “projeto furado” de investimento para a reforma de pasto em vez do “custeio”, que era do que ele necessitava. Neste sentido, tal relato

sinaliza que a assistência técnica prestada pela Agrolago não partiu da realidade e da real necessidade, pois o assentado precisava de uma bomba de água para a irrigação de seu pasto, uma vez que seu anseio é aumentar seu “gado”, conforme destaca,

Raimundo: Já vai fazer quase um ano que eu comprei o gado, um projeto era uma coisa emendada na outra, era o Pronaf já emendendo no custeio e porque não sai? Peguei o Chico Mendes e fomo lá no banco ver o que tava acontecendo, chegou lá não pra cobrá ou falar bestera, mas diz que o dinheiro tá marrado com esses probrema de governança, né!? Nessa bagunça aí, eles falou que o que ele tinha iniciado o projeto ele ia acabá. Aí passou... Eu vorto de novo. Dia 16 de julho ele mandou um *e-mail* pro João (da Agrolago) e ele não mandou o projeto que ele fez. Tava errado, ele fez pra reforma de pasto, num encaixa no que nós precisa. Então ontem eu não quis ligar pra ele, porque eu já liguei fazendo a cobrança pra ele, num sou de tá cobrando todo dia, toda hora, mas eu disse: “João, a coisa tá assim, assado”. Vou ver se quarta-feira vou ter a resposta, mas na quarta-feira eu não quis ligar pra ele, se eu ligar vai ser a partir agora de segunda.

Entrevistadora: Mas o senhor queria...

Raimundo: Eu quero pôr uma bomba d’água lá em baixo, não reforma de pasto, mas de custeio. E esse que vai sair não pode usar pra isso. Eu queria colocar uma bomba lá em baixo pra irrigar meu capim, porque eu tenho muito capim plantado lá, graças a Deus. E quero aumentar a capinera, minha vontade é aumentar o gado.

Também identificamos que a burocracia esteve presente no acesso do programa pelos assentados e assentadas, sendo mencionada nos relatos de Paulo, que destacou a grande necessidade do programa, porém seu acesso é moroso e burocrático; José Cláudio, que ainda não teve acesso, explicita que “foi igual achar agulha no palheiro”, pois foi inúmeras vezes ao banco com a documentação e ainda corre o risco de não acessá-lo; Chico Mendes, da mesma forma, menciona a burocracia e até se justifica, pois entende a necessidade dela; o assentado Washington pontua sobre a “demora” e verbaliza que é “uma ajuda muito grande”, o que sinaliza o não entendimento do Pronaf enquanto direito de assentado da reforma agrária, mas apenas como uma “ajuda” e o quanto o valor monetário do programa ainda se distancia das reais necessidades das famílias assentadas nos projetos de reforma agrária. Seguem os relatos,

Entrevistadora: Conta pra mim como foi esse processo de acessar o Pronaf.

Paulo: Ai! Foi burocrático, viu!? Foi demorado, foi muito burocrático. Como que eu posso te explicar!?

Entrevistadora: Como foi mesmo? Como que você ficou sabendo? Como você fez para acessar? Quem te auxiliou?

Paulo: Na época, quem auxiliou já foi a Agrolago fez o projeto. Foi a Agrolago que fez. O Pronaf eu fiquei sabendo disso porque trem de governo aí. Pessoal da Agrolago veio cá e “o Pronaf docéis tá liberado”. Já tinha DAP, o pessoal da EMATER já tinha emitido a DAP. Aí fez o projeto, nós levo no banco demoro um pouco e deu certo.

Entrevistadora: Foi o Pronaf A? Pequenos animais?

Paulo: Isso.... Eu investi em animais.

Entrevistadora: Qual a sua opinião sobre o Pronaf? O que você acha? Tá legal? Precisa melhorar?

Paulo: Eu acho assim, ser só mais rápido, porque a gente precisa e demora demais.

José Cláudio: Nossa Senhora! Foi a mema coisa que procurar agulha no meio do palheiro. Pede documento daqui, aí ocê faz e na hora que tá com a documentação tudo lá o governo vai e suspende o Pronaf, e aí cabou tudo e ocê tem que começar tudo de novo. Igual aconteceu agora, deu um probleminha comigo lá, um problema particular e aí é arriscado eu cabar de arrumar e ocê chega lá e acabou o Pronaf de novo [...]. Por pequeno que seja o Pronaf já é um começo, né!? Porque sem ele ...tem que ter um começo, né!?

Chico Mendes: A Agrolago fez o projeto. Tem uma burocracia até que libera, uma burocracia imensa. Eu acho que a burocracia tem que funcionar, mas não da forma que funciona. A burocracia ajuda numa parte, mas atrapalha em mil. Aí nós tamo agora com o custeio e a Agrolago fez o custeio, em vez de fazer custeio, colocou investimento. Já era pra mim ter acessado ohhh.... Já gastei dinheiro do bolso pra fazer cerca sem poder.

Entrevistadora: E o Pronaf veio e o senhor investiu em quê?

Chico Mendes: Gado!

Washington: É só a demora, né? Nós não teve dificuldade não.

Entrevistadora: Quem que acompanhou o senhor para acessar esse crédito?

Washington: Foi o pessoal da Agrolago.

Entrevistadora: Agrolago. E qual que é a opinião do senhor sobre o Pronaf?

Washington: Não, não, o Pronaf é baum, né? É uma ajuda muito grande pra gente, né?

A Agrolago também nos disponibilizou o Ofício do Incra/MG/SR-06/DD/SD/Nº049/14, no qual constam os nomes de 08 assentados e assentadas que em 17 de fevereiro de 2014 já estavam aptos para emissão da DAP para fins de contratação do: “Pronaf Grupo A-Estruturação inicial (valor máximo a contratar R\$ 21.500) e custeio Grupo A/C”, nos termos que se encontra no ofício. Todos os assentados entrevistados se encontram no ofício. Paulo, Washington, Chico Mendes e Raimundo já acessaram as primeiras modalidades de estruturação inicial, e os dois últimos acessaram o custeio.

Diante destas informações disponibilizadas pela Agrolago, constatamos que os assentados e assentadas do Tereza do Cedro tiveram a liberação da DAP, pelo Incra, dez anos após a criação do projeto de assentamento, em 2014. No assentamento Dandara, a liberação aconteceu nove anos após a criação do projeto de assentamento, sendo concedida em fevereiro. A do assentamento Tereza do Cedro, em novembro. Esta realidade demonstra a morosidade deste órgão público em garantir os direitos da população assentada, bem como o descaso do Estado em relação à política de reforma agrária.

A partir dos relatos e reflexões dos entrevistados e entrevistadas, percebemos: a insuficiência dos créditos iniciais diante das demandas existentes no lote; poucos reajustes em uma década e o retrocesso mediante a extinção do crédito implantação a fundo perdido; o crédito habitação não foi suficiente para os assentados e assentadas construírem suas casas, pois a maioria contou com auxílio familiar ou com a realização de mutirões no assentamento. No assentamento Tereza do Cedro ainda existem moradias muito precárias e outras que nem foram construídas.

O Pronaf, que é uma necessidade para os assentados e assentadas, ao mesmo tempo é também receio por endividamento e mais trabalho. Sua concessão é perpassada por muita burocracia e morosidade, há pouco entendimento sobre o Programa enquanto um direito e a modalidade pleiteada pela empresa que presta assistência técnica não converge com as necessidades dos assentados e assentadas. Assim, igualmente a Vinha; Shiavinatto (2015, p. 195) constatamos que:

As dificuldades das famílias para acessarem o crédito agropecuário estão ligadas, sobretudo, aos aspectos burocráticos - morosidade no processo avaliação para liberação de crédito, acesso à DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf), juros altos, documentação incompleta pessoal e do lote, elaboração e aprovação técnica do projeto e da prestação de contras, área insuficiente e impedimento às comunidades tradicionais - que não podem acessar por não terem seus lotes regularizados - além da falta de informações técnicas, inadimplência e falta de estrutura para armazenamento dos produtos e distribuição.

Todas as particularidades discutidas estão relacionadas ao processo de constituição dos assentamentos estudados e revelam a premência da organização dos assentados e assentadas, que diariamente convivem com a negação de seus direitos impugnados pelo Estado.

Assim, estas reflexões denunciam o abandono estatal na garantia dos direitos dos assentados e assentadas, que engendraram verdadeiros processos de resistência

e persistência no lote para a produção e reprodução até a chegada das políticas agrícolas ou sociais que minimamente garantem a sobrevivência das famílias.

Segundo Silva et al. (2015, p. 362):

A análise do percurso do Pronaf destes 15 anos revela sua vocação de manutenção dos agricultores familiares já inseridos ao modo de produção vigente e da exclusão daqueles que estão situados na economia de subsistência [...]. Outrossim, vale destacar que uma política de desenvolvimento rural não pode ficar restrita ao acesso ao crédito produtivo, ela deve necessariamente vir acompanhada de maior acesso ao conjunto de políticas [...].

Em consequência do estudo das particularidades dos assentamentos Tereza do Cedro e Dandara percebemos que se o Pronaf continuar sob a lógica vigente irá aprofundar paulatinamente os mecanismos responsáveis pela produção e reprodução das desigualdades sociais inerentes à questão agrária em Uberaba. A tendência é de que ele se concentre em alguns setores consolidados da agricultura, bem como restrinja o acesso de segmentos pauperizados, como os assentados e assentadas da Reforma Agrária, por meio de sua burocracia e morosidade. Nesta direção, as famílias assentadas dependerão cada vez mais de políticas sociais para aferição de renda e para a produção de subsistência no lote, e, conseqüentemente, a comercialização irá diminuir. O que afastará ainda mais a possibilidade da reforma agrária se efetivar enquanto política pública de desenvolvimento, nestes assentamentos rurais.

Neste contexto, cabe destacar a relevância da organização das famílias assentadas, bem como a presença dos movimentos sociais que em alguma medida podem inferir a operacionalização do Pronaf nos assentamentos em questão.

5.6 O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Uberaba: o legal e o real

O Plano Safra da Agricultura Familiar possui/possuía¹²³ dois programas de compras governamentais: PAA e o PNAE. O PAA teve seu surgimento inscrito em um dos quatro eixos, no de fortalecimento da agricultura familiar, do Programa Fome Zero de Lula, lançado em 2003, e foi gestado pelo Ministério Extraordinário para Segurança Alimentar e Combate à Fome (Mesa) até 2006.

¹²³ Utilizamos o tempo verbal desta forma, pois com as mudanças ocorridas no MDA com o governo ilegítimo de Michel Temer ainda não sabemos quais serão as mudanças nestes programas, sendo que para a execução do PAA em 2016 o financiamento até julho se encontra suspenso.

Na atualidade, é um relevante instrumento para a política agrícola e para a política de segurança alimentar¹²⁴, ainda vigente. Segundo Bianchini (2013) o programa participa, todos os anos, da alimentação de quase 20 milhões de pessoas em creches, escolas, abrigos, restaurantes populares, hospitais, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos atrelados à política de assistência social e que sob a ótica governamental são entendidos como instrumentos de combate à pobreza.

Desta forma, o PAA tem objetivo de fortalecer a agricultura camponesa/familiar por meio da compra de alimentos para doação a instituições sociais que trabalham com populações pauperizadas, ou como dispõe o artigo 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, “pessoas em situação de insegurança alimentar”:

Fica instituído o Programa de Aquisição de Alimentos com a finalidade de incentivar a agricultura família, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos (BRASIL, 2003).

O programa é regulamentado pelo Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012 (BRASIL, 2012), e integra o SISAN. Suas finalidades vão desde o fortalecimento da agricultura familiar à garantia de alimentação em quantidade e qualidade a populações em situação de pobreza e “insegurança alimentar” até o estímulo à produção orgânica e agroecológica, conforme o artigo 2º do Decreto:

- I - incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento, à industrialização de alimentos e à geração de renda;
- II - incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar;
- III - promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável;
- IV - promover o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos, inclusive para prover a alimentação escolar nos âmbitos municipal, estadual, distrital e federal, e nas áreas abrangidas por consórcios públicos;
- V - constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares;
- VI - apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar;

¹²⁴ Lembrando que já nos posicionamos e fizemos a discussão acerca dos termos/categorias segurança alimentar e soberania alimentar no Capítulo 4.

- VII - fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização;
- VIII - promover e valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, e incentivar hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional; e
- IX - estimular o cooperativismo e o associativismo (BRASIL, 2012).

O PAA é relevante, enquanto política pública para o fortalecimento da agricultura familiar, porém é mister destacar sua vinculação com a política de assistência social, no que tange ao montante que cada produtor pode entregar e aos preços praticados, condicionalidades que necessitam de mudanças.

Segundo o artigo 17º deste mesmo Decreto, as modalidades do PAA, alteradas pelo Decreto nº 8.293 de 12 de agosto de 2014 (BRASIL, 2014), abarcam a compra de alimentos para doação às entidades da rede socioassistencial; a sustentação de preços; o incentivo à produção de leite; as compras institucionais; e a aquisição de sementes.

Art. 17. O PAA será executado nas seguintes modalidades:

- I - Compra com Doação Simultânea: compra de alimentos diversos e doação simultânea às entidades da rede socioassistencial, aos equipamentos públicos de alimentação e nutrição e, em condições específicas definidas pelo GGPA, à rede pública e filantrópica de ensino, com o objetivo de atender demandas locais de suplementação alimentar de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional;
- II - Compra Direta: compra de produtos definidos pelo GGPA, com o objetivo de sustentar preços;
- III - Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite: compra de leite que, após beneficiamento, é doado aos beneficiários consumidores;
- IV - Apoio à Formação de Estoques: apoio financeiro para a constituição de estoques de alimentos por organizações fornecedoras, para posterior comercialização e devolução de recursos ao Poder Público
- V - Compra Institucional: compra da agricultura familiar realizada por meio de chamada pública, para o atendimento de demandas de consumo de alimentos, de sementes e de outros materiais propagativos, por parte de órgão comprador;
- VI - Aquisição de Sementes: compra de sementes, mudas e materiais propagativos para alimentação humana ou animal de beneficiários fornecedores para doação a beneficiários consumidores ou fornecedores (BRASIL, 2012).

O programa foi financiado por recursos orçamentários do MDA, entre 2003 a 2005 e, posteriormente, por recursos do MDS. A partir de 2006, o MDA passou a disponibilizar orçamento próprio para a ampliação e alcance do PAA. Na atualidade, o Decreto nº 8. 780 de 26 de maio de 2016 (BRASIL, 2016) esclarece que o PAA está alocado na Secretaria Familiar e do Desenvolvimento Agrário, juntamente com todas as ações do MDA que estão sendo gestadas e controladas pela Casa Civil. Tal ação do presidente ilegítimo Michel Temer recoloca o PAA à mercê do mercado,

bem como deslegitima a importância e as lutas sociais empreendidas para sua conquista pela e na sociedade. A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab); de forma descentralizada com os governos estaduais e municipais, e as instâncias de controle social institucionalizadas e não institucionalizadas; é ou foi importante parceiro operacional do PAA em âmbito nacional.

Vinha e Shiavinatto (2015, p. 192) afirmam que:

[...] o PAA sinaliza para uma mudança importante na política nacional de desenvolvimento rural brasileira: concede espaço político a sujeitos que não estão ligados aos interesses comandados pelo latifúndio e agronegócio e atribui um papel importante que institucionaliza as demandas da agricultura camponesa e da soberania alimentar. Essa política tenta dar voz a outras relações sociais, sujeitos e territórios, rompendo com o centralismo e sinalizando que existe um outro modelo de desenvolvimento para o campo baseado na agricultura camponesa.

Consoante às autoras, o PAA enquanto política pública possui potencialidades que vão desde o fortalecimento da agricultura camponesa/familiar, a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), e a “segurança alimentar” e desenvolvimento local por meio da geração de renda a camponeses, trabalhadores e trabalhadoras rurais sem-terra.

Nesta direção, a criação, materialização e continuidade do PAA é salutar para agricultura camponesa/familiar, que não se volta para a produção em larga escala. De acordo com o artigo 4º, parágrafo II, do Decreto nº 7.775 de 04 de julho de 2012, os assentados e assentadas são considerados fornecedores prioritários do programa, isso fortalece a agricultura camponesa/familiar nos assentamentos rurais e a reforma agrária enquanto política pública de desenvolvimento.

Porto et al. (2014) esclarece que em 2003, 41 mil famílias forneceram produtos para o programa, enquanto que em 2012 esse número alcançou 128 mil famílias produtoras de alimentos. Quanto aos valores orçamentários destinados ao programa, o crescimento superou 400%, partindo de uma execução e cerca de 81 milhões de reais em 2003 para cerca de 587 milhões em 2012. Na safra atual, o orçamento direcionado ao PAA foi de R\$ 1,2 bilhão de reais. Para o camponês, “agricultor familiar” o limite da renda auferida pela venda de produtos variou entre R\$ 5,5 mil a R\$ 8 mil e R\$ 16 mil reais para a aquisição de sementes.

O PAA também teve um incremento na diversidade dos produtos adquiridos, sendo que no primeiro ano de execução, 2004 registrou-se 56 tipos de produtos, ao passo que em 2012 alcançou 374 diferentes itens de produtos alimentícios. Com

relação à abrangência, entre 2003 e 2012, do total de 5.564 municípios brasileiros, a Conab operou o programa em 2.760 municípios, o que corresponde a mais de 45% da área de abrangência do país (PORTO, et al., 2014).

No entanto, é mister problematizarmos que a capilaridade do programa no país não significa necessariamente que todos os camponeses o acessem de forma qualitativa e igualitária, pois muitos são os desafios. Segundo Mielitz (2013) os mais de 180 mil camponeses ou, nos termos do autor, “agricultores familiares” referidos nas estatísticas para o ano de 2012 representam 4,2% dos agricultores familiares nacionais. Em diversos estados essa proporção é baixíssima, sendo destaque as regiões Sul e Sudeste com maiores participações. Vinha; Shiavinatto (2015, p. 194), também apontaram esta pujança de acesso ao PAA no Sul, bem como o pouco acesso no Brasil como um todo:

Em relação ao número de camponeses envolvidos no PAA por região, em 2009, em termos percentuais, os AFs da Região Sul foram os que mais acessaram o Programa, em torno de 5%. As Regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte ficaram abaixo de 2,5%. Isto indica que, apesar do crescimento em recursos e números, este programa ainda é pouco acessado em todo o Brasil.

Outro desafio do PAA diz respeito à **baixa frequência de assentados e assentadas da reforma agrária**, que são **os fornecedores prioritários do programa**, e menos ainda de extrativistas, pescadores, quilombolas e outras características de camponeses, bem como dificuldades relacionadas à comercialização (MIELITZ, 2013).

Com relação à implantação, impactos e perspectivas do PAA em assentamentos¹²⁵, Shimit et al. (2013) relatam que durante a fase inicial, entre 2003 a 2004, o programa teve dentre suas prioridades os assentamentos de reforma agrária, com destaque para a modalidade Compra Antecipada da Agricultura Familiar. A organização e envolvimento dos movimentos sociais, assentados, assentadas e equipes da assistência técnica foi imprescindível para este processo. Porém, houve “[...] um descompasso entre o processo de liberação dos recursos e o calendário agrícola.” (SHIMIT et al., 2013, p. 157). Assim, entre os anos de 2003 e 2004, apenas 48 mil famílias assentadas, que correspondem a 7,1% das famílias

¹²⁵ O estudo/pesquisa foi demandado pelo Incra e pela Conab à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Os estudos de natureza qualitativa foram realizados nos estados de Acre, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, São Paulo e Sergipe.

assentadas do Brasil, acessaram o PAA por meio da modalidade Compra Antecipada.

Somente em 2008 foi possível identificar a categoria do “fornecedor” no sistema operacional denominado *PAAnet*, sendo que “a participação de assentados nas modalidades operacionalizadas pela Conab oscilou entre 7% e 11% do total de fornecedores do PAA entre 2010, aumentando para 16,3% em 2011” (SHIMIT et al., 2013, p. 159).

Considerando a diversidade presente no PAA e a multiplicidade de situações relacionadas à implantação do programa em projetos de assentamentos rurais, Shimit et al. (2013) apontaram que há dificuldades e possibilidades. Sendo as dificuldades: o desconhecimento de muitos assentados e assentadas sobre as regras e modo de funcionamento desta política pública; a baixa intersectorialidade com as demais políticas voltadas à reforma agrária; dificuldades na infraestrutura como a precariedade do transporte da produção e atrasos dos pagamentos. As possibilidades para as famílias assentadas que acessaram o programa dizem respeito à diversidade de produtos, à venda institucional e ao estreitamento do diálogo com diferentes sujeitos coletivos envolvidos como movimentos sociais, assistência técnica; sindicatos, governo estadual e municipal, Incra e Conab. Ainda há muitos desafios!

Em Uberaba, a primeira proposta do PAA foi em 2012 realizada pelo Plano Operacional por meio de um termo de adesão do município com vigência de cinco anos na modalidade “Compra e Doação Simultânea”, que desde então é a única modalidade pactuada entre a prefeitura municipal e o governo federal¹²⁶.

Segundo o Ofício nº 221/2014 (ANEXO F – Ofício Nº 221/2014 – Encerramento da proposta do PAA 2013 e abertura da proposta do PAA 2014) da então Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca, Agricultura e Abastecimento, direcionado ao Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e disponibilizado para esta pesquisa, na primeira execução¹²⁷ foram utilizados 79% dos recursos destinados ao programa, cerca de R\$ 1.245.566,58 de reais, pois:

O cenário observado na safra 2013/2014 foi de perdas, ocasionadas por uma estiagem atípica registrada nos primeiros meses do ano, por conta disso registrou-se uma escassez de produtos neste período, inviabilizando a entrega

¹²⁶ Estas informações foram colhidas por meio do contato presencial da pesquisadora com a Gestora do PAA em Uberaba, alocada na Secretaria Municipal do Agronegócio.

¹²⁷ A primeira execução do programa foi no ano de 2013 com prestação de contas em 2014.

por uma parcela dos produtores cadastrados. (SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA, AGRICULTURA E ABASTECIMENTO, 2014).

O município também teve oito meses para integralização da proposta e atendeu cerca de 230 instituições com 279 “produtores” cadastrados e entregando produtos.

Em 2016, o Ofício nº 47 (ANEXO G– Ofício N° 47/2016 – Encerramento da Proposta 000.001.810.31/2014) referente a execução de 2015 da Secretaria de Desenvolvimento e Agronegócio de Uberaba ao Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, registrou que foram gastos o equivalente a R\$ 1.918.896,84, ou seja, 99,16% do recurso destinado ao município, tendo um aumento de 35,08% de recursos que atenderam a 230 instituições. O número de produtores cadastrados não foi mencionado no ofício.

A Portaria nº 38 de 26 de novembro de 2015 (ANEXO H – Portaria N° 38, de 26 de Novembro de 2015) propôs metas, limites financeiros e prazo para a implementação do PAA na modalidade de execução Compra com Doação Simultânea. Na próxima execução, que até julho de 2016 estava suspensa, o município teve uma redução de beneficiários fornecedores/produtores, totalizando 208, bem como no valor repassado R\$ 1.348,382,21.

Pelos relatos da Gestora do PAA da Secretaria do Agronegócio, tal queda deve-se a cortes de recursos para a “agricultura familiar”, bem como a indisponibilidade dos “agricultores familiares” na entrega de produtos, o que fez com que na última execução o município buscasse alguns produtos/gêneros em outros municípios e até em outro estado. Tais como: iogurte, em Conceição das Alagoas/MG; mel, em Buritizeiro/MG; tomate, em Buritizal e Ipua/SP; pimentão, nos assentamentos rurais de Veríssimo/MG; quiabo e jiló, de diversos municípios. Isso também pode sinalizar que a agricultura camponesa/familiar de Uberaba ainda é incipiente para atender a este programa tão significativo para a comercialização da produção dos assentados e assentadas da reforma agrária.

Quando questionado acerca dos “produtores cadastrados no PAA, o Secretário Municipal informou,

Entrevistadora: Você sabe quantos produtores estavam cadastrados?

Secretário de Agricultura, Pecuária, Pesca e Apicultura de Uberaba: No final nós tínhamos em torno de 350 produtores cadastrados. Agora cadastrados em DAP temos em torno de 1200 no município.

Conforme percebemos, existem 1200 “produtores familiares” com aptidão ao PAA¹²⁸ em Uberaba, no entanto, 350 cadastrados no PAA, sendo que a informação mais atual da Portaria nº 38 de 26 de novembro de 2015, o número de produtores caiu para 208.

Na listagem específica de assentados e assentadas da reforma agrária, disponibilizada para a pesquisa, mas que não podemos disponibilizar, pois menciona nominalmente os sujeitos, apenas 21 das 97 famílias assentadas no município estão cadastradas no PAA. O assentamento rural Monte Castelo não possui registros no documento da Secretaria do Agronegócio. Desta forma, podemos inferir que existe um baixo número de famílias assentadas cadastradas, apenas 21,64 % delas levando em consideração os três assentamentos do município.

Ademais, segundo a Secretaria do Agronegócio, no período de 02 de maio de 2015 a 02 março de 2016, última execução do PAA, apenas 14 famílias assentadas registraram fornecimento de alimentos para o PAA. Portanto, de um total de 40 famílias assentadas nos assentamentos Tereza do Cedro e Dandara, apenas 14 foram contempladas por este programa que poderia contribuir para a melhoria das rendas das famílias através do fomento da produção voltada para a comercialização, já que também elas não possuem um espaço específico para escoarem e comercializarem seus produtos.

Logo, apenas 4,66 % da produção comercializada em Uberaba por meio do PAA para as 230 instituições sociais advém dos assentamentos rurais, que conforme discutido no Capítulo 4, possuem diversidade e capacidade de produção agrícola. É muito pouco, é muito incipiente! O poder público municipal tem o dever de empreender esforços para que um maior número de famílias seja cadastrado e, conseqüentemente, passem a produzir e comercializarem com respaldo municipal por meio do PAA, já que as famílias possuem condições para tal.

Na ocasião em que o Secretário Municipal foi indagado acerca da execução do PAA no município, ele apontou avanços que dizem respeito à lógica organizacional como o aumento das compras em valores, bem como de agricultores:

Entrevistadora: Como é a execução do PAA no município?

Secretário de Agricultura, Pecuária, Pesca e Apicultura de Uberaba: Foi boa, porque assim... (risos) secretário tem mania de falar que tudo foi bom e puxar sardinha pro lado da gente. Mas desde quando começamos aqui a

¹²⁸ O número de produtores cadastrados com aptidão no PAA não significa necessariamente que estão ativamente entregando para o programa.

primeira coisa que eu queria era parabenizar o secretário anterior, independentemente de partido, de governo foi meu colega de banco, porque já tinha implantado o PAA aqui. O PNAE nem tanto, o PAA já estava implantado, então tinha um começo, tem vários municípios brasileiros que não têm nem o PAA. Mas estava implantado e comprava-se em torno de R\$ 900 mil reais. Então, o que nós fizemos nestes dois anos e meio foi triplicar esse valor, então quando você triplica o valor, são três vezes mais agricultores familiares que venderam ou, pelo menos, a produção aumentou três vezes mais pra venda pro PAA.

Mesmo destacando que Uberaba possui o programa, já que vários municípios brasileiros ainda não compactuaram o PAA, o Secretário Municipal não evidenciou nenhum esforço ou trabalho da então Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Apicultura junto às famílias assentadas **para o cadastro e comercialização da produção**. Ademais, o volume de recursos ao programa não significou necessariamente um aumento dos “produtores”, que tem diminuído, que diminuiu.

Sobre o apoio da secretaria no que se refere à produção dos assentados e assentadas para o PAA, o Secretário Municipal pontuou que os auxiliou na produção da cultura de mandioca, disponibilizando profissionais, no caso, agrônomos da prefeitura, bem como máquinas para arar o solo, contando com a assistência de um “produtor rural” com vasta experiência em mandiocas:

Secretário de Agricultura, Pecuária, Pesca e Apicultura de Uberaba:
Agora, do ponto de vista da assistência técnica da Secretaria de Agricultura, eu acho que a secretaria tem uma proposta de ajuda não só com os agrônomos, está com um corpo técnico muito bom, e também com máquinas muito boas pra poder ajudar. Esses dias eu consegui com João¹²⁹, que é o maior produtor de mandioca do Triângulo Mineiro, e, talvez, do Brasil. Levamos a máquina de plantar mandioca, e depois eles acharam que os tratores não araram bem o solo, então como eu não entendo muito eu levei o cara da EMATER, o especialista da mandioca, levei os assentados, os técnicos da prefeitura e levei os tratoristas. Montei uma comissão que foi lá, olhou a terra de novo, mas se quiser cavar mais e ordenei que todos os tratores fizessem todo o preparo de novo pra eles. Então, assim me trouxeram o relatório, fizeram 200 ha de plantio de preparo de solo, que é muito pra plantar mandioca. Então assim, acho que eles precisam, a prefeitura tem que ir mais lá, mas eles precisam de demandar mais também, e é aí que vem a parte da organização. Então onde eu vou em outros assentamentos o pessoal é organizado [...].

O Secretário reconhece que a prefeitura necessita se fazer mais presente nos assentamentos, até mesmo para se aproximar da realidade das famílias e de suas reais necessidades. Afinal, os esforços que ele empreendeu necessitam ser apreendidos como esforços do poder público, que possui o dever de incluir os

¹²⁹ Nome fictício.

assentados e assentadas da reforma agrária no PAA, já que são fornecedores prioritários. Ele também destaca a importância da organização dos assentados e assentadas para que suas demandas cheguem de forma coletiva na prefeitura, o que de fato ainda é um desafio para os mesmos, tendo em vista que com frequência procuram resolução para demandas individuais.

No assentamento **Tereza do Cedro** existem 16 famílias cadastradas no PAA, ou seja, 61,53% do total de famílias (26). Os assentados e assentadas entrevistadas, exceto Ana Maria, estão cadastrados no PAA, e quando indagados, relataram:

Entrevistadora: A senhora está cadastrada no PAA?

Dorothy: Para entregar produto, estou!

Entrevistadora: E o que a senhora já conseguiu entregar?

Dorothy: Teve uma época que eu entreguei quiabo, jiló e mandioca para a prefeitura. A primeira DAP provisória foi da prefeitura para 16 pessoas.

Entrevistadora: Como a prefeitura recebeu a demanda de vocês?

Dorothy: A própria procura, a Joana mesmo sempre procurou e sempre foi exigindo que eles dessem esse apoio, essa ajuda. Ela não pedia, ela exigia.

Entrevistadora: Está cadastrado no Programa de Aquisição de Alimentos, no PAA?

Miguel José: Tô.

Entrevistadora: E o que o senhor mandou pra lá?

Miguel José: Esse ano eu mandei mandioca e limão.

Entrevistadora: Já mandou mais alguma coisa?

Miguel José: Só isso!

Entrevistadora: O senhor chegou até o teto? E recebeu direitinho?

Miguel José: Sim, recebi.

Entrevistadora: E como o senhor escoava a produção?

Miguel José: A prefeitura que buscou.

Entrevistadora: Buscou direitinho?

Miguel José: Buscô, buscô.

Como percebemos os assentados e assentadas do Tereza do Cedro vendem poucos produtos de maneira irregular. Isso significa que esta política pública em Uberaba pouco contribui para manutenção das famílias assentadas, enquanto produtoras rurais.

A assentada Dorothy e o assentado Miguel José estão cadastrados no PAA, já produziram e escoaram quiabo, jiló, mandioca e limão. A prefeitura municipal contribuiu para o escoamento da produção, embora tenham sido os assentados e assentadas que demandaram a inclusão no programa, bem como a contrapartida

relacionada ao transporte dos produtos agrícolas, conforme destacou Dorothy. Portanto, os assentados e assentadas procuram e reivindicam condições de produção e comercialização, afinal, como todas as políticas públicas, a reforma agrária também deve ser implementada de forma descentralizada, os municípios necessitam assumir suas respectivas responsabilidades a partir deste entendimento.

O relato de Miguel José evidencia problemas com o transporte da produção. Já a assentada Adélia relatou que apesar de estar cadastrada no programa e já ter plantado feijão e amendoim para o mesmo, problematiza a **burocracia**, que é um elemento que dificulta sua permanência. Os cuidados com a terra para a plantação despendem gastos que a família não dispõe, pois não conta com renda advinda de trabalho externo como outras famílias, apenas aquelas oriundas da aposentadoria de seu marido, já que recebia auxílio-doença, mas foi cortado. A assentada ainda pontua o “Fomento Mulher”, que se constitui em uma nova modalidade de créditos de instalação da reforma agrária, voltado à implantação de projeto produtivo sob responsabilidade da mulher titular do lote, no valor de até R\$ 3 mil, em operação única, por família assentada (INCRA, 2016). No entanto, Adélia (que conta com seu marido para a produção no lote) problematiza que se a Agrolago fizer um projeto voltado para a criação de frangos, este será inócuo, pois ela não terá onde vendê-los, além dos cuidados com a criação que não poderá despendar, pois tem 65 anos e possui dores no braço.

Entrevistadora: Está cadastrada no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)? Desde quando?

Adélia: Sim, desde o semestre passado, mas é muita burocracia, você vai lá, enrola, quer um documento. Agora tem um projeto mulher, a gente tem que fazer um projeto pra pegar, eu acho que é R\$ 3.500,00. Mas eu não sei como funciona. A Agrolago que faz aí. Se eu for mexer com frango aqui, mando isso pra onde?

Adélia: Já plantei feijão, amendoim, mas agora a terra tem que jogar calcário senão não dá não! Agora precisa do agrônomo vir, fazer a análise para ver quanto que vai gastar. Aqui é tanta coisa. Quem tem dinheiro, trabalha fora, trabalha na cidade, traz o dinheiro pra cá, aí dá certo. Que nem o João, o Jeferson, Roberto, a Dorothy trabaia demais, aquela mulher não para e dá conta de tudo, sozinha e Deus. Agora nós aqui não trabaia pra canto nenhum.... Eu não aguento trabaia mais com essa dor no braço.

Dona Dora, que já escoou limão para o programa também destaca a burocracia que permeia o PAA em Uberaba, sendo que para receber pela produção tem que se deslocar do assentamento rural e passar por vários órgãos públicos em Uberaba até o pagamento do repasse dos produtos. Tal burocracia resultou no

abandono desta estratégia de escoar sua produção e, por sua vez, na aferição de renda para a família por meio do programa:

Entrevistadora: Está cadastrada no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)?

Dona Dora: Ah! Nem sei.... É tanta coisa!

Entrevistadora: É aquele que você produz e vende pra prefeitura até em um valor.

Dona Dora: Ah! Então quer dizer que esse negócio aí é cadastrado lá, ocê fala!?

Entrevistadora: É!

Dona Dora: É, então eu sou, tenho até o cartão de lá, de vez em quando eu mando pra prefeitura, mas agora tem uns 2 meses vendi os limão, mas num sei quantas caixa que deu. Aqui perde que perde tudo, aí chegou um rapaiz aqui e falou “porque ocê num vende pra prefeitura!?” Mas eu até já desisti de receber, porque deu R\$ 100,00, ocê tem que ir lá na Receita Federal, pegar um papel, depois ocê tem que ir na prefeitura, e depois ocê tem que ir pra receber. Aí, ocê quer saber...? Falei “oh, vou largar mão”, se por um acaso eu arrumá mais pra revender, aí eu vou buscar lá.

No assentamento **Dandara** estão cadastradas apenas 5 famílias assentadas, ou seja, 31,25% do total que vivem no assentamento. Com relação aos sujeitos entrevistados, três deles estão cadastrados: Raimundo, Washington e José Cláudio. O assentado Raimundo relata que, embora esteja incluído, desistiu no programa, pois não recebeu pelo produto fornecido, assim como José Cláudio e Chico Mendes.

Entrevistadora: Está cadastrado no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)?

Raimundo: Sim, mas não tem mandado nada, quando mando num virô nada, agora não mando.

Entrevistadora: Não?

Raimundo: O José Cláudio vendeu um jiló e demorou um mundo véio pra receber e num virou nada. O Chico Mendes vendeu banana nesse trem aí e num recebeu direito tamém. E eu falei que eu não vou enfiar nesse trem.

O relato de Chico Mendes, que não possui mais a DAP para fornecimento ao PAA, converge com a fala de Raimundo, tendo em vista que já comercializou bananas, mas não recebeu, pois foi interpelado pela troca de governo municipal e não guardou a nota, por sua vez.

Entrevistadora: Está cadastrado no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)?

Chico Mendes: PAA não! Deus me livre! Vendi uns trem pra eles aí eles num me pagou.

Entrevistadora: O que o senhor já produziu pra eles?

Chico Mendes: Banana! Mas foi bem na época de troca de governo municipal e eu dancei. Perdi a nota e eu larguei pra lá!

O assentado Paulo possui 50,56% da renda familiar advinda da produção no lote, no entanto, não comercializa os alimentos que produz por meio do PAA, em Uberaba, e não está na listagem de cadastrados, embora acredite que esteja. Ele prefere se unir aos sem-terra de Uberlândia na feira livre que ocorre três vezes por semana, afinal, há mais identidade em comercializar os produtos juntamente com outros sem-terra, conforme ficou evidente em sua fala e em sua expressão durante a entrevista:

Entrevistadora: Está cadastrado no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)?

Paulo: Tou!

Entrevistadora: O que você escoa para o PAA?

Paulo Justino: Sou cadastrado, mas não escoo para o PAA, ultimamente os assentamento lá de Uberlândia conseguiu montar uma feira dos sem-terra lá e eu tou levando meus produtos lá.

Entrevistadora: Que legal!

Paulo: Aí tava numa briga de nós consegui mais dias, porque tava só no domingo. Aí o prefeito liberou lá, agora vamo reunir e pra poder escolher as área pra dá a documentação pra nós poder trabaia sexta, sábado e domingo. Hoje só levo no domingo.

Entrevistadora: O que você produz e leva?

Paulo: Eu levo tudo o que nós produz aqui: abobrinha, quiabo, jiló, ovo. Quando me encomenda eu levo queijo pras as pessoas lá.

Entrevistadora: Mas você já escoou para o PAA?

Paulo: Não! Não escoei

Esta particularidade de Paulo evidencia o quanto a operacionalização do PAA pela Prefeitura de Uberaba está distante dos assentados e assentadas. Ele, um dos assentados que mais produz para comercialização, produz e não comercializa por meio deste programa federal, que é de responsabilidade operacional do município. Também sinaliza a premência da construção de um espaço, uma feira neste caso, para a comercialização da produção dos assentados e assentadas de Uberaba. Como já discutido, não existe nenhuma iniciativa na Secretaria do Agronegócio nesta direção.¹³⁰

¹³⁰ No dia 03 de maio de 2016, acompanhamos, no sentido de apoiar, um grupo de seis assentados e assentadas do Tereza do Cedro e Dandara, juntamente com o técnico da Agrolago, que se dirigiram à Secretaria do Agronegócio mediante reunião agendada com o Secretário do Agronegócio, José Geraldo. O grupo de assentados levou caixas com diversos alimentos que produzem como abobrinha, jiló, quiabo, vagem, limão, banana, abacate e laranja, assim como requeijão. A reivindicação era um espaço, em alguma feira ou alguma feira, para comercializarem

O assentado José Cláudio relata que apesar de cadastrado, no momento não está produzindo para comercializar pelo programa. Quando entregou os alimentos, a responsabilidade da entrega era sua, sendo que “madrugava” para levar os produtos na Ceasa e na merenda escolar.

Entrevistadora: Está cadastrado no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)?

José Cláudio : Tou cadastrado no PAA!

Entrevistadora: E o senhor já produziu? Já entregou?

José Cláudio : Já produzi, já vendi alimento lá para merenda escolar, né!? Já vendi abobrinha, jiló, o que eu plantei foi.

Entrevistadora: Tem o teto! O senhor chegou até o teto?

José Cláudio: Não cheguei, porque na época, não sei se hoje aumentou, você podia vender R\$ 4.800,00 por ano, mas eu não cheguei a esse limite não.

Entrevistadora: E como o senhor escoava a produção?

José Cláudio: A produção era o seguinte, eu levava um pouco lá na merenda escolar e um pouco no CEASA.

Entrevistadora: Eles não buscavam?

José Cláudio: Não buscava, eu tinha que levar com recurso próprio meu. Então eu madrugava aqui e panhava 50 caixas e levava no Ceasa e o que sobrava lá eu levava na merenda escolar.

A partir destas aproximações com a realidade do PAA na vida dos assentados e assentadas, percebemos muitos entraves para operacionalização e materialização do programa nos assentamentos rurais de Uberaba. A Prefeitura Municipal de Uberaba, por meio da Secretaria do Agronegócio necessita despreender esforços para a mudança deste quadro.

A burocracia apresenta-se como o maior deles, perpassando tanto o cadastro dos assentados e assentadas no programa, que ainda é muito baixo, bem como os valores repassados pelo programa. Não percebemos nenhum esforço governamental para mudança deste quadro. Como também a entrega, recebimento e comercialização da produção que em muitas situações despendeu locomoção do assentado ou assentada até a cidade. Para o recebimento a dificuldade era maior

seus produtos, livres de fertilizantes e agrotóxico, ou seja, que evidenciasse a produção agroecológica. O resultado da reunião/reinvidicação não foi muito profícuo, sendo que o Secretário afirmou não dispor de recursos previstos na Secretaria para tal empreendimento. José Geraldo também frisou a existência de várias feiras no município onde os assentados e assentadas podem comercializar seus produtos. No entanto, foi argumentado, com relação à logística e à competitividade, tendo em vista que os produtos dos assentamentos possuem uma origem agroecológica que pode ser atestada pelo técnico agrícola da Agrolago.

ainda, pois tinham que portar a nota fiscal, validada na Receita Federal, para o recebimento do dinheiro na Secretaria do Agronegócio.

Como pensar nesta logística para famílias que são camponesas e possuem dificuldades de locomoção, cuidam dos lotes com poucos recursos financeiros e com pouca escolaridade?

A operacionalização do PAA pelo município não está atenta às particularidades destes camponeses, o que pode significar a longo prazo um número menor de assentados e assentadas cadastrados, e o não cumprimento do que legalmente está posto no marco legal do PAA.

Diante esta conjuntura, muitos assentados e assentadas desacreditaram da viabilidade do programa para auferir uma renda complementar, tendo em vista que outros gastos eram empreendidos para a produção, como o trato com terra. Estes apontamentos vão na direção do estudo de Chmielewska (2010 apud VINHA; SHIAVINATTO, 2015, p. 199) na medida em que as autoras afirmam:

[...] os principais entraves para execução do PAA, vão desde aspectos burocráticos/administrativos do programa (atrasos na aprovação do projeto, dificuldade na prestação de contas e no acesso à documentação exigida (DAP), atraso dos pagamentos), problemas operacionais até descontinuidades dos projetos e falta de organização e planejamento do que foi demandado e produzido.

A gestora do PAA no município informou-nos que para a próxima execução será instalado um posto no interior da Ceasa que irá emitir notas fiscais mediante a entrega da produção, que será recebida por meio de um banco com auxílio de cartão eletrônico. Não podemos inferir se tal mudança se traduzirá qualitativamente no acesso ao PAA pelos assentados e assentadas, pois também acreditamos que essa financeirização do programa pelo banco recria mais ainda a burocracia do programa.

Neste sentido, estas reflexões teórico-práticas sinalizam que o PAA tem potencialidades para o fomento à produção camponesa/familiar em Uberaba, enquanto política pública de desenvolvimento, pois o município vem pactuando com o programa e executando os recursos disponibilizados, embora o número de “agricultores familiares” tenha apresentado queda por razões que podem estar relacionadas ao que discutimos. No entanto, na vida dos assentados e assentadas dos assentamentos rurais Tereza do Cedro e Dandara, o programa ainda está muito

distante do que a legalidade garante, tendo em vista as dificuldades apontadas pelos sujeitos entrevistados.

Destacamos que Vinha e Shiavinatto (2015), a partir do estudo em 36 comunidades, também constataram que os sujeitos que acessam o PAA, em sua maioria, estão na categoria “agricultura familiar” convencional 94,75%, sendo que os demais grupos como quilombolas, pescadores, indígenas e assentados e assentadas da reforma agrária representaram apenas 12% do total.

Com relação ao PAA ser um instrumento da reforma agrária e soberania alimentar, as autoras afirmam:

[...] comparece como política de desenvolvimento territorial camponês que propõe estabelecer conexões entre os pequenos produtores de alimentos. É um mecanismo que permite ao governo comprar produtos da agricultura camponesa, auxiliando numa das etapas mais difíceis do processo produtivo. O PAA promove articulações entre agentes locais (associações e cooperativas de produtores; instituições públicas e privadas etc.), o que pode resultar na valorização (econômica, social, ambiental etc.) do território em que as ações e relações são desenvolvidas. Neste sentido, o PAA pode ser um instrumento de fortalecimento dos assentamentos rurais da reforma agrária e da soberania alimentar. (CAMARGO et al., 2013; AGAPTO et al., 2012).

Nesta direção, o PAA é apontado pelas autoras como uma possibilidade de “ação emancipatória”, que poderia representar para as famílias assentadas o fortalecimento da agricultura camponesa, pois na medida que o programa impulsiona a produção de alimentos, diversificação, alteração das formas de produção com o incentivo a orgânicos e agroecológicos, possui uma perspectiva de política pública estruturante. No entanto, a partir deste entendimento, nos assentamentos rurais estudados Tereza do Cedro e Dandara o PAA ainda possui uma materialização que o aproxima de uma: “política emergencial/compensatória, pois apenas distribui alimentos para as instituições de assistência social, com o objetivo de resolver o problema imediato da fome. Não há perspectiva estruturante neste eixo (VINHA; SHIAVENATTO, 2015, p. 2000).

À guisa de uma conclusão, neste Capítulo denominado: “A reforma agrária como uma política pública de desenvolvimento e/ou política social? Uma análise a partir da realidade dos assentamentos rurais Tereza do Cedro e Dandara”, objetivamos problematizar a composição da renda familiar dos sujeitos entrevistados. Constatamos o quanto a política de assistência social e previdência possuem capilaridade na aferição de renda, e tem contribuído para a satisfação ou

não de necessidades naturais e básicas das famílias. Nesta direção a centralidade da política de assistência social é desvelada, e enquanto política distributiva se sobrepõe a reforma agrária enquanto política redistributiva, refreando-a enquanto política pública de desenvolvimento nestes assentamentos rurais.

Também discutimos o acesso às políticas públicas de saúde e assistência pelas famílias assentadas, que ainda se constitui um desafio para as mesmas, tendo em vista a conjuntura de desmonte que se encontram estas políticas no cenário brasileiro.

Os desafios suscitados pelos assentados e assentadas entrevistados para a viabilização da produção nos lotes por meio do acesso irregular aos créditos agrícolas e ao Pronaf, bem como para comercialização a partir do PAA travam a reforma agrária em Uberaba enquanto política pública de desenvolvimento, que, por sua vez, aprofunda a questão agrária como manifestação da questão social neste território.

O que presenciamos ao longo deste estudo e imprimimos nas reflexões teórico-práticas desta tese está ainda muito distante de uma política pública de desenvolvimento que possa materializar uma Reforma Agrária “Emancipatória”.

O que constatamos foi uma política social que, nos nossos termos, é realizada nestes assentamentos rurais como uma **Reforma Agrária Social** e Compensatória, que ainda está muito além de se caracterizar ou se aproximar de uma política redistributiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fundamento geral da questão agrária no Brasil reside em que o monopólio da terra é a causa do nosso atraso. Abalado ou eliminado esse monopólio, as forças produtivas darão um salto para frente. (MARIGHELLA, 1980).

Este estudo teve como objetivo analisar a reforma agrária em Uberaba sob o enfoque de sua materialização enquanto política pública de desenvolvimento e/ou política social. Para tanto, partimos de pesquisas e produções de teóricos, pesquisadores, militantes e movimentos sociais que sinalizaram há uma década a falácia que os dois planos nacionais de reforma agrária representaram para os camponeses. Pois, as políticas agrárias pouco alteraram a concentração/estrutura fundiária no Brasil. As políticas agrícolas historicamente privilegiam os setores mais capitalizados e os sem-terra, camponeses, trabalhadores e trabalhadoras rurais sem-terra cada vez mais ficam à mercê de políticas sociais, que no contexto de redução de direitos sociais são seletivas e focalizadas com adensado viés compensatório.

A questão agrária no Brasil teve seu fundamento alicerçado no monopólio privado da terra, meio universal do trabalho e realização humana, bem como na escravidão do índio e negro seguida da superexploração do trabalho que retroalimenta a sociabilidade capitalista. Os modelos de desenvolvimento engendrados no Brasil não primaram pela realização da reforma agrária, que poderia rarear as desigualdades sociais historicamente moralizadas e intensificadas pelo pacto entre Estado e as elites dominantes. Pelo contrário, a modernização conservadora que se (re)configurou e (re)atualizou por meio do agronegócio só intensificou a concentração fundiária e consolidou a agricultura patronal/agronegócio como modelo de desenvolvimento para o campo.

Tal realidade no século XXI é agudizada pelo avanço desenfreado do cultivo de monoculturas para exportação de *commodities*, que por sua vez aprofunda a questão agrária, perpetrada politicamente, economicamente, socialmente, enfim, historicamente pelo Estado Brasileiro. Assim, o debate acerca da **questão agrária** neste estudo parte do entendimento da mesma como **resultante estrutural** do modo de produção capitalista. Destarte, é na **luta de classes**, expressa pela organização e mobilização dos movimentos sociais, que vislumbramos a possibilidade de construção de novos territórios camponeses.

As pesquisas bibliográficas e documentais possibilitaram a discussão da conjuntura nacional, regional e municipal tracejada pela hegemonia da agricultura patronal/agronegócio, que a seu turno redefine e aprofunda a questão agrária no Triângulo Mineiro e em Uberaba. Problematicamos as **ocupações realizadas pelos movimentos sociais que possuem papel preponderante e salutar para impulsionar a redemocratização da terra no Brasil**. No período de 2003 a 2010 foram criados 3.602 projetos de assentamentos rurais no território brasileiro, um número que por sua vez segue a tendência de realizar “políticas de assentamento” e não reforma agrária, enquanto política pública de desenvolvimento. O estado de Minas Gerais pertencente a região Sudeste, que historicamente teve destaque no processo de modernização conservadora, observamos o maior número de assentamentos rurais: 402 e um total de 24.840 famílias assentadas da região.

Constatamos que em Uberaba não existem pesquisas que evidenciem a questão agrária neste território. Caso existam, não estão acessíveis à população ou podem estar escamoteadas pelos órgãos públicos com o objetivo de velar uma realidade em que a concentração fundiária é presente, para que os movimentos sociais, como sujeitos coletivos da reforma agrária, não se apropriem do real e, conseqüentemente, não se organizem para o questionamento da estrutura de posse da terra vigente no município visando o enfrentamento do modelo de desenvolvimento calcado no agronegócio.

Empreendemos análises que sinalizaram que em Uberaba **6,55% dos imóveis são grandes propriedades e controlam 43,85% do território, considerando somente as áreas acima de 500 ha. Já as áreas de 1 ha e menor que o módulo fiscal do município (24 ha) correspondem a 29,51% dos imóveis e ocupam apenas 1,86% da área**. Diante destes dados refletimos o quanto a metodologia qualitativa calcada na apreensão e interpretação da realidade a partir da aproximação com o real é substancial. Pois, a **questão agrária em Uberaba existe e se expressa além de números, por uma realidade contraditória que pode ser quantificada, mas deve principalmente, ser qualificada por intermédio dos sujeitos envolvidos na criação dos três assentamentos rurais e dois acampamentos existentes no município**.

Nos assentamentos rurais Tereza do Cedro e Dandara a luta pela reforma agrária foi e é claramente o **projeto político** dos camponeses, trabalhadores e trabalhadoras sem-terra, tanto que mesmo diante de três despejos violentos e cinco

anos acampados, o caso dos assentados e assentadas do Tereza do Cedro; e sete anos do MST em diversos acampamentos, o caso dos assentados e assentadas do Dandara; **estes sujeitos não desistiram da luta e lutam pela permanência na terra.** Constatamos que existe a desistência dos lotes nos assentamentos, mas também problematizamos tal realidade à luz de condicionantes estruturais que interpelaram a permanência nos mesmos.

A organicidade com um movimento social que fortaleça a identidade de classe entre acampados e acampadas no processo de organização e mobilização para a ocupação são fundamentais, assim como para a criação e continuidade de um assentamento rural. É evidente que a política agrária de desapropriação é salutar para o processo de democratização da terra, no entanto, para a permanência e reprodução na mesma é mister a garantia de políticas públicas diferenciadas que não estejam subalternas aos ditames do controle do capital. As políticas públicas pensadas a partir da realidade do campesinato podem contribuir para a produção e comercialização, para o fortalecimento da identidade camponesa. Para tanto, a permanente organização no interior dos assentamentos e a produção cooperada são essenciais para que de forma coletiva os assentados e assentadas enfrentem os desafios impostos pela superestrutura.

Entendendo a relevância da agricultura camponesa/familiar para a produção de alimentos diversificados, para a geração de renda por meio de postos de trabalho, bem como para a política de reforma agrária, **contatamos que em Uberaba ela é constrangida pela agricultura patronal/agronegócio, que domina a produção agrícola do município.** No período de 2012 a 2014 a cana-de-açúcar, soja, milho, sorgo e café foram as únicas culturas que não tiveram redução nas lavouras de Uberaba. Pelo contrário, a cana-de-açúcar cresceu 35% e o sorgo 56,25%, ao passo que a goiaba e mandioca desapareceram e a batata inglesa diminui no mesmo período. **Tais reflexões levaram à inferência de que a cana-de-açúcar, milho e soja estiveram em 94,24% da área plantada e colhida da lavoura temporária de Uberaba em 2014.** E ainda, que a produção destas monoculturas cresceu 12,73 % em detrimento de outras culturas como goiaba, mandioca e batata inglesa (e outras que o IBGE não abrange) que diminuíram 14,92%.

Neste contexto, **avistamos a produção dos assentamentos rurais pesquisados como uma possibilidade real/concreta de fortalecimento da**

agricultura camponesa no município, pois nos assentamentos verificamos uma produção agrícola diversificada. A pecuária leiteira se destaca nos dois assentamentos estando presente em 70% dos lotes do Dandara e 91,66% do Tereza do Cedro, bem como a produção de frutíferas em 70% e 81,81%, respectivamente e hortaliças em 60% de ambos os lotes. Esta produção diversificada é a base da alimentação das famílias assentadas, que por sua vez recorrem pouco ao mercado para a manutenção da alimentação. No entanto, conforme os assentados e assentadas apontaram, há limites estruturais que interpelam a produção nos assentamentos rurais, como: ausência de recursos financeiros que subsidiem o aumento da produção no lote, o que acarreta a baixa comercialização; transporte para escoamento da produção; local específico para a venda da produção dos assentamentos rurais; acesso à água, que ainda é um desafio em ambos os assentamentos; e também força de trabalho, já que nos dois assentamentos rurais o envelhecimento dos assentados e assentadas é evidente, sobretudo no Tereza do Cedro.

Diante esses desafios apontados pelos assentados e assentadas em relação à produção no lote e comercialização, demostramos o quanto eles estão imbricados à ausência de políticas públicas que fortaleçam a forma de produção camponesa/familiar, ou seja às políticas públicas de desenvolvimento. Neste caso as políticas agrícolas para os assentados e assentadas: créditos implantação, habitação, fomento e investimento que é o Pronaf; as políticas sociais e públicas de segurança alimentar, bem como a PNAE e o PAA, que apresentam possibilidades de se constituírem, enquanto políticas públicas de desenvolvimento.

No entanto, discutimos o quanto historicamente os **créditos agrícolas privilegiam setores mais capitalizados da agricultura**, sendo que os camponeses, trabalhadores e trabalhadoras rurais sem-terra ficaram à margem deste processo. Conquanto, alguns esforços governamentais foram empreendidos no governo Lula com relação ao incremento orçamentário do Pronaf, bem como sua nacionalização. Mas, ainda insuficientes e demasiadamente burocráticos, quando comparados a opulência das políticas agrícolas que impulsionam o agronegócio, enquanto modelo de produção vigente.

Demonstramos que os **créditos implantação são insuficientes** diante das demandas dos assentados e assentadas; o **fomento que era a “fundo perdido” não foi reajustado em uma década e recentemente foi alterado sendo cobrado**

seu reembolso aos assentados e assentadas sob o controle fiscalizatório e punitivo do Estado. O **crédito habitação** foi acessado 10 anos e 09 anos depois da ocupação do Tereza do Cedro e Dandara, respectivamente, o que evidencia a morosidade e o descumprimento do Estado para com o direito dos assentados e assentadas, que também verbalizaram a **insuficiência do mesmo para a construção de uma casa**.

Com relação ao **credito investimento Pronaf** verificamos realidades distintas de acesso. No assentamento Tereza do Cedro, até a realização da pesquisa, nenhum assentado ou assentado havia o acessado. A existência dos conflitos entre os grupos que originaram o assentamento e, conseqüentemente, a existência de duas associações que não dialogam por interesses coletivos e que firmaram contratos distintos; **a morosidade de liberação da DAP** (condição para acesso ao programa), dez anos depois da ocupação **e sobretudo a burocracia** foram as mediações que perpassaram a análise do acesso ou do **“não acesso” ao Pronaf** neste assentamento. Já no assentamento Dandara os assentados entrevistados, exceto um, já tiveram acesso ao Pronaf mesmo com a liberação da DAP 09 anos após a ocupação. No entanto, os sujeitos entrevistados também problematizaram a burocracia, bem como a **concessão do mesmo que muitas vezes não converge com as necessidades das famílias nos lotes**. Inferimos que a **presença de um movimento social organizado** como o MST foi imprescindível para o conhecimento e acesso das famílias do Dandara ao Pronaf. Percebemos que os assentados e assentadas de uma maneira geral **não apreendem os créditos enquanto direitos** atrelados à condição de assentado e assentada da política de reforma agrária.

Apontamos o quanto o Superintendente Estadual do Incra, que representa o Estado, não reconhece a luta pela reforma agrária enquanto uma luta de classe, bem como a reforma agrária como uma política pública para os camponeses, trabalhadores e trabalhadoras que historicamente foram acometidos às diversas manifestações da questão social que no Brasil tem como fundamento a questão agrária.

Discutimos **a PNAE (2009) e o PAA (2003) enquanto programas de compras governamentais inscritos no Plano Safra da Agricultura Familiar** cujos objetivos versam sobre o fortalecimento da agricultura camponesa/familiar. Em Uberaba a PNAE tem sido executada desde 2011, sendo que os percentuais de

compra da agricultura camponesa/familiar aumentaram desde então e atingiram em 2014, 21,24%, ainda um pouco distante do legalmente estipulada, no caso 30%.

O **PAA** além de um programa de compra governamental, também foi discutido enquanto um **instrumento da política agrícola** que institucionalizou as demandas da agricultura camponesa/familiar. Sua relevância para a política de reforma agrária assenta-se no fato dos assentados e assentadas da reforma agrária no plano legal serem os fornecedores prioritários do programa. Abordamos o aumento de recursos orçamentários no governo Lula, bem como sua capilaridade nos municípios e a variedade dos produtos comercializados. Estes elementos podem fazer deste programa um importante instrumento para a materialização da reforma agrária enquanto política redistributiva, pois podem qualificar e potencializar a agricultura camponesa/familiar nos assentamentos rurais, bem como nos mercados locais. No entanto, sua pujança **ainda está focalizada no Sul** do país e a **baixa frequência de assentados e assentadas e dificuldades de operacionalização emperram suas possibilidades.**

O município de **Uberaba** pactua o **PAA** com o governo federal desde 2012, nove anos após sua criação, sendo que a **1ª proposta** do programa abarcou **230 instituições** com 279 “produtores/fornecedores”. Em 2014 houve um **aumento de 35% dos recursos** destinados ao PAA em Uberaba, que também beneficiou 230 instituições. No entanto, em **2015 diante da redução de “produtores/fornecedores” para 208** e dos gêneros agrícolas/alimentícios fornecidos, que o município busca em outras cidades vizinhas, o programa sofreu uma redução de recursos orçamentários.

Sua operacionalização nos assentamentos rurais ainda está perpetrada por desafios, pois **apenas 21 das 97 famílias** assentadas dos assentamentos rurais de Uberaba **estão cadastradas no PAA, sendo que em sua última execução apenas 14 famílias entregaram produtos.** Portanto, apenas 4,66% da produção que é direcionada às instituições advém dos assentamentos rurais. Logo, o baixo número de famílias assentadas no programa, bem como seu valor, a falta de apoio institucional da Secretaria do Agronegócio para escoamento da produção e a descomunal burocracia do PAA interpelam este programa em Uberaba. Nesta direção, também problematizamos algumas dificuldades semelhantes em outros estudos realizados no Brasil.

A partir da discussão dos programas de crédito rural e programas que compõem as ações de reforma agrária na vida dos assentados e assentadas, que conforme elucidamos ainda possuem muitos desafios para se efetivarem, concluímos ainda assim que **80% dos sujeitos entrevistados contam com algum tipo de renda auferida pela produção do lote**, no entanto insuficiente para garantir a reprodução nos mesmos. O que infere diretamente nas políticas agrícolas que deveriam fomentar tal produção, como o Pronaf e o PAA e PNAE (comercialização)

Neste contexto, analisando a composição da renda familiar de ambos os assentamentos rurais, **os benefícios sociais da assistência social e previdência social**, que são políticas sociais estão presentes na composição da renda na maioria das famílias estudadas. A renda advinda do trabalho externo ao lote pelo assentado ou algum membro da família também foi constatada. **Estes apontamentos evidenciam a latente presença das políticas distributivas para a garantia da reprodução dos assentados e assentadas e o constrangimento da reforma agrária enquanto política redistributiva, de desenvolvimento, portanto.**

No assentamento Dandara, o Programa Federal Bolsa Família é mais presente, o que sinalizada as precárias condições de vida das famílias que recorrem a política de assistência social para a manutenção da reprodução. No Tereza do Cedro, os critérios seletivos e focalizados impelem que as famílias assentadas acessem o Bolsa Família. Constatamos ainda que **o benefício previdenciário, no caso aposentadoria rural, não é uma realidade na vida de nenhum assentado ou assentada deste estudo**, muito embora tenham trajetórias de trabalho relacionadas ao meio rural. Ou seja, **o acesso a este direito previdenciário ainda se constitui um desafio** para os trabalhadores e trabalhadoras rurais, o que pode estar relacionado aos seus rígidos critérios de acesso. Esta realidade elucidada evidencia o quanto o camponês não se viabiliza, enquanto produtor (que produz, comercializa e vive com a renda oriunda do lote) nos assentamentos rurais estudados. Pois, ter uma renda familiar atrelada as políticas sociais ou até mesmo ao trabalho fora do lote, revela o quanto a reforma agrária enquanto política pública de desenvolvimento não possibilita formas de ser e se reproduzir, enquanto campesinato/produtor rural no Tereza do Cedro e Dandara.

No que tange ao **alcance das políticas sociais** que compõem as ações da reforma agrária na garantia dos direitos sociais dos assentados e assentadas, conferimos que em relação à **política pública de saúde** os sujeitos entrevistados

afirmam ter acesso a ela. No entanto, quando indagados acerca do acesso ao atendimento médico, foi-nos revelado que a presença do agente de saúde é cotidiana nos assentamentos, no entanto, **o atendimento médico e outras especialidades são esporádicos. O acesso à medicação** de uso contínuo é permeado pela falta dos medicamentos na rede municipal, bem como por dificuldades para a troca das receitas em decorrência a ausência de médicos. Estes fatores impelem os assentados e assentadas a buscarem no mercado o atendimento médico, bem como a medicação, tendo de gastar com pagamento de consultas e compra de remédios. **O acesso à política de assistência social** é incipiente, sendo que os sujeitos entrevistados não reconhecem esta política enquanto direito, **apesar dela materializar-se nas famílias assentadas via programas de transferência de renda.** Estas aproximações não estão distantes do cenário que re(configura) as políticas sociais no contexto nacional, pois a **privatização, focalização e seletividade têm subjugado os princípios de universalidade e estatização**, presentes no bojo de constituição destas políticas sociais.

Portanto, a partir das discussões empreendidas, entendemos e reconhecemos:

_ a transformação dos latifúndios das Fazendas Santa Tereza do Cedro e São Sebastião do Tijuco – propriedades privadas - em assentamentos rurais, Tereza do Cedro e Dandara – propriedade coletiva onde residem 40 famílias.

_ a possibilidade das famílias em residirem em uma moradia de alvenaria ao invés de uma lona preta;

_ a possibilidade de uma alimentação mais diversificada e até mesmo uma produção agroecológica e reduzida dependência do mercado para satisfação das necessidades;

_ o cumprimento da função social da terra e o acesso ainda que limitado às políticas de reforma agrária.

Estas transformações são elementos que devem ser considerados e que são geradores de desenvolvimento para as famílias assentadas, não desconsideramos a multidimensionalidade que este território apresenta na atualidade comparado a um passado ainda recente.

No entanto, a indagação que deu origem a este estudo e às sistematizações teórico-práticas sintetizadas neste manuscrito, consistia na hipótese de que a

reforma agrária em Uberaba não tem se efetivado enquanto política pública de desenvolvimento, com viés redistributivo, portanto política pública de caráter estrutural. Mas sim, política social que diante de critérios focalizados, seletivos e excludentes aproxima-se de uma política pública meramente distributiva e compensatória que se realiza no que caracterizamos de **Reforma Agrária Social**. As transformações discutidas foram e são engendradas neste território pelos trabalhadores e trabalhadoras, camponeses sem terra que resistiram e resistem ao “limbo” a que são acometidos diariamente pelo Estado que claramente possui a intencionalidade de materializar a reforma agrária como uma política compensatória neste território.

Ratificamos:

_ foi quase uma década de acampamento – lona preta -; despejos e violência estrutural;

_ foi uma década para a construção de uma moradia, viabilizada majoritariamente por meio da renda advinda do trabalho assalariado dos assentados e assentadas, bem como realização de mutirão entre as famílias;

_ ainda são longos os anos de espera para a materialização do PAA; acesso ao Pronaf, água, saneamento básico e outras políticas sociais como educação, saúde e assistência social.

Assim são os trabalhadores e trabalhadoras que persistem neste território, com a enxada na mão, os responsáveis pela reforma agrária que o Estado brasileiro insiste em gotejar por meio da política compensatória, que cada vez mais degrada as condições sociais no campo e na cidade consequente.

Logo, as implicações deste processo em curso sinalizam o quanto a questão agrária, enquanto manifestação da questão social se redefine por meio de uma “política de assentamentos” que não garante a longo prazo a reprodução dos assentados e assentadas da reforma agrária, enquanto produtores.

Mas, como partimos do materialismo histórico dialético, entendemos a realidade a partir de suas contradições, o que nos revela o quanto a análise do real não se constitui linearmente, mas sim a partir de múltiplas determinações. Diante o exposto, contraditoriamente nesse cenário se reproduz também a agricultura camponesa, ainda que de forma precarizada. A **Reforma Agrária Social** que tem se materializado em detrimento a uma reforma agrária redistributiva nos assentamentos estudados, ainda possibilita aos assentados e assentadas uma relação orgânica

com a natureza por meio do trabalho realizado no lote e maior controle sobre o processo de trabalho, que cria valor de uso para a satisfação das necessidades naturais e básicas sem estas estarem majoritariamente à mercê da satisfação via mercado, como nos centros urbanos, conforme relatos dos assentados e assentadas.

Desse modo, ainda que diante de todos os desafios impostos pela estrutura de sociedade em que vivemos, pela “não reforma agrária”, os assentados e assentadas dos assentamentos rurais Tereza do Cedro e Dandara resistem, reinventam e engendram uma agricultura familiar camponesa, de base familiar cuja renda total é produzida predominantemente pelo trabalho dos membros da família, distinguindo-se da agricultura capitalista, tão vigente em Uberaba.

A partir da assertiva de Bernardo Fernandes (2016, p. 310): “Quando uma família tem a mais-valia como sua principal fonte de renda, ela deixa de ser camponesa para se transformar capitalista”, refletimos que esta não é a condição dos assentados e assentadas do Tereza do Cedro e Dandara, pois no território onde um dia imperou o latifúndio, hoje habitam muitos resistentes de tempos tão bárbaros da sociabilidade do capital, que resistem, resistem e resistem...

Como a assentada Dorothy afirmou “a reforma agrária nunca amadurece”, mas pelo prazer de ter um lugar nesta sociabilidade, ainda assim ela “tentava de novo”,

Dorothy: Então...na época que nós ía muito atrás uma vez eu cheguei até falar, que a Reforma Agrária nunca amadurece, sempre tá verde! A gente nunca colhe, nunca vem, costum vim. Custa amadurecer aquela ideia, o que eles falava pra gente é que a gente tinha que organizar para ficar amadurecendo, ficar amadurecendo.

Entrevistadora: Se fosse hoje a senhora entraria de novo?

Dorothy: Se eu soubesse como que eu ía, eu acho muito injusta essa reforma agrária pela demora, mas eu tentava de novo. Pelo prazer de ter minhas coisas, ter meu pedacinho de chão, minhas criações.

Assentados e Assentadas dos assentamentos rurais Tereza do Cedro e Dandara de Uberaba... brasileiros... latino-americanos.... Avante!

A terra não se vende

Trabalho árduo, porém com orgulho
Aqui se divide, o que é meu é seu
Este povo não se afoga com as marés
E se derruba, eu reconstruo
Tampouco pisco quando eu te vejo

Para que recordem do meu sobrenome
A operação condor invadindo meu ninho
Perdoo porém nunca esqueço

Hey!

Vamos caminhando

Aqui se respira luta

Vamos caminhando

Eu canto porque se ouve

Vamos desenhando o caminhando (Vozes de um só coração)

Vamos caminhando

Aqui estamos de pé

Que viva a América!

Não podes comprar minha vida...

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Valéria de Oliveira. **Reforma agrária no governo Lula: uma análise do II Plano Nacional de Reforma Agrária**. 2006. 157 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2006.

ALMEIDA, Priscila Santos de. **Serviço Social e questão agrária: um estudo acerca do trabalho do Assistente Social em projetos de assentamento do Estado de São Paulo**. 2006. 168 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2006.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e neodesenvolvimentismo: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil**. Bauru: Projeto Editorial Práxis, 2014.

ANDRADE JÚNIOR, José Roberto Porto de. **Lutas ecossociais no contexto do agronegócio canavieiro: re(ordenação) social nas lutas contra a queima da cana de açúcar e por uma reforma agrária ambientalizada**. 2013. 276 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2013.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações do mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21460.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2015.

ARBÉX JÚNIOR, José. Ninguém vai arregar. **Revista Caros Amigos**, São Paulo, ano 19, n. 226, p. 26, jan. 2016.

ASCOM. Incra assegura recursos para a reforma agrária em Minas Gerais. **Notícias**, 26 set. 2015. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/noticias/incra-assegura-recursos-para-reforma-agraria-em-minas-gerais>>. Acesso em 22 nov. 2015.

ASSENTAMENTO Reunidas. Disponível em: <<http://diversitas.fflch.usp.br/files/05-Assentamento%20Reunidas.pdf>>. Acesso em: 3 jun. 2016.

ASSUMPÇÃO, Alfredo. O mundo como ele é e como o Brasil pode se dar bem. **Carta Capital**, São Paulo, 13 fev. 2015. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/economia/o-mundo-como-ele-e-e-como-o-brasil-pode-se-dar-bem-6015.html>>. Acesso em: 26 maio 2016.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-Pronaf**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/PRONAF.asp>. Acesso em: 1 jul. 2016.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. **O Brasil real: a desigualdade para além dos indicadores**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

BASTOS, Teresa Raquel. Fim do MDA é golpe para a agricultura familiar, diz presidente da Contag. **Globo Rural**, Rio de Janeiro, maio 2016. Disponível em: <<http://revistagloborural.globo.com/Noticias/Politica/noticia/2016/05/fim-do-mds-e-golpe-para-agricultura-familiar-diz-presidente-da-contag.html>>. Acesso em: 13 maio 2016.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BERGAMASCO, Sônia Maria. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 31, p. 37-49, dez., 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141997000300003>. Acesso em: 11 mar. 2016.

BERGAMO, Mônica. Não existe mais latifúndio no Brasil, diz nova ministra da Agricultura. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 5 jan. 2015. Poder. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/01/1570557-nao-existe-mais-latifundio-no-brasil-diz-nova-ministra-da-agricultura.shtml>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

BERGAMASCO, Sônia Maria. **Reforma agrária hoje no Brasil**. Paris, 2013. 24'47". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZH5GSxqoNQ>> Acesso em: 13 jan. 2016.

BEZERRA, Cristina Simões. A questão agrária no Brasil e os desafios contemporâneos ao Movimento dos Sem-Terra: uma análise sobre as estratégias produtivas e políticas do movimento. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia. (Org.). **Movimentos sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014.

BIANCHINI, Valter. **Vinte anos do PRONAF 1995-2015: avanços e desafios**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/PRONAF_20_ANOS_VALTER_BIANCHINI.pdf>. Acesso em: 30 maio 2016.

BOSCHETTI, I. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In.: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E SERVIÇO SOCIAL (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF, 2009.

BOSCHETTI, Ivanete; SALVADOR, Evilásio. Orçamento da seguridade social e política econômica: perversa alquimia. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 26, n. 87, n. esp., p. 25-57, set. 2006.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. **A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social**. São Paulo: Veras; Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2008.

BRASIL. **II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-79)**. Brasília, DF: Imprensa Oficial, 1974. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/anexo/ANL6151-74.PDF>. Acesso em: 13 fev.2016.

_____. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 dez. 1993b.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 5 de out. 1988.

BRASIL. Decreto de 8 de novembro de 2000. Declara de interesse social, para fins de reforma agrária os imóveis rurais que menciona, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 nov. 2000a

_____. Decreto de 27, de setembro de 2000. Declara de interesse social, para fins de reforma agrária os imóveis rurais que menciona, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 set. 2000b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/2000/Dnn9043.htm>. Acesso em: 15 de mar. 2016.

_____. Decreto de 4 de julho de 2005. Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, os imóveis rurais que menciona, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 4 jul. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Dnn/Dnn10576.htm>. Acesso em: 15 mar. 2016.

_____. Decreto de 8 de novembro de 2000. Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, os imóveis rurais que menciona, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 nov. 2000c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/DNN9072.htm>. Acesso em: 15 mar. 2016.

_____. Decreto nº 2.250, de 11 de junho de 1997. Dispõe sobre a vistoria em imóvel rural destinado a reforma agrária e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 jun. 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2250.htm>. Acesso em: 15 mar. 2016.

_____. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 4 nov. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm>. Acesso em: 1 jun. 2016.

_____. Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012. Regulamenta o art.19 da Lei nº10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 4 jul. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7775.htm>. Acesso em: 1 jul. 2016.

_____. Decreto nº 8.293, de 12 de agosto de 2014. Altera o Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, que dispõe sobre o Programa de Aquisição de Alimento. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 ago. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/Decreto/D8293.htm#art1>. Acesso em: 01 jul. 2016.

_____. Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 jun. 1996.

BRASIL . Decreto nº 8.780, de 27 de maio de 2016. Transfere a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário para a Casa Civil da Presidência da República. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 maio 2016.

_____. Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 7 dez. 1940. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10618623/artigo-161-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

_____. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 01 out. 2003a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm>. Acesso em: 14 jan. 2016.

_____. Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 jul. 2003d. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conabweb/agriculturaFamiliar/arquivos/livretoDigem%20-%20PUBLICO%20EXTERNO%20-%20V10JUL.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2016.

_____. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 jun. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm>. Acesso em: 1 jul. 2016.

_____. Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963. Dispõe sobre o “Estatuto do Trabalhador Rural”. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 mar. 1963.

_____. Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973. Estatui normas reguladoras do trabalho rural. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 jun. 1973.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. In: CRESS/SP–9ª Região (Org.). **Legislação brasileira para o Serviço Social**. 3. ed. São Paulo, 2008.

_____. Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 fev. 1993a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8629.htm>. Acesso em: 15 mar. 2016

_____. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 jul. 2006a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 5 maio. 2016.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 set. 2006b.

_____. Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 nov.1964.

_____. Ministério da Previdência Social e Assistência Social. Secretária de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social** (PNAS). 2. ed. Brasília, DF, 2004b.

BRASIL DE FATO. **Governo destina 56 mil hectares para reforma agrária e territórios quilombolas**. São Paulo, 1 abr. 2016. Disponível em: <<http://brasildefato.com.br/node/34657>>. Acesso em: 04 abr. 2016.

BRAVO, Maria Inês Souza. As lutas pela saúde: desafios da frente nacional contra a privatização da saúde. In: REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 64., 2012, São Luís. **Anais...** São Luís: SBPC, 2012. Disponível em: <http://www.sbpnet.org.br/livro/64ra/PDFs/arq_1742_234.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2016.

BRAZ, Marcelo. Mudança no perfil das lutas de classes e modismos conceituais: o tormento de Sísifo das Ciências Sociais. In: BRAVO, Maria Inês Souza; MENEZES, Juliana Souza Bravo de (Org.). **Saúde, Serviço Social, movimentos sociais e conselhos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização da agricultura**: trigo e soja. Petrópolis: Vozes, 1988.

CALDART, Roseli Salete. O MST e a formação dos sem-terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 207-224, dez., 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a16.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei e Outras Proposições**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/sileg/Prop_lista.asp?Autor=5310537&Limite=N>. Acesso em: 28 mar. 2016.

CAMPOS, Arnaldo de; BIANCHINI, Valter. A agricultura familiar passa a ser uma prioridade do Estado. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **PAA: 10 anos de aquisição de alimentos**. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional : Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014.

CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia Regina da Silva; ANDRADE, Thiago Valentim Pinto (Coord.). **Conflitos no Campo – Brasil 2015**. Goiânia: CPT Nacional, 2015. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/download/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14019-conflitos-no-campo-brasil-2015>>. Acesso em: 11 abr. 2016.

CARVALHO, Horácio Martins de. Política Compensatória de Assentamentos Rurais como negação da reforma agrária. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 7, n. 5, p. 113-122, jul./dez. 2004. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/05/10_horacio_carvalho.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2016.

CARVALHO, Livia Hernandes. **As condições de vida dos assentados da região de Andradina: a realidade e os indicadores de avaliação da política pública de reforma agrária**. 2013. 230 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2013.

CARVALHO FILHO, José Juliano de. Política Agrária do governo FHC: Desenvolvimento Rural e a Nova Reforma Agrária. In: LEITE, Sérgio (Org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

CASSAB, Latif Antônia. Tessitura investigativa: a pesquisa científica no campo humano-social. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 55-63, 2007.

CAZELLA, Ademir Antônio; MATTEI, Lauro; SCHNEIDER, Sérgio. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: CONGRESSO DA SOBER, 42., 2004, Cuiabá. **Anais...** Cuiabá: SOBER, 2004. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/06O365.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA (CEPEA). **Relatório PIBAgro-Brasil**. Piracicaba, fev. 2016. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/comunicacao/Cepea_PIB_BR_fev16.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2016.

_____. **PIB Agro Minas Gerais**. Piracicaba, 2015. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/pibmg>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

CFESS. Resolução CFESS n. 273, de 13 de março de 1993. Dispões sobre o Código de Ética do Assistente Social. In: CRESS/SP – 9ª Região (Org.). **Legislação brasileira para o Serviço Social**. 3. ed. São Paulo, 2008.

_____. **Carta de Maceió**: seguridade social pública: é possível! Maceió, 2000. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/encontronacional_cartas_maceio.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2016.

_____. Conjuntura e desafios de organização da classe trabalhadora. **Diário Liberdade**, Brasília, DF, 18 mar. 2016. Disponível em: <http://fetraconspar.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=58449:2016-03-21-11-27-08&catid=20:ultimas-noticias&Itemid=80>. Acesso em: 18 mar. 2016.

CLEPS JUNIOR, João (Coord.). **DATALUTA Minas Gerais**: Relatório 2013. Uberlândia: LAGEA, 2014. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/rededataluta/relatorios/minas/dataluta_mg_2013.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2015.

CLEPS JUNIOR, João et al. **A dinâmica da luta pela terra no Triângulo Mineiro/Alto Paraíba**: avaliação do período de 2001 a 2005. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/gpet/engrup/iiiengrup/5.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

CMAA. **Usina Vale do Tijuco**. Uberaba, 2015. Disponível em: <<http://www.cmaa.ind.br/companhia-mineira-de-acucar-e-alcool/unidades/usina-vale-do-tijuco>>. Acesso em: 13 nov. 2015.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho dos; ROCHA, Herivelto Fernandes. A atualidade da reforma agrária brasileira: diversidade das políticas de obtenção de terras, dos camponeses e tipos de assentamentos rurais. In: VINHA, Janaína Fransisca de Souza Campos; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; FERNANDES, Bernardo Mançano. **DATALUTA**: questão agrária e coletivo de pensamento. São Paulo: Outras Expressões, 2014. v. 1.

CONFLITO por uma área de terras no Sul do Pará termina com a chacina de 06 pessoas. **Ariquemes Agora**, [S.l.], 19 fev. 2015. Disponível em: <<http://www.ariquemesagora.com.br/noticia/2015/02/19/conflito-por-uma-area-de-terras-no-sul-do-para-termina-com-a-chacina-de-06-pessoas.html>>. Acesso em 23 out. 2015.

CORDEIRO, Breno. **Ceasa registra aumento dos preços de hortifrutigranjeiros**. Uberaba, 15 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/conteudo,34849>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

COSTA, Tainara; MASSON, Gabriela. **O bolsa família nas condições de vida da população usuária da Política Nacional de Assistência Social no município de Uberaba/MG**. 2015. 70 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Uberaba, 2015.

CRUVINEL, Danilo. Hortifrutigranjeiros registram aumento nos preços na Ceasa Uberaba. **Jornal de Uberaba**, Uberaba, 10 abr. 2014. Disponível em: <<http://www.jornaldeuberaba.com.br/cadernos/cidade/17205/hortifrutigranjeiros-registram-aumento-nos-precos-na-ceasa-uberaba>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século [1965-2012]. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2012.

DELGADO, Nelson Giordano. **Reforma Agrária e Política de Assentamento: Desafios e contradições**. In: SIMPÓSIO DO NÚCLEO AGRÁRIO TERRA E RAIZ, 8., 2014. Franca: Ed. UNESP, 2014.

_____. Política econômica, ajuste externo e agricultura. In: LEITE, Sérgio (Org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

DINIZ, Tânia Maria Ramos de Godói. Questão urbana e direito a cidade: reflexões sobre o trabalho social na política urbana. **Revista Conexões Geraes**, Belo Horizonte, v. 3, n. 5, p. 63-69, sem. 2014.

DOLABELA, Virgínia. A verdadeira história do Desemboque. Entrevista. **O Estado do Triângulo**, Sacramento, n. 1394, 27 dez. 2013. Disponível em: <<http://www.etnews.com.br/noticias/cidade/2013/verdadeira-historia-do-desemboque>>. Acesso em: 8 fev. 2016.

EXPOZEBU tem movimentação financeira de R\$ 150 milhões em MG. **G1 Triângulo Mineiro**, 11 maio 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2013/05/expozebu-tem-movimentacao-financeira-de-r-150-milhoes-em-mg.html>>. Acesso em: 26 nov. 2015.

FELICIANO, Carlos Alberto; PEREIRA, Danilo Valentin. Pelas ruas, campos, cidades e avenidas: ações e manifestações dos movimentos sócioterritoriais no campo no Brasil (2000-2001). In: VINHA, Janaína Fransisca de Souza Campos; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; FERNANDES, Bernardo Mançano. **DATALUTA: questão agrária e coletivo de pensamento**. São Paulo: Outras Expressões, 2014. v. 1.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. A reforma agrária que o governo Lula fez e a que pode ser feita. In: SADER, Emir (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boi tempo Editorial; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

_____. et al. A territorialização da luta pela terra em minas gerais: o projeto DATALUTA e as ocupações pelo MST no Triângulo Mineiro / Alto Paranaíba. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 3.; SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2., 2005, Presidente Prudente. **Anais... Presidente Prudente**: Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/267940100_A_TERRITORIALIZACAO_D_A_LUTA_PELA_TERRA_EM_MINAS_GERAIS_O_PROJETO_DATALUTA_E_AS_O_CUPACOES_PELO_MST_NO_TRIANGULO_MINEROALTO_PARANAIBA>. Acesso em: 10 mar. 2016.

_____. Conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antônio Márcio et al. (Coord.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Agricultura, instituições e desenvolvimento Sustentável. Campinas: Unicamp, 2008.

_____. Formação e territorialização do MST no Brasil: 1979-2005. In: MARAFON, Gláucio José; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Ângelo (Org.). **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2007.

_____. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Políticas públicas, questão agrária e desenvolvimento territorial rural no Brasil. In: GRISA, Cátia; SCHENEIDER, Sérgio (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Rio Grande do Sul: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Quando a agricultura familiar é camponesa. In: STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil**: interpretações sobre o camponês e o campesinato. 1 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

_____. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001. (Questões da nossa época; v. 92).

FERNANDES, Florestan. **Revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FILA eletrônica de Uberaba possui cerca de 70 mil pacientes em espera. **G1 Triângulo Mineiro**, 5 mar. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2015/03/fila-eletronica-de-uberaba-possui-70-mil-pacientes-em-espera.html>>. Acesso em: 17 jul. 2016.

FÓRUM POPULAR DE LUTAS SOCIAIS DE UBERABA. **Carta Aberta a População de Uberaba**. Uberaba, 2016. Disponível em: <<https://www.facebook.com/forumpopulardelutassociais/posts/722255461239453>> . Acesso em: 10 jun.2016.

FRANÇA, Caio Galvão de. Prefácio. In: LEITE, Sérgio et al. (Coord.). **Impacto dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo: Ed. UNESP, 2004. (Estudos NEAD; nº 6).

FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA. **História da FPA**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <<http://www.fpagropecuaria.org.br/fpa?>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Dados da Agricultura Familiar**. Brasília, DF, 2011-2014. Disponível em: <<http://www.fn-de.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-consultas/dados-da-agricultura-familiar>>. Acesso em: 1 jul. 2016.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

GIESBRECHT, Ralph Mennucci. **Estações ferroviárias do Brasil (1895-1971)**: Município de Uberaba. Santana do Parnaíba, 2016. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/mogiana_triangulo/palestina.htm>. Acesso em: 14 fev. 2016.

GIRARDI, Eduardo Paulon. Atlas da questão agrária brasileira. In: VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; FERNANDES, Bernardo Mançano. **DATALUTA**: questão agrária e coletivo de pensamento. São Paulo: Outras Expressões, 2014. v. 1.

GIRARDI, Eduardo Paulon; VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos; ; FERNANDES, Bernardo Mançano. (Coord.). **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra**: Relatório Brasil 2012. Presidente Prudente: NERA/FCT/UNESP, 2013. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_brasil_2012.pdf>. Acesso em: 10 maio 2016..

GIRARDI, Eduardo Paulon; VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos; ; FERNANDES, Bernardo Mançano. (Coord.). **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra**: Relatório Brasil 2013. Presidente Prudente: NERA/FCT/UNESP, 2014. Disponível em:

<http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_brasil_2013.pdf>. Acesso em: 10 maio 2016.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil**: política agrícola e modernização econômica brasileira: 1960-1980. São Paulo: HUCITEC, 1997.

GOENDER, Jacob. A forma plantagem de organização da produção escravista. In: STEDILE, João Pedro. (Org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate na esquerda 1960-1980. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. v. 2.

_____. **Combate nas trevas**. São Paulo: Ática, 1987.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão agrária e ecologia**: crítica da moderna agricultura. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E SERVIÇO SOCIAL (Org.). **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF, 2009.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes. **Formação e desenvolvimento econômico do Triângulo Mineiro**: integração nacional e consolidação regional. Uberlândia: EDUFU, 2010.

GUIMARÃES, Thiago. Morre sem-terra ferido em conflito em Minas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 1 nov. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u73649.shtml>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. **Temporális**, Brasília, DF, n. 3, p. 17-32, jan./jun. 2001.

_____. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E SERVIÇO SOCIAL. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, 2009.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Serviço Social na contemporaneidade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____.; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 16. ed. São Paulo: Cortez; CELATS, 2014.

IANNI, Octavio. A formação do proletariado rural no Brasil – 1971. In: STEDILE (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda 1960-1980**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, v. 2, 2012. p. 127-146.

IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre a consciência e emancipação**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2015.

_____. Produção agrícola municipal de Uberaba. Lavoura temporária – 2014. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=317010&idtema=149&search=minas-gerais%7Cuberaba%7Cproducao-agricola-municipal-lavoura-temporaria-2014>> Acesso em: 10 maio 2016a

_____. Produção agrícola municipal de Uberlândia. Lavoura temporária – 2013. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=317020&idtema=137&search=minas-gerais%7Cuberlandia%7Cproducao-agricola-municipal-lavoura-temporaria-2013>>. Acesso em: 10 maio 2016b

_____. Produção agrícola municipal. Lavoura permanente de Uberaba – 2012. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=317010&idtema=122&search=minas-gerais%7Cuberaba%7Cproducao-agricola-municipal-lavoura-permanente-2012>>. Acesso em: 10 maio 2016c

_____. Produção agrícola municipal. Lavoura permanente de Uberlândia – 2011. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=317020&idtema=99&search=minas-gerais%7Cuberlandia%7Cproducao-agricola-municipal-lavoura-permanente-2011>>. Acesso em: 10 maio 2016d

INCRA. **Sistema Nacional de Cadastro Rural: índices básicos de 2013: Uberaba**. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/regularizacao-fundiaria/indices-cadastrais/indices_basicos_2013_por_municipio.pdf>. Acesso em: 9 se. 2015.

_____. Instrução Normativa nº 15 de 30 de março de 2004. INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Dispõe sobre o processo de implantação e desenvolvimento de projetos de assentamento de reforma agrária. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 abr. 2004. Disponível em: <<https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/62785-dispoe-sobre-o-processo-de-implantacao-e-desenvolvimento-de-projetos-de-assentamento-de-reforma-agraria.html>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

_____. **Nova rota de crédito e seus valores**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/novo_credito_instalacao>. Acesso em: 10 jun. 2016.

INCRA. **Projetos de Reforma Agrária conforme fase de implementação**. Brasília, DF, 2015a. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria/projetos_criados-geral.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2015.

_____. Relação de Beneficiários da Reforma Agrária do Dandara. [e-mail]. Superintendência Estadual do Incra/ MG. Mensagem recebida em 9 set. 2015b.

_____. Relação de Beneficiários da Reforma Agrária do Tereza do Cedro. [e-mail]. Superintendência Estadual do Incra/ MG. Mensagem recebida em 9 set. 2015c.

_____. **Criação de assentamentos**. Brasília, DF, [2016]. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/assentamentoscriacao#grupo1>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Pesquisa nacional da educação na reforma agrária**. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <<http://www.lepel.ufba.br/PNERA.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

JUSBRASIL. **TRF1** - Tribunal nega desapropriação da Fazenda Inhumas, em Uberaba, para fins de reforma agrária. 2013. Disponível em: <<http://nota-dez.jusbrasil.com.br/noticias/3155051/trf1-tribunal-nega-desapropriacao-da-fazenda-inhumas-em-uberaba-para-fins-de-reforma-agraria>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

JUSTIÇA condena empresário por trabalho análogo à escravidão em GO. **G1 Goiás**, 16 ago. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/goias/noticia/2014/08/justica-condena-empresario-por-trabalho-analogo-escravidao-em-go.html>>. Acesso em: 10 maio 2016.

KOSIC, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LA VIA CAMPESINA. **La voz de las campesinas y de los campesinos del mundo**. Harare, 9 fev. 2015. Disponível em: <<http://www.viacampesina.org/es/index.php/organizaciainmenu-44>>. Acesso em: 11 ago. 2015.

_____.; MST. **Dados atualizados da Estrutura Fundiária do Brasil 2012 publicados pelo INCRA mostram privilégios do latifúndio**. 15 fev. 2016. Disponível em: <<http://blog.oquartopoder.com/aldirdantas/?p=8633>>.

LARA, Ricardo. Pesquisa e Serviço Social: da concepção burguesa de ciências sociais à perspectiva ontológica. **Revista Katálisis**, Florianópolis. v. 10, n. esp., p. 73-83, 2007.

LEITE, Sérgio et al. **Impactos sobre assentamentos**: um estudo do meio rural brasileiro. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

LEITE, Sérgio Pereira. Padrão de financiamento, setor público e agricultura no Brasil. In: LEITE, Sérgio (Org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. 2.ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

LESSA, S. A emancipação política e a defesa de direitos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 28, n. 90, p. 35-57, jun. 2007.

LIMINAR é derrubada e Pró-Saúde segue na gestão de UPAs em Uberaba. **G1 Triângulo Mineiro**, 29 abr. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2016/04/liminar-e-derrubada-e-pro-saude-segue-na-gestao-de-upas-em-uberaba.html>>. Acesso em: 1 maio 2016.

LUIZ Beltrame: 100 anos de poesia em marcha. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 6'25". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=JjB7f93LPDA>>. Acesso em: 28 fev. 2015.

LUSTOSA, Maria das Graças Osório P. **Reforma agrária à brasileira**: política social e pobreza. São Paulo: Cortez, 2012.

MACEDO, Tassiana. TJ dá seis meses para Prefeitura reassumir a gestão das duas UPAs. **Jornal da Manhã**, Uberaba, 6 maio 2015. Disponível em: <<http://jmonline.com.br/novo/?noticias%2C1%2CGERAL%2C118381#>>. Acesso em: 6 maio 2016.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro; MACHADO FILHO, Luiz Carlos Pinheiro. **A dialética da agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2014

MARANHÃO, Lima Wilson. Casal de extrativistas é assassinado no Pará. **Último Segundo/Brasil**, 24 maio 2011. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/pa/casal+de+extrativistas+e+assassinado+no+para/n1596975722482.html>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

MARTINS, José de Souza. **Camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

MARX, Karl. **A questão judaica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009a.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. 23. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009b.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2010a.

_____. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010b.

_____; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MATOSO, Felipe; MARTELLO, Alexandro. Governo anuncia R\$ 202,8 bilhões para Plano Agrícola 2016/2017. **Globo Rural**, Rio de Janeiro, 4 maio 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2016/05/ministra-anuncia-r-2028-bilhoes-para-plano-agricola-20162017.html>>. Acesso em: 2 jul. 2016.

MATTEI, Lauro. **Impactos do Pronaf**: análise de indicadores. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005. 136 p. (Nead estudos, 11).

MAZZEO, Antonio Carlos. **Estado e burguesia no Brasil**: origens da autocracia burguesa. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

MENDONÇA, Sônia Regina de. Entidades Patronais e reforma agrária: do estatuto da terra ao limiar dos anos 1980. In: STEDILE, Joao Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil**: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. v. 5.

MENEZES NETO, Antônio Júlio. A Igreja Católica e os Movimentos Sociais do Campo: a Teologia da Libertação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. **Caderno CRH**, Salvador, v. 20, n. 50, p. 331-341, ago. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792007000200010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 4 maio 2016.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**: o socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007.

MIELITZ, Carlos. Dez Anos de PAA e a constituição de uma estratégia nacional de segurança alimentar. In: BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **PAA**: 10 anos de aquisição de alimentos. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional : Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. p

MILANEZ, Felipe. 25 anos sem Chico Mendes. **Carta Capital**, São Paulo, 22 dez. 2013. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/blog-do-milanez/25-anos-sem-chico-mendes-1140.html>>. Acesso em: 23 out. 2015.

_____. Uma década sem Dorothy Stang e com muito sangue na terra. **Carta Capital**, São Paulo, 12 fev. 2015. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/blog-do-milanez/uma-decada-sem-dorothy-stang-e-com-muito-sangue-na-terra-6385.html>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

MINAYO, M. C. S. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./set. 1993.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Governo lança Plano Agrícola e Pecuário 2015/2016**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/comunicacao/noticias/2015/06/governo-lanca-plano-agricola-e-pecuario-20152016>>. Acesso em: 01.jul. 2016a.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO **Histórico**. Brasília, DF, 2016a. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/ministerio>>. Acesso em: 1 jun. 2016b.

_____. **Ministério**. Brasília, DF, 2016b. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/ministerio>>. Acesso em: 01 maio. 2016c.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº 2.866, de 2 de dezembro de 2011. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 dez. 2011.

_____. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 dez. 2012. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

_____. **Política nacional de saúde integral das populações do campo e da floresta**. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacoesCampo.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2016.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Histórico**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/pagina/hist%C3%B3rico>>. Acesso em: 1 jun. 2016.

_____. Instituto Nacional de Recolonização Agrária. **Manual de Operações: PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária**. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/programa_nac_educacao_reforma_agraria.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2016.

_____. Instituto Nacional de Recolonização Agrária. **Manual de Operações: PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/manual_de_operacoes_do_pronera_2012.pdf> Acesso em: 01 jun. 2016.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2010. 384 p. (Biblioteca básica do Serviço Social).

MORAES, Letícia. Preços na Ceasa continuam oscilando, mas número maior de produtos tem queda. **JMONLINE**, Uberaba, 14 abr. 2016. Disponível em: <<http://www.jmonline.com.br/novo/?noticias,2,CIDADE,124007>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOTA, Ana Elizabete Simões da (Org.). **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MULLER, Geraldo. **Complexo Agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: HUCITEC, 1989.

NASCIMENTO, Luciano. **CPT considera reforma agrária do governo Dilma a pior dos últimos 20 anos**. Brasília, DF, 7 jan. 2015. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-01/cpt-considera-reforma-agraria-do-governo-dilma-pior-dos-ultimos-20-anos>>. Acesso em: 26 mar. 2016.

NEVES, Delma Pessanha (Org.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**: formas dirigidas de constituição do campesinato. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. v. 2.

OLIVEIRA, Antônio Jorge de; RAMALHO, José. **Plano Nacional de Agroenergia 2006-2011**. 2. ed. rev. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Ministerio/planos%20e%20programas/PLANO%20NACIONAL%20DE%20AGROENERGIA.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Não Reforma Agrária e contra reforma agrária no Brasil do governo Lula. In: ENCUESTRO DE GEOGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 13., 2011, San Jose. **Anales....** San Jose : EGAL, 2011. v. 1.. Disponível em: <https://www.google.com.br/?client=firefox-b-ab#q=OLIVEIRA%2C+Ariovaldo+Umbelino+de.+N%C3%A3o+Reforma+Agr%C3%A1ria+e+contra+reforma+agr%C3%A1ria+no+Brasil+do+governo+Lula.&gfe_rd=cr>. Acesso em: 1 fev. 2016.

OLIVEIRA, Sônia Maria; RODRIGUES, Rosilva Brito. Envelhecimento em assentamentos rurais: um olhar sobre a realidade atual. In.: SIMPÓSIO SOBRE REFORMA AGRÁRIA E ASSENTAMENTOS RURAIS, 4, 2010, Araraquara, **Anais...** Araraquara: Ed. Uniara, 2010. Disponível em: <http://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2010/00%20textos/sessao_5A/05A-10.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2016.

PAULILO, Maria Ignez; SILVA, Cristiani Bereta da. A luta das mulheres agricultoras: entrevista com Dona Adélia Schmitz. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.15, n. 2, p. 399-417, maio/ago. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2007000200007>. Acesso em: 20 ago. 2015.

PAULO NETTO, José. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. Crise do Capital e consequências societárias. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 111, p. 413-429, jul./set. 2012.

_____. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PAULO NETTO, José. Estado, política e emancipação humana. In: GARCIA, Carla Cristina; HÚNGARO, Edson Marcelo; DAMASCENO, Luciano Galvão (Org.). **Estado, política e emancipação humana: lazer, educação, esporte e saúde como direitos sociais**. Santo André: Alpharrabio, 2008.

_____. III CBAS: algumas referências para sua contextualização. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 100, p. 650-678, out./dez. 2009.

_____. O Serviço Social e a tradição marxista. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 10, v. 30, p. 89-103, abr. 1989.

_____. Projeto ético político do Serviço Social e sua relação com a reforma sanitária: elementos para o Debate. In: BRAVO, Maria Inês. **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006. 408 p.

_____.; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca básica de Serviço Social; v.1).

PEREIRA, Tatiana Dahmer. Movimentos Urbanos: Lutas e desafios contemporâneos. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia. (Org.). **Movimentos sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014.

PEREIRA FILHO, Jorge Pereira. **Lula abandonou a reforma agrária**. 2008. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/5618>>. Acesso em: 12 out. 2014.

PERÉT, Rodrigo de Castro Amédée. Os desafios da Reforma Agrária: A luta contra a criminalização e a violência no campo. In: JORNADA UNIVERSITÁRIA EM DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA DA UFTM, 2., 2016, Uberaba. (mesa redonda).

PORTO, Sílvio Isopo et al. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): dez anos de uma política pública múltipla e inovadora. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **PAA: 10 anos de aquisição de alimentos**. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional : Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014.

PRADO, Francis. **Leilões da ExpoZebu 2015 atingem quase R\$17 milhões**. Uberaba, 2015, Disponível em: <[http://www.abcz.org.br/Expozebu/Conteudo/23763Leil%C3%B5es%20da%20ExpoZebu%202015%20atingem%20quase%20R\\$17%20milh%C3%B5es](http://www.abcz.org.br/Expozebu/Conteudo/23763Leil%C3%B5es%20da%20ExpoZebu%202015%20atingem%20quase%20R$17%20milh%C3%B5es)>. Acesso em: 16 nov. 2015.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERABA. Decreto nº 5.296 de 22 de janeiro de 2016. Regulamenta as atribuições da Secretaria Municipal De Desenvolvimento do Agronegócio – SAGRI, em conformidade com o art. 26 da Lei Municipal nº 12.206/2015 e dá outras providências. **Porta Voz**, Uberaba, 22 jan. 2016. Disponível em: <<http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/acervo/agricultura/arquivos/Atribuicao/D16-5296-Atribuicoes%20Agricultura.pdf>>. Acesso em: 1 jun. 2016.

PRESTES, Luiz Carlos. Proposta de reforma agrária da bancada do PCB na Constituinte de 1946. In: STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária 1946-2003**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. v. 3.

RELATÓRIO PIBAgro/Minas Gerais. Piracicaba, 1 jul. 2015. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/pibmg/files/2015/01Jul.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2015..

REPÓRTER BRASIL. **Em concentração de renda, Brasil rural só não supera Namíbia**. Brasília, DF, 2, abr. 2010. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2010/04/em-concentracao-de-renda-brasil-rural-so-nao-supera-namibia>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

RIGOTTO, Raquel; CARNEIRO, Fernando; RIZZOLO, Anelize. Agronegócio envenena a comida dos brasileiros. **Caros Amigos**, São Paulo, ano 16, n. 57, jul. 2012.

RODRIGUES, Fania. MST: 30 anos de luta. **Caros Amigos**, São Paulo, ano 17, n. 204, 2014.

RODRIGUES, Luciana. Turkinho assume Secretaria de Governo. **Jornal de Uberaba**, Uberaba, 6 fev. 2015. Disponível em: <<http://www.jornaldeuberaba.com.br/cadernos/politica/19720/turkinho-assume-a-secretaria-de-governo>>. Acesso em: 5 fev. 2015.

SÁ, Eduardo. Resistência no campo. **Caros Amigos**, São Paulo, ano 17, n. 195, 2013.

SADER, Emir. Brasil, de Getúlio a Lula. In.: _____; GARCIA, M. A. (Orgs.). **Brasil entre o passado e o futuro**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo: Boitempo, 2010.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. A Questão Agrária Brasileira e a Luta pelo socialismo. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. v. 8.

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda. Notas Críticas sobre a atualidade e os desafios da Questão Agrária. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. v. 8.

SANT'ANA, Antônio Lázaro; TARSITANO, Maria Aparecida Anselmo. Tipificação das famílias de oito assentamentos rurais da região de Andradina (SP), com base em diferentes estratégias de produção e comercialização. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, DF v. 47, n. 3, jul./set., 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032009000300004>. Acesso em: 30 maio 2016.

SANT'ANA, Raquel Santos. **Trabalho bruto no canavial: questão agrária, assistência e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTANA, Renato. Inquérito da Polícia Federal contradiz boatos contra indígenas. **Brasil de Fato**, Salvador, 24 abr. 2012. Disponível em: <<http://antigo.brasildefato.com.br/node/9423>>. Acesso em: 23 out.2015.

SANTOS, Geórgia. Uberaba lidera o ranking da produção de milho no Estado. **Jornal da Manhã**, 27 out. 2015. Disponível em: <<http://jmonline.com.br/novo/?noticias,2,CIDADE,117072>>. Acesso em 27 out. 2015.

SANTOS, Josiane Soares. **Questão social**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS JÚNIOR et al. **Plano de desenvolvimento do assentamento Dandara (PDA)**. SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO INCRA Mensagem recebida por e-mail em: 9 set. 2015. Belo Horizonte, 2008

SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA, AQUICULTURA E ABASTECIMENTO. **Dados**. Uberaba, 2016. Disponível em: <http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/acervo/agricultura/arquivos/dados_sagri.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2016.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. **Diretrizes da educação do campo do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <<https://www.educacao.mg.gov.br/images/documentos/Diretrizes%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20do%20Campo%20do%20Estado%20de%20Minas%20Gerais.pdf>>. Acesso em: 3 jun. 2016.

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO DE UBERABA. **Feiras Livres**. Uberaba, 2016a. Disponível em: <<http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/conteudo,102>>. Acesso em: 10 maio 2016.

_____. **Gráficos Comparativos CEASA**. Uberaba, 2016b. Disponível em: <[http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/acervo/agricultura/arquivos/ceasa/GRAFICOS+WORD%20\(1\).pdf](http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/acervo/agricultura/arquivos/ceasa/GRAFICOS+WORD%20(1).pdf)>. Acesso em: 11 maio 2016.

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO. **Uberaba em dados**, Uberaba, 2009. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/prefeituradeuberaba/uberaba-em-dados-17>>. Acesso em: 10.mar. 2016.

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **CRAS -Centro de Referência da Assistência Social - PAIF - Programa de Atenção Integral à Família**. Uberaba, 2016. Disponível em: <<http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/conteudo,872>>. Acesso em: 10 jul.2016.

SEVERIANO, Adneison. AM tem 38 ameaçados em conflitos de terras: “mortes anunciadas”, diz CPT. Líder comunitária era ameaçada por grileiro e foi assassinada em Iranduba. Comissão Pastoral da Terra denuncia falta de proteção aos ameaçados. **G1 Amazonas**, Manaus, 25 ago. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2015/08/am-tem-38-ameacados-em-conflitos-de-terras-mortes-anunciadas-diz-cpt.html>>. Acesso em: 23 out. 2015.

SHIMITT, Cláudia Job et al. O Programa de Aquisição de Alimentos em assentamentos da reforma agrária: implantação, impactos e perspectivas. In.: BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **PAA: 10 anos de aquisição de alimentos**. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional : Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. p. 153-183.

SILVA, Guilherme Jonas Costa; SOUZA, Esdras Cardoso; MARTINS, Humberto Eduardo de Paula. Produção agropecuária em Minas Gerais (1996-2006): padrões de distribuição, especialização e associação em nível municipal. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, DF, v. 50, n. 2, p. 333-350, abr./jun., 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032012000200008>. Acesso em: 10 jan. 2016.

SILVA, José Fernando Siqueira da. **Serviço Social: resistência e emancipação?** 2010. 209 f. Tese de Livre Docência (Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2010. Disponível em: <http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/106702/silva_jfss_ld_franca.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 maio 2016.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Primeiros Passos).

SILVA, José Graziano da; GROSSI, Mauro Eduardo Del; FRANÇA, Caio Galvão de (Orgs.). **Fome Zero: A experiência brasileira**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

SILVA, Leandro Martins. **Sociabilidades e mudanças sociais no caso do assentamento Nova Santo Inácio Ranchinho/MG**. 154 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **A luta pela terra: experiência e memória**. São Paulo: Ed. UNESP, 2004. (Paradidáticos; Poder).

SILVA, Maria das Graças e. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Raimundo Pires da et al. Pronaf e a produção familiar: a diversidade do tecido social na órbita do estado. **Revista do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor): Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v.18, n. 2, p. 341-366, 2015.

SILVÉRIO, Leandra Domingues. **Reforma agrária no Triângulo Mineiro: memórias, histórias e lutas de assentados dos projetos de assentamento Emiliano Zapata e 21 de Abril (1980 – 2012)**. 2012. 361 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

SOCIEDADE NACIONAL DA AGRICULTURA. **Novo presidente da FPA, Marcos Montes defende Mapa como Ministério de 1º escalão.** Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://sna.agr.br/novo-presidente-da-fpa-marcos-montes-defende-mapa-como-ministerio-de-primeiro-escalao>>. Acesso em: 14 fev. 2016.

STEDILE, João Pedro. O Congresso representa quem mesmo? **Caros Amigos**, São Paulo, ano 19, n. 220, 2015.

_____. Programa agrário da campanha presidencial do PT – 2002: Programa Vida Digna no campo. In: _____. **A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária – 1946-2003.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. v. 3.

_____. **Questão agrária no Brasil.** São Paulo: Atual, 1997.

_____.; FERNANDES, Bernardo Maçano. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2012.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MINAS GERAIS. Portaria nº 70 de 16 de dezembro de 2004. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 dez. 2004. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/servlet/INPDFViewer?jornal=1&pagina=73&data=27/12/2004&captchafield=firistAccess>>. Acesso em: 15 mar. 2016

TEIXEIRA, Gabriel da Silva et al. **Agrotóxico: impactos na vida no trabalho: um risco que você não vê.** São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/acao/cartilha-agrotoxicos-impactos-na-vida-e-no-trabalho-9e4a>>. Acesso em: 23 fev. 2016.

THIOLLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária.** 4. ed. São Paulo: Polis. 1987. (Teoria e história, 6).

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Por uma “cruzada” contra a fome e o Agrohidronegócio – nova agenda destrutiva do capitalismo e os desafios de um tempo não adiado. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 9, n. 1, p. 8-34, jun. 2008.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Trabalho, reforma agrária e soberania alimentar: elementos para recolocar o debate da luta de classes no Brasil. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 9, 2007, Porto Alegre. **Scripta Nova**, Barcelona, v. 11, n. 245 (46), 1 ago. 2007. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24546.htm>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

TUBINO, Najar. Crônica da morte perpétua no campo. **Carta Maior**, São Paulo, 28 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Movimentos-Sociais/Cronica-da-morte-perpetua-no-campo/2/34359>>. Acesso em: 7 set. 2015.

UNIDADE DE SAÚDE FAUSTO CUNHA OLIVEIRA BORGICO; UBS EDUARDO VELLOSO VIANNA CALCÁRIO. **Caracterização do estabelecimento.** Uberaba: Prefeitura Municipal de Uberaba, jun. 2016.

VIEIRA, Larissa. **ABCZ comemora o sucesso da ExpoZebu 80 Anos.** Uberaba, 12 maio 2014. Disponível em: <<http://www.abcz.org.br/Home/Conteudo/22739-ABCZ-comemora-o-sucesso-da-ExpoZebu-80-Anos>>. Acesso em: 26 nov. 2015.

VIEIRA, Wesley Alves. **A territorialização do MST no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e o assentamento Emiliano Zapata no contexto das políticas públicas:** (des)encontros, desafios e conquistas. 2014. 232 f. Dissertação (Mestrado em Geografia e Gestão do Território) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos. **Leituras dos territórios paradigmáticos da geografia agrária:** análise dos grupos de pesquisa do estado de São Paulo. 2012. 388 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2012.

_____.; SCHIAVINATTO, Mônica. Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 18, n. 26, ed. esp., p. 183-203, 2015. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/3576/2913>>. Acesso em: 1 jul. 2016.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista Economia Sociologia Rural**, Brasília, DF, v. 52, supl. 1, p. 25-44, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600002>. Acesso em: 10 maio 2016.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. **Bolsa Família:** avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010

XAVIER, Luciene Xavier de Maria. **O programa de parceria e arrendamento de terras e o processo de (re)ocupação produtiva do cerrado mineiro:** o caso de Uberlândia e Uberaba. 2005. 165 f. Dissertação (Mestrado em Geografia e Gestão do Território) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

YASBEK, Maria Carmelita. O programa fome zero no contexto das políticas sociais brasileiras. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.18, n. 2, p.104-112, abr./jun. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000200011>. Acesso em: 1 jul. 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista com os assentados ou assentadas

1 Composição Familiar e Renda:

Composição Familiar	Parent	Idade	Estado Civil	Grau Inst.	Ocupação	Renda externa	Registro SIM / NAO

- 1.1 Como é a composição da renda familiar aproximada com a produção no lote e sem a produção no lote?

2.0 Sobre a condição de Assentado:

2.1 Tamanho da parcela/lote (assentamento parcelado) ou área estimada de uso (assentamento coletivo): _____ há

2.2 É o primeiro beneficiário do lote? () Sim () Não - Quanto tempo ? _____

2.3 Experiências profissionais trabalho anteriores a condição de assentado ou assentada?

2.4 Como foi à ocupação nesta terra?

() Ocupação/ Invasão () Qual movimento social? MST

() Compra

() Sindicato

() INCRA

2.5 Quanto tempo ficaram acampados?

2.6 Há quanto tempo está assentado?

2.7 Como foi pro processo de acampamento até assentamento?

2.8 Atualmente participa de alguma associação, cooperativa ou partidos políticos? Como é?

2.9 Existe assistência técnica do INCRA no Assentamento? Como ela é?

3. Créditos Rurais

3.1 Você acessou algum crédito rural? Qual?

a) Se acessou: Relate como foi esse processo?

b) Se não acessou: Por quê? Pretende acessar? Quais são as dificuldades?

3.2 Como se dá a produção em seu lote?

() Individual

() Familiar

() Coletiva

3.3 Realiza a comercialização da produção com outros assentados? De quê?

3.4 Qual é o gasto médio mensal de sua família com alimentação não produzida no lote (mercado)?

3.5 Está cadastrado no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)?

Se a resposta for não, porque?

Se a resposta for sim: O que já produziu e entregou? Como é (era) a escoação da produção?

3.6 Como é sua produção?

() Grãos

() Verduras

() Frutas

() Leite

() Outros

Quais? _____

3.7 Quais são as possibilidades e os limites de sua produção no seu lote?

3.8 Como é o acesso à água?

() Poço Artesiano

() Mananciais naturais (ranchos e córregos)

É feito algum tratamento?

4.0 Acesso às políticas sociais:

4.1 São atendidos pelos SUS?

Os agentes de saúde do Programa Saúde da Família visitam os lotes?

Possuem acesso aos medicamentos que necessitam?

Como é este atendimento e acesso a medicação?

_ Educação

Existe escola no assentamento?

Como os assentados vão para escola?

Houve turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA)?

_ Assistência Social e Previdência Social

() Bolsa Família

Valor: R\$ _____

() Bolsa Verde

Valor: R\$ _____

() BPC

Valor: R\$ _____

() Auxílio Doença

Valor: R\$ _____

() Aposentadoria

Valor: R\$ _____

() Outro

Valor: R\$ _____

Estes benefícios são importantes na sua vida e na vida de sua família? Por quê?

As assistentes sociais do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) visitam os lotes?

_ Habitação:

() Lona ou Plástico

() Alvenaria com reboco

() Alvenaria sem reboco

() Madeira

Para a construção de sua casa acessou algum crédito rural?

5. Como é sua vida e a vida da sua família antes da entrada no Projeto de Assentamento da Reforma Agrária? E depois?

7. Como avalia a Reforma Agrária?

8. Alguma questão que gostaria de pontuar?

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista com o Secretário de Agricultura, Pecuária, Pesca e Apicultura de Uberaba

Nome:

Cargo:

Função:

Há Quanto tempo?

Idade:

Escolaridade/ Formação:

Possui histórico de participação em algum movimento social?

1. Questão agrária no município de Uberaba

- _ Como vai à agricultura no município de Uberaba? E como é sua estrutura agrária?
- _ Quais são os Principais produtores de Uberaba?
- _ Como é a presença ou ausência de conflitos de terra?

2. Assentamento Tereza do Cedro de Uberaba?

- _ Fale um pouco desse assentamento:
- _ Sua história
- _ Suas atuais condições de: Produção e Comercialização.
- _ Existência de grupos de trabalho coletivo: Associações e Relação com a equipe do INCRA.
- _ Políticas públicas existentes (Lazer, saúde, Educação, Assistência Social).

2.2 Fale sobre as condições de vida e trabalho dos assentados e assentadas deste assentamento?

3. Assentamento Dandara de Uberaba?

3.1 Fale um pouco desse assentamento:

- _ Sua história
- _ Suas atuais condições de: Produção e Comercialização.
- _ Existência de grupos de trabalho coletivo: Associações e Relação com a equipe do INCRA.
- _ Políticas públicas existentes (Lazer, saúde, Educação, Assistência Social).

3.2 Fale sobre as condições de vida e trabalho dos assentados e assentadas deste assentamento?

4. Créditos Rurais:

4.1 Descreva os créditos existentes para a Agricultura Familiar.

4.2 Quais são específicos para assentados?

5. Como é a execução do PAA no município?

5.1 Quantos “produtores” estão cadastrados?

5.2 Como é o PAA para os assentados e assentadas?

5.3 Foi pensado em alguma estratégia para se pensar em uma feira agro ecológica aqui?

6. Assistência Técnica:

_ A assistência técnica em Minas Gerais é prestada por ONG's. Como é a prestação desta assistência? Como você avalia?

7. Políticas Sociais:

_ As políticas sociais hoje dizem respeito aos direitos sociais: trabalho, lazer, habitação, saúde e assistência social. Como é o acesso dos assentados dos assentamentos em questão com relação as políticas sociais? Como analisa a presença delas na vida dos assentados?

8. Política Agrária:

_ Qual é a perspectiva da reforma agrária do atual governo?

APÊNDICE C – Roteiro de entrevista com o Superintendente Estadual do Incra/MG

Nome:

Cargo:

Função: Há Quanto tempo?

Idade:

Escolaridade/ Formação:

1. Questão agrária no município de Uberaba

- _ Como vai à agricultura no município de Uberaba? E como é sua estrutura agrária?
- _ Quais são os Principais produtores?
- _ Como é a presença ou ausência de conflitos de terra?

2. Assentamento “Tereza do Cedro” de Uberaba?

2.1 Fale um pouco desse assentamento:

- _ Sua história
- _ Suas atuais condições de: Produção e Comercialização.
- _ Existência de grupos de trabalho coletivo: Associações e Relação com a equipe do INCRA.
- _ Políticas públicas existentes (Lazer, saúde, Educação, Assistência Social),

2.2 Como você analisa as condições de vida e trabalho dos assentados neste assentamento em questão?

3. Assentamento “DANDARA” de Uberaba?

- _ Sua história
- _ Suas atuais condições de: Produção e Comercialização.
- _ Grupos de trabalho coletivo, Associações e Relação com a equipe do INCRA.
- _ Políticas públicas existentes (Lazer, saúde, educação, Assistência Social),

3.1 Como você analisa as condições de vida e trabalho dos assentados neste assentamento em questão?

4. Pode disponibilizar a Relação Oficial de Beneficiários dos assentamentos Dandara e Tereza do Cedro de Uberaba?

5. Créditos Rurais:

- _ Descreva os créditos existentes para a Agricultura Familiar.
 - _ Quais são específicos para assentados?
 - _ Como foi o processo de acesso aos créditos nos assentamentos em questão?
- Quantas famílias conseguiram acessar os créditos nos assentamentos Tereza do Cedro e Dandara?

5.4 Quais são os principais entraves para o acesso aos créditos dos assentados nos assentamentos em questão?

5.5 Qual é a sua análise acerca dos créditos rurais para assentados existentes?

6. Assistência Técnica:

_ A assistência técnica em Minas Gerais é prestada por ONG's. Como é a prestação desta assistência?

_ Existe capacitação do INCRA/MG para os técnicos das ONG's prestarem assistência técnica?

_ Em 2012 foi realizada a 1ª Conferência Estadual de Ater em Minas Gerais. Você participou? Quais foram as principais deliberações?

5. Políticas Sociais:

_ As políticas sociais hoje dizem respeito aos direitos sociais: trabalho, lazer, habitação, saúde e assistência social. Como é o acesso dos assentados dos assentamentos em questão com relação as políticas sociais? Como analisa a presença delas na vida dos assentados?

7. Quais são as ações do INCRA nos assentamentos em Uberaba? Tendo em vista que o acesso e distribuição da água ainda se constitui uma problemática nestes assentamentos, mesmo após 10 anos de assentados!?

8. Política Agrária:

Qual é a perspectiva da reforma agrária do atual governo?

APÊNDICE D – Roteiro de entrevista com a liderança política

Nome:

Movimento:

Quanto tempo?

"Cargo"/ Representatividade:

Idade:

Escolaridade:

É assentado?

Se for: Como se chama seu assentamento?

1. Assentamento Tereza do Cedro de Uberaba?

_ Fale um pouco desse assentamento:

_ Sua história

_ Suas atuais condições de: Produção e Comercialização.

_ Existência de grupos de trabalho coletivo: Associações e Relação com a equipe do INCRA.

1.2 Fale sobre as condições de vida e trabalho dos assentados e assentadas deste assentamento?

2. Assentamento Dandara de Uberaba?

2.1 Fale um pouco desse assentamento:

_ Sua história e há quanto tempo o MST está presente neste assentamento?

_ Suas atuais condições de: Produção e Comercialização.

_ Existência de grupos de trabalho coletivo: Associações e Relação com a equipe do INCRA.

2.3 Fale sobre as condições de vida e trabalho dos assentados e assentadas deste assentamento?

4. Créditos Rurais:

_ Qual a sua opinião acerca dos créditos rurais existentes?

_ Quais são as dificuldades que os assentados e assentadas enfrentam para a viabilização do lote?

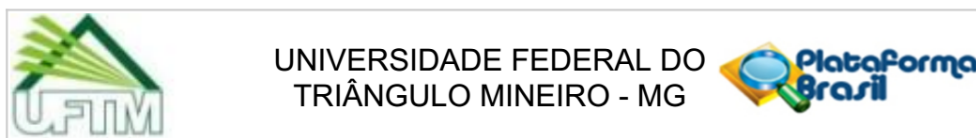
5. Como você avalia a garantia e o acesso das políticas sociais na vida dos assentados?

6. Como você visualiza/ analisa a questão agrária em Uberaba?

7. Alguma questão que gostaria de pontuar?

ANEXOS

ANEXO A – Parecer consubstanciado do Comitê de ética em Pesquisa da UFTM



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A Reforma Agrária como política pública de Desenvolvimento: Análise a partir do Assentamento Rural "Tereza do Cedro" e "Dandara" no município de Uberaba/MG

Pesquisador: Gabriela Abrahão Masson

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 42519315.1.0000.5154

Instituição Proponente: Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.323.219

Apresentação do Projeto:

Segundo os pesquisadores, trata-se de uma solicitação de emenda, conforme a seguinte justificativa:

"Contextualização:

A pesquisa que originará a tese de doutoramento em Serviço Social na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais UNESP/ Campus de Franca, objetiva verificar a reforma agrária como política pública de desenvolvimento agrário no município de Uberaba. Para tanto verificaremos e discutiremos o alcance e o acesso dos programas de crédito rural na vida dos assentados, bem como analisaremos o alcance das políticas sociais e o papel dos benefícios sociais (transferências de renda) que compõe as ações da reforma agrária na garantia das condições de reprodução social dos assentados. Objetivamos também contribuir para o resgate histórico do assentamento envolvido na pesquisa, até então o assentamento rural Tereza do Cedro (eleito como campo de pesquisa por ser constituir no assentamento mais antigo de Uberaba), pois quando não escassas são inexistentes as informações acerca dos assentamentos rurais em Uberaba.

A partir da incursão ao então campo de pesquisa - o assentamento rural Tereza do Cedro - e realização/transcrição/ análise de entrevistas com cinco participantes assentados percebemos que para a análise da política de reforma agrária, enquanto política pública de desenvolvimento em

Endereço: Rua Madre Maria José, 122
Bairro: Nossa Sra. Abadia **CEP:** 38.025-100
UF: MG **Município:** UBERABA
Telefone: (34)3318-5776 **Fax:** (34)3318-5776 **E-mail:** cep@pesqpg.uftm.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
TRIÂNGULO MINEIRO - MG



Continuação do Parecer: 1.323.219

Uberaba, seria insuficiente a realização da pesquisa em apenas em um único assentamento, já que a política é ampla e partir de um único campo de pesquisa constatamos ser insuficiente uma análise mais condizente com a realidade.

Justificativa :

A presente pesquisa não se trata de um estudo de caso, mas sim uma análise qualitativa a partir do materialismo histórico dialético da política pública de reforma agrária como política pública de desenvolvimento no município. Após a realização do campo como explicitado e em diálogo com a orientadora do doutorado decidimos alargar o campo de pesquisa para o assentamento Dandara em Uberaba que também se trata pela caracterização do INCRA como um "assentamento em estruturação", assim como o Tereza do Cedro, diferentemente do Maringá Monte Castelo que é um assentamento em "instalação" (estes são os três assentamentos de Uberaba). Ou seja, Tereza do Cedro e Dandara se aproximam em nível de implementação da política pública, segundo o órgão responsável o pela política em nível federal - INCRA -.

Desta forma, a inclusão do referido assentamento como campo de pesquisa é calcada nos objetos da mesma, pois a análise que nos propomos a realizar se circunscreve em torno de uma política pública que está presente nos três assentamentos de Uberaba (conforme foi explicitado na metodologia do projeto) e constatamos que a partir de uma única realidade (assentamento Tereza do Cedro) não seria possível um olhar mais alargado desta política no município a partir dos participantes da mesma: assentados, lideranças políticas/ movimentos sociais e órgãos oficiais de prestação da política publica.

Portanto, partir das cinco entrevistas realizadas, transcritas e analisadas no Tereza do Cedro justificamos a inclusão do assentamento Dandara na pesquisa pois foi constatado:

1) Que não há presença de um movimento social "ativo", ou seja a FETAENG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), não realiza nenhuma trabalho de base com os assentados no Tereza do Cedro. Ao passo que o MST com sede em Uberlândia tem presença organizativa no Dandara, sendo que os assentados que lá residem são majoritariamente advindos de lutas pela terra no MST. Tal realidade incide em um imprescindível elemento para nossa análise tendo em vista a relevância da organização política dos assentados para o acesso e o alcance aos créditos rurais/políticas agrárias via movimento social. Ou seja, é a presença de uma organização política, de um movimento social que em grande medida irá pressionar o Estado (órgãos públicos), quando este se exime da responsabilidade para com a garantia e acesso de uma política pública. Tal discussão é imprescindível para os objetivos proposto nesta pesquisa.

2) Em decorrência desta fragilidade organizativa no Assentamento Tereza do Cedro (que iremos

Endereço: Rua Madre Maria José, 122

Bairro: Nossa Sra. Abadia

CEP: 38.025-100

UF: MG

Município: UBERABA

Telefone: (34)3318-5776

Fax: (34)3318-5776

E-mail: cep@pesqpg.uftm.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
TRIÂNGULO MINEIRO - MG



Continuação do Parecer: 1.323.219

analisar com mais profundidade na tese) há existência de conflitos internos e conseqüentemente duas associações: Associação dos Acampados da Fazenda Tereza do Cedro e Associação dos Trabalhadores Rurais. Ao passo que no Dandara há existência de uma única Associação e inclusive a possibilidade de uma Cooperativa e Agroindústria por produzirem cooperativamente e conseqüentemente escoarem a produção o que em grande medida contribuirá para a materialização da reforma agrária como política agrária nesta realidade. A divisão dos assentados só dificulta a organização de demandas coletivas para serem levadas ao poder público.

3) Não houve indicação de lideranças pelos participantes da pesquisa no assentamento Tereza do Cedro, ao passo que a liderança mencionada pelos assentados no Dandara é o coordenador regional do MST.

Alterações realizadas:

Mediante a contextualização e justificativa para a inclusão do assentamento Dandara como campo de pesquisa tivemos as alterações:

1) No título da pesquisa:

Anteriormente: A Reforma Agrária como política pública de Desenvolvimento: Análise a partir do Assentamento Rural "Tereza do Cedro" no município de Uberaba/MG.

Para: A Reforma Agrária como política pública de Desenvolvimento: Análise a partir dos Assentamentos Rurais "Tereza do Cedro" e "Dandara" no município de Uberaba/MG.

2) Nos participantes da pesquisa:

Considerando a ênfase da pesquisa que é qualitativa tínhamos anteriormente: 10 participantes sendo eles 8 assentados, 1 liderança política, 1 representante governamental.

Após a inclusão do assentamento Dandara no campo de pesquisa elegemos 10 assentados, sendo 5 do Tereza do Cedro e 5 do Dandara que foram selecionados a partir dos mesmos critérios sendo eles:

- 1) Ser assentado ou assentada no Assentamento desde seu surgimento (no caso os participantes assentados)
- 2) Participar ativamente das discussões coletivas no Assentamento.
- 3) Aceitar participar da pesquisa e estar de acordo com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Caso o número de participantes suscite questionamentos, destacamos que a abordagem é qualitativa, muito embora o número de 5 participantes em cada assentamento ultrapassa a amostra de 10% do universo de assentados em cada assentamento

Endereço: Rua Madre Maria José, 122

Bairro: Nossa Sra. Abadia

CEP: 38.025-100

UF: MG

Município: UBERABA

Telefone: (34)3318-5776

Fax: (34)3318-5776

E-mail: cep@pesqpg.uftm.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
TRIÂNGULO MINEIRO - MG



Continuação do Parecer: 1.323.219

Anteriormente tínhamos apenas 1 representante governamental como participante da pesquisa, no entanto a partir das entrevistas realizadas e a partir do método que nos orienta, a realidade nos apontou a necessidade de entrevistar 2 representantes governamentais sendo que os mesmos foram citados pelos participantes da pesquisa ao longo das entrevistas.

Desta forma são eles: O Secretário de agricultura do município de Uberaba e o Superintendente do INCRA de Minas Gerais, que foram muito significativos para a pesquisa pois o primeiro trouxe para a pesquisa a lógica municipal da política e o segundo a estadual/ federal.

Para os representantes governamentais o critério foi o mesmo: Aceitar participar da pesquisa e estar de acordo com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, acrescido de estar diretamente envolvido nas políticas públicas agrárias em sua esfera de governo (municipal, estadual/federal). O roteiro de entrevista para os representantes governamentais permanece o mesmo respeitadas as instâncias de representatividade.

3) Como o título da pesquisa sofreu alterações com a inclusão do assentamento Dandara também fizemos alterações no título da pesquisa no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme anexo."

Objetivo da Pesquisa:

Não houve alterações em relação ao projeto original.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Não houve alterações em relação ao projeto original.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa de relevância temática.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Termos de apresentação obrigatória adequados.

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

De acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 466/12, o CEP-UFTM manifesta-se pela aprovação do protocolo de pesquisa proposto.

O CEP-UFTM informa que a partir desta data de aprovação, é necessário o envio de relatórios anuais, assim como também é obrigatória, a apresentação do relatório final, quando do término

Endereço: Rua Madre Maria José, 122

Bairro: Nossa Sra. Abadia

CEP: 38.025-100

UF: MG

Município: UBERABA

Telefone: (34)3318-5776

Fax: (34)3318-5776

E-mail: cep@pesqpg.uftm.edu.br



Continuação do Parecer: 1.323.219

do estudo.

Considerações Finais a critério do CEP:

Aprovado em reunião do Colegiado do CEP-UFTM em 06/11/2015.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_611220 E1.pdf	21/10/2015 16:27:49		Aceito
Folha de Rosto	folha_rosto.pdf	21/10/2015 16:26:20	Gabriela Abrahão Masson	Aceito
Outros	Justificativa_da_Emenda.doc	21/10/2015 11:05:30	Gabriela Abrahão Masson	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TECLE_alterado.doc	21/10/2015 11:04:28	Gabriela Abrahão Masson	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TECLE alterado.doc	12/04/2015 23:39:25		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto CEP alterado.doc	12/04/2015 23:38:55		Aceito
Outros	Anexo 1 roteiro de entrevista assentado (a).doc	04/03/2015 18:21:03		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TECLE.doc	04/03/2015 18:19:31		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto CEP.doc	04/03/2015 18:19:00		Aceito
Outros	IMG_20150215_152810773.jpg	15/02/2015 15:36:57		Aceito
Outros	Anexo 3 Rroteiro de entrevista representante governamental.doc	15/02/2015 15:27:07		Aceito
Outros	Anexo 2 Roteiro de entrevista para liderança política.doc	15/02/2015 15:26:06		Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Endereço: Rua Madre Maria José, 122
Bairro: Nossa Sra. Abadia **CEP:** 38.025-100
UF: MG **Município:** UBERABA
Telefone: (34)3318-5776 **Fax:** (34)3318-5776 **E-mail:** cep@pesqpg.uftm.edu.br



Continuação do Parecer: 1.323.219

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

UBERABA, 14 de Novembro de 2015

Assinado por:
Marly Aparecida Spadotto Balarin
(Coordenador)

Endereço: Rua Madre Maria José, 122
Bairro: Nossa Sra. Abadia **CEP:** 38.025-100
UF: MG **Município:** UBERABA
Telefone: (34)3318-5776 **Fax:** (34)3318-5776 **E-mail:** cep@pesqpg.uftm.edu.br

ANEXO B – Termo de consentimento livre e esclarecido das entrevistas



Ministério da Educação
Universidade Federal do Triângulo Mineiro – Uberaba – MG
Comitê de Ética em Pesquisa - CEP
Rua Madre Maria José, 122 – Abadia - 38025-100-Uberaba-MG - Telefax (0**34)3318-5854 - E-mail:
cep@pesgpg.uftm.edu.br

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A Reforma Agrária como política pública de Desenvolvimento: Análise a partir do Assentamento Rural “Tereza do Cedro” e “Dandara” no município de Uberaba/MG

ESCLARECIMENTO

Você está convidado a participar da pesquisa intitulada “A Reforma Agrária como política pública de Desenvolvimento: Análise a partir do Assentamento Rural “Tereza do Cedro” e “Dandara” no município de Uberaba/MG”.

A presente pesquisa tem por objetivo analisar a reforma agrária como política pública de desenvolvimento. Para tanto, verificaremos e discutiremos o alcance e o acesso dos programas de crédito rural na vida dos assentados, analisando o alcance das políticas sociais que compõem as ações da reforma agrária na garantia das condições de reprodução social dos assentados e o papel desempenhado pelos benefícios sociais na reprodução das famílias.

Você poderá obter as informações que quiser, bem como não participar da pesquisa ou ainda retirar seu consentimento a qualquer momento. Pela sua participação nesta entrevista você não receberá qualquer valor em dinheiro, mas terá a garantia de que as despesas necessárias para a realização da pesquisa não serão de sua responsabilidade. Seu nome não aparecerá em qualquer momento do estudo, sendo garantido o sigilo absoluto por meio da troca fictícia dos nomes. Após análise dos dados as gravações serão destruídas. Neste sentido, esta pesquisa não oferece riscos para você ou sua família.

A entrevista será realizada no local que você escolher dentro da territorialidade do assentamento onde mora, quando você puder e quiser.

CONSENTIMENTO LIVRE

Eu _____ li e/ou ouvi o esclarecimento acima e compreendi para que serve esta pesquisa e qual procedimento a que serei submetido. A explicação que recebi esclarece os benefícios da pesquisa. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento, sem justificar minha decisão e que isso em nada me afetará. Sei que meu nome não será divulgado, que não terei despesas e não receberei dinheiro por participar do estudo. Eu concordo em participar da pesquisa.

Uberaba, .../...../.....

Assinatura do Voluntário

Assinatura do Pesquisador

Gabriela Abrahão Masson

Assinatura do Orientador

Telefone de contato dos pesquisadores Gabriela Abrahão Masson Cel: (034) 9250-8381 ou (034) 3318-5930

Em caso de dúvida em relação a esse documento, você pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, pelo telefone 3318-5776.

.

ANEXO C – Registros da Aula Pública realiza na II Jornada em Defesa da Reforma Agrária e III Colóquio de Questão Agrária da UFTM em parceria com o MST

Imagem 3 – Mística dos acampados do MST de Uberaba na II Jornada em Defesa da Reforma Agrária da UFTM.



Imagem 4 – Realização da mística dos acampados do MST de Uberaba na II Jornada em Defesa da Reforma Agrária da UFTM



ANEXO D – Nota de repúdio do Fórum Marxista Trotskita Internacionalista (FMTI) de Uberaba contra o despejo dos trabalhadores rurais sem-terra, acampados na Fazenda Santa Tereza do Cedro.

O fascismo da UDR mostra sua cara em Uberaba

Neste mês de março, os trabalhadores rurais sem-terra, acampados na Fazenda Santa Tereza do Cedro, próxima a Uberaba, foram, covardemente, despejados da área pela força da repressão da Guarda Municipal de Uberaba e da jagunçada contratada pelos donos do zebu.

A Guarda foi acionada pelo bate-pau da oligarquia rural de Uberaba, o prefeito Marcos Montes Cordeiro, com o aval da juíza de direito Régia Ferreira de Lima, marionete da União Democrática Ruralista (UDR).

No dia 27 de março, a UDR publicou matéria paga, em todos os jornais da cidade, sob a "iniciativa" do Sindicato dos Produtores Rurais de Uberaba e com o apoio das entidades representativas da oligarquia rural secular da cidade, como Certrim, Copervale, ABCZ, Associação dos Criadores de Girolando, Credileite, FAZU, CAT, Credicopervale, Associação dos Criadores de Gado Holandês. Na nota, eles parabenizam a juíza fascista Régia Ferreira de Lima e o bate-pau Marcos Montes, em nome do respeito à propriedade privada, do sentimento de cidadania e do resguardo dos alicerces democráticos.

Perante esta ação do fascismo da União Democrática Ruralista (UDR), camuflada em suas diversas entidades, nós, do Fórum Marxista Trotskita Internacionalista (FMTI), nos colocamos ao lado e em defesa incondicional dos trabalhadores rurais sem-terra, expulsos, de forma vil, pela UDR e os donos do zebu. Mais uma vez, a cidade de Uberaba é sacudida pela ação dos grupos de repressão fascistas que dominam a cidade há mais de cem anos. Conclamamos todas as entidades, militantes e ativistas de nossa classe a repudiarem publicamente esta atitude arbitrária e fascista.

FMTI - Maio de 2003

- **Abaixo o capitalismo e suas instituições!**
- **Abaixo o fascismo e a UDR!**
- **Pela reforma agrária radical sob o controle dos trabalhadores!**
- **Por um governo operário e camponês!**

Publicação do Fórum Marxista Trotskita Internacionalista (FMTI)
Caixa Postal 577 - CEP 38001-970 - Uberaba - MG - E-mail:
fmti4i@hotmail.com

ANEXO E - Imagens dos assentamentos rurais Dandara e Tereza do Cedro – Uberaba/ Minas Gerais

As imagens na sequência são alguns registros da pesquisadora durante a realização da pesquisa no ano de 2015.

Imagem 5 – Lote do Projeto de Assentamento Dandara – Uberaba/ Minas Gerais



Imagem 6 – Criação Ovinos destinados a comercialização no PA Dandara



Imagem 7 – Lote no PA Dandara, pesquisadora e assentado



Imagem 8 – Curral destinado ao confinamento de bovinos leiteiros no PA Dandara



Imagem 9 – Residência no PA Tereza do Cedro – Uberaba/ Minas Gerais



Imagem 10 – Fogão a lenha em residência no PA Tereza do Cedro



Imagem 11 – Plantação de cana de açúcar para o trato de animais no PA Tereza do Cedro



Imagem 12 – Lote no PA Tereza do Cedro



**ANEXO F – Ofício N° 221/2014 – Encerramento da proposta do PAA 2013 e
abertura da proposta do PAA 2014**

Secretaria de
Agricultura, Pecuária, Pesca,
Aquicultura e Abastecimento



OFICIO N° 221/2014

Uberaba, 14 de Julho de 2014.

Exmo. Sr.
Arnoldo Anacleto de Campos
Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
Protocolo Central do MDS
Esplanada dos Ministérios, Bloco A, Térreo, Sala T40
CEP 70.054-906 – Brasília-DF

ASSUNTO: Encerramento da proposta do PAA 2013 e abertura da proposta do PAA 2014

Senhor Secretário Nacional,

O município de Uberaba/MG vem solicitar o encerramento da proposta do PAA 2013 e solicitar a abertura da proposta do PAA 2014.

Inicialmente destaca-se que, 79% do recurso destinado ao município foi gasto respeitando integralmente a Modalidade Compra com Doação Simultânea, restando cerca de R\$ 329.433,42, equivalente à 73.754,2 kg. O cenário observado na safra 2013/14 foi de perdas, ocasionadas por uma estiagem atípica registrada nos primeiros meses do ano, por conta disso registrou-se uma escassez de produtos neste período, inviabilizando a entrega por uma parcela dos produtores cadastrados.

Destaca-se que a aprovação da execução do PAA 2013 deu-se em julho, com início de sua operacionalização a partir de novembro. Portanto, em aproximadamente 8 meses houve um grande esforço do município para a integralização da proposta.

Encerramos a proposta 000.000.452.31/2013 com a doação de 624.630,4 kg de produtos da Agricultura Familiar para o Banco de Alimentos do município, que atende à cerca de 230 instituições, com 279 produtores entregando ativamente e um gasto de R\$ 1.245.566,58. Ressalta-se que, esses valores estão devidamente registrados no SISPA com a devida aprovação das notas fiscais.

Esses dados são recordes no município e tiveram importante papel no fortalecimento da agricultura familiar. Assim, solicitamos a análise urgente da proposta do PAA 2014 de Uberaba, para que não haja descontinuidades na ação e assim consigamos bater novos recordes no município.

Atenciosamente,

Danilo de Siqueira Campos
Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária, Pesca, Aquicultura e Abastecimento

Av. Dom Luiz Maria de Santana, 141 – CEP 38061-080 – (34) 3318-2000 – www.uberaba.mg.gov.br

ANEXO G - Ofício N° 47/2016 – Encerramento da Proposta 000.001.810.31/2014*2ª Proposta***OFICIO N°47/2016**

Uberaba, 09 de maio de 2016.

Exmo. Sr.
Arnoldo Anacleto de Campos
Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
Esplanada dos Ministérios, Bloco A, Térreo, Sala T40
CEP 70.046-900 – Brasília-DF

Assunto: Encerramento da Proposta 000.001.810.31/2014

Senhor Secretário Nacional,

O município de Uberaba/MG, vem solicitar o encerramento da proposta 000.001.810.31/2014, vide plano operacional 1291/2014-DS-3170101, e termo de adesão de número 0206/2012.

Inicialmente destaca-se que, 99,61% do recurso destinado ao município foi gasto respeitando integralmente a Modalidade Compra com Doação Simultânea, o equivalente à aquisição de 1.015.577,78 kg de produtos, que foram destinados ao Banco de Alimentos de Uberaba Francisco Cândido Xavier, que por sua vez atende à cerca de 230 instituições.

Salienta-se que ao consultar a folha de pagamento do Sispaa irá se verificar um montante de R\$ 1.918.896,74 executado durante toda esta proposta, porém, observa-se um valor de R\$ 1.918.896,84 no que se refere aos produtos doados à entidade beneficiada, justificando essa diferença de R\$ 0,10 por eventuais arredondamentos.

Tais dados de execução apresentados são recordes no município e tiveram importante papel no fortalecimento da Agricultura Familiar. Assim, solicitamos que as ações necessárias para o encerramento desta proposta sejam executadas com urgência, para que tão logo possamos solicitar o início de uma nova, não havendo grandes descontinuidades do PAA no município.

ANEXO H -- Portaria N° 38, de 26 de novembro de 2015



78

ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

N° 227, sexta-feira, 27 de novembro de 2015

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

PORTARIA N° 38, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2015

Propõe aos municípios que aderiram ao Programa de Aquisição de Alimentos metas, limites financeiros e prazo para sua implementação, na modalidade de execução Compra com Doação Simultânea.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 1º, § 1º, II, da Portaria MDS nº 199, de 27 de setembro de 2012, com a redação dada pela Portaria MDS nº 29, de 4 de abril de 2014, e CONSIDERANDO a adesão dos municípios ao Programa de Aquisição de Alimentos, em conformidade com a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, o Decreto nº 8.293, de 12 de agosto de 2014, e a Resolução nº 45, de 13 de abril de 2012, do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos, bem como a necessidade de subsidiar a elaboração dos planos operacionais, resolve:

Art. 1º Propõe aos municípios que aderiram ao Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, relacionados no Anexo I, metas e limites financeiros para a implementação do Programa, na modalidade Compra com Doação Simultânea, no prazo de 12 (doze) meses a partir de sua pactuação.

Parágrafo único. O prazo dos planos operacionais, por iniciativa da unidade gestora, poderá ser prorrogado por igual período em função do desempenho da Unidade Executora.

Art. 2º Para a efetivação da modalidade de execução Compra com Doação Simultânea, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS realizará pagamentos a beneficiários fornecedores ou a organizações fornecedoras, observados os limites por Unidade Familiar e demais normas do programa, por Unidade da Federação, dentro dos limites financeiros indicados no Anexo I.

Parágrafo único. Os recursos destinados ao pagamento de que trata o caput serão alocados no orçamento do MDS, UO 55.101, consignados no Programa de Trabalho nº 08.306.2069.2798.0001 - Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar.

Art. 3º Para a definição dos limites de recursos financeiros a serem disponibilizados, a metodologia a ser utilizada pelo MDS basear-se-á em critérios necessários à fixação de limites de referência e de parâmetros de expansão, observadas as regras a seguir:

I - os municípios serão distribuídos, de acordo com o tamanho da população, em três grupos:

a) grupo A - até 15.000 habitantes;

b) grupo B - de 15.001 a 500.000 habitantes; e

c) grupo C - acima de 500.000 habitantes;

II - os limites de referência serão:

a) para os municípios dos grupos A e C, fixos e equivalentes, respectivamente, a R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) e R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais); e

b) obtidos pela multiplicação do número de habitantes do município por seis, no caso dos municípios de grupo B;

III - após o estabelecimento do limite de referência, será definido um parâmetro para a sua expansão, baseado no número de estabelecimentos da agricultura familiar no município, a partir do cálculo do percentual de habitantes vinculados à agricultura familiar, considerando-se cada unidade familiar composta por quatro indivíduos, frente ao total de habitantes no município, de forma que:

a) o teto dos municípios cujo percentual relativo a população vinculada à agricultura familiar situe-se entre 10% (dez por cento) e 30% (trinta por cento) seja expandido em 10% (dez por cento); e

b) o teto dos municípios cujo percentual relativo a população vinculada à agricultura familiar supere 30% (trinta por cento) seja expandido em 20% (vinte por cento);

IV - após a expansão de que trata o inciso III, os limites de referência serão novamente expandidos, de acordo com categorização a ser estabelecida com base na relação entre o percentual de habitantes extremamente pobres no município e o percentual brasileiro de população extremamente pobre, de forma que os municípios tenham seus tetos de referência expandidos de 5% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento), de acordo com seus percentuais de extrema pobreza, conforme o Anexo II;

V - agregue-se ao limite obtido para cada município o valor correspondente ao percentual de insegurança alimentar grave no Estado no qual o município está inserido, em conformidade com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD/IBGE; e

VI - para a definição dos limites financeiros, confronta-se a demanda de recursos financeiros apresentada pelos municípios, por meio de uma ficha de levantamento de demanda, com o limite de referência calculado para cada município, adotando-se como limite o menor valor.

Art. 4º As metas de execução são definidas com base no limite financeiro calculado por município, dividido pelo limite anual por unidade familiar chegando-se assim à proposta de metas de número mínimo de beneficiários fornecedores.

Art. 5º São propostos, como parâmetros adicionais de execução, os percentuais mínimos de:

I - 40% (quarenta por cento), para beneficiários fornecedores prioritários, buscando atender as metas do Plano Brasil sem Miséria, e para beneficiárias fornecedoras mulheres, conforme a Resolução GGPAA nº 44, de 16 de agosto de 2011; e

II - 5% (cinco por cento) para beneficiários fornecedores de produtos orgânicos ou agroecológicos.

Art. 6º Os municípios elencados no Anexo I devem confirmar o interesse em executar a modalidade em até 30 (trinta) dias após a publicação desta Portaria, por meio da aceitação das metas apresentadas e do preenchimento de informações complementares para a elaboração e aprovação do plano operacional no Sistema de Informações do PAA - SISPA.

Art. 7º O plano operacional poderá prever, com base no limite financeiro total disponibilizado no Anexo I, estimativa de recursos por trimestre.

Art. 8º O início da operação de aquisição de alimentos está condicionado à aprovação pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional da proposta de participação registrada pelo ente no SISPA.

Art. 9º O desempenho na execução física e financeira poderá implicar a revisão, por iniciativa do MDS, dos limites previstos, com a sua ampliação ou redução, conforme o caso.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

ARNOLDO DE CAMPOS

ANEXO I

UF	Município	Código do IBGE	METAS DE EXECUÇÃO		PARAMETROS ADICIONAIS DE EXECUÇÃO S ADICIONAIS DE EXECUÇÃO		
			Número mínimo de Beneficiários Fornecedores	Limite financeiro de pagamentos a fornecedores pelo Governo Federal	Percentual mínimo de Beneficiários Fornecedores Prioritários	Percentual mínimo de Beneficiárias Fornecedoras mulheres	Percentual mínimo de Beneficiários Fornecedores de produtos orgânicos ou agroecológicos
BA	BARRA DA ESTIVA	2502807	17	R\$ 107.800,00	40%	40%	5%
BA	IBOTIRAMA	2913200	26	R\$ 166.286,54	40%	40%	5%
BA	ITAQUARA	2916708	17	R\$ 107.026,92	40%	40%	5%
BA	PARIPIRANGA	2923803	31	R\$ 198.199,59	40%	40%	5%
BA	SANTA CRUZ DA VITÓRIA	2927804	14	R\$ 89.189,10	40%	40%	5%
BA	SAUBARA	2929750	14	R\$ 89.189,10	40%	40%	5%
BA	SERRA PRETA	2930402	17	R\$ 109.888,11	40%	40%	5%
BA	TAPEROÁ	2931202	21	R\$ 133.769,38	40%	40%	5%
BA	TAPIRAMUTÁ	2931301	17	R\$ 108.023,46	40%	40%	5%
BA	VITÓRIA DA CONQUISTA	2933307	149	R\$ 962.500,00	40%	40%	5%
CE	BATURITE	2102107	34	R\$ 220.738,90	40%	40%	5%
CE	ORÓS	2309508	22	R\$ 141.693,95	40%	40%	5%
ES	ALFREDO CHAVES	3200300	12	R\$ 75.530,07	40%	40%	5%
MA	BELÁGUA	2101731	16	R\$ 103.423,32	40%	40%	5%
MA	CAJAPIÓ	2102408	10	R\$ 63.000,00	40%	40%	5%
MA	COLINAS	2103505	26	R\$ 168.000,00	40%	40%	5%
MA	JOSELÂNDIA	2105609	18	R\$ 116.082,33	40%	40%	5%

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012015112700078

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 227, sexta-feira, 27 de novembro de 2015

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1677-7042

79



MA	MARACACUMÉ	2106326	19	R\$ 120.065,07	40%	40%	5%
MA	SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	2111201	140	R\$ 904.058,44	40%	40%	5%
MA	VITORINO FREIRE	2113009	30	R\$ 192.500,00	40%	40%	5%
MG	FORMIGA	3126109	46	R\$ 296.692,56	40%	40%	5%
MG	FORMOSO	3126208	15	R\$ 93.062,97	40%	40%	5%
MG	GAMELEIRAS	3127339	16	R\$ 101.523,24	40%	40%	5%
MG	PONTE NOVA	3152105	41	R\$ 261.441,87	40%	40%	5%
MG	PORTEIRINHA	3152204	40	R\$ 254.667,66	40%	40%	5%
MG	TAIOBEIRAS	3168002	25	R\$ 162.305,16	40%	40%	5%
MG	TOMBOS	3169208	12	R\$ 75.166,25	40%	40%	5%
MG	UBERABA	3170107	208	R\$ 1.348.382,21	40%	40%	5%
PE	BREJINHO	2602506	17	R\$ 104.471,64	40%	40%	5%
RS	CAMPINAS DO SUL	4303806	13	R\$ 80.967,60	40%	40%	5%
RS	JABOTICABA	4310850	15	R\$ 92.534,40	40%	40%	5%
SC	CANELINHA	4203709	11	R\$ 67.406,85	40%	40%	5%
SE	UMBALUBA	2807600	15	R\$ 96.250,00	40%	40%	5%
SP	DIADEMA	3513801	60	R\$ 385.000,00	40%	40%	5%
SP	SÃO CARLOS	3548906	104	R\$ 673.750,00	40%	40%	5%
37 Municípios			1406	R\$ 9.025.127,71		40%	5%

ANEXO II

Grupos	Percentuais de extrema pobreza para enquadramento no grupo	Valor agregado ao limite de referência
Grupos	Percentuais de extrema pobreza para enquadramento no grupo	Valor agregado ao limite de referência
Grupo I	Acima de 17,06	30%
Grupo II	Acima de 12,79 a 17,06	20%
Grupo III	Acima de 8,53 a 12,79	15%
Grupo IV	Acima de 4,26 a 8,53	10%
Grupo V	De 0 a 4,26	5%

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 370,
DE 26 DE NOVEMBRO DE 2015

Estabelece o Processo Produtivo Básico para o produto APARELHO AUDITIVO, industrializado na Zona Franca de Manaus.

OS MINISTROS DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR e DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhes confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no § 6º do art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, e considerando o que consta no processo MDIC nº 52001.000672/2014-12, de 23 de maio de 2014, resolvem:

Art. 1º O Processo Produtivo Básico para o produto APARELHO AUDITIVO, industrializado na Zona Franca de Manaus, passa a ser o seguinte:

- I - Injeção ou moldagem das partes plásticas;
- II - Estampagem das partes plásticas e metálicas, quando aplicável;
- III - Montagem das placas de circuito impresso, a partir dos componentes;
- IV - Integração das partes e peças para montagem final do produto;
- V - Personalizações especiais, quando aplicável;
- VI - Aplicação de proteção anti-umidade e oleosidade nas partes plásticas e metálicas, quando aplicável;
- VII - Configuração e calibração dos circuitos, testes funcionais de som e mecânicos de acordo com as normas e especificações técnicas;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 0001201512700079

VIII - Rotulagem e embalagem.
§ 1º As atividades ou operações inerentes às etapas de produção poderão ser realizadas por terceiros, exceto as etapas IV a VIII que não poderão ser objeto de terceirização.

§ 2º Em alternativa às etapas estabelecidas nos incisos I e II, a empresa poderá optar pela aplicação de pelo menos 5% do faturamento bruto anual auferido com o produto, deduzidos os impostos, em atividades de pesquisa e desenvolvimento voltadas para a incorporação de novas funcionalidades ao produto, através do desenvolvimento de componente dedicado a este fim.

Art. 2º Sempre que fatores técnicos ou econômicos, devidamente comprovados, assim o determinarem, a realização de qualquer etapa do Processo Produtivo Básico poderá ser suspensa temporariamente ou modificada, por meio de portaria conjunta dos Ministros de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARMANDO MONTEIRO
Ministro de Estado do Desenvolvimento,
Indústria e Comércio Exterior

CELSO PANSERA
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia
e Inovação

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA,
QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 586, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do art. 4º da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do art. 3º da Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do art. 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007;

Considerando a alínea f do subitem 4.2 do Termo de Referência do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade, aprovado pela Resolução Conmetro nº 04, de 02 de dezembro de 2002, que outorga ao Inmetro competência para estabelecer diretrizes e critérios para a atividade de avaliação da conformidade;

Considerando o art. 5º da Lei nº 9.933/1999 que determina às pessoas naturais e jurídicas que atuam no mercado a observância e o cumprimento dos atos normativos e Regulamentos Técnicos expedidos pelo Conmetro e pelo Inmetro;

Considerando que é dever de todo fornecedor oferecer produtos seguros no mercado nacional, cumprindo com o que determina a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, independentemente do atendimento integral aos requisitos mínimos estabelecidos pela autoridade regulamentadora, e que a certificação conduzida por um organismo acreditado pelo Inmetro não afasta esta responsabilidade;

Considerando a necessidade de zelar pela segurança dos consumidores visando à prevenção de acidentes;

Considerando o disposto na Resolução Conmetro nº 05, de 06 de maio de 2008, que dispõe sobre a aprovação do Regulamento para Registro de Objeto com Conformidade Avaliada Compulsória, através de Programa Coordenado pelo Inmetro;

Considerando o disposto na Portaria Inmetro nº 491, de 13 de dezembro de 2010, que aprova o procedimento para concessão, manutenção, renovação e cancelamento do Registro de Objeto, resolve:

Art. 1º Alterar o escopo dos registros de nº 007531/2014, 007235/2014, 007595/2014, 007576/2014, 007478/2014, publicados na Portaria Inmetro nº 543/2014; 000033/2014, 000034/2014, 000036/2014, 000111/2014, 000112/2014, 000040/2014, 000041/2014, 000042/2014, 000043/2014, 000044/2014, 000045/2014, 000046/2014, publicados na Portaria Inmetro nº 165/2014; 001787/2014, 001782/2014, 001786/2014, 001784/2014, publicados na Portaria Inmetro nº 212/2014; 004700/2013, 004637/2013, 004726/2013, publicados na Portaria Inmetro nº 309/2013; 000281/2012, 000259/2012, 000256/2012, 000262/2012, publicados na Portaria Inmetro nº 143/2012; 002616/2013, 002612/2013, publicados na Portaria Inmetro nº 248/2013;

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.